SUMÁRIO

SIMPÓSIO 1.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO 02
SESSÃO 1.1.1 Metrópole e Metropolização 03
SESSÃO 1.1.2 Urbanização e Regionalização 25
SESSÃO 1.1.3 Metrópole e Metropolização 47
SESSÃO 1.1.4 Intraurbano e Ambiental 70
SESSÃO 1.1.5 Região Metropolitana e Políticas Públicas 92
SESSÃO 1.1.6 Representações do Território 113
SIMPÓSIO 1.2 ECONOMIA METROPOLITANA 134
SESSÃO 1.2.1 135
SESSÃO 1.2.2 156
SIMPÓSIO 1.3 MEGARREGIÃO 179
SESSÃO 1.3 180
SIMPÓSIO 2.1 GESTÃO DAS ÁGUAS **203**
SESSÃO 2.1.1 204
SIMPÓSIO 2.2 MOBILIDADE URBANA 242
SESSÃO 2.2.1 Conceitos e Dimensões 243
SESSÃO 2.2.2 Planejamento e Território 268
SESSÃO 2.2.3 Aspectos econômicos e gestão dos serviços 293
SIMPÓSIO 2.3 REGIMES URBANOS 317
SESSÃO 2.3.1 REGIMES URBANOS 318
SESSÃO 2.3.2 REGIMES URBANOS 337
SESSÃO 2.3.3 REGIMES URBANOS 358
SESSÃO 2.3.4 REGIMES URBANOS 379
SESSÃO 2.3.5 REGIMES URBANOS 400
SESSÃO 2.3.6 REGIMES URBANOS 420
SIMPÓSIO 3.1 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 442
SESSÃO 3.1 Metrópole e Metropolização 443
SIMPÓSIO 3.2 ESTRUTURA SOCIAL 445
SESSÃO 3.2 446
SIMPÓSIO 3.3 HABITAÇÃO 480
SESSÃO 3.3.1PAC Urbanização de Favela 481
SESSÃO 3.3.2 parte 1 Precariedade Habitacional Contemporânea 503
SESSÃO 3.3.2 parte 2 Irregularidade Fundiária 515
SESSÃO 3.3.3 O Programa Minha Casa Minha Vida 523
SESSÃO 3.3.4 Provisão e Financiamento 543
SESSÃO 3.3.5 Movimentos de Moradia e Direto à Cidade - Parte 1 564
SESSÃO 3.3.5 Política Habitacional e Direto à Cidade - Parte 2 574
SESSÃO 3.3.6 Política Urbana e Direto à Cidade 583

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

EIXO 01

SIMPÓSIO 1.1

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

SESSÃO 1.1.1

Metrópole e Metropolização

Coordenação: Rosa Moura e Paulo Soares

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Expressão espacial da metropolização brasileira: de metrópoles transformadas e conglomeradas à metropolização em fragmentos do território

Autor:
Rosa Moura - Pesquisador sênior (bolsista) IPEA

Código:
OE115

Email:
Rmoura.pr@gmail.com

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A partir de reflexão sobre conceito e lógicas que comandam as configurações espaciais resultantes da metropolização, o trabalho visa caracterizar o processo, identificar morfologias espaciais, apontar tendências, além de desenvolver reflexões comparativas com outros países sul-americanos. Apresenta resultados empíricos de pesquisa que identifica as escalas da urbanização dos municípios brasileiros, colocando ênfase na escala que representa o estágio mais avançado do processo, a metropolização. Essa é a escala que apresenta a maior heterogeneidade entre os municípios integrantes, e traz em suas subescalas evidências de como os diferentes papeis e funcionalidades por eles exercidas, assim como a importância estratégica das localizações, garantem condições às dinâmicas de expansão e sustentação dos núcleos metropolitanos, e à consolidação do processo de metropolização enquanto uma totalidade, seja em sua dimensão concentradora seja em sua expansão dispersa pelo território.

Metodologia:

A urbanização é um processo movido por condições e ritmos desiguais, dadas as diferentes interações, escolhas e intensidades geradas pelas mudanças da economia, que contribuem para a formação de espaços em movimento, em contínua transformação, e que resultam em diferentes escalas de uma totalidade. Para identificar essas escalas, o exercício de classificação dos municípios brasileiros segundo sua inserção no processo de urbanização, pautou-se em análises classificatórias e análises de correlação espacial, para as quais considerou os 5.565 municípios recenseados em 2010. A classificação tomou por base informações que enfocam: as transformações ocorridas na distribuição e crescimento da população na década 2000-2010 (volumes de população, grau de urbanização e taxa geométrica de crescimento); as condições atuais da mobilidade populacional (volumes de fluxos pendulares para trabalho e/ou estudo e participação dos pendulares no total da população que trabalha e/ou estuda); e o padrão ocupacional (participação de ocupação em atividades não agrícolas no total de ocupados), todos provenientes do IBGE; complementarmente considerou a participação na composição do PIB brasileiro; o perfil funcional dos municípios e regiões de influência, com base no Regic; a existência de concentrações populacionais e arranjos espaciais; as regiões de articulação urbana, estes também todos do IBGE. Posteriormente à classificação foram realizadas análises das escalas identificadas, para o que foi considerado também o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS (IPEA, 2015). Para o comparativo com outros países da América do Sul, as análises se pautaram em informações gerais sobre população das aglomerações urbanas com mais de 300 mil habitantes, fornecidas pelas Nações Unidas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A investigação define algumas questões específicas à realidade brasileira: como a metropolização se expressa nas diferentes partes do território? A formação de metrópoles segue como tendência em um contexto no qual se afirma a "planetarização" do urbano? Quais as lógicas e vetores de expansão dos aglomerados metropolitanos sob domínio da financeirização urbana? No contexto das "novas geografias da urbanização", que tipos de configurações se identificam no Brasil? Assemelham-se às identificadas na América do Sul? Parte-se das hipóteses de que a metropolização corresponde a uma etapa avançada da urbanização; a condição metropolitana supera formas espaciais, não correspondendo simplesmente à configuração de grandes aglomerações, mas a um processo que penetra no funcionamento cotidiano das cidades e configura novos tipos de morfologias urbanas; a metropolização tanto peculiariza o espaço intrametropolitano quanto se expande e espalha suas características em fragmentos próximos e distantes das metrópoles principais. A tipologia desenvolvida classifica os municípios em 4 escalas: municípios em metropolização, fortemente urbanizados, urbanizados e sob influência do urbano. Os municípios da primeira escala formam grandes manchas contínuas nas porções mais adensadas do território ao mesmo tempo em que se espraiam em pontos isolados ou manchas pelas regiões de menor densidade; os municípios fortemente urbanizados e os urbanizados dão continuidade a essas manchas, conformando extensas regiões urbanas; os sob influência do urbano cobrem todo o território nacional, representando um momento mais tardio de urbanização. A escala em metropolização possui 3 subescalas: a) aglomerações urbanas, ou conjuntos de municípios com mancha de ocupação em continuidade, formados por um núcleo consolidado, uma área de ocupação em contiguidade ao núcleo, uma área de expansão a essa, e vetores de expansão da aglomeração; b) centros urbanos, representados por municípios que não conformam aglomerações; e c) municípios em vetores da metropolização, distanciando-se das aglomerações propriamente ditas, mas sinalizando a difusão de elementos que peculiarizam o fenômeno pelo interior do território. Os resultados mostram que as configurações espaciais resultantes da metropolização contemporânea vão além das metrópoles e de suas regiões metropolitanas: se estendem a partir de um núcleo metropolitano principal, formando cidades-regiões; ou aglutinam descontinuamente mais de um aglomerado metropolitano, ou singularmente urbano, e suas áreas periurbanas e rurais, conformando arranjos urbano-regionais, ou megarregiões. Nos dois casos constituem unidades espaciais fortemente articuladas que funcionam como suportes multiescalares à realização dos fluxos e conexões globais, imprescindíveis à realização do movimento do capital no espaço e das transformações que garantem sua reprodução e acumulação. Configurações similares foram identificadas no conjunto de aglomerações urbanas sul-americanas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A tendência constatada no Brasil e países sul-americanos é que a metropolização se expressa em arranjos espaciais contínuos ou descontínuos, transpondo limites e fronteiras, em alinhamentos conectados por densas redes de relações, polarizados pelas metrópoles principais. Nestas configurações o contingente populacional também tende a crescer, exigindo ampliação do ambiente edificado e anunciando um padrão concomitante de densificação/expansão em uma escala geográfica cada vez maior. Isso impõe grandes desafios ao planejamento, ordenamento territorial, gestão e formulação de políticas públicas, pois se trata de espaços não apenas urbanos, metropolitanos ou regionais, mas de uma nova categoria espacial a ser compreendida. Categoria que exige enfrentamento teórico, político e na ação, tanto da problemática metropolitana em sua dimensão urbano-regional, quanto do reconhecimento de um cidadão metropolitano que tenta praticar uma cidadania híbrida, desprotegido de direitos, invisibilizado.

Título:
Vialidad interurbana y dinámicas metropolitanas. El caso de la región urbana intermedia Santa Fe-Paraná, Argentina

Autor:
Jaquelina Paola Santiago- Doutorado, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo. Universidad Nacional del Litoral. Santa Fe, Argentina.

Código:
OE022

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Como objetivo general este trabajo de propone reconocer los roles yo patrones que se pueden definir a partir de la relación "vialidad interurbana" y "tejidos urbano-perirubanos" en la región urbana intermedia Santa Fe-Paraná, Argentina (se trata de dos ciudades capitales provinciales de la región central de Argentina y sus respectivas áreas aglomeradas, que separadas por el río Paraná mantienen una gran interacción).

Objetivos Particulares:

Reconocer la relación de conformación histórica de los asentamientos urbanos en relación a los trazados viales.

Seleccionar tramos de estudios que permitan un acercamiento al estudio de la problemática de trabajo.

Cuantificar y caracterizar el crecimiento de las manchas urbanas.

Identificar las transformaciones en los usos del suelo que se puedan reconocer en torno a los corredores viales de escala regional.

Metodologia:

Este trabajo forma parte de las indagaciones de una tesis doctoral en curso con un predominio de la metodología cualitativa que también incorpora técnicas de metodología cuantitativa, resultando una metodología mixta.

En cuanto al recorte temporal, esta investigación se propone el estudio de los procesos "actuales" de la metrópolis contemporánea. Que valga el entrecomillado para evidenciar que, sin poder establecer límites de tiempo taxativos, en algunos casos se utiliza el comienzo del siglo XXI, como criterio operativo de registro.

El procedimiento metodológico parte de estudios descriptivos que consideran un recorrido retrospectivo a modo de corte diacrónico de la configuración de los trazados viales, pero con foco en una caracterización general y particular de su estado de hecho -corte sincrónico-, el reconocimiento de su materialidad, sus jerarquías, dinámicas y flujos. Esta instancia de caracterización permite realizar un proceso de selección de tramos-área de aproximación, a modo de "muestras" que recibirán un análisis pormenorizado de los aspectos abordados en el marco teórico, para recabar datos e inferir supuestos, en tanto técnica de estudio propia del cualitativismo (investigación comprensivo-interpretativa)

Se toman “secciones” de análisis de las infraestructuras, a las que llamamos “tramos-áreas”, pero no aisladamente porque se seleccionan tramos de ruta que implican a su vez un área de influencia en algún tejido (sub)urbano más o menos denso, cuyo atravesamiento le otorga el interés de estudiarlo y que se relaciona con la concepción espacial de “vialidad interurbana” que se pretende construir.

Se utilizarán técnicas tradicionales del análisis urbanístico con el objeto de reconocer roles y/o patrones que remiten a variables tales como: la dinámica poblacional, el estudio morfológico de los trazados y agregado edilicio, el crecimiento de las huellas urbanas, los usos del suelo, la cobertura de servicios y equipamientos, entre otros.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

El proceso de expansión urbana caracterizado por la dispersión de fragmentos de urbanización de baja densidad en zonas periurbanas se ha vuelto un problema común de muchas ciudades y sistemas urbanos. En este contexto, los corredores viales juegan un rol clave generando las condiciones necesarias para la expansión de la urbanización en territorios cada vez más alejados de los centros urbanos. Así se reconocen fragmentos urbanos “sin centro” pero “con vialidad”, que muchas veces actúan como “centro” de las interacciones y apropiaciones locales o bien propician la consolidación de algunas actividades productivas, comerciales y/o de servicios. De este modo comienzan a superponerse a las dinámicas regionales propias del corredor vial (ruta o carretera), microdinámicas locales que dan lugar a la producción de interferencias e incompatibilidades de usos en una misma pieza vial de velocidad.

Se plantea como hipótesis de trabajo que en la región urbana intermedia Santa Fe-Paraná los tejidos urbanos se expanden en relación a los corredores viales en tanto facilitan la conexión con el resto del territorio, pero en una aproximación más detallada del estudio del par “vialidad interurbana” y “tejidos periubanos”, podemos reconocer diferentes patrones de relación que van desde la accesibilidad, la visibilidad, la consolidación de alguna actividad específica hasta apropiaciones locales de la vida urbana.

Por otra parte, se reconoce una situación de desestimación de la condición urbana, social y cultural del territorio, en lo que respecta a la planificación, al momento de incorporar obras (nuevas o de ensanche) de infraestructuras viales, situación controversial que trae aparejada una serie de problemáticas particulares a la hora de considerar los tejidos urbanos y las áreas ambientales atravesadas por dichas infraestructuras. El resultado ha sido una respuesta fragmentaria; se esperaba que una autopista pudiera por sí misma, producir mejoras globales en el tránsito, imposibles de lograr sin una operación acabada y conjunta de toda la red. Se ha destinado más dinero y recursos a la construcción de infraestructuras faraónicas nuevas que a operaciones de cosido de las vías existentes de menor envergadura.

Sucede que en la mayoría de los casos la concepción de las redes viales parte exclusivamente de términos de capacidad de servicio y requerimientos de velocidad y seguridad, lo que lleva a que su diseño no pueda ir más allá de una respuesta técnica. Esto fue derivando hacia un perfeccionamiento de las funciones técnicas de las vías, pero no se ha atendido de la misma manera a los efectos que ella produce en su territorio inmediato, situaciones de borde y fricción en los tejidos atravesados, por lo que resulta necesario encontrar las claves de diseño y gestión para que esto no suceda.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

La construcción de la disciplina urbanística ha debido centrarse en la observación de patrones de comportamiento que, en alguna medida constituyen respuestas lógicas dentro de determinados marcos

de condicionamientos. La observación de estos patrones permite establecer relaciones de causalidad que expliquen algunos porqués de determinadas transformaciones en el territorio.

Las áreas en transición, tal como sucede con los periurbanos, dan cuenta del dinamismo de transformación de la sociedad en cada momento, pero también del nivel de conflictividad que se desprende de los desequilibrios de un campo de fuerza que se tensa y reacomoda constantemente.

Adelantando algunas conclusiones, podemos decir que los patrones de relaciones identificados se pueden organizar básicamente en dos grandes grupos: por un lado, los que generan enclaves de gran accesibilidad y visibilidad, y por otro, aquellos que integran la pieza vial a la vida urbana local generando "espacios de vialidad interurbana".

Título:
Shopping centers e o processo de metropolização do espaço: novas articulações do capital em Fortaleza
Autor:
Tiago Estevam Gonçalves- Doutorado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Código:
OE023

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Os shopping centers, entre outras dinâmicas contemporâneas, são indubitavelmente expressão material do processo de reestruturação urbano-metropolitana. Nesta perspectiva, tem-se como objetivo analisar os shopping centers à luz das tendências neoliberais e suas repercussões nos novos direcionamentos de produção espacial na escala metropolitana de Fortaleza. Considerando que esses empreendimentos, com sua natureza agregadora de atividades, aglutinam diversos ramos do comércio, serviços e lazer, aliada ao seu porte e à sua escala, passaram a ocupar parcelas significativas do espaço, provocando alterações na estruturação da RMF. A proposta aqui é, pois, contribuir com o debate acerca dos processos inerentes às transformações metropolitanas e à metropolização.

Metodologia:

O desenvolvimento deste artigo seguiu, pois, algumas etapas metodológicas, a fim de facilitar a construção e o aprofundamento do debate a respeito da temática apresentada. Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas: na primeira etapa, fez-se a análise do aporte teórico mediante pesquisa bibliográfica, destacam-se aqui alguns autores que são referência quanto à urbanização e à metropolização, Costa (2015), Silva (2005), Pequeno (2015), Dantas (2009), Diógenes (2012), Gonçalves (2017) e Pereira Júnior (2012), Lencioni (2013), Moura (2012).

Quanto ao pressuposto teórico–metodológico está apoiado em Henri Lefebvre, tendo como categoria analítica o espaço, mais especificamente a produção do espaço urbano-metropolitano. A partir das concepções metodológicas e teóricas deste autor pretende-se desenvolver uma compreensão mais ampla das diferentes temporalidades e sua relação com a implantação dos shopping centers na Região Metropolitana de Fortaleza, sob a lógica da ação de uma tríade do capital: comercial, imobiliário e financeiro, concorrendo, desse modo, para o entendimento das dinâmicas da metropolização.

A segunda etapa foi a pesquisa de material documental e reconhecimento da área de estudo; na terceira, procedeu-se ao levantamento cartográfico, à análise dos dados já colhidos e à realização de entrevistas in loco com agentes dos shopping centers e agentes urbanos que possuem relação com a pesquisa.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Concebe-se que o espaço metropolitano fortalezense se apresenta com grande potencial de investimentos financeiros sejam eles de capital internacional, nacional, seja regional, seja ainda local, que atraem grandes grupos econômicos. Neste recorte espacial como também neste tipo de negócio de shopping há um grande fluxo de capital e lucratividade.

Há, também, um novo arranjo espacial de dinâmica empresarial no segmento econômico shopping com a atuação de grupos locais como Rabelo, CRolim, Marquise e Simpex.

Nesse contexto, os grupos econômicos que atuam no setor dos shopping centers na RMF e sua diversificação econômica no território nacional. Os grupos econômicos que atuam no setor shopping na RMF são: JCC, JCPM, Ancar Ivanhoe, Aliansce Shopping Centers, Marquise Incorporações, Simpex Incorporações, Redefone, Grupo Rabelo e Grupo C. Rolim. Os empresários locais são Jackson Girão e José Ximenes.

Discorrendo um pouco sobre o processo de evolução dos shoppings em Fortaleza, pode-se afirmar que:

1) As décadas de 1970 e 1980 são consideradas como o período de gênese desses empreendimentos na capital cearense;

2) As décadas de 1990 e 2000 foram o período de expansão e consolidação dos shoppings através das práticas socioespacais;

3) Esta última década (anos 2010) coincide com o chamado boom desses equipamentos atrelados à tríade do capital comercial-imobiliário-financeiro. Esse último período também se apresenta de modo singular, dadas as relações sociais de produção e reprodução do espaço urbano e metropolitano.

A acumulação do capital por meio da expansão espacial geográfica se materializa mediante a produção de novos desenhos espaciais. No caso metropolitano fortalezense, a realidade empírica em discussão tem como destaque os shoppings como novas configurações das metrópoles

Neste sentido, os shoppings estão imbricados ao modelo de configuração metropolitana de Fortaleza mediante a influência da globalização. A RMF, bem como diversas cidades espalhadas a nível regional, nacional e internacional apresentam uma expansão de suas manchas urbanas, metropolicentrismo, expansão de suas estruturas econômicas, difusão e crescimento de novos artefatos urbanos como shoppings, condomínios fechados e hipermercados. Estes novos processos estão ligados a reestruturação neoliberal e desregulação e privatização como fator explicativo da análise espacial.

A metrópole contemporâneo-financeira reflete uma complexidade espacial que superou o antigo urbano-industrial. Não é possível confundir objetivamente um grande “centro industrial” como um espaço metropolitano.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relação entre os shopping centers e a urbanização/metropolização pode assumir as seguintes facetas: primeiro, uma relação em que os shopping centers se instalam em urbanizações já existentes para tirarem

proveito do mercado/massa de consumidores existente na área, podendo ou não prejudicar o comércio tradicional já existente; segundo, uma relação de simbiose quando os shopping centers atuam na produção de tecido urbano e este, por sua vez, gera vitalidade e viabilidade econômica aos shoppings; por fim, os shoppings centers criando polaridades/centralidades e induzindo a urbanização/metropolização.

A produção do espaço metropolitano está diretamente relacionada com os processos acumulativos do capital contemporâneo. Assim, as manifestações culturais, econômicas e políticas de cada lugar assimilam os processos de globalização

Título:
Rio Metropolitano: concentração e centralização, dispersão e fragmentação como fundamentos da dinâmica territorial

Autor:
Juliana Luquez – Doutorado, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - USP

Código:
OE024

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Relacionar os vários processos espaciais com o da produção do espaço; compreender as implicações desses processos sobre as complexidades da nova configuração metropolitana; analisar a problemática dos processos de concentração e centralização da dinâmica territorial das atividades urbanas na área metropolitana fluminense sob o pressuposto da dispersão e fragmentação de sua conformação espacial.

Metodologia:

As novas dimensões da lógica de produção do espaço metropolitano inserem-se na relação entre a dinâmica territorial das atividades urbanas e a centralização de comando, gestão e fluxos (materiais e imateriais) e as implicações dessa relação na reestruturação do espaço. A partir dessa relação poderemos colaborar para a compreensão do processo de reestruturação do espaço manifesto pela reprodução do fato urbano de caráter metropolitano. Para tanto, examinaremos algumas hipóteses e considerações apresentadas por autores que vêm debruçando-se sobre a problemática desses processos em áreas metropolitanas a fim de contribuir para o entendimento das complexidades da Metrópole Rio e sua região.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A relação estabelecida entre a dinâmica territorial de concentração das atividades urbanas e a centralização de comando, gestão e fluxos (materiais e imateriais) na Metrópole Rio permite-nos uma visão mais atenta para o processo de reestruturação do espaço fluminense. Previamente destacamos a tendência e o fato novo na perspectiva da compreensão da produção do espaço metropolitano e sua conformação na urbanização contemporânea. Sendo a tendência a histórica concentração das atividades urbanas na cidade do Rio de Janeiro e com isso o fortalecimento de sua centralidade. O novo repousa no fato de que com a reprodução da metrópole em direção aos eixos principais de sua aglomeração

metropolitana, novas centralidades se reforçam através de uma configuração espacial intensificada por integrações regionais cada vez mais determinantes para a reprodução do capital e da manutenção de sua lógica perversa flagrante no processo de produção do espaço e da vida. A reafirmação da centralidade da Cidade do Rio de Janeiro na fase da urbanização contemporânea não aniquila as centralidades e sub-centralidades em sua área de influência e na periferia metropolitana, contudo, amplia as fossas da fragmentação entre os territórios urbanos da aglomeração, não os desintegrando, ao contrário, fortalecendo uma dinâmica de homogeneização periférica e de hierarquização dominante.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A cidade do Rio de Janeiro possui aspectos históricos que a evidenciam em detrimento de outras cidades e metrópoles brasileiras e de sua própria aglomeração metropolitana, por nela gravitar a concentração e a centralização das atividades urbanas há mais de 2 séculos. As funções que exerceu no passado a colocaram em conexão com o externo, devido as suas atividades político-administrativas e comerciais e nessa atual fase da urbanização metropolitana, continua a exercer conexão com o de fora, agora em uma perspectiva da globalização da economia e do capitalismo financeiro, pondo-se o desafio, também histórico, dos limites do crescimento econômico fluminense sustentado na sua metrópole e da pouca densidade produtiva de sua região (SOBRAL, 2015a; 2015b).

Título:
A cidade-região de Porto Alegre: análise da desconcentração metropolitana a partir de dados socioeconômicos

Autor:
Leonardo Oliveira Sassi e Paulo Roberto Rodrigues Soares – Graduação, Observatório das Metrópoles Núcleo Porto Alegre; Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UFRGS.

Código:
OE025

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho pretende analisar e caracterizar as áreas de influência do processo de metropolização no recorte espacial da cidade-região de Porto Alegre e polarizados por esta metrópole. Busca-se também aferir também as atuais particularidades de formas e funções constituídas no interior deste arranjo socioespacial.

Metodologia:

Partimos de um levantamento de dados socioeconômicos, à escala municipal e regional, os quais foram devidamente sistematizados e estão em processo de análise interpretativa, possibilitando comparações com outros arranjos socioespacias do Rio Grande do Sul e do Brasil. O recorte espacial inclui o que consideramos a "Cidade-região de Porto Alegre" a qual em nossa concepção inclui a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), as aglomerações urbanas institucionalizadas ou não do seu entorno e os municípios perimetropolitanos. Busca-se primordialmente espacializar os dados relativos ao V.A.B. (Valor Adicionado Bruto) dos setores da indústria e serviços, no recorte temporal dos anos de 2002, 2005, 2010

e 2015. Outro dado socioeconômico em análise é o Potencial de Consumo Urbano por Classe de Rendimento, esse disponível apenas para o ano de 2017. Associado à espacialização dos dados socioeconômicos está sendo realizada a análise da expansão da mancha urbana dos municípios da área de estudo para os anos de 2005 e 2015. Os resultados obtidos são confrontados com trabalhos acadêmicos tematicamente vinculados, apontando caminhos de pesquisa e referenciais interpretativos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

De forma ampla e simplificada, pode-se datar o início do processo de metropolização, a nível nacional, a partir das políticas desenvolvimentistas voltadas para a industrialização, implementadas nas décadas de 1960 e 1970 pela ditadura civil-militar. Desde então as dinâmicas que compõem a configuração deste processo se alteraram diversas vezes, mas as mudanças mais significativas se deram na década de 1990 com a expansão globalizada do capitalismo sob as égides neoliberais e mais recentemente com o processo de subordinação do Brasil ao capitalismo financeiro mundializado. Em nível nacional, testemunhamos neste período, de modo mais relevante, a ascensão e ruína de um modelo de político-econômico neodesenvolvimentista na primeira década do século XXI. Porto Alegre e os núcleos urbanos do seu entorno conformam uma "área metropolitana" desde o final dos anos 1960. A Região Metropolitana de Porto Alegre, institucionalizada em 1974, acompanha estas transformações com mudanças importantes, tanto com a incorporação de novos municípios ao seu território, como com mudanças na sua organização socioespacial interna. Consideramos que os processos de metropolização, bem como suas formas e funções, divergem conforme seus contextos históricos e locais específicos de enunciação, contudo sem deixar de sofrer influência das tendências globais homogeneizantes.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Como resultados provisórios indicamos que apesar da desconcentração dos setores industriais e de comércio e serviços e consequentemente da própria malha urbana, o potencial de consumo em todas as classes sociais anda se concentra nos centros urbanos que foram matrizes deste processo de metropolização, ou seja, no núcleo da metrópole, Porto Alegre, e nos centros urbanos mais integrados a este. Observa-se também a ascensão de certos centros urbanos, que concentram o setor de serviços, como "novas centralidades" metropolitanas, as quais tornam a "cidade-região" de Porto Alegre mais complexa, sem, entretanto, alterar a importância do núcleo metropolitano na polarização.

Título:
Expansão urbana na RIDE da Grande Teresina: metropolização e dinâmica intrametropolitana
Autor:
Gabriel Rodrigues da Silva – Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Observatório das Metrópoles -Núcleo Natal/RN
Código:
OE028

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Compreender a expansão urbana na Ride da Grande Teresina, considerando como elemento norteador a localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV faixa 1 distribuídos nesse território e a dinâmica dos fluxos pendulares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(A) Identificar e mapear as direções e/ou eixos que se relacionam com a expansão da mancha urbana;

(B) Identificar e mapear os empreendimentos imobiliários do PMCMV da Ride da Grande Teresina;

(C) Analisar a densidade demográfica e o nível de integração da Ride Teresina para que se possa entender a dinâmica intrametropolitana;

(D) Analisar a intensidade dos fluxos e movimentos pendulares no aglomerado urbano na Ride da Grande Teresina

Metodologia:

Primeiramente para realização da pesquisa será feito um levantamento bibliográfico a respeito de todos temas, conceitos e assuntos abordados na pesquisa, para que se possa dar embasamento ao trabalho. Posteriormente, será realizada com base em cada objetivo específico uma proposta metodológica no intuito de colher os resultados e interpretá-los, para que no final se consiga o objetivo geral.

(A)- Identificar e mapear as direções e/ou eixos que se relacionam com a expansão da mancha urbana;

Serão utilizadas imagens de satélite; além de técnicas de sensoriamento remoto, através dos sistemas de informações geográficas (SIG), fazendo o uso do software ArcGis 10.5.

(B) - Identificar e mapear os empreendimentos imobiliários do PMCMV da Ride da Grande Teresina;

Nesta etapa será caracterizada a Ride da Grande Teresina e feito o levantamento dos conjuntos habitacionais nela existentes. Logo após, serão coletados pontos de controle pelo software Google Earth, utilizando-se dos endereços disponibilizados pelo Ministério das Cidades para auxiliar na localização dos conjuntos e na confecção dos mapas.

(C) - Analisar a densidade demográfica de acordo com dados do IBGE e posteriormente comparar com as alterações a partir da pendularidade intrametropolitana, e posteriormente analisar o nível de integração na Ride da Grande Teresina com base nos dois estudos realizados pelo observatório das metrópoles no período de 2004 e 2012.

(D) Logo após foi extraída informações das variáveis estudo e trabalho do Censo e utilizando o software SPSS foi construída uma matriz de deslocamento (origem e destino) com isso permitir dados para a produção de mapas no intuito de visualizar os deslocamentos pendulares na Ride da Grande Teresina

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A pesquisa em questão pretende-se levar em consideração a localização dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida da faixa 1 como elemento direcionador para compreender a expansão desse tecido urbano regional. Esse programa do Governo Federal que foi lançado em 2009 foi elaborado no intuito de diminuir o déficit habitacional, como também pela criação de mecanismos de incentivo à

produção e aquisição de novas unidades habitacionais, operando em três faixas de acordo com a renda familiar. A literatura aborda que a localização da faixa 1 na maioria das vezes se encontram em locais periféricos e nas franjas urbanas e as faixas 2 e 3 em locais de melhor localização no espaço urbano. Diante disso, Brito e Souza (2005, p. 12), apontam que:

Como consequência, o padrão de expansão urbana nos aglomerados metropolitanos, com um crescimento demográfico extremamente acelerado, transferiu o comando desse crescimento para os municípios periféricos à capital, por meio de intensa migração intrametropolitana. Na verdade, essa transferência do comando do crescimento populacional resultante da redistribuição espacial da população mais pobre, sob o comando do capital imobiliário e supervisão do poder público.

Essa nova dinâmica influencia tanto nas questões de planejamento urbano regional, como também nas questões sociais dessas pessoas que por morarem em locais distantes, necessitam de um aporte de infraestrutura como é o caso de transportes para o seu deslocamento nesse espaço metropolitano. Já que o seu município de residência na maioria das vezes não possuí uma oferta de bens e serviços que lhe façam se fixar nele, desta forma a população utiliza-se de outros meios para se ter acesso aos serviços públicos que necessitam.

A especulação do solo, acompanhando o mercado habitacional, deixa claro duas características principais: de um lado, a expansão territorial dos loteamentos populares para zonas periféricas mais distantes, de outro, a existência de loteamentos fechados em áreas mais próximas a espaços equiparados de infraestrutura nas zonas centrais, reafirmando assim o efeito de segregação e as desigualdades na apropriação do solo (CAMPOS e MENDONÇA, 2013).

Os resultados parciais apresentam uma expansão no recorte temporal, e que a localização dos conjuntos causou uma dinâmica territorial entre limites estaduais e municipais, com grande participação do deslocamento pendular.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Compreender as modificações que o PMCMV ocasionou na Ride da Grande Teresina a partir da sua inserção, foi um resultado interessante devido a maioria dos conjuntos se concentrarem no município polo da Ride no caso o município de Teresina e no município de Timon que se localiza no estado do Maranhão, que segundo resultados da pesquisa funciona como uma espécie de expansão urbana da cidade de Teresina.

Com base nisso, é importante conhecer a Ride da Grande Teresina para que se possa planejar e executar políticas públicas que auxiliem para em bom desenvolvimento urbano e regional. Portanto, a pesquisa possuí caráter extremamente relevante no contexto regional pelo fato de se existir poucos estudos que tratam a respeito do aglomerado urbano.

Título:
De Região Metropolitana à Região Urbana: reflexões sobre Porto Alegre na urbanização planetária
Autor:
Paulo Roberto Rodrigues Soares -Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Código:
OE030

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Desde as décadas finais do século XX inúmeras teorias anunciam uma nova era da urbanização mundial (Brenner, 2013), uma nova etapa do processo de urbanização da sociedade e, até mesmo, uma nova revolução urbana (Lefebvre, 1970; De Mattos, 2016). Este revolução (ou metamorfose) dos espaços urbanos em escala mundial está transformando as regiões metropolitanas que passam por um processo de reestruturação. O objetivo do trabalho é analisar as transformações metropolitanas em curso e seu rebatimento no espaço metropolitano de Porto Alegre. A ideia é trabalhar as transformações urbano-metropolitanas em uma escala urbano-regional, observando um conjunto de mudanças socioeconômicas e socioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e seu entorno. Por conta das nossas escolhas metodológicas a análise não está circunscrita ao território metropolitano institucionalizado e sim ao conjunto de espaços que consideramos impactados pela dinâmica do processo de metropolização.

Metodologia:

Nosso referencial teórico de análise baseia-se na leitura de autores que consideram as transformações do processo de urbanização e metropolização mundiais a partir de uma matriz lefebvriana. Isto quer dizer que partimos dos escritos de Henri Lefebvre (1970, 1973, 1989), para posteriormente analisar autores que inspirados (ou não) em Lefebvre avançam na leitura das transformações urbanas e metropolitanas em escala mundial, especialmente nas décadas finais do século XX e início do século XXI, entre eles Ascher (1995, 2004), Soja (2000), Brenner (2009, 2013, 2016), De Mattos, 2016 e Lencioni (2004, 2011, 2015). A partir destes autores articulamos processos como “revolução urbana”, “dispersão urbana”. “difusão urbana”, “metamorfose urbana”, “urbanização planetária”, “metropolização do espaço”, com novas formas urbanas denominadas “cidade-região”, “pós-metrópole”, “metápole”, “região urbana”, verificando a validade destas teorias e conceitos na explicação de processos que observamos na metropolização que tem como epicentro a metrópole de Porto Alegre.

Para isto trabalhamos com diferentes escalas de análise, articulando as mudanças na escala intraurbana com mudanças na escala urbano-regional. Ou seja, observamos tanto o processo de reestruturação no núcleo metropolitano, como os desdobramentos do processo de metropolização (e, consequentemente, de urbanização) na escala regional. Utilizamos dados de PIB, PIB industrial, estrutura econômica dos municípios, grau de urbanização e expansão da mancha urbana. Além de análises e interpretações qualitativas à luz do referencial teórico.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Porto Alegre e sua região metropolitana vem passando por diversas transformações socioeconômicas e socioespaciais (Fedozzi e Soares, 2015). Nas últimas décadas observamos na Região Metropolitana de Porto Alegre diversos processos: a “desindustrialização”, acompanhada da reestruturação e desconcentração da indústria, a reestruturação e desconcentração dos serviços na região e reconcentração dos serviços avançados no núcleo da metrópole, gerando novas centralidades e a mudança espacial da metrópole em direção à multi e polinuclearidade.

Nossa hipótese principal é a de que estes processos são reflexo da inserção de Porto Alegre em um processo de metropolização mais amplo (a metropolização brasileira e latino-americana), a qual, por sua vez, é uma das diversas formas particulares que assume o processo geral de urbanização planetária. Aqui, as características próprias da metropolização em Porto Alegre derivam das particularidades históricas que

a urbanização e a metropolização assume nesta região metropolitana, especialmente no que diz respeito à estruturação, entre as décadas de 1960 e 1980, de uma economia industrial importante, inserida na divisão inter-regional do trabalho brasileira.

Após a reestruturação econômica empreendida na transição das décadas de 1980 à 2010 (Ribeiro, 2017; Fedozzi e Soares, 2015) a RMPA transita para um novo modelo, de metrópole de serviços, enquanto que a indústria "migra" para o seu entorno, conformando novas aglomerações urbano-industriais (Soares, 2018). Pari passu, a reestruturação metropolitana insere-se no processo de financeirização da economia, com o capital imobiliário financeirizado capitaneando esta reestruturação socioespacial.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A comunicação analisa estes processos supracitados demonstrando como o processo de metropolização em Porto Alegre vai mais além dos limites oficiais da região metropolitana, conformando uma nova região urbana com limites difusos (Lencioni, 2012), mas plenamente integrada à metrópole (o núcleo metropolitano).

Como isso buscamos entender a metropolização contemporânea, considerando seus novos territórios dentro e fora dos limites oficiais. Outra intenção é verificar como o processo de metropolização global apresenta seu rebatimento em uma realidade metropolitana periférica e compreender como a urbanização planetária se confronta, se impõe e se complementa nas nossas metrópoles brasileiras, tão diversas quanto desiguais.

Título:
As recentes transformações e a (re)organização do espaço urbano no Sudeste Paraense
Autor:
Ana Carolina Campos de Melo, Ana Cláudia Duarte Cardoso – Doutorado, Universidade Federal do Pará
Código:
OE042

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O Sudeste Paraense é uma região sob múltiplas determinações e redefinições, onde se superpõem diversas frentes e atores, ora em conflito ora em coalizões de interesses. Desde a década de 1970, a região é urbanizada em ritmo acelerado e nesse processo a terra, como reserva de valor, assume novas funções. Nas últimas duas décadas, a região se tornou cenário de mudanças expressivas na produção do espaço, associadas a aproximação de atividades produtivas incentivadas nas décadas anteriores, da esfera das finanças. Essa aproximação tem provocado o transbordamento do capital financeiro global para o processo de urbanização, com a participação de grandes empresas e proprietários de terra. O artigo busca analisar o processo de urbanização em curso no Sudeste Paraense, com objetivo de iluminar o interrelacionamento entre novas e velhas práticas sócio-espaciais neste contexto e destacar os movimentos recentes de financeirização e transnacionalização da terra na região.

Metodologia:

A abordagem metodológica utilizada neste artigo se baseia na revisão de literatura sobre a formação social e econômica do Sudeste Paraense, a partir do levantamento da produção disponível sobre a região e de sua caracterização como fronteira de recursos, bem como da literatura acerca das dinâmicas urbanas em áreas sob influência de práticas "neoextrativistas" na América Latina. Para dar concretude ao objetivo do trabalho, investigamos as dinâmicas urbanas a partir de estudos de campo em Marabá e Parauapebas, cidades de importante centralidade regional. A escolha do objeto de estudo tanto se deve a uma trajetória de pesquisa na região, quanto ao fato de que as cidades mencionadas estão sob maior influência de dinâmicas político-econômicas, com impacto indiscutível sobre a produção do espaço, sendo as forças mobilizadas e associadas ao agronegócio e a mineração as mais influentes. Ao nosso ver, a região do Sudeste Paraense por constituir uma condição de fronteira de recursos, tende a expressar de forma mais evidente tensões da urbanização capitalista e, até mesmo, antecipar embrionariamente algumas tendências. Além do levantamento bibliográfico, utilizaremos como fonte de dados, entrevistas, levantamentos documentais e registros fotográficos obtidos nos campos realizados em agosto de 2016 e, durante abril e maio de 2018.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Marabá, destaca-se como polo intermodal, oferece suporte comercial e financeiro às principais atividades econômicas da região, além de ser sede de importantes instituições federais, estaduais, de movimentos sociais e outras entidades coletivas. Parauapebas, foi diretamente impactada pelo Projeto Grande Carajás, iniciado na década de 1980, e hoje abriga o maior projeto de extração de minério de ferro de alto teor da Vale S.A, na Serra dos Carajás. Ambas as cidades reivindicam a criação de novas regiões metropolitanas, e enquanto isso refletem contradições da inserção de contextos não-metropolitanos num circuito global de troca baseado nas flutuações de preço de commodities e no estreitamento dos vínculos entre produção física e estratégias financeiras. Sustenta-se a hipótese de que as formas contemporâneas de desenvolvimento do capital no Sudeste Paraense, transformaram a escala e intensidade de produção do espaço, ao mesmo tempo em que reativam continuamente formas de exploração sócio-espaciais ancoradas em um passado secular. Na esteira do recente movimento de expansão das fronteiras de recursos em contextos periféricos, como África e América Latina, observa-se o agravamento de questões socioambientais e o surgimento de novas formas de conflitos relativos ao território. No sudeste paraense, as disputas entre atores e seus distintos projetos de apropriação do território persistem, enquanto velhas formas de exploração do trabalho e de destruição da natureza, combinam-se com sofisticados processos de produção e circulação do capital, seja nas relações estabelecidas em modernos projetos agropecuários, seja na operação da grande indústria mineral. Os recentes processos de urbanização tornam mais difusas e "borradas" as conexões entre os atores associados ao mercado financeiro (especuladores de commodities, gestores corporativos, acionistas), as lideranças políticas interessadas na metropolização e a gente comum afetada na ponta do processo. Sejam trabalhadores conectados com as atividades produtivas, fragilizados através de um processo: a) de progressiva desregulamentação do trabalho, acentuada nos últimos anos, b) de alta concorrência entre trabalhadores, que se veem em acirrada disputa pela manutenção de seus postos de trabalho, em setores da economia que estão cada vez mais automatizados. Sejam migrantes à antigos moradores da região, à margem do processo de reprodução e apropriação da riqueza, que passam a ter seu ritmo e o espaço de vida alterados. Fazendeiros, antigos colonos, gerentes de fazendas, e mesmo migrantes recém-chegados, sobretudo, proprietários de terras e empresários, conectaram-se aos diversos espaços de operação do capital e aproveitaram o boom das commodities para faturar com a aquisição e/ou conversão da terra rural em renda urbana, e depois avançaram para outras atividades econômicas, como o varejo, com a abertura de redes de supermercado, eletrodomésticos, postos de gasolina, concessionárias de veículos, etc.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O artigo conclui refletindo sobre os impactos contemporâneos da conexão entre os grandes fluxos de capital financeiro e a produção do espaço na região. Vê-se que enquanto alguns grupos se beneficiam e são integrados aos circuitos globais de produção, diversas comunidades são desestruturadas e significativas parcelas da população se reproduzem em um contexto de privação das condições mais básicas de vida, como o acesso à alimentação, transporte e trabalho. A promessa de integração pelo trabalho na economia formal não é cumprida, enquanto os atores com poder econômico retiram dos excluídos a terra, insumo histórico para o trabalho. Além disso a acelerada conversão de usos altera radicalmente o metabolismo da região e desperdiça a possibilidade de criação de metrópoles a partir dos temas já em pauta no século XXI: justiça social e ambiental, resiliência ou sustentabilidade.

Título:
Estado e território na urbanização neoliberal: políticas de desenvolvimento regional na Região Metropolitana de BELO HORIZONTE

Autor:
Bárbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França, Carolina Amaral Guimarães de Lima Souza e Ana Clara Vargas - Pós-Doutorado, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, Observatório das Metrópoles e Universidade Federal de Minas Gerais

Código:
OE047

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho objetiva uma reflexão sobre os impactos do último grande projeto de desenvolvimento econômico capitaneado pelo governo do Estado de Minas Gerais na reprodução do espaço da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para tanto, foi realizada uma análise crítica da implementação do Grande Projeto Aerotrópole, uma cidade-aeroporto planejada a partir de um modelo de ordenamento territorial que visa ampliar o potencial econômico, combinando a existência de um grande aeroporto, redes de transporte eficientes e empresas que se beneficiam da aviação intensiva. Pretende-se apresentar uma reflexão teórico conceitual guiada pelas concepções de Território Usado, Milton Santos (2000), e de Arranjos Urbanos Regionais, Rosa Moura (2009). Buscamos analisar a dimensão do objeto empírico e seus desdobramentos socioespaciais no território nas escalas regional e do lugar. Assim, objetivamos contribuir para a reflexão sobre a relação entre o papel do Estado e do Capital no planejamento territorial.

Metodologia:

Foi realizada uma discussão teórico-conceitual sobre a concepção de Território. Frente à complexidade e amplitude do tema, foram selecionadas as abordagens de Santos (2000), Haesbaert (2007), e Souza (2013). Consideramos fundamental estabelecer uma interlocução com a contribuição de Rosa Moura (2009, 2011, 2012), no entendimento dos Arranjos Urbanos Regionais e Grandes Projetos Urbanos, com o intuito de fomentar a análise da natureza e características da nova configuração espacial definida pela implantação do Grande Projeto Aerotrópole no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Após a revisão da literatura em tela, com base no estudo de França (2014), buscamos compreender o contexto da implantação do grande projeto e seu papel na inserção da Região Metropolitana de Belo

Horizonte no contexto econômico brasileiro e suas relações nos diferentes níveis escalares. A revisão da literatura incluiu a discussão da Teoria dos Regimes Urbanos, que destaca a importância dos atores governamentais e privados associados à formação de coalizões pró-crescimento econômico na condução da agenda urbana. Estas coalizões preferencialmente buscam os benefícios econômicos dos investimentos privados, balizados pelo Estado, em detrimento dos benefícios socialmente redistributivos. Realizou-se entrevistas com atores públicos e privados; análise de planos diretores municipais; visitas em campo com levantamento fotográfico; e posterior mapeamento dos empreendimentos, com o intuito de aferir sua inserção na paisagem do lugar e identificar a impactos socioespaciais imediatos. Buscou-se analisar através do levantamento de dados secundários, a polarização econômico institucional exercida pela Aerotrópole, com a elaboração de um quadro e do mapeamento das empresas e investimentos públicos e privados no território, bem como de sua influência no processo de reestruturação territorial metropolitana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A problemática desse estudo se insere na discussão iniciada por França (2014) a respeito das mudanças socioespaciais que vem ocorrendo no Vetor Norte (VN) da Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir da ação capitaneada pelo governo do Estado de Minas Gerais em prol da execução de um Master Plan Econômico, com objetivo inserção da região nos circuitos da economia pós-fordista em uma escala global. A ação tem como pedra angular a implementação do Grande Projeto Aerotrópole (GPA), que consiste em um conjunto de grandes empreendimentos industriais de alta tecnologia, logísticos, empresariais, de habitação, turismo e comércio, articulados por um grande aeroporto e um centro de negócios, e conectados por redes de transporte multimodais eficientes. Tem como base a teoria desenvolvida pelo pesquisador norte americano John Karsada (2012), que defende o surgimento de uma nova morfologia urbana em que os aeroportos se tornam protagonistas na modelagem e crescimento das cidades, sendo a primeira experiência concreta do gênero desenvolvida na América Latina. O VN é um território historicamente marcado por uma ocupação de população de baixa renda, dotado de baixa qualidade urbanística, infraestrutura incompleta, e extrema riqueza e fragilidade ambiental. França (2014) defende a hipótese de que novo modelo de desenvolvimento aeroportuário pode propiciar, de um lado, o crescimento econômico e, por outro, a intensificação das contradições espaciais já existentes. Acreditamos estar em curso a conformação de um novo Regime Urbano no VN ensejado pelo projeto (França et al., 2017). A partir das análises realizadas, percebe-se que a esfera econômica se impõe às ambiental e social, na medida em que o espaço é cada vez mais direcionado à reprodução do capital, resultando em um território fragmentado e seletivo. Esta seletividade complexifica o território usado, confirmando a dificuldade contemporânea de delimitação espacial da região metropolitana, que têm apresentado morfologia urbana marcada pela reprodução de padrões heterogêneos de organização do espaço. O novo modelo de desenvolvimento urbano-regional instaurado pela implantação do GPA, complexifica o território em diversas escalas, refletindo a lógica do empresariamento do urbano para a reprodução do capital. Assim, acrescentamos à hipótese inicial, a hipótese de que o território do VN, embora quase sempre interpretado de maneira totalizante, deve ser visto em sua complexidade. O território usado não é homogêneo e não responde da mesma maneira ao planejamento de desenvolvimento econômico e regional capitaneado pelo Estado e pelo Capital, através de investimentos públicos e privados. Os resultados reforçam a complexidade do fenômeno metropolitano em diferentes níveis escalares no contexto da urbanização ultraliberal e desvelam o enfrentamento dessas questões por diferentes atores e pela coalizão pró-crescimento, assim como suas estratégias para controlar a arena urbana-regional.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A reflexão sobre os processos socioespaciais em curso contribuirá para o pensamento crítico sobre a urbanização capitalista neoliberal e seus impactos no território. Irá fomentar a discussão sobre os novos arranjos urbanos regionais, onde a dinâmica dos atores complexifica os usos no território, conformando, através da seletividade dos investimentos, uma nova paisagem. Há um forte descolamento entre o planejamento econômico e a realidade cotidiana do território em tela. O crescimento econômico, através da instalação de empresas que geram recursos e arrecadação, dá suporte aos municípios do entorno aeroportuário, por outro lado, a valorização exacerbada e seletiva da terra, tem provocado uma nova dinâmica imobiliária, com diferentes impactos sobre a vida cotidiana e o ambiente. O território usado, que não é homogêneo, se complexifica, e portanto não responde da mesma maneira aos incentivos e investimentos públicos e privados, ensejando processos de gentrificação e hiper periferização.

Título:
Ensaio sobre efeitos da financeirizacao na produção imobiliária recente na Região Metropolitana de Belem

Autor:
José Júlio Ferreira Lima; Raul da Silva Ventura Neto; Jayana Marinho Mota – Doutorado, Universidade Federal do Pará

Código:
OE052

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Passado mais de uma década dos primeiros lançamentos imobiliários a partir de incorporadoras com capital aberto, num ciclo que culminou com a consolidação de novas fronteiras imobiliárias em áreas específicas da Região Metropolitana de Belém (RMB), assiste-se a uma nova rodada de lançamentos imobiliários de alto e médio padrão que parecem indicar a fase inicial de um novo ciclo imobiliário. Muitos deles são lançamentos capitaneados por empresas locais que anteriormente participavam de joint ventures formadas para viabilizar os principais lançamentos imobiliários do ciclo anterior. Nesses lançamentos nota-se a continuidade de inovações pelos agentes locais, especialmente na gestão de canteiro e no estudo de viabilidade do empreendimento, que possivelmente foram absorvidas pelo contato com as incorporadoras de capital aberto. O presente artigo tem como objetivo investigar a relevância desses processos sobre a reestruturação socioespacial da RMB e os possíveis impactos no censo de 2020.

Metodologia:

A metodologia empregada consiste da coleta e análises quantitativas de dados empíricos sobre as modificações espaciais causadas pela presença das empresas incorporadoras de fora da RMB, em um primeiro momento acerca de suas práticas em joint venture com empresas locais e em um segundo momento, após a saída das primeiras. Para tanto, analisa-se a ação das incorporadoras no que se refere a suas produtividades na área de expansão da RMB por meio de levantamentos de edificações no período entre 2007 e 2017, em dois períodos, o primeiro das joint ventures entre 2007 e 2012 aproximadamente e o outro entre 2012 e 2017 quando observa-se a ação isolada das empresas locais. Os resultados passam então a serem analisados por métodos qualitativos associando os resultados produtivos a modificações

espaciais na expansão urbana de Belém naquilo que passa a ser denominado de criação de localização. Para tal associa-se projetos estatais de mobilidade urbana e a criação de centralidades urbanas em áreas onde os empreendimentos imobiliários foram construídos.

Em uma segunda parte, o artigo busca alcançar ainda uma análise das práticas produtivas relacionando dados dos projetos arquitetônicos, trazidos como evidências de modificações no processo produtivo local. O trabalho utiliza-se do método de estudo de caso de dois empreendimentos construídos, um por uma joint venture e outro por uma empresa local, cada um iniciado em um dos períodos de análise citados acima. Os métodos de pesquisa visam trazer elementos que combinados possam trazer evidências capazes de esclarecer as condições em que a estrutura socioespacial da RMB chega no presente. Acredita-se que os resultados serão importantes para a continuação das pesquisas do Observatório das Metrópoles quando estiverem disponibilizados os dados do Censo do IBGE de 2020 e a metodologia comum de análise das estruturas socioespaciais serão empregadas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O processo de expansão das grandes incorporadoras nacionais para a maior parte das RM's do Brasil, entre os anos de 2007 e 2012, teve que ser acompanhado de transformações na gestão do canteiro e na racionalização do projeto arquitetônico. O desafio era alcançar um maior grau de controle sobre processos produtivos executados e gerenciados em pontos tão distantes do território nacional, tornando o parceiro local um agente imprescindível pela sua expertise sobre o funcionamento dos circuitos imobiliários das RM's. Com os efeitos da crise internacional de 2008, se tornou perceptível que a permanência de uma lógica financeirizada de produção imobiliária dependeria de ainda mais subsídios públicos, o que consubstanciou o pacote econômico anticíclico que teve o Programa Minha Casa, Minha Vida como principal componente. A retomada de uma política pública habitacional em escala nacional obrigou a reestruturação de grande parte das incorporadoras nacionais com capital na bolsa, ampliando racionalização do canteiro e do projeto arquitetônico para formatar seus ativos imobiliários em uma nova tipologia classificada pelo mercado – e pelo governo – como "segmento econômico".

No caso local, a atuação das incorporadoras de capital aberto consolidou novas frentes imobiliárias na sua área de expansão, notadamente ao longo de eixos viários de acesso à Belém. No rastro das novas camadas sociais que se deslocaram para esses bairros, o Estado, por meio de financiamentos externos ou de bancos públicos federais, iniciou antigos projetos de estruturação metropolitana que visam articular a RMB com um sistema de Bus Rapid Train. Um projeto que, mesmo não se adequando ao ordenamento territorial previsto para os municípios da RMB, competiu com possíveis novas centralidades urbanas para atrair empreendimentos para o vetor de expansão representado pela Av. Augusto Montenegro.

O artigo se estrutura em duas frentes. A primeira é associada ao resultado, espacial e produtivo, da atuação das incorporadoras de capital aberto na metrópole, realçando o que ficou em termos de espaço construído e em termos de prática produtiva capazes de influenciar na reestruturação espacial da RMB no futuro. A segunda está associada à relação entre a produção imobiliária recente e os projetos de mobilidade previstos para a RMB. Sugere-se como hipótese que as alterações na estrutura socioespacial da RMB e a recepção da exploração imobiliária por empresas na onda de financeirização, deve-se à mobilização do Estado local e das empresas locais para a criação de condições que fomentaram a produção imobiliária local estruturados como uma coalizão pró-crescimento que visava uma “herança” futura para as condições urbanas da metrópole. Por um lado, para a manutenção das relações de poder entre os setores públicos e privados e por outro, para ganhos futuros para as empresas locais no que se refere à comercialização do parque imobiliário construído ou em vias de construção ainda não ocupados.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Aponta-se para a continuidade das pesquisa empreendidas no âmbito do núcleo Belém do Observatório das Metrópoles que vem acompanhando modificações no território da RMB, onde processos econômicos ligados a financeirização não ocorreram na mesma dimensão que em outros territórios metropolitanos. Mesmo que as conclusões não sejam generalizáveis para as demais RM's brasileiras, acredita-se que o estudo irá trazer luz a uma condição de incompletude sobre o avanço da financeirização e seus desdobramentos em contextos como os da RMB.

Fornecerá ainda um maior entendimento das operações das empresas de capital aberto em parcerias locais, realçando os elementos que estruturam coalizões locais e seu significado no contexto social atual, seja em função das modificações na propriedade fundiária, seja nos arranjos envolvendo a elite local e o imobiliário. Em outra dimensão, o estudo também contribuirá para o entendimento de outros contextos urbanos paraenses, onde novas RM's estão em formação.

Título:
Urbanização dispersa: tecido urbano na expansão metropolitana de Salvador - RMS. Fenômeno de exclusão ou novo padrão de ordenamento territorial?

Autor:
Maria das Graças Gondim dos Santos Pereira e Gilberto Corso Pereira – Doutorado,
Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Arquitetura UFBA

Código:
OE056

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar o fenômeno da urbanização dispersa na RMS, no contexto das grandes transformações havidas desde o final século XX, às escalas regional e intraurbana. A pesquisa sobre as características do tecido urbano produzido revela informações não detectadas nas análises da urbanização dispersa recorrentes, que focalizam predominantemente a circunstância e a disposição das manchas urbanas. Do estudo do tecido das áreas urbanizadas acrescidas entre 1991/2010 (IBGE) emergem dados que justificam retomar a questão trazida por Marcuse e V. Kempen (2000) relativa à conformação de nova ordem urbana, um padrão contemporâneo da expansão das metrópoles. A discussão é tensionada a partir dos parâmetros socioeconômicos, urbanísticos e ambientais que afloram dos estudos do tecido urbano, na especificidade de uma metrópole periférica nordestina, objetivo central desse texto. Secundariamente, a metodologia de aproximação à escala do território constitui-se em experimentação diferencial, a compartilhar.

Metodologia:

Partindo da pesquisa bibliográfica e documental para compor o sistema teórico explicativo e o contexto socioeconômico, político e ambiental, a gestão territorial e os efeitos territoriais que particularizam o fenômeno da urbanização dispersa, a leitura na RMS inicia com a identificação, quantificação e georeferenciamento das Áreas Urbanizadas acrescidas nos Censos Demográficos de 1991/2000 e 2000/2010 (IBGE), apropriadas por década e por vetor de expansão, dados básicos para delinear a

estratégia de aprofundamento e de levantamentos. Utilizando de imagens aéreas disponibilizadas no Google Maps, Google Earth, Google Hibrid e Street View, das áreas selecionadas para o estudo, nos respectivos setores censitários foram demarcadas as Áreas de Ocupação Homogênea, áreas efetivamente ocupadas, e delimitado um polígono de estudo do tecido, para caracterização tanto quantitativa quanto qualitativa do padrão da urbanização. Utilizou-se de metodologia de análise qualitativa (CAMPOLI; MACLEAN 2007), baseada em imagens de aproximação sucessiva do objeto de estudo: a vizinhança, o entorno e o detalhe do tecido urbano disperso. Outras imagens aéreas, tomadas em datas distintas, foram utilizadas para caracterizar a velocidade de ocupação do setor censitário e a visualização dos elementos básicos da estrutura urbana e, de imagens ortogonais foram extraídos os parâmetros urbanísticos dos novos tecidos urbanos.

Tendo em vista as densidades serem indicadores estratégicos do modo disperso de urbanização, multivariado e multiescalar, adotou-se a metodologia do Spacematrix (HAUPT; PONT, 2009), que potencializa a apreensão de outras relações da forma urbana. Com esta metodologia foi possível ainda correlacionar densidades em diferentes escalas (TARA) e quantificar percentualmente a parcela de área privada equivalente (PIL), disponível para ocupação. Por fim, buscou-se identificar o comportamento das densidades no espaço regional detectando a sua variação no urban sprawl (JIAO, 2015).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O texto enfrenta a seguinte questão: Quais as características dos padrões físicos dos tecidos urbanos produzidos na RMS, 1991/2000 e 2000/2010?

Presumidamente, considerou-se que os novos padrões de tecido urbano, de áreas de urbanização distanciadas e isoladas, representariam diversificadas tipologias de fracionamento da terra, novos arranjos urbanísticos, novas formas de organização do mercado imobiliário – empreendimentos de múltiplos usos; novos padrões de projeto, novas formas de conjuntos urbanísticos, novas modalidades de gestão do espaço com formas condominiais diversas e complexas – loteamentos fechados, condomínios horizontais para residências e fábricas, e que projetos de desenvolvimento urbano deveriam ocorrer, mas fortemente, supôs-se que se encontraria a reprodução do padrão urbano de fracionamento e densificação num universo rural.

A aproximação com o tecido urbano revelou a ocorrência de expansão dispersa de tecidos de padrão compatível com o mercado imobiliário formal, situados no litoral, em áreas de expansão no entorno das sedes municipais interioranas, e para além destas, mas, predominantemente, o tecido produzido é de padrão informal, ocupações precárias, distante de meios de transporte, apresentam grande dificuldade de integração e correspondem a ocupações de populações de baixíssimo padrão socioeconômico.

O perfil socioeconômico encontrado nas vinte e uma áreas de expansão urbana acrescidas estudadas, corresponde a uma população com os seguintes parâmetros demográficos: 38,9% não tem renda; 55% recebe entre 1 a 5 SM, 5,6% recebe de 5 a 10 SM e 0,6 recebe mais que 20 SM; a média do tempo de escolaridade é de 8 anos; sendo 40% desempregados; e, 37,7% dos responsáveis pela família não tem instrução formal ou tem nível básico de instrução incompleto.

A RMS apresenta um crescimento de áreas urbanizadas novas nos Censos Demográficos de 1991/2000 e 2000/2010 equivalentes e que no total representam um crescimento também equivalente à área do município de Salvador. Se comparado com a população concentrada em Salvador e a população do conjunto dos demais municípios temos que não apenas se trata de uma processo de dispersão, mas dispersão de baixa densidade. Considerando os dados socioeconômicos temos uma dispersão para a

periferia da pobreza metropolitana. Neste particular ressalta a necessidade de compreensão dos critérios adotados pelo IBGE cujos setores considerados como áreas urbanizadas de fato têm ocupação efetiva entre 18 a 27 % do território.

Em uma análise que considera apenas a área de ocupação homogênea no interior do setor censitário as densidades, reavaliadas, se aproximam do padrões de concentrações urbanas e confirmam uma relação de dispersão para a expansão metropolitana.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância dos resultados está na condição de contribuição à discussão do tema proposto: sobre a pertinência do enquadramento do padrão da expansão metropolitana da RMS como disperso, se este corresponde a nova ordem urbana conforme indagam Marcuse e Van Kempen. A realidade aponta um grande crescimento de área de tecido urbano – considerado em termos do novos setores censitários representativos de áreas urbanizadas acrescidas nas décadas de 1990/2000 e 2000/ 2010, equivalente à área continental do município de Salvador. O perfil socioeconômico, entretanto, sinaliza para a especificidade deste processo na RMS, metrópole periférica e nordestina, acusando ser de natureza diferente do que tem revelado este fenômeno em outras cidades da região sul/sudeste, que mais se aproxima a um processo de exclusão socioeconômica e territorial, sem desconsiderar a ocorrência concomitante de outros vieses, mas menos expressivos.

SESSÃO 1.1.2

Urbanização e Regionalização

Coordenação: Olga Freitas-Firkowski e

Jan Bitoun

Título:
Contribuições para o desenvolvimento de análises espaciais da evolução de manchas urbanas: uma nova opção metodológica

Autor:
Twane Maria Cordeiro Xavier; Diego Quintino Silva; Lívia Izabel Bezerra de Miranda; Jan Bitoun. – Mestrado, Pesquisadores do Observatório das Metrópoles - Núcleos Recife e Paraíba

Código:
OE029

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho objetiva explorar as possibilidades metodológicas oferecidas por geotecnologias, para identificar a evolução das manchas urbanas, de forma padronizada, visando apoiar análises de processos de reestruturação urbano-regionais. Com uso de geotecnologias, foi desenvolvida uma estratégia que possibilitou análises temporais para poder observar, em quilômetros quadrados, a expansão das manchas urbanas. As áreas de estudo e aplicação dessa proposta metodológica correspondem às Regiões Intermediárias de Articulação Urbana (IBGE, 2017) de Recife, João Pessoa Campina Grande e Caruaru. Procura-se com essa cartografia contribuir ao estudo da difusão da urbanização num conjunto denso de cidades de diversas importâncias na rede urbana.

Metodologia:

Na busca por técnicas de análise espacial que atendessem o objetivo do trabalho, foram verificadas e avaliadas metodologias que possibilitassem a visualização da evolução de manchas urbanas, tais como: técnicas de SR que utilizam algoritmos para classificação supervisionada pixel a pixel em imagens de satélite; vetorização de manchas urbanas em cenas com intervalo temporal de 15 anos em média, com polígonos criados pelos autores; e comparação das áreas urbanizadas delimitadas e disponibilizadas pelo IBGE nos Censos de 2005 e 2015. No entanto, as referidas metodologias se mostraram difíceis de serem aplicadas, levando em consideração à impossibilidade de obtenção de dados, tanto nos municípios menores e com menor número de habitantes como em municípios cobertos por nuvens nas imagens de satélite, não permitindo a aplicação metodológica em grande escala.

Um trabalho desenvolvido pelo Joint Research Centre (JRC), associado a parceiros, disponibiliza uma plataforma que permite o download de informações sobre os assentamentos urbanos em escala mundial, com representação em séries temporais correspondentes aos períodos de 1975, 1990, 2000, e 2014/2015, denominada Global Human Settlement Layer (GHSL). Com uso de imagens de diferentes satélites, foram analisadas as classes de cobertura do solo, junto a dados estatísticos censitários e outras informações geográficas, posteriormente construídos resultados que foram disponibilizados através de arquivos raster (GeoTiff), cujos pixels correspondem a informações sobre a área construída, o grau de urbanização e a população residente em toda a cobertura do planeta (PESARESI et al, 2016), permitindo uma análise temporal e quantitativa da evolução dos assentamentos urbanos no mundo.

Por meio da análise dos dados acima descritos, foram observadas as transformações ocorridas na área de estudo e evidenciados como os dados disponibilizados por essa plataforma podem ser úteis para os estudos voltados para análises urbanas geoespaciais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Para trabalhar com estudos que são direcionados à identificação da evolução das manchas urbanas, na maioria das vezes busca-se a aplicação de técnicas de SR. Porém, como existem dificuldades para obtenção desses dados de maneira gratuita, com boa resolução espacial e com disponibilidade temporal que atenda a uma análise compreendida de longas faixas de anos, além do grande tamanho dos arquivos brutos dessas imagens, torna-se complexo fazer um estudo que abarque áreas com grandes extensões territoriais. Um trabalho que compreenda poucos municípios é mais viável com as técnicas supracitadas, mas quando se pretende trabalhar com um conjunto de 270 municípios, torna-se difícil encontrar dados análogos que compreendam uma área de estudo tão extensa. Como, então, conseguir informações quantitativas que constatem a evolução temporal da mancha urbana em escala regional, que permitam a comparação dos dados entre as áreas estudadas? Quais conjuntos de ferramentas e de metodologias podem auxiliar na obtenção desses dados e no desenvolvimento de um trabalho com essa escala geográfica ou maior, em relação à identificação da evolução de manchas urbanas?

Para desenvolver um trabalho do porte aqui pretendido é possível contar com o subsídio de informações disponíveis gratuitamente no GHSL, que por meio de representações matriciais permite a visualização e quantificação da evolução em quatro grupos temporais das áreas urbanas construídas em todo o planeta e, ainda, a evolução do grau de urbanização e da população residente em cada área. A obtenção desses dados, com intuito de extrair informações quantitativas sobre eles, é realizada por meio do download dos arquivos matriciais de tipo raster no GHSL (que correspondem à cobertura de todo o planeta), onde posteriormente é realizada sua manipulação e tratamento em um software de Sistema de Informações Geográficas (SIG), por meio de ferramentas de análise espacial que realizam o recorte da área de estudo pretendida e calculam as áreas dos pixels referentes a cada categoria pré-estabelecida nos dados e, por fim, constroem um levantamento temporal e quantitativo da evolução da mancha urbana na área de estudo.

Com a utilização dos dados de área construída dos anos 1975, 1990, 2000 e 2014, foi possível elaborar mapas com a evolução do conjunto dos 270 municípios desse trabalho, que fazem parte das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana (RI) do quadrilátero formado por Campina Grande, Caruaru, João Pessoa e Recife. Além disso, foi mensurado em quilômetros quadrados o quanto as manchas urbanas expandiram durante esse período de análise, contribuindo com observações sobre o percentual de crescimento em cada área e possibilitando a comparação dos resultados. Igualmente serão apresentados os dados em menor escala geográfica, com observações sobre cada uma das principais cidades das RI e seus respectivos Arranjos Populacionais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O trabalho consegue apresentar a aplicabilidade de uma nova opção de dados para propagação de pesquisas que necessitem identificar os assentamentos urbanos e sua evolução em escala temporal e espacial, com abrangência global, pois foram desenvolvidos com uma metodologia homogênea para todo o planeta. Além da utilização exposta no artigo, que permitiu mensurar a expansão das manchas urbanas, essa opção metodológica permite realizar análises de informações relacionadas também ao grau de urbanização nas cidades e à distribuição da população no mundo, potencializando o uso desses dados. Eles podem ser empregados de forma a complementar outras análises espaciais urbanas, quando comparados a dados socioeconômicos, ou servirem de base para análises voltadas ao crescimento urbano. O artigo, portanto, expõe uma nova gama de informações que podem subsidiar trabalhos tanto de pesquisadores como de gestores e planejadores dos espaços urbanos, nas esferas públicas ou privadas.

Título:

As regiões goianas sob o aspecto da nova divisão geográfica do IBGE: o formal e o real, o imediato e o intermediário

Autor:
Marcos Bittar Haddad e Leandro Costa – Doutorado, Marcos Bittar Haddad - FANAP - Faculdade Nossa Senhora Aparecida

Código:
OE036

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Entender a configuração da divisão regional goiana conforme o novo recorte proposto pelo IBGE que define regiões imediatas e regiões intermediarias.

Investigar se estas regiões intermediárias, criadas a partir desta nova metodologia, que define uma nova divisão regional, surgem de novas áreas dinâmicas independentes da RMG ou são áreas de extensão/influencia da capital.

Verificar a abrangência da RM de Goiânia para além do formal e seu papel/influencia nestas regiões imediatas e intermediarias.

Metodologia:

Inicialmente, utilizando-se da literatura já existente sobre os diversos conceitos e definições para local, regional e/ou espacial, será analisado as diferentes abordagens que definem a espacialização a fim justificar que esta nova metodologia adotada pelo IBGE, pode ser o que melhor explica a região como algo que não deve possuir barreiras, mas pode se expandir para além do que está formalmente delimitado.

Em seguida, a partir de estudos já realizados sobre as diversas dinâmicas territoriais presentes em Goiás, será feito um levantamento da realidade regional existente, seu histórico e seu papel na evolução econômica e social do estado.

Por fim, utilizando de dados secundários, tais como PIB. RAIS, CNAE, procurar-se-á levantar a realidade de cada região entendida como imediata e intermediaria existente dentro do estado de Goiás, verificando sua conexão com a RM formal existente.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Formalmente Goiás possui uma única região metropolitana, que engloba sua capital, Goiânia, e suas proximidades, composta por 20 municípios onde nem todos estão aglomerados à capital. Estudos anteriores, como o REGIC/IBGE 2007, classifica Goiânia como capital regional, com extensa área de influencia, que vai além do próprio território goiano.

É sabido que no estado de Goiás, existem outras áreas dinâmicas, além da RM formal, como a cidade de Anápolis, a região próxima ao Distrito Federal (Ride), o sudoeste do estado, forte no agronegócio e a região sul do estado, aonde a exploração mineral e a indústria tem transformado a realidade.

A pergunta a ser respondida neste trabalho é em que a RM de Goiânia e as demais regiões formais, estabelecidas pela divisão regional até então adotada, diferenciam da nova metodologia proposta pelo IBGE. E ainda, quais os argumentos podem justificar esta nova divisão para o território goiano?

Goiás, além de possuir tradições rurais/agrícolas, que impulsionam a prática do agronegócio, é um dos estados mais agressivos na atração de investimentos privados via os incentivos fiscais. A vinda de indústrias para o estado, em troca de uma baixa tributação (IPTU e ICMS), tem modificado a realidade agraria e criado novas dinâmicas, além de causar dificuldades orçamentarias ao Estado.

Desta maneira, o estado de Goiás passa por uma ocupação produtiva que cria regiões dinâmicas e que, em hipótese, necessariamente não estejam influenciadas ou conectadas diretamente à sua capital, onde se localiza a única região metropolitana do estado.

Como sabido, a localização geográfica central, faz de Goiás, ao longo de sua historia, um receptor de imigrações e investimentos públicos e privados. Sobretudo os investimentos privados, em sua imensa maioria, provocados pelos incentivos fiscais, não são originários de Goiás, o que faz crer que esta dinâmica econômica esteja atrelada a centros maiores de decisão, como, por exemplo, o estado de São Paulo. Caso isso se comprove, as regiões intermediárias definidas pelo IBGE não estariam atreladas à Goiânia.

Desta forma, estudar o estado, entendendo os diversos conceitos que definem o espaço, passando pelo histórico da formação das diversas regiões de economia dinâmica levará a uma compreensão deste espaço e sua adequação ao novo recorte proposto pelo IBGE de regiões imediatas e regiões intermediarias.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Em Goiás, historicamente, o centro sul do estado, por sua conexão com a região Sudeste do Brasil, expandiu-se mais rapidamente. Com o surgimento de Brasília, que se conectou com Goiânia, formou uma das regiões mais dinâmicas de desenvolvimento, criando um arranjo urbano regional que em muito contribui para o crescimento da região Centro-Oeste. Porem, diferentes dinâmicas ocorre em outras partes do estado, seja pela evolução natural da agricultura ou pelas mãos do poder público que incentiva o surgimento de novas dinâmicas, via obras públicas de infraestrutura e os incentivos fiscais, que atraem o privado. Porem, esta nova realidade nem sempre esteve dependente da dinâmica da capital do estado, pois são dinâmicas que se conectam diretamente a um capital e a um poder de decisão externos. Dentro desta nova divisão regional proposta pelo IBGE, torna-se importante investigar estas hipóteses e quais as características presentes nas regiões que possam configurá-las neste novo formato.

Título:
Sistema territorial de inovação e a análise regional: uma proposta teórico-metodológica para compreensão das dinâmicas urbanas no Nordeste brasileiro

Autor:
Ana Cristina de Almeida Fernandes, Bertrand Cozic, Jan Bitoun e José Geraldo Pimentel Neto – Doutorado, UFPE; UFPE; UFPE; UFPE

Código:
OE043

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Compreender a dinâmica urbana-metropolitana da área de estudo formada pela Região Metropolitana do Recife e Caruaru (Pernambuco), Região Metropolitana de João Pessoa e Região Metropolitana de Campina Grande (Paraíba), tendo como base conceitual o conceito de sistema territorial de inovação, o qual entende inovação como parâmetro para compreensão de diferenciação regional, expresso nos elementos componentes de tal sistema e a relação entre eles, assim como seus condicionantes históricos, materiais e não-materiais, acumulados no território. O trabalho objetiva desenvolver metodologia que permita operacionalizar o conceito no campo da análise regional, considerando a atual configuração dos sistemas encontrados na região selecionada, utilizando indicadores da economia do conhecimento.

Metodologia:

O debate teórico-metodológico do Sistema Território de Inovação (STI) construído por Fernandes (2016) objetiva, entre outros, destacar os seguintes aspectos: (1) a noção de cidade inspirada no papel difusor do conhecimento e da tecnologia no território e na sociedade atribuído aos centros urbanos; (2) um esforço de identificação de novos fatores de desigualdade regional baseados em indicadores de conhecimento e inovação; e (3) a compreensão que o processo de inovação envolve conflitos de interesses e relações de poder os quais devem ser contemplados pelo conceito de sistema de inovação original (Freeman, 1989; Lundvall, 1994). Para tanto, serão selecionadas variáveis de processo e de resultado acerca da capacidade de inovação presente no território (tais como competência científica, tecnológica e institucional, resultados em termos de produtos e processos novos ou melhorados), e as redes formadas pelos atores presentes que expressem densidade de interação, focando-se setores de atividade reconhecidos na literatura como expressivos da chamada economia do conhecimento ou economia criativa, a partir de bases de dados disponíveis. Estima-se que essa proposta metodológica ajudará a desvendar a configuração do processo de metropolização e concentração, como também a desconcentração urbana das regiões metropolitanas e sua integração funcional a outros conjuntos urbanos, obtendo-se, no final, a construção de parâmetro de análise das dinâmicas de metropolização para as cidades do Nordeste brasileiro. Estas, neste caso, enfocam as relações entre os diversos padrões de governança urbana da região selecionada, que totaliza 270 municípios, sendo 135 em cada Estado. A delimitação dessa região teve como base teórica-metodológica os estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) denominados: Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil (2015) e Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como o artigo tem por objetivo desenvolver uma proposta metodológica para compreensão da organização e produção do espaço urbano na perspectiva da dinâmica inovativa em uma escala intermediária, tangenciando reflexões sobre a economia do conhecimento e delimitando mais adequadamente a área de estudo sobre os 270 municípios que integram essa região . O principal problema a ser solucionado é obter delimitação espacial desses 270 municípios segundo critérios inspirados no conceito de sistema territorial de inovação para caracterização de desigualdades regionais. No que tange às hipóteses , acredita-se que: 1) a dinâmica inovativa da região, embora fortemente polarizada nas sedes metropolitanas de Recife e João Pessoa, encontra nessa região posição singular em Campina Grande, e em menor grau, em Caruaru, de onde parte efeitos irradiadores para o restante da região, o que começa a afetar a hierarquia das tradicionais cabeças de rede, em que pese a continuidade do crescimento econômico das grandes cidades dessa região; 2) Nos últimos anos (2002-2017); as cidades médias apresentaram transformações econômicas e sociais associadas à proximidade (ou distância) das

grandes cidades e a algumas infraestruturas necessárias à realização de atividades mais intensivas em conhecimento na localidade e 3) na ausência destas, restam às cidades pequenas a dinamização a partir de programas sociais ou desconcentração do crescimento econômico como o Projeto Minha Casa Minha Vida . Para verificar essas hipóteses, os procedimentos metodológicos envolveram levantamento de estudos acerca da chamada economia do conhecimento e criativa (OCDE, 2008; IPEA, 2013; Observatório das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, entre outros) para a construção, na sequência, do conjunto de variáveis que permitem a identificação de diferenças na capacidade inovativa das principais atividade s econômicas segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) no seu menor nível de análise ("classe" ou 5 dígitos). Resultados desse exercício foram cotejados com dados de exportação e importação dos municípios, obtidos no Ministério de Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Como resultado tem-se os principais municípios que promovem/desenvolvem inovação no ambiente regional em tela. Esse resultado gera novas possiblidades de pesquisa em análise regional, pois é possível definir uma nova delimitação territorial para a identificação da organização do espaço e produção urbana numa perspectiva da economia do conhecimento. Tal metodologia poderá contribuir também na análise da dimensão territorial de cadeias de valor de modo a identificar e compreender possíveis mudanças nas centralidades das antigas e renovadas regiões portuárias ali existentes" SUAPE e Cabedelo", entre outras questões voltadas ao debate da análise regional com base em inovação.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A principal relevância deste artigo é o debate teórico-metodológico do STI para a construção de parâmetros de análise de desigualdades regionais e dinâmicas de metropolização para as cidades do Nordeste brasileiro . Mas existem outras tais como a compreensão da dinâmica econômica inovativa para os municípios da região; importância das infraestruturas materiais (redes de fibra ótica, redes elétricas, equipamentos aeroviários, portuários etc.) e de conhecimento (instituições de CT&I, laboratórios de P&D, etc.); análise da atual importância para a região do adensamento das atividades mais intensivas em conhecimento e tecnologia, considerando a desconcentração da oferta de serviços de educação superior em cidades de nível intermediário, entre outros aspectos que perpassam a dinâmica econômica inovativa. Espera-se, como conclusões, a validação do conceito de STI como referência para uma metodologia de análise regional com base na economia do conhecimento adequada à análise desta região.

Título:
Think tanks e processos de urbanização: um estudo de caso na América Latina
Autor:
Lívia Zanelli de Morais – Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo
Código:
OE004

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Tendo como objeto de estudo o trabalho dos think tanks de arquitetura e urbanismo voltados para as aglomerações urbanas do sul global, o objetivo deste trabalho é identificar os fundamentos das pesquisas e projetos experimentais desenvolvidos por uma destas instituições (Urban-Think Tank) pós-anos 2000 em relação aos processos de urbanização emergentes interpretando criticamente esta produção. Busca

entender como a disciplina enfrenta as transformações do uso e ocupação do solo, infraestrutura e meio ambiente além dos limites das cidades. Parte da noção de urbanização generalizada de Henri Lefebvre considerando o contexto do capitalismo mundial no século XXI com suas crises sociais e ambientais, de modo que a arquitetura e urbanismo não tenham abordagens somente técnicas, mas também políticas. Como trabalho teórico, analisa como noções urbanas são aplicadas em prol do desenvolvimento de conceitos que incentivem urbanizações mais justas e democráticas.

Metodologia:

As propostas do Urban-Think Tank para as cidades de Caracas e São Paulo são analisadas a partir da noção de "urbanização generalizada" e sua revisão, realizada por Neil Brenner, para modelos conceituais e metodológicos sobre a condição urbana planetária do século XXI. Brenner argumenta que as geografias da urbanização não podem mais ser conceituadas exclusivamente com referência às cidades, regiões metropolitanas ou mesmo megalópoles, mas hoje englobam diversos padrões e caminhos através da paisagem sócio-espacial planetária. Extraímos destes discursos (e de outras referências derivadas da geografia) conceitos chave para análise das pesquisas e projetos. Tal método possibilita avaliar o que está sendo produzido na arquitetura e urbanismo para redirecionar ou reinserir a disciplina nas discussões sobre produção do espaço. Os conceitos englobam as escalas de atuação; postura crítica das propostas (explorando as perspectivas de crítica ao capitalismo que são inerentes às relações sócio-espaciais contemporâneas entre lugares, territórios e escalas); a proposição de novos vocabulários e representações da forma sócio-espacial (necessários para analisar as geografias policêntricas e multi-escalares da globalização); o conceito de paisagem operacional e o entendimento sobre os processos de urbanização e degradação da natureza em grandes escalas; a noção de urbanização generalizada de Lefebvre; o desenvolvimento de novos entendimentos teóricos para examinar o surgimento de interpretações que informam pesquisa e prática sobre a forma urbana contemporânea; a investigação de processos de urbanização emergentes. As publicações (livros, filmes, artigos) do think tank em estudo são fontes primárias de dados, uma vez que organizam e divulgam as pesquisas e projetos experimentais. Destacamos que parte considerável da bibliografia deriva da geografia, disciplina da qual nos aproximamos para entender conceitos fundamentais necessários para a arquitetura e urbanismo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como problema, o artigo aborda a necessária revisão do conceito de urbano pela arquitetura de modo crítico e político, compreendendo os processos urbanos emergentes. O interesse pela geografia em arquitetura é tema importante para este trabalho, pois existem avanços teóricos sobre urbanização que são essenciais para as proposições no campo da arquitetura e urbanismo, mas que são ainda pouco considerados pela disciplina. As rápidas e diversas formas de urbanização das últimas décadas podem ser utilizadas para questionar as bases da teoria urbana, especialmente conceitos consolidados de cidade e urbano/rural. Além da expansão espacial e demográfica das megacidades, observamos também transformações sócio-espaciais com novas escalas de urbanização por meio de regiões metropolitanas polinucleares. Estas se estendem fora de uma única região e atravessam fronteiras nacionais, como o Delta do Rio das Pérolas, no sudeste asiático; a Banana Azul, que engloba as principais regiões urbanizadas da Europa Ocidental; Lagos, na Nigéria, centrada em uma aglomeração litorânea na África Ocidental; entre outras regiões mega-urbanas emergentes na América Latina e Ásia. Se a hipótese de Lefebvre em "A revolução urbana" é que a sociedade foi completamente urbanizada, Brenner atualiza esta hipótese afirmando que o fenômeno da urbanização mundial tem acontecido de forma desigual, em escala mundial, bem como em territórios, regiões e lugares específicos. Acrescentamos ainda que a compreensão das transformações urbanas emergentes permanece desconhecida na disciplina

arquitetônica, sendo que os processos urbanos geram infinitas condições socioespaciais que demandam análises e teorizações específicas, além de novos vocabulários – essenciais para avançar os conhecimentos da disciplina. Assim, são analisados os trabalhos produzidos pelo Urban-Think Tank em busca de novos entendimentos teóricos na arquitetura e urbanismo, examinando possíveis posturas críticas da condição urbana global contemporânea. Como resultados, observa-se que, apesar das condições favoráveis (um cenário de institucionalização da pesquisa via think tanks + financiamentos + associações com universidades e escritórios de arquitetura renomados), arquitetura e urbanismo continuam afastados das discussões sobre processos de urbanização – trabalham a ideia de cidade tradicional, sem investigar as alterações emergentes das paisagens de forma geral e em longo prazo, de modo a abranger reestruturações econômicas, a flexibilização e informalização do trabalho, migração, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade, desapropriação e conflito social nas diversas escalas espaciais. A "questão urbana", colocada por Lefebvre necessita ser discutida e ampliada à luz das condições do século XXI, especialmente pela disciplina arquitetônica que tem trabalhado o assunto de modo, quando existente, empírico.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O urbano, potencial meio para entender aspectos da vida econômica, social e política contemporânea, aparece em um cenário adverso que tira partido de discursos ligados à ideologia global da era urbana que inclui aspectos, como: o triunfalismo do urbano, divulgado pela mídia especializada que apresenta as cidades como centros de prosperidade (vide o termo smart cities); o urbanismo tecnocientífico, utilizando ferramentas da estatística e computação para prever configurações espaciais; a sustentabilidade urbana, assunto por vezes desgastado devido à distorção do conceito com as cidades no foco da crise ecológica; os debates sobre megacidades, apresentadas como consolidadas no sul global em condições adversas de rápida urbanização. Enquanto deveriam ser questionados, tais discursos são utilizados como cenário para propostas de arquitetura e urbanismo, de caráter neoliberal, para transformar áreas urbanas existentes, independente de seus históricos ou contextos socioeconômicos.

Título:
Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa
Autor:
Alexandre Abdal – Doutorado, FGV-EAESP e Cebrap
Código:
OE049

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem por objetivo consolidar e propor uma agenda de pesquisa para a investigação das trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo. Enraizada nos desdobramentos de minha trajetória de pesquisa, doutorado, sobretudo, a agenda proposta visa observar os novos espaços produtivos, sobretudo, fora dos eixos mais tradicionais de localização da atividade econômica no Brasil – ou seja, Sudeste e Sul. A investigação dessas trajetórias perpassa a análise dos seus determinantes econômicos e não-econômicos, bem como as suas consequências em termos sociais, políticos e demográficos e as suas interações com políticas públicas municipais, estaduais e/ou federais. As

estratégias de investigação serão tanto mais profícuas quanto mais forem capazes de combinar métodos quantitativos e qualitativos, ou seja, manipulação de bases de dados secundárias e públicas com e pesquisa participante e entrevistas semiestruturadas.

Metodologia:

Este é um trabalho de síntese de trabalhos anteriores com discussão de literatura. Enquanto síntese de trabalhos anteriores, apresenta resultados georreferenciados oriundos da manipulação da Rais/MTE e do PIB-M/IBGE, a partir da aplicação de uma classificação da atividade econômica que classifica, em uma mesma tipologia, as atividades industriais e de serviços segundo a intensidade de tecnologia e conhecimento com a qual lidam. Enquanto discussão de literatura, realiza um balanço da bibliografia com vistas à consecução de seus objetivos (declarados no item anterior).

Agora, enquanto trabalho propositivo de agenda para as trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo, o trabalho possui uma importante discussão metodológica, a qual enfatizará a importância de estudos comparados, capazes de combinar de forma profícua métodos quantitativos (sistematização e manipulação das diversas fontes de dados disponíveis) e qualitativos (pesquisa participante nas regiões de interesse, entrevistas semiestruturas e grupos forcais com atores relevantes).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Em minha tese investiguei as dinâmicas regionais de localização da atividade econômica brasileira no início dos anos 2000. Situado no debate sobre a desconcentração da produção e o espraiamento da indústria, nutria expectativas de identificar tendências minimamente robustas de continuidade e, até, de aceleração dos processos de dispersão da produção iniciados há mais de quarenta anos.

Tais expectativas estavam alicerçadas em dois conjuntos de justificativas. Teoricamente, a perspectiva da redução das desigualdades produtivo-regionais estava informada na percepção de que os movimentos mais amplos de desconcentração produtiva no Brasil foram feitos em períodos de crescimento, majoritariamente a partir de novos investimentos e com pouca desmobilização de investimentos pretéritos. Além disso, a emergência de um novo ativismo estatal, caracterizado pela combinação entre renovadas políticas social, industrial, regional parecia promissor. Politicamente, acreditava e continuo acreditando que a construção de um país mais justo passa pela redução das desigualdades regionais e que a distribuição menos desigual da produção pelo território é um de seus elementos.

Contudo, as minhas expectativas se frustraram. O ciclo relacionado à implementação da CF1988 tende à interrupção e o fenômeno por mim identificado não foi a continuidade de processo minimamente amplo de desconcentração da produção, mas a manutenção dos padrões estruturais da distribuição da atividade econômica pelo território. Embora tenha havido tendências setoriais à desconcentração da produção, sobretudo em atividades agropecuárias, extrativas e em algumas indústrias mais tradicionais, com padrão de competição centrado no preço e/ou intensivos em recursos naturais, não encontrei alterações significativas nos eixos estruturais da produção no Brasil. Sudeste e Sul, com destaque para o chamado polígono, permaneceram como os principais espaços produtores de bens e serviços dos setores que lidam mais diretamente com tecnologia, inovação e conhecimento.

Novos espaços produtivos foram criados e consolidados a partir do transbordamento e/ou expansão do próprio polígono. Três espaços merecem atenção: corredor Uberlândia-Goiânia-Brasília; corredor Rio de Janeiro-Vitória; e oestes paulista, paranaense e catarinense, noroeste riograndense e sul sul-mato-grossense. Para além desses espaços, em regiões do CO, N e NE, destaco atividades majoritariamente

voltadas para mercados externos e intensivas em recursos naturais ou trabalho (agronegócio, pecuária, indústrias extrativa e de têxtil/vestuário, calçados, celulose, alimentos e bebidas etc). De caráter fragmentador e pouco enraizado, essas atividades estão associadas a ampliação da fragmentação do território nacional; padrões sociais e ambientais duvidosos; interiorização de problemas sociais até então mais ou menos restritos aos grandes centros urbanos; e/ou não favorecimento de apropriação local e/ou minimamente equitativa do excedente gerado.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O principal resultado refere-se à proposição de agenda de pesquisa orientada para a investigação dos fundamentos econômicos, demográficos, sociais e políticos do desenvolvimento atual dessas regiões do CO, N e NE, cujo dinamismo está associado a mercados externos e atividades primárias e/ou menos intensivas em tecnologia, inovação e conhecimento. Em termos de perguntas de pesquisa, propõe-se:

1. Quais são os fundamentos econômicos, demográficos, sociais e políticos dessas dinâmicas regionais?

a. Sob quais bases a sua competitividade está assentada?

b. Como ocorre a apropriação da riqueza gerada?

c. Quais as questões sociodemográficos emergentes?

d. Como se estruturam os arranjos locais para tomada de decisão?

2. Dinâmicas regionais estão associadas a políticas públicas de desenvolvimento ou competitividade? Como?

a. Qual o papel desempenhado pelas políticas municipais, estaduais e federais?

b. Quais os desafios presentes e as tendências futuras para o desenvolvimento dessas regiões?

Título:
O que une o centro e a periferia? Reflexões sobre Porto Alegre, Rio Grande do Sul e São Francisco, Califórnia
Autor:
Maurício Polidoro, Adrienne Hall e Daniel Canavese – Doutorado, Instituto Federal do Rio Grande do Sul; State University of California/Governo dos Estados Unidos da America; Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Código:
OE071

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho busca compreender as dinâmicas urbano-metropolitanas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e de São Francisco, na Califórnia. Embora ocupem posições distintas na divisão internacional do trabalho, o nosso pressuposto é que o boom tecnológico 2.0 em São Francisco irradia na globalização neoliberal

ordens materiais e simbólicas que reorganizam os espaços urbano-metropolitanos em nível multiescalar. Na égide do capitalismo racial, defendemos que a proliferação de startups como Facebook, Uber, AirBnB, Twitter e Instagram ao mesmo tempo que reorganizam o espaço urbano-metropolitano de São Francisco também proliferam globalmente, e de forma multiescalar, ordens materiais e simbólicas que afetam as cidades e as metrópoles de todo o globo. Tomaremos como exemplo a capital gaúcha para exemplificar como o capitalismo racial, ainda que dependente de trajetória, se articula com ordens emanadas de empresas de tecnologia e promovem estratégias de despossessão e expulsão de populações.

Metodologia:

Nesta proposta nos amparamos na literatura decolonial produzida sobretudo por geógrafos e cientistas sociais da América Latina e, em larga medida, estadunidenses. Enquanto os Estados Unidos possui uma vasta disponibilidade de dados relacionados à demografia, a moradia e a economia o mesmo não encontra semelhante no Brasil. Neste sentido, apresentaremos os dados de São Francisco oriundos do projeto Anti-Eviction (Anti-Evicção) que comprovam os despejos e remoções provocados pelo boom da tecnologia (Tech 2.0) além de informações do censo demográfico. Em São Francisco, a disponibilidade de transporte gratuito a funcionários da Google e da Uber tem desencadeado uma série de modificações nas condições de moradia da população negra e pobre que residem próximas aos pontos de embarque e desembarque. Além disso, a chegada de pessoas que ocupam funções em empresas de tecnologia tem elevado os valores dos aluguéis e, sobretudo, ditado novas lógicas de locações de altíssimo valor administradas pela startup AirBnB. Por outro lado, em Porto Alegre, na periferia do capitalismo global, a Uber recentemente passou a controlar a orla do Gasômetro, após investimento público milionário de revitalização da área. Os efeitos da gentrificação ainda estão por revelar-se, mas deve desencadear um impacto de nível metropolitano, já que o aumento dos valores de imóveis e aluguéis tem disseminado movimentos de ocupação de prédios e terrenos públicos na metrópole, bem como o deslocamento de população pobre para o entorno metropolitano. Como coloca Saskia Sassen no seu mais recente livro “Expulsões”, os atuais impactos do capitalismo não são ainda revelados nos dados estatísticos. Isto não deve, todavia, impedir uma leitura preliminar e crítica, a fim de mobilizar a população negra e pobre – as mais afetadas – contra a nova onda neoliberalizante que encontra na terra e na moradia as novas formas de acumulação de capital.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Saskia Sassen na sua mais recente obra “Expulsões” chama a atenção para o novo momento de acumulação do capital que, após um curto período de aumento extraordinário baseado na especulação financeira, retorna às suas origens primitivas e encontra na materialidade da propriedade seu lócus privilegiado de reprodução. Nesta perspectiva, a terra (urbana e rural) e a moradia constituem-se como elementos essenciais de domínio para a expansão e reprodução do capitalismo nesta e nas próximas décadas. As estratégias, entretanto, tem sido adaptadas com o desenvolvimento tecnológico, em especial das startups do segundo momento de desenvolvimento da informática (Tech boom 2.0). Considerando o surgimento da internet como o tech boom 1.0, o segundo momento remete às atuações de empresas como Google, Uber, Facebook, Twitter, Istagram e AirBnB que, comercializadas em cifras bilionárias no mercado financeiro, tem encontrado nos territórios metropolitanos do centro global do capitalismo táticas nefandas de acumulação e reprodução e disseminado ações de forma pulverizada num jogo de escalas. Em São Francisco, na Califórnia, centro propulsor das decisões e impactos dessa nova lógica de acumulação, a atuação destas empresas tem desencadeado uma série de expulsões, remoções e evicções amparadas numa lógica de urbanização racista, classista e generificada. O controle de valores de aluguéis pelo AirBnB tem promovido uma limpeza étnica e racial e revelado a primazia da supremacia branca, uma vez que tais empresas são, majoritariamente, compostas por homens jovens brancos. Nossa hipótese é

que, embora São Francisco e seu entorno metropolitano (em especial Oakland) sofram diretamente, de forma material e simbólica, os impactos desta nova fase de desenvolvimento e acumulação do capitalismo racializado, seus efeitos promovem, a partir de um jogo de escalas, alterações e (re)ordenamentos em outras cidades no cenário global. Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, as táticas de atuação da Uber reside em propagandas que se alastram pela paisagem urbana: a possiblidade de mudança da situação social, a aquisição de imóveis ou de qualificação através da "parceria" de desempregados submetidos a jornadas de trabalho exaustivas e controlados remotamente por regras ditadas pela empresa. Recentemente, a empresa de transporte privado passou a administrar a Orla do Gasômetro após a conclusão de uma revitalização milionária que deverá desencadear, nos próximos anos, gentrificação e privatização de espaços públicos com efeito direto no seu entorno, como a instalação de um "distrito criativo", o chamado quarto distrito, cuja planta urbanística foi importada de Barcelona. Além disso, outras estratégias desta e outras empresas de tecnologia tem engendrado uma relação promíscua entre mercado e Estado que buscaremos discutir na versão ampliada do texto.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados preliminares são relevantes, pois (i) contemplam uma perspectiva decolonial e crítica do momento de acumulação capitalista na globalização neoliberal, ao articular escalas e dissolver limites tradicionalmente vistos como duais ou dicotômicos como centro/periferia e desenvolvido/em desenvolvimento; (ii) revela as perversas estratégias de empresas de tecnologia contra as populações ao forjarem alianças locais e globais influenciando em processos políticos e espaciais; (iii) denuncia e mobiliza a comunidade acadêmica para promover uma ciência que seja ativista e reveladora de coligações entre governos locais e nacionais com o capital global, em detrimento da democracia e do comprometimento da redução das inequidades. Concluímos, preliminarmente, que desafios impõem-se nesta nova etapa de acumulação do capital, onde as mudanças espaciais forjadas em escala local/global carece de dados estatísticos e demanda aproximação do cientista com a realidade local.

Título:
Estudo comparativo de possíveis ocorrências de gentrificação em cidades brasileiras a partir de categorias de análises apontadas por Neil Smith
Autor:
Livia Priori Gonçalves, Cristina de Araújo Lima e Rafaela Antunes Fortunato –Doutorado,
Código:
OE092

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Tendo em vista a relevância da prática interdisciplinar e diálogo de saberes para a construção de conhecimento, conforme Beling (2015) aliada demanda por estudos que envolvam conceitos como gentrificação, justiça socioambiental e cidade sustentável. Este artigo tem como objetivo analisar comparativamente evidências de gentrificação e gentrificação verde em grandes cidades brasileiras destacando as semelhanças entre as ocorrências. Para tanto, partiu-se da análise e compreensão do processo de gentrificação e gentrificação verde em se contexto original, sua expansão pelo mundo e vinculação com a cidade global.

Metodologia:

Pautada no entendimento de Demo (2002), no qual a complexidade da realidade impede a aplicação de um único método e na afirmação de Alami, Desjeux e Garabuau-Moussaoui (2010) de que análises qualitativas podem ser adotadas para ilustrar uma pesquisa quantitativa, à medida que revelam dimensões não perceptíveis através de abordagens quantitativas, optou-se pela pesquisa qualitativa exploratória e descritiva. Tendo essas premissas como base, adotou-se a revisão bibliográfica e pesquisa documental e como instrumento um roteiro de coleta de dados pré-estabelecido. Seguindo o método descrito, a fim de elencar possíveis categorias de análise e características relevantes para este estudo, chegou-se aos estudos clássicos de Neil Smith, às pesquisas de Bidou-Zachariasen (2006) que trazem uma perspectiva de análise direcionada à cidade global e a América Latina, de Lees Slater e Wyly (2008) que trazem uma visão crítica sobre o tema e de Gould e Lewis (2017) que indicam serem evidentes as especificidades da gentrificação verde, relacionando-as à construção do conceito de sustentabilidade desde a década de 1960. Em seguida, trazendo o foco para o Brasil, realizou-se o levantamento de trabalhos que apresentassem possíveis casos de gentrificação e gentrificação verde em cidades brasileiras. Assim chegou-se nas pesquisas de Furtado (2014) a respeito da Região de Dona Teodora em Porto Alegre, de Siqueira (2014) em São Paulo sobre a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, de Nobre (2003) e Ribeiro (2014) que abordam a região do Carmo e do Pelourinho em Salvador, de Andrade (2001), Mendonça (2002), Arantes (2002) e Crestani (2015) focados na cidade de Curitiba e por último os trabalhos de Silva (2016) a respeito do Porto Maravilha e de Moraes (2017) tratando do Parque Ecológico e da trilha do Morro Dois Irmãos Morro, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Por anos a gentrificação, caracterizada pela destinação de áreas centrais vazias ou ocupadas pela classe trabalhadora, à classe média ou uso comercial, foi amplamente estudada no contexto dos países do norte. Com a inclusão de metrópoles latino-americanas no rol das cidades globais, surgiram indícios do processo também nessas regiões, chamando a atenção de pesquisadores locais para o tema. Em paralelo, buscando respostas à crise ecológica global, há nas políticas públicas e projetos de intervenção, a incorporação de um discurso de sustentabilidade que muitas vezes desvincula o aspecto social dos aspectos econômico e ambiental, fazendo surgir a gentrificação verde como desdobramento da gentrificação clássica. No entanto, a Declaração de Quito (2016) enfatiza a questão socioambiental reafirmando a Agenda 21 e destaca os problemas de sustentabilidade em suas várias dimensões. Nesse sentido Bidou-Zacariasen (2006) propõe a discussão pluridisciplinar da gentrificação, ampliando as análises para contextos pouco estudados como o caso dos países latinos. Sob a ótica da justiça socioambiental, Acselrad (2010) afirma que no quadro político-institucional brasileiro os grandes capitais optam por instalar seus empreendimentos em locais onde possam obter vantagens fiscais e ambientais, levando à criação de uma noção de sustentabilidade por parte do Estado e empresariado, que desconsidera os diversos atores sociais, em oposição à ideia que preconiza a atuação conjunta da sociedade, poder público e inciativa privada para alcançar a sustentabilidade socioambiental. Surgem assim questões como: A gentrificação no Brasil ocorre com as mesmas características que nos países do norte? É possível aplicar no contexto brasileiro os mesmos parâmetros para detecção do fenômeno? Com base em características apontadas por Neil Smith (2006) e Gould e Lewis (2017), como o papel do estado, a presença de capital internacional, resistências e perímetro de ocorrência, elaborou-se um quadro comparativo a fim de verificar a presença desses aspectos em possíveis casos de gentrificação no contexto brasileiro. Entre as informações levantadas destacam-se as ações de governos locais em alterar dispositivos legais, bem como sua eficiência em utilizar instrumentos previstos no Estatuto da Cidade visando interesses privados em detrimento da função social da propriedade. Sobre o capital envolvido nas intervenções, percebem-se a

participação de grandes empresas nacionais, algumas envolvidas em casos recentes de corrupção, e de capital internacional, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador sugerindo maior interesse estrangeiro nas cidades com visibilidade internacional. Em relação às resistências, a exceção de Porto Alegre, esteve presente em todos os casos. Porém, o início, intensidade e efetividade da mobilização, bem como o tipo de participação variaram. Como indicado pela literatura, houve também variação entre os locais de ocorrência, não se limitando às regiões centrais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Com este estudo evidenciam-se as relações entre gentrificação e a construção do território no contexto da cidade global. O mesmo ocorre à gentrificação verde quando o discurso sustentável não respeita a harmonia entre social, econômico e ambiental, buscando atender interesses individuais ou de grupos hegemônicos. Nos casos estudados a manifestação do fenômeno é mais intensa em cidades de visibilidade internacional, ficando claro o papel do capitalismo na construção urbana. Porém, não se afirma que em outros modelos de desenvolvimento não seria observada a sua presença, ou que qualquer projeto de revitalização seja precursor do processo. Por fim, as características apontadas em estudos anglo-saxões, mostraram-se aplicáveis às cidades brasileiras com destaque global. Contudo o perímetro de ocorrência da gentrificação não se limita às áreas centrais, mostrando atendimento às especificidades locais.

Título:
Redes globais de informação no território brasileiro: a reconfiguração recente do circuito publicitário de São Paulo
Autor:
Eduardo Augusto Wellendorf Sombini e Adriana Maria Bernardes da Silva -Doutorado
Código:
OE097

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A globalização do setor publicitário das últimas décadas criou complexas redes de informação comandadas por agências transnacionais sediadas nas principais cidades globais do Norte – Nova York, Londres e Tóquio. As agências globais e os conglomerados de mídia passaram a ter importância crescente nos mercados dos países periféricos, principalmente por meio de fusões e aquisições de empresas nacionais. Nesta comunicação, analisamos a evolução do circuito publicitário de São Paulo na última década, associando esse processo às transformações do setor publicitário brasileiro. O trabalho parte da forte concentração e centralização de capital desse setor no país para discutir os novos papéis de São Paulo como metrópole informacional na rede urbana brasileira. Apontamos que a globalização da produção publicitária brasileira, ao diminuir a importância relativa de outras metrópoles (como o Rio de Janeiro) vem contribuindo para a dinamização das atividades terciárias avançadas em São Paulo.

Metodologia:

O trabalho se baseia em revisão bibliográfica, levantamento de dados do setor e análise de publicações especializadas. A revisão bibliográfica contemplou as publicações nacionais sobre circuitos espaciais

produtivos e círculos de cooperação no espaço e dedicou atenção privilegiada à literatura da geografia econômica, sobretudo anglo-saxônica, a respeito das lógicas econômicas e territoriais das agências de publicidade e suas relações com clientes, empresas de mídia e atividades correlatas. A revisão bibliográfica apoiou a primeira parte do trabalho, que discute as novas lógicas da produção publicitária em um período de globalização das agências e das campanhas publicitárias.

O levantamento de dados do setor foi realizado nas bases da Advertising Age, do Kantar IBOPE Media e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Da primeira, foram extraídas informações sobre as maiores agências de publicidade e os maiores conglomerados de comunicação no mundo em 2015. A segunda permitiu a sistematização do ranking de agências de publicidade do Brasil em 2015, expondo a ligação às corporações globais e a localização das grandes empresas do setor. Além disso, coletamos dados sobre os investimentos em mídia e a origem das verbas de compra de espaço publicitário nas regiões metropolitanas monitoradas pela empresa no mesmo ano. Por fim, sistematizamos dados de vínculos de trabalho em 2005, 2010 e 2015 nas empresas registradas na classe 731 (publicidade) na base de dados da RAIS. Os vínculos foram classificados por estado e capitais e permitiram a produção de mapas temáticos que retratam a concentração espacial desses empregos.

A análise de publicações especializadas foi realizada no jornal Valor Econômico e nos veículos Meio & Mensagem, Propmark e Ad News. As notícias classificadas permitem a apreensão das características e das implicações das fusões e aquisições de empresas do circuito publicitário brasileiro na última década.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As agências de publicidade e empresas correlatas, aglomeradas de forma acentuada em São Paulo, compõem uma das expressões mais claras dos processos de concentração e centralização de capital que vêm reconfigurando diversos circuitos informacionais no país. As fusões e aquisições de agências de publicidade brasileiras por empresas transnacionais são a principal demonstração da inserção atual de São Paulo e do país nas redes de informação estruturadas por agências de publicidade e conglomerados de comunicação globais, sediados nas principais cidades globais. O circuito publicitário de São Paulo vem sendo crescentemente incorporado às redes de informação de escala planetária comandadas por essas corporações.

A geografia econômica, sobretudo de língua inglesa, vem se preocupando, desde a década de 1980, com essas transformações do setor publicitário. No Brasil, porém, há amplas lacunas na análise econômica e geográfica das atividades de publicidade. Este trabalho busca contribuir para esse debate. Defendemos que vem ocorrendo uma forte reconfiguração do circuito publicitário paulistano na última década, caracterizada por dois processos associados: o aumento do poder econômico das agências globais instaladas na metrópole paulistana e o reforço, na escala nacional, da concentração dessas atividades em São Paulo, com o consequente fortalecimento dos papeis de comando da metrópole na rede urbana brasileira.

Os resultados obtidos corroboram essa hipótese. O ranking das maiores agências de publicidade do Brasil indica o papel dominante dos conglomerados globais nesse segmento e apontam a massiva concentração dessas empresas em São Paulo: entre as 50 maiores agências de publicidade em 2015, 41 tinham sede na capital paulista. Entre as 25 primeiras colocadas, a maioria absoluta era de divisões brasileiras de agências globais. As fusões e aquisições registradas pela pesquisa apontam que a maior parte dessas transações foi realizada por agências globais. O trabalho apresenta os casos emblemáticos das agências W/McCann – resultado da aquisição da W/ de Washington Olivetto pela McCann em 2010 – e do grupo ABC – última grande companhia de capital nacional do setor, comprada em 2015 pela Omnicom. A distribuição espacial

de vínculos de trabalhos também indica a enorme concentração dessas atividades em São Paulo: nas atividades da publicidade em geral, a metrópole era responsável por 26.5% (31.564) dos empregos do país; considerando especificamente as agências de publicidade, São Paulo detinha 41.7% (12.210) do total de vínculos.

Relevância dos resultados e principais conclusões

O trabalho, por meio da mobilização de dados do circuito publicitário de São Paulo e do país, analisa dois processos associados à reconfiguração desse circuito na última década: em primeiro lugar, a importância crescente das agências globais instaladas na metrópole paulistana e a forte influência na produção publicitária nacional; em segundo lugar, a forte concentração das atividades publicitárias brasileiras em São Paulo, sobretudo as de maior especialização técnica e densidade criativa. A comunicação argumenta que a concentração e centralização de capital nesse circuito corresponde à inserção de São Paulo em redes de informação globais capitaneadas por essas corporações. Em paralelo, esse processo contribui para a ampliação da concentração das atividades do terciário superior na capital paulista. O trabalho se soma aos esforços de pesquisa sobre as dinâmicas das redes de informação no território brasileiro e as transformações da rede urbana nacional.

Título:
Ruptura e recaptura na política urbana nacional: notas sobre o surgimento do Ministério das Cidades e sua conjuntura
Autor:
Leticia Domingos Vellozo -Mestrado
Código:
OE102

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem como objetivo discutir rupturas e recapturas referentes à onda rosa latino-americana, com especial enfoque no campo da política urbana nacional brasileira e a experiência incipiente do Ministério das Cidades. Discutiremos as possibilidades e os limites da experiência progressista em meio à insistência do cenário de neoliberalização, mas com permissividade seletiva.

Metodologia:

Para a produção do material, buscamos uma análise de conjuntura através da bibliografia da ciência política, estudos urbanos e economia política, priorizando autoria latino-americana, bem como análise das narrativas da grande mídia. A discussão acerca do caso concreto do Ministério das Cidades foi desenvolvida através da consulta a documentos oficiais, análise de narrativas da grande mídia e entrevistas à técnicos que compuseram o quadro institucional do período discutido.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No primeiro decênio do século XXI, um possível campo para a construção de alternativas “pós-neoliberais” parecia ter sido construído na América Latina. Profundas mudanças sociais, políticas e econômicas

promoveram conquistas sociais e avanços políticos no Brasil que envolveram desde o aumento de empregos até a promoção do acesso à moradia para setores nunca antes atingidos por políticas habitacionais.

As respostas aos efeitos regressivos do Consenso de Washington foram interpretadas como um "giro à esquerda" promovido na região. As estratégias de compatibilizar crescimento com um padrão de redistribuição e inclusão se relacionaram à diversos formatos democráticos. No Brasil, por exemplo, onde a habitação e cidade, que foram objetos de lutas populares por décadas, tiveram avanços que incluíram não só a criação de um ministério que tinha como objetivo ocupar um vazio institucional histórico que havia retirado completamente o governo federal da discussão sobre a política urbana, como também a inclusão da habitação no conjunto de direitos sociais que devem ser garantidos ao cidadão brasileiro pela constituição.

No entanto, a pink tide latino-americana foi um momento singular de expectativa que não sucedeu em conformar um projeto de sociedade alternativo. Olhando para o território, após quase duas décadas, a situação de nossas metrópoles parece mais inviável: a falta de habitação adequada é persistente, e o espraiamento dos assentamentos urbanos tem reforçado o histórico "exílio na periferia".

Nossa hipótese é de que a continuidade reprodutiva dos atores que reforçam a estrutura acumulativa e as condições estruturais da desigualdade se dá pois não houve ruptura com o processo de neoliberalização, mas sim, a transição para uma fase mais permissiva, mas de maneira seletiva. Foi permitida a entrada de quadros da ruptura , mas estes convivem com atores e processos da recaptura, impossibilitando a gestação de um projeto capaz de transformar e redirecionar o padrão acumulativo.

Tentamos explicar esta dinâmica através de uma reinterpretação do duplo movimento de Polanyi, com as devidas mediações para escapar possíveis determinismos e adaptar a teorização para o contexto do sul global. Além disso, buscamos complexificar a hipótese do movimento pendular, adicionando a possibilidade da ocorrência de momentos de roll-bak e roll-out simultâneos e transescalares.

O produto, ao fim, é uma avaliação crítica deste momento híbrido e intrinsecamente contraditório. Uma incursão exploratória na auto-crítica da atuação da esquerda no aparelho estatal e uma contribuição para uma agenda de estudos acerca da ordenação do espaço em nível nacional no Brasil e sua relação com dinâmicas econômicas e políticas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Se a questão da neoliberalização relativa à produção do urbano está relativamente consolidada no debate do bloco anglo-saxão, a identificação das convergências e dissonâncias com os estudos do Brasil (e América-Latina) precisa ser amadurecida. Acelerou-se a viagem acrítica de teorias, imaginários, representações, estratégias discursivas, instrumentos e metodologias do centro em direção à periferia, sendo replicados em nossa muito específica situação sem as devidas mediação. Esta perspectiva teórica replicadora e fragmentadora obstaculiza – e de certa forma impugna epistemologicamente – uma visão de conjunto, quando se deseja apreender as atuais transformações do capitalismo, suas repercussões socioespaciais e, principalmente, seus impactos no contexto latino-americano. Faz-se necessário, portanto, um enfoque que dialogue com a literatura do centro, mas que gere explicações para o sul desde o sul.

Título:
A política de educação profissional e o desenvolvimento local: movimentos migratórios e pendulares dos egressos do IFRN para cidades polo

Autor:
Marcus Vinicius Duarte Sampaio -mestrado

Código:
OE111

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Em face do rápido processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o presente trabalho tem por objetivo analisar em que medida há casamento ou descasamento da oferta formativa em relação as potencialidades identificadas nos Arranjos Produtivos Locais (APL) do RN. O trabalho se pauta na análise das taxas de ocupação na área de formação obtida, considerando a ocorrência de movimentos migratórios e pendulares por parte dos egressos dos seus municípios de origem para as cidades polo do estado do RN ou de outros estados, em função da busca por oportunidades de emprego e verticalização dos estudos.

Metodologia:

Além da revisão da literatura sobre o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais e seu mapeamento no Rio Grande do Norte, a metodologia do trabalho consiste no recorte, cruzamento e análise comparativa dos microdados da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) para os anos de 2013, 2015 e 2017, contemplando entrevistas aplicadas aos ex-alunos dos campi situados em 13 municípios do estado do RN.

A análise tem como foco a utilização das seguintes variáveis: i) taxa de ocupação laboral ampla; ii) taxa de ocupação na área de formação obtida no IFRN; iv) localização do emprego em relação ao município do RN onde concluiu a formação, iv) produto interno bruto dos municípios onde há campus do IFRN; e, v) motivos da não inserção profissional após a conclusão do curso. As planilhas de microdados primários da PAE serão disponibilizados pela Instituição e os dados secundários serão extraídos da plataforma IBGE/SIDRA. A referida análise descritiva e comparativa consiste na geração de gráficos e tabelas cruzadas (cross tabs), sua análise estatística e discussão.

No intuito de aprofundar a análise dos dados qualitativos será feita a análise de conteúdo das preleções dos egressos do IFRN, obtidas por meio da pesquisa, no tocante à inserção profissional – utilização da formação obtida em benefício e consolidação dos APL. A análise de conteúdo se pauta na identificação de palavras-chave presentes nas preleções dos egressos, categorização do perfil das respostas, de modo a melhor compreender, qualitativamente, os números apresentados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A lei nº 11.892/2008 de criação dos Institutos Federais determina que seus respectivos campi devem definir sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais. Os quais devem ser identificados no âmbito de atuação dessas unidades, com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

A literatura sobre Arranjos Produtivos Locais sustenta que o desenvolvimento em nível local e territorial se dá a partir do enlevo ao Capital Social. O qual emerge a partir do fortalecimento do capital humano e das relações de confiança e interação entre os atores econômicos e sociais. A partir do fortalecimento dessas conexões entre os atores, consolidação de estruturas de governança, tornar-se-iam possíveis as transformações das bases produtivas locais. Nessa perspectiva de criação das condições endógenas para o protagonismo e desenvolvimento, a definição da oferta formativa de cada campus de um Instituto Federal estaria atrelada a um determinado "foco tecnológico", previamente definido com base no mapeamento das potencialidades. O qual em tese vem atender as necessidades de fortalecimento do capital humano, considerado o fator primordial do desenvolvimento dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais. existentes em determinado território de abrangência.

Entretanto, este trabalho parte da hipótese de que as cidades maiores, consideradas pela literatura como polos econômicos, portanto, fontes de atração de mão-de obra em razão das oportunidades de emprego e renda e continuidade nos estudos, em linhas gerais, tendem a suplantar tais estratégias de desenvolvimento voltadas ao fortalecimento de arranjos produtivos locais. Mesmo diante de estratégias de transformação das realidades locais, com enlevo ao maior protagonismo do capital humano e social em nível local e territorial. Assim, tende a se mostra desconexo ou tênue o esforço formativo no sentido de apoiar as estratégias de transformação das bases produtivas em nível local e territorial, por meio da educação profissional. O que ocasiona efeitos não esperados para a política educacional decorrentes dos movimentos migratórios e pendulares, em maior ou menor grau conforme o potencial econômico do município em questão e as escolhas das ofertas formativas mais pertinentes ou não a realidade.

Em municípios menores do Rio Grande do Norte onde há IFRN, por exemplo, Nova Cruz, apenas 19,2% dos egressos que obtiveram emprego encontram-se na cidade, 8,1% deslocam-se diariamente para trabalhar em outro município, 69,7% se mudaram para outro município do RN em razão do emprego e 3,03% para outro estado. Os dados variam consideravelmente em função da assertividade ou não das escolhas formativas e tamanho da economia local e territorial, de abrangência de determinado campus do IFRN.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os microdados analisados permitem uma série de recortes os quais podem permitir uma análise detalha dos fluxo de migração e pendulares dos egressos do IFRN, em razão da escassez estrutural de oportunidades nos municípios menores e atratividade exercida pelas cidades polo. Pode ser considerada migração um efeito não esperado da política de capilarização e expansão da educação profissional.

Título:
O recente interesse do setor minerário na Região Metropolitana de BH: novas estratégias contra a regulamentação atual do setor?
Autor:
Flávio Danilo Torre -mestrado
Código:
OE100

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho visa analisar a forma como grupos minerários vêm atuando no espaço da Região Metropolitana de BH, em especial no que se refere a áreas de antigas minerações desativadas por motivos legais.

Como objetivo geral, busca-se identificar áreas sobre as quais incidem processos referentes à instalação ou reabertura de atividade minerária de ferro na região após 2015, e os procedimentos utilizados para pleitear a possibilidade do empreendimento.

Como objetivos específicos, buscaremos elucidar:

- os atores econômicos envolvidos como proponentes dos empreendimentos e suas ligações corporativas com grupos econômicos nacionais e/ou internacionais;

- o estabelecimento de padrões de atuação de empreendedores junto aos órgãos estatais de licenciamento e junto às instituições híbridas de discussão dos processos de licenciamento ambiental, notadamente os conselhos estadual e municipais de meio ambiente, além de outras instâncias participativas que possam vir a ser envolvidas nesses processos.

Metodologia:

Para alcançar os objetivos estabelecidos será necessário proceder a uma pesquisa documental focada na análise dos processos administrativos referentes ao licenciamento dos diferentes empreendimentos.

Isso permitirá a realização de um quadro comparativo entre eles, no sentido de identificar o proponente do projeto, a empresa responsável por realizar os estudos necessários para se obter a autorização, o instrumento inicialmente requerido para viabilizar a atividade, a existência de alterações no escopo e escala do empreendimento, a relevância de medidas mitigadoras e/ou compensatórias previstas, as estratégias de atuação dos empreendedores e seus representantes nas instâncias colegiadas de participação, assim como movimentos e estratégias de resistência por parte de outros atores sociais.

A recorrência de alguns elementos pode indicar padrões de atuação que podem ser constitutivos da estratégia dos empreendedores para viabilizar seus interesses.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A investida de mineradoras de ferro na RMBH tem suscitado preocupações referentes aos impactos gerados por tais empreendimentos em diferentes dimensões de um espaço ocupado por um contingente populacional em torno de 6 milhões de habitantes.

Uma das principais é o fato dos empreendimentos situarem-se em áreas que servem como recarga para mananciais dos quais se servem os sistemas de abastecimento de água da região, configurando-se em real ameaça ao bem estar da população.

Outros elementos presentes a tais projetos que têm causado preocupação das populações das áreas de influência referem-se à emissão de particulados, trânsito de veículos pesados, implantação de barragens de rejeitos, dentre outros.

Mesmo a justificativa econômica para a aceitação dos empreendimentos tem suscitado questionamentos, visto que, com a automação de plantas industriais, o chamado retorno social que seria gerado, principalmente a criação de empregos diretos, torna-se irrelevante frente a potenciais danos ambientais.

Cabe dizer que a receita gerada para municípios e Estado mostra-se aquém do necessário para arcar com os resultados nefastos da atividade, ainda que possa, em uma perspectiva imediatista, prover recursos para a execução de políticas públicas locais. Mais ainda, a dependência do poder público local em relação a tal atividade e o não incentivo à diversidade de atividades econômicas tendem a produzir efeitos perversos no médio-longo prazo.

No entanto, verifica-se que os processos de licenciamento de empreendimentos desse setor tem sido objeto de análises céleres por parte dos órgãos ambientais e, de forma geral, os óbices, assim como medidas mitigadoras ou compensatórias a eles interpostos, têm sido de pouca relevância.

Tem-se observado também uma simplificação dos estudos e documentação necessários ao licenciamento dessas atividades, sendo que em alguns casos, esses são apresentados de forma "econômica", isto é, não abrangendo a totalidade do empreendimento que se pretende instalar, facilitando assim a obtenção das autorizações para o início das atividades.

Assim, uma hipótese que se aventa nesse estudo é a de que as mineradoras estariam se valendo de uma brecha no arcabouço institucional para obter a autorização inicial de atuação em áreas pretendidas, para depois ampliarem a escala de suas ações.

Outra hipótese seria que o setor minerário teria constituído um segmento especializado em buscar uma "regularização" de ações em áreas que, a princípio, seriam interditadas à atividade.

Dados já coletados demonstram que a validação da primeira hipótese mostra-se plausível, visto o que vem ocorrendo na mina Corumi em Belo Horizonte e no que se pretende implantar com o Complexo Minerário Serra do Taquaril, nos municípios de Nova Lima, Raposos e Sabará.

Já sobre a segunda hipótese, vemos que uma mesma empresa tem sido a responsável por pleitear as autorizações necessárias às atividades de diferentes grupos econômicos, em especial nas áreas com alguma dificuldade legal.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos podem contribuir para o estabelecimento de novos parâmetros de controle das atividades do setor minerário, principalmente quando o mesmo procura se instalar em áreas situadas nas proximidades de grandes aglomerações urbanas.

Com isso, pode-se minorar a possibilidade da ocorrência de desastres e também a exposição desses grandes contingentes populacionais aos problemas gerados por essa atividade.

SESSÃO 1.1.3

Metrópole e Metropolização

Coordenação: Olga Freitas-Firkowski

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Padrão de urbanização global: o caso da metrópole de Porto Alegre

Autor:
Henrique Dorneles de Castro –doutorado, Posgea/UFRGS

Código:
OE082

Resumo:

Objetivos do trabalho:

No início do Século XXI, com o aprofundamento do processo de globalização, as cidades passam por substanciais alterações. O predomínio do processo de globalização e o paradigma da abertura dos mercados econômicos geraram nos últimos anos uma série de mudanças estruturais nas cidades, que são o principal cenário destas transformações econômicas recentes (HIDALGO;TRUMPER;BORSDORF, 2005).As principais mudanças referem-se a novas estruturas produtivas, à polarização e fragmentação social, a novos negócios imobiliários e ao papel dos agentes privados e públicos no espaço urbano, à explosão de mobilidade, policentralidade e urbanização dispersa e à nova paisagem urbana com destaque a novos artefatos urbanos (DE MATTOS, 2006; SOARES;FEDOZZI, 2016). Este artigo tem como objetivo, através de uma ampla revisão de literatura e do exemplo de Porto Alegre, analisar quais seriam as características e processos deste suposto padrão de urbanização global.

Metodologia:

Os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa consistem nos seguintes passos listados e explicados. Inicialmente, um levantamento bibliográfico para a formulação de um referencial teórico sobre as atuais transformações urbanas sob uma lógica de um padrão de urbanização global. Com este referencial teórico, buscamos compreender a atual urbanização capitalista, suas formas, origens, processos e consequências. Esta bibliografia nos dará aporte também para a teoria de um padrão de urbanização global que estaria sendo reproduzido em divesas cidades do planeta. Munidos da compreensão teórico, podemos partir para o próximo passo metodológico, que consistirá em analisar, na metrópole de Porto Alegre, os empreendimentos e transformações urbanos levantados pela bibliografia como parte desse padrão de urbanização global. Dessa maneira, teremos um apontamento que poderá nos ajudar a analisar se esse fenômeno ocorre no caso de Porto Alegre, o que também ajudará a comprovar ou refutar, através de um caso concreto, a teoria de que há um padrão de urbanização global.

Focado na forma espacial, esse será um primeiro passo para a nossa pesquisa mais ampla, que busca futuramente aprofundar ainda mais essa questão, focando então no conteúdo e nos processos de produção deste espaço urbano.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Diversos autores defendem que há uma nova etapa da urbanização capitalista devido às fortes alterações pelas quais as cidades têm passado (BORSDORF, 2003; JANOSCHKA, 2002 ,2006; DEMATTOS, 2006; HIDALGO,TRUMPER e BORSDORF, 2005; SOARES, 2004, 2006; SOJA, 2008; RUFÍ, 2003; DEMATTEIS, 1998; VALLE, 2014, entre outros). Além disso, essas mudanças estariam ocorrendo de maneira similar em cidades de diferentes países e regiões. Isso porque essas mudanças são fruto de processos socioeconômicos ligados à globalização, a qual influencia quase todas as regiões do planeta. Dessa

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

maneira, cidades de todos os continentes são afetadas pelos mesmos processos globais, como por exemplo a presença de multinacionais, desindustrialização, mudança para uma economia de serviços, novos empreendimentos de moradia, comércio e lazer e até a própria forma de viver na cidade, cada vez mais isolada, entre outros, ao mesmo tempo em que as particularidades de cada metrópole são também exponenciadas.

Em Porto Alegre, pode-se observar diversos dos processos desta nova fase da urbanização capitalista, levando à nossa hipótese de que a produção do espaço urbano dessa metrópole segue esse padrão de urbanização global. Podemos apontar diversos indícios para embasar essa hipótese. Assim, como várias outras metrópoles, Porto Alegre também passa por um processo de reestruturação urbana. Há uma desindustrialização transformando o antigo eixo industrial próximo ao centro em zona degradada, com a ocupação industrial seguindo em marcha para setores exteriores (SOARES;FEDOZZI, 2016; SOARES,2006). Concomitante a isso, o núcleo da metrópole reforça-se para atividades de gestão, com o surgimento inclusive de um distrito empresarial no eixo da Terceira perimetral.

A metrópole, segundo Soares e Fedozzi (2016) passa a ter uma estrutura muito mais complexa,um morfologia dispersa, multicêntrica, uma das intenções do Plano Diretor (SOARES, 2006). Há uma proliferação de empreendimentos privados nas áreas periféricas da metrópole, desde moradias sociais para a população de baixa renda, passando por um explosão de condomínios horizontais de padrão médio, como no bairro Aberta dos Morros, e até empreendimentos de luxo, como o Alphaville, Terraville, Central Park. Estes últimos buscam ter a maior autonomia possível, oferecendo a função não só de moradia, mas também de comércio e serviços nas áreas internas. Há também novas centralidades baseadas nas funções terciárias, como shopping centers e torres de escritórios, muitas vezes com os empreendimentos oferecendo ambas, como no caso do Iguatemi, Praia de Belas e Barra Shopping Sul.

Junto à dispersão urbana, há também gentrificação e revalorização de áreas centrais, com novos empreendimentos e ocupações de classes medias e altas nessas áreas, além do tradicional setor dos bairros de elite na porção norte-leste a partir das Av. Indenpendência, Goethe e Nilo Peçanha.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A melhor compreensão possível da estrutura do espaço urbano é essencial para qualquer pretensão de planejamento, melhora ou mudança da cidade. É mister compreender as caracteríticas, os processos que as produzem e os efeitos e consequências destes. É preciso entender quais ações, quais atores e de que forma é produzido o espaço urbano da metrópole submetida a processos globais. Essa tentativa torna-se ainda mais relevante numa época onde ações em escala global tem resultados locais e vice-versa. Também é fundamental a análise empírica para contribuir à melhor compreensão dessa nova fase de urbanização capitalista. A teoria de um padrão de urbanização global, defendida por vários autores, deve ser testada a partir de estudos em diferentes cidades. À primeira análise, Porto Alegre apresenta muitos dos elementos desse padrão de urbanização. Os próximos passos da pesquisa são a comprovação a partir de dados de campo e dos processos de formação destes elementos.

Título:
A densidade de comércios e serviços e o padrão territorial de desenvolvimento nos eixos de expansão metropolitana norte e sul de Natal-RN
Autor:

Nilberto Gomes de Sousa e Julliani Laiss Alves Maia –mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Código:
OE089

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este estudo teve por objetivo principal analisar o comportamento espacial dos setores comercial e de serviços nos eixos de expansão metropolitana norte e sul de Natal, em 2018. Para tanto, buscou-se identificar similaridades e diferenças quanto a diversidade e porte das localizações comerciais e de serviços; identificar as áreas de concentração de serviços e comércios e revelar o nível de concentração ou dispersão espacial do conjunto de localizações. A abrangência territorial das análises realizadas considerou as duas zonas de contato entre os tecidos urbanos de três municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN): Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Esta escolha relaciona-se ao fato de que estes municípios são, entre os 14 municípios que integram a Região Metropolitana de Natal, os que apresentam os maiores níveis de integração, conforme define o Observatório das Metrópoles (2015).

Metodologia:

Os procedimentos empregados para a realização deste estudo abarcaram as etapas encadeadas de revisão teórica, captura de dados, verificação em campo, tratamento dos dados obtidos, elaboração cartográfica e de análises dos produtos obtidos. Sobre a revisão teórica, esta etapa incluiu a leitura de obras que versam, principalmente, sobre organização espacial, padrões territoriais urbanos, concentração e dispersão urbana. Entre as fontes utilizadas, destacam-se Jacobs (2000); Bentley et al. (1985) Yeang; Baxter (2000); Haughley (2005); Rogers (2014); Boyko (2014); Sassen (1998) e Castells (2001). Ademais da observação de trabalhos relacionados já realizados para a área em análise. Quanto ao alcance dos objetivos propostos, para a identificação de similaridades e diferenças quanto a diversidade e porte das localizações comerciais e de serviços, inicialmente construiu-se um banco de dados, contendo o tipo (especializado ou não especializado), porte (varejo ou atacado), quantitativo e localização das unidades de comércio e de serviços, para a área em análise. Em seguida, estas informações foram classificadas e empregadas na elaboração de produtos cartográficos a partir da utilização de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Já para a identificação de áreas de concentração de serviços e comércios, os procedimentos incluem o tratamento das informações, as quais foram extraídas do banco de dados construído, a partir da utilização da ferramenta de análise espacial point density, contida no SIG utilizado. Enquanto que o nível de concentração ou dispersão espacial do conjunto de localizações foi revelado mediante a análise conjunta dos produtos cartográficos elaborados. Cabe ressaltar que o universo dos dados utilizados apresenta fontes diversas, que incluem, dados obtidos na plataforma colaborativa OpenStreetMaps, dados obtidos em entidades relacionadas a tais setores produtivos, além de dados obtidos e/ou verificados em pesquisa de campo realizada no ano de 2018.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A despeito das recomendações do Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal (1974), de uma expansão continua e não em setores isolados que resultaria em uma coesão do tecido urbano preocupada em “estender os serviços públicos essenciais a todas, com a eliminação dos contrastes antidemocráticos

e desumanos entre as mesmas", a dispersão como lógica de crescimento das forças sociais prevaleceu nos episódios de expansão da capital potiguar.

Nas últimas décadas a Região Metropolitana de Natal (RMN) viveu um processo de urbanização descontinuada que produziu ocupações desiguais permeadas pela especulação imobiliária e infraestrutura e serviços insuficientes. Alguns desses "saltos" sobre os vazios urbanos, ocuparam os principais eixos viários que definem as fronteiras com os municípios de São Gonçalo do Amarante, Av. Tómas Lindim, e Parnamirim, Av. Abel Cabral, que juntos apresentam o maior nível de integração, na Região Metropolitana de Natal, conforme o Observatório das Metrópoles (2015). São trechos importantes no sistema viário da RMN que articulam e distribuem o tráfego local para os bairros a que servem e às cidades vizinhas.

Ressaltamos ainda que as ocupações ao longo desses eixos, são os únicos pontos de contato entre os tecidos urbanos desses municípios e que as áreas de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim são isoladas do tecido urbano desses municípios. Compreendendo a importância territorial desses eixos de expansão metropolitana, pergunta-se: qual o padrão territorial de desenvolvimento da região metropolitana funcional de Natal a partir da análise da concentração de usos comerciais e de serviços?

Isto é, a distribuição de comércios e serviços, incluindo os serviços públicos e institucionais em cada porção dos municípios favorece o fortalecimento desses eixos de expansão? Como se comporta espacialmente os setores de comércio e de serviços nos eixos Norte e Sul de Natal, quanto a oferta, diversidade e densidade de equipamentos?

Diante deste contexto, a hipótese inicial apostava na influência que a particularidade da aproximação dos tecidos urbanos e a presença dos eixos de expansão poderiam exercer 1) na atração de usos comerciais e de serviços; 2) na "duplicação" de alguns serviços públicos (educação, saúde, segurança); 3) na diferenciação da região norte devido a condição de ligação intermunicipal da Av. Tómaz Landim.

Os resultados mostram que no eixo de expansão norte o lado natalense concentra 75% dos serviços e 77% dos comércios. Entre outras particularidades observamos, no conjunto, uma insignificante presença do o uso residencial, e uma fraca e presença dos serviços institucionais.

No eixo de expansão sul a distribuição é mais equilibrada. Os comércios estão mais concentrados no lado natalense com 61% do total, enquanto 64% dos serviços estão no município de Parnamirim. Nessa área a forte presença dos condomínios residenciais verticais, revela a ação da especulação imobiliária.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos apontam para o fortalecimento dos eixos Norte e Sul, no que concerne a concentração de atividades comerciais e de serviços. O eixo norte, apresenta maior densidade comercial e de serviços e tem atrai os grandes comércios. O eixo sul por sua vez, fortemente residencial, apresenta uma densidade de serviço e comércio inferior ao do eixo norte.

No entanto, a falta de articulação desses eixos e das suas áreas contíguas com o restante do tecido parece ter duas consequências opostas. Nas áreas de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, mostra-se como um fator de impedimento à integração intra-urbana e favorece a simbiose com a cidade polo. Na escala metropolitana, mostra-se como um fator de impedimento à desconcentração da cidade polo e consequentemente de maior dinâmica regional.

Neste sentido, os resultados obtidos apontam para a necessidade de entender o processo de urbanização/dispersão para além do mero espraiamento do tecido urbano.

Título:

As cidades latino-americanas no contexto da globalização: um olhar sob a perspectiva da hierarquia e rede urbana mundial

Autor:
Ivandra Alves Ribeiro –graduado, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR.

Código:
OE093

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo geral: compreender a posição e o papel exercido pelas cidades latino-americanas no contexto da rede de cidades mundiais proposta pela rede de pesquisa Globalization and World Cities - GaWC.

Objetivos específicos:

1. Interpretar os critérios adotados pelo conjunto referido para a hierarquização das cidades, a partir da definição de cidades globais em Sassen (1998) e na construção da rede em que os agentes são empresas de serviços altamente especializados.

2. Ponderar a aplicabilidade da visão de mundo a partir das cidades mundiais, sob a ótica da representatividade de um padrão neoliberal de acumulação transnacional do capital na conformação das relações interurbanas.

3. Analisar a classificação proposta para o conjunto da América Latina e, estritamente, para as cidades brasileiras e argentinas, a fim de refletir sobre as diferenças e similaridades entre as relações exercidas pelas metrópoles a nível local, a nível regional e a nível global.

Metodologia:

O presente trabalho fundamenta suas reflexões nas tipologias de pesquisa bibliográfica e documental, para tecer a análise comparada entre as realidades de cidades latino-americanas na conjuntura da globalização. Entre os procedimentos metodológicos estão o levantamento da literatura sobre as relações de centralidade interurbana entre as cidades da América Latina em face à rede mundial de cidades. A obtenção de dados sobre as cidades foi efetuada a partir da disponibilização por meio digital de planilhas, pela rede de pesquisa GaWC. Para compreender os critérios envolvidos na hierarquização das cidades, consultou-se a bibliografia também disponibilizada pela rede. A etapa de tratamento dos dados consistiu em organizar as cidades latino-americanas presentes nas planilhas, para que posteriormente a discussão sobre o papel de cada cidade no contexto da globalização fosse embasada. O GaWC considera em seu modelo de rede mundial, três níveis de estrutura: I. nós - as cidades, a espacialidade para a produção dos serviços; II. supranodal - nele a economia mundial constitui o lócus em que a rede opera para administrar os serviços, III. subnodal - os serviços altamente especializados, este nível atende a demanda de serviços

estritamente ligados às lógicas da globalização e dinamizam a economia por sua centralidade. Os serviços altamente especializados são: contabilidade, advocacia, relações públicas, programação, telecomunicações, entre outros, pensados para atender as necessidades de um mercado que atua e tem necessidades específicas mundialmente. Posteriormente, organizaram-se as informações sobre as cidades brasileiras e argentinas presentes na listagem, com a comparação entre definições hierárquicas e de rede de cidades realizadas por órgãos nacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE - Brasil; e Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios/MPFIPyV - Argentina) e a proposta pelo GaWC.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A problemática do presente trabalho surge do questionamento, baseado em Sassen (2010): ao operar nessa geografia econômica transnacional, qual a diferença real para aqueles em desvantagem social? Parte-se da hipótese que as cidades latino-americanas reproduzem a complexidade das relações globalizadas, contudo com aos desdobramentos do processo dual da aglomeração e da desigualdade econômica. As cidades globais são entendidas em Sassen (1998) como pontos de comando; lugares e mercado para a indústria de destaque do período atual (finanças e serviços especializados destinados às empresas); e como os lugares de produção fundamentais para essas indústriasa. A partir desta definição, a rede GaWC, em Taylor (2001), propõem a conformação de uma rede a partir das cidades, caracterizada pelo seu teor social e menos dependente de infraestrutura física, constituída por meio da conectividade das relações econômicas urbanas que estruturam geograficamente a economia mundial. A hierarquização mundial de GaWC consiste em cidades mundiais (Subníveis: Alfa, Beta e Gama, que tem suas divisões), que ligam em maior ou menor grau suas regiões à economia mundial; e cidades autossuficientes, que não são cidades mundiais mas possuem serviços o suficiente para não serem abertamente dependentes das cidades mundiais. As cidades latino-americanas em meio às classificações GaWC (2017) para o ano 2016 dividem-se de forma equivalente entre as categorias de cidades mundiais e cidades autossuficientes, respectivamente, com 21 e 20, com o total de 41 cidades entre 18 países. A função predominante das cidades latino-americanas é a de conectar suas regiões econômicas à economia global; e de atuar como centros autônomos que atendem necessidades de oferta de bens e serviços de suas regiões econômicas, com autonomia de cidades de maiores hierarquias. Ao inserir-se na rede urbana mundial, a América Latina continua estabelecendo relações em seu interior no nível subcontinental, considerando as conexões entre cidades de mesma hierarquia. As cidades autossuficientes localizam-se próximas às cidades mundiais e seus fluxos econômicos, o que reforça o padrão de aglomeração econômica das empresas de serviços especializados, para Sassen (2005), resultar na concentração do capital global de mercado em determinadas cidades. Ao focar no cenário do Brasil e da Argentina, as cidades reproduzem o padrão indicado de se concentrarem em determinadas regiões e destaca-se que os resultados obtidos quanto às maiores hierarquias assemelham-se. As principais distinções entre as classificações nacionais e a mundial são que as variáveis adotadas pelo IBGE (2008) e pelo MPFIPyS (2011) consideram fatores e dinâmicas além do GaWC, como infraestrutura, atividades financeiras e comerciais, e a centralidade exercida por órgãos públicos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As cidades possuem diferentes papéis em variáveis escalas, seja ela local, regional ou global. No caso das cidades latino-americanas, nota-se que estas possuem função de dinamizar certas instâncias da economia mundial, pois predominam entre elas cidades mundiais. As definições da rede GaWC sobre a hierarquia e rede mundial de cidades mostram que as cidades latino-americanas são autônomas no que se refere a sua inserção mundial na economia, em relação às cidades “desenvolvidas”. No entanto, ao tecer tal

afirmação não é preterido o fato dos serviços altamente especializados se concentrarem em cidades globais mais complexas. O contexto subcontinental possui desigualdades estruturais diretamente ligadas aos padrões do neoliberalismo, mesmo que isto não comprometa e/ou limite a atuação mundial. É fundamental analisar os impactos deste modelo de aglomeração econômica na desigualdade da distribuição de renda mundialmente, que conforma o cenário em que regiões controlam regiões (Sassen, 2005).

Título:

Dinâmica urbana em Maceió/AL: novas/velhas formas, as mudanças e permanências em curso

Autor:
Luciane M. Oliveira Marisco, Renato Braga Correia, Andrea Geórgia S. de Araújo e Lívia Menezes das N. Lins –mestrado, UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Código:
OE103

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo apresenta alguns dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (Área de Concentração: Organização do Espaço Geográfico), desenvolvidas no período de 2015 a 2018, realizadas no Laboratório de Dinâmica Urbana, Planejamento e Gestão em que os resultados revelam as mudanças nos padrões de uso e ocupação do espaço urbano em Maceió e os reflexos socioespaciais nos últimos anos. As pesquisas tiveram os seguintes objetivos: analisar e refletir sobre o processo de segregação da população de alta renda em curso no litoral norte de Maceió, o processo de exclusão social, territorial e urbanística a que estão submetidas a população da Favela Sururu de Capote, e o papel do Shopping Center Iguatemi gerador de nova centralidade urbana e efeitos na estruturação da cidade.

Metodologia:

O percurso para o desenvolvimento das pesquisas se pautaram no primeiro momento em uma revisão bibliográfica e posterior definição do recorte teórico das mesmas, tendo em vista o vasto campo de categorias e conceitos da ciência geográfica. Portanto, a categoria de análise geográfica que elegemos nas pesquisas foram o "território usado" formulado por Milton Santos em sua obra Território: Globalização e Fragmentação (1994) e atualizada em Manifesto (2000), e ainda os conceitos de Policentralidade de Sposito (1997, 2003) e de Tecnosfera e Psicosfera de Santos (2006). Com base nestas categorias e conceitos procuramos compreender e explicar os processos e formas espaciais em curso em Maceió nas diversas vertentes de análise que são: nos processos de segregação urbana da população de alta renda, de segregação e exclusão das populações de baixa renda e excluídas da Favela Sururu do Capote e na explicação da formação de novas centralidades geradas a partir da implantação dos shoppings centers na cidade de Maceió. Em todas as pesquisas a escala de análise foi a intraurbana. A fontes de dados se basearam em: pesquisa em órgãos públicos (Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais, Museu de Imagem e Som de Alagoas, IBGE), pesquisa de campo que consistiu na aplicação de entrevistas e

questionários semi-estruturados, uso de técnicas de geoprocessamento na produção de mapas temáticos e registro fotográfico.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Apresentaremos aqui a problematização, hipóteses e alguns dos resultados alcançados das três pesquisas concluídas. A pesquisa de Renato Braga Correia que teve como título "Condominiarização urbana: uma análise da segregação residencial da classe de alta renda, no litoral norte de Maceió/AL, teve como problema central: entender o processo de autossegregação da classe de alta renda e os reflexos na estrutura urbana de Maceió/AL no litoral norte e identificar os efeitos da segregação por meio do processo de condominiarização e seus reflexos. Alguns dos resultados apontaram que: o litoral norte de Maceió configura-se atualmente como uma região de interesse e conflitos entre os diversos grupos socioeconômicos. De um lado, a produção de condomínios horizontais fechados destinados à classe de alta renda, e de outro, a emergência de movimentos sociais que lutam pelo "direito à cidade, como o Abraçe a Garça; a produção destes condomínios horizontais fechados se efetivou em bairros com uma clara heterogeneidade socioeconômica o que tem introduzido uma nova forma de organização socioespacial entre as classes socioeconômicas.

Por sua vez a pesquisa desenvolvida por Andrea Geórgia S. de Araújo "A dinâmica da ocupação na Favela Sururu de Capote: segregação socioespacial e exclusão social", teve como problematização central uma reflexão e o conhecimento acerca da exclusão social e como este processo reforça processos de segregação espacial da população de baixa renda à luz da ciência geográfica. Os objetivos dessa pesquisa foi analisar e explicar os efeitos segregativos sobre a população da Favela Sururu de Capote, excluída socialmente, mas também nas dimensões urbanística e territorial, repercutindo negativamente nas condições de vida dessa população que habita este lugar, em condições subumanas de sobrevivência a 38 anos. Através da vivência partilhada, os relatos dos moradores, os diálogos e a observação do cotidiano junto aos dados obtidos nas entrevistas e as discussões, permitiu afirmar como a ausência do Estado é percebida ao tratar a situação crítica da população que ocupa o território excluído da Favela Sururu de Capote reforçando processos de segregação e exclusão, como um sistema que se retroalimenta, ou, seja, a segregação socioespacial reforçando os processos de exclusão social, territorial, urbanística e vice-versa. A pesquisa de Lívia Menezes das N. Lins, intitulada "O Maceió Shopping como nova centralidade urbana", teve como hipótese demonstrar como um objeto técnico, "o Maceió Shopping" a partir de sua implantação promoveu a formação de uma nova centralidade urbana, promovendo uma reestruturação urbana a partir dele. O resultados alcançados demonstraram que além de gerar uma nova centralidade através do fluxo de pessoas que passou a atrair desde a sua inauguração, conseguiu promover uma reestruturação urbana com efeitos espaciais como por exemplo a valorização imobiliária advinda de sua implantação.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Com essas pesquisas conseguimos apreender algumas lógicas em Maceió que explicam a dinâmica urbana atual, e que se revestem em novas formas espaciais, como a da expansão e consolidação dos "condomínios horizontais fechados" e os "shoppings centers" como novos centros de lazer e comércio promotores de uma reestruturação urbana. Por outro lado, permanecem as "velhas formas" como a Favela Sururu do Capote" que possui 38 anos de existência e que reproduz as mesmas condições de precariedade aos seus moradores, reforçando a mais de três décadas processos de exclusão social, territorial e urbanística, ao mesmo tempo que tem reforçado processos de segregação espacial. As pesquisas revelaram igualmente similaridades quanto a processos e formas verificado nos padrões de

expansão urbana das maiores metrópoles brasileiras, comprovando que a lógica capitalista atua em diversas escalas, reproduzindo suas lógicas de lucro, gerando cidades cada vez mais desiguais e excludentes.

Título:
Ordenamento do aglomerado urbano da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC): impactos da atuação privada na imposição de eixos de expansão

Autor:
Doriane Azevedo e Frank Giordany Aquino Fraporti –doutorado, Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - EPURA / Universidade Federal de Mato Grosso

Código:
OE074

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Em diferentes momentos tentou-se incorporar uma faixa ao norte de Várzea Grande (MT), em processo de redefinição dos seus limites urbanos. Estes foram recorrentemente alterados a partir de acréscimos e decréscimos de seu perímetro, não justificados de forma clara, antes e após o Plano Diretor de 2007.

Em 2013, estudos elaborados no âmbito de um "Plano de Expansão" apontam essa faixa como única porção do território que poderia receber empreendimentos públicos e privados. Dentre os privados, destacam-se parcelamentos pautados em tipos urbanísticos cujas propostas indicam as principais tendências espaciais, com uma dinâmica imobiliária viabilizada por um conjunto de ações e investimentos do Estado. Verifica-se também, o ordenamento do território conduzido pelos interesses de empreendedores imobiliários.

Destarte, pretendemos abordar os possíveis impactos decorrentes da imposição desse eixo de expansão urbana na Região Norte de Várzea Grande, lido no contexto do Aglomerado Urbano na RMVRC.

Metodologia:

aprovados, juntamente com as referências bibliográficas das mais diversas.

Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica versará sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre os temas (terá como base a teoria e história da urbanização, do urbanismo e do planejamento; o direito urbanístico, no que couber), fornecendo dados históricos e atuais.

A pesquisa documental, será possível a partir do acesso aos arquivos da Prefeitura Municipal de Várzea Grande (e suas legislações disponibilizadas), dos agentes imobiliários de relevância no processo e de Grupos de Pesquisa que se voltaram aos estudos da questão. Pautar-se-á também da análise de dados socioeconômicos e legislações municipais disponibilizadas por instituições como IPEA, IBGE entre outros.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A partir da década de 2010, infraestruturas como a existente Av. Mário Andreazza e o pretenso Rodoanel vêm estruturando a Região Norte de Várzea Grande, com ligação facilitada à Cuiabá. A implantação dos

novos campi da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT, da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT, equipamento esportivo de apoio a Copa do Mundo FIFA 2014, um Centro Jurídico e Parque Tecnológico tem reforçado as tendências de ocupação dessa Região.

A estruturação do espaço permitida pela consolidação dessas obras públicas possui relação estreita com as diferentes etapas de ocupação do território de Várzea Grande, especialmente para os limites do território urbano que foram recorrentemente definidos a partir de acréscimos e decréscimos. A necessidade de viabilizar a implantação dessas obras públicas, somada a ação de um conjunto de agentes urbanos resulta na remodelação do território e impõe na agenda a rediscussão e redefinição do perímetro urbano.

Como resultado, a última alteração do Perímetro Urbano apresentou considerável ampliação voltada à Região Norte, em comparação com demais Regiões, abarcando áreas compreendidas entre o antigo perímetro e o Rio Pari, onde a ocupação tem sido caracterizada pelo surgimento da tipologia urbana dos condomínios horizontais.

Por conta da presença de grandes extensões de terra desocupadas, a região atraiu e ainda atrai as construtoras, incorporadoras, que buscam a oferta de glebas em áreas em processo de consolidação da cidade (e com valores baixos por m²) para a implantação dos mais diversos tipos de parcelamento. Os investimentos que viabilizarão a instalação dos equipamentos públicos urbanos integram conjunto de ações entre público e o privado, em uma relação combinada, mas desigual entre investimentos (públicos) e apropriação (privada) da valorização gerada.

Isso é possível pela própria estrutura fundiária dessa região, configurada por dois grandes monopólios de terra, cujos proprietários são os doadores das porções de áreas para os referidos equipamentos públicos, como também propositores de empreendimentos imobiliários – os “bairros planejados” Mirante do Pary e Chapéu do Sol.

O Planejamento Urbanístico desses empreendimentos imobiliários deve ser avaliados no contexto do ordenamento do território pelo agente privado, onde o poder público mal cumpre seu papel de planejamento e gestão, e em sua possibilidade de conduzir ações que reduzem e ou potencializam impactos ambientais, sociais e econômicos das ações sobre seus territórios.

Portando, faz-se necessário reavaliar plano de ocupação da área urbana que agudiza problemas de desintegração inter e intraurbano e socioeconômica, para minimizar os aspectos negativos desta expansão, o que exige propostas integradas que vão muito além de sugestões urbanísticas de interesse dos empreendedores que não atendam às necessidades dos munícipes de Várzea Grande, Cuiabá, e da RMVRC.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Na nossa análise constatamos a criação de demanda por empreendimentos públicos em determinada faixa do território e junto a necessidade por expandir o seu perímetro urbano, para incorporá-los numa área bruta que amplia a articulação com Cuiabá sem integrar as porções intraurbanas; valorizou-se a terra restrita a poucos proprietários-incorporadores imobiliários, viabilizando economicamente seus empreendimentos; consolidou-se a ocupação do norte de Várzea Grande, bem como um arco de expansão urbana no Aglomerado da RMVRC – Cuiabá-Várzea Grande sobre áreas de interesse ambiental

e sociocultural, com profundos impactos socioambientais ao deparamos com comunidades tradicionais de características rurais e extensões de área de interesse ambiental.

Em síntese, a ampliação do perímetro urbano é muito mais o resultado de demandas criadas e ações combinadas para viabilizar empreendimentos públicos e privados, mas agudizando problemas de toda ordem que a criação da RMVRC em 2009 buscava minimizar.

Título:
A estrutura socioespacial metropolitana brasileira na década de 2000: estudos comparativos
Autor:
Jupira Gomes de Mendonça e Alexandre Magno Alves Diniz -Pós-Doutorado, UFMG; PUCMINAS
Código:
OE019
Resumo:

Objetivos do trabalho:

Os resultados poderão contribuir para a melhor compreensão da dinâmica recente da metropolização brasileira. Os dados mostram relativa estabilidade na composição e na distribuição das categorias sócio-ocupacionais entre as metrópoles brasileiras – a continuidade é a característica mais destacada. Simultaneamente, apresenta-se uma tendência à homogeneidade social entre as metrópoles. Uma hipótese explicativa é o fato de que a opção pelas políticas neoliberais a partir dos de 1990 colocou o Brasil na economia mundo, paradoxalmente na qualidade de exportador de commodities e ao mesmo tempo como lugar de grandes lucros financeiros – potencia financeira emergente, como disse Paulani. Em larga medida, isto pode explicar a simultânea estabilidade da estrutura sócio-ocupacional e sua tendência à homogeneidade entre as metrópoles. Esta tendência remete também à hipótese de continuidade da estrutura socioespacial e uma possível tendência também de homogeneização entre as regiões metropolitanas.

Metodologia:

O trabalho se inscreve no processo de investigação levado a cabo pelo Observatório das Metrópoles, nos últimos vinte anos, cujo ponto de partida foi a construção de uma tipologia socioespacial que evidenciasse processos de segregação ou de mescla social no território metropolitano. Para isto, inicialmente foi construída uma representação da sociedade brasileira, com base na variável ocupação, do Censo Demográfico; com filtros de renda, escolaridade e posição na ocupação foram definidas categorias sócio-ocupacionais representativas da hierarquia social. A partir desta construção, o passo seguinte foi verificar a composição dessas categorias no território. O recurso utilizado foi o emprego das técnicas de análise fatorial por correspondência binária e de classificação hierárquica ascendente, através das quais é possível identificar a regularidade da representação das categorias no espaço metropolitano. Esse procedimento permite encontrar unidades espaciais homogêneas entre si (em relação à composição das diversas categorias sócio-ocupacionais residentes no território) e heterogêneas em relação às demais. A origem da construção desse método remonta a metodologia desenvolvida por Chenu e Tabard (1993) no início dos anos noventa para o território francês, e posteriormente trabalhada por Preteceille em Paris e Luiz César Ribeiro para o Rio de Janeiro. No final dos anos de 1990, a pesquisa foi ampliada para São Paulo e Belo Horizonte, a partir de proposta contemplada pelo Edital PRONEX/CNPq, sob a coordenação de Luiz César Ribeiro. Desde então, a rede Observatório das Metrópoles veio crescendo e, em 2015, foi concluído

o projeto Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática, com participação de equipes das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Medidas de localização ajudam na comparação entre as regiões metropolitanas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O processo de ocupação territorial brasileiro e a divisão regional do trabalho provocaram fortes heterogeneidades regionais. Simultaneamente, o processo de urbanização, que se intensificou a partir dos anos de 1950, também geraria grandes desigualdades internas às cidades, em um padrão de estruturação soioespacial centro-periférico. Este fenômeno teve diferenciações regionais, dadas pela formação histórica e socioeconômica de cada região e pela inserção de cada cidade na rede urbana. A partir dos anos de 1970, o processo de desconcentração da economia industrial e de integração do mercado nacional, em grande medida resultado de políticas públicas, parece ter produzido uma tendência à homogeneização da estrutura social das metrópoles. É o que mostram os procedimentos realizados em recente comparação realizada por nós, acerca da estrutura sócio-ocupacional das 15 principais regiões metropolitanas brasileiras. Embora a estrutura social das metrópoles ainda seja diversa, na década de 2000 algumas mudanças se manifestaram de forma bastante generalizada, ainda que com relativa diferença. Destacam-se a diminuição da participação dos dirigentes, pequenos empregadores e prestadores de serviço não-especializado no conjunto da população ocupada. Por um lado os processos de concentração e centralização de capital podem explicar esse decréscimo dos dirigentes e empregadores; por outro lado, o incremento substancial da população ocupada nas grandes metrópoles (26%) e o maior grau de formalidade no emprego parecem estar na origem da diminuição dos trabalhadores do terciário precário. Ao inverso, cresceu de forma significativa a participação dos profissionais de nível superior, provavelmente como resultado da desconcentração espacial das universidades públicas, os programas públicos de concessão de bolsas e o aumento geral da renda salarial. Uma pergunta que orienta o trabalho proposto é qual foi o impacto destas mudanças na organização social espacial das metrópoles? O avanço da tendência da financeirização urbana e da mercantilização da cidade provoca a formulação da hipótese central dada pela metáfora lefebvriana da implosão/explosão: de um lado, a crescente concentração dos grupos superiores na hierarquia social nas áreas mais centrais, cujo solo é mais valorizado. Por outro lado, a dispersão do tecido urbano, em processos de fragmentação de diferentes qualidades, sejam os enclaves residenciais de alta renda, em que a natureza é mercantilizada e a segurança é vendida como atributo imobiliário, sejam os espaços precários para onde se movem os despossuídos da cidade mercantilizada, sejam os assentamentos falsamente urbanos produzidos pelo capital imobiliário com o patronato estatal. A hipótese a ser verificada é então a da homogeneização também da estrutura socioespacial das metrópoles, dada por processos mais gerais disseminados pelo território urbano brasileiro.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados poderão contribuir para a melhor compreensão da dinâmica recente da metropolização brasileira. Os dados mostram relativa estabilidade na composição e na distribuição das categorias sócio-ocupacionais entre as metrópoles brasileiras – a continuidade é a característica mais destacada. Simultaneamente, apresenta-se uma tendência à homogeneidade social entre as metrópoles. Uma hipótese explicativa é o fato de que a opção pelas políticas neoliberais a partir dos de 1990 colocou o Brasil na economia mundo, paradoxalmente na qualidade de exportador de commodities e ao mesmo tempo como lugar de grandes lucros financeiros – potencia financeira emergente, como disse Paulani. Em larga medida, isto pode explicar a simultânea estabilidade da estrutura sócio-ocupacional e sua tendência

à homogeneidade entre as metrópoles. Esta tendência remete também à hipótese de continuidade da estrutura socioespacial e uma possível tendência também de homogeneização entre as regiões metropolitanas.

Título:
Diferentes trajetórias possíveis para Região Metropolitana de Santarém
Autor:
Taynara do Vale Gomes e Ana Cláudia Duarte Cardoso

Código:
OE073

Objetivos do trabalho:

O presente artigo apresenta uma discussão sobre a formação da Região Metropolitana de Santarém (RMS), no Estado do Pará, colocando a cidade como exemplo dos atuais conflitos territoriais resultantes do processo de urbanização recente. A expansão urbana desordenada, a especulação imobiliária, a implantação de grandes equipamentos de infraestrutura logística, o avanço das áreas utilizadas para o agronegócio e as coalizões cada vez mais fortes entre os agentes econômicos, elite local e forças governamentais em prol de um modelo de desenvolvimento voltado para a produção estão entre o cenário atual da região. A discussão parte da premissa de que a RMS ilustra um padrão de metrópole incomum se comparada as regiões metropolitanas classicamente formadas nos anos 1970 e sua diversidade de usos, instrumentos legais que asseguram arranjos e modos de vida de tradição secular resistem ao avanço do agronegócio e ao processo de urbanização até os dias atuais.

Metodologia:

O trabalho se desenvolve a partir da construção de um arcabouço teórico que recupera a formação pré-cabralina do território e evidencia que as práticas existentes atualmente na região são heranças de períodos passados que se consolidaram através do tempo. Dados, entrevistas, registros fotográficos e análise de documentos oficiais que forma obtidos através de levantamento de campo na região estudada. Assim como elaboração de cartografias que cruzem informações e permitam contrapor processos passados e recentes que alteram e estruturam a dinâmica local, permitindo assim analisar o contexto atual e discutir possibilidades futuras para essa nova Região Metropolitana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A RMS é apresentada como uma região que conta com uma trajetória de milênios de ocupação (civilizações pré-cabralinas), onde a configuração da mancha urbana deriva de diferentes matrizes (indígena, portuguesa e quilombola). Matrizes essas que desde o século XX vem sendo sobrepostas por um padrão urbano industrial, e à medida que a mancha urbana se expande, resulta na superposição de dinâmicas urbanas e rurais. A região onde a cidade está inserida apresenta um tecido urbano extensivo que articula todo o território à uma rede global e guarda um padrão de dispersão de ocupação do território que preserva indícios daquilo que tem sido a estrutura milenar de ocupação.

O trabalho procura recuperar o processo de formação histórica dessa mancha que reconhecemos como urbana na região para levantar o debate sobre o que de fato significou o processo de formação da Região

Metropolitana de Santarém. Partindo da hipótese de que a RMS não configura um espaço de fato metropolitano como classicamente a literatura sobre o assunto define, foram levantados os critérios necessários para criar um região metropolitana no país, o conceito de metrópole e metropolização e contrapostos à realidade local para então discutir quais as alternativas dessa nova região metropolitana se não for reproduzir o modelo vigente no país.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O trabalho coloca a RMS como o espaço do diverso, que mesmo após todas as imposições de dinâmicas desde sua formação como cidade, mantém uma grande diversidade de modos de vida que seguem a vanguarda do pensamento sobre cidades e a questão urbana e nesse sentido a região se apresenta com enorme potencial de seguir essas premissas contemporâneas e que já se estabeleceram como consenso no mundo sobre qualidade de vida, atributos espaciais, recursos naturais, sociodiversidade, entre muitos outros, e que estão na contramão do que está sendo imposto como diretriz de desenvolvimento pelas políticas urbanas locais, políticas estas que reproduzem fórmulas defasadas e amplamente difundidas no século anterior.

Título:
RIDE Grande Teresina: utopia ou realidade?
Autor:
José Maria Marques de Melo Filho e Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski –doutorado, Universidade Federal do Paraná - UFPR
Código:
OE021

Resumo:

Objetivos do trabalho:

As discussões realizadas neste trabalho inserem-se no tema da organização do espaço, gestão do território e formas de articulação elaboradas para promover o desenvolvimento regional, dessa forma relaciona-se ao debate proposto por esta sessão temática.

A criação das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES) no território nacional pressupõe maior cooperação e ações coordenadas entre os entes federados, com o intuito de favorecer o desenvolvimento dessas regiões. Assim, propõe-se, por meio desse artigo, analisar se o arranjo interfederativo da RIDE – Grande Teresina efetivamente é capaz de promover ações de cooperação entre seus municípios contribuindo dessa forma para o modelo de desenvolvimento integrado proposto com sua criação.

Desse modo, a oposição expressa no título do texto visa evidenciar se o modelo interfederativo das regiões integradas consegue avançar na definição de redes de cooperação, ou se ainda é algo utópico.

Metodologia:

A presente pesquisa é de natureza descritiva, embora não se limite apenas a descrever as características dos fatos, suas dinâmicas e implicações, mas engloba a sistematização dos mesmos com intuito de

comparar, relatar, identificar, entre outros aspectos e, com isso, permitir analisá-los por meio das informações obtidas.

Para a construção do embasamento teórico utilizou-se a técnica de pesquisa exploratória, com a finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre o conteúdo pesquisado (GIL, 1999). Assim, a fundamentação foi alicerçada com base em autores que discutem, de forma aprofundada, a temática da gestão do território; planejamento e desenvolvimento regional e as regiões integradas de desenvolvimento. Dentre eles destacam-se: Andrade (2010); Araújo (2000); Azevedo & Alves (2010); Bandeira (2006); Becker (1993); Egler (2009); Fischer (2007); entre outros.

Depois de realizada a análise teórica sobre o assunto, seguiu-se para a consulta aos documentos oficiais, afim de averiguar os mecanismos institucionais que regulamentam as questões em torno da gestão do território, políticas regionais e instrumentos de planejamento. Os documentos analisados foram: A Constituição Federal (1988); A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (2007); O Estatuto da Cidade (2001); O Estatuto da Metrópole (2015); A Agenda 2015 (2002) e 2030 de Teresina (2015); as Leis Federais que instituíram as RIDES. Houve também coleta de dados quantitativos e qualitativos juntos aos seguintes órgãos: Ministério da Integração Nacional (MIN); Superintendência de Desenvolvimento Regional (SDR); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria Estadual de Planejamento de Teresina (SEPLAN) e Prefeitura Municipal de Teresina (PMT); Fundação CEPRO – Teresina e Observatório das Metrópoles. Os documentos oficiais analisados e os dados coletados serviram para subsidiar a investigação e alcançar os objetivos propostos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Ao analisarmos o processo de gestão do território brasileiro, sob o âmbito institucional, verificamos que houve, a partir da Constituição de 1967, maior predomínio para ações de planejamento, além do aumento na destinação de recursos, bem como a criação das regiões metropolitanas e elaboração de convênios, visando à cooperação intergovernamental (EGLER; MATTOS, 2003).

Entretanto, mudanças significativas ocorreram com a promulgação da Constituição de 1988, principalmente, na definição das formas de articulação e cooperação entre os entes federados, visando promover seu desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais e, com isso, permitindo a criação de novos arranjos institucionais como, por exemplo, as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES).

Salienta-se que as Regiões Metropolitanas diferem-se das Regiões Integradas, pois, enquanto as primeiras são criadas pelos estados, tendo o seu poder de articulação circunscrito, apenas, entre dois níveis diferentes de governo (a capital do estado e os municípios que integram a sua região metropolitana); as RIDES são arranjos interfederativos propostos pela União, sendo construída por munícipios de diferentes Estados da Federação e estabelecidos por meio de um mesmo complexo geoeconômico e social, ou seja, pressupõem a existência de outros arranjos espaciais, que oportunizam a cooperação entre União, Estados e Municípios.

Nesse sentido, essa forma diferente de conceber a gestão do território decorre das transformações promovidas pelo aumento da autonomia e poder dos governos locais e a ampliação do espaço político municipal que, por sua vez, passou a defrontar-se com temas cuja territorialidade ultrapassa os limites administrativos do município, como é o caso das questões ligadas à infraestrutura urbana, transporte, saneamento, energia e gestão ambiental.

No caso das regiões metropolitanas, constituídas por territórios municipais contíguos, a questão é ainda mais delicada, pois o aumento da autonomia local acaba concentrando as decisões e esforços apenas no centro econômico e de maior receita, negligenciando, assim, problemas e questões que precisam ser endereçados em outras escalas (ANDRADE, 2010). Em razão disso, como afirma Egler e Mattos (2003, p. 430), existe "[...] em vários pontos do país, a formação de espaços interestaduais cuja gestão e desenvolvimento necessitam de institucionalidade nos moldes das Regiões Integradas".

Diante do exposto, assume-se como hipótese de pesquisa que o modelo de cooperação e integração de ações voltadas para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento regional, previstas para as regiões integradas, apresenta arranjos interfederativos capazes de consolidar efetivas redes de cooperação, tomando como foco de análise a RIDE – Grande Teresina.

Pensar a dinâmica regional do espaço urbano a fim de promover o desenvolvimento regional de uma rede de integração é uma tarefa complexa e, nesse caso, o trabalho apresenta pertinentes discussões

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Esse trabalho contribui para a discussão sobre os padrões de organização do território, enfatizando a adoção do modelo de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES), a fim de demonstrar as dinâmicas relacionadas ao seu processo de constituição e poder de articulação entre os entes que a compõe.

Os resultados da pesquisa possibilitaram uma maior compreensão da dinâmica empreendida dentro dessa rede de integração (RIDE – Grande Teresina), que ainda permanece pouco explorada e ilustrada, devendo suscitar novas perspectivas de análises no tocante a esse tema, além de constituir mais uma fonte de pesquisa sobre o funcionamento desse modelo de cooperação entre município, Estado e União.

Logo, a necessidade de analisar a organização do território e a articulação das ações na rede de integração constitui um trabalho importante, pois todo esse cenário interfere na organização social e espacial, promovendo intensas transformações no dinamismo espacial de Teresina e dos outros municípios.

Título:
Implementação do projeto Cidades do Ceará I – Cariri Central e seus desdobramentos na Região Metropolitana do Cariri-CE

Autor:
Francisca Fernanda Batista de Castro e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda –mestrado, Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual Vale do Acaraú

Código:
OE027

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Esta pesquisa propõe fazer uma reflexão a respeito do conjunto de intervenções, por parte do Governo do Estado do Ceará, nas cidades que compõe a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri). Trata-se do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional, Cidades do Ceará I – Cariri Central, que possui ações específicas voltadas para essa região. A escolha do Projeto como objeto de estudo ocorreu a partir do

desejo de compreender como suas ações foram executadas em cada município da RMCariri e quais os seus desdobramentos (positivos e negativos). Associado a isso, buscamos entender qual a sua relação com o processo de institucionalização da RMCariri. Trata-se de um arranjo institucional movido por fortes contradições, que envolvem desde o seu processo de institucionalização até sua dinâmica urbano-regional.

Metodologia:

Em termos metodológicos, a discussão a ser apresentada, deriva da dissertação de mestrado da autora (CASTRO, 2017), cujos procedimentos teóricos e metodológicos foram divididos em três momentos: a princípio foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, centrado em uma abordagem conceitual com temáticas relacionadas à questão metropolitana brasileira e cearense. Esta etapa permitiu a formação de um banco de informações a partir da consulta em livros, dissertações, teses, artigos, periódicos e sites institucionais. A coleta dos dados secundários, aqui intitulada como segunda etapa da metodologia, foi de fundamental importância para interpretação e melhor compreensão da dinâmica urbana do nosso recorte espacial, isto é, Região Metropolitana do Cariri, na medida em que, propiciou certo encaminhamento quanto aos trabalhos de campo. Por fim, a terceira e última etapa refere-se à realização dos trabalhos de campo. Recurso indispensável à pesquisa geográfica, sua importância é fundamentada na possibilidade de descobrir novos elementos da realidade, no intuito de promover uma releitura do espaço. Acresce ressaltar que os trabalhos de campo devem estar atrelados à teoria, no intuito de promover uma contextualização capaz de comprovar ou refutar as nossas hipóteses.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A elaboração do Projeto Cidades do Ceará I – Cariri Central ocorreu entre março de 2006 e dezembro de 2009 e sua implementação em 2010. O Projeto foi concebido como ação estratégica, direcionada para a execução de uma política de desenvolvimento local e regional, que se constitui num conjunto de intervenções integradas de caráter urbanístico, ambiental, social e econômico, que visa melhorar a infraestrutura urbana dos municípios da RMCariri e promover a requalificação ambiental de algumas áreas, fator condicionante para a promoção do desenvolvimento sustentável. A emergência do Cariri cearense como território estratégico para o recebimento de investimentos do Governo do Estado não é recente, visto que, na década de 1980, a região já integrava na agenda governamental como importante centro regional do sul-cearense. Contudo, é lícito afirmar que tais investimentos tanto por parte da esfera pública como privada, começaram a se intensificar a partir da institucionalização da RMCariri em 2009. Acresce destacar que o Projeto foi criado com o intuito de fortalecer institucionalmente os municípios da região e promover a redução da desigualdade regional no Ceará. Não obstante, após sua conclusão, no ano de 2017, o Projeto apresentou algumas mazelas, uma vez que, suas principais propostas, a saber, a construção de um aterro sanitário e a criação do plano diretor da RMCariri não foram executadas. Em se tratando da RMCariri, foi possível observar através da leitura de pesquisas já realizadas, nos trabalhos de campo e, principalmente, pelo convívio na região, que o dinamismo urbano apresentado, sobretudo pelo Crajubar, faz desse aglomerado um dos territórios de grande expressividade no Ceará, seja em termos populacionais, político e econômico. Além do que, a região vem apresentando um conjunto de transformações socioespaciais, especialmente, na última década, ocasionadas pela organização da produção capitalista, atrelada à manifestação da globalização e do processo de reestruturação produtiva. Contudo, apesar da pujança econômica, a RMCariri é carente de mecanismos institucionais de cooperação e de políticas que busquem minimizar a propagação dos problemas que transcendem os limites territoriais de seus municípios. Além disso, os atores regionais pouco aproveitaram a institucionalidade como oportunidade no plano de políticas públicas e planejamento integrado, assim como, a inexistência de um

governo metropolitano dificulta a atuação dos conselhos. Por outro lado, é inegável que no CRAJUBAR as realidades urbanas são cada vez mais integradas, isto é, há um intenso movimento entre essas cidades, através de deslocamentos para trabalho, educação, negócios ou serviços.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A tentativa de potencializar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a RMCariri e promover o seu fortalecimento institucional através da implementação do Projeto Cidades do Ceará I – Cariri Central foi uma importante iniciativa por parte do governo Estadual. No entanto, os maiores beneficiados com o Projeto foram os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha - CRAJUBAR. Em Crato, destacamos a requalificação ambiental do bairro Seminário, em Juazeiro, a construção do Anel Viário e em Barbalha boa parte das obras foram destinadas a serviços de sinalização e pavimentação do seu centro histórico. Enquanto isso, nos demais municípios, como é o caso de Nova Olinda, Santana do Cariri, Jardim, Caririaçu e Missão Velha, as obras se restringiram a pavimentação de rodovias. Ademais, a RMCariri ainda possui muitos desafios, no tocante a integração política entre os seus municípios, que se encontram desarticulados e pelas necessidades estratégicas em termos de governança.

Título:
Mobilidade pendular e territórios metropolitanos: estudo de duas realidades no Rio Grande do Sul, Brasil
Autor:
Heleniza Ávila Campos, Carolina Chassot, Douglas Martini e Edilene Lira –Doutorado, PROPUR/UFRGS
Código:
OE050

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Através deste artigo, busca-se discutir as dinâmicas socioespaciais metropolitanas brasileiras recentes, decorrentes dos atuais modos de organização da produção industrial e de serviços, com fortes implicações na mobilidade de fluxos diversos (capital, mercadorias, informações e pessoas). Utiliza-se como objeto empírico de análise as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (RMPA) e da Serra Gaúcha (RMSG).

A RMPA, criada em 1973, através da Lei Complementar n° 14, é composta por 34 municípios. O núcleo produtivo mais dinâmico da RMPA compõe-se em um parque industrial bastante diversificado, possuindo ainda um marcante setor terciário, com serviços diversificados, incluindo os financeiros e imobiliários.

A RMSG, criada por Lei Estadual (Lei nº 14.293/2013), possui 13 municípios. A despeito do parecer contrário à sua criação, sua institucionalização é representativa do recente caráter político, mais do que estratégico, nas implementações de regiões metropolitanas.

Metodologia:

A metodologia parte da classificação dos níveis de integração espacial dos municípios às dinâmicas econômicas e de deslocamento nas regiões metropolitanas, apresentado por Ribeiro (2012) que se fundamenta nas informações referentes à concentração, distribuição e crescimento populacional; produção e distribuição da riqueza; ocupação do território; mobilidade populacional e grau de

urbanização. O método parte da hierarquização dos municípios, segundo a variação da integração em cinco níveis:

a) Polo: o município que atua como principal centralidade devido a seu porte populacional, bem como concentração de atividades econômicas e relações funcionais em relação aos demais municípios que compõem a região metropolitana;

b) Muito alto: constitui o conjunto de municípios próximo ao polo metropolitano e muito dinâmico, econômica e financeiramente;

c) Alto: municípios alta integração possuem proximidade aos municípios mais integrados;

d) Médio: municípios baixa densidade demográfica, mas ainda com proximidade relativa aos demais municípios com maior potencial de integração;

e) Muito Baixo: municípios esparsos espacialmente, com características rurais predominantes, e baixa densidade demográfica, mas com baixa capacidade de integração com os municípios mais dinâmicos;

f) Não Classificados: municípios que não apresentam integração significativa.

A variação da integração entre os municípios se baseia no deslocamento (origem-destino) que tem como motivos trabalho e estudo, segundo os microdados do Censo Demográfico do IBGE (2010). A análise desses dados considera também os cruzamentos com dados demográficos (população economicamente ativa - PEA) e econômicos (Produto Interno Bruto – PIB, e Valor Agregado Bruto - VAB) dos municípios e redes de fluxos de mobilidade.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A economia global contemporânea encontra nas redes de cidades os meios para a sua expansão, territorializando de forma heterogênea as estruturas que favorecem e viabilizam os negócios e os fluxos de capital (SASSEN, 2000). Nesse contexto, as regiões metropolitanas constituem-se em lugares privilegiados de forte manifestação das relações econômicas, políticas e sociais da atual fase do capitalismo. O transbordamento das funções econômicas tradicionalmente concentradas na metrópole, para novos espaços da região metropolitana em resposta à expansão territorial do Capital torna essa estrutura espacial ainda mais complexa.

Assim, os territórios metropolitanos refletem as mudanças estruturais nas relações entre Capital e Estado que tem ocorrido mundialmente desde a crise econômica dos anos 1970 e, de forma mais acelerada, após a expansão mundial da crise imobiliária de 2008, iniciada no contexto norte-americano: desregulamentação dos Estados; aprofundamento e expansão do regime de acumulação financeirizado em sua fase pós-fordista (RIBEIRO & DINIZ, 2017). As funções estratégicas da metrópole na fase industrial complexificam-se na ampliação dos serviços e do setor terciário.

Benner (2010) ressalta o significativo desgaste das relações entre as metrópoles e seus Estados Nacionais, cada vez mais dependentes do Capital financeiro, interferindo na estruturação dos agentes sociais e econômicos e, portanto, nos territórios. Brenner lembra a ideia preconizada por David Harvey sobre a eliminação das barreiras espaciais e temporais no processo de circulação do capital, que se acentua na compressão do espaço-tempo do atual meio técnico-científico-informacional.

Na realidade gaúcha a análise dos movimentos pendulares permitiu verificar a existência de duas realidades metropolitanas distintas. A primeira consiste na RMPA com núcleos fortemente polarizados em Porto Alegre e Novo Hamburgo, bem como densa interação entre os demais municípios, caracterizando um intenso processo de metropolização. Porto Alegre concentra o maior fluxos de entrada de descolamentos cotidianos da região, reafirmando o seu papel histórico de metrópole, com presença de atividades e funções que exerce atratividade sobre o conjunto metropolitano. Já Novo Hamburgo, também se mantém como centro estratégico da região de produção coureiro-calçadista. Porém, há municípios periféricos cuja integração com a dinâmica metropolitana se torna esparsa e suscetível a novas centralidades.

A segunda realidade diz respeito às dinâmicas da RMSG, que apresenta um polo com baixa interação com os demais municípios o que pode estar associado com as relações mais verticalizadas da região com outros espaços, seja nacional, seja internacionalmente.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O artigo procura dar visibilidade à diversidade de fluxos pendulares que existem nas duas regiões, considerando o atual processo de diversificação de papeis que as cidades assumem em contexto de globalização e financeirização.

As duas regiões refletem seus distintos papeis no sistema econômico-financeiro mundial, representando tanto os efeitos da intensa industrialização, como da expansão dos serviços integrados ao capital globalizado. Em cada região, a condição de centralidade se complexifica e diversifica, aparecendo os centros historicamente consolidados, tanto quanto os novos centros com pequena abrangência de integração.

Estudos complementares podem revelar se essas diferenças de densificação, mobilidade e centralidade se apresentam como fatores significativos em processos de decisão sobre investimentos.

Título:
Políticas de turismo, vilegiatura e vetores de expansão metropolitana de Fortaleza na Costa do Sol Poente do Ceará
Autor:
Tiago da Silva Castro e Alexandre Queiroz Pereira –Doutorado, Universidade Federal do Ceará
Código:
OE065

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O estudo estabelece discussões sobre como a aplicação de recursos voltados à dinamização turística do litoral oeste do Ceará teve influência nas mais diferentes práticas marítimas existentes na costa dos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca.

Ressaltando a funcionalidade primeira desta parcela do território cearense, notadamente voltada à pesca artesanal, constatam-se graduais processos de inserção de práticas marítimas e consequentes novas funções à zona costeira cearense, casos da atividade portuária, da geração de energia eólica, da

exploração petroleira, do turismo e da vilegiatura marítima. Assim, tem-se a formação de espaço apropriado por diversas dinâmicas convergentes ou conflituosas.

A pesquisa tem por objetivo analisar como as políticas públicas de turismo, diferenciadas espaço temporalmente, conformaram os diferentes vetores de expansão metropolitana de Fortaleza rumo ao litoral oeste do Ceará a partir da década de 1990.

Metodologia:

A pesquisa se constitui numa abordagem dialética que busca compreender como as diferentes práticas marítimas modernas refuncionalizam as infraestruturas, recursos e imagens criados pelas políticas de turismo. Mencionada realidade se constitui no processo de reestruturação do litoral oeste do Ceará através da aplicação de ações de planejamento turístico a partir dos anos de 1990.

Assim, inicia-se a discussão sobre os métodos de planejamento utilizados, a aplicação das políticas de turismo no Ceará, a refuncionalização dos recursos e das imagens, os vetores de expansão e os arranjos espaciais provenientes das diferentes práticas marítimas.

Realizou-se então o levantamento de bibliografia que aborda a reestruturação produtiva do território cearense através do planejamento turístico, dinâmica que segue a lógica desenvolvimentista proposta para o Ceará em meados de 1980. Mencionada etapa, quando associada à análise dos documentos relacionados às políticas de turismo, propicia o entendimento das motivações, objetivos e nuanças da planificação realizada no litoral do Ceará.

Lembra-se aqui que a cartografia é utilizada de maneiras distintas. Num primeiro momento, tem como enfoque a constatação sobre a formação de rede de localidades turísticas costeiras, posteriormente busca ressaltar os processos de expansão e áreas em processo de ocupação no litoral oeste do Ceará.

A pesquisa de campo conferiu importantes elementos para análise do processo de metropolização turística de Fortaleza. A práxis, a realização de entrevistas e a documentação fotográfica possibilitaram a compreensão das dinâmicas e arranjos espaciais nos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca.

Desta forma foram importantes as constatações sobre os impactos das políticas de turismo nas dinâmicas de urbanização dos municípios em foco, em sua maioria, recentemente inclusos na Região Metropolitana de Fortaleza.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A partir de meados do século XX, o litoral cearense recepta recursos voltados à dinamização da atividade turística. Tais recursos, mobilizados por políticas setoriais, tem como objetivo infraestruturar o território costeiro cearense visando facilitar a circulação de visitantes e a alocação de investimentos privados.

Assim, desde 1995, com o início das atividades do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) e continuidade com o Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste do Ceará (PROINFTUR), no Ceará, foram fornecidas as bases para a chegada e distribuição dos fluxos e dos fixos na Costa do Sol Poente do estado (CASTRO, 2016).

A aplicação de recursos em ampliação de malha viária, na constituição de aeroportos modernos, na proteção de patrimônios culturais e ambientais, na instalação de sistemas de saneamento básico, e na

urbanização turística, para além de requalificarem as condições de recepção das localidades litorâneas, permitem que outras práticas marítimas também se beneficiem.

Desta forma, ao passo que o turismo foi o mote para a aplicação dos recursos, para a criação da imagem favorável e para a atração de fluxos e fixos, a vilegiatura marítima, ao utilizar as possibilidades criadas pela ampliação da fluidez e da instalação de infraestrutura urbana, se constitui como importante vetor de expansão urbana na Região Metropolitana, associando-se ainda à atividade portuária, às formas de exploração energética no litoral, às atividades de subsistência e mesmo à moradia fixa (PEREIRA, 2012).

Toma-se como hipótese a ideia de que, ao infraestruturar a parcela litorânea do território cearense, as políticas de turismo abriram as fronteiras para o franco processo de valorização e valoração do solo, sobretudo nos espaços contíguos à Região Metropolitana de Fortaleza. Assim, a vilegiatura marítima, a atividade portuária, as diferentes formas de exploração energética e a pesca, têm a zona costeira como lócus fundamental para sua realização e, em determinados casos, acumulação.

Dentre os resultados alcançados, cabe ressaltar as opiniões dos entrevistados que, apesar de residirem em espaços turistificados, citam que a atividade turística tem perdido intensidade nos últimos anos, dando lugar à moradia ocasional e refuncionalizando o sistema de hospedagens para atendimento de contratos empresariais ligados à extração petroleira, à atividade industrial e à energia eólica.

Em espaço que compreende seis municípios, os quais possuem 14 localidades litorâneas beneficiadas através das políticas de turismo, apenas Cumbuco (Caucaia), Lagoinha (Paraipaba) e Flecheiras (Trairi) são efetivamente apropriadas pelas dinâmicas do turismo, fortemente associadas ao imobiliário.

Quanto a outras localidades, são muito presentes os processos de parcelamentos de terras e da inserção do imobiliário turístico, conformando morfologias urbanas horizontais com tendências a homogeneização nas próximas décadas.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Os estudos sobre os espaços recém-inclusos na Região Metropolitana de Fortaleza ainda são recentes e escassos. Por se tratar de um processo em curso, pesquisadores e pesquisadoras têm dedicado os últimos anos a compreender como estes municípios se inserem nas dinâmicas metropolitanas, quais as funções destes na rede de cidades e localidades metropolitanas e quais as possibilidades gestadas para os próximos anos.

Como se verifica na dinâmica de constituição da porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza, conclui-se que o turismo torna-se mote inicial da abertura do litoral à urbanização, mas práticas como a vilegiatura marítima, os portos, os parque eólicos e as áreas de extração petrolífera são fundamentais para o atual processo de apropriação da zona costeira cearense, ocupando grandes áreas, associando grandes contingentes de trabalhadores à projetos imobiliários, e elevando o valor do solo e suscitando novas ações estatais e privadas.

SESSÃO 1.1.4

Intraurbano e Ambiental

Coordenação: Paulo Soares

Título:
Cemitérios industriais: identificação de formas e processos na região Metropolitana de Porto Alegre/RS/Brasil

Autor:
Ana Clara Fernandes –Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Código:
OE054

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Identificar a ocorrência de cemitérios industriais nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, bem como os processos e as dinâmicas de estruturação do espaço metropolitano aos quais estão vinculados. Estas formas espaciais foram analisadas em Porto Alegre durante pesquisa anterior, oportunizando perceber a necessidade de aprofundar seu entendimento no espaço metropolitano. Entre os objetivos estão a análise dos atuais usos das antigas edificações industriais registradas, caracterizando os agentes que atuam nestas espacialidades, seus objetivos e estratégias; o resgate histórico das indústrias que originaram os cemitérios industriais identificados; as formas de inclusão dos cemitérios industriais nas dinâmicas urbanas e metropolitanas dos municípios elencados. Até o momento foram analisados os municípios de Alvorada e Viamão e estão em andamento as pesquisas em Guaíba, Eldorado do Sul, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí.

Metodologia:

Inicialmente, foram selecionados os municípios de maior proximidade com Porto Alegre, os mesmos foram agrupados por critério de proximidade física e a investigação programada de acordo com as seguintes etapas: Etapa I – Guaíba e Eldorado do Sul; Etapa II – Canoas; Etapa III – Cachoeirinha e Gravataí; Etapa IV – Alvorada e Viamão. As possíveis edificações cemitérios industriais são pré-identificadas através de imagens disponibilizadas pela ferramenta Google Maps. A confirmação da pré-identificação é realizada através de atividades de campo para identificação/localização, registro fotográfico, e mapeamento dos cemitérios industriais dos municípios elencados. Os registros fotográficos são organizados em arquivo digital. Realização de entrevistas com diferentes “atores” ligados à constituição, permanência e transformação das edificações cemitérios industriais registradas ou que informantes que possam complementar informações obtidas. Revisão bibliográfica. Pesquisa em arquivos históricos e bibliotecas, tais como a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE; Metroplan; Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul; Arquivo da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul – CEDIC; Bibliotecas municipais; outros que se fizerem necessários durante a pesquisa, para complementação das informações coletadas nas atividades de campo e entrevistas. Consulta bases de dados IBGE: informações sobre a produção industrial e outras que fizerem-se necessárias para complementação dos dados. As dificuldades encontradas para implementação da coleta de dados em alguns municípios propiciaram a conclusão da última etapa prevista - Etapa IV, antes das etapas anteriores.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O estranhamento propulsor para a pesquisa sobre os “cemitérios industriais” na Região Metropolitana de Porto Alegre já havia manifestado-se durante o trabalho de campo para realização da pesquisa de

mestrado, que abordou a produção do espaço urbano-industrial no município de Gravataí/RS. Naquele momento, percebeu-se que o deslocamento de parte das indústrias de Porto Alegre para os municípios vizinhos, iniciado nos anos 1960, deixou no interior da metrópole antigas espacialidades industriais, incorporadas ao contexto urbano da capital de diferentes formas. Ainda, percebeu-se que a espacialidade "cemitério industrial" reproduz-se fora dos limites políticos da capital, ou seja, nos seus municípios limítrofes. No doutoramento buscou-se identificar e qualificar a análise destas espacialidades no centro metropolitano. As pesquisas direcionadas para os cemitérios industriais apontam a diversidade da origem de sua ocorrência, especialmente nas antigas cidades industriais estruturadas no modelo "fordista" de acumulação. Como exemplo, podemos citar o resultado da pesquisa anterior realizada em Porto Alegre, onde demonstramos que a ausência das plantas industriais é resultado de diferentes fatores, não necessariamente vinculados ao deslocamento industrial promovido pelos processos de metropolização. O levantamento realizado demonstra que as ausências podem estar relacionadas com: 1) Deslocamento por vantagens locacionais; 2) Mercado/Falência/questões judiciais; 3) Associação a outras empresas; 4) Permanência da função industrial com troca de empresa. Decorre desses resultados a hipótese de que as antigas edificações industriais do espaço metropolitano de Porto Alegre, dos municípios pertencentes a este espaço, tanto podem reproduzir na sua origem os fatores encontrados na capital como revelar a ocorrência de outros, e possibilitar a análise, confirmação ou negação de sua possível relação com os processos de metropolização. No município de Alvorada, por exemplo, registramos as antigas edificações da CELGON Agroindustrial: empresa que atuava na fabricação de sebo bovino industrial, farinha de carne e ossos e farinha de sangue, glicerina bruta. Encerrou suas atividades nesse município por motivos ambientais e pelo crescimento urbano, transferiu suas instalações para a região Sul do estado. Outra hipótese de pesquisa está relacionada com a forma como os cemitérios industrias são reincorporados no tecido urbano. As lógicas do processo de (re)organização do espaço geográfico são diferenciadas e correspondem a diferentes dinâmicas globais, regionais ou locais vinculadas aos atores que estabelecem suas transformações. As instalações da CELGON Agroindustrial estão ociosas no tecido urbano de Alvorada, e conforme entrevista com representante da família proprietária, aguardando negociação com empresa da construção civil para redefinir sua função no tecido urbano.

Relevância dos resultados e principais conclusões

A relevância da pesquisa sobre os cemitérios industriais no espaço urbano metropolitano compreende a possibilidade de ampliar os estudos que realizados até o momento na capital. A contribuição da pesquisa de doutoramento demonstrou que os cemitérios industriais são reinseridos nas dinâmicas da metrópole por processos de acumulação do capital através de diferentes lógicas - local, global e regional. Compreender o papel dessas espacialidades para além dos seus limites políticos possibilitará ampliar a compreensão dos processos atuantes na produção do espaço metropolitano, através de sua descrição e análise e da diferenciação/comparação dos resultados com os já descritos e analisados para Porto Alegre. Até o momento, identificamos dinâmicas e processos na constituição e na reinserção dos cemitérios industriais na espacialidade urbana. O avanço dos estudos poderá confirmar ou refutar a predominância de um padrão desencadeador da organização espacial relativa aos cemitérios industriais.

Título:
Especificidade em uma urbanização tardia: o caso de Macaíba-RN na região da Grande Natal
Autor:
Juan Muller de Andrade Bandeira –Graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Código:
OE041
Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo geral: entender a dinâmica sócio-espacial da cidade de Macaíba-RN, desvelando, nesse sentido, suas implicações no processo de integração da dinâmica urbana na região funcional da Grande Natal.

Objetivos específicos: contextualizar o processo de reprodução do espaço urbano de Macaíba-RN; entender a dinâmica sócio-espacial de Macaíba-RN no contexto da urbanização do Rio Grande do Norte; abordar a inserção da cidade de Macaíba-RN na dinâmica funcional da Grande Natal.

Metodologia:

Os procedimentos metodológicos para a construção deste trabalho se apoia na revisão bibliográfica dos referenciais que direcionaram as discussões na disciplina "Capitalismo e Urbanização no Brasil", ministrada pela Professora Maria do Livramento Miranda Clementino e em outros materiais de que deram suporte as discussões em escalas locais.

Os pressupostos para a escolha do tema encontram lastro na monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia do IFRN campus Natal-Central que versa sobre o processo de (re)produção do espaço urbano de Macaíba-RN sob a luz das reestruturações produtivas ocorridas no estado. Além disso, partiu também da percepção das mudanças ocorridas no tecido urbano, sobretudo a partir dos anos de 2010.

Para atender aos objetivos se optou pelo estudo de caso com o intuito de entender a dinâmica, em seu percurso histórico, sócio-espacial e como essa realidade rebate o presente. Assim como, apesar de ter menor foco, a urbanização do Rio Grande do Norte e a centralização de Natal como polo urbano-regional.

Nesse sentido, o estudo de caso se constitui como um instrumento metodológico por privilegiar o estudo na complexidade de um recorte espacial construído a partir de análises qualitativas e quantitativas.

Em termos quantitativos, a pesquisa se respalda em dados resgatados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas através do sítio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE - SIDRA), permitindo interpretar as mudanças sócio-espaciais ocorridas entre os anos de 1950-2016 (Yin, 2001; MARCONI; LAKATOS, 2003; GIL, 2006; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No contexto da formação da região da Grande Natal, em sua interdependência e funcionalidade, a atividade dos setores secundário e do terciário em Natal associada a expansão do seu tecido urbano acrescentou espaços, em Parnamirim e em São Gonçalo do Amarante, de contiguidade urbana. Em relação ao município de Extremoz, a atividade industrial inseriu seu espaço urbano. Desse modo, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz, como territórios limítrofes a Natal se inserem na dinâmica de alta integração metropolitana. Diferentemente, a cidade de Macaíba se configuram como um espaço de média integração metropolitana. Diante disso, quais as características sócio-espaciais adquiridas no processo de (re)produção do espaço urbano de Macaíba-RN que reverberaram nesse "atraso" na articulação com o polo metropolitano e com a Grande Natal?

A cidade de Macaíba-RN, no percurso da história da (re)produção do seu espaço urbano, se desenvolve em torno de uma forte atividade comercial e, posteriormente, se incrementa a esse comércio a atividade de produção industrial, causando, de certo modo, uma centralidade na atividade produtiva e comercial. Sendo, nesse quesito, um atrativo para migrantes. Com a instalação do Centro Industrial Avançado (CIA) essa estrutura se amplia, oferecendo mais postos de trabalho. Assim, em Macaíba se forma uma estrutura de menor dependência das demandas de empregos dos outros municípios da Grande Natal, formando um sistema econômico local. As mudanças ocorridas no Nordeste estimularam mudanças também na cidade, recebendo o incremento industrial do beneficiamento do algodão. Ocorre nesse processo significativos fluxos migratórios para a cidade e diminuição da população agrícola no município, ou seja, a população urbana, nos anos de 1980, supera a rural.

Apesar da modernização urbana de Natal, concentrando os setores secundário e terciário, a cidade de Macaíba continua a se desenvolver, sobretudo seu terceiro setor, se tornando a principal base econômica. Os projetos de desenvolvimento industrial privilegiaram a Região Metropolitana de Natal (RMN), especialmente a capital que, como resultado, entre 2002 e 2015 passa por um progressivo crescimento do PIB, tanto da indústria quando dos serviços. Em meio a esse crescimento de Natal, o PIB da industria de Macaíba mantem-se relativamente estável, apresentando maior crescimento entre 2009 e 2012, com isso o número de empresas atuantes sobe. Assim, pode se destacar que o terceiro setor se destaca como evidência de um sistema econômico local. A partir dos projetos estruturantes da RMN, a cidade de Macaíba se torna um espaço de expansão devido a sua localização estratégica na Grande Natal, sendo locus de intensas modificações no uso do território e expansão do terceiro setor.

Relevância dos resultados e principais conclusões

A relevância deste trabalho está embricado na compreensão das dinâmicas sócio-espaciais presentes na Grande Natal, mais especificadamente. Partindo, para tanto, da interpretação do contexto local relacionado as dinâmicas da formação do território funcional dessa região, revelando nesse sentido um arranjo espacial, notadamente, específico. O que não isola o fato apenas para Macaíba, dado as características da urbanização do Rio Grande do Norte.

O processo de (re)produção do espaço urbano de Macaíba traz como característica a dualidade entre atividade industrial e um setor terciário interessantes direcionados ao atendimento das demandas consumo de primeira necessidade e, conforme vai se tornando mais significativa a população e maior seu nível de consumo, mais complexo e sofisticados vem se tornando os produtos comercializados e a organização do equipamento comercial.

Título:
Padrões de ocupação do solo e planejamento urbano: estudo de caso do bairro Castelo Branco em João Pessoa, Paraíba
Autor:
Dayse Luckwü Martins, Sidney Pereira dos Santos Junior, Rita Alexandra Madeira Lourenço e Carlos Daniel de Araújo –Doutorado, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA - IESP
Código:
OE078

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os padrões de uso e ocupação do solo urbano determinados no macrozoneamento e zoneamento do plano diretor da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, tomando como estudo de caso o bairro Castelo Branco, um dos primeiros conjuntos habitacionais, localizado na referida cidade, face a inadequação desses parâmetros à realidade sócio, geo-morfológica do bairro. Visa também discutir questões relacionadas ao planejamento urbano que muitas vezes tem se voltado para o setor imobiliário estabelecendo padrões de adensamento construtivo não condizentes com a realidade do lugar acabando por desconsiderar suas especificidades e particularidades.

Metodologia:

A pesquisa de caráter qualitativo pautou sua metodologia em procedimentos analítico-descritivos. Para tanto, o primeiro passo foi o conhecimento e análise da legislação urbanística pertinente que incide sobre o bairro Castelo Branco em João Pessoa, PB. Em segundo lugar, foi realizado o levantamento através de mapeamento dos aspectos morfológicos atuais da área correspondente ao bairro de estudo e elaborado o estudo volumétrico da área a partir de maquetes eletrônicas com o uso de ferramentas computacionais. O terceiro passo foi a produção de cenários, a partir de estudos volumétricos, dos parâmetros atuais previstos pelo zoneamento urbano e dispostos no Código de Urbanismo de João Pessoa que incidem sobre o bairro visando a análise comparativa com a situação real encontrada in loco. O quarto procedimento foi a produção de simulações, também com estudos volumétricos, dos parâmetros de adensamento dispostos no macrozoneamento urbano do Plano Diretor de João Pessoa incidentes sobre a área de estudo. Considerou-se, nesse caso, o coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a área. Observou-se nessa etapa que era necessário propor potenciais remembramentos de lotes para criação de cenários de verticalização uma vez que segundo o Macrozoneamento da cidade, o bairro é de adensamento prioritário, ou seja, pode chegar ao índice de aproveitamento máximo, que no caso de João Pessoa é 4.Todos os procedimentos apontados geraram um banco de dados e de cenários que possibilitaram uma análise crítica e discussões entre a realidade urbana e as simulações feitas baseadas nos parâmetros urbanísticos e no adensamento a partir do uso do coeficiente de aproveitamento máximo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O zoneamento e o macrozoneamento urbano são importantes instrumentos de ordenamento territorial presentes nos planos diretores. O zoneamento tem a prerrogativa de adequar os usos e parâmetros de ocupação do solo urbano, controlar o seu crescimento, minimizar conflitos fundiários, e estes com o tráfego, servir de proteção a áreas inadequadas à ocupação por questões de risco e por necessidade de proteção ambiental e patrimonial (SABOYA, 2007). O macrozoneamento, estabelece as relações entre o adensamento construtivo em função da infraestrutura disponível para cada área da cidade. Tais instrumentos devem favorecer o desenvolvimento e o ordenamento territorial urbano, e em última instância, deveriam atuar para melhores condições da qualidade de vida dos que habitam as cidades. Todavia, o que temos visto em termos de planejamento urbano no Brasil é que os instrumentos citados, muitas vezes não se coadunam com a realidade do lugar, ou acabam sendo utilizados para favorecer um mercado imobiliário visando o lucro e pautando-se por uma lógica de especulação que tem tornado a qualidade de vida em nossas cidades cada vez mais excludente. Percebemos também que o planejamento urbano assume um caráter normativo resultado de uma legislação urbanística que estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo sem que tenha havido previamente, estudos empíricos que estabeleçam melhores condições para tal resultando, dessa maneira, em uma morfologia urbana que, em parte dos casos, desconsidera particularidades ou idiossincrasias locais. Tais questões se apresentam como

problemas graves para as cidades brasileiras. Analisando essa realidade para a cidade de João Pessoa, observamos que essa, não foge à realidade ora descrita. Problemática que só se agrava para determinadas áreas da cidade cujos problemas ambientais, de mobilidade, de ocupações irregulares e em áreas de risco são fortemente potencializados por padrões de uso, ocupação e adensamento que não se adequam à realidade. Esse é o caso do objeto de estudo da pesquisa em tela, o bairro Castelo Branco. Nesse cenário, partíamos da hipótese de que a legislação urbanística ali incidente divergia da realidade urbana encontrada carecendo, portanto, de uma revisão que conseguisse atender novos padrões contemplando carências, necessidades e especificidades locais. Os principais resultados apontaram para a confirmação da hipótese dada a inadequação de parâmetros urbanísticos sobre lotes cujas dimensões mínimas não atendiam ao que a legislação preconizava. O fato do conjunto habitacional ser anterior ao código de urbanismo da cidade já corroborava o distanciamento sobre a não adequação à realidade de determinadas áreas. Outro resultado relevante, versou sobre o adensamento previsto para o bairro e a incapacidade de suporte da infraestrutura urbana e conectividade intra-bairros, revelando assim, a necessidade urgente de revisão dos padrões de uso e ocupação e adensamento para àquela localidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões

A natureza da pesquisa apresentada é de grande relevância para o planejamento urbano no Brasil dado o quadro de grande fragilidade legal e institucional encontrado na maioria das cidades brasileiras. Fragilidades que se nutrem muitas vezes da obsolescência da legislação ou da completa carência de regulamentação urbanística de grande número de cidades no país. A pesquisa em tela, revelou que não só há um distanciamento da realidade, quando determinados parâmetros urbanísticos não dialogam especificidades locais, como também, acaba por privilegiar o mercado imobiliário não conseguindo prever o avanço desse sobre áreas ambientalmente frágeis, ou mesmo, acaba sendo favorável a ocupação dessas áreas. Ademais, aponta para a necessidade premente de repensar o planejamento urbano no Brasil cujos parâmetros urbanísticos legais, como temos estudado, muitas vezes geram padrões de uso e ocupação excludentes e segregatórios.

Título:
Os Bairros Navegantes e São Geraldo em Porto Alegre – RS: Dinâmicas de paisagens inventadas dos espaços públicos
Autor:
Rafael Augusto Braga –mestrado, UFRGS
Código:
OE081

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Esta pesquisa busca a compreensão das relações dos indivíduos e grupos, dados os recentes projetos de ressignificação econômica que atravessam os bairros Navegantes e São Geraldo, incluídos no chamado Quarto Distrito que também abrange os bairros Floresta e Farrapos. Historicamente industriais e abandonados, estão localizados em uma área da cidade que desperta a atenção de diferentes atores urbanos, por ter fácil mobilidade, próximos ao centro histórico e ao novo centro econômico da av. Carlos Gomes. Diferentes processos que alteraram as paisagens dos espaços públicos destes bairros como a

enchente de 1941, a construção do dique que isolou das cheias e do contato com a orla, a duplicação da Av. Farrapos e a construção da linha do Trensurb, inventando paisagens que dificultaram a fluidez dos deslocamentos entre os lados oeste e leste e também os vínculos com seu território, sua participação democrática e as práticas sócioespaciais de moradores e frequentadores.

Metodologia:

Para a realização deste estudo, adota-se a revisão da bibliografia sobre os processos de ocupação e de democracia popular, levando em consideração a formação destes bairros articulada ao contexto do Quarto Distrito e alertas do Google Alerts para os veículos de mídia de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, acerca das notícias relacionadas a estes bairros e suas transformações. Para a identificação dos atores e de suas percepções sobre estes espaços, serão aplicadas entrevistas semiestruturadas com moradores, comerciantes, frequentadores. as a análises destes discursos serão feitas qualitativamente com a ajuda do Software Nvivo disponibilizado pelo Laboratório do Espaço Social (LABES), vinculado ao Departamento de Geografia da UFRGS e também com saídas de campo - através de percursos a pé - com registro fotográfico destas paisagens e das dinâmicas, mapeando e localizando com a utilização de software de geoprocessamento.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Já precede o nosso entendimento de que os interesses acerca da produção espaço urbano - que também se trata de um espaço público e também da realização do espaço social- são diversos e conflituosos provocando assim, uma dialética em seus usos: enquanto há a necessidade de criação de novas modalidades produtivas que dinamizem e movimentem a economia, há também a segregação de grupos que não se adequem às orientações propostas pelos demais atores.

Com a implantação de grandes obras e projetos de desenvolvimento nesta área, busca-se a compreensão da percepção desta dinâmica da paisagem pelos moradores, frequentadores e usuários destes bairros e qual seu impacto na formação de uma identidade e de seus vínculos com o lugar. Existe uma ideia de produção dos lugares, que tende a elitização dos espaços, facilitados muitas vezes através de políticas públicas, que expulsa e marginaliza cidadãos, que os afasta do acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Sobre este tema, visto a motivação na ressignificação econômica da área, Roberto Lobato Corrêa (2013), aponta a existência de lugares simbólicos mercantilizados, justamente em concordância com a preservação de prédios e de criação de uma arquitetura moderna que transforme o cenário de abandono em uma cena de desenvolvimento, conforme Milton Santos (2012) os espaços afetados respondem em um determinado momento às necessidades de crescimento e de funcionamento do sistema criando novas atividades que vão atender novas necessidades de desenvolvimento e crescimento econômico.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Espera-se através desta pesquisa compreender como a influência destas paisagens inventadas é percebida pelos diferentes atores que usam e transitam pelas ruas dos bairros Navegantes e São Geraldo. Compreender como essas alterações na paisagem reinventam os vínculos e ressignificam o espaço social e, de que forma esses processos são percebidos pelos seus moradores, trabalhadores, frequentadores e transeuntes

Título:
A vitrine turística: fronteiras e conexões do espaço turistificado de Fortaleza/CE

Autor:
Paulo Nicholas Mesquita Lobo –Doutorado, UFRN

Código:
OE068

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Interpretar e compreender as dinâmicas que configuram o principal espaço turistificado de Fortaleza: a avenida Beira-Mar;

Compreensão dos usos e contra-usos deste espaço privilegiado;

Compreender as práticas e dinâmicas dos sujeitos envolvidos neste processo e como eles constroem sua interdependência;

Apresentar as estratégias de concepção dos espaços e as táticas de resistência – as relações sociais ali engendradas, os tempos históricos de cada relação e como elas coexistem;

Metodologia:

Teoria espacial de Lefebvre e a dialética triádica – método regressivo-progressivo;

As configurações de Elias e as redes de interdependência;

Entrevistas com gestores privados e agentes públicos, turistas, e demais usuários do espaço para compor a parte histórico-genética;

Etnografia para compor a parte descritiva das práticas sociais;

Análise documental para compor a parte analítica-regressiva;

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como se dão as relações sociais no principal espaço turistificado da cidade?

São relações interdependentes que acabam por construir e manter a configuração espaço-temporal em equilíbrio, legitimando a Avenida Beira-Mar como cartão-postal da cidade.

Os usos se dão em acordo com os contra-usos, há uma "negociação" entre os diversos sujeitos/usuários do espaço. As relações de força quase sempre são desiguais, o que desequilibra esse acordo frequentemente. Contudo, é a partir das concessões de cada grupo que o espaço se mantém como sua concepção. Os grupos marginalizados constroem táticas de resistência para se manter no lugar ao custo de legitimar o discurso oficial sobre a Avenida. As estratégias de concepção não reduzem os usos, configurando uma dinâmica mais complexa e rica para o lugar. Artistas de rua, mendigos, policiais, vendedores ambulantes, hoteleiros, taxistas, prostitutas, empresários do ramo gastronômico, todos dialogam e convivem no mesmo espaço, com relações temporais diferentes, práticas sociais distintas, mas

que acabam por criar uma rede de interdependência sem a qual não existiria a Beira-Mar como cartão-postal, como espaço turistificado.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Os resultados até aqui obtidos traçam uma linha entre as três dimensões do espaço - concebido, percebido e vivido - que dialoga com o conceito de configuração de Elias, deixando mais claro as dinâmicas espaciais daquele lugar. Através das entrevistas tomadas até agora, pode-se identificar os usos e os contra-usos do espaço, as relações de força e, principalmente, as táticas dos usuários "excluídos" do discurso oficial. Assim, percebe-se que a realidade só pode haver uma configuração espacial através da interdependência entre os sujeitos/usuários do lugar. Há uma negociação entre aqueles que podem pensar o espaço e aquele que por estes são marginalizados. Cada grupo negocia de acordo com seu poder de barganha, tecendo estratégias e táticas para significar o lugar. O lugar só se mantém devido a estas dinâmicas, de outra forma não seria legitimado como o principal espaço turístico da cidade.

Título:
Capacidade de Carga para o Município de Bombinhas – SC: Um instrumento de gestão territorial para os municípios costeiros brasileiros

Autor:
Marcus Polette -Pós-Doutorado, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Código:
OE012

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Entender os limites aceitáveis de capacidade de carga, bem como o grau de resiliência dos sistemas naturais e urbanos é sem dúvida um dos desafios mais importantes na realidade dos municípios costeiros brasileiros, no entanto é fundamental estabelecer quais indicadores podem ser os mais apropriados para esta avaliação. A fim de avaliar quais são os principais os riscos existentes, bem como quais são os elementos essenciais para medir a capacidade de carga dos principais elementos estruturantes do município de Bombinhas foi realizado um programa de monitoramento contínuo de dados entre os anos de 2015 a 2018. A presente pesquisa busca entender quais são as principais mudanças que ocorrem ao longo do ano nos municípios costeiros que possuem o turismo de sol e praia, assim como avaliar quais são os indicadores responsáveis pelas principais pressões existentes.

Metodologia:

Ao calcular a capacidade de carga devem ser consideradas as características intrínsecas de uma determinada área. No entanto, existem outros elementos importantes como valores pessoais, questões éticas e políticas que desempenham um papel crucial na determinação da capacidade de carga (McCool & Lime, 2001). Logo, o conceito de capacidade de carga pode ser então subdividido em quatro categorias (Sowan, 1987) e que são respectivamente; a capacidade de carga física, ambiental, social, e econômica. A presente proposta entretanto, não objetiva neste momento a avaliação da capacidade de carga econômica.

No que se refere a capacidade de carga física, foram avaliados o tamanho das praias, número de leitos, os meios de hospedagem, o consumo de energia elétrica, e a série histórica da evolução da frota veicular do município. Para a capacidade de carga ambiental foram analisadas uma série histórica de 22 anos de dados de balneabilidade das principais praias do município segundo os dados do IMA-SC. Foram ainda avaliados os dados mensais de coleta de lixo, e consumo de água. Já para a capacidade de carga social foram realizados questionários semiabertos aplicados a turistas, moradores e segundos residentesde Bombinhas, considerando os itens: Perfil de entrevistado; mobilidade; relação com a Taxa de Preservação Ambiental (TPA); infraestrutura; entre outros. As entrevistas foram realizadas durante o período de veraneio e os mesmos foram posteriormente analisados e avaliados, onde foi possível estabelecer as principais tendências, posicionamentos, e expectativas dos usuários. Os dados após avaliados serviram de base para serem relacionados com os indicadores de capacidade de carga física e ambiental, os quais validaram importantes relações nas dimensões ambiental, social, econômica, e inclusive institucional para o município de Bombinhas.

Problemas, hipóteses e principais resultados

A fim de cumprir com os objetivos, durante quatro anos de pesquisa, foram levantados dados de natureza física e ambiental os quais ofereceram as bases para compor um sistema de indicadores. Para avaliar a capacidade de carga social foram realizados a cada dois anos uma série de questionários dirigidos aos principais usuários do município de Bombinhas, à saber: moradores, turistas, segundos-residentes e excursionistas.

Ao calcular a capacidade de carga devem ser consideradas as características intrínsecas de uma determinada área. No entanto, existem outros elementos importantes como valores pessoais, questões éticas e políticas que desempenham um papel crucial na determinação da capacidade de carga (McCool & Lime, 2001). Logo, o conceito de capacidade de carga pode ser então subdividido em quatro categorias (Sowan, 1987) e que são respectivamente; a capacidade de carga física, ambiental, social, e econômica. A presente proposta entretanto, não objetiva neste momento a avaliação da capacidade de carga econômica.

No que se refere a capacidade de carga física, foram avaliados o tamanho das praias, número de leitos, os meios de hospedagem, o consumo de energia elétrica, e a série histórica da evolução da frota veicular do município. Para a capacidade de carga ambiental foram analisadas uma série histórica de 22 anos de dados de balneabilidade das principais praias do município segundo os dados do IMA-SC. Foram ainda avaliados os dados mensais de coleta de lixo, e consumo de água. Já para a capacidade de carga social foram realizados questionários semiabertos aplicados a turistas, moradores e segundos residentesde Bombinhas, considerando os itens: Perfil de entrevistado; mobilidade; relação com a Taxa de Preservação Ambiental (TPA); infraestrutura; entre outros. As entrevistas foram realizadas durante o período de veraneio e os mesmos foram posteriormente analisados e avaliados, onde foi possível estabelecer as principais tendências, posicionamentos, e expectativas dos usuários. Os dados após avaliados serviram de base para serem relacionados com os indicadores de capacidade de carga física e ambiental, os quais validaram importantes relações nas dimensões ambiental, social, econômica, e inclusive institucional para o município de Bombinhas.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Considerando as praias de Bombinhas, apenas sua população fixa possui um conforto ótimo, no entanto este tem recebido durante o período de veraneio um número maior de usuários, especialmente vindos de carros, que elevam a população em até 109.843 habitantes, o que diminui a capacidade de carga física

das praias para 3,7m²/usuário. A balneabilidade tem sido o indicador mais importante no que se refere as alterações sazonais que ocorrem em Bombinhas – fator importante para avaliar as entradas e saídas que ocorrem no município considerando este como um sistema ambiental. O elevado número de ligações (consumo) de energia nas residências reforça esta tese, sendo ainda agravado pela entrada de milhares de veículos contabilizados na presente pesquisa. Os dados apresentam um enorme desafio para a garantia de um futuro sustentável para Bombinhas, o qual deve ser alcançado por meio de políticas públicas locais que considerem a capacidade de carga como estratégia de uso e ocupação do solo.

Título:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS como instrumento de Gestão para os municípios brasileiros

Autor:
Marcus Polette -Pós-Doutorado, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Código:
OE013

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS em escala municipal constitui-se uma estratégia inovadora na atualidade, pois por meio dos 17 Objetivos e metas associadas é possível integrar um sistema de indicadores personalizado para qualquer realidade socioambiental e econômica dos municípios costeiros brasileiros. No município de Itajaí – Santa Catarina, foi possível implementar um Sistema de Indicadores baseado nos 17 ODS tendo como base a integração dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Fica evidente que existe uma importante simetria neste processo, no entanto inúmeras outras políticas públicas devem estar associadas, bem como todos os Objetivos devem estar inseridos neste processo. É ainda evidente que o ODS-14 não deve ser considerado como único Objetivo considerado para a gestão da zona costeira.

Metodologia:

A implementação dos ODS no município de Itajaí – SC, foi realizada por meio de um programa envolvendo o Laboratório de Conservação e Gestão Costeira Integrada da Universidade do Vale do Itajaí e a Prefeitura Municipal por meio do PEMI – Planejamento Estratégico do Município de Itajaí, e tem como base de término o ano de 2030. A proposta foi esturturada por meio de três diferentes fases: 1. a etapa de negociação, a qual foi possível inserir os 17 ODS, suas metas e indicadores em 23 Secretarias, Autarquias e Fundações; 2. a internalização, a qual foi possível implementar o conjunto de 655 indicadores de natureza ambiental, social, econômica, e institucional; e 3. Interiorização, a qual além do processo contínuo de levantamento de dados foram levantados, planejados e implementados 22 Projetos Bandeira, associados aos 17 ODS, tendo como referência os indicadores críticos levantados. Todos os Objetivos, metas e indicadores foram associados às diferentes políticas públicas de natureza ambiental, setorial e urbana, sendo os instrumentos do PNGC inseridos em todos os 17 ODS, no entanto estes diferem em graus de inserção considerando as dimensões social, ambiental e econômica no âmbito do município de Itajaí.

Problemas, hipóteses e principais resultados

Desenvolvimento Sustentável, e políticas públicas associadas, entre estas, nove dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. O instrumento ZEEC foi subdividido em meio terrestre (considerando o município), costeiro (até 12 m.n), e oceânico (até 200 m.n). Os instrumentos com maior permeabilidade aos ODS são os 1, 13, 14, 15, 16, e 17 (todos são compatíveis), e os com menor relação são os ODS, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12. Fica evidente, que existe um modelo alternativo de implementar o PNGC, de forma que este possa ser mais acessível e palatável aos tomadores de decisão que na maioria das vezes encontra nesta política pública inúmeros preconceitos para sua adoção e implementação.

Os resultados apontam que os indicadores levantados podem ser um caminho não apenas para os instrumentos de Monitoramento, mas também para a implementação de um Relatório de Qualidade Ambiental – RQA. Levam ainda para a inserção dos ODS como um instrumento que pode ser utilizado como um Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro. O ODS 11 o qual busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis está diretamente relacionado ao Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, bem como ao Projeto Orla, que também se insere nos ODS, 13, 14, 15, 16 e 17. O uso de indicadores na atual concepção estratégica está associado a criação de um Sistema de informações em Gerenciamento Costeiro, o qual está sendo implementado.

Relevância dos resultados e principais conclusões

O uso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como estratégia para implementar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro é viável tanto nas escalas dos governos federal, estadual, e municipal. Em Itajaí – SC, este processo está em plena implementação considerando o ano base de 2030. Este tem como objetivo oportunizar e potencializar uma uma estrategia de administração pública considerando as potencialidades de oportunidades existentes no território itajaiense, bem a de avaliar a performance das ações da administração pública atual no período 2017 – 2020. Para isso, o presente programa busca sua estruturação por meio de um modelo de administração pública com a finalidade de construir uma cidade inteligente, sustentável e com justiça social, apesar dos desafios sociais, ambiental e econômicos existentes. Uma forma segura de disponibilizar à sociedade itajaiense transparência das ações governamentais por meio de indicadores confiáveis e estruturados para avaliação de longo prazo.

Título:
Estratégias de promoção da sustentabilidade das cidades: contradições na região do Alto Reno
Autor:
Florence Rudolf -Pós-Doutorado, Professeure des universités à l'Insa, Institut national des sciences appliquées de Strasbourg
Código:
OE048

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A cidade sustentável faz parte de uma grande retórica de planejamento urbano que consiste em múltiplas operações (de bairros a construções sustentáveis); ela visa ser ao mesmo tempo universal e sistêmica

envolvendo várias dimensões. Certos materiais e processos construtivos tornaram-se como símbolos de compromissos e ações de cidades na busca da sustentabilidade. O que a produção da cidade sustentável esconde? Quais são os processos por trás das experiências ditas exemplares? Que tipo de economia essas iniciativas incitam? Em que circuitos econômicos e escalas territoriais elas se inserem? Que relações sociais e geopolíticas elas expressam? Esse artigo trata do setor econômico madeireiro, na região do Alto Reno, na perspectiva de um projeto de cidades sustentáveis. Ele traz reflexões a partir do projeto Clim'Ability que visa tornar as empresas, particularmente as do setor de madeira, conscientes das mudanças climáticas, e incentivá-las a incorporar esse fenômeno em suas estratégias

Metodologia:

O presente trabalho se inscreve em uma abordagem crítica da sustentabilidade no planejamento urbano, na linha de autores como (Berdoulay et al., 2002 e Emelianoff, 2007). A postura adotada vem do cruzamento da discussão do "urbanismo de sinais" (Pignol, 2017) com os resultados de uma pesquisa de campo dedicada à indústria madeireira na região do Alto Reno e com os atores da gestão do Parc Naturel Régional des Vosges du Nord que visava compreender as lógicas de desenvolvimento da indústria madeireira na escala dessa região transfronteiriça e as estratégias para promovê-la, particularmente na construção civil. A investigação sobre essa lógica nos confrontou com a construção da cidade sustentável. O trabalho traz uma exploração crítica, inspirada em uma análise de teoria de ator de rede, a fim de lançar luz sobre estruturas institucionais e sistêmicas, arranjos e alianças que beneficiam determinados circuitos econômicos em termos de promoção da cidade sustentável.

Problemas, hipóteses e principais resultados

A construção de uma nova ecologia urbana, teórica e prática, favorece uma nova visão do diferentes fluxos e circuitos que atravessam a cidade, muitas vezes invisíveis através de redes subterrâneas ou ocultas. Na retórica da sustentabilidade os atores envolvidos na gestão das cidades (atores públicos responsáveis pela tomada de decisão, arquitetos, engenheiros, etc.) procuram demonstrar um compromisso com o meio ambiente. Com o objetivo de tornar esse compromisso inteligível para os residentes e usuários da cidade, os atores supra citados recorrem a gestos arquitetônicos e escolhas operacionais, assim como políticas públicas para preservar a biodiversidade e minimizar impactos negativos sobre a natureza (Cadiou, 2008).

Consideramos que a promoção da construção de madeira no território do Alto Reno contribui para essa narrativa. Ela passa a ser usada como material privilegiado na construção não apenas como revestimento, mas como elemento estrutural nos processos construtivos. Ora, por traz da madeira, material em princípio “sustentável” esconde-se a floresta e, mais ainda, um arranjo específico de atores humanos / não humanos estruturados, em vários níveis (áreas madeireiras, mas também o chamado setor da economia da madeira); níveis que nem sempre se articulam de forma coerente.

A madeira dá visibilidade de uma certa ideia de sustentabilidade; adornada com todas as virtudes da sustentabilidade face a um contexto de mudança climática, a madeira é considerada como um meio de mobilizar recursos "locais" e, assim, incorporar uma certa economia circular (mobilização de habilidades locais, encontrar novos horizontes para territórios que possam vir a sofrer processos de desindustrialização, processos de declínios demográficos, etc).

Relevância dos resultados e principais conclusões

Nas conclusões desse trabalho, a partir da abordagem de um setor econômico específico e sua relação com o urbanismo e o planejamento urbano, voltaremos primeiro ao modo como a cidade sustentável, em suas abordagens teóricas e operacionais, é um processo de visibilidade e apagamento de determinados componentes. A madeira é um dos materiais de base biológica, que dá visibilidade a uma visão de desenvolvimento sustentável enquanto atrás desse material "sustentável'' se esconde um recurso e um sistema de atores humanos e não humanos, não necessariamente (pré)-dispostos à aderir a esta nova retórica do planejamento urbano.

Título:
Quadro de Sustentabilidade Ambiental para Projetos de Intervenção Urbana em Assentamentos Precários

Autor:
Cristiane Kanya Caselli, Gilda Collet Bruna, Nathalia da Mata Mazzonetto Pinto e Sasquia Hizuru Obata - Pós-Doutorado, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Código:
OE063

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo faz parte da produção do grupo de pesquisa "Assentamentos Precários em Áreas Vulneráveis na Região Metropolitana de São Paulo", que foca em projetos cuja complexidade reside na dificuldade de se atingir níveis de sustentabilidade de forma integrada nos âmbitos sociais, econômicos e ambientais. A sustentabilidade pode ser vista por meio de cinco dimensões (ALVIM, 2017): ambiental, urbana, social, econômica e jurídica. Projetos de urbanização em áreas de proteção ambiental apresentam dificuldade em conciliar suas fortes demandas por urbanização (dimensão urbana) com problemas ambientais por sua localização em áreas vulneráveis (dimensão ambiental). Objetiva-se neste artigo analisar quais aspectos ambientais devem ser considerados e adaptados em tais projetos de urbanização para que haja convivência sustentável entre ocupação humana e meio ambiente.

Metodologia:

A metodologia deste artigo consiste primeiramente no levantamento de quais aspectos são essenciais para a elaboração de projetos urbanos em assentamentos precários. Foram escolhidas bibliografias dentre instituições conceituadas que trabalham indicadores sobre o tema de planejamento urbano e construção sustentável.

Foram usados os indicadores da certificação LEED Neighborhood, o "Guia para Arquitetos na Aplicação da Norma de Desempenho ABNT NBR 15.575" do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Certificação AQUA e Infocidade. Tendo em mente as condições para garantir ocupação humana com ambiente de qualidade e sustentabilidade, foram extraídos de cada referência estudada os parâmetros relevantes para projetos de intervenção em assentamentos precários e suas preexistências.

Estes parâmetros extraídos foram comparados a fim de sintetizar as informações em um quadro de diversos elementos a serem considerados nos projetos em questão. Contatou-se a possibilidade de organizar os critérios obtidos em 4 eixos de análise - Água, Solo, Ar e Biodiversidade - e foram estudadas formas de mensurar cada critério visando avaliar qualitativamente e quando possível quantitativamente

cada um. A fim de verificar a efetividade das medidas tomadas no desenvolvimento de tais projetos, foi adicionado ao quadro as avaliações antes e pós intervenção. O eixo Água, por exemplo, foi dividido em critérios de contaminação da água, conservação do lençol freático e corpos d'água e permeabilidade do solo. Cada critério foi mensurado de forma diferente: a qualidade da água, a partir de índices de qualidade da água fornecidos pela Companhia Ambiental do estado de São Paulo (CETESB); a permeabilidade do solo quantificada a partir do projeto aplicado ao quadro; e a conservação a partir do atendimento às legislações ambientais vigentes.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A preocupação com a sustentabilidade dos assentamentos humanos teve início na década de 1970 quando, segundo Farr (2013), ocorreu a crise do petróleo, levando ao questionamento sobre a insustentabilidade do modelo capitalista de produção das cidades. Em 1987, o Relatório da Conferência das Nações Unidas de Genebra definiu desenvolvimento sustentável como sendo aquele que concilia as necessidades atuais com aquelas das gerações futuras (ONU, 1987). Mais recentemente, as Nações Unidas apresentaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (PNUD-UN, 2015), com os desafios da sociedade contemporânea. Destaca-se aqui o Objetivo 11, que trata da necessidade de tornar as cidades e os assentamentos humanos em ambientes mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

No entanto, tais diretrizes são mais facilmente aplicáveis a países desenvolvidos, cujo contexto socioeconômico possibilita o desenvolvimento sustentável. Países em desenvolvimento como o Brasil têm dificuldades em criar políticas de proteção ambiental, segundo Keeler e Burke (2010), assim como dificuldades de fiscalização dessas áreas, devido à urgência em solucionar problemas sociais. Como tentativa de propor soluções sustentáveis adequadas a países em desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1992 destacou o termo "sustentabilidade marrom". Este termo difere da "sustentabilidade verde" dos países desenvolvidos, por expor a necessidade de conciliação entre os problemas socioeconômicos e as questões ambientais, com o objetivo de reduzir os impactos no meio ambiente (PESTANA, 2006).

No entanto, projetos de urbanização em áreas de proteção ambiental encontram dificuldades para conciliar as demandas de infraestrutura de saneamento (dimensão urbana) com os problemas ambientais, devido à sua localização ser, em geral, em áreas vulneráveis (dimensão ambiental). Entretanto, mesmo no contexto de um país em desenvolvimento, com demandas sociais competindo com ambientais, não seria prudente buscar a sustentabilidade? E, mais ainda, no caso de projetos em áreas ambientalmente vulneráveis, torna-se impreterível considerar os aspectos ambientais para intervir?

O quadro desenvolvido na metodologia deste trabalho apresenta uma maneira relevante de avaliar a inclusão de questões ambientais em projetos de urbanização em países subdesenvolvidos com fragilidades ambientais e sociais. Permite também um direcionamento holístico no desenvolvimento do projeto, garantindo assim resultados adequados às necessidades do desenvolvimento sustentável. Com isso, aumenta a confiabilidade e a probabilidade de sucesso dos projetos de urbanização.

Relevância dos resultados e principais conclusões

O quadro é relevante como ferramenta para apontar deficiências de projetos de intervenção urbana em áreas ambientalmente vulneráveis. Atendendo aos critérios do quadro, observa-se o grau de eficiência de sustentabilidade do projeto. Além disso, conhece-se as necessidades de equilibrar os assentamentos humanos com o controle do impacto ambiental, sabendo onde é prioritário agir.

No entanto, para o pleno uso do quadro, é necessário que haja levantamento e acesso às informações de mensuração. Muitas vezes, não há registros suficientes de levantamento de dados para a avaliação da eficiência da intervenção urbana, demonstrando ineficiência de gestão.

Fazendo uso dos critérios do quadro, as gestões que desejarem criar projetos com enfoque ambientalmente sustentável podem fazer uso do quadro como uma lista de dados a serem coletados no território antes de se elaborar o projeto. Assim, é possível conhecer os aspectos ambientais a serem atendidos na implantação da intervenção.

Título:

O planejamento estratégico de cidade garante a sustentabilidade ambiental urbana? Considerações sobre o Plano Fortaleza 2040

Autor:
Samuel Tavares Pinheiro e José Almir Farias –mestrado, Universidade Federal do Ceará

Código:
OE069

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Desde a última década do século XX o planejamento estratégico vem exercendo grande influência como modelo de desenvolvimento das cidades. Trata-se de uma transposição dos conceitos do planejamento de empresas para o planejamento urbano, cuja justificativa teórica baseia-se no entendimento das limitações do planejamento físico-territorial clássico e na tese da eficiência da gestão urbana. Mas a aplicação deste modelo tem lastro sustentável? Quando se trata especificamente da sustentabilidade ambiental urbana, não seria o caso de questionar o quanto as premissas e métodos do planejamento estratégico corresponderiam às expectativas nele depositadas? Este artigo se lança no objetivo de identificar alguns dos atributos e particularidades da relação entre planejamento estratégico e sustentabilidade ambiental urbana, expressão aqui entendida como um princípio em evolução, um "conceito infinito", que vem sendo repetidamente adotado nos discursos e práticas contemporâneas de planejamento.

Metodologia:

A metodologia adotada nesta investigação faz uso da revisão da literatura, análise documental e cartográfica, com destaque para a análise do discurso. O texto que se segue está estruturado em três seções. A primeira parte versa sobre a relação entre sustentabilidade ambiental urbana e planejamento estratégico na gestão das cidades. A segunda seção dá ênfase a uma leitura do Plano Fortaleza 2040, destacando-se as suas proposições no campo da sustentabilidade ambiental urbana. A última seção é dedicada a questões que se reportam aos obstáculos enfrentados pelo planejamento estratégico para atingir os objetivos de sustentabilidade ambiental urbana. A leitura do Plano Fortaleza 2040 permitiu alinhavar alguns questionamentos sobre a relação entre planejamento estratégico e sustentabilidade ambiental urbana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Em qualquer lugar do mundo, planejar o crescimento e o desenvolvimento de uma cidade com quase 3 milhões de habitantes não é tarefa simples. No caso da cidade de Fortaleza/CE soma-se a esta dificuldade o fato de ser uma típica metrópole brasileira com tudo que tal denominação traz de contradições, injustiças, deficiências, conflitos e potencialidades. Deste modo, realizou-se uma rápida síntese da estrutura geral e dos procedimentos metodológicos do Plano Fortaleza 2040, de modo a extrair os principais elementos que indicam o seu compromisso com a sustentabilidade ambiental urbana. A partir desse mote, o Plano Fortaleza 2040 emergiu, a partir do Plano de Governo do então candidato à Prefeitura de Fortaleza, Roberto Cláudio (PSB), no ano de 2012. Entre 2014 e 2016, o governo municipal se lança no desafio de elaborar o Plano Fortaleza 2040, um ambicioso portfólio de estirpe estratégica, com o objetivo maior de oferecer alguma coerência ao conjunto de planos e normas setoriais, e assim poder configurar uma visão futura da cidade. No conjunto dos oito volumes, o Plano Fortaleza 2040 não se posiciona teoricamente sobre a noção de "sustentabilidade ambiental urbana", motivo pelo qual esta expressão encontra-se ausente nos textos. O Plano Fortaleza 2040 emerge, portanto, como um compilado do receituário que vem se consagrando alhures, e expõe o papel secundário da sustentabilidade urbana como um mote para os planos setoriais. O discurso de desenvolvimento sustentável se mostra convincente na enumeração dos problemas ambientais, muito embora não trate das contradições inerentes à realidade local. Não há novidades nem ousadia propositiva, já que as recomendações são derivadas de estudos pré-existentes (nacionais ou internacionais) ou em metas de difícil alcance se consideradas em modo estanque e desagregado. A orientação de estabelecer novos marcos regulatórios para a política ambiental parece responder com o "mais do mesmo". Considerando o desafio de planejar o desenvolvimento urbano em um período de longo prazo (25 anos), o Plano Fortaleza 2040 atesta a necessidade de se fortalecer as políticas e legislações (municipais e federais), a fim de atrair investimentos para se alcançar os objetivos propostos. Depreende-se deste posicionamento, uma concordância com aquilo que diz Ascerald (1999) a respeito do uso da política ambiental para inserir a cidade numa lógica de atenção às exigências estabelecidas pelas agências internacionais, em prol de interesses econômicos não necessariamente relacionados aos seus desafios locais mais urgentes. Em realidade, trata-se de comentários prático-teóricos sobre os obstáculos inerentes a este arranjo, cujas respostas aos problemas urbanos não termina no modelo em si nem nas realizações que ele inspira. Esta análise encontra-se estruturada em três sucintos tópicos: A "visão de futuro" e a "cidade-modelo"; Governança e Legitimidade Social e, a Gestão da Contradição e a Ideologia da Flexibilidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Um dos desafios da sustentabilidade ambiental urbana é a conscientização de que esta é um processo a ser percorrido e não algo definitivo a ser alcançado. Apesar da herança pesada, no qual as ações da gestão são, normalmente, de caráter corretivo, objetivando minimizar situações problemáticas já estabelecidas; a articulação entre planejamento estratégico e sustentabilidade ambiental urbana se faz com grande otimismo, como se pode observar em planos como o Fortaleza 2040. Talvez isso ocorra porque a questão ambiental, tal como está posta, parece ir de encontro a uma utopia mercadológica de cidade ideal sustentável. A sustentabilidade ambiental urbana não pode ser considerada como um estado fixo, harmonioso, mas ao contrário, trata-se de um processo dinâmico, em uma evolução não linear que demanda constante posicionamento crítico e revisão dos instrumentos de controle.

Título:
Adaptação climática e sua interface com a dinâmica metropolitana no caso da RMN

Autor:
Edilza Paula Queiroz Alves e Zoraide Souza Pessoa –mestrado, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

Código:
OE079

Resumo:

Objetivos do trabalho:

De acordo com trabalhos revisados sobre a Região Metropolitana de Natal (RMN), por (PESSOA, 2015), os espaços urbanos da RMN apresentam ocupações territoriais marcadas por níveis de desigualdades socioeconômicas em relação ao acesso das populações as melhores condições urbanas. Essas desigualdades no meio metropolitano podem intensificar com o contexto de vulnerabilidade socioambiental e climática para os citadinos menos favorecidas.

Objetivos são:

Analisar como a estrutura socioespacial metropolitana da RMN pode influenciar nas condições de vulnerabilidade socioambiental analisando como os instrumentos de gestão metropolitana estão preparados para a adaptação climática urbana.

Objetivos específicos:

1 Investigar como funciona essa relação entre a estruturação socioespacial na RMN e os impactos das mudanças climáticas na perspectiva de vulnerabilidades socioambientais e climáticas.

2 Analisar quais são e como os mecanismos de gestão metropolitana para adaptação climática urbana.

Metodologia:

Para alcançar essa investigação, o ponto de partida para a elaboração da pesquisa fundamenta-se em compreender as dinâmicas metropolitanas de estruturação socioespacial e ocupação territorial e como estas pode implicar nos impactos das mudanças climáticas na área da RMN. Assim, os métodos adotados para a elaboração do conhecimento da dissertação, serão de pesquisas qualitativas e quantitativas.

Sendo assim, para descrever as dinâmicas de metropolização da RMN, é necessário caracterizar os mecanismos de gestão metropolitana para adaptação às mudanças climáticas, serão utilizados dados documentais e bibliográficos e entrevistas com gestores públicos para compreender o processo de planejamento urbano da RMN, através da abordagem do método qualitativo.

Para o método quantitativo, serão utilizados como fontes os bancos de dados disponíveis das seguintes instituições e pesquisas:dados do Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o SCVI (Índice de Vulnerabilidade SócioClimática). De forma a analisar esses dados para compreensão do processo de estruturação socioespacial e a de vulnerabilidade sócioclimática da RMN.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A estruturação socioespacial metropolitana na RMN interfere nas condições de vulnerabilidade socioambiental e climática?

1 A estruturação socioespacial em uma região metropolitana tem relação significativa com a ocupação territorial em espaços de vulnerabilidade socioambiental e climática

2 A estruturação socioespacial e as dinâmicas de metropolização podem intensificar os efeitos das mudanças climáticas em meio urbano-metropolitano.

Comprovar uma relação entre a estruturação socioespacial e mudança climática são respostas que essa pesquisa busca analisar, observando aspectos que apontem como os fatores da organização territorial do espaço metropolitano podem provocar vulnerabilidade e risco intensificados pelos impactos às mudanças climáticas na cidade.

As mudanças climáticas estão associadas aos maiores riscos que a sociedade enfrenta, nessa discussão, as cidades, os centros urbanos, a população em geral, sofrem os impactos provocados por essas mudanças. Nessa perspectiva, é preciso compreender como a forma de viver e morar nos espaços urbanos evidenciam fatores que podem provocar alterações ao clima e causar impactos diretos nas cidades, principalmente às camadas mais vulneráveis.

Nesse sentido, a dinâmica urbana e metropolitana precisa de soluções diante dos impactos ambientais e climáticos que comprometem a cidade e seus citadinos. Sendo assim, é preciso compreender basicamente como usar o território, de qual forma ordená-lo e para qual intuito, de modo que tenham alternativas de usos possíveis e aceitáveis, preservando o território diante da estruturação socioespacial e o meio ambiente com os possíveis desastres causados pelos eventos climáticos.

Adotando como ponto de partida o contexto da estruturação social e os impactos provocados pelas mudanças climáticas na cidade, têm-se como tônica central que o adaptar é preciso, as cidades precisam estar preparadas para controlar os efeitos danosos que as mudanças climáticas causam no sistema urbano. Assim, ações de planejamento territorial, mitigação, adaptação, são mecanismos sustentáveis que reduzem os riscos das alterações climáticas.

Sob essa concepção o planejamento urbano e ordenamento territorial na RMN, são capazes de gerar mudanças significativas na integração da estruturação socioespacial para a contribuição da redução da vulnerabilidade socioambiental e climática.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Este estudo se baseia em compreender como o processo socioespacial urbano na RMN, pode contribuir com as condições de vulnerabilidade socioambiental e climática no território metropolitano.

O modo de viver e morar das pessoas na cidade impacta a estrutura de vida dessas, principalmente se relacionado aos impactos dos eventos climáticos que gera mudança no clima e impacta a vida humana.

Sendo assim, as cidades precisam pensar de forma sustentável e resiliente, com estratégias de adaptação climática e ordenando o territorial na RMN, caminhando para ações de respostas que reduzam os riscos climáticos na cidade, pois existe uma fragilidade social, correlacionados a exclusão social e atrelado aos problemas da distribuição espacial que impactam as mudanças climáticas. As atenções precisam estar

voltadas para o ordenamento com segurança das cidades, afim de, construir cidades sustentáveis e planejáveis aos eventos climáticos extremos, adaptando e reduzindo o contexto da vulnerabilidade.

Título:
A ocupação irregular em territórios tombados: o caso da Serra dos Cristais em Diamantina/MG
Autor:
Noara Silva Rabelo e Michelle Aparecida Batista
Código:
OE114

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo geral do trabalho é descrever o processo de ocupação irregular da Serra dos Cristais, também conhecida como Serra do Rio Grande, situada no município de Diamantina, Minas Gerais. Em razão de sua relevância histórica, paisagística e cultural, a Serra foi objeto de tombamento provisório pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), no ano 2000, e definitivo em 2010. Como objetivos específicos estão: demonstrar os riscos que a apropriação espontânea, desordenada e irregular na área proporciona; a atuação do Poder Público (sobretudo Municipal) na tentativa de conter as ocupações; a análise do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2018 a fim de conter as ocupações irregulares na Serra; destacar os direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal de 1988 que são colocados em risco em decorrência da atuação tardia do Poder Público diante das ocupações.

Metodologia:

Para um estudo mais aprofundado acerca do processo de tombamento da Serra dos Cristais, foram consultados documentos do IEPHA, que remetem a documentos oficiais do Município de Diamantina, como o Plano Diretor, e também da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, do inglês *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), uma vez que o Centro Histórico de Diamantina foi considerado Patrimônio Cultural da Humanidade em 1999. A fim de analisar as ocupações irregulares na Serra dos Cristais, foram considerados mapas, imagens de satélite, além de registros bibliográficos a respeito do tema. Também será utilizado o método observacional (GIL, 2008, p.16) que, através da percepção em sítio do fenômeno mencionado, verificará a tipologia e condição das edificações presentes, bem como a observação de arruamento e pavimentação, a instalação de luz, abastecimento de água e esgotamento sanitário, contradizendo o que é descrito em nota técnica do Ministério Público (nº 35/2012). As fontes de dados foram complementadas pelo inquérito civil instaurado pelo Ministério Público, e que culminou em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Município de Diamantina, o Ministério Público e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA). O objetivo principal do TAC é conter a ocupação desordenada e irregular da Serra dos Cristais, e identificar tais áreas para futura intervenção e fiscalização. Trata-se, portanto, de pesquisa exploratória no que diz respeito aos seus objetivos, com a finalidade de familiarização com a problemática (SELLTIZ *et al.*, 1965). Quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa. Na coleta de dados foram, conforme já exposto, utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, com ênfase nesta última.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Brasil é um dos países que possui monumentos culturais e naturais considerados pela UNESCO como Patrimônios Mundiais. E neste contexto protetivo apresenta-se o Centro Histórico de Diamantina, situado no Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, o qual foi contemplado e oficialmente proclamado Patrimônio Cultural da Humanidade em dezembro de 1999. Conforme ressaltado em nota técnica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, "emoldurando a paisagem histórica de Diamantina, tem ao fundo a Serra dos Cristais". Referida nota técnica do Ministério Público (nº 35/2012) foi elaborada com o objetivo de evitar novas ocupações irregulares e de analisar a documentação sobre construções irregulares na Serra dos Cristais, além de protegê-la, na qual enfatiza a ocupação desordenada, que há mais de vinte anos "coloca em risco o potencial paisagístico que ela representa, além de trazer riscos geológicos e prejuízos ambientais, principalmente no que se refere aos corpos d'água". Embora a Serra dos Cristais esteja em uma área de preservação permanente e de relevo íngreme, criando uma barreira natural, o que dificulta a expansão urbana de Diamantina por este vetor de crescimento, a apropriação desta área não foi impedida, adensando-se rapidamente, a partir da década de 1980, com ocupações (irregulares) de habitações (IEPHA, 2014, p.231-232). Em razão do alto potencial turístico no Centro Histórico tombado, determinadas áreas foram valorizadas, o que gerou, consequentemente, um processo de gentrificação das classes financeiramente menos favorecidas. Portanto, pode-se afirmar que tal fenômeno pode ser um intensificador da ocupação irregular, onde predominam habitações precárias e sem infraestrutura adequada. Dessa forma, conjectura-se a negligência do Poder Público quanto à contenção e a busca de soluções para tal ocupação. Além disso, faz-se necessário mencionar como consequência para o cenário urbano, o comprometimento da paisagem da cidade. Em razão disso, em fevereiro de 2018, foi instaurado inquérito civil que culminou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Município de Diamantina, o Ministério Público e o IEPHA, com o intuito de conter a ocupação. No entanto, a questão que se coloca é: o TAC celebrado não soluciona a questão das moradias já construídas no local, e deve, portanto, ser visto como instrumento excepcional, e não como solução para um problema que deveria ter sido encarado com mais atenção e cautela por parte do Poder Público Municipal. Ações pontuais poderiam ter evitado o atual desordenamento e irregularidade perante questões ambientais, arquitetônicas e urbanísticas e patrimoniais. Os resultados futuros dependerão da ação cooperativa entre as partes que celebraram o acordo, não só para a análise de projetos ou fiscalização de irregularidades, mas para a integração de políticas públicas das quais a população seja parceira, e também nas questões de conservação do meio ambiente, e do patrimônio arquitetônico e cultural.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Os resultados obtidos demonstram a necessidade de atuação do Poder Público de modo a prevenir que ocupações desordenadas em bens tombados cheguem ao patamar alcançado em Diamantina. Em que pese a possibilidade de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta por iniciativa do Ministério Público, tem-se que este instrumento deve ser visto como medida excepcional, pois quando há a devida atuação dos órgãos responsáveis, a situação não se agrava a ponto de colocar em risco direitos fundamentais, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à moradia e a função social da propriedade. É preciso utilizar os instrumentos de ordenação do espaço, de modo a impedir a gentrificação e os impactos sobre o espaço urbano. Ressalta-se a necessidade da interferência do Estado e/ou iniciativas urbanas, como Harvey menciona, na criação de mecanismos de controle e da implantação de políticas públicas visando, por exemplo o cumprimento dos instrumentos elencados no Estatuto da Cidade.

SESSÃO 1.1.5

Região Metropolitana e Políticas Públicas

Coordenação: Jan Bitoun

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
A expansão urbana que a área rural delimita: o rural nos planos diretores de cidades médias na macrometrópole paulista

Autor:
Chiara Alves de Oliveira e Prof. Dra. Gisela Cunha Viana Leonelli –mestrado, Unicamp

Código:
OE091

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Esse trabalho tem como objetivo organizar e comparar a abordagem de Planos Diretores (PD) em relação às áreas externas de seus perímetros urbanos consolidados, ou seja, suas áreas rurais e áreas de expansão urbana. O recorte serão cidades médias inseridas na Macrometrópole paulista, com enfoque no interior do estado. Como meta secundária, será identificado se na lei existem induções ou restrições que possam influenciar na conversão de terra rural em urbana, de modo a manter o padrão de produção do espaço, ou se é inaugurada uma nova lógica sobre o território. Ao compreender os impactos dos PDs no espaço, serão destacados indícios de que essas decisões são locais ou se há influência do mercado internacional.

Metodologia:

Em um primeira etapa foram levantados e analisados os PDs dos municípios em estudo, ressaltando em uma tabela abordagens em relação às áreas rurais e às áreas de expansão. A partir das informações levantadas, foram selecionados alguns municípios para serem elaborados mapas síntese com a área municipal, perímetro urbano, mancha urbana, unidades de conservação e área de expansão (quando presente). Como complemento, foi realizada uma breve contextualização sobre a área rural desses municípios em destaque (que não se restringe apenas à produção agrícola) e foi levantada a participação do Produto Interno Bruto (PIB) dessas áreas em relação ao total do município, para verificar se a estrutura econômica contribui para a organização territorial.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A partir da Constituição de 1988 os municípios passam a ter autonomia para planejar sobre todo seu território, sendo as diversas atividades e funções das cidades e do campo de competência comum entre União, Estado e município (Art. 23; Art. 30 inciso IX). Não obstante, essa é uma prática rara.

A constituição estabelece um instrumento principal para gestão do espaço: o Plano Diretor (PD), descrito como parte da Política Urbana Nacional e obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes (Art 182. BRASIL, 1988; BRASIL, 2001). O IBGE estima que 68% dos 5.570 municípios tenha menos de vinte mil habitantes, sendo que do total, 60,4% são considerados majoritariamente rurais. Isto posto, são poucas as cidades que geram dados para a gestão de seu território, e quando o fazem, interpretam o Plano como uma ferramenta estritamente urbana, excluindo a área rural dos estudos. Mesmo nas Regiões Metropolitanas, o diagnóstico das áreas rurais nem sempre é aprofundado, e quando é feito, não apresenta uma estrutura que permita integração e comparabilidade com a sua região.

Para estudar o território de modo integrado, tornou-se pertinente observar os PDs vigentes. Foram identificadas lacunas nos diagnósticos das áreas rurais; divergências entre objetivos e diretrizes propostas para o desenvolvimento rural; e um aumento na flexibilização do perímetro por meio de áreas passíveis

de urbanização. Não obstante, foram registrados contrapontos, com a diminuição de um perímetro em um município com mercado imobiliário aquecido.

Ao cruzar a legislação com o contexto rural e a contribuição no PIB foi possível averiguar o peso da área rural na produção econômica de cada município, o que poderia influenciar em decisões políticas, como na aprovação de um PD. Também, o tipo de cultura e sua dinâmica, como commodites, poderia apontar um ajuste espacial para inserir a produção municipal no mercado internacional.

Relevância dos resultados e principais conclusões

A macrometrópole paulista é reconhecida pelo impacto de seus centros urbanos, por esse motivo, ao se discutir a dispersão e fragmentação de suas cidades, em especial as médias, muito se fala sobre a espoliação imobiliária urbana, mas pouco se escreve sobre a influência da área rural. Esse artigo procurou ampliar o debate sobre as dinâmicas que constroem o espaço: a área rural não é estritamente agrícola; um proprietário rural pode ser a favor do aumento da área urbana; assim como um mercado imobiliário aquecido pode não conseguir aumentar o perímetro. Em suma, apesar da população brasileira ser majoritariamente urbana, os motivos que convertem na lei a terra rural em urbana extrapolam o perímetro. Compreender os arranjos espaciais das cidades pressupõe uma leitura integrada entre rural e urbano.

Título:
Jurisprudência sobre competências federativas em regiões metropolitanas: a contribuição do conceito de escala geográfica
Autor:
Eduardo Celestino Cordeiro –doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Código:
OE007

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do estudo é analisar como o conceito de escala geográfica pode contribuir para o debate normativo acerca das competências federativas em Regiões Metropolitanas no Brasil.

Metodologia:

A metodologia consistiu no levantamento (bibliográfico e documental) do quadro geral do problema das competências federativas nas regiões metropolitanas do Brasil, de modo a pontuar as principais divergências e interpretações, especialmente as relacionadas a jurisprudências sobre a matéria. Com base neste levantamento, fez-se uma análise de como as configurações espaciais são abordadas (ou omitidas) nas interpretações normativas que buscam definir as “funções públicas” a cardo da gestão metropolitana. Por fim, o conceito de escala geográfica (especificamente, o que postula não haver hierarquia dada e imutável nas escalas dos fenômenos espaciais) é testado como meio de operar uma definição espacial das competências atribuídas à instância metropolitana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No Brasil, a instituição de Regiões Metropolitanas (RMs) pode ser lida como uma resposta política a problemas gerados e vividos por municípios conurbados a uma ou mais metrópole. Na literatura corrente, em especial a versada nos aspectos normativos da questão, esses problemas são tidos como "comuns" aos entes da região e, por isso, objetos das "funções públicas de interesse comum" sob titularidade da instância metropolitana. No entanto, a formalização dessas regiões no país tem provocado controvérsias a respeito do que seria realmente as situações de "interesse comum" a serem incluídas no rol das competências pertinentes à gestão metropolitana. Nem mesmo em acórdãos do Supremo Tribunal Federal, essa questão não se mostrou pacífica, dada as divergências de interpretações jurídicas sobre a matéria.

Diante disso, um questionamento é colocado: tendo em vista o histórico papel da Geografia nos estudos dos fenômenos urbanos, o conceito de escala geográfica pode contribuir para o debate normativo acerca das competências federativas em RMs no Brasil? A pesquisa parte da hipótese de que sim, o conceito de escala pode contribuir para esse debate, mas resta demonstrar como isso é viável.

Quanto aos principais resultados da pesquisa, destaca-se o levantamento das divergências e interpretações acerca da configuração de competências interfederativas nas RMs brasileiras. Em geral, a instituição dessas regiões tem provocado, em primeiro momento, divergências políticas que, quando não solucionadas nesta esfera de poder, são remetidas à apreciação do judiciário. Por sua vez, na esfera do judiciário as interpretações vigentes não têm dado conta de pacificar o entendimento normativo sobre a temática. Na jurisprudência analisada, isto é, a do Supremo Tribunal Federal, as interpretações distintas chama atenção; algumas seguem aspectos doutrinários semelhantes aos adotados durante a vigência das RMs instituídas pela União; porém, a maioria adotou parâmetros atinentes ao federalismo de cooperação. Em todo caso, apesar de remeterem à necessidade de se considerar a realidade empírica, as interpretações normativas tendem a adotar noções predeterminadas para o enquadramento do que sejam os assuntos de "interesse local" (que são reconhecidos como da competência municipal), em contrates com os de "interesse comum" atribuídos à gestão metropolitana. Há uma dificuldade em precisar juridicamente quais são os limites das atribuições da gestão metropolitana, frente à divisão de competências federativas.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Lacunas legislativas têm sido assinaladas como a razão da imprecisão jurídica sobre as competências federativas em RMs. O estudo, porém, conclui não ser apenas isso, e sim a adoção de concepções apriorísticas sobre o que seriam os assuntos de "interesse local" e os de "interesse comum". Assim, dificilmente se reconhece o fato de que os fenômenos espaciais poderem ser apreendidos por diferentes escalas, sem haver uma hierarquia dada e imutável que anule a pertinência de uma sobre a outra. Se tal condição é levada em conta, é possível reconhecer que situações de "interesse local" não perdem tal condição quando incorporadas à dinâmica metropolitana e, assim, tornam-se de "interesse comum". Isso porque o conceito de escala geográfica põe o foco sobre a própria natureza espacial dos fenômenos em questão e, portanto, reconhece haver situações que se tornam regionais não por estarem enquadradas em certas categorias dadas a priori, e sim em função de suas origens e efeitos territoriais.

Título:
Funções públicas de interesse comum - FPIC: um debate inicial e necessário na Região Metropolitana do Cariri

Autor:
Diego Coelho do Nascimento –doutorado, Universidade Federal do Cariri - UFCA

Código:
OE020

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A presente pesquisa tem por objetivo geral enfocar as discussões relacionadas às funções públicas de interesse comum – FPIC em uma região metropolitana interiorana e com processo de metropolização em consolidação, a Região Metropolitana do Cariri. Nessa região metropolitana, criada em 2009 e localizada no extremo sul cearense e na região central do semiárido nordestino, nota-se o avanço dos índices de urbanização, existência de processo de conurbação e, por conseguinte, existência de problemáticas urbano-regionais que, muitas vezes, extrapolam os limites de jurisdição municipais e, para o seu enfrentamento, necessitam da cooperação dos diversos entes governamentais.

Metodologia:

Utilizou-se instrumentos como a observação direta, a análise de documentos e de dados secundários. Além disso, o presente estudo se encaixa na proposta exploratória, que "têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GIL, 2010a, p. 27) e tem caráter qualitativo, uma vez que "hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes". (GODOY, 1995, p. 21). No que se refere aos delineamentos, optou-se pela utilização da Pesquisa Bibliográfica, Estudo de Caso e Pesquisa Documental.

Nesse sentido, a observação direta foi o instrumento utilizado a fim de obtenção da aproximação teoria-prática para maior imersão no fenômeno estudado e a pesquisa de campo foi útil para o conhecimento da realidade socioespacial dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Cariri, que passam por um processo de crescimento econômico acelerado e repleto de repercussões sociais, ambientais e políticas. Os documentos analisados foram oriundos de diversas instituições: IPEA, IBGE, IPCE, legislações municipais, estaduais e federais.

Problemas, hipóteses e principais resultados

Em uma região metropolitana instituída recentemente e com uma realidade urbana-regional específica em que, por um lado, distancia-se das características, processos e fenômenos metropolitanos das principais regiões metropolitanas do país e, por outro, amplia sua importância urbana, demográfica e econômica para sua região direta de influência (o sertão semiárido nordestino) e inicia um processo de consolidação de algumas características comumente inter-relacionadas ao processo de metropolização, é comum e necessário reflexões sobre a espacialidade e institucionalidade do arranjo.

Nesse sentido, uma das questões que merece e carece de uma análise mais apurada diz respeito aos problemas comuns que, por sua vez, exigem a execução das denominadas funções públicas de interesse

comum – FPIC. Sendo assim, surgiram os questionamentos principais deste estudo: na Região Metropolitana do Cariri, quais problemáticas exigem a execução de funções de interesse comum? Como ocorre a identificação, organização, planejamento e execução delas?; e Qual a relação entre os problemas comuns, as funções públicas de interesse comum e a consolidação desse arranjo metropolitano?;

A RM Cariri é, atualmente, composta por nove municípios (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri) e vivencia um processo de crescimento econômico e demográfico com repercussões diretas sobre as esferas urbanas, social, ambiental e política-institucional de especificidades interessantes no contexto do semiárido nordestino.

Parte-se da hipótese de que a RM Cariri apresenta problemas comuns que exigem a execução de FPICs e que, portanto, confirmam a consolidação, mesmo que em estágio inicial, desse arranjo metropolitano.

Constatou-se, por exemplo, o aumento nos índices de urbanização e a consolidação da conurbação e dos movimentos pendulares, reforçando a existência de uma maior unidade socioeconômica, que, por sua vez, ampliam os problemas públicos que exigem solução conjunta, onde destacam-se: os problemas relacionados à mobilidade urbana e sistema viário, nos quais são evidentes a necessidade de integração do transporte coletivo entre os municípios da região, justificados pelo expressivo número de pessoas que se deslocam diariamente para outros municípios com finalidade de trabalho, estudo ou compras; geração de emprego e renda, com a necessidade de criação de postos de trabalho que contemplem as especificidades locais; problemas ambientais em diferentes campos , sobretudo relacionados à preservação da Chapada do Araripe e dos mananciais hídricos; desigualdades socioespaciais; ausência de infraestrutura urbana; déficit habitacional e ocupação de áreas de risco; aumento da violência urbana; ausência de ordenamento territorial e uso indevido do solo urbano; ausência de equipamentos públicos importantes para provisão de serviços essenciais, entre outras.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Muitas das problemáticas comuns na RM Cariri são heranças históricas que foram intensificadas recentemente pela maior integração socioeconômica ocorrida entre os municípios principais dessa RM. Ainda que alguns avanços relativos à integração socioeconômica, ações em prol da coletividade e de execução de funções públicas de interesse comum sejam percebidos, sobretudo na área de mobilidade e infraestrutura urbana, são muitos os desafios ou problemas comuns na área de abrangência da Região Metropolitana do Cariri.

A lei complementar que versa sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri justifica a criação desse arranjo pela necessidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Entretanto, essa discussão só chegou até a sociedade bem recentemente e, na atualidade, não há clareza de como se dará a organização, planejamento execução das funções públicas de interesse comum na RM Cariri em prol da resolução dos problemas comuns.

Título:
A questão da moradia no planejamento da metrópole de Curitiba
Autor:
Lorreine Santos Vaccari e Madianita Nunes da Silva –mestrado, Ivani Santos Vaccari e Silvio Vaccari Junior/ Manuel Nunes da Silva Neto e Sônia Firette Nunes da Silva
Código:

OE033

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem por objetivo refletir sobre o distanciamento entre o planejamento territorial executado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e a produção da metrópole de Curitiba, à luz da moradia como elemento central na produção do espaço urbano/metropolitano e como função pública de interesse comum (FPIC) geradora e articuladora das demandas da população metropolitana (funções e serviços públicos).

Metodologia:

Para refletir acerca da relevância da relação entre a metropolização em Curitiba e a moradia e compreendê-la como FPIC central foi realizada revisão de literatura a partir de autores que discutem criticamente a produção da metrópole de Curitiba e a moradia como interesse comum em RMs.

Para vislumbrar de que forma a questão da moradia foi percebida e incorporada ao processo de planejamento da metrópole de Curitiba ao longo do tempo, foi realizado um resgate histórico da atuação da COMEC centrada na temática da moradia. A partir de um levantamento e análise prévios dos planos e programas elaborados pelo órgão constantes das mensagens do Governador à Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP) referentes à prestação de contas das principais ações da COMEC nos exercícios de 1980 à 1999 e 2003 à 2016, disponíveis na série Metrópolis em Revista e no site da ALEP, respectivamente, foram selecionados os principais instrumentos de planejamento metropolitano da RMC: os Planos de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba de 1978 e de 2006.

Com base nesses Planos, buscou-se identificar a leitura e o posicionamento da instituição metropolitana, ao longo do tempo, acerca da moradia como FPIC central e analisar o tratamento conferido à problemática da moradia metropolitana no que tange ao enfoque - setorial, integrado ou fragmentado – atribuído às propostas elaboradas nesses instrumentos de planejamento.

Considerando o momento atual de discussão da proposta para reformatação do modelo de planejamento e gestão metropolitanos no estado do Paraná, exigência advinda do Estatuto da Metrópole, foram realizadas entrevistas, entre agosto e novembro de 2017, com os principais agentes técnicos e políticos envolvidos nesse processo para as RMs do Paraná. O principal objetivo foi identificar em que medida os PDIs de 1978 e 2006 influenciam, moldam e/ou constituem referencial para a discussão atual a respeito das FPICs, sua redefinição e gestão na metrópole de Curitiba.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O modelo de urbanização brasileiro, desigual e excludente, imprimiu às metrópoles características que se expressam na morfologia e paisagem urbanas, na (falta de) qualidade ambiental e de mobilidade das pessoas, na (im)possibilidade de acesso à moradia adequada e à terra urbanizada, e que se traduzem nas condições de vida da população metropolitana.

O elevado custo da terra urbanizada associado aos baixos salários impõe continuamente a produção do espaço metropolitano a partir da lógica de periferização e precarização das moradias populares,

produzindo metrópoles cada vez mais marcadas pela segregação socioespacial, e evidenciando a relevância da relação entre metropolização e moradia.

Ao cumprir papel central na produção do espaço urbano metropolitano, a moradia precária desvela e materializa exemplarmente as situações espoliativas a que está submetida grande parcela da população que enfrenta cotidianamente as longas jornadas nos transportes coletivos, a precariedade das condições de vida em assentamentos informais e casas autoconstruídas, a carência de infraestrutura básica e de equipamentos culturais e de lazer.

Nesse sentido, a verificação da permanência do processo de produção do espaço metropolitano a partir da lógica de periferização e precarização da moradia e a constatação de que a moradia não foi arrolada legalmente como FPIC na RMC e, portanto, não constitui elemento orientador da atuação da COMEC, desde a sua criação, associada à atuação setorial e desvinculada de uma política pública de moradia metropolitana do Governo do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Curitiba, permitiram formular o problema de pesquisa.

Assim, a hipótese delineada é que o não reconhecimento da moradia como FPIC pela COMEC contribui para o enfraquecimento do planejamento urbano como tributário do acesso ao direito à metrópole em Curitiba, bem como do próprio órgão metropolitana, que deveria ser a instância mediadora e articuladora dos entes federativos para a gestão dos interesses comuns metropolitanos.

Na análise dos PDIs, verificou-se a interpretação da moradia como demanda metropolitana setorial, limitada à produção de habitação e lotes para a população de baixa renda, cabendo ao órgão metropolitano um papel auxiliar, de suporte à COHAPAR e à COHAB-CT. Observou-se também a não utilização de ferramentas e ações específicas e articuladas aos instrumentos de uso do solo para o tratamento da moradia na metrópole, confirmando-se que a questão não possui centralidade no planejamento metropolitano e nem é interpretada como FPIC geradora e articuladora das demais demandas urbano-metropolitanas. Essa visão setorial e a desconsideração do caráter transversal, articulador e central da moradia para o planejamento metropolitano são também recorrentes e estruturantes dos discursos, técnico e político, dos agentes envolvidos no processo de implantação do Estatuto da Metrópole nas RMs do Paraná.

Relevância dos resultados e principais conclusões

A partir dos PDIs de 1978 e de 2006 e das entrevistas com agentes técnicos e políticos envolvidos na discussão atual da redefinição e gestão das FPICs na metrópole de Curitiba, concluiu-se que o não reconhecimento da moradia como FPIC contribui para o enfraquecimento do planejamento urbano na metrópole de Curitiba, bem como do próprio órgão metropolitano, que ao interpretar a moradia setorialmente e não articulada às demais demandas metropolitanas, limita sua ação e o potencial de seus efeitos sociais e territoriais, reproduzindo e contribuindo com o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

O trabalho permitiu evidenciar a moradia como FPIC primordial e estratégica ao planejamento territorial metropolitano; confirmar o enfraquecimento paulatino do planejamento urbano como instrumento capaz de contribuir com o acesso ao "direito à metrópole" em Curitiba e identificar os desafios de incorporar a moradia como FPIC no planejamento metropolitano.

Título:

Duas Décadas da Região Metropolitana de Natal: estudo da Governança Metropolitana a partir da elaboração dos Planos Plurianuais municipais

Autor:

Maria do Livramento Miranda Clementino, Lindijane de Souza Bento Almeida, Raquel Maria da Costa Silveira e Brunno Costa do Nascimento Silva

Código:

OE046

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente estudo busca compreender os reflexos do debate realizado entre os municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN), no que tange ao fortalecimento da governança metropolitana, durante o processo de elaboração dos planos plurianuais municipais para o período de 2018-2021.

Ao longo do estudo, será necessário, também, entender como os gestores municipais compreendem o planejamento no contexto metropolitano, bem como verificar os esforços realizados pelo ente estadual para a concretização da coordenação.

O estudo realizado foi complementado pela análise da justificativa para inserção dos 14 municípios que compõem a RMN, discutindo-se a dissociação existente entre a dinâmica de inserção e o processo de metropolização da região.

Metodologia:

Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica voltada à temática da gestão metropolitana e das relações intergovernamentais, o que foi complementado com a pesquisa documental das leis referentes ao tema. No que diz respeito aos dados primários, estes foram obtidos mediante entrevistas de ordem semiestruturada, sendo realizadas oito entrevistas: sete com os Secretários Municipais de Planejamento e uma com o representante da Coordenadoria da Região Metropolitana, no governo estadual.

Ademais, foi realizado o acompanhamento, mediante observação direta, de quatro reuniões do Fórum dos Secretários de Planejamento da Região Metropolitana de Natal. Realizou-se coleta de dados e informações também durante a Oficina de Capacitação para Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 dos Municípios que integram a RMN e o Fórum Interconselhos de Natal, especificamente, participando nas discussões do Grupo de Trabalho voltado ao “Desenho da Cidade”, eventos esses realizados no contexto da elaboração do Plano Plurianual do município de Natal.

A análise documental foi realizada sob duas perspectivas: a primeira relacionada aos Planos Plurianuais dos municípios da RMN referentes ao período de 2018-2021. Buscou-se, nesse sentido, verificar se os entes municipais aderiram à proposta realizada pelo município de Natal, prevendo a ação de fortalecimento da governança metropolitana. No tocante a segunda perspectiva, procurou-se identificar a justificativa para inserção dos 14 municípios que compõem a RMN em cada Lei Complementar Estadual, com vistas a apresentar a dissociação existente entre a dinâmica de inserção e o processo de metropolização da região.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, os municípios brasileiros foram elevados a entes federativos. A partir desse cenário, alcançaram capacidade normativa e de auto-organização, adquirindo competência material e legislativa para tratar dos assuntos de interesse local. Como consequência, o Brasil adotou uma forma federativa atípica, na qual constata-se a existência de três esferas de competências. No tocante à gestão metropolitana, o arranjo advindo da Carta Magna não abriu espaço para discussão acerca da coordenação e da cooperação, porquanto foram geradas relações intergovernamentais complexas, em que há uma dificuldade de se estabelecer mecanismos que busquem os princípios cooperativos.

Do mesmo modo, as constituições estaduais trataram a temática metropolitana com pouca ou nenhuma relevância. Nesse sentido, Clementino e Andrade (2007) constatam experiências nas quais municípios componentes de regiões metropolitanas (RMs) articularam-se para estabelecer mecanismos de cooperação para a resolução das questões metropolitanas, dada a ausência de coordenação por parte do ente estadual.

O Estatuto da Metrópole (EM), Lei Federal nº 13.089/2015, pode ser vislumbrado como marco regulatório proposto a estabelecer diretrizes gerais na regulação das funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos brasileiros. Essa norma se configura como um elemento que vem a contribuir com o reconhecimento legislativo/jurídico da temática urbana e metropolitana no país, estabelecendo prazo de sua implementação até o ano de 2018, sob a pena de sanção por improbidade administrativa ao gestor público.

Nesse contexto, a presente pesquisa possui como recorte a Região Metropolitana de Natal, na qual, entre os anos de 2015 e 2018, os esforços realizados pelo ente estadual não foram capazes de promover a coordenação para a efetivação das diretrizes do Estatuto da Metrópole. Em 2016, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) de Natal propôs um conjunto de reuniões com os demais municípios, discutindo-se a possibilidade de prever ações conjuntas nos PPAs. Para auxiliar os demais os municípios na elaboração dos seus PPAs, bem como na inclusão da ação proposta, a SEMPLA de Natal em parceria com o Observatório das Metrópoles - Núcleo Natal, realizou uma Oficina de Capacitação para Elaboração dos PPAs (2018-2021). A partir dessa discussão, foi sugerida uma ação comum a ser contemplada nos PPAs dos municípios da RMN. Parte-se do pressuposto de que as reuniões buscaram preencher a lacuna da coordenação estadual e promover a blindagem dos gestores em relação às penalidades previstas no Estatuto da Metrópole.

A pesquisa realizada demonstra a existência de ações relacionadas à questão metropolitana nos PPAs estudados. Contudo, a despeito da participação nas reuniões, a maior parte dos entes municipais não evidenciou a preocupação com os problemas metropolitanos em seus instrumentos de planejamento.

Relevância dos resultados e principais conclusões

A liderança realizada por Natal auxiliou no processo de criação do Fórum dos Secretários de Planejamento, o qual se configurou como o espaço para discussão dos problemas metropolitanos diante da ausência de coordenação pelo ente estadual. O Fórum foi uma alternativa ao, atualmente, inoperante CDMN, ensejando a possibilidade de construção efetiva de ações para a resolução de problemas comuns dos municípios da RMN. Portanto, há de se concluir que as ações do governo estadual voltadas à instituição da coordenação e cooperação são ineficazes, restando aos municípios a construção de uma alternativa de uma “blindagem”, assegurando eles mesmos o cumprimento ao EM. Contudo, o debate realizado ainda não foi efetivo na construção da governança metropolitana. Os municípios demonstram não ter absolvido

o debate acerca da questão metropolitana, reconhecendo a existência de problemas comuns, mas deixando de reconhecer a necessidade de planejar soluções compartilhadas.

Título:
Forma e Legislação: o descompasso na Área Metropolitana de Brasília, Brasil

Autor:
Rômulo José da Costa Ribeiro –doutorado, Universidade de Brasília

Código:
OE057

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este estudo pretende avaliar a estrutura de ligação entre os núcleos urbanos que compõem AMB o Estatuto da Metrópole, lei aprovada em 2015. De forma a discutir a possibilidade de elaboração de projeto de lei para institucionalizá-la, mas que envolva os aspectos morfológicos em sua estruturação legal.

Metodologia:

Para tal análise, será utilizado um cruzamento entre a análise axial da malha metropolitana e os dados censitários de cada município, o que permitirá a correlação entre os elementos de condições urbanas e acessibilidade da malha. Também será feita a avaliação da PMAD, no que tange a deslocamentos para trabalho, a fim de se identificar concentrações e se há, de fato, circulação de pessoas, ideias e mercadorias entre os entes que compõem a AMB. Por fim, de posse destes resultados, será avaliada a legislação vigente de forma a propor elementos que deem suporte a formulação do projeto de lei para institucionalização da AMB.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No ano de 1998, por um ato legal, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), compreendendo 19 municípios do Estado de Goiás, 3 do Estado de Minas Gerais e o Distrito Federal, onde se localiza a capital do Brasil. O intuito era de fomentar o desenvolvimento regional, não apenas econômico, mas com a melhoria das condições urbanas para os municípios envolvidos, relacionado com as áreas de: infraestrutura; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública; uso, parcelamento e ocupação do solo; transportes e sistema viário; proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; serviços de telecomunicação; turismo; e segurança pública (SUDECO, 2015).

Infelizmente a RIDE-DF não prosperou como planejado, a maioria dos municípios não possuía condições mínimas para participar desta empreitada. Desta forma, em 2013, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), realizou a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), na qual considerou apenas 12 municípios do Estado de Goiás e o Distrito Federal, caracterizando este arranjo como metrópole funcional, chamando-a de Área Metropolitana de Brasília (AMB) (CODEPLAN, 2013).

Relevância dos resultados e principais conclusões

Em 2018 foram agregados à RIDE-DF mais 12 municípios, com o discurso que estes terão maior qualidade ao fazerem parte deste ente. Nosso estudo visa mostrar que, a partir de dados detalhados levantados pela CODEPLAN, a estrutura da RIDE-DF é frágil e a institucionalização da AMB pode fornecer maior legitimidade e estrutura para os envolvidos.

Título:
¿Legitimación formal o construcción colectiva? Debate en torno a la implementación de la participación ciudadana en el ordenamiento territorial

Autor:
Malena Lucía Reyes –Graduação, Universidad de Buenos Aires - CONICET

Código:
OE009

Resumo:

Objetivos do trabalho:

El presente trabajo surge en el marco de una Tesis Doctoral en Ordenamiento Territorial y como objetivo general del presente trabajo se busca describir y analizar los mecanismos de participación ciudadana implementados en el marco de la política de ordenamiento territorial en la Provincia de Mendoza desde 2009. Asimismo, se busca poner en discusión los mecanismos implementados y sus resultados a la fecha a fin de analizar el involucramiento de la ciudadanía en dicha política.

Metodologia:

El presente trabajo entonces se desarrolla, en principio, desde los enfoques teóricos metodológicos del análisis de política pública y el desarrollo territorial. Específicamente, nuestro estudio centra su atención en la etapa de implementación o puesta en práctica de la política. “Se trata de una fase fundamental en cualquier análisis de política pública porque en el que se plasman las ideas en hechos reales” (Harguindéguy, 2015: 81). Los estudios sobre implementación presentan un doble desafío entre la necesidad de analizar empíricamente el desarrollo de los programas gubernamentales y la obligación normativa de dar consejos para mejorarlos.

La estrategia metodológica aplicada en el trabajo es principalmente cualitativa, aunque tal como explica Valles, la barrera entre lo cuantitativo y lo cualitativo no es tal, “no hay un polo cualitativo frente a otro cuantitativo, sino más bien un continuo entre ambos.” (1996:77). En este sentido, adoptamos una estrategia en la cual se recurrire a la combinación de métodos y técnicas que permitan abordar las prácticas implicadas en los procesos de implementación de la política de desarrollo y ordenamiento territorial como también sus resultados. En el presente trabajo se combinaron las técnicas de investigación documental y estudio de caso y, las técnicas de construcción de datos, como observación participante y las entrevistas.

A fin de cumplir con los objetivos planteados se analizó funcionamiento del Consejo Provincial de Ordenamiento Territorial (CPOT) a partir de sus actas de reuniones ordinarias y extraordinarias así como

las dos instancias participativas que estipula la Ley 8051 a saber: La Consulta y la Audiencia Pública a partir de los registros otorgados por el Ministerio de Ambiente y Ordenamiento Territorial de la Provincia.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

En la Provincia de Mendoza la política de Ordenamiento Territorial y Usos del Suelo, aunque hace años que constituye un tema en la agenda del Estado, tuvo un gran impulso a partir 2009 con la sanción de la Ley 8051. Desde entonces y en el marco de un contexto de complejidad normativa, se ha avanzado en la elaboración de un Plan Provincial que actualmente tiene media sanción en la Legislatura de Mendoza. La desarticulada implementación de esta política ha generado dificultades e inconsistencias entre los actores que han participado en dicho proceso (Cueto y Guardamagna, 2014) por lo que se plantean grandes desafíos para la continuidad de la misma.

En relación a la participación ciudadana se evidencia que los mecanismos de participación ciudadana, en el marco de la política de ordenamiento territorial en Mendoza desde 2009, han generado, en la mayor parte del proceso, un escaso involucramiento por parte de los ciudadanos y la sociedad civil debido a que los mismos han sido implementados de forma discontinua, dispersa y heterogénea.

Como principales resultados de análisis podemos afirmar que el proceso analizado se trata de un proceso que ha sido altamente conflictivo, atravesado por las diferencias político-partidarias entre los actores, algo que es previsible al tratarse de una política que es central para el desarrollo provincial y que atraviesa intereses políticos y económicos de varios sectores. El problema, en todo caso, más allá de las particularidades de cada período, ha sido que la Autoridad de Aplicación (Secretaría de Ambiente de la Provincia) y el organismo creado para tal fin, la Agencia Provincial de Ordenamiento Territorial, no han sabido liderar el proceso a fin de conducir y resolver estos conflictos en cada momento. Las etapas de mayor adaptabilidad de la política han tenido que ver con la impronta personal del funcionario a cargo de la Secretaría o Ministerio de Ambiente.

Las instancias participativas han sido múltiples y se han cumplido tal como la ley las prescribe. Sin embargo, se cuestiona la forma en la que se alcanzó tal objetivo, ya que el nivel de deliberación ha sido bastante pobre. Así lo evidencia crítica de los actores que han participado, sus aportes no han sido incorporados al Plan Provincial de Ordenamiento Territorial (PPOT). En este sentido, no nos referimos únicamente a integrantes de organizaciones no gubernamentales que podrían tener menos gravitación sobre la política, sino que esta crítica surge también de los municipios, del sector universitario y del científico-técnico. En este sentido, es alta la insatisfacción respecto al proceso, lo que en consecuencia se traslada a los resultados, es decir, al instrumento que materializará la política de aquí en adelante, el recientemente aprobado Plan Provincial (PPOT).

Relevância dos resultados e principais conclusões

Más allá de las dificultades y vaivenes a lo largo de estos diez años, la política de ordenamiento territorial ha logrado construir cierta capacidad institucional para la planificación territorial, sin embargo, aún falta mucho para lograr institucionalizar y fortalecer estos formatos participativos.

Las políticas de planificación del territorio y, en especial la de ordenamiento territorial, implican una mirada transversal del ámbito espacial analizado e intenta, entre otras tantas cosas, ordenar la explotación de recursos vitales como son los asentamientos, las industrias, el agua y los minerales, entre muchos otros. Se trata, en definitiva, de una característica que puede aumentar la pluralidad de los actores involucrados y generar más oportunidades para la participación. No solamente a fines de la

legitimación formal de la política sino de la construcción colectiva del territorio, una oportunidad para ejercer el derecho a participar en la planificación del desarrollo.

Título:
Práticas da Cartografia social para a reflexão do território no Distrito de Amarelas- Camocim, Ceará – Brasil

Autor:
Nicolly Santos Leite, Wallason Farias de Souza, Gislleyde Uchoa, Francisco Otávio Landim Neto e Adryane Gorayeb –mestrado, Doutoranda em Geografia da Universidade Federal do Ceará

Código:
OE108

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho busca apresentar o diagnóstico socioambiental, desenvolvido no âmbito da cartografia social, como uma dimensão metodológica para refletir o território, as dinâmicas e as relações na comunidade que habita a sede do distrito de Amarelas, Camocim - Ceará. É necessário ressaltar que tais práticas também ajudaram a compreender coletivamente o processo de implantação de um empreendimento eólico e seus efeitos na respectiva da comunidade. Nesse sentido, discute-se também o uso cartografia social no estudo do território com a junção dos conhecimentos populares e científicos. Faz-se necessário destacar a importância da apropriação do conhecimento da Cartografia pela comunidade, o que contribuiu para a efetivação do diagnóstico realizado.

Metodologia:

A cartografia social foi efetivada na sede distrital de Amarelas pertencente ao município de Camocim, no período de 2014 a 2017. Na ocasião foi construído um diagnóstico socioambiental, e, posteriormente, foi realizada a espacialização das informações para a construção do mapa social.

É necessário ressaltar que outras atividades lúdicas e voltadas a formações em cartografia foram desenvolvidas no sentido de capacitar e aproximar a comunidade e a equipe da universidade visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades.

O público alvo inicial correspondeu aos moradores da sede do distrito supracitado, embora tenham participado também moradores da localidade de Montevidéu. A divulgação das ações foi realizada durante a evento religioso semanal, na escola de ensino médio, e alguns moradores realizaram a divulgação das atividades.

O diagnóstico foi subdividido em duas etapas, sendo que a primeira consistiu na reflexão individual dos participantes sobre problemas e potencialidades e a segunda foi a apresentação e discussão coletiva dos temas elencados na etapa anterior. A apresentação dos problemas e potencialidades foi feita por meio da representação de uma "árvore", sendo cada folha consistiu em um ponto positivo ou negativo discutido. Assim, foram construídas duas árvores, a "árvore dos problemas" e a "árvore das potencialidades". Durante o momento as discussões e reflexões, novos assuntos foram incluídos ou retirados das "árvores".

Posteriormente a comunidade utilizou os pontos elencados no diagnóstico para construir o mapa social de Amarelas. Para a elaboração do mapa foi utilizado uma folha de papel vegetal sobre uma imagem de

satélite em tamanho A1, na qual a comunidade indicou na forma de pontos, linhas e polígonos, os assuntos de interesse. As representações efetivas nas imagens impressas foram digitalizadas no Software QGIS 2.4 (Chugiak) e depois foram levados para correção. Somente após decisão da comunitária o mapa foi considerado como "finalizado".

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os mapas construídos participativamente permitem a convergência de pontos de vista e interpretações da realidade que se tornam mais próximas do mundo vivido, evitando fins particulares, visto que os mapas não são neutros, mas sim, carregados de intenções (GORAYEB, et al., 2015; HARLEY, 2009).

A elaboração desses mapas pelas comunidades, com auxílio de instituições, podem ter uma infinidade de objetivos, embora lidar com problemas sociais complexos venham se destacando no âmbito dos estudos nacionais e internacionais (BROW, KITTA, 2018).

No contexto do distrito de Amarelas tem-se a instalação de um grande empreendimento eólico e de acordo com Meireles et al., (2013) as comunidades que ocupam a zona costeira do Estado do Ceará, Brasil, são "invisibilizadas" em processos decisórios de projetos de energia eólica que interferem nos recursos naturais e nas atividades sociais.

Desde 2009 está em operação um parque eólico com 50 turbinas (104,4 MW de potência instalada) em campos de dunas móveis, que representam superfícies instáveis e importantes para a dinâmica sedimentar litorânea e armazenamento hídrico subterrâneo. A comunidade mais próxima ao parque é Xavier, que sofreu com diversos impactos, contudo, a partir da organização comunitária obtiveram alguns ganhos como as medidas compensatórias. Na sede do distrito de Amarelas, por sua vez, também foram apontados problemas, todavia não houve compensações.

Durante os encontros da cartografia social, os moradores destacaram que dentre as potencialidades, a agricultura, o rio Tapuiú e os viveiros de camarão representam fontes de renda, os festejos também foram elencados como potencial para lazer e renda. Dentre os problemas tem-se a falta de uma associação comunitária, destruição dos manguezais, destruição de lagoas e dunas e as eólicas. A falta de uma associação demonstra a necessidade de amadurecimento da união comunitária, o que resultou na dificuldade da articulação da comunidade para solucionar problemáticas causadas pela instalação de uma usina de energia eólica. O parque eólico foi caracterizado como um problema por causar danos a estrada de acesso da comunidade, a alteração na dinâmica das dunas e lagoas interdunares, que se configuram como ambientes de lazer e pesca. Os tratores retiram os sedimentos da área do parque e depositam à retaguarda dos campos de dunas, o que pode está alterando a direção da circulação sedimentar, o que também gera prejuízos para a dinâmica de alimentação de praias e lagoas.

Relevância dos resultados e principais conclusões

O envolvimento local se concretizou como importante resultado que possibilitou conhecer minunciosamente os conflitos, anseios, problemas relativos aos empreendimentos eólicos e potencialidades locais do território por meio do diagnóstico participativo. Tratou-se de uma troca de experiências e saberes entre a comunidade a universidade. O parque eólico gerou prejuízos percebidos pela comunidade, que podem estar associados a falta de representatividade e diálogo no período anterior a instalação do empreendimento. O produto cartográfico elaborado pela comunidade pode representar um instrumento de luta na busca por garantia de direitos. Além disso, o processo de construção do mapa, principalmente, o momento do diagnóstico, possibilitou o diálogo sobre a realidade vivida entre os

participantes da comunidade, favorecendo a reflexão. A construção de uma relação de confiança entre universidade e comunidade foi essencial para a iniciar e continuar as práticas da cartografia social.

Título:
Um estudo sobre a gestão das terras públicas nas margens do Porto de Santos através dos instrumentos administrativos da SPU

Autor:
Fernanda Accioly Moreira -Pós-Doutorado, Luiz Antonio Cardoso Moreira e Leolinda Accioly Moreira

Código:
OE085

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A partir de 2003, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) adotou diversas mudanças administrativas e legais ao rever o papel das terras da União como "patrimônio de todo brasileiro", visando a função social da propriedade pública e a inversão da lógica marcada pela centralização de decisões, perspectiva arrecadatória e gestão cartorial dos bens públicos. Apesar dos avanços conquistados nos dez anos seguintes, verificou-se que estes não foram suficientes para promover uma inflexão na lógica de gestão pretendida. A manutenção de padrões de destinação das terras da União a particulares, a exemplo da utilização da Inscrição de Ocupação (IO) se mostrou mais relevante apesar da incorporação de novos e criativos instrumentos, como o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). O objetivo deste trabalho é debater a utilização destes dois instrumentos e seus efeitos na reprodução de padrões de organização do espaço no Brasil e dos esforços para inserção do país no mercado internacional.

Metodologia:

A partir da análise de dois casos situados no contexto da necessidade de expansão da atividade portuária em Santos (SP), o primeiro denominado Ilha de Bagres e o segundo Ilha Diana buscou-se esclarecer como se estabelecem as engrenagens dentro do Estado, em especial, do sistema de gestão de terras da União, visando o acesso à terra pública federal para uso privativo. Seja em atendimento à função social – a partir da garantia do direito à moradia e meios de subsistência da comunidade de pescadores da Ilha Diana –, seja para exploração econômica – pela aquisição do domínio útil da Ilha de Bagres, fundamental para viabilizar um empreendimento portuário no contexto de ampliação da atividade portuária a partir da implantação de Terminal portuário de uso privativo (TUP). Ambos os casos partem do contexto de informalidade sobre o uso das terras públicas federais por particulares, mas seus enredos desenrolam-se por diferentes meandros que são percorridos para possibilitar a legitimação das posses dessas áreas, na medida em que são notadamente distintos os propósitos que motivam sua regularização, os instrumentos utilizados para alcançar os fins pretendidos, os bloqueios enfrentados e as brechas encontradas dentro das estruturas institucionais nos diversos níveis federativos. Para construção dessa narrativa foram utilizados dados primários extraídos do sistema gerencial da SPU, o SIAPA, obtidos a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) para uma análise interpretativa sobre a aplicação dos instrumentos de gestão utilizados pela SPU para disponibilizar as terras da União para o uso de terceiros. Entre eles, a IO e o TAUS. Para leitura do território debruçou-se sobre referencial bibliográfico e legislação incidente relacionados ao tema portuário e a respeito do território da Baixada Santista, especificamente município de Santos.

Para aprofundamento dos casos, foram utilizadas informações dos processos administrativos da SPU e entrevistas com gestores e atores locais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A partir dos estudos desenvolvidos, foi possível pôr à prova a hipótese de que aspectos relacionados à cultura política, jurídica e administrativa, na esfera local e federal, permeados por questões urbanísticas, impediram mudanças mais significativas no cumprimento da função social da propriedade pública da União. Constatou-se que a informalidade da situação fundiária das terras públicas no Brasil interferiu na ocupação do território e incentivou inúmeros conflitos fundiários urbanos e rurais. A apropriação ilegal e indevida de extensas frações de áreas públicas da União por particulares, por meio do jogo da legalização e falsa legalização, se deu em função do tratamento displicente dado à gestão do Patrimônio da União, marcado pela dificuldade do Estado em regular e controlar de fato o acesso à terra e aos recursos naturais e pelo desconhecimento sobre a abrangência do domínio público.

As mudanças trazidas pelas pressões do campo democrático-popular no pós-redemocratização do país, nas ruas e nas urnas exigiram das gestões progressistas a mudança do papel da administração pública, nas mais diferentes pautas, através de uma perspectiva objetiva: a reestruturação democrática e institucional que permitisse a efetivação do papel irrenunciável do Estado na promoção da garantia dos direitos fundamentais da maioria da população. Nesse sentido, certos avanços foram alcançados pela gestão da SPU na medida em que foram formulados novos instrumentos a exemplo do TAUS que permitiu a garantia de maior segurança fundiária aos grupos relegados à sistemática e histórica invisibilidade cultural e social, a exemplo da Comunidade da Ilha Diana.

Entretanto, mecanismos eficientes, como a IO, mantiveram-se, na história da SPU, como meio de garantir o reconhecimento de ocupações de terras da União em benefício de particulares e de grupos econômicos, sustentando a primazia dos interesses privados sobre os interesses públicos, que, por sua vez, deveriam ser a baliza orientadora do uso justo e efetivo das terras públicas federais. Este instrumento foi larga e indiscriminadamente utilizado pela administração federal e serviu para a perpetuação de um viés privatista sobre os imóveis da União, levando à indevida e ilegal apropriação de milhares de quilômetros quadrados de terras públicas por particulares.

Considerando a peculiaridade da estrutura fundiária brasileira, marcada pela desconstituição do patrimônio público através de uma lógica de viés privatista e espoliativo, esta pesquisa, formulada e desenvolvida também com base na experiência prática e profissional da pesquisadora na SPU, buscou debater determinados aspectos que podem contribuir para o avanço do conhecimento sobre as terras da União, tema usualmente abordado pelo enfoque jurídico ou pelo recorte rural, mas ainda pouco explorado nos estudos urbanos no Brasil.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Entendemos, assim, que este trabalho, um recorte da tese de doutorado sobre o tema, na medida em que identifica as fragilidades dos atuais mecanismos de gestão das terras públicas federais, pode colaborar para que se vislumbrem caminhos plausíveis para a superação dos entraves da gestão, de modo a permitir que se façam valer as potencialidades da função social da propriedade das terras da União, bem como aquelas relacionadas ao reconhecimento da posse de sujeitos políticos historicamente relegados à invisibilidade cultural, política e social, mas também da exploração econômica eficiente, equilibrada e justa dos bens públicos federais.

Título:
Parque ou Hipermercado – Quando o espaço público não está disponível nas prateleiras

Autor:
Alexandre Vinícius do Carmo –mestrado, Universidade Federal do Paraná

Código:
OE038

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo possui como objetivo identificar e analisar a ação dos atores envolvidos na produção do espaço público na metrópole contemporânea. Na medida em que o espaço público pode abrigar em seu processo de formulação tanto interesses conflitantes quanto motivações coincidentes, pretende-se identificar aspectos que ora aproximam, ora distanciam, ora compõem, ora desarticulam as instâncias de atuação do Estado, da sociedade civil e do mercado imobiliário. A partir de estudo de caso da reivindicação de ativistas pela implementação de um parque urbano, no terreno que abrigou edifício histórico no bairro do Bom Retiro em Curitiba e que atualmente está sob análise o licenciamento para a construção de um Hipermercado, compreender a disputa pelo território não apenas em sua materialidade física, mas sobretudo pela produção de legislação, construção de narrativas simbólicas e estratégias de legitimação dos argumentos que possam fortalecer a destinação do terreno ao uso público comum.

Metodologia:

A aproximação epistemológica ao fenômeno em questão vislumbra o objeto científico como possível resultado e elemento constitutivo do processo da formulação da hipótese teórica. A partir da dialética lefebvriana a proposição do parque urbano do Bom Retiro é apreendida como um objeto virtual que orienta as hipóteses na medida em que torna relevante a reflexão a respeito das implicações do objeto possível. Considerando-se a produção do espaço como resultado de interações sociais, o espaço público na metrópole é compreendido como elemento emerso do pensamento, da ação e das experiências, portanto, não apenas como artefato material, mas também como resultante da produção de conhecimento e de significados. A abordagem das disputas envolvendo a demanda pelo parque pertencem ao nível da prática espacial, da representação do espaço e do espaço publico compreendido como espaço de representação.

A questão envolvendo o confronto entre a possibilidade e a inviabilidade do parque mobilizaram ativistas em prol do parque, o mercado imobiliário vislumbrando ganhos financeiros e o município que expõe suas contradições e disputas institucionais. Estes atores mobilizam seus esforços na defesa de suas concepções do espaço urbano, sendo que a interpretação de cada ator é possível a partir da singularidade de sua experiência do espaço concebido, percebido e vivenciado. O modo como cada ator expressa sua experiência espacial pode ser analisada a partir dos registros encontrados em redes sociais, nas manifestações públicas, na imprensa, em atas de reunião, demonstrativos contábeis, estatutos sociais, nas legislações, na estrutura e procedimentos das secretarias e conselhos municipais e nos pronunciamentos das autoridades a respeito do caso. A partir da catalogação e análise desses registros é possível gerar um banco de dados que, utilizado como fonte, possibilita identificar como cada ator articula seu pensamento, ações e experiências na proposição do espaço urbano que lhe pareça adequado.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Em 2012 a Federação Espírita do Paraná anunciou a desativação e venda do Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro, unidade de saúde inaugurada e mantida pela entidade desde 1945, para um grupo de incorporadores imobiliários. Tais procedimentos revelaram-se as primeiras etapas do processo de implementação de um grande complexo imobiliário comercial e habitacional de alto padrão no terreno de setenta mil metros quadrados que, além do edifício histórico, abrigava porções consideráveis de bosque nativo. O avanço do projeto implicou, ainda em 2012, na demolição do edifício que estava em processo de ser considerado unidade de preservação histórica municipal. Desde então, entidades provenientes da sociedade civil organizada passaram a reivindicar a interrupção do projeto imobiliário e transformação da propriedade em um parque urbano. A questão envolvendo o destino da propriedade tornou-se ainda mais presente no debate público, a partir de 2016, quando a imprensa local noticiou que a maior parte do empreendimento seria destinada à construção de um Hipermercado e que as tratativas entre o grupo empresarial e autoridades municipais apontavam a iminência do início da obra. Desde então, colocaram-se em conflito atores que apresentam concepções distintas a respeito de quais argumentos e motivações seriam legítimas para produção do espaço urbano, sendo eles: a sociedade civil organizada que reivindica a importância da propriedade como patrimônio histórico e ambiental, ligada à formação e identidade do bairro do Bom Retiro; o mercado imobiliário que reivindica a prerrogativa do direito à propriedade com argumento definitivo para o arbítrio sobre o uso do solo e o Estado, representado pelas instituições municipais de Curitiba que a partir da promulgação e modificações legislativas, concessão de licenças e alvarás e pronunciamentos públicos validam determinada demanda sobre a utilização e produção do espaço urbano.

A partir da premissa de que a construção do espaço da metrópole contemporânea é um processo complexo que ocorre em diversas camadas das relações sociais e campos de abordagem da análise espacial, sejam eles econômicos, sociais ou simbólicos. Consideramos que tal construção deve ser compreendida dialeticamente como resultado e processo da articulação dos atores interessados nos diversos aspectos do urbano. Diante desta perspectiva, a disputa pelo parque não é apenas reivindicação material de um artefato com características específicas, mas apresentação de novas possibilidades de compreensão do espaço, sobretudo dos espaços públicos, como lugar de cidadania. O caso estudado demonstra que o planejamento urbano é um campo em disputa e que a crença na capacidade institucional para a promoção de uma cidade mais democrática deve ser relativizada. Visto que o Estado tem se apresentado maleável à coação do capital e enrijecida ante as pressões sociais que propõem o urbano como lugar de representação de interesses coletivos orientados para o bem comum.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A análise dos mecanismos de produção dos espaços públicos na metrópole contemporânea nos interessa sobretudo por se tratar de espaços nos quais é possível averiguar disputas características da produção urbana atual. O estudo das condições em que se dá a demanda pela implementação do “Parque Bom Retiro” é valioso na medida em que possibilita verificar a articulação e estratégias dos ativistas organizados em rede, a atuação do mercado imobiliário em defesa de práticas típicas da economia neoliberal e de como o Estado é tensionado de maneiras contraditórias no decorrer dessa disputa. A investigação dos termos específicos em que se pauta a singularidade do caso aqui analisado deve contribuir não apenas para compreender as condicionantes circunscritas à Curitiba, mas ampliar nossa capacidade de identificar os mecanismos aos quais estão sujeitos os grupos de interesse local quando submetidos aos movimentos dos agentes financeiros de atuação regional, nacional ou até mesmo internacional.

Título:
Relações entre uso misto do solo e espaço público na linha verde de Curitiba

Autor:
André Prevedello –mestrado, Universidade Federal do Paraná

Código:
OE002

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A pesquisa analisa a configuração urbana da Linha Verde de Curitiba a partir de levantamento de dados da Linha Verde Sul (área em desenvolvimento) e da Av. Sete de Setembro (área já consolidada). Após este levantamento foi feito um cruzamento dos dados obtidos com o objetivo de encontrar relações entre a densidade, Espaço Público e Uso Misto do Solo. Baseados na evolução da cidade e de ampla análise de uma revisão bibliográfica sobre espaço público e uso misto do solo a pesquisa demonstra que a quantidade de espaço público destinado foi superior às médias da cidade. Contudo, o modelo de relação entre uso misto do solo e as áreas públicas é o mesmo já utilizado na Av. Estrutural Sete de Setembro.

Partindo-se do princípio que a utilização de variadas tipologias de uso do solo adjacente a espaços públicos possui relações complementares de melhoria de qualidade urbana, objetivasse demonstrar que a implementação destes conceitos foi falha em outras áreas já consolidadas da cidade.

Metodologia:

A partir de uma análise comparativa de dados absolutos, para o recorte do trecho da Linha Verde Sul, foram selecionadas 14 quadras subdivididos em 167 lotes. Para o recorte da Avenida Estrutural Sete de Setembro, foram selecionadas 17 quadras subdivididos em 194 lotes. Desta foram extraídos conceitos como área de cada recorte, área construída, média coeficiente utilizado, média coeficiente a utilizar, área de calçadas, área de ruas, área de espaços públicos Verdes, ocupação possível, máxima área permeável possível, população máxima prevista, área de calçadas por habitantes, de ruas por habitantes, áreas verdes por habitantes, porcentagem de uso residencial, comercial e de serviços e cultura.

A partir da tabulação de todos os dados levantados para os dois trechos foi possível uma análise comparativa entre as duas situações urbanas. Foi possível questionar se a implantação da Linha Verde Sul cumpre o que prevê o Estatuto da Cidade, lei federal 10.257 de 2001 a qual objetiva em se artigo 1° a regulação através do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Segundo Maricato (2006), a relação legislação/mercado restrito/exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar. A implantação da Linha Verde busca estimular o interesse do mercado imobiliário na região, conforme já defendido pelo Instituto de Planejamento de Curitiba através de oferta de potencial, usos diversos do solo e espaço público ofertado em quantidade superior à área comparada já consolidada.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Foram identificados resultados importantes quando da comparação entre a Linha Verde Sul e a região ja consolidada da Avenida Estrutural Sete de Setembro. Ainda que as duas regiões possuam áreas (em m²)

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

de calçadas e ruas similares área destinada à espaço público verde foi mais que triplicada o que vai de encontro com o preconizado pelo Urban Land Institute. Ainda, na área já consolidada a média de área verde por habitante praticamente não existe, apenas 0,88 m², muito abaixo, das médias defendidas pelo Instituto de Planejamento de Curitiba, perto de 30-40 m². Isto acontece em função da densidade populacional do local, maior que a projeção para a linha verde. A distribuição de uso do solo segue majoritária na região consolidada e tende a se inverter na Linha Verde uma vez que o uso residencial acaba predominando no desenvolvimento urbano histórico de Curitiba.

Há uma clara relação entre uso misto do solo e espaço público. Uma maior variedade de usos implica em maior diversidade de pessoas circulando, com objetivos diversos, gerando um maior número de encontros, sinergias que acabam por diminuir a existência de conflitos urbanos (Grant, 2002).

O processo de adensamento da região da Linha Verde ainda está em curso uma vez que registram ainda pouca área construída total e baixo valor de coeficiente de uso do solo. O coeficiente médio atual não chega a 0,5 e o coeficiente possível é de até 4. Em comparação com a Av. Sete de Setembro, já consolidada, registra-se uma população máxima possível (PMP) inferior na Linha Verde mas dispersa em uma área de solo muito superior, ou seja, uma densidade inferior a Av. Sete de Setembro. Isto gera melhores relações de área verde por habitante, aproximadamente 110 m²/hab.

A área pública representa mais de 20% da área total analisada e está localizada ao longo da Linha Verde o que distribui e garante melhor acesso às mesmas, possibilitando a vitalidade urbana (Caldeira, 2000). A média de área verde por habitante é considerada alta enquanto que a média de ruas e calçadas por habitante fica entre 115 e 160 m²/hab., ou seja, bem superior à média da Av. Sete de Setembro que fica entre 30 e 45 m²/hab. Segundo a Organização Mundial as Saúde (OMS) o mínimo aceitável é de 12 m²/hab. A área pública, superior à média, ainda não esta sendo utilizada em função do tipo de uso ainda existente e da baixíssima população atual.

Quanto ao tipo de uso do solo nota-se que aproximadamente 80% está destinado à utilização comercial, 15% à utilização exclusiva residencial e apenas 5% ao uso de serviços e cultura. Terrenos com tipologia de uso misto não foram registradas, ou seja, a utilização mista do solo se refere ao modelo em edifício vertical (Coupland, 1997). Estas relações tendem a se inverter em longo prazo, como aconteceu na Av. Sete de Setembro na qual atualmente tem-se uma porcentagem residencial/comercial de 70% e 18% respectivamente. A mistura de usos no solo é vista como um índice de urbanidade (Coupland 1997).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A Av. Sete de Setembro, comparativamente, traça um paralelo de que a região da Linha Verde tenderá a se desenvolver gerando grandes quantidades de área construída. A forma de implantação da Linha Verde também segue o modelo físico/financeiro utilizado pela prefeitura Municipal de Curitiba para a Av. Sete de Setembro.

Neste contexto fica clara que a Lei 13.909 de 2011 optou por estimular a diversidade de usos apenas ofertando potencial construtivo. Não foram previstas nenhuma outra ferramenta de estimulo como implantação de áreas de fruição pública, incentivo social com creches, academias abertas ou adoção de fachadas ativas. Ou seja, tratou-se do espaço público como ferramenta especulativa e mero atrativo econômico (Cheng, 2003). Assim, corre-se o risco do desenvolvimento de grandes condomínios privados, sejam residenciais ou comerciais, segregados do espaço público e claramente contrários ao cumprimento da função social da terra (Maricato, 2006).

SESSÃO 1.1.6

Representações do Território

Coordenação: Olga Freitas-Firkowski e Paulo Soares

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Crônicas das cidades cinzas - Territórios urbanos do uso de crack em Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil) sob a perspectiva da Ecologia Social

Autor:
Nayara de Amorim Salgado –mestrado, Graduação Ciências Sociais PucMG, e Mestrado em Sociologia da criminalidade UFMG

Código:
OE001

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetiva-se uma análise sobre a formação de espaços urbanos de usos do crack no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte, sob a perspectiva da ecologia do crime. O estudo se delineou através das análises de dados realizadas, inicialmente com a pesquisa quantitativa relacionada a ocorrências conexas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte e especificamente no bairro Lagoinha que posteriormente, foi palco de uma pesquisa empírica. O estudo permitiu a reflexão sobre a construção social das condições ecológicas ideais para o surgimento de espaços urbanos do uso de crack, como degradação social, mecanismos de controle social informal debilitados, territórios que passaram por intervenções urbanas ou processos urbanísticos que geraram escombros e ruínas. A expansão e o reconhecimento da existência das cracolândias se colocam como desafio para planejadores urbano, saúde e segurança pública.

Metodologia:

Como estratégia de trabalho nesse estudo, a opção foi utilizar uma mescla de metodologias. O início se dá com uma exploração quantitativa de dados sobre ocorrências relacionadas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte e especificamente no bairro Lagoinha. Na sequência, realizou-se uma análise espacial dos dados (registros de ocorrências de Tráfico Ilícito de Drogas consumados na capital Belo Horizonte entre janeiro de 2012 e agosto de 2016) sobre a cidade e o bairro em estudo, e para tal, foi utilizado o software QGis 2.18 para gerar mapas descritivos com objetivo de melhor visualizar o fenômeno estudado e guiar o trabalho de campo, que aconteceu posteriormente, a partir de entrevistas com moradores e comerciantes do bairro Lagoinha.

O trabalho de campo aconteceu durante o período de abril de 2016 a maio de 2017, onde foram realizadas visitas semanais ao bairro, em dias e horários aleatórios, para realização da observação da cena e realização de entrevistas – com cerca de quinze selecionadas, mais aprofundadas e recentes, para essa análise, que será mais detalhada posteriormente.

De acordo com o objeto a ser estudado, visando um aprofundamento da pesquisa, a opção seguinte foi por agregar uma metodologia qualitativa que possibilita que o pesquisador busque através de significados individuais, a investigação das particularidades locais, tendo como prioridade explicativa o conhecimento teórico obtido por ele no momento em que estabelece contato direto com o entrevistado.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O objetivo geral da pesquisa é compreender a formação de espaços urbanos de usos de drogas ilícitas no bairro da Lagoinha, na região central de Belo Horizonte (MG - Brasil), através das teorias ecológicas do

desvio, suas configurações, as sociabilidades construídas entre seus atores e impactos sociais que gera. Como hipóteses que guiaram o trabalho, tinha-se que que o espaço de uso do crack é resultado de um processo de desorganização social de determinadas áreas no interior das cidades cuja rede local não é capaz de exercer o devido controle para prevenir a formação de tal fenômeno, como no caso da região do bairro Lagoinha que passou por processos sociais, urbanísticos e outros que favoreceram a formação de uma cracolândia.

A dinâmica de fatores ambientais na distribuição de desvios e crimes nos espaços das cidades tem sido cada vez mais utilizada, tanto para reflexão da atividade criminosa, tanto para o desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional. No contexto brasileiro, trata-se de uma inovação conceitual e teórica.

As análises espaciais aqui apresentadas demonstram que as ocorrências criminais não estão dispersas aleatoriamente no espaço e ocorrem geralmente em áreas que tem características espaciais vinculadas às localidades mais propícias ao fenômeno- indubitavelmente sem negar a importante influência de fatores socioeconômicos macroestruturais como pobreza e desemprego sobre a criminalidade. As oportunidades proporcionadas pelo ambiente é o que nos chama a atenção aqui, que constituem o elemento desencadeador do desvio estudado, pois o contexto ambiental influência na decisão de praticar o delito.

O que os dados demonstram é que mesmo que a Lagoinha não tenha os mais altos índices de ocorrências policiais da cidade relacionadas ao tráfico e consumo do crack, foi nesse território, que inicialmente se deu a formação de uma cracolândia na cidade e que perdura até os dias atuais. Mesmo em outros lugares, como os aglomerados ou o centro da cidade, em que existe o tráfico do crack, seu uso não acontece em vias públicas, não se formaram cracolândias, como no caso do bairro da Lagoinha, o que justifica o seu estudo.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. Com a introdução de uma cultura diferente, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem que se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga- processo em vigor na Lagoinha. Corroborando com os dados estudados, as entrevistas também reafirmam a existência de novas referências na modernidade para a região da Lagoinha: um lugar de trânsito, de passagem, de embarque e desembarque, ligação para os diversos pontos da cidade, espaço da estação, dos trilhos do metrô, dos viadutos, das avenidas e dos automóveis, do crack e da cracolândia.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O estudo aponta sobre a construção social das condições ecológicas ideais para o surgimento de espaços urbanos do uso de crack, como no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, que são dimensões de degradação social considerável e mecanismos de controle social informal debilitados, além de serem territórios que passaram por intervenções urbanas ou processos urbanísticos que geraram escombros e ruínas. Fatores ambientais ajudam a explicar a razão de se cometerem desvios como consumo e tráfico de crack em pontos específicos de uma estrutura maior – o bairro ou uma rua.

A investigação sobre os mecanismos que se antecedem e relacionam desordem e crime permite melhor articular uma resposta à criminalidade que vai além do recurso ao sistema de justiça criminal e da adoção de leis, abrindo novos caminhos para a participação da administração pública local na gestão das políticas de segurança pública, pois podem servir como base para ações governamentais além da desmitificação da problemática.

Título:
"Nomeia quem pode, obedece quem tem juízo" – uma discussão sobre toponímias, poder e território no município de Nilópolis-RJ

Autor:
Enderson Alceu Alves Albuquerque e Miguel Angelo Ribeiro –Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Código:
OE003

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem por objetivo discutir o uso político-partidário das toponímias no município fluminense de Nilópolis. A cidade em questão, componente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e conhecida na escala nacional e internacional por sediar a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, presencia um intenso processo de modificações de nomes de equipamentos públicos pautados por interferências políticas. No cenário nilopolitano atual, dois grupos políticos são os responsáveis por essas alterações toponímicas: os Abraão-Sessim e os Calazans. Dessa maneira, ambicionamos investigar de que modo essas toponímias relevam as relações de poder contidas no espaço do referido município.

Metodologia:

Para analisar esse processo, selecionamos alguns equipamentos públicos enfatizando aqueles que possuem nomenclaturas associadas aos grupos políticos atuantes. O recorte temporal utilizado para essa análise abrange o período compreendido entre os anos de 1947 – ano da instalação do município - até o período atual no qual se verifica uma tensão entre os grupos políticos locais no sentido de renomear espaços públicos. Embora as produções acadêmicas referentes à discussão toponímica sejam abundantes no âmbito geográfico, ainda não existem trabalhos que contemplem essa temática na escala aqui proposta. O caminho de investigação escolhido visa analisar como ocorre a correlação de forças no espaço nilopolitano a partir do poder de nomear e o interesse político em renomear espaços públicos. Quanto à operacionalização referente à metodologia da pesquisa, recorremos a obras acadêmicas que trataram da discussão a respeito das categorias poder, toponímia e território. Utilizamos, também, fotografias como forma de exemplificar visualmente os domínios dos grupos políticos que configuram os territórios.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A discussão estabelecida neste artigo suscita um debate referente ao público e ao privado na esfera nilopolitana. A prática desses grupos políticos cria um modelo gerencial no qual o privado se sobrepõe ao público, as individualidades se impõem sobre as políticas públicas mais amplas. Com efeito, a democracia representativa é violentamente apropriada por grupos específicos, os quais elegem seus representantes quando ocupam a máquina pública, imprimindo um poder que reafirma suas identidades políticas.

Uma das manifestações da apropriação do espaço público para fins privados diz respeito à capacidade legítima de nomear os equipamentos e logradouros de uma cidade. O poder de nomear, por sua vez, está ancorado numa legitimação daquele que sugere a homenagem e/ou daquele que a recebe. A prática política atual no contexto nilopolitano demonstra que "o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Como esse poder é passageiro, alguns espaços públicos nilopolitanos ficam à mercê de transformações toponímicas impostas por tais agentes públicos. A fim de criar um espaço de fato identitário entre os munícipes é preciso que esses espaços homenageiem personalidades desvinculadas da política partidária atual, ícones formadores da história municipal desconexos com os políticos "profissionais" do momento, entretanto, percebemos em Nilópolis o processo oposto.

Nomear espaços públicos sugere uma determinada imposição territorial sobre esses espaços e essa imposição, por sua vez, compromete a plenitude do caráter público desses locais por conta de sua apropriação particular. Desse modo, os agentes públicos privatizam simbolicamente tais espaços por meio do seu poder de nomear e as forças políticas vencedoras do momento utilizam a mesma estratégia para renomear, assim, nesse contexto, "aos vencedores, as toponímias".

Nesse sentido, o poder de nomear demarca para "os de fora" a força local de determinado grupo e, também, ratifica para a população local a vitalidade desse poder. Dessa forma, as toponímias nilopolitanas exemplificam a microfísica do poder, pois ao mesmo tempo em que expressam um poder político, servem igualmente para reforçar esse poder sobre os indivíduos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A investigação apontou que no referido município existem duas praças públicas, quatro espaços educacionais, duas ruas e quatro fixos de saúde com nomes de familiares desses grupos políticos. Tal fato demonstra que no contexto nilopolitano os agentes públicos privatizam simbolicamente tais espaços por meio do seu poder de nomeá-los. Com efeito, a base teórico-conceitual utilizada para o processo aponta que a territorialização, mesmo quando simbólica como é o caso em questão, indica as relações de poder existentes no referido espaço.

Título:
Vocações funcionais, materiais e simbólicas do território: a segmentação territorial do Rio de Janeiro através das Unidades de Polícia Pacificadora

Autor:
Lívio Silva de Oliveira –mestrado, Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa de Violência e Cidadania, ligado à UFRGS.

Código:
OE006

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem como objetivo analisar e identificar os fatores construtivos da "vocação territorial" que foram efetivados no Rio de Janeiro a partir das políticas de segurança pública naquela cidade. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foram parte de um modelo único para a área de segurança na capital fluminense. Inicialmente, esse modelo teve forte apoio midiático, de setores econômicos e políticos, além de parcelas diversas da população local. Porém, os conflitos, dissensos e consensos territoriais da cidade indicaram a segmentação diferenciada da mesma, problematizando

sociologicamente a implementação das UPP. Dessa forma, as funcionalidades, materialidades e simbologias das UPP podem apontar para vocações negativas e positivas para determinados espaços e populações cariocas.

Metodologia:

Para analisar a construção territorial do Rio de Janeiro serão mobilizadas para este texto as teorias urbanas através da metodologia da sociologia da violência e das conflitualidades por meio dos conceitos de sujeição e de território.

A partir da análise de três UPP de diferentes áreas do Rio de Janeiro, buscaremos compreender as funcionalidades, materialidades e simbologias da implementação desse modelo de política de segurança pública e identificar os possíveis sentidos para a legitimação, aceitação ou reação, para a construção da cidade planejada. Para este trabalho foram escolhidas três favelas cariocas: Morro da Providência (região central); Chapéu Mangueira – Babilônia (zona sul) e Jacarezinho (zona norte). Nesse sentido, os conceitos de território e de sujeição serão articulados para interpretarmos as vocações construídas para cada área. Território é entendido neste trabalho como categoria sociológica, além de sua dimensão geográfica, uma vez que compreende a interação social e as relações simétricas e/ou assimétricas de poder dentro de determinado espaço. Essas interações sociais também indicam o tipo de sujeição que a segmentação espacial do Rio de Janeiro consolida através das UPP.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A escolha é justificada pelo imaginário construído socialmente sobre vocações territoriais. De um modo geral, as favelas foram sendo cristalizadas como espaços de violência e de pobreza e, consequentemente, supostos territórios de criminalidade, dispensando maior nível de vigilância por parte do Estado materializada pela implantação das UPP.

O morro da Providência é considerado a favela mais antiga do Rio de Janeiro. A localidade está em uma disputa simbólica e histórica se foi a primeira favela da cidade. Porém, foi o primeiro território a receber este termo como categorização, que foi ganhando contornos depreciativos e de desumanização de seus moradores. Com o projeto Porto Maravilha, a implementação da UPP na Providência foi um ponto importante no projeto olímpico carioca para transmitir a ideia de cidade segura na competição urbana global. Na região central da cidade foi construído o boulevard olímpico, lugar de lazer, que impulsionou a vocação boêmia dessa região.

O morro Chapéu Mangueira - Babilônia está localizado na região de classe média alta do Rio de Janeiro: a zona sul. A UPP deste morro está no bairro do Leme, vizinho ao bairro de Copacabana, que possui forte apelo turístico e comercial como cartão postal da cidade, principalmente pela praia. Uma espécie de turismo foi desenvolvida nesse morro, que dinamizou o comércio local e trouxe dividendos econômicos para alguns sujeitos de marginalidade. Ademais, a “pacificação” dos morros da zona sul do Rio de Janeiro tiveram efeito imobiliário, valorizando os imóveis que estavam em zonas de conflitos armados.

A favela do Jacarezinho é o mais emblemático para interpretar as vocações territoriais através da implementação das UPP no Rio de Janeiro. Na localidade foi construída a cidade da polícia, que concentra 11 delegacias no mesmo terreno. O histórico de conflitos armados e uso de drogas ilícitas nas principais vias do bairro cristalizou no imaginário social a ideia de território sem lei. Porém, os equipamentos de segurança pública não surtiram maiores efeitos na vida cotidiana do Jacarezinho, sendo possível

identificar o consumo de drogas perto dos mesmos, além dos recorrentes confrontos e intervenções militares.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As UPP apresentaram ambiguidades na dimensão dos direitos de cidadania de populações marginalizadas nas favelas do Rio de Janeiro. Por um lado, essas políticas afirmam, promovem e garantem determinados direitos, como o direito à moradia através da regulamentação da posse do solo. Por outro, as UPP podem reforçar estigmas sociais cristalizados na sociedade e/ou reproduzir atos de violência arbitrárias e ilegais por parte de policiais. Além disso, a desconfiança mútua entre policiais e moradores das favelas é uma das barreiras para a implementação das UPP, apesar de terem graus de aceitação e reação diferenciados de unidade para unidade.

Título:
Os usos e abusos dos territórios da favela do Vidigal pela atividade turística pós UPP (2012)
Autor:
Fausi Kalaoum –mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
Código:
OE018

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Esse trabalho teve como objetivo principal a investigação das práxis turísticas na favela do Vidigal, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, no período posterior a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP, no morro que ocorreu no inicio de 2012 até o ano de 2017. Através da observação do aumento da oferta turística e de apoio turístico no morro, buscou-se entender quais são os impactos resultantes dessa expansão e como esses impactos se manifestam e alteram ou criam novas relações dos agentes ou grupos com o território.

Metodologia:

Esse trabalho consiste em uma pesquisa exploratória que se debruça na intensificação dos fluxos e práxis turística no Vidigal. Para a composição dessa pesquisa, as seguintes técnicas foram utilizadas: análise e descrição cartográfica usando como base o principal mapa "turístico" do Vidigal, o Vidigal100 segredos. Essa técnica foi de grande importância visto que auxiliou no conhecimento e entendimento do território e seus elementos. O mapa em questão foi idealizado e produzido pelo alemão André Koller, hoje residente da favela e proprietário da empresa de designer Vidigalo. O produto foi confeccionado com auxilio dos moradores e também do Instituto Pereira Passos (IPP), atualmente o mapa está em sua quinta edição e é distribuído gratuitamente; Outra técnica utilizada foi a entrevista com moradores, ligados ou não a atividade turística. Foram feitas quatro perguntas a respeito do turismo e seus impactos na favela. Além das entrevistas formalizadas, no trabalho, houve ainda informações coletadas através de conversas informais (não roteirizadas) ; fontes bibliográficas que tratam do turismo e impactos no Vidigal foram consultadas afim de criar um arcabouço empírico e que pudesse servir de apoio para esse trabalho.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Um ano antes de ser ocupado pelos soldados da Unidade de Polícia Pacificadora, o Vidigal foi "recategorizado" pela municipalidade do Rio de Janeiro. O que antes era favela, agora para a administração pública passaria a ser chamado de bairro. Já em 2012, as instalações e infraestruturas da UPP foram implementadas no morro. Não é de "responsabilidade ou mérito" da UPP Vidigal que os fluxos turísticos começaram a se formar na favela – apesar da recategorização da administração pública, mantemos o termo favela em nosso trabalho por acreditar na força que a palavra tem em atrair fluxos turísticos. O turismo no Vidigal, como aponta alguns dos nossos entrevistados, acontece desde "sempre". Nesse ponto, leva-se em consideração que alguns desses moradores moram no morro há mais de três décadas. Em outras palavras, o turismo no Vidigal não é, de maneira alguma, um fenômeno com poucos anos de acontecimento. Mas então, qual é a relevância da UPP Vidigal nesse trabalho e porque insistimos em utiliza-la como marco temporal para essa pesquisa?

Ao iniciar essa pesquisa, partiu-se da hipótese da importância da UPP na criação de um novo momento para o local, com a expansão da rede de ofertas turísticas e não turísticas, além do aumento do fluxo turístico. Graças à observação em campo em trabalhos anteriores, pode-se notar, por exemplo, a expansão da rede de hospedagem no Vidigal. Se em 2012 a favela contava apenas com três hostels e três motéis – esses últimos localizados na Avenida Niemeyer, via que conecta o Leblon a Barra da Tijuca -, em 2015 o número de hostels no Vidigal superou a marca dos vinte, além da inauguração do primeiro hotel do morro, o Mirante do Arvrão. As edições anuais do Vidigal 100 segredos também acompanhavam esse crescimento. Foi possível observar as mudanças na "malha turística" do morro edição –pós- edição. Assim sendo, buscou-se investigar quais mudanças no território essa intensificação do fenômeno turístico produz e produziu no morro.

Dentre os principais resultados obtidos durante essa pesquisa, podemos apontar: 1- que não houve a criação de um novo paradigma dentro do morro, sob a ótica do turismo. Em outras palavras, o Vidigal não "passou a ser turístico" por conta da presença da UPP. O processo ocorrido foi na verdade a intensificação dos fluxos e a expansão das ofertas turísticas e de apoio a atividade; 2- O processo de intensificação turística redefiniu as relações de poder – ou relações sociopolíticas – dentro do morro. Também foi responsável por uma divisão entre territórios mais ou menos turísticos; 3- A negação do senso comum de que o turismo em favelas ocorre apenas para o consumo da pobreza, como algumas literaturas acadêmicas e não acadêmicas apontam.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Um ano antes de ser ocupado pelos soldados da Unidade de Polícia Pacificadora, o Vidigal foi "recategorizado" pela municipalidade do Rio de Janeiro. O que antes era favela, agora para a administração pública passaria a ser chamado de bairro. Já em 2012, as instalações e infraestruturas da UPP foram implementadas no morro. Não é de "responsabilidade ou mérito" da UPP Vidigal que os fluxos turísticos começaram a se formar na favela – apesar da recategorização da administração pública, mantemos o termo favela em nosso trabalho por acreditar na força que a palavra tem em atrair fluxos turísticos. O turismo no Vidigal, como aponta alguns dos nossos entrevistados, acontece desde "sempre". Nesse ponto, leva-se em consideração que alguns desses moradores moram no morro há mais de três décadas. Em outras palavras, o turismo no Vidigal não é, de maneira alguma, um fenômeno com poucos anos de acontecimento. Mas então, qual é a relevância da UPP Vidigal nesse trabalho e porque insistimos em utiliza-la como marco temporal para essa pesquisa?

Ao iniciar essa pesquisa, partiu-se da hipótese da importância da UPP na criação de um novo momento para o local, com a expansão da rede de ofertas turísticas e não turísticas, além do aumento do fluxo

turístico. Graças à observação em campo em trabalhos anteriores, pode-se notar, por exemplo, a expansão da rede de hospedagem no Vidigal. Se em 2012 a favela contava apenas com três hostels e três motéis – esses últimos localizados na Avenida Niemeyer, via que conecta o Leblon a Barra da Tijuca -, em 2015 o número de hostels no Vidigal superou a marca dos vinte, além da inauguração do primeiro hotel do morro, o Mirante do Arvrão. As edições anuais do Vidigal 100 segredos também acompanhavam esse crescimento. Foi possível observar as mudanças na "malha turística" do morro edição –pós- edição. Assim sendo, buscou-se investigar quais mudanças no território essa intensificação do fenômeno turístico produz e produziu no morro.

Dentre os principais resultados obtidos durante essa pesquisa, podemos apontar: 1- que não houve a criação de um novo paradigma dentro do morro, sob a ótica do turismo. Em outras palavras, o Vidigal não "passou a ser turístico" por conta da presença da UPP. O processo ocorrido foi na verdade a intensificação dos fluxos e a expansão das ofertas turísticas e de apoio a atividade; 2- O processo de intensificação turística redefiniu as relações de poder – ou relações sociopolíticas – dentro do morro. Também foi responsável por uma divisão entre territórios mais ou menos turísticos; 3- A negação do senso comum de que o turismo em favelas ocorre apenas para o consumo da pobreza, como algumas literaturas acadêmicas e não acadêmicas apontam.

Título:
Novos espaços da imigração boliviana no Brasil: perfil e tendências de inserção laboral em Belo Horizonte-MG

Autor:
Juliana Carvalho Ribeiro e Rosana Baeninger –mestrado, Nepo-Unicamp

Código:
OE026

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho (BAENINGER, 2014) contribui em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (SASSEN, 1988). Nesta nova realidade, Belo Horizonte emerge como importante espaço da migração da atualidade (CASTRO; FERNANDES, 2014) e, entre os imigrantes, acredita-se no destaque de bolivianas e bolivianos. A imigração boliviana em Belo Horizonte revela uma vivência da cidade, com a apropriação diferenciada dos seus espaços. Para uma primeira aproximação do conhecimento acerca dessa vivência na cidade da nova imigração internacional de bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte, buscaremos caracterizar o perfil dessa imigração com olhar para sua inserção laboral, utilizando diferentes fontes de informação: censos demográficos, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Sistema Nacional de Cadastro de Estrangeiros - Sincre.

Metodologia:

Para viabilizar o estudo, apostou-se na exploração e análise de três fontes de dados: os censos demográficos, a RAIS, e o Sincre. Uma vez que o interesse desta pesquisa é compreender a dinâmica recente de Belo Horizonte como novo espaço da imigração, optou-se pelo uso de dados coletados nos

dois últimos censos — 2000 e 2010. A utilização das bases dos Censos Demográficos 2000 e 2010 requer, antes, um estudo da documentação de cada um deles, a fim de elencar as variáveis que serão selecionadas. O processamento das bases da RAIS permite, por sua vez, leituras acerca do emprego formal de bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte. Optou-se por usar os últimos três anos de registros disponíveis: 2006, 2010 e 2016. Acredita-se que esse período permita comparações que sugiram a evolução dos aspectos sob análise, contribuindo com a leitura que se pretende fazer. Torna-se necessário registrar, porém, que essa fonte apresenta apenas os vínculos laborais ativos naquele determinado período, sendo seus números registros de vínculos laborais. Há, ainda, outra questão a ser levantada. Uma mesma pessoa pode ter mais de um vínculo empregatício formal, o que lhe garante mais de um registro na RAIS. Finalmente, a terceira fonte de dados coube ao Sincre. A base de dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros no Brasil (Sincre) pôde ser explorada devido ao acesso dado ao Observatório de Migrações em São Paulo, projeto da Fapesp realizado em parceria entre Unicamp, PUC de Minas Gerais, entre outras instituições, como o Ministério da Justiça. Considerando as limitações e potencialidades de cada uma das fontes, a exploração e análise de tais dados podem trazer grandes contribuições aos estudos de população. É importante esclarecer que não se pretende uma comparação entre as análises permitidas pelas três fontes de dados. Por serem bases distintas, elas não permitem uma comparação, mas subsidiam análises complementares, enriquecendo o estudo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No processo de produção do urbano, a população imigrante também deixa sua marca na paisagem. Esses sujeitos ajudam a desenhar a metrópole e influenciam no urbano, registrando nela a sua presença. Daí a importância de se compreender a presença de bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte. Para analisar e refletir sobre essa presença, recorreu-se a três fontes de dados: censo demográfico (2000 e 2010), RAIS (2006, 2010 e 2016) e Sincre (2000 a 2015). Ao captarem parte da população imigrante nos questionários, que contam com perguntas sobre migração, os censos permitem reflexões acerca de tais sujeitos. Optou-se por usar informações dos dois últimos censos (2000 e 2010) para compreender a presença de bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte. O processamento das bases da RAIS permite leituras acerca do emprego formal de bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte. Optou-se por usar os três anos de registros (2006, 2010 e 2016) para o acompanhamento da inserção de tais imigrantes no mercado formal de trabalho. No caso do Sistema Nacional de Registros de Estrangeiros (SINCRE), da Polícia Federal-Ministério da Justiça, o período 2000-2015 permite analisar a imigração da Bolívia para imigrantes registrados neste período (com RNE – Registro Nacional de Estrangeiro), portanto, com visto de permanência no país. Para compreender a presença de imigrantes bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte recorreu-se, inicialmente, aos dados dos censos. Um série de variáveis foram cruzadas utilizando-se o software SPSS e, a partir dessa análise, construiu-se tabelas. Observou-se, primeiro, o aumento do número de estrangeiros em Belo Horizonte-MG, uma vez que foram registrados 5.506 em 2000 e 6.088 em 2010. O IBGE ainda apresenta a UF ou país de nascimento do migrante residente em Belo Horizonte. Quando se destaca países latino-americanos que compõem essa informação, observa-se a importância da imigração de origem boliviana. Para aprofundar a análise e, por outras ferramentas, compreender essa realidade, recorreu-se à RAIS. Por se tratar do estado brasileiro que possui o maior número de municípios dentre todos os estados do país — 853 no total —, optou-se por excluir da análise os municípios que apresentaram menos de três registros de vínculos de emprego formal de imigrantes bolivianas e bolivianos. O destaque de Belo Horizonte fica claro: em Belo Horizonte foram registrados, nos três anos sob análise, o maior vínculo de emprego desses sujeitos. Além disso, seu número é crescente no período considerado, tendo sido registrados 17 vínculos em 2006, 26 em 2010, e 33 em 2016. Finalmente, os dados do Sincre se referem a imigrantes registrados entre 2000 e 2015 para obtenção de residência no Brasil (RNE), sendo que estes totalizaram 261 registros.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A análise dos dados das três fontes de dados utilizadas permite compreender Belo Horizonte como um novo espaço da imigração boliviana no Brasil, apreendendo seu perfil e as tendências de inserção laboral desses sujeitos. Desta forma, conclui-se que a importância da imigração boliviana em Belo Horizonte é crescente e cada vez mais expressiva, considerando o contexto nacional. Esta realidade revela a relevância dos estudos sobre esta população, buscando compreender sua dinâmica a fim de propor políticas públicas eficientes e urgentes, que tirem esses sujeitos da invisibilidade. A possibilidade de mudança começa sempre com a reflexão.

Título:
Conflitos e representações no território do campus universitário da Ilha do Fundão, RJ
Autor:
Leticia de Luna Freire -Pós-Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Código:
OE039

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho tem como objetivo analisar conflitos de gestão do território no processo de constituição da primeira cidade universitária no país, focalizando as disputas advindas em torno de uma localidade que, embora tenha resultado das intervenções urbanas projetadas para a região, passou a ser representada como um corpo estranho no campus universitário. Partindo de uma perspectiva etnográfica, enfatiza as dimensões simbólicas do conflito entre os moradores da localidade, hoje conhecida como "Vila Residencial da UFRJ", e a administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em torno da responsabilidade e gestão da área, em particular aquelas relacionadas à multiplicidade de significados atribuídos à localidade, seja para endossar propostas de remoção, seja para reivindicar o direito dos moradores de permanecerem no campus.

Metodologia:

Recorte da pesquisa de doutorado, o trabalho foi realizado através de levantamento documental e bibliográfico, entrevistas semi-estruturadas e, sobretudo, de trabalho de campo de caráter etnográfico na Ilha do Fundão, acompanhando o cotidiano dos moradores da vila residencial, as práticas sociais e as narrativas construídas ao longo de mais de quatro anos. Dado o caráter multifacetado do campo, a pesquisa alimentou-se de um intenso diálogo entre diferentes disciplinas (antropologia, história, planejamento urbano, arquitetura, etc.).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Entre 1935 e1945, desenvolveram-se extensos estudos e calorosos debates acerca do projeto e da localização da primeira Cidade Universitária do país, envolvendo uma multiplicidade de atores e ideologias. Como orientação, prevaleceu a proposta de construí-la aos moldes do urbanismo modernista de extração racionalista, reunindo todos os seus setores num único conjunto dividido em zonas funcionais, com vistas a obter a almejada formação do espírito universitário. Do mesmo modo, muitos

foram os fatores (técnicos, econômicos, sociais e políticos) ponderados na definição do local onde a Cidade Universitária seria erguida.

Apenas em 1945 o governo decidiu, todavia, construi-la sobre aterros, interligando nove ilhas existentes na Baía de Guanabara, uma região frequentemente representada como um "paraíso tropical", habitado em grande parte por pescadores e pequenos agricultores. Durante a grandiosa obra, trabalhadores de vários estados migraram para o local e muitos dos ilhéus também foram incorporados como mão de obra. As residências que ali permaneceram foram ficando dispersas pelo campus que aos poucos se impunha na paisagem.

Com a construção da Ponte Rio-Niterói no final dos anos 1960, um terreno da antiga Ilha da Sapucaia foi cedido ao consórcio responsável para a construção do principal canteiro de obras, no qual foi erguida uma "pequena cidade operária". Com o término da obra, em 1974, e a Cidade Universitária, mesmo inconclusa, recém-inaugurada, as residências de madeira construídas para abrigar os operários foram deixadas à universidade, que, por sua vez, passou depois a transferir para o local os funcionários e antigos ilhéus que ainda habitavam o campus. A partir dos anos 1980, muitos funcionários que residiam em condições precárias e distantes do trabalho obtiveram autorização para também residirem no local, inicialmente identificado como "Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ".

Ao longo dos anos, os moradores foram se apropriando e transformando aquele espaço de moradia, conferindo-lhe a qualidade de lugar. Desde o início, contudo, a vila e a universidade vivem uma relação marcada por ambiguidades e conflitos. A emergência dessa arena de disputas em torno da gestão desse território é, portanto, foco deste trabalho.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Situada no campus de uma das maiores universidades do país, a Vila Residencial sofre com graves problemas de infraestrutura urbana. Por outro lado, é notável que a Vila Residencial possa ser considerada, juntamente com o Alojamento Estudantil, um dos poucos núcleos de vida urbana existentes na Cidade Universitária.

Enquanto no plano das relações cotidianas há uma relação de complementaridade entre a vila e a universidade, no plano institucional o que prevalece é uma profunda ambiguidade, o que dá margem a grande parte dos conflitos envolvendo a gestão sobre a área. Pensamos que o caso da Vila Residencial, e da Ilha do Fundão como um todo, permite-nos refletir sobre como essa região se constituiu num verdadeiro laboratório de experimentações urbanas capaz de nos ensinar sobre a necessidade do diálogo entre a forma como os espaços são virtualmente concebidos nas pranchetas dos planejadores e a forma como estes espaços são apropriados, vividos e produzidos cotidianamente pelos sujeitos.

Título:
Quando mídia produz cidade: a territorialidade sob disputa em assentamento popular do Recife
Autor:
Victor Hugo Araújo Montenegro de Lucena –mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - UFPE
Código:
OE104

Resumo:

Objetivos do trabalho:

De maneira geral, o trabalho objetiva lançar compreensões sobre o papel das mídias no histórico processo de produção do espaço e construção da territorialidade em um assentamento popular do Recife, o Coque, e como tal dinâmica incide na questão da posse da terra frente a interesses imobiliários pela localidade. De maneira específica, buscou-se identificar nas práticas cotidianas de um grupo de ativismo do local, o Coque(R)Existe, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na produção de seu território. Para compreender em que medida suas práticas mediadas pelas TICs constroem e reforçam valores de pertencimento e territorialidade com o lugar. Por fim, analisar como tal realidade traz câmbios às dinâmicas de conflito pela posse da terra e resistências contra interesses imobiliários na localidade.

Metodologia:

A partir do estudo de caso sobre um recente conflito fundiário ocorrido no Coque, de maneira exploratória, a pesquisa se lançou em investigações bibliográficas e documentais, onde levantamos uma importante contextualização histórica sobre o bairro, encontrando a problemática relação entre remoções, estigma e resistência. Identificamos a forma como ocorrera este conflito, sendo possível conhecer os principais atores da trama e suas práticas, quais sejam: mídia corporativa, Estado e expressão de ativismo local. Ainda, com a observação direta das práticas sociais deste ativismo do local, o Coque(R)existe, fora possível trazer compreensões reflexivas sobre a violência simbólica que legitima os processos de remoção urbana no assentamento.

Fez-se necessário nos aproximarmos da vida cotidiana do grupo de ativismo. Vivenciar o jogo interacional pelo qual são travadas suas relações e "olhar por sobre os ombros" dos sujeitos (Geertz, 1978). Com atenção aos usos e apropriações das TICs, quase sempre presentes na mediação dos atores com o espaço - entre o "olhar, ver, perceber" e agir, na fusão de ações que permite, ao pesquisador atento, apreender a "realidade sensível" do lugar, a "espacialização do imaginário" (La Rocca, 2015). Sempre numa busca por partilhar suas visões de mundo, percepções e experiências sobre o lugar, aquilo que dá sentido e significado às vidas individual e coletivamente construídas no e através do assentamento, que ganha conotações de território.

Assim, a investigação delineou-se de maneira interdisciplinar, com base na sociologia e antropologia compreensiva, fazendo uso e articulação de teorias acerca da produção do espaço e do simbólico, identidades territoriais e suas categorias de análise. Aos procedimentos de investigação e coleta dos dados, buscou-se recursos da sociologia e antropologia visual, como técnicas de observação direta e participante, análise do discurso e de conteúdo, voltados ao estudo da imagem e do não-verbal (Martins, 2011).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Sob o pressuposto de que a dimensão imaginária e simbólica participa intensamente da produção do espaço urbano. Onde a presença maciça das TICs na vida cotidiana da cidade, lhe conferem um significativo poder de modelação da "experiência espacial" e do "espaço imaginal" (Leite, 2015). Vemos que a associação "favela" com "pobreza - criminalidade - violência" (Zaluar, 2000), reiteradamente presente na vida cotidiana da cidade, pois diariamente veiculada na grande mídia, ou a "mídia oficial", ultrapassa o espaço geográfico e assenta no imaginário dos próprios habitantes da cidade e destes territórios estigmatizados. Provoca um efeito perverso de não reconhecimento e pertencimento ao

território onde muitos almejam, quando possuírem melhores condições econômicas, poder deixar o lugar e viver em outros espaços menos degradantes a sua condição social (Wacquant, 2005).

É nesta conjuntura que nossa pesquisa se volta para o Coque, importante assentamento do Recife. Com localização central e estratégica para o desenvolvimento da cidade, data uma histórica e contínua acomodação de intervenções urbanísticas, quase sempre associadas a processos de remoção de moradias (Ferreira, 2011). Desde 1987 identificado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), entretanto, essa localização e o reconhecimento enquanto ZEIS não refletem em qualidade de vida para sua população. Graves são os problemas enfrentados no local, sendo um dos mais impactantes o forte estigma de "violência-criminalidade-perigo". Decerto, há muito que o nome "Coque" é estampado em matérias de jornais associando-o ao escopo da violência; até chegarem à emblemática frase "Coque: morada da morte" (Vale Neto, p.46, 2010). As recorrentes coberturas midiáticas sobre casos de violência no lugar tornaram o Coque uma referência negativa no Recife (Rede Coque Vive, 2009).

Recentes ondas de ativismo tomaram o lugar, imbuídas da necessidade de reconstrução de sua imagem diante da cidade. Em suas práticas, mediadas pela apropriação de TICs, vemos uma grande produção de narrativas que se colocam em contraposição às narrativas "oficiais" da grande mídia. Buscam afirmar e construir valores de identidade e pertença ao território; que nos faz pensar nestas práticas enquanto "táticas de disputa" (Certeau, 1996) do espaço na cidade contemporânea. Nesse caso, a constituição de um sentido de identidade e territorialidade entre moradores do Coque se evidencia de suma importância, diante dos difusos e conflituosos interesses pelo tipo de ordenamento urbano a ser implantado naquela localidade e a potencial ameaça da não permanência de sua população no assentamento. Assim, percebemos a dupla dimensão da identidade territorial em um assentamento de baixa renda, enquanto redoma que destitui os sujeitos de direitos sociais - a exemplo dos estigmas que recaem sobre moradores do Coque -, ou proteção, quando uma "consciência socioespacial de pertencimento" (Almeida, 2008) se retraduz em solidariedade e apoio mútuo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa busca se inserir dentro das discussões sobre conflitos fundiários na cidade a partir de um referencial teórico e aporte metodológico do campo da Sociologia, Antropologia e Comunicação. De maneira interdisciplinar, ratificar que a produção do espaço e do simbólico também se dá a partir das práticas cotidianas dos citadinos, de suas maneiras de ver e viver a cidade. Ainda, buscamos consolidar o emergente campo de pesquisa no estado de Pernambuco que se utiliza das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para estudo, identificação e planejamento de territórios informais e imaginais da cidade. Por fim, acreditamos oferecer interessates bases para futuras pesquisas que se debrucem sobre a questão dos sentidos da territorialidade entre moradores de assentamentos populares atravessados pela Era da comunicação digital.

Título:
As favelas do Rio de Janeiro como objeto de disputas simbólicas e políticas, entre perspectivas modernizantes e pós-coloniais
Autor:
Nicolas Quirion –doutorado, propor ufrgs
Código:
OE112

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Apresentar o debate teórico sobre democracia, democratização e desdemocratização a partir dos pensadores Jacques Ranciére, Charles Tilly, Norberto Bobbio, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau com vistas a jogar luz na trajetória democrática da experiência de Porto Alegre, entender os processos que caracterizam o arrefecimento da democracia contemporânea na cidade caracterizado como desdemocratização.

Metodologia:

A metodologia adotada levou em conta pesquisa teórica sobre democracia e cidade; breve histórico de eventos que marcaram a experiência democrática em Porto Alegre como os Conselhos Populares (1987), Orçamento Participativo (1989), Cidade Constituinte (1993), Seminário Internacional de Democracia Participativa (1999), Governança Solidária Local (2004); identificação dos processos de declínio da democracia a partir da gestão do Governo de Nelson Marchezan Jr. São considerados para a análise as sucessivas ações e atos do executivo como a mudança proposta no Projeto de Emenda à Lei Orgânica número 09/2017, apresentado na Câmara Municipal de Porto Alegre, que altera o caput do art. 101 da Lei Orgânica do Município referente aos conselhos municipais; mudanças no fundionamento e regimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental-CMDUA através de decreto; a não disponibilização de recursos para cumpir demandas do Orçamento Participativo e o cancelamento de demandas nas rodadas do OP no ano de 2017; cancelamento de demandas já gravadas nos Planos de Investimentos em anos anteriores. Estas útlimas análises aconteceram a partir de documentos, participação em rodadas de Assembléias Temáticas e Regionais do Orçamento Participativo, reuniões junto aos conselheiros do CMDUA e governo , além de análise de regimentos e editais de eleição para conselheiros do OP e CMDUA. A participação nas reuniões ocorreram considerando de técnicas etnografia política.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A experiência brasileira da passagem por regimes autoritários e superação através da abertura democrática deixou marcas na sociedade e um esforço na tentativa de consolidação da democracia. Recentemente a democracia brasileira entrou em declínio sobretudo a partir do episódio de ruptura democrática ocorrido no ano de 2016De forma similar, Porto Alegre foi protagonista de processos de ampliação da democracia. Apesar de ser conhecida pelo Orçamento Participativo, outros eventos e ações contribuíram para consolidar tal posição.

Pensadores contemporâneos são evocados para elucidar teoricamente as contradições existentes em relação à democracia e produção de desigualdades. RANCIÉRE (2014), em sua publicação “O ódio à democracia”, discorre sobre a democracia vitoriosa e a democracia criminosa. O autor lembra da democracia vitoriosa (liberal), aquela conquistada por eleições impostas e, em muitos casos, com uso de forças armadas. Esta forma de democracia se opunha à democracia defendida pelo povo que considera democracia como “governo do povo, por ele mesmo e não trazido de fora pela força das armas” (RANCIÉRE, 2014:13). O autor ainda explicita que a democracia implementada na década de 60 fez com que governos fossem demandados além daquilo que estavam dispostos a responder. A amplitude das demandas que surgem a partir de distintos grupos no cenário internacional, provoca a reação de setores de mercado e governos conservadores contra o que chamavam de “excesso de atividades democráticas” e enxergavam nisso a “crise da democracia”. Esta reação foi expressa durante a Conferência Trilateral

ocorrida em 1972 nos seguintes termos: “a democracia, diziam os relatores, significa o aumento irresistível de demandas que pressiona os governos, acarreta o declínio da autoridade e torna os indivíduos e os grupos rebeldes à disciplina e aos sacrifícios exigidos pelo interesse comum.” (RANCIÉRE, 2014:15

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados tem como principais contribuições com o entendimento do processo em curso em Porto Alegre e as possibilidades de reversão. Porto Alegre apresenta uma estrutura de participação popular consolidada com grande potencial de reverter as ações de desdemocratização correntes.

A primeiro ato do governo que provocou reação foi a proposta de mudar a Leio Orgânica do Município que afeta os conselhos retirando parte do texto que determina “cujas normas gerais são fixadas em Lei Complementar” e incluindo o termo: “no que couber”. Os representantes dos conselhos entendem que o ato de modificar a Lei Orgânica poderá retirar a “necessidade de regulamentação por lei complementar e remete os conselhos à lei ordinária, que não exige maioria absoluta para aprovação e sim, quórum simples; e a expressão “no que couber” possibilita ao Executivo definir autoritariamente as competências dos Conselhos.”

Título:
Novas lógicas de ocupação, arte e resistência: o habitar pensado a partir de práticas culturais e politicas
Autor:
Francine Nunes da Silva
Código:
OE113

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar apontamentos de uma pesquisa etnográfica sobre a iniciativa de um grupo de artistas e produtores culturais envolvidos na gestão e ocupação de um imóvel ocioso no centro da cidade de São Paulo. O caso analisado é da ocupação intitulada “Casa Amarela Quilombo Afroguarany”, um casarão construído em meados de 1920 e ocupado em 2014 para o estabelecimento de um ateliê compartilhado de arte e de um espaço de moradia. Com esse objetivo, a pesquisa tematiza o problema habitacional e o abandono de imóveis públicos e privados no centro, mediante estudo de práticas culturais e politicas voltadas para as matrizes afro-indígenas e que colocam em relevo as múltiplas transformações dos espaços urbanos e informam sobre as cidades, seus habitantes, os modos de habitar e as tensões produzidas nos territórios de ocupação.

Metodologia:

O percurso metodológico se dá por uma dimensão qualitativa a partir de recursos do método etnográfico: observação, descrição e entrevistas semiestruturadas com os moradores e frequentadores das atividades propostas dentro da ocupação. Tal opção metodológica está calcada na necessidade de conhecer o cotidiano dos interlocutores e compreender como suas experiências e trajetórias configuram suas práticas culturais e politicas em novas lógicas sobre o território. Assim como também, na coleta de material audiovisual dos eventos e apresentações artísticas promovidas e de material histórico (jornais, relatos orais, documentos) sobre a ocupação. Nesta proposta de trabalho etnográfico, as atividades e os protagonistas da Casa Amarela Quilombo Afroguarany são a base empírica para a compreensão de processos de sociabilidade e convivência com as diversidades, as alteridades, as negociações e as controvérsias. Enfrentar as margens e labirintos podem causar inquietações e desvios nas narrativas hegemônicas que tentam apagar, generalizar ou modelar experiências urbanas que contam histórias que não estão colocadas nas formalidades institucionais e discursividades oficiais. A experiência compartilhada de pesquisa procura qualificar as reflexões em torno das formações culturais e experiências urbanas e exige que as expectativas de justiça social e enfrentamento da discriminação gerada pela segregação, garantam também uma atuação autônoma dos ocupantes, sem deixar de lado as negociações com os aparatos institucionais da gestão da politica habitacional.

A problemática de pesquisa está pautada na discussão das dinâmicas urbanas de organização do território a partir do pressuposto teórico da centralidade da cultura enquanto categoria que estrutura as relações sociais, politicas e econômicas no contexto da ocupação. A Casa Amarela Quilombo Afroguarany visa evidenciar ações sócio-culturais envolvendo arte, ocupação e resistência relacionadas às raízes afro-indígenas, daí a denominação "Quilombo" e "Afroguarany". No momento atual, os ocupantes promovem atividades regulares relacionadas à cultura urbana e periférica, música, educação, exibições audiovisuais, dança, teatro, performance, slams de poesia e festas de Dancehall. Além disso, organizam localmente palestras e debates sobre questões relacionadas a gênero, etnia e ocupação urbana. Umas das hipóteses é de que a produção cultural dos interlocutores é vinculada à própria noção de habitar. O verbo “produzir” está ao lado de outros verbos intransitivo como esperar, crescer e habitar. E contra verbos transitivos como planejar, fazer e construir. Habitantes produzem vida. Habitar não é meramente a ocupação de estruturas já construídas, mas também implica a criação e ressignificação de territórios e de narrativas políticas e culturais baseadas em formas de partilha estética e de potência de comunalização. Reconhece-se que tais práticas culturais e artísticas inseridas na ocupação estão inscritas dentro de contextos econômicos e sociopolíticos marcados pela emergência e valorização de estratégias culturais, identitárias, étnicas e comunicacionais mas, sobretudo, pelas tensões advindas de processos capitalistas de produção de subjetividades engendradas em procedimentos que promovem marginalizações, desigualdades e privilégios. A ordem capitalística produz modos de relações humanas, modos de estar no mundo, como se trabalha, como se ama, como se habita. Tais mudanças nas formas de organização de territórios forçam

o desenvolvimento de novas formas institucionais, novos enunciados, novas sensibilidades criticas. As narrativas continuamente reinventadas nos processos das pessoas se fazerem entender nos mostram que as ações dos ocupantes revelam idealizações, disputas políticas e horizontes imaginativos que devem ser analisados em seus próprios termos.

Relevância dos resultados e principais conclusões

As conclusões preliminares trazem reflexões relevantes, a partir de uma abordagem agonística, de que a arte pode intervir e ressignificar territórios e fomentar o dissenso em torno de temas silenciados e submersos e que o consenso tende a obscurecer e obliterar. Ao escapar das totalizações, das histórias oficiais e dos olhares disciplinares, a pesquisa opera no sentido de que as conexões entre arte, cultura e politica revelam que as formas de resistência podem criar engajamentos e um tipo de responsabilidade coletiva pela vida dentro dos limites intoleráveis que a racionalidade neoliberal nos impõe. Enfim, por isso a importância da cultura como processo de resistência e valorização das identidades e singularidades. As ocupações urbanas (permanentes ou temporárias) podem ser concebidas a partir de demandas coletivas de direito à cidade que inauguram politicidades sensíveis e revelam as margens e as fissuras da gestão urbana capitalista e normativa.

Título:
Reflexão sobre as redes locais e globais: perspectiva sobre possibilidades e fragilidades, conexões e desconexões do município de Jenipapo dos Vieiras

Autor:
Grete Soares Pflueger, Bruna Andrade Ferreira e Shirlen Caroline Rabelo Cabral –doutorado, Universidade Estadual do Maranhão

Código:
OE031

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo busca refletir sobre as potencialidades do município de Jenipapo dos Vieiras, localizado no Estado do Maranhão – enquadrado como um dos 30 com pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e consequentemente classificado como em estado de extrema pobreza –, na perspectivas das redes urbanas, utilizando como referencial teórico o sociólogo espanhol Manuel Castells; Analisar o histórico do município e evidenciar as condições em que se encontra, hoje, seu território e tentar esclarecer os motivos para sua atual situação; Evidenciar suas peculiaridades e possibilidades para a criação/inserção em uma rede que se conecte a nível regional e/ou mundial, baseada na divisão territorial do trabalho; Apresentar dados específicos da Proposta de Regionalização para o desenvolvimento do Maranhão, com foco para o município em questão, elaborado pelo IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos), 2015.

Metodologia:

Investigar o histórico do município; Analisar os dados coletados e catalogados pelo IMESC (2015) na Proposta de Regionalização para o desenvolvimento do Maranhão, confrontando sua realidade, classificada como de extrema pobreza com suas potencialidade e fragilidades, refletindo na metodologia estabelecida por Manuel Castells nas redes de exclusão e inclusão locais e regionais que conectam e desconectam tudo o que compreende as relações sociais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Jenipapo dos Vieiras, está inserido no ranking dos 30 municípios com pior IDH, ocupando a 3ª colocação (2010), apresenta uma realidade marcada pela pobreza, onde 54,26% - de um total de 15440 habitantes - é extremamente pobre - (CENSO, 2010). Apenas 3% da população possui emprego, e o salário médio equivale a 1,3 salários mínimos. Está inserida na Região de Planejamento dos Guajajaras, cujo quantitativo de terras indígenas equivale a aproximadamente 42% - de um total de 1962km² -, logo é uma área marcada por constantes conflitos por posses de terra. Seu território compreende alguns cursos d'água temporários, e está delimitado, imediatamente, pelos Rios Mearim e Grajaú. Deste modo, pode-se considerar a fertilidade de suas terras para o plantio e cultivo, que hoje, é basicamente para subsistência – principalmente de mandioca e maconha (tradicional da cultura indígena local). Seu nome é devido à existência de uma lagoa perene com jenipapeiros ao seu redor, avistada pela passagem em seus campos, que posteriormente foram ocupados pela família Vieira. Jenipapo está inserido na Região Administrativa de Barra do Corda, cidade da qual se desligou através da Lei Federal nº 620, de 10 de novembro de 1994. O acesso ao município se dá exclusivamente por via terrestre, através da rodovia MA 328, e as distâncias até as capitais São Luís, Belém e Fortaleza são, respectivamente, 341km, 541Km e 799Km. Segundo Castells (2002 p.98) "a exclusão social é um processo, não uma condição!", portanto, Jenipapo encontra-se, hoje, integrando uma rede composta por territórios excluídos tanto fisicamente quanto socialmente. Porém, esta realidade é passível de mudanças, desde que haja uma nova organização voltada para a exploração de seus recursos naturais, e uma divisão territorial do trabalho, consolidando a mobilização coletiva. Assim, o município se tornaria parte integrante da rede de inclusão, sendo consolidado pelo seu bem mais precioso: a terra.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A existência de terra fértil na extensão de seu território e a presença de recursos hídricos suficientes para o desenvolvimento de agricultura em escala maior, que a de subsistência, aliada ao fato de o fruto dos jenipapeiros possuírem propriedades medicinais, o município de Jenipapo dos Vieiras tem potencial para a crescer e estabelecer uma rede a nível regional e/ou mundial, sustentada pelo potencial inovador trazido pelas possibilidades de utilização do fruto - jenipapo. A mobilização e organização da comunidade trariam benefícios ao município, uma vez que novos empregos seriam gerados, e a economia local poderia se estabelecer independente à administração pública. Além do mais, a imagem da cidade se reestabeleceria, uma vez que sua história é marcada por conflitos de terras, ocasionados, principalmente por índios, e as manchetes que encontramos em jornais trazem notícias relacionadas ao tráfico de drogas, cujo plantio é feito em terras indígenas.

Título:
Apropriação espacial urbana a partir da abordagem dos marcos teóricos de Placemaking e Gentrificação

Autor:
Fernanda Costa da Silva –mestrado, Rede Metodista de Ensino - IPA.

Código:
OE016

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Como objetivo geral visa-se contribuir para a formação de profissionais que compreendam o espaço urbano como dotado de potencialidade turística mas que, primeiramente, este deve abrigar as necessidades dos moradores/ usuários cotidianos, de modo que não se produzam ações cujos impactos sejam a gentrificação. Os objetivos específicos são: a) contemplação de necessidades urbanas de lazer da comunidade local (moradores), de forma que esta tenha a percepção de que os espaços públicos de sua própria cidade têm potencialidades importantes tanto para o lazer local como para o Turismo Urbano; b) incentivo para adoção e fomento de soluções, por parte do poder público, as quais possam ser adotadas no âmbito da gestão pública urbana voltada aos espaços de uso público/aberto; e c) ratificação da capacidade participativa dos moradores para melhorias da sua própria cidade.

Metodologia:

O estudo parte da aplicabilidade de disciplina teórico-prática do Curso de Bacharelado em Turismo do IPA – Rede Metodista de Ensino, denominada "Tópicos Especiais em Turismo e Hotelaria". Ela consiste em produzir uma ou mais ações coletivas por semestre, cuja abordagem e a prática estão amparadas nos preceitos de interatividade com o meio urbano, através de intervenções temporárias em espaços públicos já tratados como turísticos ou com potencial para tanto. Portanto, as práticas são qualitativas. As bases teóricas para as ações são: Cultura e Arte; Comunicação; Turismo Urbano; Cidade Criativa; Turismo Criativo; Placemaking; e Gentrificação. A primeira intervenção ocorreu em junho de 2016 e buscou dar atenção a um espaço comumente visto como inseguro e pouco atrativo, a partir de um evento temático noturno. A segunda intervenção ocorreu em dezembro de 2016 e visou chamar atenção para o cuidado possível de uma praça pública, a partir de ações de limpeza, decoração temporária e atividades dirigidas no espaço público, doação de mudas e de livros, oficina de grafite e criação de horta urbana. A terceira intervenção ocorreu entre setembro e novembro de 2017, então sob a formação do "Coletivo Temporário de Turismo e Urbanidades" (https://www.facebook.com/pg/coletivotemporarioturismoeurbanidades). A quarta intervenção deu continuidade ao Coletivo, tendo ocorrido entre abril e junho de 2018, a partir de projetos de interação entre espaços públicos e ambiente virtual.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Na lógica de consideração de necessidades da comunidade local quanto aos espaços públicos urbanos emerge o debate das várias formas possíveis de participação dos usuários, no contexto do planejamento de tais espaços urbanos. Uma delas está contida na compreensão de relevância das intervenções urbanas como fonte de contribuição ao planejamento dos espaços públicos, porém, visando primeiramente, os locais, de modo a não gerar processos de gentrificação.

Nesse sentido, como principais resultados alcançados, pode-se elucidar: a) realização de dez intervenções urbanas em espaços públicos, as quais estimulam a interação entre usuários diversos, de maneira democrática; b) formação de um novo olhar de estudantes acerca das potencialidades do meio urbano para o lazer o turismo; e c) formação de rede de colaboração entre Academia, poder público e setor privado.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As intervenções urbanas vêm sendo aplicadas em diferentes proporções, prevendo soluções colaborativas, mediante práticas de Economia Criativa (FONSECA, 2011; I'ANSON, 2016) e Placemaking (FRIDLAY, 2015), no contexto do Turismo de Experiência e do Turismo Criativo (CABRINI, 2002). Nesse contexto, a cidade é vista como uma representação da condição humana, manifestada por meio da arquitetura em si e da ordenação dos seus elementos, mas também pela maneira como eles são utilizados (CASTROGIOVANNI, 2001). Assim, ressalta-se a importância de se buscarem os predicados dos espaços públicos de acesso livre por meio de análise das necessidades percebidas pela sociedade civil, porque as dificuldades existentes nas cidades estão diretamente ligadas à qualidade de vida da comunidade local, tornando-se um problema nocivo ao desenvolvimento turístico, caso não sejam transpostas com a participação da comunidade (BENI, 2007).

EIXO 01

SIMPÓSIO 1.2

ECONOMIA METROPOLITANA

SESSÃO 1.2.1

Coordenação: Maria do Livramento Clementino, Marcelo Ribeiro e Ana Claudia Duarte Cardoso

Título:
Caminhos e descaminhos da Macrometrópole Paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas

Autor:
Alexandre Abdal, Caio César Ferreira de Macedo, Gabriel Rossini e Ricardo Gaspar –Doutorado, FVV-EAESP e Cebrap; Pós-graduação PUC-SP; UFABC; FEA / PUC-SP

Código:
EM002

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo aborda aspectos econômicos relevantes do aglomerado urbano que constitui a Macrometrópole Paulista (MMP). Primeiramente, identificamos as principais dinâmicas associadas à globalização e as suas manifestações em São Paulo. Em seguida, discutimos o acidentado percurso do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas, com ênfase nas pressões que pesam sobre a indústria nacional, o que significa caracterizar o contexto mais geral no qual a MMP está inscrita. Posteriormente, situamos a MMP na trajetória recente da economia brasileira e analisamos o seu desempenho industrial com os decorrentes impactos territoriais. Concluímos avaliando a economia paulista em face dos desafios contemporâneos, salientando o papel do Estado nacional na implementação de políticas regionais capazes de estimular um desenvolvimento mais equilibrado no conjunto do território do país.

Metodologia:

Trabalhamos com metodologias quantitativas e recorremos a bases de dados públicas e secundárias neste artigo. As fontes são o PIB-M do IBGE e a Rais do MTE. O primeiro é integrante do sistema de contas nacionais do IBGE, sendo apresentado em valores correntes e com abertura para os três grandes setores: agropecuária, indústria (inclusive construção civil e extrativa) e serviços. O segundo é um registro administrativo do emprego formal do Brasil, sendo usado para pesquisas de mercado de trabalho desde o final dos anos 1980. Nos últimos tempos passou, também, a ser utilizado por pesquisas da área dos estudos urbanos e regionais graças às suas enormes possibilidades de série história e desagregação setorial e geográfica.

Os principais benefícios decorrentes da incorporação da Rais é a possibilidade de diferenciar a indústria e os serviços em segmentos específicos, fugindo da clausura que representa a agregação em grandes setores. Especificamente, mobilizamos a classificação da atividade segundo intensidade de tecnologia e desenvolvimento, que agrupa as atividades manufatureiras e de serviços de acordo com a intensidade de tecnologia ou conhecimento que incorporam, deslocando a obsoleta oposição entre indústria e serviços para uma nova oposição entre atividades mais intensivas em tecnologia ou conhecimento contra atividades menos intensivas. A classificação é bastante adequada para a caracterização e análise de economias diversificadas e urbanizadas, como é o caso da MMP, pois possibilita a diferenciação e identificação dos diferentes segmentos de atividades (são eles: (i) quatro ramos industriais, de alta, média-alta, média-baixa e baixa intensidade tecnológica; (ii) seis ramos de serviços, os Serviços Intensivos em Conhecimento (SICs) tecnológicos, profissionais, financeiros, sócias e de mídia e cultura e os demais serviços não intensivos em conhecimento; (iii) atividades não classificadas, como comércio, administração pública, construção civil e agropecuária).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A contínua regionalização das grandes urbanizações contemporâneas acompanha as profundas mudanças da economia mundial, sobrepondo, quando não substituindo, o papel industrial originário das cidades pelo aprofundamento de suas características terciárias. Em um contexto de economia aberta, cada vez mais, as cidades competem entre si, em todo o mundo, pela atração de investimentos públicos e privados, capitais e trabalhadores qualificados. Muitas delas têm logrado êxito, absorvendo parcela significativa de excedentes financeiros na forma de capital de risco, de investimento imobiliário-financeiro e de inversões puramente especulativas.

A metrópole de São Paulo é exemplo das tendências atuais da economia globalizada e de seus impactos em urbanidades compactas, historicamente constituídas em função da indústria nos países em desenvolvimento. Mais precisamente, em São Paulo se observa uma profunda reestruturação da economia urbana, reconfigurada e relocalizada majoritariamente no espaço regional do entorno a cidade de São Paulo e de seus limites metropolitanos originários. Constitui uma nova espacialidade urbana, conectada aos processos de reestruturação produtiva, à disseminação das tecnologias de informação e comunicação e à hegemonia do capital financeiro e de suas interações com o capital imobiliário.

Não obstante, o contexto mais geral sob o qual tais mudanças na economia da metrópole paulista acontecem é o da reestruturação da indústria brasileira. O parque industrial sofre, já há alguns anos, os efeitos prejudiciais da sobrevalorização cambial e dos juros altos, ao mesmo tempo em que é desafiado pelo acirramento da competição internacional, com o consequente aumento das importações e um insuficiente dinamismo na incorporação de inovações e de novas tecnologias. O presente artigo não desconsidera esse pano de fundo e reconhece que tal situação exerce uma influência duradoura e negativa sobre a configuração produtiva regional e nacional.

Com a adoção das premissas anteriores como tela de fundo, o artigo aborda aspectos econômicos e políticos relevantes derivados da nova morfologia do grande aglomerado urbano que constitui a MMP, cuja configuração atual adquiriu expressão a partir do último quartel do século passado. Destacamos que a consolidação da MMP conformou uma estrutura produtiva indústria-intensiva, com destacada representatividade na indústria nacional, e portadora de divisão espacial do trabalho própria. Se, por um lado, as atividades industriais de mais alta tecnologia tenderam à concentração nos Anéis Metro e Macrometropolitanos, os serviços especializados tenderam a acentuar a sua concentração na capital paulista (enquanto a indústria de mais baixa intensidade tecnológica diminuiu a sua representação na MMP). Tais processos são interpretados como hierarquia da desconcentração industrial e São Paulo, capital, como buraco negro de serviços especializados.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A MMP, região de estrutura produtiva densa, diversificada, indústria-intensiva e portadora de divisão espacial do trabalho, possui trajetória condicionada pela dinâmica da indústria nacional. Cenários de manutenção da estagnação ou de retomada de modelo de crescimento baseado em commodities e consumo tendem a manter os padrões de concentração industrial na MMP. Isso porque os movimentos mais intensos de desconcentração da produção foram feitos a partir de novos investimentos. Alterações pontuais podem ocorrer, mas, sobretudo, devido a movimentos setoriais específicos associados a dinâmicas internacionais ou de guerra fiscal. Agora, um cenário de recuperação do crescimento com retomada sustentada do dinamismo da indústria pode implicar dinamização do parque industrial da MMP. Caso desconectadas de políticas regionais adequadas, tal dinamização pode levar a reforço da concentração industrial na MMP.

Título:
Economias metropolitanas e desenvolvimento regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas

Autor:
Juliana Bacelar de Araújo, Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodolfo Finatti, Rebeca Marota da Silva –doutorado, UFRN - Departamento de Economia e Observatório das Metrópoles Natal, RN/BR;

Código:
EM015

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste artigo é desenvolver uma classificação das atividades econômicas que subsidie a análise das relações entre as regiões metropolitanas e o desenvolvimento regional brasileiro, a partir da CNAE versão 2.0. Essa nova classificação pretende observar as transformações que vem ocorrendo nas metrópoles brasileiras a partir do reagrupamento das atividades econômicas da CNAE 2.0 com foco na intensidade tecnológica das atividades primárias e secundárias e no complexo urbano-imobiliário, setor turístico metropolitano e terciário propriamente urbano. A nova classificação que emerge busca ajudar na análise dos dados de forma a compreender fenômenos importantes que vem ocorrendo, tais como os aspectos da desindustrialização, reprimarização, desconcentração industrial, acumulação urbana e financeirização. Trata-se de uma primeira versão da classificação que será utilizada na pesquisa "Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho".

Metodologia:

Serão reagrupados, organizados e categorizados as divisões e grupos existente na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0 de forma que possibilite uma maior compreensão de importantes movimentos que vem ocorrendo na estrutura produtiva e no mercado de trabalho das economias metropolitanas e seus reflexos e interações com o desenvolvimento regional brasileiro. Segundo o IBGE, a CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos (IBGE, 2007).

Para a elaboração dessa nova classificação buscar-se-á textos metodológicos e artigos e publicações científicas que embasem a categorização a ser desenvolvida.

Primeiro serão subdivididos os grupos relacionados ao setor primário agropecuário e extrativo e as atividades industriais derivadas de atividades agropecuárias e extrativas. Em seguida, serão classificados as atividades industriais de acordo com a intensidade tecnológica, que vai desde atividades de alta tecnologia até atividades de baixa tecnologia (IPEA, 2014 – Nota técnica 17). Ainda será subdivido o setor da construção, como forma de analisar o complexo urbano-imobiliário e as obras de infraestrutura. Por fim, os serviços serão classificados a partir das determinações mais gerais da dinâmica dos segmentos propriamente urbanos: serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais, serviços pessoais (CANO E SAMEGHINE, 1990; GUIMARÃES NETO et al., 2002; CLEMENTINO, 2013).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Ao longo dos anos 2000 a economia brasileira apresentou importante sinais de retomada da atividade econômica, reflexos da expansão do crédito e do consumo das famílias, do aumento das exportações, decorrente do movimento favorável do crescimento internacional (até a crise financeira de 2008/09) e da forte valorização das commodities agrícolas e minerais, e da reativação de investimentos produtivos e em infraestrutura econômica e social, além da implementação e consolidação das políticas sociais e da política de valorização do salário mínimo.

Observou-se a reativação das economias metropolitanas, fortemente influenciadas pelo protagonismo do mercado interno pela retomada do investimento público e privado, com destaque para o PAC e o MCMV. Esse processo também favoreceu as regiões brasileiras mais pobres, especialmente o Norte e o Nordeste.

A partir de 2011 já é possível observar um ambiente nacional de desaceleração que associado a um contexto internacional menos favorável e importantes crises políticas culminam em uma forte crise de 2015 em diante. Apesar da mudança no cenário econômico é possível observar ao longo dos anos 2000 importantes movimentos de desindustrialização, reprimarização, desconcentração/reconcentração econômica-industrial, acumulação urbana e financeirização que tem impactado as áreas metropolitanas e vem tornando mais complexo o debate sobre o desenvolvimento regional brasileiro.

Interessa aqui o entendimento de que importantes movimentos ocorreram na economia nacional a partir de 2000 e que as classificações dos setores de atividade existentes são pouco flexíveis e não estão voltadas para a análise do que aconteceu nos espaços urbanos nacionais e nas economias regionais. A hipótese é a de que as atuais classificações não mais evidenciam a realidade econômica metropolitana e regional, sendo necessário o desenvolvimento de uma nova classificação das atividades econômicas que permita pensar as economias metropolitanas tanto em uma perspectiva regional quanto urbana.

A nova classificação sugerida divide as atividades econômicas em seis grupos: 1) o setor primário agropecuário e extrativo, que se subdivide em agropecuária, extrativa mineral e extração de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis; 2) as indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas; que se subdividem em indústria ligadas às atividades agropecuárias e as ligadas à indústria extrativa; 3) as atividades industriais de baixa e de média-baixa intensidade tecnológica; 4) as atividades industriais de média-alta e de alta tecnologia intensidade tecnológica; 5) a construção, que se subdivide em incorporação e atividades imobiliárias próprias, construção de edifícios, obras de infraestrutura e os serviços especializados para construção; e 6) os serviços, que se subdividem em serviços industriais de utilidade pública, serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais, serviços pessoais e serviços domésticos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A classificação proposta é facilmente operacionalizada a partir do reagrupamento da CNAE 2.0. O desenvolvimento desta classificação envolveu a integração e adaptação de uma importante literatura sobre os diversos setores de atividade econômica, as classificações por intensidade tecnológica e os estudos que analisam a dinâmica metropolitana e regional. Essa classificação pretende ajudar pesquisadores na análise dos movimentos recentes que vem impactando as economias metropolitanas e o desenvolvimento regional brasileiro. Busca-se, assim, compreender as economias metropolitanas tanto em uma perspectiva regional quanto urbana, entendendo assim a multiplicidade de realidades metropolitanas, bem como as dinâmicas mais gerais da economia capitalista. Como resultado, a classificação proposta pretende superar formas mais tradicionais de análise das atividades econômicas e propor uma nova forma de compreensão dos fenômenos regionais e urbanos recentes.

Título:
A distribuição espacial dos estabelecimentos criativos na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 2006 e 2017.

Autor:
Judite Sanson de Bem, Moisés Waismann, Margarete Panerai Araújo -Pós-Doutorado, Universidade LaSalle, Canoas, RS

Código:
EM005

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo geral: Analisar, a espacialização dos estabelecimentos dos diferentes segmentos da indústria criativa, identificando as possíveis causas desta localização nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 2006 e 2017.

Objetivos Específicos

- Descrever os indicadores econômicos e sociais dos 34 municípios da RM de Porto Alegre, no período de 2006 e 2017.

- Verificar a relação entre a disposição dos estabelecimentos produtivos e as variáveis: (1) PIB e (2) população;

- Mediante a existência de fatores de localização espacial descrever quais estariam presentes na espacialização obtida nos objetivos acima descritos.

Metodologia:

A metodologia da pesquisa selecionada é do tipo exploratória com uma abordagem quantitativa. Envolve a coleta de dados na plataforma do IBGE, MTE, FIRJAN e bibliográfica e documental. Quanto aos objetivos será exploratória em sua fase inicial e descritiva, posteriormente. A pesquisa descritiva também será operacionalizada para viabilizar a realização dos objetivos do estudo. “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 2002, p.66). Quanto aos procedimentos a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para Gil (2006, p.65), “parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas”. Complementarmente, utilizar-se-á a pesquisa documental que se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está na natureza das fontes. Dessa maneira, conforme Lakatos e Marconi (1991, p.174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

A técnica exploratória dos dados será desenvolvida junto aos bancos de dados do IBGE, RAIS/CAGED do MTE e dos trabalhos da FIRJAN que dispõem de informações anuais sobre características socioeconômicas da população e dos dados sobre estabelecimentos envolvendo os segmentos criativos investigados.

A abrangência da pesquisa: Região Metropolitana de Porto Alegre, envolvendo os 34 municípios nos anos de 2006 e 2017 como recorte para analise de dados. Para Lakatos e Marconi (1991, p. 163), essa amostra foi caracterizada como "uma parcela convenientemente selecionada do universo (população)"; sendo um subconjunto do universo total que oferece um panorama para essa análise.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No Brasil, só mais recentemente alguns trabalhos se debruçaram sobre os dados de emprego, renda e número de estabelecimentos dos diferentes segmentos da indústria criativa, mas menos ainda objetivaram a discussão da clusterização ou localização espacial.

Assim o problema desta pesquisa se constitui: como se configura a distribuição e a concentração espacial dos diferentes estabelecimentos das indústrias criativas, na Região Metropolitana (RM) de Porto Alegre, nos anos de 2006 e 2017 e que fatores responderiam a estas concentrações ao longo do território?

Nesse sentido a justificativa da escolha do tema se deve ao fato que as indústrias criativas têm um papel relevante na promoção de um ambiente inovador, estão associadas à nova economia, e, de acordo com Scott (1997), se o território é importante para o desenvolvimento das indústrias e atividades culturais, não será de se estranhar que a sua grande maioria se desenvolva em meio urbano, enquanto outras sejam estritamente metropolitanas. É neste contexto que desejamos verificar se na RMPA também se percebe esta disposição.

Pretende-se evidenciar a hipótese que na região escolhida ainda há uma primarização das atividades criativas, ou seja, além de estarem concentradas, predominantemente, em espaços densamente povoados também se configuram ser mão de obra intensiva, ou seja, a maior parte dos municípios ainda concentra atividades criativas, pouco intensivas em tecnologia.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O estudo diz respeito às novas reflexões, multidisciplinares, sobre a importância do estudo da cultura na economia. A partir dos anos de 1990 há uma crescente multidisciplinaridade, sobretudo da área dos negócios, da economia, da geografia, arquitetura entre outros, o que corresponde ao corpo de análise dos autores deste artigo. Contribuirá para uma reflexão sobre as relações entre a espacialização da indústria, da categorização entre atividades intensivas em mão de obra ou capital e as características econômicas da região estudada.

Como uma das conclusões, tem-se que apenas Porto Alegre apresenta uma concentração de atividades criativas com maior adensamento de capital. Isto deriva, entre outros, do fato que uma região com um perfil dinâmico, do ponto de vista econômico e educacional, torna-se relevante e tem maiores probabilidades de ver instalado em seu território uma indústria, do que outra sem capacidade de produzir ou demandar seus produtos.

Título:
A Região Metropolitana de Ribeirão Preto: primeiros passos
Autor:
Erasmo Gomes –Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto / Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP).
Código:

EM013

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Traçar um panorama político-econômico-social e produtivo da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, apresentar suas instâncias de governança e seus instrumentos operacionais, de modo a identificar suas potencialidades e os desafios que se colocam para o seu desenvolvimento e consolidação.

Metodologia:

O trabalho baseia-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental (leis, documentos, atas).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Considerando a recente criação (julho de 2016) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, o trabalho pretende analisar quais são as condições de partida, em termos econômicos, produtivos, científicos, sociais e institucionais, que a RMRP dispõe para se desenvolver e se consolidar como tal.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Pretende-se contribuir para um melhor entendimento sobre as potencialidades e limitações que a RMRP dispõe para enfrentar os desafios que se apresentam ao seu desenvolvimento e consolidação.

Título:
Dinâmica econômica e perfil produtivo da Região Metropolitana de Curitiba
Autor:
Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners e Fernanda Cristina de Oliveira Rodrigues –mestrado, Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Pesquisador do Observatório das Metrópoles - Núcleo Curitiba (OM-NC);
Código:
EM021

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Investigar a dinâmica econômica recente da Região Metropolitana de Curitiba, a partir de uma análise das transformações ocorridas em sua estrutura produtiva, avaliando o perfil e o grau de especialização da indústria e serviços segundo atividades classificadas por intensidade tecnológica, percebendo as principais desigualdades e hierarquias intra-metropolitanas, a partir da seletividade espacial da indústria e serviços.

Metodologia:

O trabalho será realizado por intermédio de fontes secundárias de informações e através da análise de dados das Contas Regionais, do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE); da Relação Anual de Informações

Sociais (RAIS), que coleta informações socioeconômicas solicitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego anualmente, para esse artigo selecionados por meio dos vínculos empregatícios estabelecidos, utilizando a metodologia do CNAE 2.0 Divisão; do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); dados de comércio exterior da ALICEWEB, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e dados de Valor Adicionado Fiscal da Indústria, obtidos junto a base de dados do Estado do Paraná (IPARDES).

Os dados serão sistematizados em uma matriz SECRE (Setor-Região) por meio de técnicas de análise regional, como a análise shift-share, método estrutural e diferencial, para avaliação da estrutura e dinâmica da economia, conforme nível de intensidade tecnológica, em classificação compatibilizada com o "Eurostat indicators on High-tech industry and Knowledge – intensive services", além de indicadores de especialização produtiva e setorial, como o quociente vocacional e coeficiente de especialização e de mudança estrutural.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Procura-se investigar o padrão de distribuição espacial das atividades econômicas a partir dos investimentos da indústria automobilística nos municípios da coroa metropolitana e da intensificação dos deslocamentos de empreendimentos industriais de Curitiba para os municípios metropolitanos. Também procura-se perceber se o deslocamento dos setores mais dinâmicos e de maior intensidade tecnológica é espacialmente restrito e seletivo.

As hipóteses iniciais indicam que ocorreu o deslocamento da indústria (novos investimentos e relocalização) para os municípios metropolitanos mais adequados para o capital industrial, como a disponibilidade de infraestrutura, densidade industrial prévia e capacitação da força de trabalho. Portanto um deslocamento seletivo e restrito (desconcentração concentrada) sobretudo para atividades industriais com maior intensidade tecnológica. Já nas atividades terciários, a hipótese do trabalho é que o deslocamento para os municípios metropolitanos foi puxado por serviços pessoais, sociais e de distribuição, acompanhando o espaçamento da população e da estrutura industrial, mas que os serviços de maior densidade tecnológica encontram-se ainda fortemente concentrados em Curitiba, com pouco ou nenhum deslocamento significativo, dada a busca de externalidades e economias de urbanização presentes no município sede, que permite maior fertilização cruzada dos empreendimentos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados vão permitir inferir o padrão de distribuição espacial da indústria e serviço, as desigualdades e seletividade espaciais dos setores de maior intensidade tecnológica e a configuração da heterogeneidade e hierarquia da Região Metropolitana de Curitiba. Como a metodologia é plenamente replicável em outras regiões metropolitanas, será possível adotar a metodologia como referencial de análise da economia metropolitana por intensidade tecnológica e de conhecimento, além de perceber os elementos estruturais e diferenciais do desenvolvimento produtivo.

As conclusões preliminares obtidas nos primeiros testes de aplicação da metodologia, entre 2006 e 2016, já permitem comprovar as duas hipóteses iniciais de trabalho, comprovando uma participação importante do município sede na indústria de alta tecnologia, apesar de redução significativa no total do emprego industrial, ao lado de uma maior concentração intra-metropolitana dos serviços intensivos em tecnologia e conhecimento.

Título:
Circuitos de resistência sob as luzes da metrópole neoliberal: análise socioespacial da fragmentação e dispersão urbanos na periferia belo-horizontina

Autor:
Patrícia Silva Gomes –Doutorado, UnB

Código:
EM030

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho objetiva lançar luz sobre as teorias urbanas da metrópole neoliberal, particularmente da América Latina, investigando a formação dispersa e fragmentada de arranjos sócioprodutivos, a partir e sobre as periferias, como adaptação aos circuitos superiores da economia (Santos, 1994), bem como a exclusão de imensos territórios desses processos formais do mercado e do Estado, aqui capitaneados, porém, em seu potencial de emancipação e resistência, pelo comum urbano (Dardot; Laval, 2014); tendo como caso empírico a periferia metropolitana belo-horizontina.

O neoliberalismo forja novos arranjos espaciais produtivos, geralmente dispersos, enquanto a divisão social e técnica do trabalho se diversifica e o setor de serviços expande, porém, polarizado entre empregos informais, precários, e avançados, do terciário superior, concernentes ao meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996).

Metodologia:

O método de trabalho é uma reflexão teórica, buscando uma ontologia sobre as principais teorias urbanas da cidade pós-fordista. A antiga imagem da metrópole industrial, espalhada como “mancha de óleo”, já não é mais suficiente para explicar o fenômeno urbano pós-fordista, mais propenso à forma do “arquipélago urbano” (Moura, 2009); a cidade não é mais um mosaico, mas sim um caleidoscópio com múltiplos arranjos.

Desse modo não há como compreender a metrópole contemporânea se não na escala regional, onde o conceito de “cidade-região” (Scott, 2000) emerge para descrever os espaços com mais de milhão de habitantes do planeta que conformam uma extensa, densa e polarizada (ou multipolarizada) aglomeração de capital e trabalho, integrada ao sistema mundial (SCOTT, 2000). Ascher (1995), por sua vez, denomina de “metápolis” o processo de metropolização que muda de forma e escala, abrangendo um vasto território.

O método de trabalho empírico consiste no mapeamento e intercruzamento de dados da área periférica da metrópole belo-horizontina sobre: i) os grandes projetos contemporâneos previstos e/ou instalados; ii) a densidade demográfica e construída da mancha urbana, tendo como proxy o Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH); iii) a renda salarial média dos chefes de família por setores censitários, conforme Censo IBGE (2010); iv) os grandes eixos de mobilidade e v) as produções de viagens origem/destino (O/D), conforme, respectivamente, o Plano de Mobilidade (2017) e a Pesquisa O/D (2012) da RMBH. Coraggio (2013) considera a economista latino-americana mista, sob a dominância capitalista, nesse sentido, a conexão bottom up dos circuitos inferiores da economia e a busca pela qualificação dos

tecidos urbanísticos, configuram-se como oportunidades de oposição e resistência ao projeto neoliberal, concernentes à abordagem de Harvey (1990) "mundos possíveis".

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Partindo da compreensão dialética entre os processos socioespaciais e as transformações macroeconômicas (Lefebvre, 1974), o neoliberalismo foi responsável, num primeiro momento, pela reestruturação produtiva, que recrutou um novo arranjo espacial às metrópoles industriais, com a transferência de grandes firmas e/ou clusters com etapas do processo produtivo para o espaço regional, forjando grandes deslocamentos de pessoas, bens, capitais e informações por esses territórios, possibilitados pelas novas tecnologias de transporte, informação e comunicação (Castells, 1999; Ascher, 1995), enquanto o núcleo metropolitano assume as funções de comando e controle e as novas infraestruturas dessa fase do capital. Num segundo momento, há dispersão física e fragmentação morfológica das formas de urbanização para a periferia, capitaneadas, sobretudo, pelos grandes projetos urbanos, com usos complexos, com fusões de capitais financeiro e Imobiliário. A metrópole neoliberal simboliza, assim, a reviravolta da dialética centro-periférica industrial; não é mais a aspiração do fora para o dentro que é prioridade, mas sim o inverso, uma vez que o urbano se volta para fora (MONGIN, 2009) a partir da periferia, gerando um jogo de forças centrípetas e centrífugas de polarização dos arranjos urbanos e produtivos, enquanto persiste uma atração do núcleo metropolitano.

O primeiro a descrever uma mudança no padrão da urbanização fordista é Berry (1973), ao constatar uma tendência à desconcentração populacional, a chamada "contraurbanização", com crescimento mais acelerado das pequenas cidades norte-americanas em comparação às maiores nas décadas de 1960-1970. Posteriormente, muitas teorias urbanas dão conta de expressar a adaptação do urbano à fase pós-fordista, como a cidade difusa (Indovina, 2004); a transformação da cidade compacta tradicional em formas dispersas e fragmentadas (Monclús, 1999); maior complexificação das relações entre as cidades (Dematteis, 1998); formação de uma cidade entre cidades, a partir do conceito de "zwischenstadt" (Sieverts, 2007). As mais radicais delas sugerem a dissolução da cidade Secchi (2004) porque diferentemente de todas as cidades do passado, a nova cidade não tem centro e periferia, área central, distritos manufatureiros ou comerciais e interior definidos; ao invés disso, as funções urbanas espalharam-se ao longo de corredores de crescimento das rodovias em assentamentos de baixa densidade, que combinam elementos urbanos, suburbanos e rurais em uma aparente composição aleatória e sem fim (Fischman, 1994). Koolhaas (1994) aborda a diluição de sua identidade e a transformação de seus valores autênticos em simulacros; vale lembrar que grande parte das morfologias urbanas da cidade contemporâneas pautam-se na privatização de espaços, em um sentimento de homogeneização social e negação da vida pública. A hipótese é o fortalecimento de uma globalização de baixo para cima contribuindo para uma teoria urbana da metrópole latino-americana.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Mas que nova rede urbana é esta? É na negação da geografia do lugar? Qual é o modelo urbano da metrópole contemporânea? Como medir esses fixos e fluxos de forças centrípetas e centrífugas que agem sobre o território? Uma dispersão da riqueza que não é congregadora do território, porque seletiva e especulativa, e uma força centrípeta, pela polarização nas áreas centrais. Qual é a estrutura de moradia? Qual a estrutura de trabalho (imobilidade)? Qual a estrutura de serviços da metrópole contemporânea? As respostas transescalres do neoliberalismo – de baixo para cima e de cima para baixo. "descendo" do plano da macroeconomia ao espaço da vida.

Título:
Uma análise do trabalho no contexto das transformações da economia brasileira na região do Vale do Sinos/RS (2003-2016)

Autor:
Marilene Maia, João Dias, João Conceição e Lucas Schardong –Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Código:
EM022

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo geral:

Analisar as transformações do mundo do trabalho e da vida dos/as trabalhadores/as da região do Vale do Rio dos Sinos nos últimos 13 anos, tendo em vista o período marcado por crescimento, desaceleração e crise econômica brasileira.

Objetivos específicos:

Sistematizar os dados do trabalho formal a partir das bases do Ministério do Trabalho, identificando as características do trabalho e do perfil dos trabalhadores na região dos Sinos a partir das seguintes perspectivas: gênero e geração; ocupação e estabelecimentos; renda e escolaridade; saúde do trabalhador e pessoas com deficiências (PCDs);

Metodologia:

O Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos há dez anos sistematiza, analisa e publiciza dados, com o objetivo de contribuir com o debate, planejamento, avaliação e controle social das políticas públicas dos municípios e região. O sistema de regionalização eleito para este trabalho foi o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Estado do Rio Grande do Sul. O COREDE foi criado em 1994 com o objetivo principal de formular e executar estratégias regionais para o desenvolvimento, assim como conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos para a melhoria da qualidade de vida da população.

O COREDE do Vale do Rio dos Sinos é um dos 24 conselhos do Estado e é composto por 14 municípios que estão no entorno do Rio do Sinos: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. Os 14 municípios representaram 12,2% da população do Rio Grande do Sul e o Produto Interno Bruto (PIB) 13,0% no ano de 2016.

O recorte temporal entre os anos de 2003 e 2016 se deu por ter sido um período de grande movimentação e transição econômica, política e social no Brasil e no Rio Grande do Sul. A análise e sistematização da movimentação do trabalho e dos/as trabalhadores/as durante esses 13 anos foi feita a partir da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), produzidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Problema:

Como estão refletidas as transformações econômicas brasileiras dos últimos treze anos no mundo trabalho e na vida dos trabalhadores no Vale do Sinos/RS?

Hipóteses:

1) As transformações econômicas têm impacto no mundo do trabalho e na vida dos/as trabalhadores/as. 2) Apesar do crescimento econômico, existiram limites para a garantia da melhoria das condições de vida dos/as trabalhadores/as. 3) A análise destes dados é fundamental para repensar o desenvolvimento local e regional e o protagonismo dos/as trabalhadores/as na região.

Principais resultados:

Uma das primeiras constatações foi o aumento da participação das mulheres, que cresceu em mais de 40%, passando de 113.366 em 2003 para 159.544 em 2016. Em relação ao gênero, constatou-se que os jovens representavam 39,7% dos empregados em 2003, já em 2016 esse percentual passou para 30,4%. A participação daqueles que estão na faixa etária acima de 50 anos dobrou. Em 2003 era de 8,7%, passando a ser de 17,2% no ano de 2016.

Os dados da Rais mostraram que mais de 65% dos/as trabalhadores/as não haviam completado o ensino médio em 2003. Em 2016, a realidade mudou, já que mais de 61% tinham ensino médio completo, superior incompleto e superior completo. A participação de trabalhadores/as ganhando na base da pirâmide também aumentou. Aqueles/as que ganhavam entre 0,5 e 1,5 salários mínimos em 2003 representavam 12%, passando a representar 30% no ano de 2016.

Em meio à maior escolarização dos/as trabalhadores/as do Vale do Sinos, o número de estabelecimentos também aumentou, de 23.518 para 32.839, ou seja, uma variação de 39,6%. Os setores de comércio e serviços representavam 73% dos estabelecimentos em 2016, sendo que o primeiro aumentou em 37% entre 2003 e 2016 e o segundo, em 50,1% no mesmo período.

Em 2003, havia uma forte presença de ocupações relacionadas à produção de calçados. Em 2016, a profissão que teve mais trabalhadores foi a de vendedor do comércio varejista. A maioria das profissões que cresceram na região estão ligadas ao comércio e serviço e as profissões que perderam espaço estão ligadas à indústria de calçados.

Em meio a esse cenário, apenas 1,2% das pessoas com deficiência estavam no mercado formal de trabalho em 2016, tendo acesso a renda, dignidade e proteção social do trabalho.

No caso dos acidentes de trabalho, em 2003 no Vale do Sinos, foram registrados 5.237 casos, 18 em cada mil trabalhadores sofreram um acidente de trabalho. Em 2016, a taxa de acidentes foi de 15 a cada mil trabalhadores, totalizando 5.346 acidentes de trabalho na região. Ou seja, foram em média 14 acidentes de trabalho por dia no ano de 2016.

Na região, 91,8% dos estabelecimentos de trabalho possuem 19 empregados ou menos. Quando isso ocorre, a empresa não é obrigada a ter Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), representação dos trabalhadores que tem o compromisso na prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Observa-se que a região do Vale do Sinos vive a desindustrialização, tanto quanto o Brasil, evidenciado pelo crescimento de estabelecimentos e de ocupações em serviços e no comércio. Apesar da crescente escolarização dos/as trabalhadores/as, os salários sobrem quedas crescentes. Trabalhadores/as com mais de 50 anos crescem em número no mercado de trabalho para a busca do sustento, enquanto que diminuem postos ocupados pelos/trabalhadores/as jovens. As mulheres estão ocupando mais postos de trabalho, porém ainda com salários menores do que os homens. Acidentes de trabalho são ainda elevados, em parte justificados pela falta de informação, formação e controle. Ainda há uma presença limitada de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da região. Políticas públicas ainda são frágeis e/ou inexistentes para a qualificação dos processos produtivos, desenvolvimentos econômicos locais e regionais, assim como para a garantia da proteção dos/as trabalhadores/as.

Título:
Rebatimento da crise econômica atual sobre o emprego formal em sete vetores de expansão da Região Metropolitana de BH

Autor:
André Mourthé de Oliveira e Cláudia Júlia Guimarães Horta –doutorado, Universidade Federal de Ouro Preto e Escola de Governo da Fundação João Pinheiro/MG

Código:
EM023

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo tem como objetivo apresentar uma síntese dos principais impactos da crise econômica e política brasileira de 2015 e 2016 sobre o emprego formal em sete “vetores de expansão” da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Metodologia:

Para analisar o impacto da crise sobre o emprego formal na RMBH foram selecionadas as categorias setores de atividade econômica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e grandes grupos ocupacionais da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) decompostas segundo sexo, faixa etária, escolaridade e rendimento. Ademais, a RMBH foi decomposta em sete vetores de expansão segundo regionalização desenvolvida por Diniz e Mendonça (2015), pois esta tem a capacidade de criar uma referência geográfica que facilita a compreensão da dinâmica e das principais transformações nas últimas décadas e período recente, delineando, assim, a estrutura articuladora dessa região. Os dados utilizados foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o período aqui considerado foi de 2014, período de pré-crise, até 2016, última referência de dados da RAIS e que encerra o biênio mais recessivo da história brasileira. A análise descritiva e comparativa dos dados privilegiou a variação percentual no período segundo as categorias decompostas pelas quatro variáveis.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A questão central é avaliar o impacto da profunda crise socioeconômica brasileira sobre o emprego formal da RMBH com o intuito de identificar se o mesmo amplia a polarização sociocupacional nessa região. Os

principais resultados obtidos indicam uma enorme redução do emprego formal, notadamente dos setores industrial e da construção civil. Apesar de também apresentarem reduções numericamente importantes, os valores relativos dessas reduções foram menores para os setores de serviços e administração pública. A crise da indústria tem um impacto maior sobre os vetores oeste e norte. A crise da construção civil impacta os vetores onde prevalece população de menor qualificação e, neste sentido, a norte central é uma das mais atingidas. A crise da extrativa mineral atinge mais fortemente a sul, a sudoeste e leste, os vetores mais minerários da RMBH. Quanto aos grandes grupos ocupacionais, os destaques negativos são os profissionais de ciências e das artes e as ocupações vinculadas direta e indiretamente ao setor industrial, pois foram os que mais perderam postos ocupacionais. O vetor mais atingido pela forte redução do primeiro grupo é o polo, com rebatimentos fortes também nas ocupações do setor de serviços. A crise do setor público rebate sobre todos os vetores, mas com intensidades diferentes entre eles. Em termos gerais e considerando a renda, houve redução relativa da faixa de três a cinco Salários Mínimos (SMs) e crescimento da de um a três SMs. A renda para os setores de atividade demonstram um quadro mais nuançado, e como exemplo a extrativa mineral e a indústria tiveram quedas maiores de empregados nas faixas acima de cinco SMs. Relacionando a renda, setores de atividade e vetores, algumas nuances se adicionam, mas não muito significativas. Considerando o sexo, percebem-se impactos muito diferentes entre os setores, a indústria e construção civil com perdas mais concentradas nos homens, e serviços e administração pública com perdas maiores para as mulheres. No contexto geral da RMBH os homens perderam proporcionalmente mais e o rebatimento sobre os vetores é diferenciado, o polo demitindo mais mulheres e os vetores onde prevalece a população que trabalha na indústria e construção demitindo mais os homens. Sobre a escolaridade média, as faixas de menor escolaridade foram as mais impactadas, com reflexos sociais intensos no quadro geral da RMBH, sendo um pouco mais diferenciados os impactos segundo os setores de atividade econômica, e em alguns casos atingindo também os de maior escolaridade. Segundo a faixa etária, os mais impactados são prioritariamente os grupos mais jovens.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Na circunstância atual a crise foi muito forte e reduziu significativamente o emprego com carteira de trabalho. Isso acarreta em elevação dos níveis de pobreza, menor capacidade tributária e crise fiscal, com impactos negativos sobre a qualidade dos serviços públicos, maior precarização do trabalho em geral associada ao crescimento da informalidade, entre outros fatores. Percebe-se que o impacto dessa crise atinge proporcionalmente mais a população mais vulnerável e acarreta, dessa forma, numa maior polarização socioeconômica da RMBH, revertendo, parcialmente, um processo anterior que vinha reduzindo gradualmente tal polarização.

Título:
Divisão socioespacial do trabalho e segmentação espacial do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro – 2000 a 2010

Autor:
Vitor Vilar Drumond –Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Código:
EM025

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar o reflexo dos anos 2000 na divisão socioespacial do trabalho e na segmentação espacial do mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro no período 2000 - 2010;

Analisar, por meio de dados econômicos, o comportamento das mesorreigões do Estado do Rio de Janeiro e o mesmo no período 2000 - 2010;

Analisar, por meio de dados da ocupação, o comportamento da Região Metropolitana, da mesorregião Sul e Norte no período 2000 - 2010;

Analisar, por meio de dados de deslocamento, o comportamento da mesorregião Sul e Norte no período 2000 – 2010.

Metodologia:

A pesquisa é realizada com dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 e do PIB Municipal, ambos obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do Censo Demográfico fornecem informações com uma frequência decenal, o que, de certa forma, impede o monitoramento conjuntural do mercado de trabalho, porém é possível trabalhar com maior desagregação territorial. Na perspectiva de verificar se houve alteração na estrutura econômica dos espaços de análise, se utilizou dados agregados do Produto Interno Bruto municipal. O trabalho se utilizou como indicador social do mercado de trabalho a estrutura sócio-ocupacional, desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles. Como fonte de subsídio para uma análise completa, também se observou o deslocamento casa-trabalho. Há de se ponderar o curto período de tempo para a observância de tais reflexos na estrutura social, mas não impede uma análise projetada e comparativa dos anos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ), após a crise na década de 1980, recebeu uma nova rodada de investimentos, principalmente no setor industrial. O aumento da exploração de petróleo na Bacia de Campos e a instalação da indústria automobilística no Vale do Paraíba indicam mudanças na estrutura espacial produtiva do ERJ, fato que geraria influência direta na divisão socioespacial do trabalho e, também, na segmentação espacial de seu mercado de trabalho. Porém, não deixou ocorrer investimento na metrópole fluminense, como foi o caso do investimento no COMPERJ. Essa rodada de investimentos mereceu um estudo aprofundado, buscando analisar se houve, de fato, um movimento de interiorização da economia. A hipótese é que, neste período, houve mudanças na divisão socioespacial do trabalho com reflexos em alterações na segmentação espacial do mercado de trabalho, apesar de não serem mudanças tão substantivas.

A partir da análise dos indicadores econômicos, o quadro que se apresentou foi uma relativa mudança na divisão socioespacial do trabalho no Estado do Rio de Janeiro. A referida mudança se fundamentou em dois pilares: a perda de participação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Valor Agregado Bruto (VAB) industrial e de serviços, e o aumento de participação do Norte e Sul Fluminense no VAB industrial e de serviços. Notou-se que o Norte, em especial, apresentou mudança expressiva, guinada pela demanda internacional de petróleo.

Quanto às categorias sócio-ocupacionais, observou-se uma manutenção da estrutura no ERJ e nas mesorregiões analisadas, com relativa centralidade da RMRJ. Entretanto, destaca-se o aumento de participação na categoria dos trabalhadores do secundário tanto na mesorregião Norte quanto na Sul, impulsionadas pelo aumento da participação dos trabalhadores da indústria moderna e dos operários dos serviços auxiliares.

Ao analisar o deslocamento casa-trabalho foi possível entender as particularidades e distinções entre as mesorregiões Norte e Sul. Em geral, houve aumento de participação no deslocamento dos ocupados de outras regiões, sendo de modo mais intenso no Norte Fluminense. Apesar de a referida intensificação ter ocorrido, a quantidade de ocupados que se deslocam é muito menor que os ocupados residentes no Norte, o que impediu uma mudança substantiva na estrutura sócio-ocupacional. Mesmo assim houve aumento substantivo nos deslocamento de pessoas ocupadas ligadas tanto ao setor público quanto às atividades produtivas, o que demonstram que os investimentos ocorridos na região Norte requereram atração de mão de obra de outras regiões. O mesmo não se verificou na região Sul fluminense, pois o aumento no deslocamento de pessoas para essa região foi muito pequeno. Isso indica que os investimentos nela realizados não requereu atração de mão de obra de outras regiões.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As condições pretéritas da estrutura econômica e do mercado de trabalho influenciam no modo como se operam as mudanças na segmentação espacial do mercado de trabalho. Foi possível observar que no Norte não havia mão de obra adequada, qualitativa e quantitativamente, para realizar suas exigências, por este motivo foi necessário atrair mão de obra de outras regiões do estado e do país. No Sul, a instalação de novas plantas industriais não requereu do mesmo modo a atração de mão de obra de fora tanto porque aí já havia se constituído no passado um espaço de produção industrial quanto pelas exigências do trabalho. Isso também é válido para a RMRJ, pois continuou assegurando uma estrutura sócio-ocupacional semelhante entre os anos 2000 e 2010, decorrente do grande peso que a sua estrutura produtiva já apresentava na economia do ERJ, mesmo tendo sofrido mudanças na sua participação relativa nos setores industriais e de serviços.

Título:
Reestruturação produtiva, Agroindústria e as Transformações no Espaço metropolitano de Fortaleza
Autor:
Alexsandra Maria Vieira Muniz –Doutorado, Profa. Adjunta do Departamento de Geografia da UFC/ Pesquisadora do Lapur e Observatório das Metrópoles
Código:
EM027

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo Geral:Analisar as consequências da reestruturação produtiva e espacial na dispersão urbanoindustrial e metropolização de Fortaleza.

Objetivos Específicos:

Compreender a permanência e atuais usos de espaços industriais tradicionais, bem como o surgimento de novos e o impacto no papel dos municípios e no processo de metropolização de Fortaleza;

Identificar os arranjos espaciais da produção agroindustrial têxtil e de alimentos no/do espaço metropolitano de Fortaleza;

Verificar o reflexo da dispersão industrial nos movimentos pendulares e na dinâmica populacional, assim como na geografia do trabalho industrial e no perfil do trabalhador da agroindústria têxtil e de alimentos na RMF;

Investigar a espacialização dos sistemas de objetos ligados a produção e reprodução da força de trabalho, as formas espaciais resultantes das ações da política de capacitação e geração de emprego e renda etc.

Metodologia:

A pesquisa organizar-se-á em torno de três eixos principais, a saber: a pesquisa documental, a

busca estatística e a investigação de campo. A pesquisa documental terá como principais fontes de informações as teses, dissertações, livros, censos, mapas, anuários estatísticos, programas de governo, periódicos, jornais, revistas científicas etc. Ademais, serão realizadas buscas em sites oficiais da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado.

No que se refere à busca estatística faremos uso de dados secundários, tendo como fontes: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego(MTE). Deste modo, serão geradas tabelas, gráficos e mapas temáticos.

A ênfase da pesquisa será dada ao atual contexto de reestruturação industrial, porém, resgataremos o contexto anterior do desenvolvimento agroindustrial que nos permitirá entender a relação espaço e indústria, em que serão observados: os processos sociais com a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, os sistemas de objetos e ações voltados à produção e reprodução das relações sociais, bem como as transformações no espaço urbano.

A delimitação espacial desta pesquisa tem por base o estudo no espaço metropolitano de Fortaleza, sobretudo nos municípios com investimentos agroindustriais, e, a abrangência temporal da análise é desde os anos de 1990, sendo dado ênfase, a ultima década, quando se impulsionam as transformações socioespaciais em curso.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Na busca de compreender quais os impactos socioespaciais da atividade agroindustrial na reestruturação do espaço metropolitano de Fortaleza, temos como questionamento norteador:

Como a atividade agroindustrial tem participado da produção e reprodução do espaço urbano-metropolitano da RMF?

Hipóteses:

Os atuais investimentos agroindustriais trazem mudanças não somente na estrutura produtiva, ou seja,

que não se restringe aos aspectos técnicos e econômicos da produção, envolvendo notadamente

seus aspectos sociais e espaciais.

Diante da reestruturação produtiva e espacial, a RMF vivencia a substituição de suas formas e a

diversificação de suas funções ao longo das últimas décadas.

O investimento agroindustrial no espaço urbano impulsiona o processo de metropolização em Fortaleza

e a consequente expansão de sua zona de influência favorece o surgimento de novas

centralidades.

Diante dos impactos da reestruturação produtiva e espacial em curso nos países centrais desde a década de 1970 e no Brasil principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990, além da própria crise do seu padrão produtivo, que se manifestou pelo problema do endividamento externo e pela pressão inflacionária nos anos 1980, os impactos na economia, espaço e na esfera da produção -circulação-comercialização e nas relações capital e trabalho tornaram-se ainda mais complexos.

As transformações socioeconômicas diante deste contexto de desconcentração econômica, aceleração do processo de industrialização agrícola com a presença cada vez maior também de complexos agroindustriais e do agronegócio, modificações no sistema urbano, etc. –, afetaram de forma diferenciada as principais metrópoles do país.

Como o modo que essas mudanças se manifestaram em cada lugar se fez por decorrência da estrutura econômica anterior existente, envolvendo as diferentes especificidades entre as suas regiões, é necessário evidenciar alguns resultados preliminares do nosso objeto de Estudo, no que tange a industrialização no Ceará e especificamente na RMF.

Quanto à distribuição espacial da Indústria no Ceará, vê-se uma maior concentração em Fortaleza e em sua Região Metropolitana, onde a dinâmica industrial nesse recorte se dá em diferentes vertentes e eixos.

É importante ressaltar que em relação às atividades produtivas, mais da metade do quantitativo industrial está em Fortaleza e sua região Metropolitana: 67,42% (MUNIZ, 2014). A menor representatividade Industrial nos municípios da RMF se dá em Chorozinho, Guaiúba e Pindoretama.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A Região Metropolitana de Fortaleza , longe de apresentar o espaço como mero receptáculo de um setor produtivo, revela a inserção de municípios como produto, condição e meio para a reprodução do capital industrial que se materializa nestes, com mudanças significativas trazendo todo um rearranjo espacial. A atual gestão Estatal ao privilegiar alguns municípios(como Maracanaú, Caucaia, Pacajus, Horizonte, Eusébio e São Gonçalo do Amarante) e atrair o capital industrial nacional e transnacional, inserindo novos espaços no circuito da produção industrial tem consequência, dentre outras coisas, no papel desempenhado por estas cidades na dinâmica urbano industrial.

O quantitativo de indústrias que encontramos durante o trabalho de campo nos 19 municípios que compõem a RMF nos faz afirmar que está ocorrendo um espraiamento industrial para além da capital, reforçando a metropolização em curso.

Título:
Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal: crescimento do terciário urbano entre 2006 e 2015
Autor:

Rodolfo Finatti, Maria do Livramento Miranda Clementino, Juliana Bacelar de Araújo, Rebeca Marota da Silva –Doutorado, UFRN - Pesquisador PNPD (Pós-Doutoral) no Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Associado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR e Observatório das Metrópoles Natal, RN/BR;
UFRN - Departamento de Políticas Públicas, Programas de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais e de Ciências Sociais e Observatório das Metrópoles Natal, RN/BR;
UFRN - Departamento de Economia e Observatório das Metrópoles Natal, RN/BR;
Pesquisadora do Observatório das Metrópoles Natal, RN/BR e Bolsista FAPERJ.

Código:
EM019

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste artigo é apresentar uma caracterização atualizada da dinâmica econômica da Região Metropolitana de Natal, bem como identificar e analisar permanências e possíveis alterações nas atividades relacionadas ao setor terciário, apoiando-se no fato de que este setor tem apresentado, em outras cidades e regiões metropolitanas, similar aumento em sua representatividade. Trata-se de uma primeira análise dos resultados da pesquisa "Economia Metropolitana: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho", a partir do estudo dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

Metodologia:

Foram organizados e categorizados os dados de estabelecimentos e emprego formal da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 2006 a 2015, de tal forma que se permita uma melhor compreensão da estrutura produtiva e do mercado de trabalho da RMN. Foram consideradas as dinâmicas metropolitana e regional e a intensidade tecnológica agregada a cada tipo de atividade para o desenvolvimento da classificação a ser utilizada. O intervalo temporal corresponde à dinâmica econômica da fase recente da economia brasileira e regional e à própria disponibilidade da CNAE 2.0; a partir do ano de 2006. É importante mencionar o recorte geográfico atrelado não só a Região Metropolitana de Natal (função administrativa, do polo Natal) mas também aos processos mais influentes e que se expressam por meio da ideia de metrópole funcional, que contempla especificamente os municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A problemática desta pesquisa envolve o crescimento e, de maneira geral, a maior expressão dos segmentos econômicos relacionados ao terciário urbano, o qual pode ser analisado pelo quantitativo dos estabelecimentos e vínculos formais atuando em comércio e serviços cuja demanda é impulsionada pelas dinâmicas urbanas recentes, como também pela administração e serviços que são necessários ao meio urbano, tais como administração pública, hospitais, educação e segurança. Como forma de interpretação desta conjuntura para a Região Metropolitana de Natal, é importante admitir que o setor terciário pode estar atrelado às metamorfoses de um capital mercantil já tradicional e enraizado no território potiguar. Como aponta W. Cano (2010), a dinâmica da urbanização induz "mudar a roupa" dos setores econômicos, assumindo atividades mais modernas. Em casos de urbanização mais acelerada, precisará ainda cumprir novos papéis acompanhando o surgimento de novas estruturas de poder.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

A análise dos dados da RAIS (2006-2015) permite apontar que a Região Metropolitana de Natal pode ser caracterizada por uma baixa diversificação da estrutura produtiva. Historicamente, se concentra quase que totalmente no setor terciário, quer seja nos serviços (que aumentam sua participação nos municípios mais integrados), quer seja na administração pública (que aumenta a sua participação nos demais municípios da RMN), o que representa 85% da mão de obra formalmente empregada. A indústria, que já foi mais representativa nesta região metropolitana, apresenta diminuição de sua participação e representa cerca de 9,5% atualmente. A perda de atividade industrial é mais representativa nos municípios considerados como de maior integração. Análise similar e previamente realizada por D. S. Araújo et al. (2015) para a Região Metropolitana de Natal, indicava crescimento do emprego na indústria de transformação para o período 1996-2006. O período de 2006-2015, todavia, reforça a hipótese do crescimento terciário, ampliando sua concentração em 3,3 pontos percentuais.

Ainda no conjunto dos municípios mais integrados, a geração de empregos formais foi de posições quase que totalmente vinculada ao setor terciário. Os principais segmentos que apresentaram esta maior participação são: educação, apoio administrativo, alojamento e alimentação, saúde e tecnologia da informação. Finalmente, para uma caracterização mais precisa, pode-se apontar a influência do segmento turístico, que mobiliza segmentos à montante (como a construção civil, a produção têxtil e moveleira) e à jusante (como alimentação, transporte e armazenagem). O turismo fomenta um circuito produtivo não apenas na Região Metropolitana de Natal, mas também na Região Imediata polarizada pela capital, influenciado municípios distantes até 100 quilômetros.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os números identificados por meio da RAIS mostram uma estrutura produtiva de baixa diversificação na Região Metropolitana de Natal, ancorada principalmente no terciário em forma dos serviços sociais (administração pública) e distributivos (comércio). Identificou-se também a manutenção do segmento turístico, sendo acompanhado pela diminuição da indústria de transformação nos municípios mais integrados e cuja urbanização é mais pronunciada. É possível apontar ainda que, muito embora exista uma tendência ao crescimento do terciário em outras regiões metropolitanas, e isso se confirma em Natal, a natureza deste crescimento difere: o caso da RMN reforça os serviços tradicionais do urbano relacionados à administração (pública, principalmente) e serviços sociais e não em segmentos ligados aos serviços produtivos mais modernos e dinâmicos (caso das tecnologias da informação e dos serviços financeiros) que teria esperada uma maior expressão.

SESSÃO 1.2.2

Coordenação: Maria do Livramento Clementino, Marcelo Ribeiro e Ana Claudia Duarte Cardoso

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Atividade industrial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e novas dinâmicas territoriais no período 2002-2015.

Autor:
Vitor Vieira F. Boa Nova e Clarice Antoun –Mestrado, IPPUR

Código:
EM017

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem como objetivo realizar uma investigação acerca da estrutura econômica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial no que se refere à evolução do setor industrial, de 2002 a 2015, procurando identificar possíveis alterações do ponto de vista territorial.

Ao observar os municípios que de alguma forma se destacam, seja com ganho ou perda de participação na atividade industrial da Região Metropolitana fluminense, busca-se indicar possíveis dinâmicas e tendências que estejam se desenvolvendo nesse território.

Sendo assim, procura-se partir de uma análise capaz de articular questões econômicas e espaciais referentes desde a perspectiva nacional, atentando para as principais políticas adotadas nesse período; como também na dimensão regional, procurando considerar em que condições o Estado do Rio de Janeiro se insere nesse contexto e quais as principais transformações que podem ter ocorrido com o potencial de incidir na dinâmica industrial metropolitana.

Metodologia:

O método a ser utilizado tem um caráter multi escalar, procurando articular a análise da perspectiva nacional e regional, no caso referente ao Estado do Rio de Janeiro, com a situação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A primeira etapa prevista é a revisão bibliográfica de autores que analisaram tanto a economia nacional nos últimos anos, quanto a economia fluminense para o mesmo período histórico.

Realizada a primeira fase da pesquisa será importante adentrar no estudo da economia metropolitana em si, em especial no que se refere à indústria, se utilizando, principalmente, das Contas Regionais e PIBs municipais de 2002 a 2015, disponibilizados pelo IBGE.

Paralelamente, a fim de complementar essas informações, serão levantadas informações referentes ao emprego formal. Para isso serão utilizados os dados levantados pela RAIS, de 2002 a 2015, de forma a verificar a distribuição do emprego no setor da indústria dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e quais os municípios que se destacam em termos de participação, inclusive o Município-Sede.

Além disso, outras fontes de dados poderão ser eventualmente utilizadas, por exemplo, os fluxos pendulares, que auxiliaria na identificação de dinâmicas intermunicipais, e informações referentes a investimentos industriais, obtidas em publicações de entidades empresariais como a Firjan ou com secretarias estaduais destinadas ao desenvolvimento econômico.

Com isso pretende-se extrair informações suficientes para analisar tendências e dinâmicas territoriais estabelecidas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Brasil vem passando, pelo menos, nos últimos 20 anos, por diversas transformações econômicas, especialmente o setor de petróleo e gás, de grande relevância nacional e estadual, em termos políticos, de geração de riquezas, ganhos tecnológicos, dinâmicas territoriais e de inserção internacional do país no cenário internacional.

Nesse sentido, vale mencionar que foi através do setor de petróleo e gás que o Estado do Rio de Janeiro, após anos de estagnação e perda de participação na economia nacional, encontrou uma trajetória de crescimento através da produção e extração de petróleo na Bacia de Campos. O resultado desse processo foi a crescente participação do setor extrativo na economia fluminense, apresentando-se como o carro-chefe da indústria estadual, estimulado inclusive grandes investimentos que tiveram como destino a própria Região Metropolitana, com destaque para o Comperj e para a exploração do pré-sal.

Outro ponto de destaque do qual devemos partir é a constatação de que está ocorrendo uma diminuição significativa da participação do PIB industrial do município do Rio de Janeiro em relação aos demais municípios da Região Metropolitana. Se em 2002 esta participação correspondia a 66%, em 2015 ela chega a 52%. Por outro lado, dois municípios se destacam positivamente nesse quesito, Niterói, que aumenta sua participação de 3% para 9%, e Maricá, que salta em 2015 para 7%, ambos os municípios localizados na porção leste da região metropolitana.

Portando, diante da importância do setor extrativo para a economia fluminense, e dessas variações da participação industrial dos municípios da região metropolitana, investigar quais os possíveis impactos dessas atividades para a economia metropolitana se coloca como um caminho imprescindível para que aprofundar nossa análise a respeito da indústria nesse território.

Tomando-se como ponto de partida a desconcentração da produção industrial do Município-Sede em relação aos outros municípios metropolitanos, tal desconcentração estaria assentada em duas hipóteses:

(I) A primeira de que esteja em andamento um processo de dinamização industrial na porção leste da Região Metropolitana, relativamente independente em relação à dinâmica industrial verificada do lado oposto da baía de Guanabara,

(II) A segunda de que esta nova tendência territorial estaria relacionada aos encadeamentos produtivos e às perspectivas da indústria extrativa e da construção civil, em vista dos investimentos da Petrobras no Comperj em Itaboraí e do pré sal em Maricá.

A partir dessas análises será possível verificar o processo de atualização da dinâmica territorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere à situação da indústria, tendo em vista as transformações não apenas na escala metropolitana, mas partindo também das condicionantes estabelecidas diante da perspectiva estadual e nacional contemporânea.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A investigação do setor industrial se faz importante pelo seu papel dinamizador, com potencial inclusive de incidir sobre os outros setores da economia. Porém isso depende do tipo da indústria instalada no

território, de modo que verificar quais as atividades industriais predominantes na região metropolitana permite avaliar seu poder de encadeamento e compreender a dinâmica econômica como um todo.

A investigação de possíveis alterações da dinâmica territorial pode contribuir com outras pesquisas desenvolvidas a respeito da economia metropolitana, além de complementar a análise da situação econômica do Estado do Rio de Janeiro e sua inserção na economia nacional.

Com isso pretende-se trazer elementos capazes de construir um diagnóstico atualizado das dinâmicas e tendências territoriais que estejam sendo geradas ou estimuladas nos últimos anos, contribuindo para o entendimento do setor industrial na economia metropolitana do Rio de Janeiro, seu papel, e suas principais características.

Título:
Dinâmicas Urbanas, economia metropolitana e desenvolvimento regional no Nordeste (2006-2016)

Autor:
Rebeca Marota da Silva; Maria do Livramento Miranda Clementino –Mestrado, Observatório das Metrópoles - Núcleo Natal

Código:
EM003

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o atual cenário das dinâmicas urbanas do Nordeste na perspectiva das principais atividades econômicas metropolitanas e sua influência no desenvolvimento regional.

Como objetivos específicos seguem:

1. Identificar quais são as atividades econômicas metropolitanas mais dinâmicas e que mais impulsionam a região;

2. Averiguar como as Regiões Metropolitanas do nordeste se relacionam com a região;

Metodologia:

O presente artigo é produto da pesquisa intitulada “Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho” do Observatório das Metrópoles. Na referida pesquisa adotou-se como procedimento metodológico uma revisão da literatura referente às metrópoles brasileiras com o objetivo de extrair a dinâmica econômica dos espaços urbanos das diferentes regiões metropolitanas.

Aliada a revisão, o grupo de pesquisadores do Observatório das Metrópoles Núcleo Natal elaborou-se uma classificação das atividades econômicas urbanas, com referência na CNAE 2.0, para compreender as estruturas produtivas urbanas. A pesquisa mencionada encontra-se em estágio inicial, entretanto já é possível apresentar alguns dados preliminares para a região nordeste, atendendo assim, os objetivos deste artigo, que além do levantamento do quadro socioeconômico já apresentado pelos diversos

relatórios do Observatório das Metrópoles, apresenta uma análise inédita do atual cenário da economia urbana do Nordeste com dados da RAIS/MTE e IPEADATA/IBGE.

Para a definição das Regiões Metropolitanas do Nordeste que serão tratadas no artigo, fundamenta-se no livro "Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010"[1], que trata das principais RM's do Brasil. As regiões metropolitanas do Nordeste tratadas no livro são as regiões de Salvador, Fortaleza, Recife e Natal.

[1] RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana (1980 a 2010). Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2018.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A região Nordeste, experimentou um lento processo de urbanização devido a alguns fatores, tais como: um histórico atraso na modernização agrícola, indispensável para dar suporte à formação do mercado de trabalho urbano; a entrada tardia do capital industrial como agente dinâmico da acumulação; e o desinteresse das elites mercantis em assumir os riscos da industrialização. Desta forma, o auge do processo de urbanização do Nordeste está atrelado à sua industrialização, ou seja, nos anos 1970.

Após décadas de políticas voltadas à correção do ciclo produtivo nordestino, a industrialização da região não reverteu de forma satisfatória o quadro econômico e social regional para os agentes menos abastados nela instalados. A desconcentração industrial-conservadora – mas “virtuosa”, de acordo com Cano (2008) – do Sudeste para o Nordeste acabou por preservar seu subdesenvolvimento, ou seja, o Nordeste foi cooptado à dinâmica do ciclo econômico do Sudeste do país. Na verdade, esse “Nordeste” resumia-se quase que inteiramente aos estados da Bahia (BA), Pernambuco (PE) e Ceará (CE).

Os investimentos advindos da SUDENE para o Nordeste privilegiou os estados da BA, PE e CE. Como as suas capitais antes mesmo de receber investimentos desenvolvimentistas, já possuíam uma vocação natural de polarizar os recursos por sua capacidade administrativa e gama de serviços favoráveis à reprodução do capital industrial, concentraram as principais e mais dinâmicas atividades econômicas. Este processo, implicou diretamente no processo de metropolização dessas cidades.

No caso dos demais estados do Nordeste, em especial o Rio Grande do Norte, a intervenção da SUDENE chegou mais de uma década depois, elevou os montantes de investimentos do capital industrial, porém não criou novos setores produtivos intensivos em tecnologia - na realidade reforçou os setores produtivos tradicionais. Este fato, mais a desintegração produtiva de algumas economias do interior do estado, juntamente com a conservadora penetração do capital em regiões agrícolas (para produção de frutas para exportação) – acabou provocando um processo de migração em direção à capital do estado que ocasionou uma significativa concentração populacional e produtiva no que hoje se convencionou chamar de Região Metropolitana de Natal.

Observando o importante papel das RM's na economia regional, entende-se como problemática da pesquisa em tela - qual o real papel das RM's no Nordeste: fortalecem a rede urbana ou esgarçam a região?

Com a Constituição de 1988, a elevação do poder local tem por um lado a socialização do poder por meio de modelos de gestão pública articulados às demandas sociais. Por outro lado, assume novas responsabilidades com a ação econômica e geração de emprego e renda. Assim, segue a hipótese que na

ausência de políticas que possam integrar toda a região, as RM's ainda que sejam centros dinâmicos, não possuem a capacidade de espraiamento da dinâmica urbana e de desenvolvimento regional.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O artigo apresenta dados preliminares da pesquisa intitulada "Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho", com o recorte para as regiões metropolitanas do Nordeste. As RM's Fortaleza, Recife, Salvador e Natal apresentam uma concentração produtiva no Nordeste e em seus estados. Como pode-se observar através dos dados de emprego, número de estabelecimento, bem como o PIB.

Na primeira década do século XXI, houve a retomada do debate da questão regional, reforçada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O grande problema é que o PNDR, apesar de ter trazido proposições e críticas importantes, não passou da esfera retórica. Programas federais, como o "Minha Casa, Minha Vida" e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), impulsionaram as economias urbanas, mas sem o comprometimento com a articulação do desenvolvimento regional.

Título:
Industrialização, Desigualdades e Segregação no Vale do Paraíba Fluminense
Autor:
Ana Paula Vasconcelos Gonçalves –Mestrado, Doutoranda no programa de sociologia do IESP/UERJ
Código:
EM008

Resumo:

Objetivos do trabalho:

As desigualdades e a diferença no acesso as oportunidades influenciam o processo de segregação das cidades. Os municípios da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, situados ao sul do Estado do Rio de Janeiro tem se destacado economicamente devido à recente industrialização local. O desenvolvimento trazido pelas indústrias gera um crescimento populacional e também intensifica as desigualdades acentuando a segregação da população. O fenômeno em questão é amplamente debatido nas grandes metrópoles, no entanto em cidades pequenas e médias, como estas que fazem parte do Vale do Paraíba Fluminense, é menos abordado, tornando-se relevante a discussão. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a segregação socioespacial relacionada com raça e renda nestas cidades, assim como verificar a relação entre a industrialização e a segregação na região.

Metodologia:

Para mensurar a dimensão econômica e racial da segregação na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense foram utilizadas as seguintes variáveis do universo do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011): Pessoas Residentes de cor ou raça branca e negra e Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo e com rendimento nominal mensal de mais de 10 salários mínimos. Neste trabalho os dados utilizados sobre a industrialização nas cidades pesquisadas foi quantidade de indústrias no território, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do ano de 2010, fornecidas pelo Ministério do Trabalho.

O Índice de Segregação calculado, proposto por Duncan e Duncan (1955) para medir a dispersão em único grupo. Ele mede a proporção da população no grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional fosse homogênea. Ele varia de 0 até 1, sendo zero a ausência de segregação. Quanto maior for seu valor, menor será a dispersão da população, ou seja, maior a segregação.

Visando verificar a relação entre os índices de segregação com a quantidade de indústrias nos municípios do Vale do Paraíba Fluminense serão elaborados os gráficos de dispersão para os índices e a proporção de indústrias. Os diagramas de dispersão permitem realizar uma análise exploratória e verificar se há indícios de relacionamento entre as variáveis, assim como verificar a existência de valores atípicos na distribuição dos dados.

Como o interesse principal do trabalho é saber se a segregação está relacionada com a industrialização, será calculada a correlação dos índices de segregação em relação a proporção de indústrias. Como o número de observações é pequeno e a distribuição não é normal, o Teste de Pearson não será aplicado e sim o Coeficiente de Correlação de Spearman (FIELD, 2009).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A principal hipótese deste trabalho é que, embora a industrialização recente na microrregião tenha proporcionado uma dinamização econômica nos municípios, também acarretou uma ampliação das desigualdades, principalmente no que tange os padrões espaciais. Neste caso a segregação, mesmo sendo um fenômeno multidimensional, também estaria relacionada com a quantidade de indústrias no Vale do Paraíba Fluminense.

Com índices de segregação gerados para as cidades da área estudada foi possível notar que a segregação racial não é tão forte no Sul Fluminense. As variáveis relacionadas com cor e/ou raça apresentaram valores baixos, assim como as pessoas responsáveis com rendimento nominal de até um salário mínimo. A variável pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 10 salários mínimos é a única que apresenta os índices de segregação alto para todas as cidades, com as respectivas diferenças de um local para o outro. Este fato pode ocorrer porque as pessoas mais ricas tendem a viver nos mesmos bairros, principalmente aqueles que as ofereçam melhores condições de vida. As pessoas com melhor poder aquisitivo, também estão inclinadas a optar pelas cidades mais industrializadas e que oferecem melhores condições de moradia e serviços.

As cidades mais industrializadas, apresentaram índices de segregação mais elevados para os indivíduos mais ricos. Volta Redonda, Barra Mansa e Resende são mais segregadas em relação as pessoas que ganham mais de 10 salários mínimos e juntas abrigam 79,8% das fábricas da região. Dentre estas três cidades Volta Redonda têm mais indústrias em seu território são 889 no total, Barra Mansa possui 680 e Resende 519 (RAIS, 2010). Destes três municípios somente Resende está inserido diretamente neste novo processo de industrialização alavancada pela indústria automobilística. Volta Redonda foi a primeira cidade industrial da região devido a instalação da CSN em 1946. Já Barra Mansa foi a primeira cidade do Sul Fluminense e sempre teve um desenvolvimento econômico e social a frente dos outros municípios da região. Sua economia e o interesse das fábricas em se instalar no local ocorre, dentre outros motivos, pela proximidade com Volta Redonda.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Neste artigo foi possível verificar que há segregação nas cidades do Vale do Paraíba Fluminense, ou seja, o fenômeno em questão também ocorre fora das grandes metrópoles, em cidades pequenas e médias.

Após a análise exploratória dos dados e dos índices de segregação foi realizado o teste de correlação que apontou a existência de relação entre industrialização e segregação das pessoas mais ricas da região. As demais formas de segregação, possivelmente são influenciadas por outros fatores que merecem ser investigados, talvez conjugados com a industrialização possam fornecer explicações mais substanciais sobre a segregação racial e econômica, relacionada com as pessoas mais pobres, na área de estudo.

Embora esse trabalho seja baseado em uma metodologia quantitativa e na análise exploratória dos dados, os resultados encontrados fornecerem pistas para continuar a pesquisa sobre segregação no Vale do Paraíba Fluminense.

Título:
100 Anos de uma Cidade Partida: Análise de causalidades da estrutura sócio-espacial do Rio de Janeiro pela Técnica Delphi

Autor:
Jorge A. Martins (em Simposio observatório aparece outro auto Antônio Dussel) –Doutorado, Ministério da Educação

Código:
EM007

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo relata pesquisa realizada em 2016 pela técnica Delphi com trinta e um especialistas em Planejamento Urbano e conhecedores da realidade e da história da Cidade do Rio de Janeiro. Pretendeu-se analisar as supostas principais causas da estruturação sócio espacial desigual da cidade do Rio de Janeiro em seu contexto metropolitano nos últimos 100 anos e a perspectiva que se tem para o futuro em razão da implantação de projetos de infraestrutura e de equipamentos diversos como suporte à realização dos recentes eventos desportivos de alcance internacional (Jogos Pan-Americanos 2007, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016).

Metodologia:

Dentre várias técnicas disponíveis para, em caráter exploratório e curto prazo, reconhecer a origem de problemas, destaca-se a técnica Delphi. Trata-se de ferramenta de prospecção por sistematização de análise e julgamento de informações, com fundamento em consenso de especialistas sobre determinado tema por meio de validações articuladas em rodadas de questionários, enviados eletronicamente conforme se mostrar necessário. A cada rodada as perguntas são repetidas, e os participantes devem reavaliar suas respostas em face das respostas e justificativas dadas pelos demais participantes na rodada anterior. São três as condições básicas da delphi: (i) o anonimato dos participantes, (ii) a representação estatística da distribuição dos resultados, (iii) o retorno (feedback) de respostas do grupo para reavaliação.

Foram abordados trinta e um professores-pesquisadores com doutorado e registrados na Plataforma Lattes do CNPq na área "Planejamento Urbano" com histórico de trabalho com o Rio de Janeiro (análise de curriculum). Em uma primeira bateria de perguntas, procurou-se identificar - do governo Pereira Passos ao governo Eduardo Paes - os nexos de causalidade da segregação sócio espacial do Rio (fatos,

políticas, planos, instituições e governos). Dez processos e fatores históricos e quinze fatos, políticas e governos foram previamente identificados como importantes e submetidos à análise dos participantes, que deveriam opinar considerando uma escala de 1 (mínima influência) a 5 (máxima influência), facultando-lhes apresentarem tantos outras causas que entendessem pertinentes.

Apenas seis processos ou fatores históricos entre aqueles apresentados no primeiro formulário foram considerados influentes da segregação sócio espacial do Rio de Janeiro por mais de 80% dos especialistas e outros seis processos ou fatores foram apontados. Finalmente com uma segunda bateria de perguntas, conseguiu-se obter consenso mínimo de 75% com taxa de retorno final de 40% dos participantes.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A hipótese inicialmente levantada é que a estrutura sócio-espacial desigual sofre a influência da lógica inerente a cada ciclo capitalista, nos termos de Mandel, de sorte que nos 100 anos de história urbana desde o ciclo imperialista, apesar de já estarmos passando por um terceiro ciclo, não se verificou alteração significativa das formas de reprodução social que pudesse justificar com menor importância o aspecto histórico-cultural (p. ex.: o escravismo tardio, autoritarismo e a cultura patrimonialista, dentre outros) como causa da atual estrutura desigual. E quanto às políticas e govern

os, outra hipótese inicial era que nos governos menos democráticos ou participativos teriam ocorrido os principais eventos que condicionaram maior desigualdade, destacando-se: ênfase em projetos de infraestrutura rodoviária e de transporte urbano por ônibus desde os anos 1960 e políticas de remoção de habitações e assentamentos pobres para liberação de terras centrais para projetos de interesse do mercado, justificadas pela implantação de habitação de interesse social na periferia metropolitana ao logo do século XX.

Entretanto, o principal fator histórico-cultural da segregação sócio espacial do Rio (nota 5) apontado pelos especialistas tem sido o papel desempenhado pelos agentes econômicos (incorporadores, empreiteiras e concessionárias de serviços). Também foram considerados muito influentes (notas entre 4 e 5): o mercado imobiliário/fundiário oligopolizado, as políticas de incentivo à especulação imobiliária e a política de infraestrutura urbana concentrada nas áreas valorizadas; e somente com o grau 4 (mas ainda influentes) os especialistas consideraram: a histórica falta de integração entre as políticas de transporte e de uso do solo, o patrimonialismo, o autoritarismo e a escravidão de longa duração.

Já em relação aos fatos, políticas e governos, foram considerados muito influentes (nota 5), a política promovida pelo Banco Nacional de Habitação, entre 1964 e 1986; a remoção de favelas pela Chisam entre 1968 e 1973, nos governos de Negrão de Lima e Chagas Freitas; e influentes (nota 4): o financiamento do transporte a cargo do usuário (tarifa) e do contribuinte (subsídio público), dispensando-se beneficiários indiretos (capital imobiliário, comércio e serviços); abertura de eixos viários e remoção de favelas na gestão dos prefeitos Negrão de Lima e Carlos Lacerda; e desapropriações e remoções para construção de equipamentos públicos (BRTs e complexos esportivos para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016) no governo de Eduardo Paes.

Com relação ao futuro, 100% dos participantes consideram que a tendência da segregação sócio espacial do Rio não é diminuir, sendo que 33% consideram que tende a manter-se com os mesmos indicadores e aparência atuais, pois ainda não são observados aspectos hoje suficientes para cogitar-se alguma inflexão na curva de tendência, mas 67% consideram que já podem, sim, ser observados indícios de aumento no contexto metropolitano.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Corroborando parcialmente a hipótese inicial, a influência dos aspectos históricos de formação de nosso ethos na estrutura sócio-espacial do Rio foram considerados relevantes, entretanto, mais ainda do que eles, foram consideradas as características históricas do mercado imobiliário carioca que se mantêm (prática especulativa dos agentes econômicos em uma estrutura de mercado oligopolizada e concentração fundiária).

Quanto às hipóteses iniciais de que grandes obras viárias e de habitação popular na periferia, principalmente nas décadas de 1960/70, com remoção expressiva de famílias, teriam contribuído significativamente para a estrutura sócio-espacial desigual do Rio, também foram corroboradas pelos especialistas, razão pela qual consideram que as obras recentes com a justificativa de adequação da cidade para sediar os eventos esportivos internacionais equivaleriam àquelas políticas autoritárias, a ponto de 67% dos participantes não têm perspectiva otimista para o futuro próximo.

Título:
Novas relações entre metrópole e indústria no início do século XXI: o caso do par concentração/desconcentração produtiva em Fortaleza/CE.

Autor:
Edilson Pereira Júnior –doutorado, Universidade Estadual do Ceará - UECE

Código:
EM016

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo maior do trabalho é compreender a territorialização da indústria no espaço urbano e regional de Fortaleza e analisar como a dialética dos movimentos de concentração/desconcentração industrial auxilia na reconfiguração espacial da metrópole. A capital do Ceará polariza a maioria dos fluxos engendrados no seu entorno, além de ser uma histórica concentradora dos fixos industriais instalados no estado. Nosso intuito é entender como isso se altera ou se fortalece com as transformações econômicas do início do século XXI e tentar identificar quais seus impactos nas formas e nas funções espaciais produzidas pela indústria. De modo geral, buscamos traçar um panorama da atual configuração industrial da capital, avaliando os gêneros que apresentam a maior capacidade de expansão dentro de espaço intraurbano; e, no caminho inverso, especificar os gêneros cujas mudanças espaciais redefinem as articulações espaciais na região metropolitana.

Metodologia:

Investigar a emergência de um processo espacial contraditório em um recorte urbano metropolitano é o maior desafio que se lança para esta pesquisa, que, no entanto, destaca-se exatamente pela capacidade de abordar metodologias de comparação entre concentração e desconcentração espacial, aperfeiçoando fatores explicativos originais através de características, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes. A maior vantagem está em explicitar dinâmicas metropolitanas específicas a cada um dos casos, mas também apresentar experiências de aglomeração e dispersão, expressas por uma nova economia política da urbanização em Fortaleza (SANTOS, 1994). Procuramos ilustrar essas dinâmicas a partir da maior

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

aglomeração de estabelecimentos industriais de confecção no espaço intraurbano; e de uma maior dispersão de estabelecimentos têxteis nos municípios diretamente influenciados pela capital. Do ponto de vista operacional, a pesquisa segue os seguintes procedimentos metodológicos: 1) A definição de temas relevantes para a abordagem da comparação entre forças de aglomeração e de dispersão no espaço urbano/metropolitano estudado; 2) A organização de uma matriz metodológica que articula, a um só tempo, pesquisa documental e estatística, coleta e sistematização de dados sobre os recortes em análise; e 3) Um conjunto de trabalhos de campo em Fortaleza e região metropolitana, reconhecendo a importância da análise que parte do particular ao geral e, logo após, realiza o movimento inverso. As informações são analisadas considerando uma combinação transescalar de ações e de agentes, articulados por uma rede de relações, as quais engendram interesses diferenciados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A nova relação de forças estabelecida pela concorrência capitalista internacional intensifica uma disputa por taxas de lucratividade favoráveis aos grupos hegemônicos empresariais, atingindo a atividade industrial e suas territorialidades urbanas. A dinâmica resulta numa reestruturação territorial e produtiva, onde o deslocamento dos circuitos de operação tende a mudar os processos em centros metropolitanos e em suas regiões de influência. Entre as novas lógicas pode-se mencionar a introdução de sistemas técnicos automatizados na ampliação de fábricas e de linhas de produção; a presença de novas localizações produtivas; uma maior utilização de transportes e de logísticas com consequente demanda de infraestruturas ao poder público; e a introdução de novas formas de produção, comercialização e contratação de serviços (SILVEIRA, 2011). Isso gera uma reestruturação urbana e social, alterando os papeis dos agentes envolvidos na organização produtiva da indústria em Fortaleza/CE. Neste espaço urbano e metropolitano, efetiva-se a tendência de separação territorial das atividades de produção das atividades de comando e gestão. Como consequência, os centros industriais passam por modificações ao experimentarem reconfigurações, com áreas produtivas sendo desgastadas e outras convertendo se em novas zonas de expansão. Procuramos ilustrar essas dinâmicas através do estudo do duplo movimento de concentração/desconcentração industrial, na tentativa de encontrar as características centrais dessa reconfiguração em Fortaleza. O que se pretende é investigar os processos territoriais e as experiências empíricas dessa nova economia política da urbanização e, desse modo, algumas questões chaves devem ser debatidas e aprofundadas, quais sejam: Como os processos de reestruturação territorial e produtiva na indústria reconfiguram os papeis dos agentes políticos e econômicos em Fortaleza e nos municípios da região metropolitana? É possível identificar e comparar, nas diferentes zonas e eixos de produção, os sistemas de ação e os sistemas de objetos que procuram dotar a economia metropolitana de vantagens na atração/dispersão de investimentos industriais? Quais os setores e ramos industriais mais relevantes e que dinâmicas se observam nos seus padrões de localização urbano metropolitano? O debate ilustra, a partir da reestruturação urbana e regional, as diferenças e semelhanças das ações e dos objetos numa economia produtiva metropolitana, pressupondo-se os rumos mais recentes da fluidez dos sistemas industriais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

No Brasil, o papel da indústria na configuração e consolidação dos espaços metropolitanos é histórico. O caso do Ceará é emblemático. Sua principal região metropolitana, comandada pela cidade de Fortaleza, é um exemplo contundente de que somente nos últimos anos os nexos de funcionalidade entre a metrópole e os demais municípios que lhe são tributários ganham forma. Porém, de igual maneira, alguns gêneros da indústria parecem selecionar espaços industriais para lhe conferirem dinamismo. Como resultado, temos um duplo movimento de concentração/desconcentração industrial, que impõem marcas

sobre o espaço urbano/metropolitano. Em função desta dupla movimentação, Fortaleza respeita o processo de desconcentração metropolitana de equipamentos produtivos, típicos de uma cidade que se afirma por sua centralidade nos serviços; mas também renova sua capacidade de expandir uma indústria de produção mais flexível, tornando a cidade a maior concentradora de empregos industriais do estado.

Título:
As relações cidade-campo e metrópole-campo: a metrópole terciária e a modernização agrícola - o caso de Brasília

Autor:
Sergio Magno Carvalho de Souza –doutorado, Instituto Federal de Brasília - IFB

Código:
EM024

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar o debate em torno da relação campo-cidade, expandindo-o para a relação metrópole-campo, e discutir o caso específico de Brasília neste contexto.

Como objetivos específicos tem-se: levantar a bibliografia existente sobre o tema em relação ao caso de Brasília e associá-la à corrente discussão em âmbito nacional e internacional; levantar e discutir alguns dados preliminares sobre o caso de Brasília e sua relação com os espaços da agropecuária moderna, especialmente a porção leste de seu território.

Metodologia:

A metodologia aplicada deu-se em dois momentos específicos: num primeiro, foi realizado o levantamento da bibliografia existente acerca do tema das relações campo-cidade e, mais especificamente, das metrópoles com o campo. Tal levantamento incorporou desde a literatura internacional até pesquisas realizadas em âmbito nacional. Por fim foram analisados casos específicos para Brasília, com aproximações tanto do tema principal, como estudos sobre a região e as regionalizações de Brasília, que deram base a uma análise mais ampla no tempo, haja visto o reduzido material encontrado de forma específica para o caso em tela.

No segundo momento, o trabalho buscou apresentar uma análise preliminar de dados para o recorte territorial de maior foco da pesquisa, qual seja as cidades-satélites de Planaltina, Paranoá, Sobradinho e São Sebastião, da oriental do território do Distrito Federal. Tal escolha se dá pela presença de uma paisagem já modificada pela agricultura moderna, havendo aí a maior campo de interesse da pesquisa. Os dados analisados foram os da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), onde se buscou analisar, de forma mais específica, os seguintes aspectos: a presença de trabalhadores ligados à agropecuária nestas cidades-satélites; a importância do setor agropecuário na economia destas cidade-satélites; as tendências de deslocamento de trabalhadores destas cidades-satélites em razão de trabalho.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Com o processo de reestruturação produtiva capitalista, a função ocupada pelas metrópoles em relação à organização de seus espaços regionais mais imediatos tem se modificado, tendo em vista tendência à

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

assunção de um papel voltado ao terciário. Ao mesmo tempo, há uma salutar discussão em torno da continuidade da existência da distinção entre campo e cidade, sendo vislumbrada a ideia de um continuum campo e cidade, na medida em que aquele tenderia a submeter completamente este, tornando-o mais um setor produtivo sob seu comando o que concretizaria, sob certo prisma, o proposto por Lefebvre, em sua Revolução Urbana. Neste quadro, há ainda um largo campo de pesquisa aberto em torno do papel e da influência das metrópoles sobre suas áreas rurais mais imediatas, que perpassa, inicialmente, uma discussão teórica em torno da relação e do papel das cidades apenas como nós das redes globais ou como efetivas organizadoras de seus espaços mais imediatos. No caso de Brasília, metrópole terciária, há uma tendência a pouco considerar seus espaços rurais, especialmente dos municípios vizinhos, em razão da prevalência da economia do setor público na cidade. Entretanto, o crescimento de uma atividade ligada à agropecuária moderna na porção leste do Distrito Federal e em municípios aí vizinhos (como Unaí-MG, Buritis-MG, Cabeceira Grande-MG, Cabeceiras-GO e Formosa-GO), tem recolocado a questão em torno do papel da metrópole na produção de tais espaços.

A partir de tal problemática, a hipótese central de trabalho é a de que Brasília tem uma participação indireta no processo de modernização do campo em seu espaço regional mais imediato, tendo maior influência por conta da infraestrutura regional e nacional como Capital Federal do que especificamente como polo propulsor da agropecuária moderna em sua região imediata.

Os resultados apontam, inicialmente, para a emergência de novas relações entre cidade e campo, tendo a cidade um papel protagonista, pois comanda o processo de integração realizado pela espacialização produtiva do capital em seu estágio flexível; entretanto, tal papel de comando não é reservado à todas as cidades, nem mesmo sobre seu espaço regional mais imediato, havendo a criação de uma intrincada e complexa rede de organização dos circuitos espaciais produtivos.

Em um segundo momento, a partir da análise do caso de Brasília, os resultados apontam para a existência de uma baixa quantidade de trabalhadores alocados nos setores agrícolas nas cidades-satélites consideradas, reproduzindo elas o perfil econômico mais próximo daquele de outras cidades-satélites – manutenção da concentração no terciário. Isto leva a que se confirme a dependência do terciário na economia destas cidades-satélites. Por fim, os dados referentes aos deslocamentos não apontam para uma tendência destoante em relação ao que já ocorre em outras cidades-satélites, havendo grande massa de trabalhadores atraídos para o centro principal da cidade (Plano Piloto).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados são relevantes por apontar que a relação das metrópoles com o processo de modernização agrícola e com o campo em suas regiões imediatas é mais complexo do que o que aparenta, restando claro sua ligação à hierarquias maiores e nem sempre havendo um papel de articulador regional. No caso de Brasília, a permanência de um setor terciário ligado à Administração Pública aparenta ser ainda um fator decisivo em uma influência limitada como organizadora de sua região imediata e como partícipe da modernização agrícola. Por outro lado, sua posição como Capital Federal e a infraestrutura que goza, internamente e em sua região imediata, tem sido um fator propulsor importante das atividades modernas da agricultura, apontando para uma relação ainda indireta entre metrópole e a modernização agrícola.

Título:
Cidades sustentáveis e dinâmicas econômicas em metrópoles nordestinas

Autor:
Ana Célia Baía Araújo e Zoraide Souza Pessoa –mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Código:
EM018

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo Geral:

Investigar como as condições das dinâmicas econômicas de Regiões Metropolitanas (RM) do Nordeste influenciam o desenvolvimento metropolitano na perspectiva de assimilar princípios de Cidades Sustentáveis.

Objetivos específicos:

1. Caracterizar as principais questões ambientais, regionais e climáticas das RM de Natal (RMN), Salvador (RMS), Recife (RMR) e Fortaleza (RMF).

2. Verificar as condições das dinâmicas da estrutura econômica das RM do campo empírico a partir de dados sobre o mercado de trabalho e a base produtiva.

3. Investigar a relação entre os aspectos econômicos das RM com as condições destas para implementar princípios de Cidades Sustentáveis em suas gestões públicas.

Metodologia:

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e está em desenvolvimento, sendo um estudo de caso utilizando como campo empírico as Regiões Metropolitanas de Natal, Recife, Salvador e Fortaleza (recorte representativo da Região Nordeste). Assim, prezando pelos aspectos de JANUZZI (2012) para a escolha de boas fontes de informações, a pesquisa documental irá se utilizar de fontes de dados e plataformas online do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Ministério do Meio Ambiente Brasil, do Observatório das Metrópoles, entre outras. Serão ainda utilizados: relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); entre outros.

A seguir, a metodologia respectiva para cada um dos objetivos previamente apresentados:

1) serão realizadas análises estatísticas e representações gráficas a partir dos softwares livres Libre Office Calc e PSPP. Esses softwares permitirão manusear dados e resultados referentes aos índices: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – IDS (baseado nos ODS da ONU) e Índice de Vulnerabilidade Socioclimática (DARELA FILHO, 2016) e caracterizar, complementadas pela revisão bibliográfica, as principais questões ambientais, climáticas e regionais de cada RM;

2) será feita análise quantitativa de dados secundários da dimensão econômica (mercado de trabalho, bases produtivas) e uso da tipologia de 2005 do Observatório das Metrópoles para a análise ocupacional;

3) serão verificadas as condições em assumir princípios de Cidades Sustentáveis baseadas na análise comparativa das informações obtidas nos Objetivos 1 e 2 com princípios e metas contidos no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, na Agenda 2030 e na Nova Agenda Urbana (elaborados pela ONU), obtidos no sítio da ONU (2016).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Para esta pesquisa, a pergunta-problema é: "as dinâmicas econômicas das RM nordestinas têm condições de se compatibilizar com princípios de Cidades Sustentáveis?". A partir desse problema de pesquisa, o aporte teórico referencia e discute conceitos e debates das áreas de sustentabilidade e resiliência urbanas, mudanças climáticas, desenvolvimento e problemas regionais, desigualdades e vulnerabilidades, dinâmicas econômicas de ocupação e de estrutura produtiva, as questões sobre o desenvolvimento sustentável, organização socioespacial do território e divisão espacial do trabalho.

Nesse cenário teórico, as seguintes hipóteses foram elaboradas:

1. O desenvolvimento regional em áreas metropolizadas depende de como a gestão pública encara os problemas espaciais, sociais e econômicos decorrentes dos impactos climáticos e ambientais no território.

2. Os princípios para Cidades Sustentáveis, quando aplicados, não surtirão efeitos positivos para a sustentabilidade e resiliência urbana se as condições de mercado de trabalho e de estrutura produtiva não estiverem compatíveis com estes.

Espera-se que a análise dos resultados comprove uma relação direta entre desenvolvimento econômico, regional e a sustentabilidade urbana, e que, com isso, evidencie-se que não é possível o desenvolvimento regional e econômico sem a adoção de práticas econômicas no mercado de trabalho e na estrutura produtiva que sejam social, ambiental e climaticamente responsáveis.

A partir do desenvolvimento metodológico desta pesquisa, a análise e discussão dos resultados obtidos será no sentido de debater como os problemas regionais, climáticos, socioambientais e políticos das RMs em estudo podem ser obstáculos ao desenvolvimento regional e à adoção de princípios de sustentabilidade urbana, ao mesmo tempo em que esses princípios utilizados como premissas para Cidades Sustentáveis.

Os resultados desta pesquisa podem auxiliar no planejamento urbano-metropolitano ao considerar que as RM são locais de concentração de poder político e econômico (Ribeiro et. al, 2012, p. 2, apud GURGEL, 2017, p. 843). Espera-se ainda analisar como o Brasil, enquanto signatário das Agendas da ONU (a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana) e ODS, elaborou seu Plano de Metas para cumprir essas Agendas e Objetivos, questionando a efetividade e eficiência que esses princípios tem quando aplicados em uma realidade como a das metrópoles nordestinas brasileiras.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância dos resultados está em relacionar as dimensões social, ambiental, econômica e climática para oferecer ferramentas que podem ajudar à gestão pública a lidar com impactos ambientais e climáticos, que comprometem diretamente o desenvolvimento urbano, regional e econômico. Por isso, o

Desenvolvimento Sustentável como alternativa também deve ser estudado a fim de questionar sua eficácia aplicada às RM nordestinas.

O desenvolvimento das regiões depende de uma interação sustentável entre essas dimensões. Nesse sentido, o PNUD afirma que "as cidades são responsáveis por 80% do Produto Interno Bruto global, usam 80% da energia global e produzem mais de 70% das emissões de gases de efeito estufa" (ONU-BR, 2016), logo, considerar alternativas metropolitanas é relevante tendo em vista o quanto de recursos e impactos estas concentram e que de 40% da população brasileira reside em regiões metropolitanas (CARVALHO, 2017, p. 81).

Título:
A cidadania ambiental como instrumento de participação da coletividade na construção e no desenvolvimento econômico do meio ambiente urbano

Autor:
Miguel Etinger de Araújo Júnior , Marília Rodrigues Mazzola, Priscylla Gomes de Lima –Doutorado, Universidade Estadual de Londrina

Código:
EM028

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do trabalho é demonstrar a cidadania ambiental como instrumento de participação coletiva e desenvolvimento econômico na construção de meio ambiente urbano sustentável e justo. Neste sentido, o ordenamento jurídico impõe o exercício da cidadania ambiental à coletividade, ao cominar como dever desta e do Poder Público a defesa e preservação do meio ambiente, mas é omisso ao não apontar quais são e como se cumprir tais deveres, sendo necessário identificar como a proteção ambiental se consolidará pela coletividade e com ele a possibilidade de desenvolvimento econômico. Buscar-se-á identificar na legislação deveres e obrigações coletivos referentes à defesa e preservação do meio ambiente, bem como estudar os instrumentos do ordenamento que possibilitam ação da coletividade na consolidação do meio ambiente sadio e digno que gerem desenvolvimento econômico sustentável.

Metodologia:

Será utilizado método histórico-dialético, com realização de revisão da literatura, pesquisa bibliográfica e revisão teórica, para levantamento de dados, informações e conceituação dos principiais elementos referentes ao trabalho: meio ambiente, cidadania, cidadania ambiental, desenvolvimento econômico e demais conceitos pertinentes ao tema estudado. A revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica contribuirão para a obtenção de informações sobre a situação atual do tema ou problema pesquisado, para verificar os aspectos doutrinários convergentes e divergentes, de modo a parametrizar o cenário do problema de pesquisa e permitir o esclarecimento sobre os diversos aspectos que serão abordados. Em seguida, será realizada análise e pesquisa da legislação constitucional e infraconstitucional sobre o tema, para buscar localizar possíveis instrumentos de participação coletiva na defesa e proteção do meio ambiente e que permitam o desenvolvimento econômico, visto que é questão que afeta aos cidadãos brasileiros, e cujo desenvolvimento é positivado na Constituição Federal. Pelo método empírico, tomando

por objeto de estudo as manifestações do direito, e os conceitos já delimitados, se buscará entender como a cidadania ambiental e o desenvolvimento econômico aparecem em leis e na jurisprudência, e se na pesquisa jurisprudencial há aparição conjunta com o conceito de coletividade. Por fim, o papel prático das teorias será testado segundo a metodologia jurídica normativa, compatível com suas matrizes ideológicas, verificando a existência de instrumentos fáticos de utilização coletiva para possibilitar concretização da cidadania ambiental e possibilitar um meio ambiente sadio, justo e digno, e com desenvolvimento econômico.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No contexto da proteção ao meio ambiente, disciplinada no artigo 225 da Constituição Federal, reside o comando de atuação conjunta do Poder Público e da coletividade em prol da defesa e preservação do meio ambiente. Este comando constitucional tem voz imperativa, no sentido de configurar um dever da coletividade, uma obrigação a realizar. Porém, não há no corpo do artigo 225 menção alguma às possíveis formas de atuação da coletividade. Uma vez que existe tal lacuna, mostra-se importante identificar, estudar e explorar as maneiras de defesa e preservação do meio ambiente no tocante à participação da coletividade como sujeito de deveres, pois a partir dessa identificação será possível dar efetividade aos princípios ambientais, desenvolver projetos de conscientização e atuação da coletividade em prol do desenvolvimento econômico sustentável, e propiciar resultados positivos da vida sadia na comunidade. O recorte escolhido para a realização desta pesquisa foi o meio ambiente urbano, pois é onde estão concentradas as maiores faixas populacionais, e é onde há maior cenário para a atuação direta da coletividade sobre as transformações ambientais que ocorrem. Esses resultados podem ser ainda aliados ao desenvolvimento econômico, especialmente refletido na estruturação urbana, tanto territorial como populacional. Do quadro posto, busca-se localizar e explorar descritivamente os instrumentos administrativos e judiciais de participação disciplinados na legislação, que ensejam a cooperação ativa da coletividade na construção da defesa e preservação do meio ambiente, para contribuir com a consolidação da cidadania ambiental, e, a partir desta nova consciência, contribuir também para o desenvolvimento econômico, objetivado no art. 170 da Carta Magna. Verifica-se que a cidadania ambiental envolve ações de efetiva participação e de mobilização dos indivíduos na busca de soluções para os problemas na relação entre as pessoas e o ambiente, ou na prevenção de possíveis riscos ambientais a partir de comportamentos ecologicamente desequilibrados e que tal conceito permite o fortalecimento da gestão participativa e do compartilhamento de responsabilidades com o Estado no regramento do uso dos recursos finitos, de maneira a contribuir na estruturação do espaço territorial, o que traz impactos e resultados diretos no desenvolvimento econômico.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os estudos empreendidos levarão à compreensão do ordenamento jurídico relacionado ao direito ambiental, à cidadania e ao desenvolvimento econômico, e permitirão o desenvolvimento de teses e estudos auxiliadores na geração da consciência ambiental, econômica e social, para construir e consolidar o entendimento de que a coletividade tem o direito a um meio ambiente equilibrado e sadio, e o dever de defesa e preservação deste, através de ações de mobilização, e também com a busca de soluções para problemas socioambientais no ambiente urbano. Através de análise da legislação, pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, serão investigados os elementos da cidadania e da cidadania ambiental, bem como identificar-se-ão os instrumentos participativos que permitem a efetivação do dever de defesa e preservação do meio ambiente pela coletividade, em conjunto com o desenvolvimento econômico, possibilitando impactos na estruturação territorial e populacional dos centros urbanos.

Título:
A instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná: o caso da região metropolitana de Curitiba e Apucarana como um espaço econômico relevante

Autor:
Renata Adriana Garbossa Silva –mestrado, UFPR

Código:
EM012

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Ao longo das décadas a ocupação territorial paranaense e o desenvolvimento das atividades econômicas ocorreram por meio de diversos ciclos econômicos. Contudo, o final do século XX e início do XXI foram marcados por uma reestruturação das escalas espaciais no planeta, inaugurando uma nova fase na sociedade brasileira, em que o desenvolvimento de uma região está vinculado aos investimentos locais e uma das formas para alcançá-lo, é através da educação superior, responsável pelo crescimento e desenvolvimento local e regional. O Estado do Paraná nos últimos anos vivenciou este processo com um aumento, expansão e capilarização, com a instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, em seus treze campis, nas mesorregiões paranaenses. O artigo tem com objetivo compreender como a instalação da UTFPR na metrópole de Curitiba e Apucarana, classificada como um Espaço Econômico Relevante contribuíram para o desenvolvimento local e regional e alterações na dinâmica no território.

Metodologia:

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre "a instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná: o caso da região metropolitana de Curitiba e Apucarana como um espaço econômico relevante", as principais fontes de dados utilizadas, foram de cunho bibliográfico e documental. Enquanto a bibliográfica auxiliou, sobretudo, na fundamentação teórica, tendo como base livros, artigos científicos, pappers, teses e dissertações, a pesquisa documental contribuiu, com técnica de coleta de dados, a partir de dados secundários obtidos em anuários, livros e sites sobre os principais indicadores econômicos e sociais para se analisar o aumento do Produto interno Bruto com a instalação da Universidade quanto dos Índices de Desenvolvimento humano, especialmente, os relacionados à educação. A análise dos Planos de Desenvolvimento institucional (PDI) dos anos de 2009/2013; 2013/2017; 2018/2022 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, documentos das prefeituras dos dois municípios pesquisados, site e órgãos de pesquisa, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação (MEC), Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana, Associação Comercial do Paraná, Anuário Estatístico do Estado do Paraná, dados municipais onde se encontram tais Instituições de Ensino Superior, como também, livros e artigos publicados por instituições governamentais federais, estaduais e municipais, auxiliaram nas respostas tanto da problemática da pesquisa quanto do objetivo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A problemática de pesquisa a ser respondida é como a instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná contribui para o desenvolvimento local e regional da região metropolitana de Curitiba e Apucarana

como um Espaço Econômico Relevante. Para responder ao objetivo geral e a problemática de pesquisa, as principais hipóteses estabelecidas foram: se o modelo de desenvolvimento econômico internacional estabelecido no Brasil a partir da década de 1990, com consequências sobre a economia paranaense, influenciou no aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas Federais paranaenses. Se o processo de industrialização e desenvolvimento do comércio, que teve seu impulso a partir de meados dos anos de 1990, proporcionou o crescimento de algumas cidades que se tornaram polos e concentraram parte das populações em suas regiões, influenciou também na distribuição espacial das IES públicas federais paranaenses. Se entre os anos de 2000 e 2014, em escala estadual, houve um aumento significativo das IES nos municípios do Estado do Paraná, o que representou uma influência considerável na atração de novos investimentos aos municípios de Curitiba e Apucarana o que provocou também aumento dos índices de crescimento e desenvolvimento tanto dos municípios pesquisados quanto das mesorregiões em que estão localizados. Como principais resultados, nota-se que a relação existente entre as universidades e o desenvolvimento local e regional é estreita, podendo ser endossada pela literatura econômica, em que sustenta ser a educação um fator de extrema relevância para se alavancar o desenvolvimento de um país. Corroborando com Serra e Rollim (2013), Vieira (2017), evidencia que as universidades desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país. Vieira (2017) mostra alguns estudos realizados por Mille (2004), que são importantes para entendermos a contribuição de caráter estritamente econômico das IES ao desenvolvimento de seus Territórios podem ser distinguidos dois tipos básicos de impactos, o “encadeamento para trás” (backward linkages) e o “encadeamento para frente” (foward Linkages), o que pode ser comprovado ao longo da pesquisa. Além disso, verificou-se que o PIB e o IDH, sofreram alterações significativas em ambos os municípios. Portanto, outro resultado verificado mostrou que as Universidades contribuem para a transformação econômica e social, influenciando no desenvolvimento regional, pois passam a ser uma força de atração de consumidores, atividades e empresas, contribuindo no crescimento econômico local alterando a dinâmica territorial, estimulando a demanda efetiva local, bem como, aprimorando o mercado de trabalho, a diversificação produtiva em direção a segmentos intensivos em tecnologia e incrementando a atratividade da região com a construção de vias de acesso, infraestrutura, condomínios, aumento das atividades comerciais tanto em relação ao fluxo de indivíduos quanto ao de capitais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Pode-se afirmar que o desenvolvimento de uma região está diretamente vinculado aos investimentos locais e muitas são as formas para alcançá-lo, sendo inquestionável a importância das universidades tanto na produção da ciência, no processo de inovação tecnológica e também na formação de recursos humanos. Desta forma, é convergente que o incentivo à educação, acelera o processo de crescimento e desenvolvimento local e regional, em que a interiorização das IES contribuiu para um maior crescimento e desenvolvimento das regiões, e uma diminuição das assimetrias regionais existentes no país e no Estado do Paraná, objeto de estudo. Portanto, percebe-se que, neste início do século XXI, ao se pesquisar o desenvolvimento local e regional, tendo como principal elemento a universidade, existe uma relação estreita entre o progresso social, o avanço da democracia, melhor distribuição de renda, o desenvolvimento local e as alterações nas dinâmicas do território.

Título:
inovação nos espaços metropolitanos de Curitiba, Recife e Porto Alegre - a modernização retardatária nas ocupações.
Autor:

Augusto dos Santos Pereira –Doutorado, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Código:
EM026

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Por conta de sua concentração de fatores de produção, compartilhamento e aplicação intensiva de conhecimento em processos, produtos, serviços, atividades de marketing e modelos organizacionais, tais como setores de ponta, centros de pesquisa e mercado de trabalho para profissionais altamente qualificados, o espaço metropolitano atual é, cada vez mais, considerado como a unidade geográfica capaz de engendrar processos de aprendizado para inovação.

A formação dessa capacidade metropolitana de aprendizado para inovação parece apresentar, porém, diversas particularidades locais, em face de tendências estruturantes.

Diante desse quadro, o objetivo do trabalho é analisar a formação de capacidade de aprendizado para inovação nos espaços metropolitanos de Curitiba, Recife e Porto Alegre, por meio de dados acerca de pessoal formalmente ocupado, segundo grau de escolaridade e ocupações técnico-científicas.

Metodologia:

A pesquisa está baseada na comparação das capacidades de aprendizado para inovação nos espaços metropolitanos de Curitiba, Recife e Porto Alegre, áreas que conformam o topo da hierarquia urbana brasileira, com patamares análogos de concentração econômica e populacional e delimitadas segundo critérios de integração de diversos municípios à dinâmica de metropolização.

Primeiramente, foi realizado estudo bibliográfico na busca do estabelecimento de um arcabouço teórico que orientasse a análise do processo de produção de conhecimento para inovação nesses três espaços metropolitanos.

Foi empreendida, também, análise estatística, com base nos microdados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS. Essa base de dados contém os registros de emprego formal no Brasil, no último dia de cada ano, discriminados por municípios e com diversas informações sobre setor de atividade e porte das empresas, além das ocupações e da escolaridade dos trabalhadores.

Assim, com base em classificações reconhecidas pela bibliografia especializada, foi feita a comparação do crescimento dos registros de empregos formais segundo ocupações técnico-científicas – profissionais do ensino técnico e superior, profissionais científicos, engenheiros, pesquisadores, além de diretores e gerentes de pesquisa e desenvolvimento –, bem como nível de escolaridade dos trabalhadores, em especial de pós-graduação stricto sensu – mestrado ou doutorado, entre os anos de 2003 e 2015.

Também são realizadas comparações no que tange à distribuição desses trabalhadores em empresas de diferentes portes, em indústrias, segundo classes de intensidade tecnológica, e serviços, segundo intensidade níveis de conhecimento aplicado.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema do trabalho é fundado na questão formação de capacidades de aprendizado para inovação nos espaços metropolitanos brasileiros, em que avanços podem ser identificados, mas diversos constrangimentos para avanços ainda vigoram.

A hipótese do trabalho é que a explicação da fo mação da capacidade de aprendizado para inovar, em espaços metropolitanos como os de Curitiba, Recife e Porto Alegre, está relacionada a movimentos estruturais do capitalismo, que, ao estabelecer uma sucessão de paradigmas técno-econômicos, ao mesmo tempo que serve como influência para que diversos atores iniciem um processo de modernização metropolitana, com vistas ao aprendizado de novos parâmetros de negócios, também reforça atrasos, uma vez que os referenciaisencontram resistência para sua aplicação em áreas de modernização retardatária.

Os resultados da pesquisa mostram que os espaços metropolitanos de Curitiba, Recife e Porto Alegre têm passado por um processo de modernização, em que dinâmicas econômicas apontam para o incremento da capacidade de aprendizado, com aumento da participação de pessoal altamente qualificado, de ocupações técnico-científicas, nos três espaços metropolitanos, sobretudo em indústrias de média-alta intensidade tecnológica e em serviços diversos intensivos em conhecimento. No entanto, alguns indicadores demonstram que se trata de uma modernização retardatária, como a significativa diminuição do ritmo de contratação de pessoal altamente qualificado em tempos de crise econômica e a ainda baixa participação de pessoal qualificado em indústrias de alta intensidade tecnológica e em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados mostram o processo de modernização metropolitana, um cenário em que os padrões técno-econômicos influeciam diversos atores a buscarem uma atualização de suas estratégias em face de novas condições de negócios. Nesse contexto, a chamada economia do conhecimento implica que cada vez mais trabalhadores busquem ocupações técnico-científicas, além de maior qualificação profissional, enquanto universidades se preparam para o atendimento dessas demandas e empresas executam esforços de sofisticação tecnológica, requerendo profissionais altamente capacitados para níveis crescentes de informação técnico-científica.

Essa modernização é retardatária, na medida em que o ritmo de atualização sofre revezes que impedem a formação de uma virtuosa condição de compartilhamento de conhecimento no espaço metropolitano. Nesse contexto, os espaços metropolitanos de Curitiba, Recife e Porto Alegre apresentam ainda sérios entraves para formação de capacidade de aprendizado para inovação.

Título:
Galpão Makers: geração de renda, inclusão social e revitalização urbana através do uso racional de antigos prédios do 4° Distrito de Porto Alegre
Autor:
Adriano Gustavo Zerbielli –mestrado, Bolsista do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrópoles e Mestrando do PPGS UFRGS.
Código:
EM029

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente estudo visa fazer uma análise das potencialidades (forças e fraquezas internas e externas) de um modelo de negócio inovador localizado no denominado 4° Distrito de Porto Alegre, formado pelos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá.

O Galpão Makers é, conforme seu idealizador, um "coworking de produção" que comporta vinte e quatro pequenas iniciativas, nas quais cada empreendedor conta com uma série de benefícios: baixos custos fixos, compartilhamento máquinas e equipamentos de grande porte (para o corte de madeira e ferro, por exemplo), além da troca de saberes e experiências que potencializam seus respectivos negócios.

Portanto, um empreendimento como o Galpão Makers pode representar, além de uma fonte alternativa de renda em épocas de crise, um modelo de negócio viável para revitalizar uma região que, num passado recente, foi um importante polo comercial e industrial e que, atualmente, sofre com o abandono e o descaso por parte do poder público.

Metodologia:

A ferramenta metodológica utilizada neste estudo foi a denominada Análise SWOT, que consiste numa abreviação dos termos em inglês strengths, weaknesses, opportunities e threats que significam, respectivamente, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Em português é chamada de "Análise FOFA". A função dessa ferramenta é avaliar os ambientes interno e externo de uma organização ou empreendimento, facilitando a posterior elaboração de diagnósticos e estratégias para a sua manutenção no mercado.

Para a operacionalização da investigação foram utilizadas técnicas qualitativas de coleta e análise de dados. Neste sentido, os dados foram obtidos por meio de entrevistas feitas junto aos gestores e locatários dos espaços do Galpão Makers, das observações e avaliações realizadas no local e no seu entorno, além da análise de matérias e reportagens que trataram da dinâmica e funcionamento do próprio empreendimento, de diversas outras iniciativas realizadas nas proximidades e no 4° Distrito de Porto Alegre como um todo.

Após a coletas de todos estas informações, e a sua classificação enquanto forças e fraquezas (em âmbito interno) e oportunidades e ameaças (em âmbito externo), será elaborado um diagnóstico geral do modelo de negócio analisado, para que possa representar uma proposição de iniciativa com potencialidade de proporcionar geração de renda, inclusão social e revitalização de áreas urbanas degradadas, podendo ser replicada não apenas nos espaços subutilizados no 4° Distrito, mas também em outras áreas da cidade.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema de pesquisa deste trabalho gira em torno da seguinte questão:

Quais são as estratégias e alternativas que trabalhadores, em meio a um cenário de crise econômica e desemprego, estão buscando para a geração de renda ou a continuidade do desempenhando de suas respectivas atividades profissionais?

A hipótese central deste estudo vai na direção de que muitos trabalhadores, em meio a um cenário atual de recessão econômica, estão buscando o desempenho atividades profissionais ligadas ao

empreendedorismo, alguns inclusive transformando antigos hobbies em trabalho. Iniciativas estas que, por consequência, geram renda e todos os demais benefícios, objetivos e subjetivos, que o desempenho de uma determinada atividade profissional proporciona.

No entanto, fatores como a incerteza de aceitação de um determinado produto ou serviço, falta de apoio técnico e financeiro, ou ainda, o receito de que os custos fixos venham a anular os lucros, podem fazer com que muitas iniciativas não sejam colocadas em prática. E é justamente para impedir que isto aconteça, que um modelo de negócio como o do Galpão Makers pode ser muito importante.

Neste sentido, a análise dos dados mostrou que, apesar da existência de algumas fraquezas internas e ameaças externas ao Galpão Makers, muitas das iniciativas empreendedoras lá sediadas só estão seguindo adiante por contarem com vantagens como: fácil acesso viário devido a sua boa localização; proximidade do Centro da cidade; baixos custos dos espaços locados com despesas com internet, energia elétrica e abastecimento de água já inclusas; livre utilização do maquinário de grande porte disponibilizado e segurança com liberdade de acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana.

É válido mencionar ainda que o Galpão Makers se trata de um amplo espaço físico de trabalho, sem salas fechadas ou demarcações que impeçam o livre trânsito de seus gestores e locatários, é dotado de uma dinâmica colaborativa de produção na qual, por exemplo, os empreendedores realizam a compra de matérias-primas e insumos em parceria, barateando assim os seus custos de produção.

Um outro fator importante a ser mencionado é a realização de contratos de curta duração dos espaços para de locação, que são de apenas seis meses (renovados automaticamente após o término sexto mês) e sem a necessidade de fiadores ou outras garantias legais. Portanto, um modelo de negócio como o do Galpão Makers não apenas torna viável, atualmente, a realização uma série de pequenas iniciativas, como também pode representar uma espécie de laboratório para determinadas práticas empreendedoras.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Este estudo tem a sua relevância centrada no fato de mostrar que, apesar da fraca atuação do poder público no sentido de solucionar alguns graves problemas sócio econômicos existentes atualmente na sociedade brasileira, podem haver iniciativas inovadoras, conduzidas por pessoas comuns, que poderão servir como alternativa no que diz respeito à geração de renda, dignidade no mundo do trabalho e inclusão social num caráter mais amplo.

Além disso, um modelo de negócio como o Galpão Makers pode consistir num modelo de revitalização urbana viável de ser aplicado na medida que consiste na utilização rápida e racional de muitos imóveis abandonadas ou subutilizadas, situados em várias áreas degradadas e socialmente vulneráveis, existentes em algumas das principais regiões metropolitanas brasileiras.

EIXO 01

SIMPÓSIO 1.3

MEGARREGIÃO

SESSÃO 1.3

Coordenação: Sandra Lencione, Lucia Bogus e Frederico Hollanda

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
As delimitações da unidade regional entre Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP): da megalópole à megarregião

Autor:
Matheus Cavalcanti Bartholomeu –MESTRADO, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Federal Fluminense (UFF)

Código:
MR003

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo central deste trabalho é elaborar e identificar uma regionalização adequada da megarregião Rio de Janeiro (RJ) – São Paulo (SP), que possa servir de base à continuidade dos trabalhos do projeto de pesquisa "A megarregião Rio de Janeiro – São Paulo", desenvolvido no Observatório das Metrópoles, e, igualmente, que sirva de fundamento, nos estudos urbanos em geral, para analisar a dinâmica regional associada às duas grandes metrópoles brasileiras. O trabalho também objetiva compreender e comparar as distintas representações da unidade regional entre Rio de Janeiro e São Paulo (ou de regionalizações mais específicas relacionadas) já desenvolvidas com relevância na literatura científica, como forma de absorver contribuições e de tomar em consideração a necessidade do rigor teórico-metodológico na elaboração desta própria delimitação de tal unidade, ora vinculada ao conceito de megarregião.

Metodologia:

A fundamentação teórica deste trabalho está ancorada no desenvolvimento do conceito de megarregião por Sandra Lencioni ("Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões" [2015]; "Urbanização difusa e a constituição de megarregiões" [2015]), em sintonia com Sassen ("Toward new urban formats" [2008]) e diálogo com a urbanização regional de Soja ("Para além de 'Postmetropolis'" [2013]) e a megalópole de Gottmann ("Megalopolis: the urbanized northeastern seabord of the United States" [1961]). Em linhas gerais, a megarregião "constitui uma macroestrutura fortemente integrada pelo capital e pelo trabalho, na qual as cidades e os arredores estão bastante conectados, além de apresentar fortes vínculos com a dinâmica global. […] Uma megarregião como a do Rio de Janeiro-São Paulo não deve ser apreendida apenas como forma e tamanho, mas como substância […]." (LENCIONI, "Metropolização…" [2015], p. 61)

A fim de proceder com a delimitação da megarregião Rio de Janeiro – São Paulo a ser aqui apresentada, fez-se um extenso levantamento de publicações que trabalharam com essa unidade regional ou com regiões menores, mas certamente incluídas no que se constata como a megarregião em tela. Deste primeiro levantamento, tomou-se uma seleção das obras mais relevantes, seja por sua popularização, em meios científicos ou não-científicos; seja por seu caráter normativo para a elaboração de políticas públicas ou para consulta de dados; seja, ainda, por suas próprias metodologias de delimitação das regiões trabalhadas, sobre as quais cabe importante discussão. Por fim, estabeleceu-se comparação entre as variadas delimitações para se aproximar de uma regionalização própria que, a um só tempo, reflita a realidade e permita boa operacionalização.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Alguns problemas e hipóteses orbitam este trabalho desde sua primeira concepção, uma vez que ele está inserido em um projeto de pesquisa mais amplo, dedicado a estudar a nebulosa urbana que compreende as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, conforme mencionado no item "Objetivos do trabalho". A fim de responder a um problema amplo, como o que caracteriza a megarregião Rio de Janeiro – São Paulo, ou, ainda, confirmar a hipótese, ainda que já bem encaminhada, de que o conceito de megarregião é o que melhor expressa a unidade regional entre as duas maiores metrópoles do país, outros problemas precisam ser postos e hipóteses, levantadas. Deste ponto, emerge o problema central referente a este trabalho: que delimitação da megarregião Rio de Janeiro – São Paulo é possível ser feita, de modo a ser adequada à realidade em vista e basear pesquisas futuras mais profundas?

Procurando responder a este problema, precisa-se compreender como essa unidade regional (ou outras regiões a ela associadas) tem sido retratada por outros autores ou por instituições. Nove publicações de relevo foram, então, mais detalhadamente analisadas, como já comentado no item "Metodologia". São elas: 1) a "Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas", feita pelo IBGE em 1972; 2) a reportagem "Pasangua" ("Pa", de São Paulo; "san", de Santos; "gua", de Guanabara), da edição de maio de 1972 da revista "Realidade"; 3) os estudos sobre as "Regiões de Influência das Cidades", também do IBGE (1993; 2007); 4) o livro "Rio-São Paulo: cidades mundiais: desafios e oportunidades", do IPEA (1999); 5) duas publicações de André Urani intituladas "A megalópole brasileira", de 2007; 6) dois relatórios de pesquisa denominados "Estrutura e dinâmica espaço-temporal das metrópoles brasileiras", por Ricardo M. Ruiz e Fernando B. Pereira (2007; 2009); 7) os estudos sobre os "Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil", do IBGE (2016); 8) a "Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias", do IBGE (2017); e 9) a delimitação da Macrometrópole Paulista, como vem sendo definida pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa).

Qualquer hipótese deste trabalho específico não deve dizer respeito à própria delimitação da megarregião, pois a tornaria estática, mas a tendências que se percebem e que, em certa medida, encontram coro na regionalização elaborada e identificada. A primeira tendência é de tomar o recorte municipal como a unidade mínima da divisão regional, por razões de operacionalização. A segunda tendência se refere à possibilidade de somar às já consagradas áreas da megarregião em questão – grosso modo, a Macrometrópole Paulista, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses a oeste da capital cortados pelas Rodovias BR-116 e BR-101 – determinadas porções do Sul e da Zona da Mata de Minas Gerais e os municípios do circuito do petróleo, em direção ao Norte Fluminense pelo litoral.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Elaborar e identificar uma delimitação da megarregião Rio de Janeiro – São Paulo é, em primeiro lugar, fundamental para o avanço dos estudos do projeto de pesquisa "A megarregião Rio de Janeiro – São Paulo", do Observatório das Metrópoles. A preocupação com a melhor operacionalização, considerando, por exemplo, o município como unidade mínima da divisão regional permitirá aos pesquisadores associados maior precisão no tratamento de dados estatísticos oficiais. Além disso, tomar como imprescindível o rigor conceitual e empírico favorece a socialização do conhecimento e põe no centro da prática investigativa constante revisão e aprimoramento dos resultados, sempre entendidos como parciais e não absolutos.

Título:
Megarregião, o lugar da produção inovadora e intensiva em conhecimento

Autor:
Regina Tunes –DOUTORADO, Instituto de Geografia (IGEOG) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Código:
MR005

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O atual ciclo de expansão do capitalismo é marcado pela égide das finanças sob as demais frações do capital. Relações sociais são reproduzidas a partir dessa nova determinação histórica. O espaço, como produto e meio das relações sociais, também se apresenta sob nova natureza. Estamos nos referindo a urbanização regional e ao processo de metropolização do espaço que constituem, em termos de forma urbana, a megarregião.

No Brasil a megarregião se forma e conecta as duas maiores metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) constituindo um espaço desordenado e desigual.

Nessa região, ainda que sob hegemonia das finanças, outras frações de capital permanecem se reproduzindo e são parte importante na sua estruturação. Nessa comunicação, em especial, buscamos compreender e debater a importância do capital produtivo, portanto que está atrelado diretamente ao processo de valorização do capital por meio do trabalho, na definição dos limites e do conteúdo da megarregião brasileira.

Metodologia:

A metodologia dessa pesquisa consistiu em, num primeiro momento, levantamento bibliográfico sobre o debate do processo de metropolização do espaço e a constituição de megarregiões buscando compreender especificamente a importância do capital produtivo na estruturação dessas regiões. Além disso, em termos bibliográficos, é relevante destacar também o levantamento e sistematização do debate sobre o capital inovador e intensivo em conhecimento na sua relação com o processo de urbanização e metropolização.

A partir do levantamento bibliográfico e da definição dos principais indicadores da pesquisa, sistematizamos um quadro dos dados estatísticos utilizados na pesquisa. Destaca-se os dois eixos de indicadores da pesquisa: 1) a compreensão da natureza do processo de inovação e das relações sociais de produção na megarregião a partir do tratamento e uso dos dados da Pesquisa de Inovação (PINTEC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 2) a análise das condições gerais de produção que possibilitam a reprodução do capital inovador e intensivo em conhecimento na megarregião. Nesse caso foram utilizados uma série de dados para a análise tanto da infraestrutura física do território como também os recursos do conhecimento.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Ainda que sob a égide do capital financeiro, a megarregião reúne diferentes capitais que se conectam através de uma diversidade de atividades econômicas que vão desde pequenos capitais individuais que

se reproduzem no cotidiano da cidade, como grandes capitais que se organizam em gigantes conglomerados atuando em várias atividades econômicas diferentes. Entende-se aqui, para deixar ainda mais claro, que a megarregião é constituída de diversas frações do capital, do mercantil ao financeiro, do capital imobiliário ao produtivo.

Nessa comunicação vamos dar ênfase especial a fração do capital produtivo questionando justamente a sua relevância na megarregião levando em consideração a hegemonia das finanças e a tendência de crise da acumulação do capital via produção.

Assim, o problema central que essa comunicação pretende debater é: levando em consideração o atual ciclo de expansão do capitalismo e suas determinações históricas, em que sentido podemos balizar a importância do capital produtivo na estruturação da megarregião? Dito em outras palavras, há condições para pensarmos a reprodução do capital produtivo (portanto que produz e está vinculado aos processos de valorização por meio do trabalho) de forma ampliada e estruturante dos contornos e do conteúdo da megarregião?

A resposta a essa questão está assentada, a nosso ver, em uma aparente contradição. Por um lado, não. Em certo sentido, sim. Em primeiro momento o não se justifica porque não é mais possível pensar na produção nos moldes clássicos do século XX marcado pela rigidez fordista, pela radical separação entre setores econômicos e pela hegemonia do capital industrial nas metrópoles.

No entanto, a reflexão mais profunda nos revela que podemos sim considerar que a acumulação via capital produtivo se faz presente e é relevante na estruturação da megarregião na medida em que superarmos essas questões postas no parágrafo anterior e mirarmos a produção não a partir da diferenciação de setores, mas sim na diferenciação de intensidade de conhecimento aplicado na produção e levarmos em conta as distintas possibilidades de integração das frações do capital.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa que embasa essa comunicação está em andamento e os resultados ainda são preliminares. Acredita-se que a importância da pesquisa reside no fato de primeiramente buscar o entendimento dos limites físicos e do conteúdo que estrutura o processo de metropolização do espaço e a formação da megarregião no Brasil. Em segundo lugar, se destaca a relevância de pensar a formação da megarregião a partir de uma fração do capital que não é hegemônica, mas que densifica e tipifica a megarregião.

As principais conclusões que temos até o momento é que há uma significativa presença do capital produtivo inovador e intensivo em conhecimento na megarregião que se distribui desigualmente pela região e integra processos produtivos díspares que vão desde a prestação de serviços inovadores nos núcleos metropolitanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas até a integração com a inovação na indústria no Vale do Paraíba fluminense e paulista e na cadeira produtiva do petróleo no norte fluminense.

Título:
Redes de proximidade relativa e a constituição da Megarregião Rio de Janeiro-São Paulo
Autor:
Felipe Rangel –doutorado, PUC Rio
Código:
MR016
Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar a constituição de uma megarregião a partir de informações sobre o tráfego de dados imateriais entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Refletir acerca dos desafios e possibilidades que tais dinâmicas levantam em relação à realização do direito à cidade como demanda dos movimentos sociais urbanos contemporâneos.

Metodologia:

Levantamento bibliográfico acerca do debate sobre metropolização do espaço, território-rede, cidade-região, ciberespaço e redes informacionais.

Análise de documentos produzidos pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.Br).

Análise dos dados produzidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre acesso à banda larga por unidades federativas, empresas, domicílios, região, tecnologia e faixa de velocidade.

Análise dos dados fornecidos pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa sobre o panorama do tráfego de dados da rede acadêmica, comercial e pública dos estados brasileiros.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A constituição de "cidades em rede" e territórios-rede apresenta-se como determinação histórica do urbano contemporâneo que, submetido ao império dos múltiplos, intensos e permanentes fluxos de informação e comunicação, torna-se força produtiva e mediação necessária à reprodução do capital em escala global. Observamos novos arranjos e dinâmicas territoriais ligadas à emergência das redes informacionais e dos fluxos imateriais, isto é, às técnicas e dispositivos que promovem a integração/fragmentação do território num contexto em que a sociedade urbana se constitui na dispersão.

Neste sentido, a formação de uma Megarregião – como é a Rio de Janeiro-São Paulo – expressa um arranjo que evidencia a preeminência de tais fluxos para garantir a gestão e a viabilização política da reprodução do capital, tal como a coesão territorial num contexto de metropolização do espaço. A análise focaliza as redes de proximidade relativa e a densidade virtual dos lugares enquanto produto, meio e condição do processo de metropolização sob o prisma da lógica topológica na constituição de megarregiões. Por outro lado, revela a utilização de tal lógica nas lutas pelo direito à cidade, sobretudo se considerarmos as mobilizações de cunho global que fizeram uso das redes informacionais para realização de protestos e contestações, como as Jornadas de Junho de 2013.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A presença-ausência do ciberespaço repercute nas relações sócioespaciais pelo território (mais concreto-funcional), não apenas como lugar de transferência de informações, mas como âmbito estratégico de difusão de ideologias, conhecimento e tomada de decisão.

Como esfera fundamental à reprodução do capital na escala global, observamos um incremento da densidade virtual dos lugares, sobretudo na cidade de São Paulo, pelo aumento de domínios "ponto br", criação de um domínio "sampa.br" e pela densidade virtual de informações que trafegam diariamente.

No que diz respeito à realização do direito à cidade, a análise revela a necessidade de (re)apropriação das redes imateriais para a luta anticapitalista, uma vez que sociedade e espaço tornam-se cada vez mais homogêneos, fragmentados e hierarquizados à medida que a cidade se perde na urbanização planetária.

Título:
A megalópole contemporânea: mercado de capitais e financeirização imobiliária na megarregião Rio de Janeiro-São Paulo

Autor:
Eudes Leopoldo –Doutorado, Universidade de São Paulo

Código:
MR006

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Compreender e atualizar o conceito de megalópole a partir de aproximações teóricas e práticas com a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo no contexto do capitalismo metropolitano-financeiro, desdobrando as determinações do processo de concentração e centralização do capital na dimensão das empresas vinculadas ao mercado de capitais e da financeirização imobiliária.

Metodologia:

A metodologia se fundamenta em uma pesquisa bibliográfica que identifica teses, dissertações e livros que estudaram as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, que em algum momento do texto se aproximaram ou anunciaram a produção da megalópole no território brasileiro. Essa pesquisa bibliográfica permitirá reconstituir o movimento do pensamento de compreensão e atualização do conceito de megalópole para o caso brasileiro, que se expressa concretamente na megarregião Rio de Janeiro-São Paulo no contexto da inflexão ultra-neoliberal da América Latina e das particularidades dos processos de metropolização e financeirização. O enfoque da pesquisa bibliográfica será o processo de financeirização, tendo em vista que a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo é o centro financeiro do Brasil e da América Latina e o espaço original das experiências de financeirização da produção do espaço no território nacional. Assim, busca-se reconstituir a financeirização no processo de produção da megalópole contemporânea (a megarregião).

De um lado, as informações das instituições financeiras públicas e privadas, da BM&FBovespa e da Câmara de Valores Mobiliários (CVM) sobre as empresas vinculadas ao mercado de capitais são importantes para dimensionar a centralização do capital financeiro na megarregião. De outro lado, os dados sobre a concentração dos Fundos de Investimentos Imobiliários e da produção imobiliária das grandes incorporadoras de capital aberto são relevantes para compreender a financeirização imobiliária da megarregião Rio de Janeiro-São Paulo. Os dados a partir da classificação das atividades econômicas por meio da CNAE 2.0 serão importantes para pensar as atividades de construção, incorporação e produção da infraestrutura, constituindo o complexo urbano-financeiro-imobiliário, que possui uma centralidade decisiva na megarregião.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O enfoque é na atualização do conceito de megalópole no contexto do capitalismo metropolitano-financeiro a partir da realidade da megarregião Rio de Janeiro-São Paulo. O processo de metropolização regional entre Rio de Janeiro e São Paulo produz uma região que centraliza o capital no território brasileiro, constituindo-se como uma megarregião. De algum modo, trata-se de uma megalópole, conceito proposto por Jean Gottmann (1957), mas uma megalópole de outra natureza, conforme a compreensão de Sandra Lencioni (2015). A natureza da megalópole mudou radicalmente e as formas e conteúdos que Jean Gottmann (1957) revelou nos anos 1950 e 1960 passaram por intensas metamorfoses. A megarregião Rio de Janeiro-São Paulo expressa a nova dialética do espaço das formas e conteúdos contemporâneos que podem permitir uma atualização do conceito de megalópole.

Busca-se revelar a nova lógica da região a partir de uma perspectiva crítica, no qual a megalópole constitui-se enquanto uma região especial com fronteiras sempre em processo, inacabadas, descontínuas, produto do processo de implosão-explosão da metrópole em seu nível mais determinado, na medida em que se regionalizam as novas formas e conteúdos da metrópole, acirrando a centralização do capital e as desigualdades regionais.

A produção de grandes regiões de "caráter super-metropolitano" (GOTTMANN, 1957), como a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo, "uma megalópole contemporânea" (LENCIONI, 2015), consolida-se como uma das grandes frentes da metropolização regional, um processo imprescindível para a compreensão da nova dialética do espaço no século XXI, daí a necessidade de aprofundar seus nexos e dinâmicas. A megarregião Rio de Janeiro-São Paulo é importante porque ela ilustra a nova lógica da economia política contemporânea e da vida cotidiana, que está assentada na simultaneidade entre metropolização e financeirização.

Estuda-se a financeirização da economia e do espaço, na medida em que a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo é centro financeiro nacional e sede dos processos de financeirização da produção do espaço, movimento acirrado pela inflexão ultra-neoliberal da América Latina. Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, problematizando dados da megarregião Rio de Janeiro-São Paulo, que busca uma atualização da noção de megalópole a partir dos processos simultâneos de metropolização e financeirização, que superaram os processos de urbanização e industrialização no qual o conceito foi fundado. O estudo tem como enfoque a concentração e centralização do capital a partir empresas vinculadas ao mercado de capitais e da financeirização imobiliária.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O problema da pesquisa é justamente compreender a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo como um momento do conceito da megalópole contemporânea, que não se fundamenta mais na relação entre urbanização e industrialização, mas entre metropolização e financeirização. Chegar ao conceito atualizado de megalópole possibilita revelar também as contradições do processo de metropolização regional, que constitui uma rede metropolitana universal de grandes regiões de caráter metropolitano e super-metropolitano, os espaços de valorização por excelência do capitalismo metropolitano-financeiro. Perscrutar a dinâmica contraditória de produção da megarregião Rio de Janeiro-São Paulo aproxima-nos da magnitude e complexidade do peso dessa região na economia política nacional e mundial, como expressão suprema das lógicas de territorialização da acumulação do capital, bem como os novos fundamentos e contradições da vida cotidiana na megalópole contemporânea.

Título:
Os circuitos espaciais de produção do petróleo no RJ e SP: formação e integração da megarregião Rio-SP

Autor:
Roberto Moraes Pessanha e Floriano J. Godinho de Oliveira –doutorado, Instituto Federal Fluminense e Programa de Políticas Pública e Formação Humana (PPFH-UERJ)

Código:
MR004

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Inserir na interpretação sobre a constituição e expansão da megarregião Rio-SP e sua nebulosa urbana, o papel de integração e adensamento, determinados pelos "circuitos espaciais de produção do petróleo e gás" (CEPs), presentes no território, a partir de sua ampla cadeia produtiva (geração de valor), com suas bases industriais, eixos de circulação e modais de logística (portos), armazenagem, etc.

A relação entre o espaço e o capital nesta fração produz novas territorialidades e regionalidades, pouco percebidas, apesar das várias dimensões, além da econômica, vinculadas à constituição desta megarregião no litoral do sudeste. Outro objetivo é relatar a existência de outros CEPs no Brasil, além de apontar a hipótese que no capitalismo contemporâneo, os CEPs seriam responsáveis por urbanizações regionais e maior integração de megarregiões noutras nações: costa leste dos EUA (Texas e Louisiana); e da região de Guangzhou, China, maior conglomerado urbano do mundo com PIB de US$ 1 trilhão.

Metodologia:

Este artigo se sustenta na pesquisa que nasceu em 2012 para elaboração da tese doutoramento, defendida 2017 no PPFH-UERJ: "A relação transescalar e multidimensional "Petróleo-Porto" como produtora de novas territorialidades" em que estes autores eram doutorando e orientador.

A tese trabalhou com o intervalo temporal de uma década (2007-2016) e recuperou em seu terceiro (e último) capítulo, o conceito de "Circuitos Espaciais de Produção" (CEP), para interpretar os movimentos das frações do capital (petróleo e logística) sobre o território, através da análise de um conjunto de infraestruturas instalados como capital fixo sobre o território entendendo que contribuíam fortemente com novas formas de urbanização e modos de vida.

Após a defesa da tese de doutoramento, a pesquisa conjunta prosseguiu identificado a constituição de outros CEPS no Brasil e no exterior, a partir da formulação da hipótese de que os mesmos além de definirem um processo de urbanização regional, os mesmos poderiam estar contribuindo para a integração e adensamento da megrarregião Rio-SP.

Desde o início da pesquisa utiliza-se para investigação várias bases documentais - em sua essência -, além pesquisas de campo e entrevistas: reportagens de diversas mídias, relatórios de corporações, documentos, dados e indicadores de gestões públicas (Estado) nas diferentes escalas.

A observação no campo (RJ, SP e BA) e dialeticamente a análise de dados e indicadores, nos municípios e regiões prosseguem identificando formas de construção do território e formação de redes urbanas com características mais regionais interligadas por eixos de circulação implantados mais pelos interesses econômicos e corporativos vinculados às chamadas Condições Gerais de Produção (CGP). Com a

compreensão da totalidade desse processo reprodutivo do capital que inclui a interpretação sistêmica, transescalar e multidimensional que se chegou à interpretação da relação de integração entre os CEPs e a megarregião Rio-SP.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema analisado busca identificar se os circuitos espaciais de produção do petróleo fluminense e paulista seriam fatores de integração da megarregião Rio-SP. A hipótese central é a de que CEPs no Brasil definem um processo de urbanização de caráter regional que possibilita a formação de megarregiões. Secundariamente analisa se outros CEPs no capitalismo contemporâneo mundial também contribuem para urbanização mais vinculada à metropolização do espaço, com maior integração que levem à formação de megarregiões.

Os circuitos espaciais de produção foram estudados antes por Barrios (1986), Moraes (1984) e Santos (1986 e 2001) e já consideravam a profunda reestruturação produtiva e industrialização dos países periféricos, porém ainda não avaliavam um setor econômico tão dinâmico, em termos transescalares e multidimensionais como o petróleo, uma das bases do capitalismo contemporâneo em redes, que Altvater (2010) qualificou como sendo o capitalismo lubrificado pelo petróleo.

Os espaços das corporações do setores petróleo e portos (como bases operacionais) impõem homogeneidades e reproduzem a relação entre o capital e o espaço com enormes externalidades. Assim desenham um modo de ocupação territorial - "modo de vida" (GOTTMAN in LENCIONI, 2015) - e relações sociais com características inter e supramunicipais; inter-regionais e supraestaduais (BRANDÃO, 2012).

A megarregião SP-Rio foi definida por Lencioni (2015) como um processo da expansão de uma "urbanização difusa" que seria fruto da metropolização do espaço no mundo contemporâneo. Em especial, Lencioni defende que a "integração" é o elemento chave para se identificar os limites da dispersão urbana, da metropolização do espaço, tese sustentada por este artigo que identifica estes dois CEPs formam um eixo integrador da megarregião entre SP e ERJ.

O CEP se estabeleceu a partir do círculo de cooperação da tríade "petróleo/porto/indústria de apoio exploração (naval)", vinculada à "Economia do Petróleo"" e seu encadeamento; e de outro lado, com as petrorrendas da "Economia dos Royalties". No CEP-RJ há um conjunto de trocas, movimentos simultâneos de dispersão e reconcentração, hierarquização de comandos e articulação de lugares dispersos geograficamente, numa faixa de 400 km de litoral, 12.500 km² de área em 22 municípios entre Rio-Niterói e Campos-São João da Barra.

O CEP-SP se interliga às bases produtivas desde o litoral da metrópole fluminense onde se integra ao CEP-RJ através dos eixos modais de circulação: rodoviário, ferroviário, marítimo e, especialmente, os dutoviários (oleodutos e gasodutos). Eles ligam a Bacia de Santos, Porto São Sebastião e unidade de gás natural em Caraguatatuba, etc. no litoral norte paulista às 4 refinarias que processam 40% do petróleo do Brasil: a) Revap, Vale do Paraíba; b) Recap, em Mauá, Região Metropolitana; c) RPBC, em Cubatão; junto ao Porto de Santos; d) Replan (maior refinaria do país: 415 mil barris/dia) em Paulínia, região metropolitana de Campinas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os CEPs do RJ e SP vistos conjuntamente como circuitos territoriais, reafirmam a tese de que as atividades produtivas do setor petróleo produzem a reestruturação do espaço de forma singular, favorecendo a urbanização regional e a metropolização do espaço, como eixos de integração que formam a megarregião

Rio-SP. Eles também explicam a dinâmica lefebvriana "concentração e dispersão" que estão presentes integrando a megarregião SP-Rio com 4 regiões em SP: Vale do Paraíba; Baixada Santista; Metropolitana de SP e Campinas; e 5 regiões no ERJ: Médio Paraíba; Costa Verde Metropolitana; Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense. A partir das duas maiores metrópoles do país, os CEP do ERJ e SP se complementam, se integram e se tornaram "elementos-chave" para a compreensão do processo de metropolização do espaço que constitui a megarregião Rio-SP. Outros CEPs no Brasil tendem a produzir movimentos similares: BA, ES, PE, CE e RS. O mesmo se vê na Costa Leste dos EUA e na região de Guangzhou, China.

Título:
A caracterização do processo de metropolização dos municípios petrolíferos da Bacia de Campos a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010

Autor:
Willian Souza Passos, Denise Cunha Tavares Terra, Joseane de Souza –doutorado, Doutorando IPPUR/UFRJ; Profa UENF; Profa UENF

Código:
MR002

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Alguns autores - como Lencioni (2015), Souza e Terra (2017) e Pessanha (2017) - têm apontado a presença de um processo embrionário de metropolização no conjunto dos municípios da Bacia de Campos (BC), localizados no litoral norte do estado do Rio de Janeiro (ERJ), acompanhando a produção petrolífera em alto-mar. Tal fato tornou-se possível pelas particularidades da produção offshore no Brasil, que, desde 1999, com a vigência da Lei do Petróleo (Lei n° 9.478/1997), promovem o divórcio entre a dinâmica produtiva petrolífera e o petrorrentismo. Destaca-se, porém, que a aplicação da hipótese da metropolização ao conjunto geográfico recortado carece de uma base mais empírica, fazendo com que o objetivo deste trabalho esteja centrado na problematização, dimensionamento e avaliação do processo de integração em curso entre os municípios da BC.

Metodologia:

Os dados selecionados para o cumprimento do objetivo central deste trabalho, extraídos dos Censos Demográficos 2000 e 2010, abrangem aqueles tratados pela literatura como indicadores de metropolização: os ritmos de crescimento populacional, a distribuição espacial da população e os movimentos pendulares, sob a dimensão dos fluxos (origem e destino) e do volume, segundo o motivo (trabalho ou estudo). A partir desse universo, também apoiado na identificação das principais vias (ligações rodoviárias e hidroviárias) para a mobilidade pendular da população, a fim de dimensionar, compreender e avaliar o processo de integração em curso entre os municípios da BC, sugerindo um possível processo de metropolização, serão estimados os índice de integração destes municípios, utilizando a metodologia apresentada pelo IBGE, em 2015, no estudo "Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil".

Como forma de avaliar a importância dos fluxos migratórios intra e interestaduais para a alimentação do hipotético processo de metropolização levantado, se recorrerá ainda a indicadores específicos, como o saldo migratório e a taxa líquida de migração.

Todos os indicadores estimados serão articulados à revisão da literatura sobre o processo de metropolização no Brasil e sobre a evolução urbana dos municípios litorâneos fluminenses impactados pela economia do petróleo nas últimas quatro décadas, além do diagnóstico mais atualizado do IBGE sobre a rede urbana do país, representado pelos documentos "Regiões de influência das cidades" (2007), "Ligações aéreas" (2010), "Gestão do território" (2014), "Ligações rodoviárias e hidroviárias" (2016), "Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias" (2017), "Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil" (2017) e "Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil" (2017), construídos a partir da síntese das redes e fluxos do território brasileiro.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Ao atualizar o diagnóstico sobre a rede urbana do Brasil, o IBGE identifica os municípios da BC como integrantes do conjunto geográfico formado pelo mais alto grau de densidade populacional e urbana do país, detentor de três arranjos populacionais, sendo dois conurbados (Cabo Frio e Macaé-Rio das Ostras) e uma média concentração urbana (Campos dos Goytacazes), classificada como capital regional de nível C, e que poderá constituir, no futuro, uma nova unidade urbana com mais de 1,2 milhão de habitantes. Além da contiguidade urbana litorânea progressiva, que acompanha a produção petrolífera na plataforma continental da BC e a distribuição do petrorrentismo, esta unidade geográfica, formada por 11 municípios do ERJ localizados nas mesorregiões Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense, é articulada por intensos deslocamentos pendulares cotidianos, o que, de acordo com a hipótese levantada, confeririam a ela um caráter de espaço em vias de metropolização.

Em termos empíricos, somando-se ao alto grau de densidade populacional e urbana já identificado pelo IBGE, incluindo a presença de uma capital regional que se destaca como uma Área de Concentração de População (ACP), como o segundo maior polarizador dos fluxos rodoviários intermunicipais do ERJ, só perdendo para a capital, e como o maior polarizador da rede urbana do interior do estado, com poder de influência e comando sobre o Norte e o Noroeste Fluminense, além do sul de Minas Gerais e Espírito Santo, tal hipótese poderia ser comprovada pelo confronto com um conjunto de dados estatísticos e indicadores de metropolização, especialmente aqueles ligados a mobilidade pendular e a circulação rodoviária no interior da unidade geográfica selecionada. Outra evidência do embrionário processo de metropolização que parece estar se firmando – que extrapola os limites deste trabalho, embora ajude a confirmar a hipótese levantada – é o compartilhamento de problemas comuns que exigiriam uma solução conjunta dos municípios destacados, como, por exemplo, a gestão dos recursos ambientais, do saneamento e dos resíduos sólidos, a mobilidade intermunicipal, a absorção da clientela pelos serviços de saúde e a qualificação da mão de obra regional.

É preciso, portanto, recorrer a estimação oferecida pelos dados estatísticos, destacadamente aqueles que possam operar como indicadores de metropolização, para dimensionar, melhor compreender e problematizar este processo, a fim de avaliar a viabilidade e a pertinência da aplicação do conceito de metropolização, ainda que incipiente, ao conjunto das transformações verificadas nos últimos anos na unidade geográfica selecionada neste trabalho.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O conjunto dos municípios da BC integra os casos especiais, identificados pelo IBGE, a serem acompanhados, por representarem tendências ou aspectos relevantes da urbanização brasileira, a serem aprofundados nos próximos anos pela exploração da camada petrolífera do pré-sal e pela operação do Porto do Açu, em São João da Barra. Nesta direção, ressalta-se a necessidade de estudos que busquem problematizar, dimensionar e avaliar o processo de metropolização que acredita-se estar em curso na unidade geográfica destacada, o que confere a este trabalho um caráter inovador.

A aplicação da metodologia selecionada para este trabalho aponta para a configuração de uma aglomeração com características de região metropolitana tipicamente de interior: incipiente (sem metrópole), polinucleada (com a divisão do papel de polo regional entre Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras) e hierarquizada em relação a aglomeração metropolitana superior mais próxima (no caso, o Rio de Janeiro).

Título:
Questão ambiental e Megarregião: o caso da Macrometrópole Paulista
Autor:
Pedro Henrique C. Torres, Ruth Ferreira Ramos, Guilherme L. Sanches -Pós-Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Universidade de São Paulo (USP)
Código:
MR009

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do presente trabalho é caracterizar as principais questões, interações e conflitos ambientais da Macrometrópole Paulista (MMP). Quem são os atores, as instituições, como eles interagem, se tencionam e produzem essa megarregião do Brasil?

São Paulo conta hoje com 6 Regiões Metropolitanas consolidadas (São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Baixada Santista e Ribeirão Preto) e mais 3 aglomerações urbanas. Instituída em 2010 pelo governo de São Paulo, por meio da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano a MMP é umas das maiores megarregiões do planeta, com 53,3 mil quilômetros quadrados e 11.700,2 km² de área urbanizada. Distinta da maioria das chamadas megarregiões do mundo, em que se aglomeram cidades de mais de um estado ou província, a MMP por si só, em um único estado da federação, é representada por 173 municípios que concentram cerca de 73,9% do total da população, 82,5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e 27,3% do PIB brasileiro. "

Metodologia:

Estabelecida, produzida e planejada para integrar políticas públicas e ações articuladas para o território, no conjunto dos 173 municípios que fazem parte do território da MMP, com cerca de 33,6 milhões de habitantes, coexistem distintas realidades sócio territoriais.

Apesar da concentração de riquezas, a MMP ainda exibe índices que evidenciam a existência de profundas desigualdades socioambientais. As três maiores Regiões Metropolitanas (RMs) paulistas apresentam contingente de mais de 3 milhões de pessoas vivendo em precárias condições de moradia, muitas em

áreas de risco, ou carentes de infraestrutura urbana e social. Destas, 2,1 milhões concentravam-se na RMSP, 297 mil na RMBS e 160 mil na RMC.

Partindo do pressuposto de que as áreas com populações mais vulneráveis são as que apresentam maiores chances de serem impactadas por grandes projetos, grandes e obras, a presente pesquisa abordará, por um lado o mapeamento das áreas vulneráveis do território macrometropolitano paulista, e, por outro, identificar as tensões e conflitos, produzidos nesse território a partir do anuncio ou implementação de uma intervenção urbana de grande porte, com especial enfoque nas questões ambientais.

Para tanto serão avaliados alguns casos que busquem ilustrar o contexto das questões ambientais na Macrometrópole Paulista e, ao mesmo tempo, analisar o que se tem produzido por parte do governo, muitas vezes em articulação com o setor privado, em relação aos investimentos para a região, com foco prioritário aos que tendem a gerar impactos socioambientais no território. Exemplos são o Finanças Públicas e Capacidade de Investimento da Macrometrópole Paulista (2012), Estudo Comparativo de Governança Metropolitana (2014) e o PAM – Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (2013-2040).

Trata-se de analisar criticamente o que se tem produzido pelos entes institucionais sobre a região, os fluxos de investimentos, a agenda para o desenvolvimento e os atuais conflitos no território da MMP."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Em primeiro lugar é prioritário a busca pelo entendimento de qual o papel de um planejamento e desenvolvimento urbano em uma escala como a MMP para o Governo de São Paulo. Ou seja, por que a opção, para além das novas RMs, de se produzir um novo recorte territorial como unidade de planejamento? Quais os aspectos que estavam envolvidos nesta tomada de decisão no início da década de 2010? Em segundo lugar busca-se compreender, por outro lado, como as lutas por justiça ambiental, ou contra a imposição de grandes projetos com alto potencial de gerar impactos socioambientais, podem ser também articuladas de uma outra maneira, e em uma outra escala.

Partimos da hipótese de que os arranjos institucionais desenvolvidos para a produção da Macrometrópole Paulista não levaram em consideração a necessidade de estabelecer interação e diálogo entre os diferentes campos das políticas públicas, sobretudo na integração de programas e de projetos com à questão ambiental. Uma evidência desse processo é o atual deslocamento entre políticas públicas e suas instâncias, como as políticas municipais de habitação, saneamento, mobilidade, clima etc., com o desenvolvimento dos PDUIs – Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado, do Estatuto das Metrópoles e o PAM – Plano de Ação da Macrometrópole Paulista.

Como principais resultados e ao expor os conflitos existentes, espera-se evidenciar que a prática política e de planejamento na legitimação da unidade de planejamento MMP permanece desvinculada da questão ambiental, mantendo-se uma orientação que privilegia o modelo desenvolvimentista dos grandes projetos, sem levar em consideração os impactos gerados ao ambiente e aos residentes de uma determinada região."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A discussão, contextualização e análises dos principais conflitos ambientais no território da Macrometrópole Paulista são fundamentais, sobretudo em um contexto marcado pela variabilidade climática, em que maiores períodos de secas extremas ou chuvas intensas tendem a ser mais frequentes. Os problemas ambientais enfrentados hoje por essa megarregião tendem a crescer nos próximos anos

com aumento da população, a diminuição das áreas verdes, o aumento da demanda por moradia, água, energia e alimentação.

O presente trabalho ao identificar os conflitos existentes busca também demonstrar os desafios para o estabelecimento de uma governança transformadora, de fato, nessa região, superando as práticas habituais que privilegiam um desenvolvimento apartado da questão ambiental.

Título:
Mobilidade espacial da população e Megaregião: A imigração internacional contemporânea nos municípios da Macrometrópole Paulista

Autor:
Luiz Felipe Magalhães, Rosana Baeninger, Natália Demétrio, Joice Domeniconi – doutorado, "Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC - SP
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Código:
MR017

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem como objetivo analisar a inserção dos municípios da macrometrópole paulista na dinâmica das migrações internacionais contemporâneas. Em outros termos, buscaremos refletir sobre como as estruturas socioeconômicas que inserem estes municípios na divisão internacional do trabalho têm atraído e absorvido imigrantes internacionais, de diversas nacionalidades. Objetivamos, com isso, elaborar um panorama da imigração internacional na macrometrópole paulista, destacando as nacionalidades, setores de atividade econômica e o perfil sócio-demográfico do imigrante.

Metodologia:

A metodologia deste artigo concilia revisão teórica dos estudos sobre a macrometrópole paulista e pesquisa em bancos de dados sociais, econômicos e demográficos de modo a, inicialmente, traçar um perfil sócio-econômico da região e, na sequência, um perfil da imigração internacional contemporânea na região. Para o primeiro propósito, utilizaremos dados censitários e as recentes projeções populacionais (IBGE), a pesquisa Informações dos Municípios Paulistas (da Fundação SEADE) e dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) sobre o mercado de trabalho. Para o segundo propósito, utilizaremos os dados do SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros, da Polícia Federal, que nos fornece informações sobre o total de novos imigrantes internacionais entre 2000 e 2016.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O artigo parte do seguinte problema de pesquisa: como a imigração internacional contemporânea é condicionada pela estrutura econômica e social da macrometrópole paulista? Nossa hipótese de pesquisa é a de que essa presença imigrante guarda intensa relação com processos oriundos do município de São

Paulo, precisamente a reconversão econômica, que teria alterado não apenas a estrutura econômica e social da capital paulista como também de sua região metropolitana e, mais recentemente, da própria macrometrópole paulista, repercutindo de forma decisiva não apenas na estrutura do emprego como também na estrutura social e na mobilidade populacional na região. Neste sentido, a dinâmica migratória seria em grande medida condicionada pela dinâmica urbana e econômica dos municípios que compõem a macrometrópole paulista. Como principais resultados preliminares, podemos destacar a dimensão do fenômeno da imigração internacional nos municípios da macrometrópole paulista. Entre 2000 e 2015, foram 346.150 novos imigrantes internacionais na região, e 36.962 novos imigrantes internacionais apenas no ano de 2016. Embora as principais inserções laborais indiquem predominância do trabalho na construção civil, indústria de alimentos e oficinas de costura, cabe destacar que alguns municípios caracterizam-se por atrair imigrantes qualificados e trabalhadores do conhecimento, especialmente em razão da instalação de parques fabris associados a empresas transnacionais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As reflexões e resultados deste artigo são relevantes à medida em que buscam vincular o fenômeno da migração internacional à formação de arranjos urbanos e espaciais que vão para além da escala da região metropolitana, envolvendo municípios de estrutura econômica e social bastante distintos, e com repercussões sobre a estrutura sócio-ocupacional na macrometrópole paulista. Por fim, trata-se de uma investigação importante também por buscar avaliar a existência de hierarquias urbanas dentro desta macrometrópole não apenas do ponto de vista econômico mas também da mobilidade, de modo a identificar i) quais influências os municípios pólos das regiões metropolitana exercem sobre os demais municípios em termos de mobilidade internacional, ii) quais são os sentidos, etapas e reversibilidades possíveis deste movimento e iii) na atual fase da expansão urbana que cria a região da macrometrópole, quais são as principais faces migratórias.

Título:
Complementariedades socioespaciais na Macrometrópole Paulista: um olhar através da mobilidade espacial da população.

Autor:
Késia Anastácio Alves da Silva, José Marcos Pinto da Cunha, Luis Antonio de Farias – doutorado, Universidade Estadual de Campinas

Código:
MR011

Resumo:

Objetivos do trabalho:

De acordo com Limonad (2006, p.146), uma das evidencias das crescentes reorganizações territoriais, são os processos de “relocalização das atividades produtivas e/ou de redistribuição espacial da população”. Estas crescentes reorganizações espaciais por vezes expressam a emergência de novos arranjos espaciais (HARVEY, 2013), os quais são frutos das novas formas de acumulação do capital, como é caso da chamada Macrometrópole Paulista - MMP - (EMPLASA, 2012). Nesse sentido, o presente trabalho, através da análise da mobilidade espacial da população, tem por objetivo compreender não só como a relocalização da população da população evidência novos processos de reorganização, mas também entender como as

crescentes trocas populacionais evidenciam um sistema de complementariedades socioespacial, isto é, uma crescente integração urbana, entre os aglomerados urbanas que conformam a chamada Macrometrópole Paulista

Metodologia:

Através do uso dos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, almeja-se responder qual a relação entre a mobilidade espacial da população e a estruturação de novas morfologias urbanas, ou seja, questiona-se qual o papel dos movimentos populacionais no processo de reorganização espacial das metrópoles a partir dos anos de 1990. Quanto ao fenômeno da mobilidade espacial da população, este é compreendido neste trabalho como um fenômeno mais amplo, que não engloba apenas a migração, mas também os movimentos populacionais realizados no cotidiano (CUNHA, 2011). Destarte, pretende-se explorar quais as características do processo de redistribuição espacial da população na macrometrópole paulista, ou seja, qual seria o peso da migração no crescimento dos aglomerados urbanos que compõem essa unidade territorial, bem como quais seriam os principais fluxos migratórios que participam da constituição desta nova morfologia urbana. Para tanto, estes fluxos serão analisados por modalidades migratórias (se migrantes intrametropolitanos, intra-macrometrópole, intraestaduias e interestaduais). Destaca-se que a ênfase será dada principalmente a migração intrametropolitana e intramacrometropole, já que se compreende que, mesmo que estas duas escalas sejam condicionadas por elementos de estruturação distintos, são elas que dão o tom do processo de redistribuição espacial da população nas diversas escalas que compõem a macrometrópole paulista. Além do caráter de redistribuição, também será analisado as trocas populacionais que caracterizam as complementariedades entre os espaços, isto é, a chamada mobilidade pendular. Por fim, através da caracterização da população que se move na cidade-região de São Paulo, pretende-se aprofundar no entendimento das lógicas de estruturação desta nova morfologia urbana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Portanto, a presente trabalho questiona se o fenômeno da mobilidade espacial da população, a partir dos anos noventa, reflete a formação de novas formas urbanas. O objetivo do estudo é explorar a formação da denominada “Macrometrópole Paulista” (SOUZA, 1978) à luz dos fluxos materiais que dão conteúdo a esta forma, em outras palavras, analisar como a distribuição da população traduz, tanto em termos de volume e fluxos, quanto nas características dos indivíduos que se movem, as consequências sociodemográficas desta nova formação urbana. A hipótese que se sustenta é que o comportamento e perfil da mobilidade espacial da população (e suas principais mudanças) não apenas refletem esta nova forma de organização do espaço urbano, como também estruturam estas morfologias urbanas. Isto é, seriam repostas demográficas inerentes ao atual estágio de metropolização que reflete mudanças no processo de acumulação do capital e, consequentemente, da divisão social e espacial do trabalho.

Os dados analisados neste trabalho demonstram que o processo de redistribuição espacial da população iniciado na década de 1970 condicionou – juntamente com a desconcentração industrial – a formação de uma nova forma urbana de caráter urbano regional no estado de São Paulo, mesmo que de forma mais branda.na atualidade. Em realidade, o censo de 2010 demonstrou que do total de 374 mil indivíduos que migraram para alguma das regiões que compõem a macrometrópole, 65% tinham como origem a RMSP. Além da continuidade deste processo, notou-se também o expressivo aumento da mobilidade pendular entre os aglomerados urbanos da MMP, o que demonstra que, do ponto de vista dos fluxos populacionais, há uma crescente integração entre estas áreas.

Em outros termos, o que os resultados deste estudo demonstram, é que a Macrometrópole ainda está em constituição, pois, o aumento no número de pessoas que consideram essa nova morfologia com uma espacialidade possível para se fazer a vida, vem crescendo a cada dia. Isto é, vem aumentando o número de pessoas que trabalham em uma região, mas residem em outra – fazendo da Macrometrópole Paulista seu espaço de vida (COURGEAU, 1984). De fato, notou-se que grande parte das pessoas que circulam cotidianamente na MMP, possuem mais possibilidades de vencer os constrangimentos impostos pelas fricções impostas pela distância, em sua circulação pela região. Por esta razão os pendulares intra-regionais são aqueles mais qualificados, tendendo a inserem-se em setores especiais da economia, assim como, em ocupações mais altas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

No que se refere especificamente à dinâmica populacional, observou-se através das taxas de crescimento populacional, um crescimento das regiões e dos municípios periféricos em relação à sede regional e das áreas metropolitanas. Dinâmica que denota a vigência de um potencial endógeno de redistribuição espacial da população tanto na escala intrametropolitana, quanto intermetropolitana (de forma mais incipiente), a despeito das tendências demográficas mais gerais de diminuição do crescimento populacional. No tocante à integração da região, a mobilidade espacial da população, principalmente os fluxos pendulares e os fluxos migratórios de natureza metropolitana, demarcam esta complementariedade regional. Porém, como já reiterado, é preciso salientar que todos esses fluxos estão relacionados com distintas dinâmicas de produção do espaço, mas que integram esse processo de expansão do processo de metropolização.

Título:
Difusão metropolitana: intensificação das redes e fluxos pendulares

Autor:
Débora Ferreira da Cunha, Aristides Moysés, Celene Cunha M. A. Barreira – doutorado, "Universidade Federal de Goiás
Pontifícia Universidade Católica de Goiás"

Código:
MR012

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho visa contribuir para reflexão do processo de urbanização regional brasileira, a partir da investigação da metropolização na região centro-oeste, com foco no estado de Goiás, que abriga a Região Metropolitana de Goiânia e parte da Região de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Observar a organização territorial das cidades de Goiânia e Brasília. Investigar as redes e fluxos pendulares metropolitanos dessas regiões.

Metodologia:

O estudo será desenvolvido a partir de revisão bibliográfica sobre urbanização e metropolização regional, entre outros autores, em Edward Soja e Sandra Lencioni. Seguida de pesquisa secundária de dados do Censo Demográfico do IBGE, dos movimentos pendulares das pessoas, nas regiões em estudo, através da

apuração, organização e espacialização dos dados em sistema de informação geográfica (SIG), para análise da organização territorial e expansão dessas regiões urbanas, a partir de suas redes e fluxos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

"Na região Centro-Oeste, além da RIDE do Distrito Federal (instituída pela Lei Complementar Federal n.94/1998), tem-se a Região Metropolitana de Goiânia formada pela LCE n.27/1999, e, por último, a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá/Mato Grosso, instituída pela LCE n.359/2009.

Para além da metropolização institucional, observam-se transformações ocorridas no sistema urbano regional do Centro-Oeste nas últimas décadas e sua evolução na hierarquia da rede urbana brasileira, apontadas nos estudos de referência do IBGE e demais investigações de vários pesquisadores.

Nos anos 90, assistiu-se uma intensificação da concentração populacional e econômica nas cidades de Goiânia e Brasília, acompanhada da expansão de suas periferias e dos fluxos migratórios inter e intra-regionais, acentuando a tendência a metropolização em curso. Assim, torna-se importante observar e analisar de que forma a organização territorial dessas cidades/metrópoles asseguram desenvolvimento urbano-regional?

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa e seus resultados apresentam-se importantes para contribuição dos estudos e pesquisas sobre a urbanização e metropolização regional brasileira.

Título:
Sobrepondo as dinâmicas metropolitanas: o caso da região metropolitana de São Paulo e da RM da Baixada Santista
Autor:
Luiz Antonio de Farias, José Marcos Pinto da Cunha, Késia Anastácio Alves da Silva –doutorado, Universidade Estadual de Campinas
Código:
MR014

Resumo:
Objetivos do trabalho:

De acordo com Limonad (2006, p.146), uma das evidencias das crescentes reorganizações territoriais, são os processos de “relocalização das atividades produtivas e/ou de redistribuição espacial da população”. Estas crescentes reorganizações espaciais por vezes expressam a emergência de novos arranjos espaciais (HARVEY, 2013), os quais são frutos das novas formas de acumulação do capital, como é caso da chamada Macrometrópole Paulista - MMP - (EMPLASA, 2012). Nesse sentido, o presente trabalho, através da análise da mobilidade espacial da população, tem por objetivo compreender não só como a relocalização da população da população evidência novos processos de reorganização, mas também entender como as crescentes trocas populacionais evidenciam um sistema de complementariedades socioespacial, isto é, uma crescente integração urbana, entre os aglomerados urbanas que conformam a chamada Macrometrópole Paulista

Metodologia:

Através do uso dos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, almeja-se responder qual a relação entre a mobilidade espacial da população e a estruturação de novas morfologias urbanas, ou seja, questiona-se qual o papel dos movimentos populacionais no processo de reorganização espacial das metrópoles a partir dos anos de 1990. Quanto ao fenômeno da mobilidade espacial da população, este é compreendido neste trabalho como um fenômeno mais amplo, que não engloba apenas a migração, mas também os movimentos populacionais realizados no cotidiano (CUNHA, 2011).

Destarte, pretende-se explorar quais as características do processo de redistribuição espacial da população na macrometrópole paulista, ou seja, qual seria o peso da migração no crescimento dos aglomerados urbanos que compõem essa unidade territorial, bem como quais seriam os principais fluxos migratórios que participam da constituição desta nova morfologia urbana. Para tanto, estes fluxos serão analisados por modalidades migratórias (se migrantes intrametropolitanos, intra-macrometrópole, intraestaduias e interestaduais). Destaca-se que a ênfase será dada principalmente a migração intrametropolitana e intramacrometropole, já que se compreende que, mesmo que estas duas escalas sejam condicionadas por elementos de estruturação distintos, são elas que dão o tom do processo de redistribuição espacial da população nas diversas escalas que compõem a macrometrópole paulista.

Além do caráter de redistribuição, também será analisado as trocas populacionais que caracterizam as complementariedades entre os espaços, isto é, a chamada mobilidade pendular. Por fim, através da caracterização da população que se move na cidade-região de São Paulo, pretende-se aprofundar no entendimento das lógicas de estruturação desta nova morfologia urbana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Portanto, a presente trabalho questiona se o fenômeno da mobilidade espacial da população, a partir dos anos noventa, reflete a formação de novas formas urbanas. O objetivo do estudo é explorar a formação da denominada “Macrometrópole Paulista” (SOUZA, 1978) à luz dos fluxos materiais que dão conteúdo a esta forma, em outras palavras, analisar como a distribuição da população traduz, tanto em termos de volume e fluxos, quanto nas características dos indivíduos que se movem, as consequências sociodemográficas desta nova formação urbana. A hipótese que se sustenta é que o comportamento e perfil da mobilidade espacial da população (e suas principais mudanças) não apenas refletem esta nova forma de organização do espaço urbano, como também estruturam estas morfologias urbanas. Isto é, seriam repostas demográficas inerentes ao atual estágio de metropolização que reflete mudanças no processo de acumulação do capital e, consequentemente, da divisão social e espacial do trabalho.

Os dados analisados neste trabalho demonstram que o processo de redistribuição espacial da população iniciado na década de 1970 condicionou – juntamente com a desconcentração industrial – a formação de uma nova forma urbana de caráter urbano regional no estado de São Paulo, mesmo que de forma mais branda.na atualidade. Em realidade, o censo de 2010 demonstrou que do total de 374 mil indivíduos que migraram para alguma das regiões que compõem a macrometrópole, 65% tinham como origem a RMSP. Além da continuidade deste processo, notou-se também o expressivo aumento da mobilidade pendular entre os aglomerados urbanos da MMP, o que demonstra que, do ponto de vista dos fluxos populacionais, há uma crescente integração entre estas áreas.

Em outros termos, o que os resultados deste estudo demonstram, é que a Macrometrópole ainda está em constituição, pois, o aumento no número de pessoas que consideram essa nova morfologia com uma espacialidade possível para se fazer a vida, vem crescendo a cada dia. Isto é, vem aumentando o número de pessoas que trabalham em uma região, mas residem em outra – fazendo da Macrometrópole Paulista seu espaço de vida (COURGEAU, 1984). De fato, notou-se que grande parte das pessoas que circulam

cotidianamente na MMP, possuem mais possibilidades de vencer os constrangimentos impostos pelas fricções impostas pela distância, em sua circulação pela região. Por esta razão os pendulares intra-regionais são aqueles mais qualificados, tendendo a inserem-se em setores especiais da economia, assim como, em ocupações mais altas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

No que se refere especificamente à dinâmica populacional, observou-se através das taxas de crescimento populacional, um crescimento das regiões e dos municípios periféricos em relação à sede regional e das áreas metropolitanas. Dinâmica que denota a vigência de um potencial endógeno de redistribuição espacial da população tanto na escala intrametropolitana, quanto intermetropolitana (de forma mais incipiente), a despeito das tendências demográficas mais gerais de diminuição do crescimento populacional. No tocante à integração da região, a mobilidade espacial da população, principalmente os fluxos pendulares e os fluxos migratórios de natureza metropolitana, demarcam esta complementariedade regional. Porém, como já reiterado, é preciso salientar que todos esses fluxos estão relacionados com distintas dinâmicas de produção do espaço, mas que integram esse processo de expansão do processo de metropolização.

Título:
Sobrepondo as dinâmicas metropolitanas: o caso da região metropolitana de São Paulo e da RM da Baixada Santista

Autor:
Luiz Antonio de Farias, José Marcos Pinto da Cunha, Késia Anastácio Alves da Silva –doutorado, Universidade Estadual de Campinas

Código:
MR014

Resumo:
Objetivos do trabalho:

De acordo com Limonad (2006, p.146), uma das evidencias das crescentes reorganizações territoriais, são os processos de “relocalização das atividades produtivas e/ou de redistribuição espacial da população”. Estas crescentes reorganizações espaciais por vezes expressam a emergência de novos arranjos espaciais (HARVEY, 2013), os quais são frutos das novas formas de acumulação do capital, como é caso da chamada Macrometrópole Paulista - MMP - (EMPLASA, 2012). Nesse sentido, o presente trabalho, através da análise da mobilidade espacial da população, tem por objetivo compreender não só como a relocalização da população da população evidência novos processos de reorganização, mas também entender como as crescentes trocas populacionais evidenciam um sistema de complementariedades socioespacial, isto é, uma crescente integração urbana, entre os aglomerados urbanas que conformam a chamada Macrometrópole Paulista

Metodologia:

Através do uso dos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, almeja-se responder qual a relação entre a mobilidade espacial da população e a estruturação de novas morfologias urbanas, ou seja, questiona-se qual o papel dos movimentos populacionais no processo de reorganização espacial das metrópoles a partir dos anos de 1990. Quanto ao fenômeno da mobilidade espacial da população, este é

compreendido neste trabalho como um fenômeno mais amplo, que não engloba apenas a migração, mas também os movimentos populacionais realizados no cotidiano (CUNHA, 2011).

Destarte, pretende-se explorar quais as características do processo de redistribuição espacial da população na macrometrópole paulista, ou seja, qual seria o peso da migração no crescimento dos aglomerados urbanos que compõem essa unidade territorial, bem como quais seriam os principais fluxos migratórios que participam da constituição desta nova morfologia urbana. Para tanto, estes fluxos serão analisados por modalidades migratórias (se migrantes intrametropolitanos, intra-macrometrópole, intraestaduias e interestaduais). Destaca-se que a ênfase será dada principalmente a migração intrametropolitana e intramacrometropole, já que se compreende que, mesmo que estas duas escalas sejam condicionadas por elementos de estruturação distintos, são elas que dão o tom do processo de redistribuição espacial da população nas diversas escalas que compõem a macrometrópole paulista.

Além do caráter de redistribuição, também será analisado as trocas populacionais que caracterizam as complementariedades entre os espaços, isto é, a chamada mobilidade pendular. Por fim, através da caracterização da população que se move na cidade-região de São Paulo, pretende-se aprofundar no entendimento das lógicas de estruturação desta nova morfologia urbana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Portanto, a presente trabalho questiona se o fenômeno da mobilidade espacial da população, a partir dos anos noventa, reflete a formação de novas formas urbanas. O objetivo do estudo é explorar a formação da denominada “Macrometrópole Paulista” (SOUZA, 1978) à luz dos fluxos materiais que dão conteúdo a esta forma, em outras palavras, analisar como a distribuição da população traduz, tanto em termos de volume e fluxos, quanto nas características dos indivíduos que se movem, as consequências sociodemográficas desta nova formação urbana. A hipótese que se sustenta é que o comportamento e perfil da mobilidade espacial da população (e suas principais mudanças) não apenas refletem esta nova forma de organização do espaço urbano, como também estruturam estas morfologias urbanas. Isto é, seriam repostas demográficas inerentes ao atual estágio de metropolização que reflete mudanças no processo de acumulação do capital e, consequentemente, da divisão social e espacial do trabalho.

Os dados analisados neste trabalho demonstram que o processo de redistribuição espacial da população iniciado na década de 1970 condicionou – juntamente com a desconcentração industrial – a formação de uma nova forma urbana de caráter urbano regional no estado de São Paulo, mesmo que de forma mais branda.na atualidade. Em realidade, o censo de 2010 demonstrou que do total de 374 mil indivíduos que migraram para alguma das regiões que compõem a macrometrópole, 65% tinham como origem a RMSP. Além da continuidade deste processo, notou-se também o expressivo aumento da mobilidade pendular entre os aglomerados urbanos da MMP, o que demonstra que, do ponto de vista dos fluxos populacionais, há uma crescente integração entre estas áreas.

Em outros termos, o que os resultados deste estudo demonstram, é que a Macrometrópole ainda está em constituição, pois, o aumento no número de pessoas que consideram essa nova morfologia com uma espacialidade possível para se fazer a vida, vem crescendo a cada dia. Isto é, vem aumentando o número de pessoas que trabalham em uma região, mas residem em outra – fazendo da Macrometrópole Paulista seu espaço de vida (COURGEAU, 1984). De fato, notou-se que grande parte das pessoas que circulam cotidianamente na MMP, possuem mais possibilidades de vencer os constrangimentos impostos pelas fricções impostas pela distância, em sua circulação pela região. Por esta razão os pendulares intra-regionais são aqueles mais qualificados, tendendo a inserem-se em setores especiais da economia, assim como, em ocupações mais altas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

No que se refere especificamente à dinâmica populacional, observou-se através das taxas de crescimento populacional, um crescimento das regiões e dos municípios periféricos em relação à sede regional e das áreas metropolitanas. Dinâmica que denota a vigência de um potencial endógeno de redistribuição espacial da população tanto na escala intrametropolitana, quanto intermetropolitana (de forma mais incipiente), a despeito das tendências demográficas mais gerais de diminuição do crescimento populacional. No tocante à integração da região, a mobilidade espacial da população, principalmente os fluxos pendulares e os fluxos migratórios de natureza metropolitana, demarcam esta complementariedade regional. Porém, como já reiterado, é preciso salientar que todos esses fluxos estão relacionados com distintas dinâmicas de produção do espaço, mas que integram esse processo de expansão do processo de metropolização.

EIXO 02

SIMPÓSIO 2.1

GESTÃO DAS ÁGUAS

SESSÃO 2.1.1

Coordenação: Ana Lúcia Britto, Juliano Ximenes e Ana Lúcia Rodrigues

Título:
Por que a urgência da reforma da gestão do saneamento básico?
A luta pela rejeição da Medida Provisória N.º 844/2018

Autor:
Ricardo Jose Azevedo Marinho - Pós-Doutorado UNIGRANRIO

Código:
GA005

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo analisa o porquê da urgência da reforma da gestão do saneamento básico proposta pela Medida Provisória N.º 844/2018, tendo em vista os sujeitos ocultos dessa reforma e o contexto de regressão cientifica e política. Trata-se de uma pesquisa documental que adota a chave analítica da teoria social crítica, em especial de Antonio Gramsci, inserida nos debates sobre saneamento básico. Indicamos elementos para constatar que essa reforma expressa a contradição cientifica e política do pensamento e da ética da gestão temerária iniciada em 2016 após o impeachment. Em seguida, buscamos evidenciar a estreita relação entre a Medida Provisória N.º 844/2018 como um conjunto de retrocessos no saneamento básico. Constatamos que tal "urgência" tem como pano de fundo a administração temerária do "orçamento público".

Metodologia:

Neste artigo, atentaremos a Medida Provisória N.º 844/2018 que articulam atores da sociedade civil e dos Poderes Executivos (federal, estaduais e municipais), Legislativos (federal, estaduais e municipais) e os Judiciários (federal e estaduais). A ênfase recai sobre a Medida Provisória (MPV) brasileira por ser um dos instrumentos legislativos mais poderosos nas mãos da Presidência da República capaz de alterar unilateralmente o status quo. Em termos de sociedade civil todas as principais associações envolvidas pela MPV, a saber, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) se posicionaram contrariamente a MP e se mobilizam para a sua rejeição. Para tanto, baseamo-nos na leitura sistemática de documentos oficiais (a própria MP e sua exposição de motivos), no acompanhamento das manifestações das organizações da sociedade civil em redes sociais e, principalmente, no cotidiano da cidadania. Nesta pesquisa, que não nos propusemos inferências estatísticas, mas apenas lógicas, causais e contextuais, buscamos mapear e analisar a condição heterogênea das associações com base na unificação do posicionamento diante de uma propositura compreendida como retrocesso da gestão do saneamento básico.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os Constituintes, conferiram a Presidência da República o poder do estatuto da Medida Provisória (MP), atribuindo a ela um instrumento legislativo capaz de alterar o status quo no momento de sua edição. Entretanto, em virtude da necessária manifestação no prazo de trinta dias pelo Congresso para a conversão da MP em Lei Ordinária, a MP perdia sua vigência pela ausência de deliberação das casas legislativas em decorrência do esgotamento de seu prazo constitucional bem como pela inexistência da aprovação de matéria por decurso de prazo. Além disso, em princípio (Art. 62 da Constituição de 1988), a edição de MP deveria apenas se dar em caráter emergencial (na hipótese de relevância e urgência), sendo também limitada quanto ao escopo normativo. Entretanto, as constantes reedições de MPs, em

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

decorrência do não pronunciamento formal do legislativo e sem a perda de seus efeitos, quando decorrido o prazo de sua vigência, indicavam uma situação deveras desgastante para os poderes constituídos. Essa delegação foi modificada e restringida pela Emenda Constitucional (EC) 32 de 2001 que impediu explicitamente a reedição de MPV, manteve a limitação no escopo normativo, atribuiu às duas casas o juízo sobre o acolhimento dos pressupostos constitucionais e ampliou o prazo de vigência da MP para até 120 dias (60 + 60).

O tema da delegação de funções legislativas ao executivo brasileiro tem sido amplamente explorado pelos estudiosos que analisam o arranjo institucional de 1988 e suas alterações. Desta forma, os problemas derivados dessa questão são inúmeros e tradicionalmente se tem olhado sob o prisma da tensão existente nas relações entre Executivo e Legislativo, ressaltando, sobretudo, as perdas de prerrogativas do Congresso Nacional como órgão legislador, e outros preferiram enfatizar o fenômeno das MPVs à luz da delegação de funções legislativas.

Para a MPV N.º 844, de 2018 que se destina, como informa sua ementa, a atualizar o marco legal do saneamento básico no Brasil, ela atribui à Agência Nacional de Águas (ANA) a competência para editar normas de referências nacionais sobre o serviço de saneamento, além de alterar a lei de regência da matéria no que tange as condições estruturais do saneamento básico no Brasil. Partimos da hipótese de que essa MPV imprime, sem reservas e/ou busca de consenso, um caminhamento para o saneamento básico perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo de modernização por cima e sem a historicidade que compõem todo o complexo que envolve o tema.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A conclusão clara é que a reforma da gestão do saneamento básico por imposição autoritária de MPV é congruente e necessária para sustentar a violência da Emenda Constitucional N.º 95, de 2016 que instaurou o novo regime fiscal.

Como conclusão mais geral, trata-se de uma reforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antirrepublicana, antidemocrática, antinacional, antipovo, em suas bases político-econômicas que historicamente engendraram a desigualdade que nos acomete.

Pelo grau de violência e pelo que interdita, a reforma tem que ser confrontada, sem tréguas, no todo e nos detalhes como tem acontecido pela unidade do posicionamento dos sujeitos da sociedade civil.

Título:

A PROMESSA DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE E O DIREITO À CIDADE

Autor:

Arnaldo de Souza - Mestrando em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco
Ronald Fernando Albuquerque Vasconcelos - Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismos da Universidade Federal de Pernambuco

Código:

GA002

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo principal deste artigo é discutir a expectativa de universalização dos serviços de saneamento na cidade do Recife a partir da implementação do Programa Cidade Saneada, que é uma Parceria Público Privada firmada entre a Companhia Pernambucana de Saneamento e o Consórcio Grande Recife (originalmente liderado pela empresa Odebrecht Ambiental) e cuja meta é universalizar o serviço de coleta e tratamento de esgoto dos 15 municípios que integram a Região Metropolitana do Recife em 12 anos. Ao chamarmos à discussão a noção de "universalidade", cara ao estudo das políticas públicas na atualidade, em associação ao conceito do "direito à cidade", originalmente cunhado pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, em 1968, temos em mente que ambos coadunam dialogicamente para a efetivação de direitos sociais constitucionalmente assegurados à população.

Metodologia:

A pesquisa se desenvolve através de uma abordagem exploratória, levando-se em conta a existência de questões que não estão totalmente claras a respeito do tema. Partindo da afirmação de Lakatos e Marconi (2010) de que toda pesquisa implica o levantamento de dados e fontes, buscamos, a partir dos levantamentos bibliográfico e documental, realizar a revisão e aprofundamento da temática do estudo, enfocando três pontos principais: sistemas de esgotamento sanitário da cidade do Recife, políticas universais voltadas para o atendimento de problemas e necessidades públicas e sociais e o direito à cidade. Foram fontes principais: livros, teses e dissertações, periódicos eletrônicos, bem como dados consolidados expressos em sites do governo do estado de Pernambuco e da empresa concessionária na PPP. A nível de narrativa, o estudo se pauta pela investigação de dois aspectos principais: a promessa de universalização dos serviços de saneamento da RMR e a sua relação com a efetivação do direito à cidade na cidade do Recife. A análise de dados e informações foi feita sob uma abordagem qualitativa, conforme a sequência de atividades proposta por Gil (2002): redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como do objetivo de universalizar os serviços de saneamento na RMR, o contrato de concessão da PPP tem uma cláusula segundo a qual apenas serão atendidas com o serviços as áreas da cidade com prévia urbanização, expondo dessa forma uma natureza restritiva à provisão dos serviços de saneamento mediante a parceria firmada entre a COMPESA e o Consórcio Grande Recife. Sinalizando, desde o início, que as áreas de assentamento informal, que soma mais de 50% da população, estarão de fora do rol das obras e serviços públicos inerentes à execução do dito contrato.

A despeito disso, não houve contestação pública ou posicionamento reivindicatório das lideranças comunitárias, que historicamente têm se mostrado contra a privatização do setor de saneamento e em defesa do direito à cidade. Diante dessa questão, levantamos a hipótese de que os incentivos à implementação do Programa Cidade Saneada nas áreas urbanas onde há grupos de maior rendimento foram tão maiores quanto menor foi coesão política da população e suas lideranças dos assentamentos informais na cidade em prol do interesse coletivo.

A análise documental e bibliográfica demonstrou que sem a parceria com o setor privado, seria praticamente intangível o governo vislumbrar o objetivo da universalização dos serviços de saneamento na cidade do Recife, e tampouco na RMR, em menos de cinco décadas. A universalização deste setor representaria para a cidade ganhos expressos na qualidade de vida da população, nas condições socioambientais, segurança hídrica, entre outros. Por outro lado, a falta de mobilização pública foi imperativa para que vontade política em articulação com o setor privado prevalecesse. Neste sentido, a restrição das áreas mais pobres da cidade, contida no contrato para implementação das obras e serviços, aponta para a não efetivação do direito à cidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância deste estudo reside, sobretudo, em sua proposição de instrumento de análise reflexiva acerca de temas centrais e contemporâneos à realidade da maioria da cidades brasileiras: universalização de políticas urbanas e sua relação com a efetivação do direito à cidade. Em larga medida, o nosso interesse em desenvolver este estudo parte da ideia de que essa investigação contribuirá de maneira relevante à produção acadêmica, em função da problemática que nos propusemos a discutir. Com base nos aspectos abordados neste artigo, concluímos que não há, efetivamente, previsão de universalização dos serviços de saneamento, em um sentido integral, ficando apenas aquela no campo das promessas; não há garantas de uso e acesso igualitário ou gozo dos serviços públicos de saneamento para todos, pertencendo apenas a uma parte da população e, neste sentido, grande parte dos habitantes da cidade mentêm-se alheia à conquista do direito à cidade.

Título:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM DUQUE DE CAXIAS/REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Autor:

Maria Helena do Carmo Silveira Costa – Doutorado Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEAU)/PROURB/FAU/UFRJ

Código:

GA007

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho aqui apresentado busca abordar a inter-relação entre abastecimento de água e educação. Esse é um tema cujos estudos são pouco numerosos e recentes, o que demanda um esforço muito grande em termos de pesquisa, tanto teórica quanto empírica. Sendo assim, aprofundar a análise que associa dois serviços públicos que constituem direitos essenciais de cidadania, como abastecimento de água e educação, constitui a maior contribuição desta pesquisa.
A análise tem como objeto o acesso ao abastecimento de água nas unidades escolares da rede municipal de Duque de Caxias, município localizado na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde o sistema é deficiente, não atendendo parcelas significativas do território e da população. Busca-se analisar como a precariedade no abastecimento de água afeta o cotidiano das escolas.

Metodologia:

O estudo apresenta como questão central o acesso ao saneamento básico – ênfase ao abastecimento de água – visto numa perspectiva de como essa questão estrutural pode afetar o espaço escolar. Procura-se compreender como a precariedade de um serviço público – o abastecimento de água – pode afetar outro serviço público – a educação; comprometendo a qualidade de vida na cidade.
Para alcançar o objetivo pesquisa adotou um desenho metodológico que possibilitasse examinar a temática em diferentes escalas e perspectivas, condizente com a complexidade do tema. Trata-se, portanto de uma pesquisa qualitativa, onde o pesquisador é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O objetivo da amostra empírica é de produzir informações novas, aprofundadas e ilustrativas. Ela envolve pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa de campo envolveu intensivas visitas às áreas selecionadas para estudo – as escolas municipais de Duque de Caxias, onde foram realizadas as entrevistas através de aplicação de questionários. O mapeamento das escolas foi realizado tendo como base seus endereços e informações do aplicativo Google, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), além do Atlas Escolar do Município e

dos trabalhos de campo. Tabelas e gráficos foram construídos a partir dos dados coletados sobre as escolas através das entrevistas, além daqueles adquiridos em setores dentro da SME e em outros órgãos governamentais.

Os dados empíricos foram articulados com a teoria que fundamentou o trabalho, analisada na pesquisa bibliográfica, que tem por base a ecologia política da água, e que se baseou nos seguintes conceitos: direito humano à água e intersetorialidade nas políticas urbanas que envolvem acesso aos serviços públicos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Duque de Caxias apresenta problemas graves de frequência no abastecimento de água. Grande parte do município recebe água apenas duas ou três vezes por semana. Informação essa referendada pelo Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado em dezembro de 2017. Nas áreas mais críticas, onde a rede não chega ou os períodos sem água se estendem por mais tempo, é comum os moradores buscarem outras formas de abastecimento, como poços e ligações clandestinas nas adutoras.

A distribuição desigual da água em Duque de Caxias repercute também na oferta às unidades escolares. O estudo aqui proposto levantou informações em 177 escolas públicas municipais, onde se verificou que, embora um número significativo de escolas esteja ligado à rede pública de abastecimento, 61,02% das as mesmas não recebem água dessa fonte, sendo 46,33% dependentes de abastecimento por carro-pipa fornecido pela prefeitura e 14,69% sendo abastecidas por outras fontes.

Vivencia-se, atualmente, uma realidade em que a verba da educação vem sendo utilizada para aquisição de um serviço que não compõe o escopo da Secretaria Municipal responsável por essa política pública. Para garantir o abastecimento de água, imprescindível ao funcionamento das escolas, parte do orçamento da educação fica comprometido, quando poderia ser destinado a outras necessidades de viés educativo.

Seguindo na análise dos dados obtidos através da pesquisa empírica, percebe-se com clareza que o município de Duque de Caxias apresenta uma desigualdade interna no que diz respeito ao abastecimento de água, seja numa escala mais geral ou mais específica, como é o caso do espaço escolar. Através do estudo desenvolvido em cada um dos quatro distritos, é possível constatar tais diferenciações e promover uma análise comparativa entre as diversas realidades existentes dentro de um mesmo território.

Reconhece-se que problemas relacionados ao abastecimento de água das escolas de Duque de Caxias e em seus entornos ocorrem em todos os distritos. Mas é notório, por outro lado, que há diferenciação entre o que se verifica nas unidades escolares, sobretudo municipais, de cada um deles, demonstrando que dentro de uma mesma rede de ensino acontecem dinâmicas completamente distintas. Essa diferenciação revela a existência de espaços marcados por desigualdades de acesso a um bem que deveria ser igualmente distribuído pelo espaço. No Primeiro Distrito (Duque de Caxias) 69,23% das escolas municipais têm como fonte principal de abastecimento de água a rede pública, já no Terceiro Distrito (Imbariê) todas as unidades escolares dependem de caminhão-pipa ou poço artesiano, com nenhuma delas podendo contar com a rede pública para acesso à água.

A situação das escolas, então, também está atrelada a essa desigualdade; fato constatado nos espaços das instituições de ensino dos distritos mais afastados do centro, com destaque para a situação preocupante dos Segundo (Campos Elíseos) e Terceiro (Imbariê) Distritos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O acesso à água nos espaços escolares condiz com seus respectivos entornos. Constata-se uma população vivendo de maneira muito distinta em função da área que ocupa dentro do território duquecaxiense. Nesse sentido, o termo hiperperiferia, relacionado à existência de periferias dentro das periferias (Torres

e Marques, 2001; Alves et al, 2010), parece bastante pertinente para caracterizar o problema analisado, sobretudo quando se reconhece que o pior acesso à infraestrutura reproduz condições de exclusão social. Uma segunda conclusão diz respeito ao cotidiano das escolas. A ausência de sistema público de abastecimento da água traz instabilidade no funcionamento das mesmas, com consequências no processo educativo. Evidencia-se que a qualidade de um serviço público municipal (ensino básico) depende de outro (abastecimento de água) e que a fraca capacidade do governo local de gerir adequadamente os dois serviços reforça a exclusão social existente no município.

Título:
Alagamentos em Santos: uma análise do problema e da falta de solução

Autor:
André Rocha Santos; Daniel Arias Vazquez; Rafael Paulo Ambrósio; Humberto Alves – Doutorado IFSP; UNIFESP; UNIFESP; UNISANTOS

Código:
GA012

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Os constantes alagamentos nas áreas de maior vulnerabilidade socioambiental do município de Santos é o desastre urbano em análise. Trata-se de um problema antigo que atinge a Zona Noroeste da Cidade em dias de chuva ou de maré alta, onde o contato com mar se dá pelo canal que faz divisa com o município de São Vicente, distante das belas praias da região.
São analisadas as características deste fenômeno a partir do conceito de vulnerabilidade socioambiental aplicado ao território em análise, considerando a ocupação social das áreas atingidas. Em seguida, serão avaliadas as ações adotadas pelo Poder Público para o enfrentamento do problema, com destaque para a avaliação do Programa "Santos Novos Tempos", que previa a execução de um projeto de macrodrenagem, financiado por um empréstimo obtido junto ao Banco Mundial, anunciado em 2006, cujo encerramento ocorreu em 2016, com menos de 25% das obras concluídas e com o relatório reprovado pelo Banco Mundial, por insuficiência de desempenho.

Metodologia:

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte apresenta o padrão de estratificação social do município e o processo de ocupação social da Zona Noroeste de Santos, onde predomina a classe popular segundo a metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles (RIBEIRO e RIBEIRO, 2015) e em diálogo com os estudos aplicados na Região Metropolitana da Baixada Santista (MORELL et. al., 2015 e JACKOB, CUNHA e YOUNG, 2006).

Na segunda parte, será analisada a vulnerabilidade socioambiental no município de Santos, a partir da construção e análise de indicadores sociais e ambientais, integrando dados socioeconômicos e demográficos do Censo 2010 com dados que representem áreas de risco ambiental, que no nosso caso específico corresponde às enchentes e alagamentos. Considera-se que a vulnerabilidade socioambiental possui duas dimensões (1) exposição ao risco ambiental e (2) suscetibilidade a este risco, que são expressas no território por meio da coexistência, cumulatividade ou sobreposição espacial de situações de pobreza e privação social e de situações de exposição a risco ambiental (CHAMBERS, 1989; MOSER, 1998; ALVES, 2006; DE SHERBININ et al., 2007). Apesar da maior vulnerabilidade e do histórico dos alagamentos e enchentes na região, este grave problema urbano não foi enfrentado com prioridade pelo poder público, tal como atesta a avaliação do Banco Mundial, que culminou na perda do financiamento e o fim do Programa, o que será abordado na terceira parte deste artigo.

Por fim, por meio da comparação com a atuação da prefeitura frente ao problema das ressacas na orla do bairro da Ponta da Praia, pretende-se demonstrar as diferenças de tratamento no enfrentamento do problema em função da exposição de riscos às diferentes classes sociais e, por consequência, dos graus distintos de vontade política, com capacidades desiguais de afetar a agenda do governo municipal, que visa, por sua vez, preservar interesses econômicos e eleitorais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Em 2006, a Prefeitura de Santos lançou o programa "Santos Novos Tempos", anunciado como o maior programa de intervenção para acabar com os problemas das enchentes da Zona Noroeste. O programa previa uma série de intervenções na região, tais como a construção de comportas, estações de bombeamento, obras de complementação de canais e galerias, um piscinão, a dragagem dos Rios São Jorge e Lenheiros, além de obras de contenção e drenagem nos morros, construção de unidades habitacionais, ações de recuperação ambiental e qualificação profissional.

Contudo, apenas em 2010 foram garantidos os recursos necessários para o início das obras da primeira fase, cujo montante era de US$ 88 milhões, cerca de R$ 166 milhões na época. Ao todo, o programa, dividido em três fases, previa um investimento total de R$ 1,4 bilhão, com aporte de recursos provenientes do Banco Mundial, além de recursos dos governos federal, estadual e contrapartidas da prefeitura.

Apesar dos altos investimentos anunciados, e da propaganda massiva, sua execução apresentou problemas de toda a sorte e, 10 anos depois, o resultado foi desastroso. Em agosto de 2016, o Banco Mundial cancelou o contrato de financiamento do programa por reprovar as ações até então implantadas. Segundo relatório final do órgão que embasou o cancelamento, a primeira fase, cujo término estava previsto para 2009, tinha apenas 10% do seu cronograma executado em junho de 2015, com custo final de R$ 36,2 milhões. Até o cancelamento do contrato, apenas 22,3% das obras da primeira fase haviam sido executadas.

Além disso, o contrato foi objeto de investigação do Ministério Público Federal (MPF), que abriu inquérito para apurar onde foram gastos cerca de US$ 24,5 milhões dos recursos previstos para a primeira fase. Esse montante representa aproximadamente 50% dos recursos previstos para a primeira fase e, no entanto, segundo estimativa da própria prefeitura, apenas 22,3% do cronograma foi executado. Assim, um programa que foi apresentado como carro-chefe de sucessivas administrações municipais, que foi propagandeado exaustivamente na cidade, e que prometia beneficiar aproximadamente 120 mil moradores, se tornou um pesadelo para quem ainda hoje sofre com as enchentes na região. São milhares de famílias que anualmente perdem seus pertences, e que esperam uma solução que parece estar longe de chegar. Atualmente, a prefeitura de Santos busca outras fontes de recursos para dar continuidade ao programa.

Este abandono do Programa contrasta com a atuação recente da prefeitura após a intensificação da ocorrência das chamadas "ressacas" da maré no bairro da Ponta da Praia, zona nobre da cidade, onde o aumento do nível do mar e a ocorrência de ondas elevadas que invadem não só a avenida beira-mar, mas também os prédios da orla do bairro, acarretando em fortes danos a equipamentos públicos e bens particulares.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O resultado do Programa revela a falta de prioridade no enfrentamento do problema das enchentes na Zona Noroeste e, em contraposição, a rápida tramitação do projeto-piloto de contenção das ressacas e da erosão da orla da praia demonstra a maior vontade política em enfrentar um desastre urbano que atinge uma região nobre da cidade. Então, o que explica esta (in)diferença frente ao problema dos alagamentos na Zona Noroeste do município?

Do ponto de vista político, este fato revela tanto pontos específicos do município quanto particularidades do modo elitista e desigual de se encaminhar as políticas públicas no Brasil, em especial as políticas públicas urbanas. Como exemplo, a região da Zona Noroeste, de ocupação posterior e de predomínio das classes populares e operárias, sempre ficou, nesse contexto, em posição inferior, tanto economicamente quanto politicamente.

Título:

Proposta metodológica para analisar a contribuição potencial de PMSB na redução de risco de desastres associados a inundações

Autor:

Viviane Japiassú Viana - Professora da UVA e da UNISUAM
Rosa Maria Formiga Johnsson - Professora Adjunta do DESMA/UERJ
Natália Barbosa Ribeiro - Consultora de gestão das águas e pesquisadora UERJ

Código:

GA026

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho tem como objetivo principal propor uma metodologia de análise do eixo drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e validá-la na aplicação dos municípios do Rio de Janeiro e Nova Friburgo. Busca-se também avaliar se o nível de detalhamento técnico e a abordagem adotada nestes documentos fornece subsídios para a definição de medidas a serem adotadas na escala local visando a redução de riscos de desastres associados a inundações.

Metodologia:

A abordagem metodológica deste trabalho é qualitativa e os métodos utilizados são levantamento bibliográfico e documental com a consulta aos planos municipais de saneamento básico dos municípios avaliados, além da legislação aplicável, artigos e trabalhos científicos existentes sobre a temática. Para a análise do potencial de contribuição do PMSB para a RRD, considerado a abordagem do eixo drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas no plano de saneamento, foi concebida uma metodologia que considera 10 critérios divididos em duas categorias:

• detalhamento técnico do estudo das inundações (DT): Elementos de risco mapeados (DT-I), Escala dos mapas (DT-II), Cenários modelados (DT-III), Características de inundação avaliadas (DT-IV), Medidas propostas (DT-V);

• integração com as políticas públicas (IPP): alinhamento de prioridades com outros instrumentos de planejamento de recursos hídricos (IPP-I), de defesa civil (IPP-II), de meio ambiente e urbanismo (IPP-III), de saúde (IPP-IV), nem de habitação e transporte (IPP-V).

Para cada um dos critérios avaliados nas duas categorias (IPP e DT) foram atribuídos pontos de 0 a 3 em função de parâmetros pré-definidos de análise. A soma da pontuação enquadra o plano avaliado nos níveis: A (0 pontos), B (1 a 9 pontos), C (10 a 14 pontos) ou D (15 pontos).

A matriz de análise da contribuição potencial de contribuição do PMSB para a RRD possui portanto, 5 colunas e 5 linhas que cruzando os níveis de detalhamento técnico (DT) e de integração com as políticas públicas (IPP) resultam no potencial de contribuição que pode ser: muito alto, alto, médio, baixo ou muito baixo.

Esta matriz, bem como o detalhamento dos parâmetros para pontuação em cada critérios das duas categorias, não puderam ser apresentados neste resumo devido à restrição de inclusão de figuras, gráficos e tabelas, porém, serão incluídos no trabalho completo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Nos últimos anos, observou-se no estado do Rio de Janeiro um grande esforço no sentido de financiar a elaboração dos planos municipais de saneamento básico (PMSB), tendo sido destinados para este fim recursos financeiros de oriundos de fontes diversas (Ministério das Cidades, Comitês de bacia hidrográfica, etc.).
Ao estabelecer as diretrizes nacionais para o saneamento básico, a lei 11.445/2007 contempla a drenagem e o manejo das águas pluviais urbana como um dos eixos do saneamento básico no Brasil.

Todavia, se por um lado os outros três eixos do saneamento (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos) são claramente percebidos como questões prioritárias a serem solucionadas no país, a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas ainda recebem pouca atenção nos debates sobre saneamento básico.
Neste contexto torna-se extremamente relevante discutir o cumprimento e a efetividade das diretrizes estabelecidas desde 2007 para o saneamento básico no Brasil.

Igualmente importante é a necessidade de se compreender como o cumprimento destas diretrizes tem conseguido (ou não) contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e para a proteção da população quanto aos riscos de desastres, sobretudo, aqueles associados a inundações urbanas, pois estas ocorrem com frequência.

É preciso avaliar a efetividade dos planos municipais de saneamento básico em termos de contribuição para os tomadores de decisão priorizarem a aplicação de recursos e esforços em medidas estruturais e não estruturais que sejam mais efetivas na redução de riscos de desastres associados a inundações urbanas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A aplicação da metodologia proposta na análise dos planos municipais de saneamento básico dos municípios do Rio de Janeiro e Nova Friburgo mostra que estes planos podem subsidiar a redução de ricos de desastres associados a inundação. Entretanto, é preciso que eles sejam concebidos sob uma abordagem integrada com as demais políticas públicas e com escalas e níveis de detalhamento que possibilitem a concepção de medidas efetivas para a RRD.
Neste sentido, este trabalho contribui para a promoção de uma abordagem integrada das políticas públicas locais visando a redução de riscos de desastres associados a inundações, indicando critérios técnicos importantes que devem ser observados na elaboração dos PMSB.

Título:

Políticas públicas de serviços de abastecimento de água após o desastre na Bacia do Rio Doce, Brasil.

Autor:

Mariana Dias Correia da Costa - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ

Código:

GA032

Resumo:

Objetivos do trabalho:

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, que é controlada pela Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, localizada no município de Mariana (MG), se rompeu gerando uma onda de lama de aproximadamente 60 bilhões de toneladas. Esta onda passou a barragem de Santarém e atingiu as povoações nas margens do rio Gualaxo do Norte; em seguida atravessou o rio do Carmo e alcançou o rio Doce, onde percorreu cerca de 660 km até chegar na foz, em Regência, município de Linhares (ES). Dentre as principais consequências desse evento, estão aquelas relacionadas ao abastecimento de água da população. Devido à incapacidade inicial para tratar a água do rio Doce, que abastecia diversos municípios, e que foi invadido pela lama, vários sistemas de abastecimento foram parcial ou totalmente interrompidos, afetando aproximadamente 424.000 pessoas. O objetivo deste trabalho é analisar as implicações desse desastre na perspectiva da gestão dos serviços de água.

Metodologia:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em observação direta, entrevistas e revisão de documentos produzidos por agentes institucionais relacionados à gestão da água em relação ao desastre e às medidas a serem tomadas. A pesquisa foi baseada na ecologia política da água, mobilizando a noção de justiça hídrica, significando "políticas mais democráticas de gestão da água, mecanismos mais eficazes de resolução de conflitos e uma distribuição mais equitativa da água" (BOELENS, CREMERS, ZWARTEVEEN, 2011, p.18). Esta abordagem orienta a análise de políticas públicas para o abastecimento de água e as ligações entre a indústria de mineração e a gestão de recursos hídricos.
Para identificar os impactos no abastecimento de água, foi realizada a coleta e análise de estudos realizados por órgãos governamentais e diferentes instituições (públicas e privadas), leis municipais e nacionais e artigos na imprensa. Ao mesmo tempo, no contexto da observação direta, foram realizadas entrevistas exploratórias, bem como gravações dos testemunhos dos participantes em seminários públicos realizados no período pós-desastre. Analisaram-se as respostas de vários atores sociais institucionais governamentais e atores privados responsáveis pelo desastre (Samarco, Vale e BPH Billiton), bem como os problemas levantados pelos moradores, os movimentos associativos (ONGs, movimentos sociais) e os pesquisadores.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ao analisar as questões pós-desastre, uma das principais ações identificadas foi o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC, assinado em março de 2016 entre a União, órgãos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e a Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton. Nesse, foram definidos um conjunto de 41 programas socioambientais e socioeconômicos destinados à recuperação, reparação e aos investimentos em infraestrutura (ANA, 2018). Um Comitê Interfederativo - CIF foi criado, sendo composto por 11 Câmaras Técnicas e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Para atender às determinações do TTAC, a Samarco e suas acionistas criaram a Fundação Renova, cujo objetivo principal era implementar as medidas estabelecidas no acordo. A fundação é supervisionada pelo CIF. Entre as decisões tomadas pelo TTAC, destaca-se a compensação imediata por causa dos primeiros dias de interrupção do fornecimento de água para aqueles que foram solicitados.
Ao analisar os problemas de abastecimento de água após o desastre, nota-se que em muitas localidades, eles não se limitaram aos primeiros dias de interrupção dos sistemas que captavam a água no rio Doce; eles persistiram um ano após o evento. Nos dois primeiros meses após o rompimento da barragem, houve principalmente relatos de falta ou dificuldade de acesso à água potável em diversas localidades, gerando conflitos que exigiram intervenção policial. Nesse sentido, podemos perceber que, inicialmente, a logística de distribuição de água, montada pela Samarco de acordo com os operadores de serviços, apresentou sérias deficiências, o que nos permite afirmar que a as ações de emergência adotadas não foram eficazes.

Posteriormente, entre janeiro e novembro de 2016, a análise de imprensa e a observação direta mostraram forte desconfiança do público em relação à qualidade da água tratada do Doce (alguns sistemas de tratamento foram restabelecidos pela Samarco). Durante um ano após o desastre, até maio de 2017, surgiram problemas de saúde entre os habitantes das diversas áreas afetadas. Em Ipaba e no distrito de Cachoeira Escura, e em Belo Oriente, esses problemas têm sido atribuídos ao consumo de água de má qualidade, que é distribuída por operadores ou por água de outras fontes, como poços. Diante da desconfiança da qualidade da água distribuída, o acesso a uma fonte alternativa de água considerada confiável pela população (água engarrafada) tornou-se uma fonte de desigualdade. A população de baixa renda não tem meios financeiros para comprar água engarrafada e é forçada a consumir água ou água de poço, mesmo que isso traga consequências negativas para a saúde. A qualidade da água dos poços é desconhecida; nem os serviços públicos nem a Renova assumiram a análise dessa água.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A partir da noção de justiça hídrica que orientou essa pesquisa, checamos a configuração de diferentes situações de injustiça em determinadas localidades, em diferentes momentos após o desastre, que causaram ou ainda causam danos significativos a grupos sociais que estão em condições de vulnerabilidade. Outro aspecto desta pesquisa diz respeito à reconfiguração dos quadros de gestão dos serviços de água, ou seja, de governança, com a constituição do Comitê Interfederativo e da Fundação Renova. De certa forma, a estrutura de gestão dos serviços de abastecimento de água nos municípios é modificada à medida que ações relacionadas ao abastecimento de água são realizadas pela Renova e pelos prestadores de serviços. Para os usuários de serviços, especialmente os mais vulneráveis, essa ambiguidade na constituição de responsabilidades cria uma dificuldade em reivindicar seus direitos.

Título:

Desigualdades no abastecimento de água no município de São Gonçalo, RJ

Autor:

Andreza Garcia de Gouveia – Mestrado Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Ana Lúcia N. de Paiva Britto e Rosa Maria Formiga-Johnsson

Código:

GA014

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A água potável e o saneamento passaram a ser um direito humano reconhecido pela ONU desde 2010, determinando aos Estados que eliminem progressivamente as desigualdades de acesso entre as suas populações das zonas rurais ou urbanas, formais ou informais, ricas ou pobres. Apesar disso, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro ainda não conseguiu assegurar este direito em sua plenitude. Observa-se que os municípios periféricos sofrem com a ineficiência do serviço de abastecimento de água, representando um grande contingente populacional desassistido pelo serviço. O objetivo desse trabalho é analisar a situação do abastecimento de água no município de São Gonçalo, evidenciando que a desigualdade no acesso à água tratada pode ser muito mais severa do que apresentado pelos dados oficiais e discutindo a efetividade das ações tomadas pela companhia estadual de abastecimento para que a situação de desigualdade no abastecimento público venha ser reduzida.

Metodologia:

A pesquisa realizada se caracteriza como um estudo de caso, tendo como objeto de estudo o abastecimento de água no município de São Gonçalo/RJ. Para a análise da situação do abastecimento de

água e das desigualdades deste serviço, metodologicamente, o trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira, de caráter descritivo com base documental, teve a finalidade de produzir os resultados sobre a situação atual do abastecimento de água no município com base nos dados oficiais do IBGE. A segunda etapa foi exploratória e qualitativa, realizada através de uma pesquisa de campo em bairros de baixos indicadores socioeconômicos do município para verificar a qualidade do serviço prestado. Foram produzidas quatro cartas temáticas referentes à forma de acesso ao abastecimento de água municipal e uma carta referente ao indicador de renda da população. Esses indicadores foram obtidos através do último censo demográfico do IBGE, do ano de 2010, no nível dos "setores censitários". Os dados foram analisados a partir de geoprocessamento através do software ArcGis 10.3. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com a população local em dois setores censitários localizados nos bairros do Jardim Catarina e do Bom Retiro, ambos no distrito de Monjolos. Monjolos foi escolhido por conter parcela significativa da população municipal (216.157 habitantes), e, ser detentor dos piores indicadores socioeconômicos e de abastecimento de água. A escolha dos bairros do Jardim Catarina e do Bom Retiro para a realização desta etapa do estudo deveu-se às suas importâncias social e histórica: o bairro Jardim Catarina é considerado atualmente um dos maiores loteamentos da América Latina, e, o bairro Bom Retiro foi um dos primeiros locais a serem ocupados do município. As entrevistas foram realizadas em dez por cento das residências de cada setor, através de questionários semi-estruturados, entre os meses de setembro e outubro de 2016.
.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Sendo moradora de São Gonçalo, a primeira autora da pesquisa desconfiava da representatividade dos dados de acesso à água apresentados no Censo do IBGE. De fato, o Censo traz apenas dados do tipo de acesso, mas não contempla informações como frequência do abastecimento, fundamentais para avaliar a qualidade do acesso aos serviços. Segundo o Censo, as formas principais de abastecimento de água no município são rede geral seguido pelo abastecimento através de poços - forma alternativa e de cunho individual. Os maiores índices de cobertura se encontram no distrito central do município, nos distritos de Neves e Sete Pontes, mais próximos ao município de Niterói e a Baía de Guanabara. Foi evidenciado que o distrito de Monjolos, distrito mais próximo ao município de Itaboraí, e mais afastado do centro, possui o menor índice de cobertura por rede geral e a maior número de domicílios atendidos por poços. Os melhores índices de cobertura do serviço público de abastecimento de água "coincidem" com as áreas de melhores indicadores de renda da população municipal.

Através das pesquisas realizadas junto à população residente em Monjolos, em setores dos bairros do Jardim Catarina e do Bom Retiro, observou-se que a realidade é mais precária do a apresentado nos números oficiais. No bairro do Jardim Catarina, foi constatado que estar ligado à rede de abastecimento público não significa ter acesso à água, obrigando aos moradores utilizarem poços para completar sua demanda diária por água. No mesmo setor, também foi aferido que a entrada de água por rede geral nas residências ocorre, em sua maioria, em apenas um dia por semana; as cobranças pela utilização do serviço são estabelecidas por valores estimados e bem superiores a quantidade utilizada; e, foi constatada a ocorrência de casos de doenças de veiculação hídrica.

No bairro do Bom Retiro foi constatado a inexistência de infraestruturas referentes ao saneamento básico; observou-se que o abastecimento de água se faz quase que totalmente através de poços, com poucos casos de abastecimento de água por carros-pipa. Ainda no setor, observou-se a alta probabilidade de contaminação da água consumida por esgotos domésticos provenientes dos sumidouros das próprias residências; a falta de tratamento da água antes do consumo; e, a ocorrência de doenças de veiculação hídrica nos entrevistados;

Constatou-se que, apesar da previsão por parte da companhia estadual de abastecimento de implementar várias ações para sanar a falta de universalização no acesso ao serviço público de abastecimento de água, a maioria não foi concluída sofrendo sucessivos adiamentos.

Foi evidenciado ainda que a escassez de água bruta no sistema produtor que atende o município pode agravar o quadro sensível do abastecimento público municipal e aprofundar ainda mais as desigualdades já existentes.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Este trabalho mostra as condições de precariedade no abastecimento de água de São Gonçalo, que possui a segunda maior população do estado. O município é marcado por grandes contrastes socioeconômicos e parte significativa da sua população, sobretudo a que vive nos bairros mais pobres, ainda não tem acesso adequado ao serviço público de abastecimento. Associado ao quadro de desigualdade no acesso á água, o sistema Imunana-Laranjal possui problemas de segurança hídrica com estiagens recorrentes, inclusive com forte estiagem no ano de 2017.

Diante do que foi identificado, a pesquisa indica que a ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água, além da melhoria em sua gestão, concluindo obras sucessivamente adiadas, assim como as questões de disponibilidade hídrica devem ser consideradas de suma importância afim de que São Gonçalo alcance a universalização e outros fundamentos descritos na Lei n°11.445, e, que áreas periféricas do município não sejam mais penalizadas.

Título:

Rede colaborativa de gestão de recursos hídricos e controle social da Bacia do Tucunduba no Bairro da Terra Firme em Belém, Pará.

Autor:

Acilon Himercírio Baptista Cavalcante – mestrado Universidade Federal do Pará

Código:

GA008

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Geral.
Promover o protagonismo da População residente na Bacia do Tucunduba no processo de tomada de decisões relativa ao planejamento urbano e investimentos na região.

Específicos.
Estabelecer uma rede colaborativa de coleta de dados para recursos hídricos na bacia do Tucunduba. Criar, executar e promover a plataforma digital de gestão colaborativa da infraestrutura de saneamento e gestão dos recursos hídricos.

Metodologia:

Este projeto avança em três etapas, onde a primeira consiste na avaliação das ferramentas de participação popular disponíveis e empregadas pelas três esferas de poder, e reflexão sobre sua real eficácia enquanto instrumento da democracia e de controle social dos investimentos públicas em infra-estrutura. No segundo momento, nossa hipótese é que podemos aplicar técnicas de design de interação mesmo em situações em que a precariedade é padrão, e a ausência de qualquer formalidade representa a base diária por meio de epidemias e doenças relacionadas ao meio ambiente.
Por fim, este projeto apresentará a Teoria de Mudança, como instrumento de medição e avaliação dos impactos pretendidos para a comunidade de intervenção.

Etapa 1 - Esta etapa consiste na criação de elementos que subsidiarão a etapa de pesquisa-ação envolvendo a comunidade para a formação da REDE e das ferramentas de visualização da Bacia do Tucunduba, sendo para tanto necessário:

1. Mapeamento dos atores sociais (stakeholders).
2. A avaliação heurística das ferramentas digitais, com base nas 10 heurísticas de usabilidade da W3C, que medem o poder de leitura de tais ferramentas em relação ao público-alvo, para tanto, a avaliação será feita pelos atores sociais mapeados. Serão avaliados o SNIS, Portal da Transparência e SISPMSB de Belém como ferramentas digitais e Audiências Públicas através das atas e entrevistas.
3 - Produção do conteúdo audiovisual para os eventos de formação da etapa seguinte.

Etapa 02 - Design de Interação e Produção Digital.
Trabalho com os alunos de 5o. ao 9o. ano e com os atores sociais mapeados e produzirão a rede colaborativa e os instrumentos de visualização e coleta de dados.

Etapa 03 - Gestão dos impactos. Será usada a teoria de mudança, metodologia oriunda das Finanças Sociais. Como impacto, utilizamos a definição que diz ser o impacto "o conjunto de consequências, positivas e negativas, intencionais e não intencionais, que uma intervenção produz em uma dada realidade".

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Esta iniciativa de criar uma rede colaborativa de gestão do espaço na área da Bacia do Tucunduba na região periférica de Belém, no Bairro da Terra Firme, e surge da expectativa de introduzir um elemento há muito requerido pela sociedade nos processos de tomada de decisão de obras de infra-estrutura urbana: a participação popular. No cenário atual, entre as ferramentas que governo dispõe para ouvir as populações que sofrerão o benefício de determinado investimento, destaca-se o papel das Audiências Públicas, no caráter de abrir um canal entre Sociedade, Planejadores e Governo, e as plataformas digitais Portal da Transparência, SNIS e Sistemas Digitais dos Planos Municipais de Saneamento Básico, para prover as informações que a sociedade precisa ter acesso. No entanto, apesar desse cenário bem costurado de possíveis interações entre sociedade e poder público, há uma crítica muito forte quanto à real eficácia desses instrumentos, tanto no tocante ao poder de leitura das ferramentas de informação, quanto no uso das Audiências Públicas como mecanismo de manipulação ou mero protocolo.
Ao mesmo tempo, no Mundo todo, surgem exemplos de novas metodologias oriundas do Design de Interação, que aliadas às tecnologias e dispositivos móveis, elevam para outro nível a participação da comunidade no processo de tomada de decisões referentes a intervenções e investimentos públicos. Esses exemplos são vistos na solução de problemas como a falta de UTIs neonatais na África Subsaariana, ou no incremento da qualidade de vida de Vilas Rurais na Coréia do Sul durante o processo de modernização das áreas rurais que aquele país sofreu. O fato é que o uso dessas metodologias de Design de Interação com a possibilidade de criar conexões através de dispositivos móveis, como tablets, aparelhos celulares e produtos conectados à redes, torna também possível criar uma rede de colaboradores no tocante ao diagnóstico e gestão dos bens comuns da sociedade.
Redes desse tipo são uma nova forma de comunidades lidarem com o espaço urbano e com o meio ambiente. No Japão por exemplo, existe uma rede colaborativa em torno da Usina Nuclear de Fukushima, na qual a comunidade juntou-se à Universidade no desenvolvimento de uma metodologia de medição da radiação no ambiente, após o terremoto que comprometeu a segurança da usina em 2011. Em Belo Horizonte, o Projeto Águas da Cidade do Programa de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, trabalha a partir de uma escola na periferia a criação de uma rede para gestão ambiental na comunidade onde as crianças estão atuando na gestão participativa do ambiente. Isso significa que a parceria entre Universidade e Comunidade pode ser profícua na construção de métodos e interfaces de conexão entre planejadores, poder público e sociedade. Para isso, esta proposta consiste no desenvolvimento de uma interface para a construção de uma rede colaborativa, que proporcione a coleta de dados, sua organização e análise.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A partir dos objetivos deste projeto, é possível visualizar três impactos sobre a população:
1. Ter em tempo quase real um diagnóstico preciso da situação do saneamento na área da Bacia do Tucunduba, com o engajamento de agentes sociais e dispositivos informacionais.
2. Formar cidadãos conscientes de seu papel na gestão do espaço da cidade e direito ao uso de seus bens comuns.
3. Possibilitar que os habitantes da Bacia vejam a plataforma como uma criação coletiva da qual eles possam extrair as informações que precisem de forma fácil e assim acompanhar estratégias de investimento e promoção da infraestrutura no saneamento do Bairro.

Esses parâmetros de metas para avaliação de impacto possuem bases no Guia Para Avaliação de Impactos publicado pelo INSPER em 2017, como resultado do professor Sérgio Giovanetti Lazzarini, em que coloca conceitos e categorias para facilitar a mensuração do projeto para que possamos identificar se os objetivos estão sendo ou foram alcançados.

Título:
Áreas urbanas em beira d'água: o caso da Bacia do Riacho do Prado em Campina Grande, PB

Autor:
Shalana Santos Carvalho; Mauro Normando Barros Filho - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Campina Grande

Código:
GA017

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem como objetivo geral investigar a relação entre o processo de expansão urbana e os corpos hídricos do Município de Campina Grande–PB, com foco na Bacia do Riacho do Prado. Os objetivos específicos são: 1) compreender a dinâmica do processo de crescimento urbano de Campina Grande-PB, enfatizando a sua relação com os corpos hídricos; 2) avaliar os problemas urbanos e ambientais enfrentados pela cidade provenientes do processo de urbanização rápido e não planejado.

Metodologia:

A metodologia consistiu, inicialmente, em um levantamento do referencial teórico e metodológico acerca da temática, no qual foram explorados trabalhos semelhantes que já tenham sido realizados em Campina Grande e em outras cidades com características mais próximas à realidade da área de estudo em questão ou até mesmo mais distintas, mas com uma abordagem semelhante à utilizada neste trabalho. Para o conhecimento da área de estudo, em termos de gestão ambiental e planejamento urbano, foram analisados diversos planos e legislações em níveis federal, estadual e municipal e planos específicos, como o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Diretor Municipal (Lei Complementar Nº 003, de 09 de outubro de 2006), bem como demais bases documentais afins que abordam as questões supracitadas.

Em seguida, realizou-se o levantamento e a aquisição dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa na área de estudo, sendo empregadas bases de dados espaciais (vetoriais e matriciais) e não espaciais (tabulares) disponíveis sobre o Município. Os dados espaciais, representados em cartas topográficas, planimétricas, cadastrais e temáticas, foram utilizados para a caracterização da hidrologia, geologia, geomorfologia, solos e vegetação da área de estudo. Tais dados foram adquiridos junto aos

órgãos municipais de Campina Grande-PB, para fins de conhecimento dos processos pelos quais a cidade passou ao longo do tempo. Os dados tabulares foram obtidos a partir de fontes oficiais, como os Censos do IBGE, com base nos polígonos dos setores censitários.

De posse dos dados, a análise foi conduzida com o intuito de compreender como se deu o processo de urbanização da cidade de Campina Grande e as transformações ocorridas na Bacia do Riacho do Prado sob a perspectiva da relação entre a expansão urbana e os corpos hídricos presentes na área de estudo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O modelo de crescimento das cidades de forma acelerada e não planejada, atrelado ao aumento populacional e à intensificação das atividades econômicas, tem tornado comum aos centros urbanos a presença de problemas sociais, econômicos e ambientais que tornam cada vez mais complexa a resolução das questões de infraestrutura urbana e gestão ambiental.
Os impactos provocados pelas atividades antrópicas comprometem a qualidade do ambiente, sobretudo do ecossistema aquático, que eventualmente torna-se destino das diversas fontes de contaminação, sejam elas provocadas pelo descarte de resíduos sólidos ou líquidos que entram em contato com os recursos hídricos, acarretando sua degradação.

Os corpos hídricos urbanos têm sofrido uma série de transformações em consequência da ausência de um planejamento urbano eficiente e de forma integrada aos aspectos ambientais, que resulta em problemas relacionados ao saneamento básico, poluição ambiental, ocupação irregular das margens, alterações na morfologia e no regime hidrológico. Como consequência, os sistemas urbanos são afetados por problemas como as inundações, redução da qualidade da água e a escassez de fontes próprias para abastecimento público.

As questões relacionadas ao acesso à água tornam-se ainda mais críticas nas cidades localizadas em Região Semiárida, onde os longos períodos de estiagem afetam a disponibilidade hídrica, tendo a deficiência na gestão dos recursos hídricos como principal agravante.
Campina Grande, cidade de médio porte localizada no Semiárido brasileiro, é cortada por rios de pequeno porte, de modo que sua fonte principal para abastecimento público consiste em reservatórios. Ao longo de sua história, Campina Grande contou com a construção de diversos reservatórios para fins de abastecimento, no entanto, a falta de um planejamento que considerasse o crescimento populacional e as modificações na dinâmica urbana levou à deterioração desses mananciais, que foram perdendo ao longo do tempo o significado para o qual foram projetados.

Ademais, um outro aspecto relevante identificado na cidade de Campina Grande diz respeito ao descarte de parte significativa dos efluentes de esgotamento sanitário nos corpos hídricos, o que suscita uma desvalorização das regiões nas proximidades desses locais em razão de fatores como odor e eventual proliferação de vetores, bem como provoca um impacto em cadeia para os rios localizados a jusante.
Nesse contexto, esse estudo se justifica diante da necessidade de compreender de que forma o processo de urbanização e crescimento da cidade não acompanhado por um planejamento que compreenda a relação entre o uso e ocupação do solo e os recursos hídricos tem gerado impactos aos corpos d'água, a fim de buscar ferramentas de suporte que auxiliem na tomada de decisão no planejamento urbano integrado aos recursos hídricos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O estudo do processo de urbanização e sua relação com os atributos dos corpos hídricos é fundamental para a compreensão da necessidade de se pensar na articulação entre o desenvolvimento das cidades e a preservação dos recursos hídricos. Percebe-se, então, que no planejamento das cidades devem ser consideradas simultaneamente as questões referentes à gestão do uso e ocupação do solo urbano e à gestão ambiental.

A análise do processo histórico de ocupação do solo urbano em Campina Grande revela uma profunda desconexão entre a expansão urbana e a presença dos corpos d'água, de modo que os reflexos dessa desarticulação permanecem marcantes nos dias atuais e constituem uma crescente problemática para cenários futuros. Esse estudo torna evidente, portanto, a necessidade da articulação entre os aspectos urbanos e ambientais na gestão das cidades a fim de alcançar um planejamento urbano sensível aos recursos hídricos.

Título:
Gestão integrada de águas urbanas: em busca da equidade territorial. Análise do caso da RMR à luz do urbanismo sensível às águas.

Autor:
Fabiano Rocha Diniz e Anna Karina Borges de Alencar – Doutorado Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife/UFPE.

Código:
GA021

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho resume o estado da pesquisa "Módulo experimental de desenho urbano sensível às águas", analisando especificamente a natureza técnica, política e social das intervenções para requalificação de riachos urbanos no Recife. A análise dos planos de saneamento e drenagem do Recife e de dois casos de intervenção em riachos busca responder parcialmente a questões associadas à "Gestão das águas urbanas e do saneamento básico em Regiões Metropolitanas: impasses e possibilidades de universalização" (sub-área da pesquisa do NCT): Quais os atores-chaves na gestão de águas da RMR? Como se constroem as relações entre eles? Qual o referencial discursivo que orienta suas coalizões? Quais os conflitos entre as políticas de gestão de saneamento e recursos hídricos? Que paradigmas tecnológicos são adotados? Tais paradigmas são adequados à recuperação da qualidade das águas urbanas e ao enfrentamento das mudanças climáticas? Quais alternativas técnicas e sociais se apresentam para esse fim?

Metodologia:

Para responder as questões apontadas e verificar a hipótese de pesquisa é necessário compreender a gestão das águas nos territórios hidrossociais, apontada por Boelens et al. (2001). Para isto, é necessário que se adote uma visão multidisciplinar e sistêmica sobre o papel da água no contexto urbano, assim como o tratamento dados aos riachos urbanos, de forma a resgatar os valores ecológicos e culturais que os citadinos podem associar a esses cursos d'água.

Para chegar aos resultados pretendidos foram traçadas algumas etapas. A primeira diz respeito à consolidação dos referenciais teórico-conceituais que guiam a análise e orientam os procedimentos adotados. Abordam-se as linhas conceituais referentes à gestão integrada de águas urbanas e do urbanismo sensível às águas no âmbito da gestão do ciclo da água urbano.

Em outra etapa, debruçamo-nos sobre os planos de saneamento básico e de macro drenagem do Recife, recém elaborados e já em vigência, com o objetivo de analisar sua natureza técnica, política e social, buscando discernir aspectos como: os paradigmas que regem tais planos e o reflexo de suas diretrizes sobre os territórios hidrossociais; as relações constituídas entre os atores envolvidos na gestão das águas na formulação e aplicação desses planos (as coalizões formadas, os atores hegemônicos); o nível de integração ou descompasso entre a gestão de recursos hídricos e saneamento básico, a sua relação com as políticas de ordenamento e controle territorial; as ações públicas que põem em prática e ilustram as

diretrizes de planejamento e gestão de águas e de ordenamento em meio urbano. Por fim, como forma de contrapor ao que vem sendo proposto como gestão das águas na Região Metropolitana do Recife, e de demonstrar que é viável uma abordagem do ordenamento urbano "sensível às águas" serão abordados dois estudos e propostas de intervenção que têm como premissa o urbanismo sensível às águas, desenvolvidos para o riacho Parnamirim e para o riacho Sítio dos Pintos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Recife está entre as cidades mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas no mundo. Inscrita num ambiente estuarino, sofrendo as influências das dinâmicas das marés e dos rios numa região com precipitações médias de 1.804mm/ano, a ocupação do espaço da sede da RMR se consolidou pela conquista e/ou negação dessas águas. Ali, os problemas vinculados à precariedade e ao risco do habitat urbano têm relação com os conflitos cidades-águas. A aspectos de suscetibilidade do sítio, com características geomorfológicas favoráveis a inundações e deslizamentos de terras, associam-se condições de vulnerabilidade no que concerne às condições socioeconômicas da população, à distribuição de estruturas urbanas e à capacidade de ordenamento-controle territorial do poder público. Tanto na planície alagável quanto nos morros escorregadiços, consolidam-se territórios de risco socioambiental tendo a má gestão das águas e da ocupação do solo como origem (ALHEIROS et al., 2001). Em meio a tais conflitos, emerge a compreensão de que se deve considerar uma gestão integrada para lhes fazer frente. O presente trabalho parte da hipótese de que essa integração deve se dar tanto dentro do setor de águas (intra-setorial), quanto desse setor em relação a outros (inter-setorial) que incidem sobre políticas urbanas de ordenamento territorial, saúde e meio-ambiente. Como Brun (2006), assume-se que o enfoque do ordenamento urbano/metropolitano tem potencial de conduzir essa integração. Posto que o objetivo maior deste seria o alcance da "equidade territorial" (a distribuição equânime dos benefícios da urbanização a todos os habitantes de um dado território, segundo Merlin, 2006), abordar as águas urbanas sob esse ponto de vista se apresenta como alternativa a ser explorada.

O caso da RMR leva a uma constatação: a desigualdade no acesso e na participação nos processos de planejamento no domínio do urbanismo ou da gestão de águas urbanas (saneamento e recursos hídricos) decorrem de um quadro em que se associam aspectos de caráter socioeconômico e físico-espacial, mas também político-institucional, influenciados por bases conceituais que não respondem à mudança de paradigmas no trato dos problemas elencados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No contexto de revisão do Plano Diretor do Recife e seu Plano de Ordenamento Territorial, tratar a relação entre gestão de águas urbanas/metropolitanas e este ordenamento se reveste de inegável relevância. Guias desses instrumentos de planejamento e gestão, os planos de saneamento básico e de macro-drenagem explicitam escolhas de natureza técnica, social e política. Sua elaboração revela os atores protagonistas e os arranjos de interesses hegemônicos. Sua estrutura mostra como dialogam a concepção e operação entre esses setores, sua integração ou não, e seus vínculos com o ordenamento territorial. Os seus conteúdos explicitam os paradigmas adotados e as soluções por eles privilegiadas. O contraponto de intervenções alternativas em dois riachos urbanos demonstra, nesses planos, o predomínio de concepções "insensíveis" às águas urbanas, em que se reproduzem modelos que consolidam territórios hidrossociais em que as assimetrias no acesso aos benefícios das políticas públicas permanecem.

Título:

Requalificação de espaços ribeirinhos: uma abordagem sensível às águas no riacho Parnamirim, Recife.

Autor:

Poliana de Carvalho Muniz, Fabiano Rocha Diniz e Anna Karina Borges de Alencar – Doutorado Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife/UFPE.

Código:
GA022

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho apresenta resultados de um trabalho de conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo associado à pesquisa "Módulo experimental de desenho urbano sensível às águas". Tem por objetivo geral apontar diretrizes para requalificação do riacho Parnamirim segundo preceitos de Water Sensitive Urban Design (WSUD). Como objetivos específicos se perseguiu a compreensão: dos conflitos cidades-águas no processo de urbanização nas margens do riacho Parnamirim; do papel dos espaços ribeirinhos como espaços públicos que valorizam as águas e as cidades; da natureza do WSUD e de sua aplicação. Ao tratar de alternativas técnicas e sociais, suas diretrizes apoiam um objetivo da pesquisa: a confrontação de suas soluções com aquelas dos planos de saneamento e drenagem do Recife, buscando compreender o referencial discursivo que orienta esses planos, os paradigmas tecnológicos por eles adotados e sua adequação à recuperação da qualidade das águas urbanas e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Metodologia:

Esta pesquisa se baseou no método dialético, enquanto investigação da realidade. Buscando-se o entendimento do ecossistema urbano, a partir das relações entre ser humano e natureza (entre a cidade e as águas), considerando as complexas interações existente entre ambos, o que permite emergir novas contradições a partir daquelas estudadas, as quais passam a requerer soluções. A elaboração do trabalho é baseada inicialmente numa pesquisa descritiva, onde se pretendeu narrar as relações entre aspectos morfológicos e usos do solo urbano que envolvem a bacia hidrográfica do riacho Parnamirim na cidade do Recife.
Para desenvolver a pesquisa em questão, inicialmente se buscou entender a importância e o papel dos espaços públicos ribeirinhos em áreas urbanas. Feito isso, buscou-se compreender, por meio de pesquisas bibliográficas, desde o processo de como se dá dinâmica das águas urbanas, passando pelos marcos institucionais que estabelecem práticas sustentáveis, até as práticas atuais de gestão sustentável das águas urbanas em nível internacional e nacional. Com esta compreensão, procurou-se retratar a relação conflituosa das águas e as cidades em meio ao processo de urbanização, adotando o caso do riacho Parnamirim, localizado na cidade do Recife. Esse exemplo caracteriza até que ponto esse conflito leva à negação que os riachos enfrentam na cidade e o desperdício dos potenciais que eles podem representar.

Diante do estado de degradação desse curso d'água, desenvolvem-se soluções (diretrizes urbanísticas) que orientem a requalificação do riacho e suas margens, numa abordagem sensível às águas. As propostas se apresentam como contraponto ao conteúdo dos planos de saneamento e drenagem do Recife. Para isso, realiza-se a análise desses instrumentos, identificando neles os paradigmas que orientam seu discurso e propostas, evidenciando sua relação de aproximação ou de oposição com os ideais contemporâneos para trato das águas urbanas e enfrentamento das mudanças climáticas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ainda hoje, a degradação das águas avança nas cidades, ameaçando recursos e impactando sobre a qualidade dos espaços e estruturas urbanas. Diante da incerteza trazida pelas mudanças climáticas, a mudança de posturas de enfrentamento dessas questões é urgente. Entre as cidades mais vulneráveis aos efeitos dessas mudanças no mundo, o Recife traz em seu território um rol de problemas próprios de cidades criadas e consolidadas numa postura de "doma" das águas. Hoje artificializados e poluídos, os riachos urbanos provocam aversão e medo, repelindo a aproximação dos citadinos. A transformação desse quadro exige rever o modo de pensar e intervir sobre esses cursos d'água e seus espaços ribeirinhos. Uma questão a considerar é o modo como os urbanistas e hidrólogos enfrentam tais problemas,

separadamente, influenciando a não-integração das políticas públicas e suas ações (no saneamento, recursos hídricos e ordenamento territorial). Outra postura atual é o menosprezo para com as dinâmicas hídricas em meio urbano e o impacto potencial do trato das águas sobre a qualidade dos espaços urbanos e a estruturação do território. O caso do riacho Parnamirim e suas margens ilustra ambos aspectos. Sendo este circundado por ocupações com padrões construtivos contrastantes (edifícios multifamiliares de alto gabarito e uma favela em processo de relocação), as intervenções se concentram na construção de edifícios tipo "caixão" e na inserção de vias em ambas as margens. Não se qualificam os espaços públicos nem se recupera a qualidade de suas águas e sua biota.

A hipótese do trabalho é de que posturas emergentes, como o WSUD, contribuem para mudar as práticas técnicas e sociais vigentes. Tomando por base a análise do processo de urbanização das margens do Parnamirim, os padrões de ocupação ali consolidados e o tratamento dado às águas urbanas na bacia desse riacho, o trabalho destaca os conflitos existentes. Por outro lado, aprofundando o conhecimento sobre novas técnicas e processos de participação dos cidadãos no planejamento e gestão urbanos, apontam-se soluções alternativas, tendo o WSUD como inspiração. Os resultados alcançados estabelecem balizas que se contrapõem e questionam as soluções apresentadas em projetos de urbanização da prefeitura do Recife, bem como nos planos de saneamento e macrodrenagem recentemente concluídos.

À retificação e revestimento do curso do riacho, apresentam-se implantação de meandros e ampliação da calha em espaços livres. Às vias marginais para automóveis, sugere-se passeios permeáveis, ciclovias e espaços de estar. Ao isolamento entre as margens, propõem-se travessias... em lugar de uma proposta "insensível" às águas e ao lugar, desenvolve-se uma intervenção mais "sensível". Nesse percurso de demonstração da hipótese, vislumbram-se respostas às questões listadas, pondo em cheque a natureza dos conceitos e soluções técnicas e sociais dos planos de saneamento e drenagem do Recife e de sua adequação à realidade da cidade e do riacho.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O trabalho aponta caminhos para a mudança no planejamento, intervenção e gestão para requalificação de riachos urbanos. Evidencia a importância da integração entre diferentes profissionais e setores da administração pública, e da participação popular. Reconhece que a diversidade pode resultar em ideias criativas e eficientes para problemas urbanos mais amplos, criando espaços públicos convidativos. O papel do arquiteto urbanista como agente social e facilitador de mudanças no ambiente construído é destacado. A análise revela o descompasso no acesso a políticas públicas e espaços de qualidade que configura os territórios hidrossociais do Recife. O trabalho apresenta o preceito de WSUD como alternativa a posturas "conservadoras", demonstrando no caso do Parnamirim o potencial dos riachos urbanos e espaços ribeirinho como estruturadores do território e favorecedores de um desenvolvimento urbano mais equânime e equilibrado, que considere o ciclo hidrológico urbano em seu ordenamento.

Título:
Requalificação de espaços ribeirinhos: uma abordagem sensível às águas no riacho Parnamirim, Recife. Framework de Indicadores para Resiliência Socioecológica Urbana (FIRSU) com foco no acesso e uso dos recursos hídricos

Autor:
Laíse do Nascimento Cabral - Doutoranda em Recursos Naturais-CTRN/UFCG
Gesinaldo Ataíde Cândido - Prof. Titular do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais-PPGRN/CTRN/UFCG

Código:
GA029

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho tem como objetivo apresentar a construção de um framework para análise da resiliência socioecológica urbana (RSU) com foco na utilização e acesso aos recursos hídricos diante do processo de expansão urbana.

Metodologia:

A pesquisa permeia o cenário das dimensões teóricas acerca de cada temática abordada. Obtendo o arcabouço teórico através de Adger (2003, 2007); Harvey (1996, 2003, 2004) dentre outros autores que retratam as perspectivas de análise da resiliência socioecológica e da expansão urbana.
A pesquisa apresentará como percurso metodológico uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno resiliência com ênfase na resiliência socioecológica urbana. Buscando o avanço epistêmico do objeto de estudo cuja base de interpretação e elaboração conceitual esteve centrada nas relações que configuram a resiliência socioecológica percebida enquanto fenômeno e em cuja centralidade está o acesso e utilização dos recursos hídricos bem como a busca da compreensão da expansão urbana.
As variáveis centrais adotadas para a análise da resiliência socioecológica urbana (RSU) neste estudo foram selecionadas a partir das leituras previamente realizadas sobre resiliência, após a definição do recorte temático – resiliência socioecológica - e da definição do tipo de abordagem – epistêmica e no campo das relações. Compreende-se, então, que se faz necessário utilizar várias linguagens para melhor expressar os dados levantados e melhor comunicá-los.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As áreas urbanas enfrentam problemas crescentes de água. As inundações, as secas e a poluição aumentam com a urbanização e o uso intensificado da terra. A luta em detrimento dos cuidados com a água ao longo da história é agora reforçada com o problema da escassez de água potável. Assim, as águas de rios, nascentes e demais reservatórios que se encontram poluídas e eutrofizadas penetram em outros aquíferos, ameaçando não só a vegetação natural e a vida selvagem, mas também as qualidades funcionais e estéticas das águas urbanas.

Assim, fenômenos como o da seca têm sido colocados como problemática para uma boa convivência das populações de regiões semiáridas ao redor do mundo, principalmente nas cidades onde, na maioria das ocasiões, não há preparo ou capacidade de enfrentamento para tal intempérie climática. O aumento, então, significativo da utilização dos recursos hídricos bem como de sua disponibilidade e potabilidade tem acarretado problemas na infraestrutura urbana, em detrimento das formas de uso e acesso a água pelas populações.

Como hipótese, o fenômeno da expansão urbana e o consequente aumento da utilização dos recursos hídricos aumenta a vulnerabilidade socioambiental da população de baixa renda o que traz a necessidade de melhorar a capacidade de resiliência socioecológica neste local.

Como principais resultados: Dimensão Econômica – Tema (Aspectos econômicos) – Indicadores: Nº de Indústrias; Desigualdade de renda; Rendimento mensal domiciliar per capita urbano; Razão entre a população considerada inativa e a população potencialmente ativa; Dimensão Social – Tema (Estrutura urbana) – Indicadores: Densidade populacional; Taxa de crescimento da população; Nº de ruas com falta de saneamento; Domicílio com banheiro - esgotamento sanitário - rede geral; População em aglomerados subnormais; Domicílios em aglomerados subnormais; População com auxílio do governo federal; Dimensão Ambiental – Tema (Recursos hídricos (abastecimento público de água potável e saneamento básico) – Indicadores: Domicílios com abastecimento de água - Rede geral; Precipitação pluvial; Diminuição do volume de pluviosidade; Aumento no volume de pluviosidade; Capacidade atual de armazenamento do manancial (açude/rio/outras fontes); Capacidade de captação de água da chuva no manancial (açude/rios/outras fontes); Investimento para abastecimento de água e esgotamento sanitário; Sistema de captação e tratamento de água bruta; Sistema de distribuição de água; Sistema de

tratamento de esgotos; Cobertura de abastecimento de água potável; Qualidade da água do manancial de abastecimento para consumo humano; Acesso à água potável; Outorga de uso dos recursos hídricos; Cobrança pelo uso dos recursos hídricos; Quantidade da água do manancial de abastecimento para uso industrial; Qualidade da água do manancial de abastecimento para uso industrial; Outorga de uso dos recursos hídricos para a indústria; Interferências e conflitos entre os usuários d'água; Nº de áreas, canteiros verdes.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Dentre esta conjuntura de informações, fenômenos como o da seca têm sido colocados como problemática para uma boa convivência das populações de regiões semiáridas ao redor do mundo, principalmente nas cidades onde, na maioria das ocasiões, não há preparo ou capacidade de enfrentamento para tal intempérie climática. A relevância dos resultados apresenta-se na possibilidade de uma nova análise com indicadores que permeiam a ideia do acesso e utilização da água conjuntamente aos três eixos – demanda, disponibilidade e potencialidade (DDP). Assim, tem-se como ponto de centralidade e conclusão, o acesso e uso dos recursos hídricos e os conceitos e abordagens da resiliência socioecológica, com as três Dimensões e três Temas que possuem caráter socioambiental e ecológico voltadas para os 31 indicadores, relativos ao contexto e contingências locais do escopo geográfico de estudo.

Título:
Política urbana e ambiental e gestão de recursos hídricos: o caso da sub-bacia Juqueri-Cantareira

Autor:
Angélica Tanus Benatti Alvim 1. Angélica Tanus Benatti Alvim - Arquiteta, Professora Doutora do Programa de Pós--Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsista Produtividade CNPq

Andresa Ledo Marques - Arquiteta, mestranda do Programa de Pós--Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsista CAPES PROEX

Lorena de Oliveira Silva - Graduanda do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Código:
GA027

Resumo:

Objetivos do trabalho:

As questões referentes à proteção aos mananciais assegurando a disponibilidade de água para abastecimento público versus a problemática dos assentamentos humanos em áreas de bacias hidrográficas são centrais nas discussões sobre a sustentabilidade nas cidades. Daí emergem conflitos socioambientais (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010) e discussões sobre a aplicação das legislações urbanas e ambientais. Pesquisas têm indicado, em geral, a pouca eficácia das legislações de proteção e recuperação das áreas protegidas, especialmente as de mananciais. Estas, não conseguem reverter de forma perene o quadro de precariedade que se instala, contribuindo para a degradação dos recursos hídricos. O artigo tem como objetivo entender as interfaces entre legislações urbanas e ambientais na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Busca-se discutir as distintas abordagens das políticas públicas - urbanas e ambientais - em áreas de proteção aos mananciais a partir da análise do caso da sub-bacia Juqueri-Cantareira.

Metodologia:

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia é formada por quatro etapas interligadas:

1. Revisão Bibliográfica : A primeira etapa envolve a revisão da bibliografia que trata do problema das áreas de mananciais, da gestão integrada de bacias hidrográficas, e das legislações ambientais que incidem sobre áreas de proteção aos mananciais e suas sobreposições com legislações urbanísticas. Os autores e fontes que contribuem para o embasamento teórico conceitual do presente artigo são: Alvim (2003; 2008), Porto (2008) e Scott (2013). Neste artigo apresentamos apenas uma síntese dos principais conceitos.

2. Pesquisa documental e mapeamento dos conflitos: A segunda etapa envolve pesquisa documental e levantamento de dados secundários, com o objetivo de compreender a legislação incidente e o processo de ocupação e degradação da sub-bacia Juqueri-Cantareira. Através de técnicas de geoprocessamento, buscamos identificar os principais conflitos entre o uso do solo, o meio ambiente e os recursos hídricos.

3. Comparação entre a legislação ambiental e urbana: A terceira etapa envolve a sistematização das legislações ambientais e urbanas que incidem sobre a sub-bacia Juqueri-Cantareira, visando discutir as distintas abordagens de políticas públicas em relação ao desenvolvimento sustentável desta sub-bacia. Nesta etapa, elaboramos uma matriz que compara os principais parâmetros da Lei específica Nº 15.790 e os planos diretores municipais. Os conflitos entre tais parâmetros são especializados por meio de geoprocessamento.

4. Análise e apresentação dos resultados: Espera-se contribuir para o aprofundamento da discussão entre as legislações urbanas e ambientais em vigor no Brasil, suas compatibilidades e conflitos, sobretudo no contexto da sub-bacia Juqueri-Cantareira. Busca-se tornar mais claro como se dão os conflitos e compatibilidades entre as legislações que atuam sobre a sub-bacia em questão, com destaque às legislações que visam a gestão hídrica do território.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que a questão da água ocupa um dos lugares centrais na discussão acerca da sustentabilidade do planeta, posto a sua relevância vital para manutenção da vida na terra. O debate a respeito da escassez da água no planeta tem se ampliado nos últimos anos. No caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), essa discussão tem ocupado uma posição bastante relevante desde a crise hídrica enfrentada entre 2014 e 2016. A metrópole paulista possui uma baixa disponibilidade hídrica, precisando recorrer à importação de água de bacias vizinhas para abastecer uma população que passa de 20 milhões de habitantes. É importante destacar que mais de 50% da água consumida por essa população vem do sistema Cantareira, localizado na sub-bacia Juqueri-Cantareira, objeto de estudo deste artigo (Instituto Socioambiental, 2007). A sub-bacia Juqueri-Cantareira, é parte da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e abrange os seguintes municípios: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã e São Paulo, mais especificamente os distritos de Perus e Anhanguera.

No âmbito dos problemas dos mananciais de abastecimento de água, Monica Porto (2008), considera a importância da sub-bacia Juqueri-Cantareira dentro do contexto de abastecimento hídrico da RMSP, ressaltando que o planejamento ambiental e urbano das cidades devem considerar a disponibilidade da água, bem como a qualidade do ambiente urbano destas cidades. Alvim (2003) destaca que para as áreas de mananciais, um novo modelo de planejamento e gestão foi proposto, considerando a bacia hidrográfica como unidade de intervenção, por meio da Lei Estadual 9.866/1997, Lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais. Esta importante lei definiu a necessidade de leis específicas para cada bacia ou sub-bacia do Estado que possui área de proteção aos mananciais, levando em consideração suas peculiaridades e a necessidade de instituir um planejamento ambiental em consonância com o planejamento urbano. A Lei Estadual nº 15.790/2015, Alto Juquery - APRM-AJ (norte), incide sobre a sub-bacia Juqueri-Cantareira, objeto desta pesquisa, definindo diretrizes que vão ao encontro da recuperação dos mananciais.

A sub-bacia Juqueri-Cantareira é um território estratégico com possibilidade de grandes contribuições no que tange à gestão hídrica e garantia da qualidade da água da RMSP. A região possui uma destacada importância social e sofre a pressão de diversos atores, devido a sua variedade de usos, muitas vezes conflituosos. Tal complexidade evidencia os valores econômicos, sociais, culturais e paisagísticos da sub-bacia, que tem sido intensamente ameaçada pelos processos de ocupação urbana que muitas vezes desconsideram as condicionantes naturais do território, estabelecendo assim, um círculo vicioso de degradação ambiental associado a um processo de urbanização sem planejamento, demonstrando a insuficiência das legislações urbanas e ambientais que incidem sobre o território em questão.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os pontos elencados até aqui demonstram a importância ambiental da porção norte da RMSP, bem como os problemas que esta região tem enfrentado, sobretudo no que tange à gestão hídrica e ambiental. Nesse sentido, torna-se necessária a discussão acerca da gestão sustentável deste território a partir de uma visão integrada. O aprofundamento da discussão entre as legislações urbanas e ambientais em vigor, visando a garantia e disponibilidade dos recursos hídricos e a compreensão das compatibilidades e conflitos presentes nestes instrumentos é fundamental para compreendermos quais perspectivas se colocam à sub-bacia Juqueri-Cantareira. A pesquisa demonstra que políticas públicas – urbanas e ambientais – elaboradas pelos municípios e pelo Estado, têm surtido poucos resultados na preservação da sub-bacia. Considera-se que a gestão ambiental, com destaque para a hídrica, deva envolver o planejamento urbano e regional em prol de uma visão sistêmica de sustentabilidade urbano-ambiental.

Título:
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Autor:
Marcela Cristina Gonçalves de Melo - Graduanda Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Anselmo César Vasconcelos Bezerra – Doutor Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Código:
GA011

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A promulgação da Lei n.11.445/2007 é tida como um importante passo para melhorar o planejamento e a gestão dos serviços de saneamento frente às problemáticas socioambientais e às questões geradas na área de saúde pública nos municípios brasileiros. Um dos pontos a se destacar na referida lei é a obrigatoriedade da construção de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) em todos os municípios do país.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi realizar um monitoramento da elaboração dos planos nos quinze municípios pertencentes à Região Metropolitana do Recife (RMR). Para tanto, realizou-se primeiro um diagnóstico situacional do acesso aos serviços de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água na RMR, em seguida realizou-se um levantamento dos PMSB existentes e os que estão em andamento.

Metodologia:

O estudo teve caráter qualitativo e quantitativo. Para a construção do diagnóstico situacional do Abastecimento de Água (AA) e Esgotamento Sanitário (ES) foi realizada uma compilação de dados secundários do IBGE (População estimada 2017), do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS 2015 e 2016), e do banco de dados do Estado de Pernambuco (2010) que já trás uma classificação da situação do saneamento por município, a partir das variáveis do IBGE. Além disso, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema em periódicos, teses e dissertações.
Para realizar o levantamento dos PMSB da RMR foram realizadas buscas nos portais das prefeituras, além disso, foram feitos contatos por telefone e email com os setores de saneamento dos municípios. Também se obteve informações com o órgão responsável pela gestão do saneamento estadual, a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), através de uma busca na Gerência de Regulação e Concessão do órgão. Esse setor é responsável por acompanhar o encaminhamento dos planos de todos os municípios operados pela companhia em Pernambuco.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A fragmentação de políticas públicas, com o baixo nível de integração das ações; a concessão e regulação dos serviços, a ausência de continuidade administrativa e de mecanismos que de fato implementem as ações e regulamentos planejados, são alguns pontos que merecem destaque em torno das falhas nos serviços de saneamento no país. (NASCIMENTO e HELLER, 2005)
Assim, a Lei do Saneamento prevê critérios para a regulação, fiscalização, atividades de planejamento e prestação de serviços colocando o município como protagonista do processo, estimulando a participação e controle social. (BRASIL, 2007). No caso da RMR, acredita-se que o setor de saneamento ainda é bastante deficitário, especialmente no que tange a coleta e tratamento de esgotos, mas também que ainda é incipiente adesão dos municípios para construção dos seus PMSB, como passo importante para reduzir o déficit do setor.

A análise dos dados de 2015 na RMR evidenciou o baixo índice de ES, com seis (6) municípios com menos de 10% da população atendida, em contraponto ao AA, que só coloca o município de Araçoiaba abaixo de 50%. Em comparação ao ano de 2016, apesar da irregularidade entre os municípios, ambos os serviços avançaram em números de habitantes atendidos, foram nove (9) municípios elevando seu quantitativo no AA e oito (8) no ES.

Também foi possível registrar que os municípios mais distantes da capital, Recife, como Araçoiaba (39km), Ipojuca (45km) e Ilha de Itamaracá (47 km) apresentam os maiores índices de “Inadequação” dos serviços de saneamento em comparação aos demais. E Recife, Olinda e Paulista como os únicos municípios acima de 50% da população inserida na classificação em Adequado, segundo os dados oficiais do governo estadual.
Um fato interessante é que no ano de 2011, todos os municípios possuíam um plano municipal de esgotamento sanitário, que foram elaborados no contexto da instalação da parceria público-privada que visa universalizar os serviços em toda a RMR. Entretanto, esses planos não foram instituídos por lei, então não possuem validade, além de não estar de acordo com a Lei Federal 11.445/07, pois não contaram com a participação popular por meio de consultas públicas ou audiências.

Em relação ao monitoramento dos PMSB, já se diagnosticou, por exemplo, que o município do Cabo de Santo Agostinho está demonstrando interesse em romper o convênio da parceria público-privada estabelecida com a COMPESA. Os municípios de Igarassu e Itapissuma informaram que não possuem recursos financeiros suficientes para a contratação de uma empresa para construção do plano. Jaboatão dos Guararapes está em processo licitatório para contratar empresa de consultoria para construir o PMSB. O Recife foi o único município com o PMSB completo e instituído pelo Decreto nº 31.073/17, mas a prefeitura já contratou uma empresa para realizar a revisão do Plano. Os demais municípios ou não deram nenhum passo no sentido da construção ou estão em discussões iniciais ainda.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Conclui-se que a RMR ainda precisa enfrentar um longo caminho de aperfeiçoamento para chegar à universalização obrigatória pela Lei do Saneamento, assim como todos os municípios devem ficar atentos as oportunidades de captação de recursos necessários para a construção dos PMSB que deverão ser concluídos até o ano de 2019. Igualmente, a parceria público-privada anunciada como a panaceia dos problemas de saneamento na RMR, ainda mostra-se bastante controversa, com mudanças na gestão por parte dos atores privados e insatisfação por parte de alguns municípios, além do desconhecimento da população sobre a efetividade da universalização e melhoria dos serviços.

Título:
Os Limites da Participação Social nos Planos Municipais de Saneamento Básico: o plano de Duque de Caxias – RJ

Autor:
Suyá Quintslr – Doutorado UFRJ
Ana Lúcia Britto

Código:
GA009

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Duque de Caxias. Localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), e tendo os serviços de água e esgotamento sanitário concedidos à CEDAE, o município enfrenta sérios problemas de saneamento – com menos de 2/3 dos domicílios com acesso à rede de água, acesso precário à rede de esgoto e inundações frequentes. Apesar dos problemas existentes, Duque de Caxias não aparece como prioridade nos planos de investimento da CEDAE.

Nesse contexto, a elaboração do PMSB, realizada em 2017, poderia ser uma oportunidade para o município pensar, com a participação dos cidadãos, ações de longo prazo e direcionar investimentos, buscando a universalização dos serviços.
Assim, este trabalho busca analisar tal processo, com foco na participação social, examinando os impasses enfrentados na tomada de decisão e discutindo os limites dos modelos participativos adotados.

Metodologia:

A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa centrada na observação participante do processo de elaboração do PMSB de Duque de Caxias. A observação participante implica, geralmente, um longo processo. Muitas vezes o pesquisador passa vários meses para "negociar" sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa. No caso do trabalho aqui apresentado, essa fase foi facilitada pelo histórico de atuação das pesquisadoras em Duque de Caxias. Como assinala Valladares (2007), a observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. Um observador é considerado participante quando se integra num grupo e na vida do mesmo. Um importante aspecto deste processo é o grau de envolvimento com as pessoas e nas atividades que se observam. No caso da pesquisa aqui apresentada, os membros do grupo de pesquisa participaram diretamente dos diferentes momentos do processo de elaboração do PMSB, produzindo relatos que foram sistematizados. Foi assim possível para os investigadores apreender, compreender e intervir nos diferentes momentos de elaboração do plano.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Duque de Caxias é o 3º município mais populoso do estado, com 890.997 habitantes (IBGE, 2017). Os serviços de água e esgoto são concedidos à CEDAE, mas apenas 62,6% dos domicílios são atendidos pela rede pública de abastecimento (IBGE, 2010), o que sugere que mais de 300 mil pessoas precisam encontrar outras formas de acesso à água. A cobertura com rede de esgoto chega a apenas 44% dos domicílios (SNIS, 2015) e as inundações são frequentes. Os problemas que deverão ser enfrentados para a universalização do saneamento contrastam com o rápido processo de elaboração do PMSB.

Em 2017, a prefeitura deu início à elaboração do plano, após ser suspenso o apoio técnico e financeiro do Governo do Estado. Pressionado pelo prazo então vigente, o município se valeu de contrato com o Consócio Serpen/Coba – que previa uma série de serviços, mas não contemplava a elaboração do PMSB. O Consórcio, então, subcontratou equipe da Fundação COPPETEC/UFRJ.
No que diz respeito à participação, um aspecto a ser destacado é a ausência de Plano de Mobilização Social. Em setembro de 2017, foi divulgado um cronograma de reuniões, no qual foi previsto um total de 7 eventos abertos ao público: 2 audiências públicas; 4 "oficinas" nos Distritos do município; e 1 reunião de caráter indefinido.

O processo deveria durar cerca de dois meses e meio. As informações que poderiam contribuir para a participação qualificada da população, como horários das reuniões e relatórios parciais, foram divulgadas com pequena antecedência e, em casos extremos, apenas após as reuniões.
As oficinas eram o espaço destinado à participação social no diagnóstico e na definição de prioridades. Desde o princípio, porém, esse processo foi marcado por conflitos.

As datas e horários das oficinas – realizadas às terças-feiras de manhã – foram criticados pelos presentes, que alegavam que isso impossibilitava a participação dos trabalhadores. O local de uma das oficinas foi, igualmente, considerado inadequado: em Campos Elíseos, onde existe um conflito direto pela água entre moradores e indústria, a reunião foi realizada na sede de uma associação empresarial.
A despeito das críticas, o processo praticamente não sofreu alterações e as reuniões foram marcadas por conflitos entre os técnicos e os poucos participantes, sendo agendadas apenas duas reuniões adicionais. Foi possível identificar um conflito que levou a alterações na prioridade de aplicação dos recursos originalmente proposta. De acordo com os critérios utilizados, um bairro do centro de Duque de Caxias seria a prioridade de investimentos. O fato de esta ser uma das áreas com melhores indicadores de saneamento e maior média de renda familiar gerou grande debate, diversos conflitos e análises por parte de todos os envolvidos, levando a uma alteração importante, ainda que pontual. Todo o restante do processo foi marcado pelo discurso tecnocrático de representantes da prefeitura, do consórcio e dos engenheiros contratados, sem real envolvimento da população.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A metodologia utilizada na elaboração do PMSB não foi capaz de garantir a participação social no diagnóstico e definição e prioridades. Não obstante, o PMSB foi publicado no prazo e seguiu as determinações gerais da legislação então em vigor quanto à participação. O trabalhou constatou limites deste modelo e dificuldades enfrentadas por grupos mais vulneráveis – os quais, quando presentes, tinham dificuldade de entender a linguagem técnica dos engenheiros. Estes, por sua vez, aproveitaram-se da legitimidade adquirida e instituída por seu "discurso competente" –"neutro" e institucionalmente autorizado – para justificar seus posicionamentos (Chauí, 1981). Assim, a disponibilização de informações que contribuíssem para o diálogo entre técnicos e moradores foi considerada insuficiente.
Cabe questionar se o PMSB elaborado nessas condições servirá para orientar e democratizar os investimentos em saneamento ou apenas para possibilitar o acesso aos recursos federais para este fim.

Título:
Os desafios do saneamento na metrópole fluminense e a demanda pela integração de dados espaciais em diferentes escalas intra-regionais metropolitanas.

Autor:
Otavio Cabrera De Léo - Doutorando - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo UFRJ / FAU-PROURB

Código:
GA033

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Neste artigo almejamos em primeiro lugar demonstrar historicamente e cartograficamente a produção do espaço urbano metropolitana pela evolução da construção das redes de saneamento até seu novo dimensionamento nas recentes proposições dos Planos Municipais de Saneamento, sobrepondo o mapeando das ações previstas nos Planos Diretores de Uso e Ocupação do Solo numa amostragem de municípios envolvidos em dois eixos de conurbação da metrópole fluminense a serem apresentados na metodologia de pesquisa.

O segundo objetivo é apresentar uma proposta conceitual de requisitos da estrutura de base de dados georreferenciados no intuito de propiciar a formatação da sistematização e geração de informações agregadas e integradas nos quatro componentes do saneamento definidos pela lei nº 11445/2007 (água, esgoto, drenagem e resíduos). Isto se justifica, como um instrumento crucial de apoio à estruturação de base de dados que possa uniformizar unificar, e integrar informações do saneamento.

Metodologia:

Associada a cartografia e inserindo-a no contexto da modelagem de banco de dados geográficos com vistas a representação espacial cartográfica, nos subsidiaremos pelos trabalhos de Gilberto Câmara e Rogério Tomé (INPE 2001) na tentativa de adequação conceitual à visão integrada dos componentes do saneamento, conforme a Lei 11445/2007, com vistas ao apoio técnico dos municípios para elaboração de seus correspondentes Sistemas Municipais de Informação de Saneamento (SMIS).

Nosso foco da análise e representação cartográfica sobre a incidência e configuração urbana das redes de saneamento que possivelmente revelem desigualdades territoriais metropolitanas estará orientado para as áreas das conurbações consideradas expressivas em densidade demográfica na atualidade (eixos Duque de Caxias-Magé e São Gonçalo-Itaboraí).

No caso do estudo cartográfico sobre o eixo de conurbação entre Duque de Caxias e Magé, entre o distrito de Imbariê (Caxias) e o bairro Piabetá (Magé), os documentos a serem consultados se tratam dos Planos Diretores municipais de ambos os municípios, o PMSB de Magé, sendo que Duque de Caxias ainda não possui PMSB e também o Estudo Regional de Saneamento da Baixada (ERSB), elaborado pelo Programa de Saneamento Ambiental da Baia que contempla o diagnóstico das redes integradas de saneamento incluindo Duque de Caxias.

Tais documentos já foram levantados e previamente analisados, bem como tanto na Prefeitura de Duque de Caxias como na prefeitura de Magé estabelecemos contato com os responsáveis técnicos para realização de até duas visitas técnicas previstas para reconhecimento local das demandas de universalização dos serviços de saneamento.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa do presente artigo apresenta como principal objeto de investigação a compreensão do processo de planejamento urbano metropolitano fluminense, numa especial atenção as questões viscerais do saneamento, por sua vez dimensionado em seus sistemas e redes, como condicionantes estruturais urbanísticas. Ou seja, nossa hipótese é enxergar o saneamento enquanto dimensão do planejamento urbano de garantia plena dos demais direitos por serviços comuns de interesse coletivo, tais como habitação, transportes, educação, saúde, segurança hídrica e alimentar.

A partir da constituição de 1988, e 20 anos mais tarde, reforçando-se pela regulamentação do marco legal da politica nacional de saneamento de 2007, as municipalidades que tiverem concluído a elaboração dos seus primeiros Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs), e caso estiverem sem quaisquer restrições de ordem fiscal e orçamentária, passam a ter aptidão técnica jurídica para receberem diretamente repasses financeiros da União previstos nos Planos Plurianuais e assim executarem as ações mensuradas nos respectivos PMSBs no curto (5 anos), médio (10 anos) e longo prazo (20 anos).

Neste contexto nos cabem algumas indagações que alimentam nossa hipótese investigativa. Estaria o planejamento do saneamento ainda essencialmente centrado no orçamento das companhias estaduais, em detrimento da hierarquização de demandas formuladas pelas municipalidades nos seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs)? Haveria uma articulação entre escalas de planejamento, umas definidas pelas Companhias Estaduais nas suas estratégias de ação referentes aos territórios metropolitanos, e outras escalas referente às demandas estruturais e emergenciais municipais sistematizadas nos respectivos PMSBs? Nossa hipótese consiste em enfatizar que ainda não existe até então a devida pactuação entre diferentes escalas “intra-regionais” de planejamento do saneamento na Região Metropolitana fluminense.

A partir da construção desta análise poderemos discutir se há também compatibilizações ou não, com vistas a escala regional que supostamente identificaria a metrópole como unidade territorial de planejamento e não apenas um acervo de autonomias federativas municipais inseridas numa região administrativa. Sugerimos nesta análise os caminhos de uma possível compatibilização do conjunto de municípios que constituem o território metropolitano, onde expressivas áreas conurbadas entre municípios possam ter orientações semelhantes e complementares, ou distintas e contraditórias quanto ao ordenamento territorial e compartilhado dos serviços de saneamento.

Os principais resultados desta investigação consistem em apresentar uma documentação da produção do espaço metropolitano fluminense, com a finalidade de discutir a relação entre território e o planejamento dos serviços de saneamento, evidenciando interfaces escalares de gestão metropolitana integrada.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A trajetória analítica da pesquisa qualitativa fornecerá importantes subsídios para evidenciar e documentar qual o papel das demandas de saneamento no campo do planejamento urbano, por sua vez um planejamento que esteve mais de 20 anos obscuro e adormecido na orientação do ordenamento territorial da metrópole do Rio de Janeiro, que por sua vez muito recentemente, em julho de 2018 obteve um marco institucional com a primeira elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado – PEDUI, coordenado pela Secretaria de Governo Estadual.

A sobreposição de diagnósticos e proposições de Planos Municipais de saneamento e Planos Diretores numa leitura critica comparativa que também incorpore o dinamismo metropolitano é um desafio metodológico para a integração de dados e informações sobre os 4 componentes do saneamento estabelecidos na Politica Nacional de Saneamento, que ao mesmo tempo pode servir como ferramenta aos gestores locais e técnicos das prefeituras.

Título:
Saneamento rural no estado do Rio de Janeiro: realidade vivenciada e integração com o urbano.

Autor:
Diego Augustus Senna Electo Queiroz; Pedro Fonseca dos Reis; Nathalia Roland; Dra. Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Código:
GA016

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo geral do estudo é analisar as diferentes condições de saneamento existentes em distintos setores definidos pelo IBGE, no estado do Rio de Janeiro, em função da sua organização e distribuição demográfica, tendo em vista a perspectiva da gestão integrada dos serviços de saneamento e da governança.

Os objetivos específicos são:

- Analisar a situação da presença de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos segundo os setores censitários da UF.
- Analisar a situação sanitária do Assentamento de Reforma Agrária Ademar Moreira (RJ), confrontando-a com as condições vigentes no Estado e na região do seu entorno.

Metodologia:

O trabalho caracteriza-se pela triangulação de metodologias quantitativas e qualitativas de pesquisa. A análise comparativa do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos entre diferentes setores censitários será baseada nos dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Os bancos de dados apresentam-se categorizados por tipologia de setores censitários, levando-se em consideração os níveis de interseção urbana, isolamento e adensamento populacional. Aplicando-se estatística descritiva, o acesso aos serviços de saneamento será estudado nas diferentes gradações de rural, explicitando-se a relação com o urbano e discutindo-se os condicionantes que promovem situações de desigualdade.

Pelo lado qualitativo, apresenta-se estudo de caso que revela desafios reais enfrentados pela população rural com relação à disponibilidade e à qualidade da água para consumo humano, o afastamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos.

A coleta e análise dos dados, realizada no Assentamento de Reforma Agrária de Ademar Moreira, no Rio de Janeiro, ocorreu no âmbito dos estudos desenvolvidos para a elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) e baseou-se na Grounded Theory, apresentada por Glaser e Strauss em 1967[1]. Essa teoria consiste em uma abordagem realizada de modo sistemático, porém flexível, para a coleta e análise de dados qualitativos, possuindo como característica o processo simultâneo de coleta e análise dos dados.

Uma equipe de três pesquisadores, previamente capacitados, conviveu dez dias na comunidade, realizando a observação direta e não participante. Neste período, ocorrido no primeiro semestre de 2016, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade e atores-chave locais envolvidos no planejamento e execução das ações de saneamento.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Problema:

A distribuição desigual dos serviços de saneamento no território (Saiani et al., 2013)[1] é fator que contribui para a perpetuação das iniquidades e a reversão desse quadro requer instrumentos de políticas públicas capazes de fortalecer a gestão integrada, em escala territorial mais ampla, na perspectiva da governança urbana e suas inter-relações com os setores rurais (Swyngedouw, E., 2004[2]; Marques, B., 2018[3]).

Os temas relacionados aos direitos humanos têm se destacado no debate internacional e o abastecimento de água e o esgotamento sanitário tornaram-se relevantes, tendo sido mobilizados pela ONU em 2010, quando da declaração dos DHAES. Trata-se de importante referência para a discussão da situação sanitária na medida em que introduz elementos que permitem caracterizar situações de violação dos direitos (ONU, 2010).

Hipóteses:

A prestação de serviços de saneamento é predominante em setores urbanos mais adensados, seguindo critérios econômicos. Em setores rurais próximos desses setores urbanos há melhores condições de acesso aos serviços, já que a sua prestação e gestão podem ser mais facilmente estendidas.

Principais resultados:

Analisando dados do Censo Demográfico de 2010, observa-se que 85% dos domicílios no estado do RJ possuem acesso à rede de abastecimento de água. O percentual é mais elevado ao considerar apenas setores censitários urbanos, ocorrendo abrangência de 88%. Em setores rurais com aglomeração e localizados próximos da área urbana, o percentual cai para 52%.

Com relação ao esgotamento sanitário, 90% dos domicílios urbanos encontram-se ligados à rede geral ou a fossas sépticas, percentual superior ao do estado, que é de 86%. Em setores censitários rurais que apresentam aglomeração, vizinhos de áreas urbanas, a cobertura é de 57%.

Apenas 45% dos moradores residentes em setores rurais com aglomeração e próximos de área urbana são atendidos por coleta de resíduos sólidos. No perímetro urbano, o percentual sobe para 98%, sendo a média do estado igual a 97%.

No assentamento da Reforma Agrária de Ademar Moreira, formado por 55 famílias, não há abastecimento por rede, sendo a água para beber e cozinhar doada por vizinhos abastecidos pela Prolagos, a 6 km do assentamento, já que os poços presentes apresentam qualidade duvidosa e as cisternas de água de chuva são insuficientes. Não há coleta de esgotos ou resíduos sólidos. A disposição favorável dos domicílios e a pequena distância até o perímetro urbano viabilizam a expansão da cobertura dos serviços.

1. Saiani, C. C. S.; Toneto Júnior, R.; Dourado, J. Desigualdade de acesso a serviços de saneamento ambiental nos municípios brasileiros: evidências de uma Curva de Kuznets e de uma Seletividade Hierárquica das Políticas? 2013.

2. Swyngedouw, E. Privatizando o H2O: Transformando Águas Locais em Dinheiro Global. 2004.

3. Sales, B. M. Caracterização dos determinantes da exclusão sanitária nos domicílios rurais brasileiros. 2018. Dissertação – EE, UFMG.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A insuficiência do saneamento no ambiente rural provoca situações de dificuldade que resultam em atritos sociais e conflitos que não se resolvem ou que já apresentam naturalmente um lado vencido, perpetuando as desigualdades. Para o caso de regiões rurais próximas ao perímetro urbano, que tendem a apresentar semelhanças com o ambiente das cidades, a solução pode ser alcançada através da expansão da cobertura dos serviços, que se mostra viável.
O urbano e o rural estão interligados e a melhoria do saneamento no campo depende da percepção do sistema como conjunto. A governança urbana entra como fator decisivo para propiciar a evolução da cobertura dos serviços com foco na universalização. As empresas prestadoras de serviços não tomam atitudes inclusivas por conta própria, já que tais ações não condizem com os interesses econômicos. A população encontra-se disposta a contribuir com ações de estímulo.

Título:
VIDAS SECAS: O PARADOXO NO ACESSO À ÁGUA EM AGLOMERADOS PERIURBANOS, NO MUNICÍPIO GOIANA-PE

Autor:
Adalberto Correia, Angélica Silva - Bacharelando em Direito no Centro Universitário Joaquim Nabuco (UNINABUCO RECIFE), Bacharelando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (DCG-UFPE), Pesquisador Junior no INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Recife (Observatório PE).
Heitor B. Costa - Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (DCG-UFPE), Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO-UFPE), Pesquisador no INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Recife (Observatório PE).

Angélica X. da Silva - Bacharel em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco (FENSG-UPE), Especialista em Saúde Mental pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG), Mestranda em Engenharia de Sistemas pela Faculdade Politécnica da Universidade de Pernambuco (POLI-UPE), Pesquisadora no Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde Pública (FENSG-UPE).

Código:
GA010

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo Geral
Evidenciar o precário acesso à água por parte população periurbana, no entorno da Montadora Jeep - município de Goiana-PE - integrante da Região Metropolitana do Recife (RMR).

Objetivos Específicos
1. Demonstrar, através de dados climáticos e hidrográficos da área escolhida, a impossibilidade da precariedade no acesso à água se dar por causas naturais;
2. Evidenciar os impactos causados pela precariedade no acesso à água;
3. Evidenciar o potencial risco à saúde das populações ocupantes da área escolhida, causado pelo consumo de água não potável.

Metodologia:

Revisão de literatura para embasamento teórico e prático considerando o objetivo geral, destacando os eixos teóricos seguintes: i) áreas de transição rural-urbano e expansão urbana; ii) Climatologia, Hidrologia e Geomorfologia; iii) acesso aos recursos naturais mediado por condições de posse. No que se refere ao embasamento prático, a revisão de literatura visa: i) reunir informações sobre a região da pesquisa; ii)

embasar a pesquisa qualitativa em estudos de caso e entrevistas. Procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos específicos:

1. Em imagem de satélite, localizar os aglomerados no entorno da Montadora Jeep, onde foi desenvolvida a pesquisa;
2. Realizar levantamento fotográfico e filmagem, focados: i) nas condições de habitabilidade nesse aglomerado e localidade; ii) na inserção desses nos ambientes físico-naturais (várzea e tabuleiro);
3. Por meio de entrevistas semiestruturadas, levantar: i) condições de posse da terra e acesso aos recursos naturais;
4. Levantamento de dados secundários obtidos no banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS);
5. Levantamento de dados secundários obtidos em banco de dados climáticos e metereológicos do Brasil, sobre a área escolhida.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O problema em questão surge como decorrência da pesquisa EMERGÊNCIA DE NOVA RURALIDADE EM ÁREA DE TRANSIÇÃO URBANO RURAL DA METRÓPOLE DO RECIFE: IMPACTOS EM AGLOMERADOS E LOCALIDADES RURAIS DE GOIANA-PE DE NOVOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E INDUSTRIAIS PRÓXIMOS, inserida no projeto IMPACTOS DE FORMAS RECENTES DE PRODUÇÃO DE MORADIA EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA DOS NOVOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO DA METRÓPOLE DO RECIFE, (Processo CNPq: 311992/2015-3). O projeto PIBIC visa contribuir ao entendimento das transformações recentes nas condições de famílias residentes em aglomerados e localidades rurais situados à proximidade de grandes empreendimentos imobiliários e industriais em Goiana-PE, com os quais, então, esses aglomerados e localidades compartilham território na área de transição urbano-rural a norte da Metrópole do Recife.

Diante do construto elaborado no processo de pesquisa, qual seja, a percepção de uma realidade complexa e fragmentada, especialmente no caso da Região Metropolitana do Recife - "incompleta, periférica e desigual" (SOUZA, M.A. et all. 2015, p. 21) - e sua área de influência, inclusive Goiana, implicando na reprodução e no aprofundamento desses problemas, haja vista a lógica hegemônica no ordenamento territorial urbano e regional, que historicamente propõe tabulas de salvação econômica a partir de megaeventos, megaconstrucões e promessas de geração de empregos, culminando na configuração atual: os ditos polos de desenvolvimento. Em oposição ao pretenso desenvolvimento e expectativa de melhoria da qualidade de vida vendidos pelo poder público, em consórcio com o capital industrial e imobiliário, o espaço periférico aponta indícios da permanência e do aprofundamento das desigualdades sociais.

Um desses indícios é o acesso à infraestrutura básica para habitabilidade, o que inclui o recurso mais premente para a vida humana: a água. Desde o primeiro momento de no locus de pesquisa, os moradores relatavam da constante falta de água, o que deveria ser improvável, haja vista não se tratar de uma região semiárida, que apresentaria estiagens severas. Além disso, as atividades produtivas instaladas no entorno, ao que tudo indica, dependem de água para o seu funcionamento: o monocultivo de cana de açúcar e o polo fabril. Nesse sentido, o presente trabalho busca dar visibilidade ao descaso e preterimento sofridos pela população no entorno do empreendimento industrial em questão, em nome de um desenvolvimento que parece não alcançar os extratos mais "baixos" da sociedade.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Durante as entrevistas, que ainda estão em andamento, os moradores relataram da distância percorrida até as fontes de água: uma "bica" e um curso d'água turvo, aparentemente poluído, onde encontramos uma família lavando roupa e se banhando, cena registrado em nosso levantamento fotográfico. Isso coloca em questão a salubridade dessas águas usadas, elevando o risco de contaminação por doenças como leptospirose, cólera, esquistossomose e verminoses em geral, haja vista se tratar de saneamento básico, serviço público não oferecido na região. Além disso, relatos de migrações por conta da falta de

água e de que um estabelecimento comercial, uma mercearia e bar, havia fechado recentemente pelo mesmo motivo.

Título:
Análise do conflito da remunicipalização dos serviços de saneamento na cidade de Campina Grande – PB

Autor:
Simone Danielle Aciole Morais Marinho; Lívia Izabel Bezerra de Miranda; Márcia Maria Rios Ribeiro; Carlos de Oliveira Galvão - Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Código:
GA015

Resumo:

Objetivos do trabalho:

As discussões sobre remunicipalização dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos da cidade de Campina Grande-PB passaram a ganhar maiores dimensões com o término da concessão dos serviços do estado ao município no ano de 2014, período em que a cidade vivenciava um dos mais críticos ciclos secos, com comprometimento de seu abastecimento de água. O artigo objetiva verificar a progressão do conflito referente às intenções de remunicipalização destes serviços em Campina Grande, maior centro urbano abastecido pelo sistema ao qual está interligado. Objetiva-se, ainda, elencar os agentes que protagonizam o conflito, apontando possíveis coalizões, identificando seus posicionamentos, necessidades e interesses. Por fim, busca-se analisar situações de estabilidade do conflito, por meio do levantamento das melhores opções para o conjunto de participantes, considerando a dualidade mercantilização/universalização do acesso aos serviços de saneamento como meta de suas possíveis ações.

Metodologia:

A metodologia parte da compressão do conflito e de sua solução segundo as três dimensões descritas por Mayer (2000): cognitiva, emocional e comportamental. Para isso, serão identificados os participantes que protagonizam a disputa e apontadas as possíveis coalizões. A partir deste reconhecimento, será apresentada a “roda do conflito” segundo Moore (2003). Também será feito uso da metodologia do Cap-Net/UNDP (2008) para compreender a progressão do conflito, utilizando ainda a “ferramenta da cebola” para identificar os posicionamentos, interesses e necessidades dos participantes da disputa. Serão levantados possíveis resultados para o conflito e seus possíveis impactos nas condições de universalização. Para estruturar o modelo, vêm sendo realizadas entrevistas com os envolvidos no processo, coleta de informações divulgadas na mídia local, e o acompanhamento de audiências públicas e eventos locais que tenham como pauta questões relacionadas à remunicipalização do saneamento na cidade de Campina Grande. Documentos como o Plano Municipal de Saneamento, decretos e leis municipais relativos ao saneamento, o Plano Estratégico Campina Grande 2035, a Política Nacional de Saneamento Básico e Medida Provisória nº 844/2018 que altera o marco legal entre outros, também, vêm sendo consultados como expressões de diferentes concepções relativas ao saneamento e ao desenvolvimento urbano. O recorte temporal da análise tomou como referência as discussões iniciadas no ano de 2015, no entanto vem sendo também realizado um resgate histórico dos condicionantes da situação atualmente vivenciada.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Dentre as categorias de conflitos referentes à prestação dos serviços de saneamento relacionados à política pública, pode-se destacar o conflito entre os entes federados, conforme descrição de Heller (2010), sendo aquele relacionado a questões de titularidade do serviço ou à disputa relativa à instância federativa a prestar o serviço. Data da década de 1970 a instauração do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, que promoveu significativo avanço no setor, ao mesmo passo em que deu início a um conflito entre estados e municípios com consequências de longa data, vivenciada com maior evidência nos tempos atuais, com o vencimento das concessões dos governos estaduais. Na lógica do PLANASA, os estados eram detentores de melhores condições técnicas e financeiras que os municípios, o que fomentou a criação das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) em todo o país. De acordo com esta lógica, os serviços de saneamento deviam ultrapassar as fronteiras municipais, e por meio dos subsídios cruzados, os déficits relativos ao grande conjunto de municípios menores deveriam ser compensados pelo superávit dos maiores. Atualmente, o vencimento das concessões municipais aos governos estaduais (que duraram, em sua maioria, entre 20 a 30 anos) tem motivado muitos municípios a retomarem a titularidade de prestação do serviço. Campina Grande, segunda maior cidade do estado da Paraíba, vivencia atualmente esta situação, o que tem acarretado a ocorrência de conflitos.
A análise da progressão do conflito, segundo o Cap-Net (2008), permite observar o início das discussões sobre a remunicipalização no ano de 2015, um ano após o vencimento da concessão da SANESA à CAGEPA (companhias municipal e estadual, respectivamente). É possível perceber a "formação dos lados", com o Governo Municipal traçando possíveis caminhos no documento Plano Estratégico Campina Grande 2035, que incentiva a criação de PPP, e endurecendo sua posição com declarações das intenções de privatização do setor no município. Por outro lado, cresceu a articulação entre os sindicatos, funcionários da companhia estadual e agência estadual de gestão de águas contra tais intenções. As audiências públicas, que passaram a pautar o tema na Câmara Municipal, foram marcadas por diversos protestos, o que despertou o senso de crise referente à disputa. O uso da "ferramenta da cebola" (Cap-Net/UNDP, 2008) permite observar a existência de interesses políticos em ambos os lados (governos municipal e estadual) e necessidades em comum relativas à universalização dos serviços de saneamento e uso racional dos recursos hídricos. Por meio da estruturação sistemática da disputa, a aplicação de método de resolução de conflitos permitirá compreender com maior clareza o posicionamento dos participantes e suas estratégias (e prováveis ações), indicando quais as soluções mais adequadas para garantir as necessidades de ambos os lados envolvidos no conflito.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No dia 06 de julho de 2018 foi assinada a MP nº 844, que atualiza o marco legal do saneamento básico e incentiva a participação da iniciativa privada no setor, fomentando a discussão de interesses envolvidos no conflito: universalização ou mercantilização? Coincidentemente ou não, as discussões relativas à remunicipalização somente ganharam força após a chegada das águas do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) ao Açude Epitácio Pessoa, que abastece a cidade de Campina Grande. Apesar da Lei nº 11.445/2007 responsabilizar e conceder ao município o direito de operar o sistema de saneamento destaca-se o fato de que os sistemas são intermunicipais. O Açude Epitácio Pessoa abastece Campina Grande e outros 18 municípios. Em termos de universalização não é razoável, portanto, pensar e agir isoladamente na maior cidade abastecida pelo sistema. Pensar no conflito pressupõe pensar em soluções viáveis para as questões pautadas.

Título:
Políticas de saneamento básico e gestão de águas na RMB
Autor:
Juliano Pamplona Ximenes Ponte; José Julio Lima; Roberta Menezes; Ana Cláudia Cardoso; Raul Ventura Neto; Wallace Avelar; Taynara Gomes; Renata Durans - Universidade Federal do Pará; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Código:
GA018

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O texto pretende abordar dados estatísticos recentes sobre cobertura e acesso a redes e serviços de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e gestão de resíduos sólidos no âmbito da Região Metropolitana de Belém (RMB), discutindo opções de tratamento da questão através de recentes iniciativas e projetos de infraestrutura e planejamento no setor. Embora com deficiências significativas de cobertura e de acesso, com 36% de domicílios não cobertos por rede pública de água potável, a RMB vem sendo discutida como uma Região Metropolitana brasileira capaz de receber modelos conservadores, pró-mercado, de abertura a capitais privados no âmbito do PPI do Governo Federal. Ao mesmo tempo, é a RM brasileira com a maior incidência de domicílios em aglomerados subnormais, com ausência de aterro sanitário adequado às exigências legais e diversos registros no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, sobretudo quanto aos alagamentos urbanos, seu principal fator de risco ambiental.

Metodologia:

São listados e analisados dados estatísticos e informações territoriais de pesquisa, como aqueles fornecidos pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, a Pesquisa Básica de Informações Municipais e o Censo Demográfico do IBGE. Fontes importantes de pesquisa são os Planos Diretores dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Belém, elaborados nos anos 2000. Adicionalmente, documentos institucionais sobre o marco legal do saneamento, sobre a redefinição do Aterro Sanitário no município de Marituba, município metropolitano com 77% de domicílios em aglomerado subnormal, e sobre a modelagem de privatização da Companhia Estadual de Saneamento do Pará serão estudados. Pesquisa sobre a estruturação territorial e condicionantes urbanístico-ambientais de bacias hidrográficas da Região Metropolitana de Belém são incorporados, uma vez que evidenciam o sítio físico plano, de extensas áreas alagáveis, com perda progressiva de área permeável e cobertura vegetal, e alta incidência de assentamentos precários e aglomerados subnormais. Estes dados e referências são cruzados e analisados para a composição de um tipo persistente no tempo de precariedade sanitária, mas também para que se faça a crítica dos projetos recentes e dos efeitos, socioambientais, sanitários e urbanísticos, das opções de infraestrutura e urbanização operadas e implantadas. A análise por bacia, neste sentido, permite espacialização mais clara dos dados e, ao mesmo tempo, fornece subsídios para a crítica, principalmente no debate sobre a desigualdade de atendimento de serviços e redes de saneamento, bem como sobre a estruturação urbanística da RMB.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A estruturação territorial da RMB é de terras planas, situadas em planícies de inundação extensas e com rede hidrográfica de médio e grande porte predominantes. Os seus assentamentos se fizeram sempre com níveis muito evidentes de desigualdade e precariedade de acesso, há séculos, e as operações técnicas de aproveitamento das águas (navegação, captação, depuração de efluentes, troca comercial, monitoramento militar, fruição estética e consumo visual, retificação e ensecamento para urbanização) sempre acompanharam a urbanização local e regional. As soluções de saneamento, contudo, comumente acompanhavam as formas usuais de financiamento e perfil dos prestadores de serviço e construtores que operavam no Brasil: empresas privadas concessionárias, nacionais e estrangeiras, empresas públicas sob o regime da ditadura militar de 1964, esforços de estadualização e municipalização, opções de modernização, diferentes formatos de financiamento e opções tecnológicas de intervenção. Estas medidas estiveram, não-raro, ligadas a ciclos macroeconômicos do país e a interesses de capitais atuantes no setor. Mantiveram, contudo, índices expressivos de falta de cobertura no atendimento, reforçando as

teses clássicas de deficiência de infraestrutura para os pobres e reprodução da infraestrutura para camadas médias.

A quantidade numerosa de conjuntos habitacionais produzidos e o descompasso entre redes de água e redes de esgoto, estas praticamente sem tratamento de efluentes, ajudaram a formar uma morfologia de urbanização com núcleos relativamente isolados, circundados por favelas e similares. O processo, progressivo, de conversão de terras rurais em urbanas precárias também forma este cenário, em que o atendimento de demandas de condomínios fechados verticais ou horizontais desde os anos 1990 aponta para a acentuação da desigualdade no acesso à infraestrutura e para a elevação de seu custo médio. A frequência e extensão dos aglomerados subnormais no território da Região Metropolitana de Belém, contudo, convivem com áreas sujeitas a alagamentos e já mapeadas em levantamentos oficiais da área de prevenção de riscos e desastres naturais no país.

Alterações recentes no marco legal do saneamento e projetos do setor, contudo, apontam para a possibilidade de reforço das chamadas zonas de sacrifício, na instalação parcial, deficiente e precária de "Aterro Sanitário" incompleto no município de Marituba. Apontam, ainda, para a possibilidade legal, embora economicamente improvável hoje, de dessolidarização de municípios metropolitanos, dividindo a RMB entre o saneamento de ricos e pobres, de áreas já estruturadas e cobertas recebendo novos investimentos para áreas onde a precariedade histórica demandaria prioridade de intervenção, mas que poderão ser relegadas a um prestador de serviço público de má qualidade e condições técnico-financeiras sucateadas. A ausência de gestão integrada de recursos hídricos e de regulação urbanística de qualidade reforçam a problemática.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Com a maior incidência de aglomerados subnormais do Brasil, a RMB é caso relevante para o estudo da problemática da intervenção conservadora e pró-mercado dos serviços de saneamento e mesmo da gestão de águas, feita a partir do setor público. O caso é útil para a análise tanto do ocaso do modelo de financiamento do saneamento básico e das deficiências do setor operado pela ditadura de 1964 quanto das soluções e panaceias do neoliberalismo, em que a promessa de investimento privado parece apontar a expansão dos serviços, obscurecendo a necessidade de subsídio e atendimento a direitos fundamentais para a sobrevivência biológica e condições materiais objetivas dos pobres urbanos e das zonas rurais. O estudo, por fim, permite a análise de uma Região Metropolitana precária e empobrecida em um contexto em que os projetos de urbanização e infraestrutura são tratados como oportunidades empresariais em franco sacrifício das demandas sociais da população a que se destinam.

EIXO 02

SIMPÓSIO 2.2

MOBILIDADE URBANA

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

SESSÃO 2.2.1

Conceitos e Dimensões

Coordenação: Jupira Mendonça

Título:
Um novo olhar para a mobilidade urbana: interfaces entre diferentes saberes

Autor:
Monica Villaça Gonçalves e Ana Paula Serrata Malfitano – DOUTORADO, "Monica - Professora do Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ, Doutoranda em Terapia Ocupacional pela UFSCar.
Ana Paula Serrata Malfitano - Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. Pós-Doutora pela University of Western Ontario, Canadá. Doutora em Saúde Pública pela USP. "

Código:
MU055

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Mobilidade é um conceito utilizado por diferentes áreas do conhecimento: geografia, urbanismo, engenharia, ciências sociais, entre outras. Florentino (2011) diz que, apesar desse interesse, a produção acadêmica ainda se concentra nas áreas da engenharia e do urbanismo, com um enfoque voltado para questões relacionadas ao trânsito. Entretanto, é reconhecida a necessidade de ampliação do conceito para outras áreas de conhecimento, notadamente no campo social.

Neste contexto, este trabalho objetiva refletir como a incorporação de diferentes campos de conhecimentos na discussão a respeito do conceito de mobilidade urbana, com um destaque para a terapia ocupacional em diálogo com as ciências humanas e sociais, pode contribuir para uma abordagem mais integral dos diversos aspectos que a constituem, com uma ênfase no cotidiano dos sujeitos e sua mobilidade, buscando contribuir, assim, com subsídios para o debate acerca de ações e de políticas para a efetivação do direito à cidade.

Metodologia:

A partir da conceituação de direito à cidade, proposta por Lefebvre (2001) e mais tarde revisitada por Harvey (2012), buscou-se entender como este direito pode se efetivar em uma sociedade capitalista com políticas sociais neoliberais. Entende-se que umas das questões essenciais para essa reflexão é pensar o papel da mobilidade urbana no cotidiano dos sujeitos para a concretização do seu direito à cidade.

Realizou-se então uma busca não sistemática de publicações, a saber: artigos, dissertações, teses, livros e relatórios de pesquisas de diferentes campos do conhecimento, que buscassem conceituar mobilidade urbana.

A partir das referências encontradas, partiu-se para uma reflexão teórica a respeito da ampliação da utilização desse conceito, incorporando os saberes produzidos por diferentes ciências como forma de compreendê-lo de maneira mais aplicada à vida cotidiana, considerando os diversos aspectos envolvidos na mobilidade urbana.

Em seguida, foi realizado um levantamento de publicações de terapeutas ocupacionais que apresentassem de alguma forma ações e pesquisas que se relacionassem com o conceito de mobilidade encontrado na revisão.

Com bases nesses achados relacionou-se um dos fundamentos teórico-metodológicos da terapia ocupacional: o conceito de cotidiano com a mobilidade urbana.

Dessa associação então buscou-se refletir sobre o conceito de mobilidade urbana em si, com ênfase na vida cotidiana dos sujeitos, e como os conhecimentos específicos da profissão poderiam integrar a discussão dessa temática.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Parte-se da hipótese de que, mesmo sendo a mobilidade urbana essencial à sobrevivência cotidiana das pessoas, o estudo sobre os seus impactos sociais pelas ciências humanas e sociais, assim como as abordagens multidisciplinares, ainda são incipientes (BARROS, 2014; FLORENTINO, 2011; LANGEVANG; GOUGH, 2009).

Embora ainda frequente nas publicações, o sentido "tradicional" da mobilidade urbana, que a entende como a habilidade de movimentar-se, em decorrência de condições físicas e econômicas (VASCONCELLOS; JUNQUEIRA, 1999), já vem sendo ampliado, conforme destaca Barbosa (2016), que afirma que a mobilidade está "intimamente ligada às expressões subjetivas de reprodução urbana das relações sociais (p.49).

Segundo Balbim (2016), nas ciências sociais, mobilidade "designaria o conjunto de motivações, possibilidades e constrangimentos que influem tanto na projeção, quanto na realização dos deslocamentos de pessoas, bens e ideias, além, evidentemente, dos movimentos em si" (p.24). Em consonância com estas propostas, pretende-se, ao usar o termo mobilidade, referir-se a uma noção que supera a ideia de deslocamento físico e analisa também as suas causas e consequências, ou seja, inclui as transformações sociais.

Dentre os estudos, há a ênfase na mobilidade urbana cotidiana, a qual se refere tanto aos descolamentos diários quanto às estratégias traçadas para que estes se efetivem, entendendo que têm tempos entre ida e vinda e, ao final, o indivíduo sempre retorna ao ponto de origem. Assim, a mobilidade urbana cotidiana pode expressar a posição social dos indivíduos e suas condições concretas de vida (BALBIM, 2016).

O conceito de cotidiano também tem sido utilizado como unidade de análise por terapeutas ocupacionais desde os anos de 1990. Por se tratar de uma profissão dedicada à inserção e participação social dos sujeitos em diferentes condições físicas, psíquicas e sociais, a compreensão de seus cotidianos e a mobilidade neles é fundamental para o exercício profissional, notadamente presente nas políticas sociais. Para tanto, faz-se necessária uma compreensão contextualizada com o contexto social, histórico, econômico e cultural para a proposição de intervenções para a inserção e participação coletiva dos sujeitos e grupos (GALHEIGO, 2003).

Na revisão realizada, encontramos publicações específicas da área de terapia ocupacional que apontam o conceito de mobilidade como noção importante tanto para a pesquisa quanto para a prática profissional, embora nem sempre esse termo seja definido enquanto conceito.

Assim, os estudos de terapeutas ocupacionais acerca dos referenciais de cotidiano, tanto de indivíduos quanto de coletivos, podem contribuir com a discussão interdisciplinar do conceito de mobilidade, com uma ênfase acerca dos processos cotidianos, a partir da proposição de novas possibilidades de avaliação da mobilidade urbana cotidiana, de acessibilidade urbana, visando a oferta de subsídios para o debate sobre as políticas públicas de mobilidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Abarcar diferentes definições para mobilidade urbana, que englobem novos olhares, permite que seu entendimento se amplie. Barros (2014, p.3) afirma: "A ausência da visão relacional que possa agregar perspectivas para se estudar um objeto, torna-o, na maioria das vezes, incompletos, incoerentes ou raso. A soma de olhares poderias ser uma estratégia para tornar mais sólidas as leituras.

Incluímos aqui a discussão sobre a área de terapia ocupacional que, como uma profissão que trabalha na dimensão do cotidiano, poderia colaborar com a compreensão dos múltiplos processos de vida e a intervenção técnica sobre eles, visando à constituição da aplicabilidade deste conceito na vida concreta das pessoas.

Essas leituras mais sólidas permitem que sejam incorporados novos elementos avaliativos e indutores paras as políticas de mobilidade urbanas, seus sistemas de funcionamento e propostas de ações, que a levem efetivamente a contribuir para o acesso igualitário do direito à cidade para todos.

Título:
Mulheres e o direito à cidade: uma reflexão a partir da mobilidade urbana na cidade de Fortaleza/CE
Autor:
Giovanna Lima Santiago Carneiro –Graduação, Vera Maria Lima Santiago e Dermeval Carneiro Neto
Código:
MU006

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O intuito desta pesquisa é compreender de que forma se dá o exercício do direito de ir e vir das mulheres na cidade de Fortaleza/CE. De forma mais específica, a pesquisa terá como objetivos descobrir quais as principais limitações que as mulheres sofrem ao se locomoverem pela cidade, que estratégias elas utilizam para contornar essas dificuldades e em que medida as suas atividades e os seus trajetos cotidianos são condicionados pelos obstáculos que precisam enfrentar. O impulso inicial da pesquisa se baseia principalmente nos últimos casos de assédio sexual em transportes públicos que ganharam grande repercussão na mídia e despertaram o debate em todo o país. É sabido que as experiências de homens e mulheres na cidade são distintas na medida em que são perpassadas por questões de gênero, motivo pelo qual se faz necessário pensar sociologicamente sobre o assunto.

Metodologia:

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de objeto complexo, o qual pode e deve ser analisado a partir dos mais diversos pontos de vista, serão utilizadas metodologias variadas a fim de atingir os objetivos desta pesquisa.

Inicialmente, foi realizada pesquisa documental nos três principais jornais de circulação local e alguns de circulação nacional, quando foram analisadas notícias relacionadas ao tema. Também foi feita pesquisa nas redes sociais, com enfoque nas páginas feministas e nas matérias sobre assédio de rua.

Posteriormente, foram realizadas observações em locais públicos da cidade de Fortaleza, previamente determinados segundo critérios que possibilitassem a visita às diferentes regiões da cidade.

Além disso, será aplicada metodologia qualitativa elaborada especificamente para os fins desta pesquisa, qual seja, aquilo que até o momento está sendo chamado de "Passaporte-diário".

Trata-se de um diário que será distribuído para uma quantidade ainda indeterminada de mulheres, levando em consideração as inúmeras interseccionalidades. Neste diário, cada mulher poderá registrar, por um período de 15 dias, como é o seu cotidiano na cidade, quais as principais dificuldades e que estratégias utiliza para driblar os obstáculos.

O diário possui desenhos e legendas desenvolvidos por alunos do curso de Design da Universidade Federal do Ceará que ajudam as mulheres a registrarem cada trajeto feito, bem como em que pontos ocorreram as experiências de assédio, de modo que, ao final, será possível reconstruir os trajetos e saber os locais onde as mulheres se sentem mais inseguras. A ideia é que, após a experiência, sejam realizadas entrevistas com as participantes a fim de aprofundar certos aspectos que não podem ser expressos nos diários. As demais especificidades da metodologia serão apresentadas no artigo completo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

De acordo com dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e disponíveis no Mapa da Violência 2015 sobre homicídio de mulheres, o Brasil apresenta uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, ocupando a 5ª posição numa lista composta por 83 países. Desse percentual, 31,2% dos homicídios ocorrem em via pública, enquanto 27,1% no domicílio. O estudo mostra ainda que, entre os casos de violência não letal – entre as quais cito as violências física, psicológica e sexual, por apresentarem os maiores índices de ocorrência – com atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), 71,9% ocorreram no ambiente doméstico, sendo que, no caso das mulheres jovens e adultas, com idade entre 18 e 59 anos de idade, o principal agressor foi o parceiro ou ex-parceiro.

Tendo em vista os dados alarmantes da violência doméstica e familiar no Brasil, grande parte dos estudos em torno da temática de gênero se volta para esse fenômeno. Sobretudo a partir da promulgação da Lei Maria da Penha, ampliou-se a discussão acerca das opressões e das estruturas de poder que existem dentro do ambiente doméstico, demonstrando que o que acontece no âmbito privado repercute decisivamente na esfera pública, motivo pelo qual merece atenção e profundo debate.

De outro lado, a lei citada não dá conta das violências cometidas fora do ambiente domiciliar ou das relações familiares, de modo que o Brasil e a maior parte dos países da América Latina não possuem legislação específica para casos de assédio em locais públicos, embora o debate em torno do tema tenha crescido consideravelmente nos últimos anos. Por essa razão, mostra-se relevante pensar sociologicamente o fenômeno do assédio de rua e o seu impacto na vida das mulheres, na medida em que permaneceu durante muito tempo como algo praticamente invisível e só muito recentemente passou a ser problematizado.

Somado a isso e de forma mais ampla, é importante citar o crescente medo de todos os tipos de violência urbana que toma conta dos noticiários e das conversas cotidianas, caracterizando atualmente a própria experiência da vida nas cidades. (BARREIRA, 2013)

Essa realidade impacta especialmente a vida das mulheres. Obviamente, homens e mulheres vivenciam a violência de formas completamente distintas, mesmo porque foram socializados com base em uma

divisão de papéis por gênero. Um trajeto a pé durante a noite ou tomar um ônibus ou metrô lotados são situações que representam mais riscos para as mulheres, sobretudo para as mulheres negras e pobres.

Assim, constata-se que o acesso ao direito à cidade é limitado a depender do gênero, raça e classe do indivíduo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O fato de as mulheres terem acesso limitado aos espaços públicos e à cidade em si reflete uma falha na própria democracia e a cidadania ainda incompleta das mulheres, uma vez que o direito à cidade é um dos direitos sociais mais importantes do nosso ordenamento jurídico.

Título:
Desafios de mobilidade no ABC paulista: uma reflexão sobre o direito de se deslocar e viver a cidade.

Autor:
Leandro Xavier Borges e Mônica Yukie Kuwahara –mestrado, Leandro Xavier Borges (Mestrando do Programa de Pos Graduação em Economia PPGE da Universidade Federal do ABC UFABC); Mônica Yukie Kuwahara (Docente e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Economia PPGE e do Bacharelado em Ciências Econômicas BCE da Universidade Federal do ABC – UFABC e Coordenadora do Observatório Econômico e Social UFABC)

Código:
MU041

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do artigo é descrever os deslocamentos dos residentes de municípios selecionados próximos do ABC paulista: São Bernardo do Campo, Cotia, Diadema e Vargem Grande Paulista. A partir de sua configuração, identificar nestes municípios aqueles que sofreriam perdas de bem estar e de qualidade de vida devido a gastos excessivos de tempo para deslocamentos ao trabalho. Restrições e dificuldades para se deslocar são consideradas privações à mobilidade sofridas pelos moradores e que comprometem a sua qualidade de vida. De forma específica, o artigo busca identificar os modos de deslocamentos, as origens e destinos dos fluxos. Busca também relacionar o tempo de deslocamento da residência ao trabalho principal com a média do preço dos imóveis nas cidades, buscando inferências de como o local da moradia influi no próprio deslocamento, na cesta de bens dos agentes e na qualidade de vida dos trabalhadores da região.

Metodologia:

O artigo realiza revisão bibliográfica entre autores associados à Economia Regional e Urbana e considera o argumento da análise custo benefício como lógica geral da escolha para qualquer bem ou serviço, inclusive para o modo de transporte. A reflexão é norteada por estatísticas descritivas de diferentes fontes. Dados de deslocamento da residência ao trabalho principal são obtidos da componente amostral do Censo de 2010. Dados sobre o modo e o motivo dos deslocamentos das pessoas são obtidos da Pesquisa de Mobilidade 2012, coletada e divulgada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô. Considerando-se que parte significativa dos deslocamentos é motivada pela necessidade de ir ao

trabalho, dados sobre a demanda de trabalho, ou seja de empresas empregadoras, são obtidos do Ministério do Trabalho, no sistema RAIS-CAGED. As relações entre os custos de deslocamento e os custos da moradia são avaliadas a partir dos dados de preços médios de aluguéis, disponibilizados no site privado Agente imóvel, para os municípios da região. Para confrontar as condições de deslocamento para o trabalho de residentes de cada município com a qualidade de vida utilizam-se indicadores sintéticos de bem-estar e indicadores de acessibilidade estabelecidos por Kuwahara e Maciel (2017) a partir dos microdados da componente amostral do Censo de 2010.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Nas abordagens tradicionais de economia cada decisão envolve um conjunto de variáveis que podem ser consideradas benefícios ou custos. Nas decisões relativas ao modo de transporte, supondo alguém que reside longe do seu local de trabalho, o tempo assim como o custo monetário para se deslocar, seja de transporte público ou individual, configurariam os custos de uma decisão de residir em locais mais distantes para ter maior qualidade de vida. Similarmente, nas decisões de modo de transporte para lazer ou outros motivos, haveria custos e benefícios. A questão investigativa que norteia o artigo é saber se um sistema de transportes ineficiente, incorrendo em tempos elevados para deslocamentos compromete a qualidade de vida dos residentes de uma municipalidade. A hipótese adjacente é de que elevados custos de transporte, expressos por tempo elevado de deslocamento, comprometem o bem-estar da população e promovem quedas na qualidade de vida. O mau funcionamento do transporte torna o acesso a alguns serviços básicos distantes da realidade da população que dele necessita, além de dificultar o acesso ao mercado de trabalho. Nas periferias – região habitada pela parcela mais pobre da população – não há oferta de trabalho suficiente para suprir a demanda, o que sugere que haja um maior deslocamento da população. Nesse sentido, os municípios selecionados para a análise envolvem localidades que poderiam ser consideradas periféricas, como Cotia e Vargem Grande Paulista, e outras que poderiam ser consideradas relativamente centrais na região, Diadema e São Bernardo do Campo, estas últimas pela presença da indústria de transformação, notadamente a automobilística, e sua influência sobre a ocupação econômica desses espaços. A maior concentração de deslocamentos motivados por trabalho entre as localidades estudadas é o "Trabalho/Serviços" com 58% do total, seguido por "Trabalho/Industria" com 26%. O setor de serviços é o principal motivador das viagens para a região e que o município de São Paulo é o destino de grande parte das viagens por motivo trabalho. São Paulo apresenta o pior indicador de acessibilidade dentre os municípios estudados, até mesmo por atrair viagens dos demais. Vargem Grande Paulista, com maior porcentagem de viagens internas e menores oportunidades relativas de emprego apresenta o melhor indicador de acessibilidade. Os preços médios de alugueis são maiores em São Paulo sendo que os de São Bernardo do Campo são 59% da media paulista, Diadema 57%, Cotia 50% e Vargem Grande 39%. A análise permite sugerir que a demanda por emprego assim como a dinâmica econômica esteja interferindo sobre os fluxos das cidades, afetando a qualidade de vida e sendo afetada por ela, permitindo e favorecendo oportunidades ou privando seus moradores de bem-estar, sobretudo quando o acesso aos bens serviços se torna concentrado e gera efeitos adversos na forma de maior trânsito e sensível piora nos fluxos, privando os residentes do viver bem a cidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados indicam que os habitantes de uma cidade podem se encontrar em situação de privação quanto à liberdade de se locomover e viver a cidade, mesmo quando há condições materiais e econômicas consideradas de alto desenvolvimento. O artigo contribui também para o esforço de reflexão multidisciplinar sobre a forma como se configura a cidade e os determinantes dos deslocamentos dos

seus cidadãos, apresentando indícios relevantes da necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso da população a moradia e ao emprego.

Título:
Uma flâneur na metrópole contemporânea: paisagens urbanas goianienses na Avenida e Eixo Anhanguera

Autor:
Jordanna Fonseca Silva –Graduação, Universidade Federal de Minas Gerais

Código:
MU048

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Apresentar as múltiplas paisagens urbanas existentes no decorrer da Av. Anhanguera: a estrada das mercadorias, que cruza a capital de Goiás de leste a oeste, estendendo-se até as cidades metropolitanas. Analisar as condições de mobilidade urbana da capital de Goiás no corredor de transporte público denominado de Eixo Anhanguera: veículo biarticulado que trafega exclusivamente por essa avenida. O ""Eixão"" foi o precursor de toda a rede integrada de transportes coletivos que hoje opera na Região Metropolitana, conectando terminais e demais linhas de ônibus.

Assim, além das paisagens exteriores ao coletivo, busca-se conhecer as relações que se formam dentro do Eixo (entre usuários/as, ambulantes, pedintes, artistas etc.), para refletir sobre a apropriação do espaço pelos sujeitos/agentes sociais; como se conformam as múltiplas territorialidades e fronteiras em sua dimensão política; e, ainda, se é possível pensá-lo como um espaço de troca ou como uma “guerra de lugares”.

Metodologia:

A proposta metodológica consiste em uma “caminhada virtual” (ARANTES, 2000), por meio da qual atravesso a cidade na Av. Anhanguera, capturando os trechos com fotografias para, em seguida, descrevê-las e analisá-las. Procurei estabelecer um diálogo entre a obra de Arantes e de Benjamin, pois, minha intenção foi olhar para cidade considerando-a um grande laboratório. Entretanto, diferente do flâneur que caminha sem destino e a “passos de tartaruga”, cultuando as ruas da metrópole moderna, observo a cidade da janela do coletivo e meu destino foi preestabelecido.

Neste percurso, foram consideradas informações, ou dados, relevantes tanto as que estão do lado de fora do Eixo, ou seja, que versam sobre a paisagem urbana, a estruturação dos espaços públicos, a oferta de serviços, bem como aquelas encontradas dentro do veículo, como o perfil de usuários, as condições de travessia e eventuais formas de sociabilidades ensaiadas.

Essa proposta envolve uma tensão entre a flânerie, no sentido benjaminiano, da observação paciente e atenta, e outras metáforas ou analogias da ação social orientadas pelo traçado da cidade, como a do Metrô (Bourdieu), a do plano ou mapa (Passeron), a do ônibus em movimento (Schumpeter): a complexidade das mudanças de posição nos espaços sociais. Resulta no que poderíamos considerar uma etnografia urbana (MAGNANI, 2002) aliada à produção de fotografias. As imagens foram analisadas com o auxílio de autores como Dubois e Julien Freund, além da metodologia de Leitura e Análise da imagem,

proposta por Coutinho (2011). Isso foi fundamental para a compreensão das mudanças ocorridas ao longo do tempo, tanto em relação ao "Eixo" e à Avenida quanto de seu entorno.

Em suma, a produção fotográfica permitiu analisar as paisagens urbanas que compunham o traçado atual da Av. Anhanguera, ao fixar em imagens os lugares que passavam pela janela. Já as interações entre diferentes grupos que aconteciam dentro do Eixo foram captadas com o método observacional.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As hipóteses deste trabalho envolvem dois dos principais problemas enfrentados pelos cidadãos no cotidiano e na vida na cidade: mobilidade urbana e segregação espacial. Sabe-se que a organização do transporte coletivo nas grandes cidades contribui para o controle social e o confinamento dos habitantes menos favorecidos economicamente, deixando o espaço público a dispor das elites, classes alta e média, que podem pagar mais por melhores formas de locomoção e consumo da cidade.

Se o caso é habitar regiões metropolitanas e trabalhar e/ou estudar na capital, o fenômeno é definido como movimento pendular. Como se trata de uma trajetória entre municípios, algumas cidades da região metropolitana de Goiânia, atendidas pelo Eixo Anhanguera, como Senador Canedo, Trindade e Goianira, ilustram esse fenômeno crescente na dinâmica urbana metropolitana. Com relação ao transporte coletivo, nota-se o que se repete noutras capitais e RMs: superlotação; insegurança (roubos, furtos, assédios); agressões involuntárias (cotoveladas, pisar no pé, quedas etc.); preços abusivos; desconforto; tempo de espera elevado nos horários de pico; estruturas de integração abandonadas, com pouca manutenção etc.

No que se refere à segregação espacial, cabe investigar se a hipótese de que existe uma segregação socioespacial ao longo do corredor Eixo Anhanguera (ou seja, da Av. Anhanguera) se confirma. Os lugares sociais são construídos a partir de superposições, entrecruzamentos complexos, formando zonas simbólicas de transição onde atores e cenários em suas mútuas relações, ordenados em categorias e grupos sociais, erguem coletivamente fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam e hierarquizam os diferentes habitantes da cidade (ARANTES, 2000). Esta diferença se constitui, fundamentalmente, devido à sua localização no espaço urbano, ou seja, por sua posição dentro da estrutura social, produzindo tensões e conflitos que definem a dinâmica da realidade cotidiana nas grandes cidades. As relações entre centro e periferia, metrópole e cidades satélites; campo e cidade; cidades do interior e capital etc.; formam uma complexa estrutura que submete uma área a outra numa situação de aparente dependência mútua e de essencial exploração das zonas marginais.

Discuto a questão da segregação socioespacial de modo central, abordando aspectos que relacionam a ocupação territorial com a divisão do trabalho social. Apresento ainda elementos que nos permitem concordar que a gestão e governo das cidades são voltados, predominantemente, para classes dominantes e médias, habitantes das regiões centrais; ao passo que as classes populares, periféricas em termos econômicos, ficam à margem na qualidade dos serviços públicos urbanos, bem como dos espaços públicos de consumo coletivo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O trajeto da Av. Anhanguera por onde passa o Eixo não se reduz a um espaço de circulação: trata-se de um espaço público. Não se restringe a um lugar de simples deslocamento, homogêneo e abstrato, de pessoas e bens; mas integra em seu veículo e percurso diário redes de sociabilidades, convívios, encontros

e agência. Isso foi elucidado com a presença de ambulantes, pedintes, rapazes da reabilitação, dos artistas de rua.

Vários sintomas dos problemas sociais urbanos estão reunidos dentro deste veículo. Para além da aparente simples desigualdade entre ricos e pobres, as drogas, o mercado informal, o subemprego, a mercadoria e mão de obra barata, as precárias condições do transporte público, a vulnerabilidade física e a facilidade de assédios, o tempo perdido na espera, a mendicância, os assaltos, a criminalidade, os apelos religiosos (ARANTES, 2000), são algumas das características da marginalização, do submundo cotidiano maquiado pelo espetáculo da vida moderna.

Título:
Trajetórias e estratégias: a mobilidade urbana e o uso de modais pelos sujeitos nos deslocamentos diários

Autor:
Irapuan Peixoto Lima Filho –doutorado, Universidade Federal do Ceará - UFC, professor do Departamento de Ciências Sociais

Código:
MU023

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho analisa as práticas de mobilidade urbana na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, uma metrópole regional que cuja área de influência se estende não apenas sua Região Metropolitana com 19 municípios, mas vários outros estados. A população de Fortaleza já ultrapassa os 2,6 milhões e a RMF chega a mais de 4 milhões, provocando um grande fluxo de deslocamentos que impactam socialmente os indivíduos. São pesquisadas as implicações sociais dos problemas gerados pela mobilidade urbana, analisando como se dá o deslocamento dos indivíduos na cidade, o uso dos modais de transporte (automóvel particular, ônibus, trens, bicicletas etc.) e as implicações disso para sua sociabilidade; a relação e o uso da cidade; e a saúde física e mental. Também se atenta ao modo como as estratégias usadas pelos sujeitos são impactadas pelas políticas recentes de mobilidade, especialmente da prefeitura de Fortaleza, que investem na ampliação cicloviária e corredores de ônibus.

Metodologia:

Partindo de uma literatura que considera a cidade como um dos grandes desafios sociológicos da atualidade (Carvalho, 2000; Sassen, 2005; Gegner, 2012; Sennett, 2014) e que discutem novos usos da cidade (Mongin, 2009; Barreira, 2012; 2017; Perulli, 2012; Gehl, 2015; Speck, 2017), a pesquisa foi planejada em duas fases, uma preliminar na qual foi realizado um survey com 404 questionários aplicados 2017 em pontos estratégicos da cidade (quanto à movimentação de pessoas) buscando entender os elementos básicos de mobilidade em Fortaleza; e uma segunda fase, atualmente em andamento e com previsão de término em outubro de 2018, na qual um novo questionário é aplicado descortinando as estratégias utilizadas pela população para seu deslocamento diário, como a escolha dos modais e dos trajetos a serem realizados numa busca de diminuir o tempo de deslocamento.

Esta abordagem é cotejada com uma análise das políticas públicas de mobilidade urbana, especialmente da prefeitura municipal de Fortaleza, que tem neste setor uma de suas ""bandeiras"", bem como dos dados coletados pelo IBGE e outros medidores de impactor.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O uso dos modais influencia o olhar da cidade pelos sujeitos. Aqueles que usam o transporte público (ônibus e vans) categorizam a cidade a partir do que experenciam, seja dentro das viagens tradicionais, sejam aquelas contempladas com melhorias como os BRTs. Já os adeptos das bicicletas estão construindo novas sociabilidades orientadas por pautas políticas de larga escala que se manifestam por meio de novos padrões de comportamento que geram novas posturas do ser humano diante da natureza e estão associadas ao cuidado com o meio ambiente, à diminuição da poluição e da busca de um modo de vida mais saudável.

Fortaleza vivencia, nos últimos anos, um movimento algo espontâneo que motiva novos usos da cidade. Tais práticas estão associadas às ideias de saúde, cuidado do corpo e de si, e talvez também sejam reações à violência e aridez da vida nas grandes cidades, mas resultam na busca por lazer, diversão e sociabilidade em espaços públicos, como praças, parques etc.

Baseado nessa realidade, os entrevistados foram divididos em seis categorias: motoristas de automóveis particulares (17,1%), motoristas de ônibus e vans (9,4%), motoristas de táxi (11,9%), usuários do transporte público (31,7%), transeuntes (17,3%) e ciclistas (12,6%), como estratégia de obter as falas de atores distintos do cenário da mobilidade urbana.

Os interlocutores estava se deslocando por motivos de trabalho/ocupação (46%) e estudo (24,3%) e que usavam principalmente o transporte público (41,8%) e os automóveis (22%). junto a bicicletas (10,9%) e a pé (10,1%). O tempo de deslocamento foi: 57,7% no máximo 30 minutos de sua residência até ali, com 26,2% entre 30 e 60 minutos e 15,3% entre 1 e 2 horas.

As respostas parecem indicar uma cidade que realmente privilegia o transporte particular. Quando consideramos a estratificação do deslocamento, 43,1% dos ciclistas e 52,1% dos motoristas de automóveis gastaram entre 10 e 30 minutos de casa até o local da entrevista; mas o mesmo não se replica para os transeuntes e usuários do transporte público, cuja maioria precisou de 30 e 60 minutos para se deslocar até o local da entrevista: 30% e 33,5%, respectivamente. Para complementar, 25% dos usuários de transporte público e 18,5% dos transeuntes precisou de 1 a 2 horas para chegar ao local das entrevistas. 55,7% dos transeuntes usaram o transporte público para chegar ao local e, destes, 41,02% precisaram de 30 a 60 minutos para isso.

Com isso, fica claro que aqueles que usam o transporte público demoram mais tempo para chegar ao seu destino do que os usuários de automóvel particular e ciclistas, o que mostra como a dinâmica da cidade (que envolve oferta de ônibus e condições das vias) favorece o uso privado de transporte, não o coletivo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os dados analisados sugerem que em Fortaleza os deslocamentos por automóvel particular ainda são mais rápidos do que os pelo transporte público, em vista de que grande parte dos investimentos em políticas públicas é voltada à práticas que favorecem aquele primeiro modal, como requalificação de vias e em infra-estrutura. As ações governamentais voltadas ao transporte público, em particular ao sistema de corredores exclusivos de ônibus, ainda é muito incipiente em relação ao contexto geral e não gera resultados impactantas à cidade como um todo.

Além disso, o investimento no setor cicloviário teve como resultado, sugerem os dados, na ampliação do uso das bicicletas como prática de lazer, não como deslocamento diário.

Título:
Mobilidade a pé e a relação com a cidade em São Paulo

Autor:
Victor Callil –mestrado, Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa (Cebrap)

Código:
MU050

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Embora a locomoção pedestre seja um modal que atinge praticamente todos aqueles que estão aptos a caminhar, buscamos entender aqui quais são as características dos que têm na locomoção a pé o seu principal meio de deslocamento. Tendo em vista os meios de transportes mais utilizados pelas pessoas, buscamos entender qual a percepção desses grupos em termos de problemas da cidade, sensação de segurança, presença no espaço público, frequência de atividades físicas além de buscar entender qual o contexto socioeconômico desse grupo. Objetivamos entender se a relação das pessoas que se locomovem mais a pé com a cidade é melhor ou pior do que a relação experimentada por aqueles que se deslocam mais com outros modais. As análises aqui apresentadas buscam auxiliar com dados e evidências o debate público, contribuindo na produção de um espaço público mais acolhedor para aqueles que estão a pé.

Metodologia:

Este trabalho consiste, primeiramente, na captura de dados primários por meio de instrumentos que garantam sua representatividade para a população de São Paulo. Posteriormente, foi realizada análise dos dados associando seus achados ao referencial teórico composto por estudos que versam sobre o planejamento urbano, bem como sua aplicação nas cidades.

Para a captura dos dados foi desenhada amostra representativa da população da cidade composta por 1.000 entrevistas domiciliares, com método probabilístico com cotas no setor censitário controladas por sexo, idade e classe. Essa pesquisa foi a campo entre os meses de outubro e setembro de 2017 e um questionário estruturado foi utilizado para a captura das informações. O instrumento de coleta foi dividido em 7 blocos: Socioeconômico, Mobilidade, Problemas da cidade, Bem-estar, Violência, Saúde e Economia. É importante ressaltar que cada um dos blocos foi extraído de instrumentos já validados de coleta de dados, como por exemplo, o questionário de coleta de viagens da Pesquisa OD do Metrô para o bloco de Mobilidade, o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) para questões de Saúde, ou a versão reduzida da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) para as questões relativas à Economia.

Embora esses instrumentais de coleta de dados já existissem e fossem validados nos meios acadêmicos que estudam cada área analisada, eles nunca haviam sido aplicados para a mesma população, de modo que não era possível, até o momento, elaborar os tipos de análise que serão apresentadas neste trabalho. Outros dados ainda – como percepção de presença em espaço público, por exemplo – são raramente coletados em estudos nacionais. O estudo traz, em sua composição, dados e correlações até então

inexistentes no debate público. Se por um lado os dados captados nos trazem novas informações sobre a população da cidade e suas percepções, por outro, ajuda a corroborar ou contestar ideias preconcebidas a respeito do “andar a pé” em São Paulo."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A cidade de São Paulo, assim como boa parte das grandes cidades dos países em desenvolvimento, tem na base histórica de seu processo de urbanização, a promoção de políticas de intensificação de uso do automóvel. Se a década de 1950/60 (Rabelo, 2003), a política desenvolvimentista nacional via na indústria automobilística e no incentivo ao uso de modais motorizados a resolução de dois problemas centrais para o crescimento econômico, a saber, conexão territorial e industrialização do país (Pereira e Lessa, 2011), é igualmente verdade que a este processo influenciou o modo como se deu nosso desenvolvimento na escala urbana.

Dentro dos planos de avenidas ou reformulações viárias o espaço dedicado aos pedestres, quando presente, aparecia sempre de maneira acessória. O entendimento da cidade como local de passagem e não de permanência, como colocam alguns autores, (Jacobs, 1965; Gehl, 2010) parecia um imperativo até então - e em alguns casos ainda parece. Sem ignorar a necessidade de grandes deslocamentos em função do espraiamento urbano que a cidade sofreu, em especial entre as décadas de 1950/1980 (Marques, 2010), este trabalho olha para o elemento mais sensível do tráfego, aquele que mais morre em ocorrências de trânsito (INFOMAPA, 2018), aquele no qual a grande maioria da população se enquadra – o pedestre.

A principal hipótese levantada nesse trabalho é de que mesmo em uma cidade na qual toda a trajetória de planejamento urbano tenha sido enviesada para favorecer e facilitar o uso dos modais motorizados (Rolnik e Klintowitz, 2011; Vasconcellos, 1999, 2013; Requena, 2015), as pessoas que andam mais a pé guardam melhor relação com o espaço público. Ou seja, boas condições de caminhabilidade (ITDP, 2018) é algo extremamente impactante na qualidade de vida da população.

Os principais resultados encontrados apontam para uma melhor relação com a cidade das pessoas que andam mais a pé, se comparado às pessoas que se locomovem mais de transporte motorizado individual e transporte público. A versão estendida do artigo irá destrinchar essa análise de modo a esclarecer em que medida andar a pé é pode ser um fator de melhor relação com a cidade. Alguns achados: quem se locomove mais a pé tem 36% mais chances de sentir prazer e 64% mais chances de sentir relaxamento em seus deslocamentos cotidianos em relação ao grupo que se locomove mais de transporte público ou transporte motorizado individual. Quem anda mais a pé tem 20% mais chances de frequentar parques, praças e feiras e 25% mais chances de frequentar bairros ou ruas abertas se comparado ao grupo que se locomove mais de transporte público ou transporte motorizado individual. Quem anda mais a pé também tem menos sensações ruins durante seus deslocamentos cotidianos. Eles apresentam mais chances de não sentir nunca ou quase nunca: stress ou irritação (38%), medo de chegar atrasado (34%) e sentir desconforto (42%).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados apresentados mostram que promover bons índices de caminhabilidade, bem como incentivar a mobilidade a pé pode resultar em benefícios de diversas esferas. Pensar na caminhabilidade como elemento propulsor da qualidade de vida, entendendo as dimensões de seus impactos, ajuda a corroborar a necessidade de atenção dos gestores responsáveis pela mobilidade urbana para uma atuação mais intensa sobre esse tema. Uma melhor experiência durante os deslocamentos, bem como de

frequência maior em espaços públicos foram observados em análises inter e intra grupos levando em consideração tanto a população geral como por corte de classe social.

Título:
Trazendo o transporte de volta a vida: uma abordagem antropológica do VLT

Autor:
Julia Osthoff Bediaga –mestrado, PPGSA-IFCS-UFRJ

Código:
MU004

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho propõe uma análise do VLT carioca e sua relação com as mudanças ocorridas na cidade com as Olimpíadas através da provocação de Tim Ingold de trazer as coisas de volta à vida. A indicação portanto é seguir o VLT, e a partir dele, enquanto coisa, observar as dinâmicas envolvidas em sua instalação. Seja em termos heurísticos, para pensar o momento específico de construção da cidade, sob o mandato de Eduardo Paes e o frenesi olímpico; seja em termos de propaganda, vitrine, espelho de uma gestão e ideia de cidade. Trata-se de seguir seus fluxos vitais, acompanhar sua relação com seus usuários, investidores, turistas, idealizadores, moradores do entorno, que o perpassam cotidianamente, sem reproduzir a divisão metafísica entre sujeito e objeto, mas observando sua comunicação e integração, presente materialmente e simbolicamente na cidade e na vida das pessoas. Reconstruir a partir do VLT as categorias usadas em suas justificativas de tradição, modernidade e sustentabilidade.

Metodologia:

A partir de uma abordagem etnográfica, utilizando a teoria de Ingold e seus conceitos como malha e itineração, este trabalho tem como objetivo analisar a gestão e uso do VLT, tendo em vista seu efeito enquanto transporte, com ênfase nos fluxos e processos. Para isso, será necessário resgatar as dinâmicas presentes no seu processo de instalação, desde sua concepção até sua realização, observando os envolvidos enquanto idealizadores, investidores, realizadores, usuários e moradores do entorno. Outra dimensão importante do trabalho é a análise de sua representação simbólica, observada no discurso oficial de sua implantação, com propagandas e justificativas dadas pela assessoria de imprensa. Além disso, serão realizadas entrevistas com moradores e comerciantes que vivenciaram o processo de implementação do VLT e que distinguem um antes, durante e depois, contrapondo os discursos oficiais com outras narrativas, além de oferecerem perspectivas não só teóricas, mas também práticas. Neste sentido, é fundamental para a pesquisa a temporalidade cotidiana, como se dá presença do VLT no centro da cidade e sua utilização como meio de transporte. Para isso será realizado trabalho de campo, como forma de interação direta com os espaços, moradores e usuários, tanto no interior do VLT quanto em seus arredores, como forma de observar sua utilização e sua relação com o entorno. O agrupamento dessas diversas fontes de informação será traçado a partir do princípio de tomar o VLT enquanto coisa, seguindo os materiais como matéria em fluxo

Problemas, hipóteses e principais resultados:

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

As pesquisas sobre o VLT até o momento têm se concentrado na dimensão mais macro de sua realidade. Tal abordagem se concentra nas categorias que envolvem mudanças urbanas recentes, especificamente as mais drásticas em razão dos megaeventos, mas também as que seguem a lógica de uma cidade global como solução administrativa para a gestão bem-sucedida de uma metrópole. Assim, vemos a articulação internacional de categorias de discurso, que recorrem, por vezes contraditoriamente, à justificativas de modernidade, tradição e sustentabilidade tanto para turistas quanto para moradores. Isto é, ideais abstratos utilizados para apoiar determinada ideologia e modelo de gestão. No entanto, além destas possibilidades discursivas, existem outros ordenamentos da realidade, como afirma Tambiah, passíveis de serem resgatados e registrados, associados e traçados, a partir de fontes alternativas de informação, como é o caso da abordagem etnográfica. Sendo assim, é frutifico se apoiar em outras disciplinas, por exemplo a antropologia, que apresenta ferramentas de pesquisa como o trabalho de campo, além de tornar possível lidar com concepções ontológicas distintas, revelando diferentes realidades de um mesmo fenômeno.

Por isso, o trabalho propõe uma investigação guiada pela própria coisa que é o VLT, pelos fluxos de vida que o perpassam, pelos ciclos dinâmicos e por suas diversas dimensões concatenadas em sua materialidade. Como o objetivo é traçar a partir dos caminhos guiados pelo VLT, não afirmamos resultados apriorísticos. Porém, podemos a partir de outros trabalhos relacionados, mais especificamente sobre um Rio de Janeiro com grandes transformações urbanas pautadas por megaeventos internacionais e a partir de experiências iniciais no campo, já propor algumas hipóteses. A consecutiva adaptação do plano conforme sua implementação, sendo o maior exemplo a radical mudança do número e trajeto de linhas do plano inicial até o atual, onde atuam a falta de transparência sobre sua realização, a mudança nas prioridades iniciais, assim como a aparente falta de comunicação entre as instâncias de sua realização, exemplifica a vivência e o abandono das obras e iniciativas de construção de um transporte inclusivo. Há também uma grande discrepância entre os discursos oficiais, voltados para os investidores e consumidores, e a realidade difusa de sua implementação. Outro ponto importante de ser ressaltado é o constante descaso com os habitantes do entorno, que tiveram seu cotidiano alterado por estas transformações, ainda que fossem acionados como justificativas iniciais para a implementação do VLT. Finalmente, cabe ressaltar a reapropriação desses espaços através de usos imprevistos e sua absorção na cidade, característica de todo fenômeno urbano, aspecto ainda a ser aprofundado no decorrer da pesquisa

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Como veículo urbano público de recente implementação e novidade na experiência brasileira de mobilidade urbana, o VLT figura como um possível objeto heurístico de estudo, seja por conciliar justificativas de modernidade e tradição, mas sobretudo por evidenciar o modus operandi de transformações urbanas voltadas para um momento específico internacional de concepção de cidade global. Além disso, a mobilidade urbana pelo seu caráter intrinsecamente cotidiano e público possui diversas realidades interdependentes em sua materialidade e representação, por isso coisa que possibilita a integração entre diferentes abordagens, cada uma relevante ao seu modo para o debate acadêmico.

Título:
Quem tem direito à rua? A construção social da preponderância do automóvel no Brasil, 1900-1930
Autor:

Mario Peters –doutorado, Fundação Alexander von Humboldt (Alemanha, Bolsista de Pós-Doutorado) e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social (Professor Visitante)

Código:
MU011

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste trabalho é entender, a partir de uma perspectiva da história social e cultural, como o automóvel se tornou o principal meio de transporte nas cidades brasileiras. Pretende-se mostrar o processo de construção social da preponderância do carro que começou logo nos primeiros anos do automobilismo no início do século XX e analisar os discursos da época sobre a questão quem teria o direito de usar as ruas urbanas. Procura-se identificar os principais grupos de atores neste processo, seus motivos, estratégias e argumentos. Pretende-se ainda explicar, a partir de uma comparação dos resultados da pesquisa com a literatura sobre o assunto, como a construção social da dominância do automóvel no Brasil seguiu tendências universais e discutir as particularidades do caso brasileiro.

Metodologia:

Foram consultadas no acervo da Biblioteca Nacional (RJ) e em vários arquivos públicos no Rio de Janeiro e em São Paulo várias fontes históricas (datadas entre 1900 e 1930). Foram consultados jornais da época, tais como Estado de São Paulo, Jornal do Commercio, Correio da Manha, Jornal do Brasil e revistas como Fón-Fón e Klaxón para analisar a cobertura sobre assuntos do transito urbano, principalmente as questões de abertura de vias, segurança e acidentes. Nessas fontes foram encontradas reportagens sobre conflitos entre motoristas e pedestres que revelaram as ações dos que tentaram defender seu direito ao acesso às ruas. Atenção particular foi dada também às cartas de leitores nos jornais, pois são fontes que permitem descobrir “a voz” dos transeuntes e o olhar crítico sobre a crescente dominância do automóvel.

Foram analisadas publicações do Automóvel Clube do Brasil e de outros clubes automobilísticos como as revistas Revista Automóvel Clube e Boas Estradas e também a imprensa automobilística (Auto-Propulsão, Auto-Sport, O Veículo, Revista de Automóveis). Essas fontes serviram para analisar as ações dessas associações em favor da consolidação do automobilismo e as estratégias que elas usavam para influenciar o discurso sobre o automóvel, a mobilidade urbana e a segurança no transito.

Além de documentos oficiais de planejamento urbano, publicados pelas administrações municipais de Rio de Janeiro e São Paulo, foram consultados registros oficiais sobre acidentes no transito e conflitos entre motoristas e transeuntes.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Entre os anos 1900 e 1930 as cidades no Brasil foram cada vez mais afetadas pela ascensão do automobilismo e pela crescente presença dos automóveis que competiram com outros meios de transporte e transeuntes pelo espaço na rua. Diante desse contexto a questão a que se coloca é quem teria direito de usar a rua: pedestres, crianças, comerciantes, carroças, ou somente automobilistas?! Tomando Rio de Janeiro e São Paulo como casos de estudo, pergunto como os discursos sobre essa questão contribuíram ao longo prazo ao fato que a rua virou um espaço quase exclusivo para o autocarro.

Uma hipótese é que não se tratava de um processo linear que inevitavelmente resultaria na vitória do automóvel, más de uma questão que foi discutida controversamente por diferentes setores da sociedade, causando polémicas e resistências. Para adequar as ruas da cidade à motorização individual e estabelecer o carro como o predominante modo de locomoção, não bastava reconstruir o ambiente urbano (isso é abrir novas avenidas) e impor novas regras que buscaram regularizar e limitar seu uso pelos pedestres. Os defensores do automobilismo tinham que levar em conta a dimensão cultural e estabelecer um ideário que favorecesse o automóvel e ajudasse a eliminar os usos tradicionais da rua urbana.

A pesquisa mostra que os automobilistas buscavam estabelecer um discurso que, ao mesmo tempo, enfatizava as conveniências da motorização individual como progresso, modernização e liberdade individual etc. e difamava outros meios de transporte, taxando-os como atrasados, e pedestres como caipiras.

Foram diversos grupos que perceberam o crescimento do automobilismo com olhares críticos e que lutaram contra a "perda da rua", incluindo pedestres, comerciantes e setores ligados a outras formas de transporte. Estes grupos também estabeleceram um discurso, por sua vez enfatizando os problemas que o automóvel de fato ou supostamente trouxera: barulho, destruição do ambiente urbano, e principalmente perigo de morte. Empenharam-se em varias formas de resistência incluindo violência contra motoristas e iniciativas de conscientização e em favor da regularização e limitação da motorização individual.

Desde que foram fundados na primeira década do século XX, os Automóvel Clubes e a imprensa automobilística atuaram como principais atores em favor da difusão da motorização individual. Já a postura do estado mudou profundamente durante a época em consideração. No inicio os poderes municipais, agentes policiais e juízes (que trataram de casos de acidentes de viação) muitas vezes culparam motoristas e buscavam manter um equilíbrio entre os vários participantes na regularização do transito. Com o crescimento do automobilismo e os discursos em favor dele o cenário mudou em favor dos motoristas. Cada vez mais pedestres foram culpados como responsáveis por acidentes porque estavam onde não deveriam ter estado: na rua, que agora foi entendida como um espaço para o fluxo livre do transporte em quatro rodas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O trabalho contribui à compreensão de como a rua urbana deixou de ser um espaço público que favorecia várias formas de sociabilidade. A pesquisa mostra que o que importava não era em primeiro lugar o número exato dos carros que circulavam na rua (que estava constantemente crescendo, embora que o automobilismo ainda não era ao alcance de grande parte da população), mas o novo ideário que se criava em torno dele. Aqui está a origem da imagem do carro como algo inevitável e indispensável. E é aqui onde podemos encontrar as raízes de uma mentalidade que favoreceu a posterior motorização individual em detrimento de possíveis alternativas de transporte urbano.

A literatura sobre a história das cidades no Brasil no inicio do século XX destaca as reformas urbanas e a intenção das autoridades de modernizar e fazer o espaço urbano um símbolo do progresso. Esse trabalho revela o papel especifico da mobilidade e do automobilismo nesse contexto.

Título:

Como chegar à mobilidade? - apontamentos teóricos e metodológicos para pesquisa em mobilidade urbana.

Autor:
Mariana Imbelloni Braga Albuquerque –mestrado, Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional na PUC-Rio

Código:
MU014

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O desenho das cidades industriais concebe como principal fluxo de deslocamentos os realizados para funções laborais. Fluxo este que não leva em conta importantes trajetos realizados na dinâmica das funções reprodutivas ou outras dimensões da vivência cotidiana, resultando em um desenho de transportes que, além de saturado, reitera lógicas excludentes. O olhar da/para mobilidade a partir destes paradigmas acaba por a restringir a uma organização já questionada (e, talvez, nunca totalmente concretizada) de cidade e de transportes. Para um novo conceito de mobilidade é necessária uma metodologia que leve em conta a experiência realizada pelos múltiplos corpos que atravessam a cidade em seus vários objetivos e trajetos. O presente trabalho tem, assim, por objetivo, trazer aportes metodológicos para a investigação da mobilidade enquanto experiência-evento, explorando a importância da pesquisa etnográfica para redesenho do planejamento urbano e efetivação do direito à cidade.

Metodologia:

A investigação da mobilidade a partir da experiência móvel e dentro do paradigma etnográfico implica tanto no alargamento do próprio conceito de mobilidade quanto no preparo para a percepção etnográfica. Para realização do objetivo explicitado, assim, o presente trabalho parte da organização bibliográfica da produção sobre a mobilidade como um evento, principalmente nas obras de Georges Amar e François Ascher, somando-a aos trabalhos de Paola Jíron e Walter Imilan sobre a criação de uma metodologia específica para a apreensão da mobilidade urbana, a metodologia de sombreo, que consiste em observar a mobilidade cotidiana de participantes da pesquisa realizando essa mobilidade conjuntamente por todos os percursos de um dia (não somente casa-trabalho) e observando as ações e interações do e no percurso com olhar etnográfico. Entender a mobilidade não como (somente) trânsito entre um lugar e outro, mas um evento importante, um tempo vivido e um espaço construído na vivência cotidiana do urbano, propicia um olhar amplo sobre as reconstruções da dinâmica de deslocamentos e da cidade. Assim, as principais fontes do trabalho são bibliográficas para a contribuição na construção de ferramentas de análise e crítica da mobilidade, somadas à experiência de pesquisa na realização de pesquisa de sombreo no Rio de Janeiro.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A organização desigual das cidades, reiterada pela dinâmica precária e restrita de transportes, tem sido discutida e criticada com afinco, visando uma efetivação do sistema para garantia da possibilidade de mover-se e acessar a cidade. Conquanto seja essencial a presença de um sistema acessível e eficaz de transportes nas cidades, o desenho calcado nos deslocamentos específicos da dinâmica laboral de um modelo capitalista industrial e de serviços não garante que, mesmo que efetivo, esse sistema de

transportes se traduza em mobilidade. Não ignorando a fundamentalidade da organização classista da sociedade na do modelo urbano, há toda uma outra gama de deslocamentos que tal organização não alcança. E tampouco a alcançam as metodologias de pesquisa quantitativas por padrões de origem-destino ou contabilização do tempo de transporte O enfoque do transporte casa-trabalho, nesse sentido, não alcança a complexidade dos trajetos realizados nem a dimensão de vivido dos mesmos. Deixa, pois, fora da análise, tanto os trajetos realizados por aquele que não esteja dentro da dinâmica de trabalho da economia formal quanto a própria e complexa experiência de mobilidade destes trabalhadores e trabalhadoras, vivida de maneira desigual por quem se locomove quando e para onde e influenciando diretamente no acesso a trabalho, estudo e demais direitos sociais relacionados à distribuição de aparelhos urbanos. Inverter a lógica para partir da vivência da mobilidade para pensar o desenho de cidade, ter a mobilidade não somente como objeto, mas como enfoque teórico, possibilita a apreensão da dimensão vivida desta mobilidade. A principal hipótese desta análise, assim, é que a metodologias de um paradigma etnográfico, como o sombreo, metodologia de pesquisa que parte da etnografia do movimento pensando a mobilidade como um lugar, como um acontecimento, para pesquisas de mobilidade urbana, possibilitam a visibilização de dinâmicas de mobilidade que, de outra maneira, restariam ignoradas. E, mais importante, restando ignoradas não permitiriam proposições de desenhos urbanos realmente inclusivos. Os resultados do levantamento bibliográfico indicam uma crescente importância dos aspectos vividos da mobilidade como um evento, inalcançáveis unicamente pela análise quantitativa (embora não a excluindo), bem como uma aposta no desenvolvimento de metodologias específicas para apreensão da mobilidade, como o sombreo de Jíron e Imilan. Em um caráter prático, a pesquisa a partir de análises etnográficas e a realização em curso de uma pesquisa de sombreo tem possibilitado evidenciar marcadores como raça, gênero, idade, deficiência, além de classe, como organizadores do espaço-tempo da cidade e da mobilidade e pensar um conceito mais amplo e inclusivos de organização urbana.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A ampliação do conceito de mobilidade e seu olhar a partir das múltiplas experiências cotidianas permitem evidenciar dimensões da construção da vivência da cidade ignoradas pelo estudo focado no transporte casa-trabalho. Evidenciando trajetos invisíveis e eixos de dominação excludentes, ver a mobilidade como e a partir da experiência fornece elementos para um plano de mobilidade mais inclusivo. A metodologia de sombreo aparece como importante lente para tais análises, condensando um aporte teórico e uma visão etnográfica. A contribuição de metodologias de estudo de mobilidade qualitativas oferta, assim, novos caminhos para que o pensamento sobre mobilidade urbana questione não só os gargalos e engarrafamentos administrativos e legislativos que já conhece, mas o próprio desenho das ruas.

Título:
A cidade cresce, mas o transporte pára: mobilidade urbana e espoliação cotidiana do trabalhador na metrópole do Rio de Janeiro

Autor:
Aline Rozenthal de Souza Cruz –doutorado, Universidade Federal Fluminense - UFF

Código:
MU007

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho busca discutir a influência do transporte coletivo sobre as relações sociais de (re)produção do espaço urbano ou o movimento pendular do trabalhador. Para isso, o enfoque residirá no entendimento da metrópole carioca que se configurou dos anos 1990 em diante, com destaque ao período entre 2009 e 2016, intervalo que corresponde a gestão do prefeito Eduardo Paes (PMDB). A reestruturação urbana ocorrida e facilitada, principalmente, pelos megaeventos no referido período, impôs novas dinâmicas espaciais de circulação sobre a cidade, condicionando a reprodução da força de trabalho (SANTOS, 1977). Ou seja, apesar das reformas urbanas e mudanças nos sistemas de transportes, a configuração espacial resultante manteve os mesmos paradigmas estruturais historicamente postos: adequar o espaço urbano à reprodução do capital e não às necessidades do trabalhador.

Metodologia:

A metodologia do trabalho foi relativa a um levantamento quantitativo acerca dos tempos de deslocamento do trabalhador na metrópole do Rio de Janeiro, a porcentagem da renda doméstica que é gasta com transporte, e sobre a relação demanda versus capacidade de transporte. Desta maneira, realizou-se apreciação de dados de órgãos de pesquisa estatística como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Observatório SEBRAE, bem como buscou-se informações nos sites das administradoras de cada modal de transporte e nos órgãos públicos pertinentes. Em seguida, foram realizados trabalhos de campo nos meses de junho, julho e agosto de 2016, ou seja, antes, durante e após o período de ocorrência das Olimpíadas e Paraolimpíadas. Para apreender os acontecimentos, fez-se utilização de diferentes modais de transporte para aumentar o contato da pesquisadora com o objeto de estudo e a problemática. Dentre os modais se destacam: as Barcas Rio-Niterói; o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT); as linhas de metrô 1, 2 e 4; o teleférico do Morro da Providência; os trens da Supervia; os Bus Rapid Transit (BRT); os ônibus interurbanos, que fazem a ligação Niterói-Rio; e, os ônibus municipais, como a linha 474, já que a rota é uma das poucas que restou fazendo a ligação direta Zona Norte x Zona Sul, após a racionalização dos ônibus ocorrida no início de 2016. Essas incursões a campo permitiram observar um direcionamento de investimentos em transportes em função dos megaeventos, que tiveram ocorrência, principalmente, nos chamados clusters olímpicos (Maracanã, Copacabana, Deodoro, e, com destaque, Barra da Tijuca). Por fim, como aporte teórico foram utilizados os conceitos de espoliação e/ou expropriação (KOWARICK, 1992; HARVEY, 2012; FONTES, 2013), urbanização crítica (LEFEBVRE, 2005; DAMIANI, 2010), e transportes como condicionantes-condicionados (SANTOS, 1977), a fim de dar solidez a argumentação apresentada.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

"Os modais de transporte tiveram uma ocupação seletiva pelo território urbano carioca, contribuindo para a manutenção da segregação socioespacial (CARLOS, 2015). Um exemplo mais recente da implantação seletiva dos transportes coletivos no espaço urbano se deu na Zona Oeste do Rio de Janeiro, principalmente, na Barra da Tijuca. À referida área se direcionou um eixo de valorização e expansão urbana que partiu da Zona Sul. Esse processo se intensificou na última década devido a megaeventos internacionais e coalizões de poder que tentam consolidá-la como um novo centro financeiro da metrópole. Outro dado que permite reforçar essa tendência é o Plano de Legado Olímpico, no qual do total investido, cerca de 74% foi destinado à Região da Barra da Tijuca, e a maior parte disso, à mobilidade urbana. Dentre essas obras, merece destaque os BRTs e a Linha 4 do metrô. Porém, a região já vinha

apresentando um grande crescimento populacional e imobiliário, que demandava investimentos em transportes coletivos (CONSENTINO, 2016).

Essa nova rodada de urbanização, centrada nos transportes coletivos, foi, na verdade, orientada pelo planejamento estratégico e "a submissão do poder público aos interesses privados mediante novos arranjos institucionais" (CONSENTINO, 2016, p.425) e pela apropriação privada de processos sociais de produção do espaço. Todo esse discurso de desenvolvimento urbano e de Cidade Olímpica visava, apenas, construir mais cidade, por meio de mudanças legislativas e construção de infraestrutura de acesso, deixando em segundo plano a requalificação de zonas densamente povoadas (CONSENTINO, 2016).

Ou seja, em nenhum momento se pensou do ponto de vista da reprodução cotidiana da força de trabalho, em suas necessidades e desejos. Devido a isso, a referida aglomeração, apresenta, atualmente, os piores índices de mobilidade urbana do país, visto que as viagens no Rio de Janeiro em 2009 eram, aproximadamente, 31% mais demoradas do que a média das nove metrópoles brasileiras (IPEA, 2013). Isso leva a crer que, mesmo com as intervenções urbanas realizadas nas últimas décadas, não houve modificações nos paradigmas de mobilidade na metrópole carioca de maneira representativa. Dentre os motivos para tal, está a supremacia dos serviços de ônibus sobre um transporte de grande capacidade, que, inclusive, interligue outros municípios da Região Metropolitana, visto que o próprio processo de urbanização do Rio de Janeiro configurou, historicamente, alguns destes como uma reserva de solos e mão-de-obra. Em outras palavras, há uma separação entre onde habita a população que realiza os maiores tempos de viagem, os trabalhadores mais espoliados e, onde se trabalha, ou seja, nas centralidades urbanas, nas quais há maior oferta de serviços e empregos. Portanto, a lógica da moradia, ligada as desigualdades de renda e preço da terra, difere da utilizada no mercado de trabalho"

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O transporte coletivo age como um condicionante socioeconômico no processo de produção do espaço. A partir do momento que o solo e os serviços urbanos se tornaram mercadorias, os monopólios se efetivaram, e, por conseguinte, a diferenciação e desigualdade socioespacial. Instala-se uma contradição, pois áreas mais distantes das centralidades, que deveriam receber uma boa infraestrutura de transporte coletivo, são as que menos os possuem, ao menos até que despertem os interesses especulativo-imobiliários, ou se amplie a necessidade de transportar mais rapidamente a mão-de-obra. Portanto, o processo de mercantilização do espaço evidencia "a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais" (DAMIANI, 2010, p.30). E, de acordo com Damiani (2010), os movimentos sociais urbanos, como o Movimento Passe Livre (MPL), são os responsáveis por essa mudança.

Título:
Análise da Acessibilidade e Mobilidade Urbana nos deslocamentos a pé: aferição das condições do passeio público em quatro cidades paulistas.

Autor:
Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi, Camila Moreno de Camargo, Maria Karoline Souza Garcia, Ana Paula Sylvestre Roldão e Priscila Kauana Barelli Forcel – mestrado, Universidade Paulista UNIP Campus Araraquara GEMUR - GRUPO DE ESTUDOS DE MOBILIDADE URBANA (UNIP/CNPQ)

Código:
MU026

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A partir de análises qualitativas e quantitativas, avaliar as condições de acessibilidade e mobilidade nos trajetos à pé, em áreas centrais de quatro cidades paulistas, com vistas a traçar um panorama comum em cidades brasileiras;

Analisar a aplicação de leis e normas técnicas frente às políticas públicas municipais e avaliar até que ponto estas são implementadas, qual seu grau de eficiência e quais os resultados alcançados;

Conciliar ações advindas da aplicação de conhecimento técnico com a vivência funcional, visando ampliar o conceito dos termos Acessibilidade e Mobilidade no meio urbano;

Analisar parâmetros de acessibilidade frente às condições físicas do espaço público, topografia, densidade urbana, infraestrutura e outros;

Apresentar medidas que visem mitigar os problemas encontrados e promover a continuidade nos trajetos, garantindo acesso integral aos serviços urbanos

Metodologia:

O presente trabalho pretende realizar uma análise qualitativa e quantitativa do espaço urbano por meio do estudo simultâneo de quatro cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo, a saber, Jaboticabal, Matão, Araraquara e São Carlos. O estudo se baseia no levantamento e avaliação das condições de acessibilidade e mobilidade para os deslocamentos a pé, em áreas centrais infra estruturadas, com fluxo intenso de pedestres e veículos.

A análise qualitativa se baseará no levantamento das condições do passeio público, sinalização, faixas de travessia, barreiras e elementos promotores ou inibidores de mobilidade, em uma rota previamente traçada, interligando serviços públicos relevantes e pontos de transporte coletivo.

A análise quantitativa se pautará em dados geográficos, demográficos e espaciais. Conciliando métodos conceituais, técnicos e vivenciais, estes dados compilados pretendem estabelecer critérios gerais para a avaliação de aspectos do desenho urbano, dando subsídios para projetos futuros e amparando tomadas de decisão e implementação de ações por parte do poder público.

Mediante uma revisão bibliográfica, o trabalho se concentra inicialmente no levantamento de leis, normas técnicas e políticas públicas que visam promover a acessibilidade e a mobilidade urbana, além de pesquisas recentes que discutem a acessibilidade em vias públicas. Num segundo momento é feito um levantamento de campo na área central dos quatro municípios, identificando dispositivos de acessibilidade e barreiras já consolidadas. A partir de entrevistas com usuários e vivências funcionais, busca-se analisar as reais limitações e necessidades ao circular no espaço público. Os resultados obtidos são confrontados com os parâmetros indicados na análise quantitativa.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O tema mobilidade têm ganhado atenção governamental e sendo alvo de pesquisas científicas, porém ainda se mostra mais efetivo na teoria que na prática, enquanto as cidades, de uma forma globalizada, enfrentam problemas que se agravam com o crescimento populacional e com a dicotomia entre planejamento urbano, políticas públicas e sua efetiva aplicação. A provisão de infra estrutura urbana se

mostra ineficaz para absorver o crescimento demográfico enquanto se debate sobre a necessidade de práticas sustentáveis em defesa do transporte coletivo e não motorizado.

Muitos estudos se detém nos deslocamentos de longas distâncias e nos trajetos cotidianos entre casa e trabalho. Quando se amplia o olhar sobre tais deslocamentos observa-se que um grande número de pessoas é deixado de lado. Não basta prover a cidade de um sistema viário eficiente, dotá-lo de ciclovias e implementar políticas de transporte eficazes, se o passeio público não permite a continuidade do trajeto desde o desembarque até o destino final, o edifício. Agravam a situação do pedestre, a má qualidade das vias, a ocupação irregular, a invasão do espaço público, a ação desconexa entre prefeituras e concessionárias de serviços, a sinalização (ou sua ineficácia), a topografia e por fim, a própria arquitetura.

Uma pesquisa recente desenvolvida na Universidade Paulista em Araraquara, premiada no XIX Encontro de Iniciação Científica UNIP – PIBIC/CNPq em 2017, analisa as condições do passeio público em Jaboticabal, interior de São Paulo, revelando um panorama presente em diversos municípios brasileiros. Este trabalho suscitou novas investigações envolvendo estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo. Outras duas pesquisas vinculadas ao Grupo de Estudos de Mobilidade - GEMUR - UNIP-CNPq estão em desenvolvimento. O presente trabalho se insere dentro destas pesquisas em curso e visa ampliar a leitura do ambiente urbano, estendendo a análise a outras três cidades, Araraquara, São Carlos e Matão.

Cento e vinte e dois quilômetros separam os quatro municípios situados na região centro-leste do Estado. Matão compõe a Microrregião de Araraquara. São Carlos e Araraquara integram a Região Administrativa Central, que concentra uma população de quase um milhão de habitantes, sendo que a metade desse contingente habita essas duas cidades, que possuem grau de urbanização superior a 95%. (SEADE). Segundo o IBGE, a estimativa para 2017 é que Matão ultrapasse os 80.000 habitantes e Jaboticabal 76.000. Os quatro municípios apresentam índice de urbanização de vias públicas médio de 30%. Este número é menor na maior parte do Estado, mas se mostra relativamente baixo se comparado a cidades como São Paulo (50,3%) e Ribeirão Preto (64,5%). Estes dados revelam que a maior parte das áreas urbanas edificadas nas cidades brasileiras permanece inacessível e muitas das cidades ainda não iniciaram seu processo de adequação.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ainda que pautada na experiência relativa de quatro núcleos urbanos, este ensaio apresenta um panorama recorrente em todo território nacional.

Busca entender como as cidades vêm sendo construídas e como as questões relativas à mobilidade vêm sendo abordadas. Foi traçada uma rota no centro de cada cidade interligando edifícios, espaços públicos e pontos modais, onde o fluxo é intenso. Os percursos mapeados foram analisados com base nas normas da ABNT, dados estatísticos e geográficos. O resultado revela um panorama comum e comprova a dicotomia existente entre teoria (leis e normas técnicas) e prática (políticas públicas), revelada em ações pouco conscientes, execuções precárias e má conservação do bem público. Faz uma análise comparativa entre as quatro cidades, apresentando os fatores de impedância e as medidas que visam mitigar os problemas encontrados, servindo como referência para novas pesquisas e buscando amparar projetos para implementação de políticas públicas.

Título:
Mobilidade urbana saudável: as relações entre características urbanas, mobilidade e saúde em três capitais brasileiras.

Autor:
Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi, Camila Moreno de Camargo, Maria Karoline Souza Garcia, Ana Luísa Horn de Castro Silveira, Júlio Celso Borello Vargas, Cristanne Maria Famer Rocha, Sabrina da Rosa Machry, Bibiana Valiente Umann Borda –doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS

Código:
MU015

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O último Relatório Global de Saúde Urbana (WHO, 2016) enfatiza que o princípio da mobilidade urbana saudável é oferecer aos residentes a possibilidade de acessar suas necessidades diárias preferencialmente a pé, de bicicleta e transporte público. O desenho da cidade deve incentivar o transporte ativo, inserindo atividade física na rotina comum dos cidadãos e tornando a rua um espaço de convívio.

O Projeto HUM - Brazil/UK Healthy Urban Mobility - analisa diferentes realidades socioeconômicas e compara dados de mobilidade e saúde em tecidos formais e informais e vizinhanças de média e baixa renda, em três capitais brasileiras (Porto Alegre, Florianópolis e Brasília).

Metodologia:

Utiliza-se método misto composto por um questionário social extensivo aplicado na residência dos participantes e duas abordagens qualitativas com entrevistas em profundidade e micro etnografias. O questionário é composto por 16 blocos, que representam um conjunto de escalas abordando impressões sobre o bairro, comportamentos de viagem, atitudes em relação a diferentes meios de transporte disponíveis, além de hábitos de saúde, dados epidemiológicos e aferição de medidas antropométricas (altura, cintura, peso e pressão arterial). Na etapa qualitativa, os participantes relatam suas experiências de mobilidade ao longo da vida e têm um de seus percursos diários acompanhado pelo pesquisador (a pé, de bicicleta ou outros meios de transporte), que grava esse percurso, registrando a experiência singular dos participantes selecionados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

"Os resultados da pesquisa mostram que, de modo geral, o número de trajetos diários realizados nas áreas de baixa renda corresponde a aproximadamente 60% dos trajetos das áreas de renda média. Especificamente, o número de viagens a pé dos moradores das áreas de renda média é duas vezes maior que nas vizinhanças de baixa renda. Nos indicadores de saúde, o Índice de Massa Corporal (IMC) dos participantes mostra uma tendência ao declínio quando a frequência de trajetos a pé aumenta.

As características físicas do território - tecido urbano informal, baixa conectividade das vias e pouca diversidade de usos e atividades - isolam as áreas de baixa renda, dificultam a provisão do transporte e inibem a utilização dos espaços públicos, agravando a segregação socioespacial e contribuindo para a falta

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

de segurança nessas áreas. A criminalidade, reportada pelos moradores nas entrevistas em profundidade, se mostra um fator determinante na adoção de hábitos de mobilidade."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa denuncia, através de dados empíricos, a injustiça socioespacial percebida nas cidades brasileiras. A iniquidade na distribuição das oportunidades do território, os problemas de acessibilidade e a concentração da violência em determinadas áreas desestimulam a utilização de modos ativos de transporte, afetando negativamente a saúde física e mental da população.

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

SESSÃO 2.2.2

Planejamento e Território

Coordenação: Juciano Rodrigues

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Deslocamentos casa-trabalho e movimentos pendulares na metrópole: entre fronteiras espaciais e limites temporais

Autor:
Érica Tavares e Jéssica Monteiro da Silva Tavares –doutorado, UFF; UFES

Código:
MU024

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste trabalho é analisar as diferenças no tempo de deslocamento dos trabalhadores metropolitanos entre aqueles que trabalham no próprio município e aqueles que se deslocam para além das fronteiras espaciais dos limites político-administrativos. A proposta consiste em problematizar os movimentos para trabalho na metrópole no que se refere às potencialidades e limites da mobilidade, na complexa relação espaço-tempo. Para tanto, pretende-se analisar o tempo de deslocamento tanto para aqueles que trabalham no município em que residem quanto para os grupos populacionais que fazem movimento pendular, segundo os fluxos realizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, para avançar na problematização sobre as escolhas ou constrangimentos para romper fronteiras espaciais e temporais, ou mesmo da imobilidade, o trabalho busca qualificar esses grupos populacionais segundo o próprio tempo de deslocamento, a inserção ocupacional e as condições de rendimento.

Metodologia:

A metodologia consiste em pesquisa quantitativa com análise de dados secundários relativos à população ocupada na metrópole. Foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE.

O recorte temporal, pela própria fonte dos dados, refere-se ao ano de 2010. Este período também é importante devido às transformações pelas quais passou a sociedade brasileira na primeira década do século XXI, como aumento do emprego, escolarização, mudanças demográficas, embora com aumento exorbitante na frota de veículos, em virtude do acesso ao crédito, incremento da produção automobilística etc.

O recorte territorial utilizado baseia-se na composição/definição da RMRJ (Observatório das Metrópoles, 2012). Pretende-se analisar o tempo de deslocamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2010, diferenciando os trabalhadores entre aqueles que trabalham no próprio município (considerando o recorte territorial entre: Rio de Janeiro, Niterói, Baixada Fluminense e São Gonçalo e os demais municípios); os que trabalham em outro município da metrópole que não o de residência (segundo os fluxos realizados: do Rio de Janeiro para os demais municípios; destes para o Rio; e entre os demais municípios); e os que trabalham em município fora da metrópole (fluxos intraestaduais e interestaduais). As categorizações realizadas são para fins comparativos.

As variáveis ligadas ao próprio tempo de deslocamento, à inserção ocupacional e ao rendimento médio no trabalho principal pretendem indicar uma qualificação dos grupos populacionais em mobilidade ou imobilidade.

Vale ressaltar que trabalhos como os de Cintra, Delgado e Moura (2012), Ojima, Monteiro e Nascimento (2015), entre outros, também apontaram para essa importância de estudar o movimento pendular

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

segundo o tempo de deslocamento. Entretanto, mais do que mensurar as categorizações em termos do tempo despendido nos trajetos, problematizando-os com os fluxos de pendular, é importante qualificar esses grupos populacionais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A RMRJ possuía mais de 4 milhões de trabalhadores no ano de 2010. Entre estes, pouco mais de 3 milhões trabalhavam no próprio município de residência, enquanto quase 1 milhão se deslocava para trabalho em outros municípios. Entre esses que trabalhavam fora dos limites político-administrativos do município de residência, 94% trabalhava em outro município da própria região metropolitana. Esse tipo de deslocamento para além do município de residência é designado movimento pendular, pelo caráter geralmente regular e cotidiano que apresenta, como no caso do acesso a oportunidades de trabalho. Comumente, concebe-se que o movimento pendular abrange aspectos difíceis da vida metropolitana, já que envolve deslocamentos de maior distância e, consequentemente, maior tempo nos trajetos realizados.

Os resultados mostram que o tempo de deslocamento para quem faz movimento pendular é maior do que para aqueles que trabalham no município de residência na RMRJ. Para os primeiros, 78% realiza o deslocamento casa-trabalho em até 1 hora. Para os segundos, esse percentual é apenas de 36%. Para aqueles que saem dos demais municípios da metrópole para trabalhar no Rio de Janeiro, 66% leva mais de 1 hora no deslocamento.

Entretanto, numa região metropolitana, que geralmente apresenta uma integração territorial, para a qual o próprio movimento pendular muitas vezes é considerado como fator primordial, também se coloca a questão de que muitos deslocamentos intramunicipais podem superar em termos de tempo os deslocamentos intermunicipais, dependendo da diversidade e dispersão dos postos de trabalho em um município. Ao mesmo tempo em que também podem haver deslocamentos intermunicipais de curta duração, pois alguns bairros próximos, embora pertencendo a municípios diferentes, podem apresentar uma integração socioespacial que permite aos moradores menor tempo de deslocamento entre eles.

Portanto, partimos da hipótese de que as lógicas de mobilidade espacial urbana por escolha ou constrangimento passam pelas dimensões ligadas não apenas ao espaço, mas também ao tempo. É nesse contexto complexo que a relação dialética entre mobilidade e imobilidade se insere. A mobilidade pode ser uma potencialidade para melhoria das condições de reprodução social, sobretudo do ponto de vista econômico, em detrimento de, muitas vezes, ter que enfrentar maior tempo de deslocamento na cidade/metrópole. Por sua vez, a imobilidade, pode se dar em contextos de escolha ou constrangimento a partir da própria estruturação urbana.

Como aponta Urry (2007), as pessoas são menos móveis do que o dinheiro, as mercadorias e as ideias. Os fluxos de pessoas ocorrem em meio a tensões, lutas, conflitos, uma dialética da tecnologia e da vida social, que envolve interseções complexas entre imobilidades e mobilidades. Há uma série de mecanismos sociais ligados às potencialidades e constrangimentos da estrutura urbana que realça as mobilidades de alguns enquanto reforçam a imobilidade de outros.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

É nessa problematização sobre os deslocamentos casa-trabalho na metrópole que este trabalho se insere, ao apontar que a mensuração do movimento pendular metropolitano deve ser encarada também na complexidade na análise espaço-temporal. Em que pese o fato de que normalmente quem faz pendular

leva maior tempo para deslocar-se, também é possível observar que há muitos que trabalham no município em que moram e também levam cerca de uma e até duas horas para deslocar-se, ao passo que há deslocamentos pendulares que também ocorrem em até 30 minutos. Ou seja, apesar da tendência geral, há comportamentos diferenciados. Embora a inserção ocupacional seja um pouco melhor e os níveis de rendimento geralmente sejam maiores para quem ultrapassa as fronteiras espaciais do município, sobretudo para aqueles que vivem em espaços considerados periféricos, para os que ficam pode haver um maior bem-estar em termos dos limites temporais a serem superados no cotidiano da vida metropolitana.

Título:
Transformações da Mobilidade Urbana em Curitiba sob a perspectiva metropolitana
Autor:
Helena Mendonça Faria e Eliza Maria Almeida Vasconcelos -Pós-Doutorado, Núcleo Curitiba
Código:
MU045

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Como objetivo geral pretende-se realizar uma análise das condições de Mobilidade Urbana em Curitiba buscando identificar os avanços e retrocessos e seus impactos no cotidiano da mobilidade no território metropolitano. Busca-se o entendimento do sistema de transporte em conjunto com as transformações que engendra no território, relação sinérgica que compõe o que se entende por mobilidade. Para tanto acrescentam-se objetivos específicos:

- Sintetizar os aspectos que foram determinantes para construção da forma urbana atual e sua relação com a mobilidade na metrópole Curitiba;

-Caracterizar o atual sistema de transporte em Curitiba;

- Analisar as formas de integração física e tarifária do conjunto metropolitano;

- Identificar as novas formas de prestação de serviço de transporte e seus impactos no macro-sistema existente

- Identificar as condições atuais para mobilidade urbana, em uma perspectiva de multi modais de transporte e sua ligação com as transformações da forma urbana."

Metodologia:

Para atingir os objetivos propostos realizar-se-á pesquisa bibliográfica e documental para compreensão dos planos para a mobilidade em Curitiba e região, observando a necessidade de diálogo entre os entes federados na oferta de serviço de transporte em Curitiba e Região Metropolitana. Neste sentido, verificar a existência de um planejamento conjunto envolvendo os municípios conurbados territorialmente e a postura adotada pelas prefeituras as quais se constituem indicadores do atual sistema em operação no território.Também pretende-se fazer uma caracterização das práticas de mobilidade pela observação

etnográfica que já tem revelado problemas de perda de qualidade de transporte coletivo particularmente, principalmente em municípios limítrofes a Curitiba. A investigação sobre os planos de investimentos futuros também será uma das linhas de investigação utilizando pesquisa documental, pois poderá trazer um cenário tendencial, a respeito da mobilidade urbana na metrópole.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba, considerado modelo no passado, enfrenta crises na atualidade, especialmente se tal sistema for analisado sob a perspectiva metropolitana. Tal sistema foi responsável pela permanência da metrópole como modelo nacional e internacional em mobilidade urbana. No entanto, Curitiba e sua região metropolitana enfrentam problemas de saturação de seu modelo, ainda que apresente algumas condições em níveis de qualidade melhores que outras metrópoles brasileiras. Tendo como perspectiva a análise da multimodalidade de transportes e também de algumas condições do desenho urbano, ou da configuração da forma urbana para a mobilidade, são observados desafios para o planejamento e a gestão urbana.

Há uma tendência atual de crescimento do transporte individual motorizado, notadamente o automóvel. Ocorreu também em 2015 uma desintegração do Sistema transporte coletivo, a Rede Integrada de Transportes (RIT), que anteriormente contemplava os municípios que faziam parte do Núcleo Urbano Central de Curitiba. Dessa forma era possível com apenas o dispêndio de uma passagem circular pela Região Metropolitana. Tal desarticulação tem impactos muito significativos especialmente para maior parte da população desta metrópole, que passou a pagar mais por seu deslocamento e teve grandes perdas em qualidade do serviço ofertado. As iniciativas em políticas públicas relacionadas ao incentivos ao transporte não motorizado, ainda são muito concentradas em áreas centrais do município-sede Curitiba e não representam mudança significativa no que se refere à melhoria de qualidade para a mobilidade urbana, a despeito de alguns projetos relacionados à circulação de pedestres e investimentos em ciclovias, merecerem destaque.

Considera-se que a mobilidade urbana, em uma perspectiva metropolitana, em Curitiba, apresenta sinais de perda de qualidade em processos recentes. Tais perdas geram questionamentos quanto ao futuro da mobilidade na metrópole, apresentando um cenário tendencial de aparecimento de crises ou seu agravamento. As hipóteses iniciais deste trabalho para as causas da situação que se apresenta, são que estas advêm de políticas públicas insipientes, em níveis federal, municipal e ainda mais visivelmente em nível metropolitano _ pelas características inerentes às dificuldades de gestão entre municípios (diferenças políticas, interesses econômicos, e articulação mínima em termos de uma estrutura gerencial, já muito discutidos no Brasil). Sabe-se que as políticas públicas são determinantes para a mobilidade urbana, mas também é notória a influencia, em grande parte dos casos determinante, dos grupos de investimentos em projetos urbanos, ou em setores específicos que impactam os sistemas de transportes. Dessa forma, não é possível deixar de lembrar que o setor automobilístico e os interesses em investimentos imobiliários determinam a configuração urbana e as condições para a mobilidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Destaca-se que há uma forte influencia das políticas econômicas que privilegiam o uso do automóvel. Quanto aos interesses imobiliários, no caso de Curitiba, estes são muito determinantes para a configuração urbana para a mobilidade, já que as ações, na história de seu planejamento, ligam a conformação do sistema de vias à ocupação urbana, ao padrão construtivo e ao tamanho dos lotes, impactando de maneira muito determinante a valorização de espaços onde há investimentos em transportes. Isso ao longo do tempo gerou contradições muito visíveis. Na cidade-sede há regiões muito

bem servidas por transporte coletivo, infraestrutura para caminhada e bicicleta, que tem em seus moradores o uso predominante do carro. Por outro lado, na Região metropolitana, municípios inteiros que são populosos, experimentam uma realidade de pouco investimento em infraestrutura com um sistema de transporte coletivo sobrecarregado e desarticulado do município sede, e ainda oneroso à renda das famílias.

Título:
Mobilidade Urbana e as transformações na estrutura socioespacial na Região Metropolitana de Belém: subsídios para o estudo da década 2010-2020

Autor:
José Júlio Ferreira Lim, e Davi Santos e Felipe Ameida –doutorado, Universidade Federal do Pará

Código:
MU027

Resumo:

Objetivos do trabalho:

No Brasil, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n. 12.587/2012) propõe diretrizes para melhorias da mobilidade urbana no país, priorizando os modais de transporte coletivo em detrimento dos individuais. Apesar de terem passado seis anos desde sua aprovação, a mobilidade nas cidades brasileiras vem só se agrava. Trata-se de um problema estrutural com graves impactos para a estrutura socioespacial, além de se constituir parte considerável da economia das metrópoles. Para tanto, este trabalho tem como objetivos: a) relacionar o movimento pendular entre os diferentes municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB) com diretrizes para gestão da mobilidade em cada um dos municípios; b) analisar as correlações entre os níveis governamentais na implementação de projetos estruturais; c) estabelecer relações entre o que já foi produzido de análise acerca da relação entre mobilidade e estrutura socioespacial para a RMB.

Metodologia:

Para atingir os objetivos propostos no trabalho, parte-se de uma revisão bibliográfica para a caracterização da mobilidade urbana na RMB. As principais fontes são publicações que contrapõem os documentos oficiais tais como os planos de mobilidade municipais aprovados ou não pelas câmaras municipais dos sete municípios que compõem a RMB, bem como trabalhos acadêmicos que tem sido produzidos acerca das limitações na trajetória conflituosa entre as demandas populacionais por melhor transporte público, seja pelas concessões pela exploração dos serviços por empresas privadas legalmente constituídas, seja pelo crescente número de operadores de transporte alternativo.

Os dados já disponibilizados pelo Observatório das Metrópoles quando dos estudos e análises do Censo 2010 serão revistos e contrapostos com as propostas de mobilidade desenvolvidas pelos municípios da RMB. Os dados do IBGE sobre o tempo de deslocamento dos trabalhadores, são contrapostos aos dados apresentados por cada municipalidade constante nos estudos que subsidiam suas diretrizes de mobilidade urbana.

Em destaque, tendo como referência a trajetória do transporte público na RMB, atenção maior será dada a questão da correlação de forças entre o poder público e as empresas de transporte público. Para isso

são utilizadas informações já levantadas sobre a composição societária e o funcionamento do sistema de transporte público de passageiros na RMB. Buscar-se-á complementar os dados existentes até 2012 acerca do número de empresas, rotas, concessões obtidas, bem como a emergência da regulamentação do transporte alternativo na RMB

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A mobilidade urbana na RMB é alvo de estudo há tempos por pesquisadores de diferentes áreas, assim como outras regiões metropolitanas brasileiras que apresentam transporte coletivo por ônibus como o modal predominante, a RMB presencia dificuldades neste sistema de transporte de pessoas, sendo os mais notáveis: a) superlotações diárias nos horários de pico; b) trajetos que, nos horários de maior movimento, podem comprometer o cumprimento de horários de trabalho; c) redundância de rotas entre diversas linhas, gerando congestionamentos nos corredores viários principais; d) baixa qualidade do serviço oferecido apesar de aumentos de tarifa. Aliados a essas questões, as obras de infraestrutura viária e de implantação do sistema de Bus Rapid Transit (BRT) iniciadas em 2012 sob a condução de duas frentes, uma do governo estadual, outra da prefeitura municipal de Belém. A lentidão das obras e a indefinição quanto a gestão do futuro sistema gera transtornos e debates, inclusive com a participação do Ministério Público Estadual que, por meio de sua atuação vem provocando o tema por meio de audiências públicas, sem, porém, alcançar resultados satisfatórios.

Tal cenário fomenta a busca pelos residentes da RMB por modais de transporte individuais, como carros e motocicletas. Segundo os dados do IBGE sobre os municípios da RMB, entre os anos de 2010 e 2013, enquanto a população cresceu em 3,7%, a frota de veículos sofreu um aumento de 35,7% – crescimento não suportado pelo sistema viário, agravando os congestionamentos diários nas principais vias da RMB.

Diante disso, propõe-se como hipótese de trabalho que, apesar das proposições e modificações sucessivas observadas no sistema de transporte da RMB e apesar das tentativas de alterações na concepção do sistema ao longo do tempo, as relações políticas entre as empresas privadas e o poder público mantêm o baixo nível de atendimento do sistema. Isso pode ser observado pela precariedade dos contratos de concessão e pelas propostas de mobilidade urbana já desenvolvidas pelos municípios.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância do estudo das questões que envolvem as questões sobre a mobilidade urbana na RMB reside na possibilidade de um entendimento das limitações impostas por condições políticas pré-existentes a obrigatoriedade legal bem como as medidas tomadas seja nos planos de mobilidade seja nas diretrizes constantes de outros instrumentos de planejamento municipal. Os resultados do estudo trarão elementos capazes de relacionar as modificações da estrutura socioespacial da RMB e as condições de mobilidade no quadro de transformações na década de 2010-2020. O trabalho visa ainda contribuir com análises pelo Observatório das Metrópoles quando os dados do Censo 2020 estiverem disponíveis.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Espaço público e mobilidade urbana em Bogotá e Belo Horizonte: uma análise comparada da articulação entre estações do sistema BRT e as áreas urbanas

Autor:
Ana Marcela Ardila Pinto, Bruna Barradas (Sociologia-UFMG). Guilherme Eugênio (UFF) –doutorado,

Código:
MU042

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Os sistemas BRT vêm sendo implantados como alternativas para o transporte público e hoje tem sido implementado em mais de 165 cidades no mundo (GLOBAL BRT DATA, 2018). Este modelo foi concebido pelos seus gestores como um sistema articulado de ônibus de alta capacidade de transporte de passageiros, que busca transformar as formas de integração com outros modos de mobilidade e os tecidos urbanos, a partir da construção de um conjunto de espaços públicos, considerados como elementos necessariamente complementários (ITDP, 2008). O objetivo deste trabalho é compreender o papel dos espaços públicos no processo de implementação do BRT em Bogotá e Belo Horizonte. Pretendemos estabelecer as semelhanças e diferenças na adoção do BRT, considerando as relações de contiguidade entre as estações e os equipamentos e diferentes áreas urbanas, assim como também estabelecer a presença e qualidade de espaços que articulam as estações, especialmente para cidadãos pedestres e ciclistas.

Metodologia:

Realizamos um exercício de observação semi-estruturada e análise espacial das áreas urbanas próximas das estações do sistema, lançando mão de duas variáveis: contiguidade e articulação. A contiguidade dizia respeito à proximidade física entre uma estação e os equipamentos urbanos e acessos aos bairros. Tomamos um raio de 500 metros a partir da estação, denominada área de captação de pedestres. Essa variável permitiu constatar o potencial das áreas observadas de configurar nós de equipamentos, na ideia de que as estações de mobilidade podem fortalecer outros usos urbanos.A articulação se referia à existência ou não de caminhos que poderiam ser percorridos por modos não motorizados - pedestres e ciclistas, a partir da observação dos dispositivos físicos e simbólicos que promovem efetivamente a integração entre a estação, os equipamentos e outras áreas urbanas. Essa variável permitiu conferir se o sistema BRT concretizou outros tipos de usos urbanos e se no marco do projeto foram desenvolvidas estruturas que priorizassem os modos não motorizados.

Selecionamos seis estações em cada uma das cidades, relevantes por seu tamanho, fluxo diário de passageiros e proximidade com importantes eixos e equipamentos, e comparáveis em termos das suas características de localização e tipo de usos urbanos. Identificamos os equipamentos e áreas públicas existentes dentro da área de captação. Estabelecemos a presença e qualidade de calçadas, ruas, mobiliário, iluminação, passarelas, sinalização, arborização e acessos para pessoas com mobilidade reduzida. Analisamos também o material fotográfico e audiovisual coletado em campo, fizemos uso do Google Street View e do Qgis para verificar as relações entre as estações e outras áreas urbanas, a partir dos fluxos e caminhos, principalmente de pedestres e ciclistas, que integram o sistema do MOVE e o Transmilenio com outros equipamentos urbanos e com as ruas de acesso aos bairros vizinhos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Consideramos que, a pesar de ser difundido como um modelo homogéneo e implementado com critérios semelhantes, o sistema é recontextualizado e adaptado às condições locais, relativas aos arranjos políticos, físicos e sociais de cada cidade. Estas diferenças estão associadas à definição atribuída pelos agentes políticos locais ao espaço público, em termos dos ideais de ordem urbana, as visões de cidadania, de projeto de cidade e das formas de sociabilidade e convívio entre os cidadãos.

Encontramos que a implementação do BRT a tem transformado as áreas próximas, ainda que de forma diferenciada em cada contexto local. Observamos que em Belo Horizonte o MOVE não criou novos nós de mobilidade e outros usos urbanos. No caso de Bogotá, o sistema permitiu a constituição de alguns nós nas áreas próximas das estações; porém, é possível observar grandes desigualdades entre diferentes regiões urbanas.

Em relação com a articulação e a contiguidade, observamos que, em geral, as estações bogotanas obtiveram pontuações superiores ao BRT belorizontino. Contrariamente ao modelo mineiro, em Bogotá o sistema apresenta uma maior articulação com os espaços públicos dedicados à circulação para pedestres, bicicletas e pessoas com mobilidade reduzida. São produzidas ciclovias e calçadas para facilitar o percurso. Especialmente o sistema de ciclovias está integrado numa rede mais longa, que permeia diferentes áreas urbanas. No caso de Belo Horizonte, as estações só foram intervindas na área mais imediata, sem melhoria dos percursos que a integram com as áreas urbanas próximas. Não foram produzidas ciclovias, com exceção das estações do Rotor Central, que conta com uma via para bicicletas, ainda que desconexa do resto da cidade.

No caso de Bogotá, por se tratar de um sistema mais antigo, é possível ver uma transformação na lógica de implantação das estações, com uma melhor qualidade urbanística e arquitetônica nas estações mais recentes. Em Belo Horizonte observa-se uma diferença importante entre a estação do Rotor Central respeito das restantes. Nesta foram observados melhores padrões construtivos e integração urbana e articulação com equipamentos urbanos. Nas restantes estações, a maior parte dos equipamentos pertencem ao setor privado, particularmente shopping centers. Poucos esforços são observados orientados a melhorar a articulação com os equipamentos existentes e com o planejamento de novas infraestruturas.

Em Belo Horizonte observamos melhores padrões construtivos das estações integradoras. Também é relevante a tentativa de integrar com outros modos de transporte público, especialmente com o metrô. Especialmente isto acontece na estação Vilarinho e na estação Rio de Janeiro. Porém, o sistema não está articulado com o sistema metropolitano, nem tarifaria, nem espacialmente. Os usuários devem pagar altos preços econômicos e de esforço para poder usar o Move e o Metropolitano (integração com área metropolitana).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados evidenciam as leituras locais sobre o valor atribuído aos espaços públicos. Em relação aos pedestres, os sistemas das duas cidades consideram de forma muito precária a multiplicidade de caminhos que são percorridos. No entanto, em Bogotá, são considerados como elementos mais estruturantes do sistema; em Belo Horizonte, o sistema não dialoga com os modos não motorizados. Identificamos que as estações do sistema BRT das duas cidades aproveitaram estruturas físicas pré-existentes e reforçaram especialmente os usos comerciais. Menor articulação foi observada com os equipamentos públicos e áreas verdes.

Em consequência, privilegia-se ainda uma lógica muito funcional do espaço público, pensado apenas como uma área de acesso ao sistema. Em consequência, os indivíduos são pensados como usuários em rotas de deslocamento de um ponto ao outro, e não como agentes da sua mobilidade, com diversos interesses e habilidades e que usufruem dos espaços da cidade.

Título:
Mobilidade urbana e a construção do espaço: O caso dos pontos de ônibus da cidade de Belo Horizonte

Autor:
Laíse Hasz –Graduação, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFMG

Código:
MU038

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo principal desse trabalho é de investigar a relação entre a distribuição dos pontos de ônibus do sistema de mobilidade de Belo Horizonte e o espaço dessa cidade, compreendendo tanto os ônibus convencionais quanto os ônibus do sistema MOVE (Bus Rapid Transit, BRT). Nesse sentido, a tentativa é de investigar como a distribuição desses espaços afeta a dinâmica espacial tanto local quanto municipal. Isso porque a localização desses pontos influencia no funcionamento das cidades e na vida diária dos indivíduos.

Como objetivos secundários, temos primeiro a investigação detalhada das regiões de concentração e de ausência de pontos de ônibus, pensando no significado simbólico dessa distribuição para o acesso à cidade. Em segundo, a observação dos outros usos urbanos que também são encontrados nesses locais e em seu entorno, entendendo os locais de espera como parte de uma rede de relações, com a coexistência e o encontro de trajetórias (MASSEY, 2004).

Metodologia:

Para realizar esse trabalho, foram utilizados dados disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte em seu portal digital. Esses dados foram processados utilizando o Software SPSS Analitics e mapeados com a utilização do Software QGis 2.18. Para tal, esse trabalho foi dividido em partes. Na primeira, foi realizada uma pesquisa exploratória, da distribuição dos espaços de espera do sistema de transporte pela cidade. Para tal, dois tipos de análises foram utilizadas: o primeiro é a análise da localização espacial dos pontos de ônibus e de sua concentração, e o segundo é a análise da quantidade de ônibus por ponto, em que não apenas a localização do ponto de ônibus importa, mas também a quantidade de linhas que param nesse local. A segunda análise visa complementar a primeira, por entender que dar o mesmo peso para todos os pontos de ônibus da cidade poderia levar a equívocos. Acredita-se que a quantidade de linhas que param no local pode fornecer ao menos uma pista das suas características, como uma medida qualitativa de centralidade em pequena escala. Foram comparados também os dados para o dia e para a noite.

Para estimar a intensidade da distribuição dos pontos de ônibus pela cidade, o estimador de Kernel mostrou-se adequado, considerando que os pontos de ônibus são eventos pontuais, cuja aleatoriedade (ou não) da distribuição pode ser observada através desse tipo de análise. Além disso, o estimador de Kernel nos fornece a área de influência dos pontos considerados. Para esse caso, essa é uma boa medida,

sendo que os pontos de ônibus efetivamente possuem uma área de influência e atração de passageiros na cidade em seu entorno.

Já na segunda parte, foram exploradas algumas das áreas que se destacaram nas análises anteriores. A investigação detalhada e aproximada é necessária, enfatizando como as áreas da cidade tem suas particularidades morfológicas, espaciais e sociais, que também influenciam na relação entre o espaço e os sistemas de mobilidade.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema de pesquisa deste trabalho foi o seguinte: como os espaços de espera do sistema de transporte em ônibus de Belo Horizonte se distribuem pela cidade? Como questões auxiliares, temos: Quais regiões da cidade concentram esses espaços? Que outros usos urbanos podemos encontrar nesses locais, e como eles se relacionam aos espaços de espera? Como sendo um trabalho exploratório, não foram formuladas hipóteses detalhadas prévias.

Esse problema foi construído a partir da constatação da ausência de bibliográfica com essa temática para a cidade de Belo Horizonte. F. Rojas (2006), que procura investigar se as experiências da gestão de transporte público por ônibus em cidades brasileiras podem contribuir na gestão de Bogotá, na Colômbia, foca nos órgãos responsáveis por essa gestão. Pereira e Campos (2009), que observam a intervenção viária da Linha Verde, estabelecem um diálogo interessante entre as alterações na dinâmica do espaço público, a reprodução econômico-financeira e o sistema de mobilidade. Já Zuppo, Davis Jr. e Meirelles (1996) descrevem a adoção do uso do sistema de informações geográficas digitais no planejamento dos transportes na cidade de Belo Horizonte e suas potencialidades. Sendo assim, nenhum dos trabalhos tratou da distribuição espacial do sistema de transporte pela cidade, nem observou sua relação com o espaço urbano.

A partir das análises realizadas foi possível observar, na primeira parte, que o sistema de transporte coletivo da cidade possui uma alta abrangência e capilaridade em seu território, embora deva ser considerado que, em alguns casos, a distância entre regiões habitadas e o ponto de ônibus mais próximo seja considerável. Porém, levando em consideração a quantidade de ônibus que para em cada um desses pontos, é possível perceber que a distribuição não se dá de forma uniforme, sendo que o centro da cidade se mostra como a principal centralidade urbana. Terceiro, a análise comparativa entre o período diurno e noturno demonstrou que diversas áreas da cidade possuem o acesso limitado durante a madrugada, questionando quem se move a cada momento.

Na segunda parte do trabalho foram escolhidas quatro áreas da cidade para análise mais específica: o centro, que se mostrou como a maior centralidade da cidade nas duas análises realizadas, o início da rua Padre Eustáquio, na Regional Noroeste, por ter sido a maior centralidade da cidade fora do centro, a região na Granja Werneck, na Regional Norte, por ter sido uma região sem nenhum ponto de ônibus registrado, e a Regional Barreiro, que apresentou um grande contraste entre as duas análises. Para tal, a metodologia usada no capítulo foi a comparação entre a distribuição dos pontos e as características do tecido urbano, com base em mapas e imagens de satélite. Os resultados demonstraram como as características específicas influenciaram na dinâmica local, além de servirem por vezes como amostras da lógica utilizada pelo poder público para pensar a mobilidade urbana da cidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A mobilidade urbana é um dos fatores centrais das cidades atuais. Jane Jacobs (2000) afirma que alguns urbanistas e projetistas imaginam que, caso conseguissem resolver o problema do trânsito, resolveriam o maior problema das cidades. Não que o problema do trânsito seja realmente o maior problema das cidades. Porém, a perspectiva atual, que muitas vezes reduz a mobilidade a um utilitário deslocar de A para B, tampouco ajuda a solucioná-lo. Neste trabalho, compreende-se a mobilidade como um ato complexo e multifacetado, assim como os sujeitos que se deslocam.

A partir dessas análises, ficou claro o quanto o sistema de transporte da cidade está profundamente relacionado à dinâmica espacial de cada uma das áreas as quais atende, sendo que as características desses locais determinam, em parte, a localização e as características dos locais de espera. Porém, a relação é recíproca, e os pontos de ônibus também influenciam e determinam as características dos locais em que se encontram.

Título:
Questionando relações espaciais entre mobilidade, moradia e serviços públicos considerando o sistema BRT de transporte coletivo em Curitiba – Paraná

Autor:
Cristina de Araújo Lima, Madianita Nunes da Silva, Ana Gabriela Texeira; Hermes Eduardo Nichele -Pós-Doutorado, Universidade Federal do Paraná

Código:
MU047

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O texto visa compreender as relações espaciais existentes na estrutura urbana existente visando investigar possibilidades de melhoria das condições atuais. Para atingir este objetivo, o presente artigo focaliza três itens fundamentais e integrados do cotidiano urbano. São eles: o sistema de mobilidade por ônibus implantado em Curitiba desde 1974, conhecido como Sistema Bus Rapid Transit - BRT; a localização habitacional da maioria dos usuários do sistema de ônibus, assentados em conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB; a localização de serviços públicos como saúde e educação e espaços coletivos como parques e jardins. Questiona-se possibilidades de diminuição do tempo de deslocamento e maior acessibilidade na relação moradia, transporte e serviços, avaliando centralidades materializadas pelo entorno dos terminais de ônibus intra-urbanos e o uso de outros modais de transporte.

Metodologia:

O presente trabalho tem origem em parceria internacional (FITZSIMONS et al., 2013) e em projeto de Lima (2012), cuja metodologia inicial passou por várias etapas, com abordagem pelo método hipotético-dedutivo, de caráter quantitativo e qualitativo, dividida em pesquisa teórica, com levantamento e análise de documentos e informações secundárias (administração pública, órgãos de pesquisa), e pesquisa empírica (coleta em campo, dados quantitativos e qualitativos).

No presente texto, há contribuição de alunos de Iniciação Científica, monografia de um aluno e trabalhos de colegas (ver referencias). Os procedimentos metodológicos provêm de Marconi, Lakatos (2011),

Dresch et al. (2015), Martins, Theóphilo (2016). A partir da problematização e pergunta de pesquisa foram levantados dados da Companhia de Habitação COHAB, formado banco de dados Excel, e georreferenciados com software ArcGis. Houve conferência de dados em campo, reunindo o universo completo da produção habitacional oficial 1965-2015, por tipologia, e dados dos programas federais e municipais (financiamento, localização, área, data). Os dados foram retrabalhados com software QGIS quanto à relação locacional (moradias sociais, transporte e equipamentos públicos). Para os entornos de terminais, o enfoque é do Desenho Urbano (KOHLSDORF, 1996; DEL RIO, 1990) na ocorrência de elementos e condições morfológicas, funcionais e socioambientais, de uso e ocupação do solo nas quadras circundantes (LIMA, 2015) A análise foi referenciada em Newman e Kenworthy (1998), Dureau, Lulle, Contreras (2015) entre outros. Optou-se pelo método comparativo para os procedimentos, e análise por elementos determinados de forma original em relação ao espaço urbano (Marconi, Lakatos, 2011). Os dados foram organizados e registrados por software Auto CAD, Sketch-Up e Excel.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como o aumento da expectativa de vida e as novas formas de acesso à informação vem transformando políticas sociais na área da educação e da saúde (POCHMAN, 2012), também a política de mobilidade urbana requer foco na mudança dos modos de vida . A problemática da mobilidade urbana dos dias de hoje, no plano internacional ou nacional, inclui congestionamento, poluição, desperdício de energia, recursos naturais e humanos, dispêndio de tempo (GODIER et al, 2014). A hipótese é de que há ganhos sociais e econômicos quando a política urbana de mobilidade assume a valorização e otimização do uso do tempo dos habitantes por meio do uso integrado de diversos modais, e também pelo planejamento de uma maior eficiência alocativa entre moradia, serviços e equipamentos públicos.

Os principais resultados apontam para três âmbitos de intervenção. Inicialmente se verifica a capacidade do espaço urbano de Curitiba absorver maior quantidade de habitação social no âmbito de áreas disponíveis mapeadas. Estes habitantes são os usuários habituais e cativos do sistema de transporte por ônibus (LIMA, 2015). A análise dos dados permite compreender que a produção da COHAB-Curitiba entre a sua criação em 1965 e os dias atuais foi de cento e quinze mil unidades habitacionais (DUDA, 2016; MAKOVSKI, 2017; TEXEIRA, 2016), o que ocupou cerca de quatro mil hectares de terreno (SILVA, 2012). Esse montante comparado com o déficit atual de habitação segundo levantamento do Censo 2010 que é de 49.164 unidades, nos permite compreender que o déficit habitacional municipal atual é de cerca de 43% do total já produzido pela companhia e que, seguindo a mesma tipologia, para suprir tal déficit seria necessário em torno de 1680 hectares de terreno. Por outro lado, se verifica que 97% dos assentamentos de baixa renda se localiza a partir de cinco quilômetros da área central, ou mais distante. Para essa localização corresponde um tempo de deslocamento por ônibus de cerca de 60 a 70 minutos, abrangendo partes diferenciadas de deslocamento a pé e por diferentes tipos de linhas e de condições dos ônibus, como verificaram Lima e Kuzma (2017). Por outro lado, vislumbrando o futuro, Silva (2012) afirmava que existiam cerca de 1700 hectares de área urbana ocupados de maneira informal na cidade. A atual pesquisa verificou que a demanda por moradias sociais ocuparia cerca de mil hectares ou cerca de 8% dos espaços vazios existentes na cidade, considerando cada unidade de habitação social com uma área média de 75 m², incluindo os espaços comuns e os de uso privado. Desse ponto de vista o espaço urbano teria um maior adensamento, reduzindo o espalhamento da mancha urbana-metropolitana. Nesse contexto haveria necessidade do aumento da capacidade do sistema de transporte, sendo uma possibilidade agregar ramais servidos por um tipo de modal como o VLT- MagLev (NICHELE, 2018).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A mobilidade é condição essencial para acesso a recursos de desenvolvimento pessoal e coletivo. De forma geral, práticas sociais e necessidades dos habitantes urbanos exigem condições de vida consideradas como um direito e um modo de realização de projetos individuais ou coletivos (VIARD, 2006). Ressalta-se que a mobilidade é essencial ao Direito à cidade (LEFEBVRE, 2006).

Também, desde os anos 2000 vêm se sucedendo fatos ligados ao contexto ambiental que impactaram modos de vida urbanos e políticas, salientando os limites para uso de recursos não renováveis e poluição. Assim, como salientam Godier et al (2014), a mobilidade intra-urbana é um desafio direto pelo uso privado e individual de veículos e indireto pelas distâncias. Percebe-se um desafio no traçado urbano, uma desconexão de centralidades, tanto nos sistemas de transporte, quanto nos percursos, localização de instituições e locais de trabalho. Neste âmbito cabe reflexão para subsídio a ações de gestão urbana e cidadania.

Título:
Estrutura espacial, mobilidade urbana e direito à cidade: o caso do BRT em Goiânia.

Autor:
Patrick Zechin - UEG - Universidade Estadual de Goiás
Débora Cunha - UFG - Universidade Federal de Goiás
Marcos Bittar Haddad - FANAP - Faculdade Nossa Senhora Aparecida
Doutorado

Código:
MU018

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Investigar a estrutura espacial da RMG, observando a relação entre a mobilidade urbana e o direito a cidade, a partir do conceito de mobilidade excludente, ao verificarmos um conjunto de possíveis impactos decorrentes da implantação do BRT de Goiânia (corredor norte-sul).

Analisar como a estruturação deste corredor de transporte de massa afetará, econômica, social e urbanisticamente, a população residente nas diferentes regiões abrangidas em seu percurso, no que diz respeito ao direito à cidade.

Identificar e comparar o arranjo formal do BRT com o de outros eixos de transportes de massa estruturadores da RMG e em outras regiões metropolitanas.

Metodologia:

Levantamento da atual realidade do transporte público da RMG e das informações disponíveis sobre o BRT, que será feito através de revisão bibliográfica, matérias jornalísticas, dados provenientes do órgão público responsável pela implementação do BRT de Goiânia – CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo). Também serão necessárias análises espaciais, a partir de base de dados cartográficos e socioeconômicos disponibilizados pela prefeitura bem como visitas de campo para aferição e documentação do desenvolvimento e impacto do BRT.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O projeto do BRT de Goiânia propõe um corredor ligando suas regiões norte-sul. Partindo da região norte da cidade, liga uma região periférica bastante marginalizada e empobrecida chamada Recanto do Bosque a outras regiões mais consolidadas e de ocupação mais antiga, passando pela plataforma rodoviária da cidade, localizada em uma região de intenso comércio popular no centro histórico. O trecho se estende para a região sul, passando por bairros com diferentes características socioeconômicas e urbanas, indo até a cidade de Aparecida de Goiânia, segundo maior município da RM e do estado e que, igualmente ao Recanto do Bosque, enfrenta graves problemas de ordem econômica, social, urbana e ambiental, apesar desta possuir o terceiro maior PIB do estado de Goiás.

A atual proposta do BRT de Goiânia também pode ser entendida como parte de um sistema estruturador que teve no chamado Eixo Anhanguera (corredor Leste-Oeste), implementado nos anos 1970, seu início. O Eixo Anhanguera se estende ao longo de uma das vias radiais que estruturam o tecido urbano a partir do centro histórico da cidade. Goiânia é uma cidade que do ponto de vista de sua estrutura urbana, se organiza basicamente de forma radial com poucas ligações importantes unindo diferentes partes do tecido em outro sentido que não o radial, o que contribui enormemente para que tenhamos uma estrutura espacial fraca e bastante fragmentada. Tal característica torna um eixo de transporte de massa no sentido norte-sul importante ao escapar da lógica da estruturação radial da cidade. Entendemos, portanto, que é fundamental investigá-lo no que diz respeito ao seu possível impacto na dinâmica socioeconômica e espacial de Goiânia e região.

Pergunta-se se o BRT cumpre um papel de (re)estruturação espacial ao ligar regiões tradicionalmente fragmentadas à região do centro expandido concentradora dos melhores estoques de empregos, serviços e oportunidades, uma vez que podemos inferir que, ao costurar alguns eixos radiais no sentido norte-sul, potencialmente, há a possibilidade de superação de alguns dos principais problemas e limites do Eixo Anhanguera.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Em 2012, a agência da ONU para assuntos urbanos divulgou estudo onde a capital de Goiás aparece como a cidade mais desigual do Brasil. Esta realidade é fomentada por uma série de fatores, e certamente um deles é o do transporte de massa. Goiânia, não muito diferente das demais grandes cidades brasileiras, é uma cidade espacialmente excessivamente fragmentada e socialmente muito desigual. Historicamente, Goiânia, desde muito cedo, passou a priorizar o transporte individual baseado no automóvel particular. Na análise para a escala da metrópole, os problemas também mudam de escala e se agravam enormemente escancarando as limitações das políticas públicas. A estruturação de um eixo de BRT no sentido norte-sul é importante para a RMG, pois ao contrário do Eixo Anhanguera, ele foi concebido metropolitano e, dessa forma, torna-se e é necessário investigar seu papel na incorporação ou não da população marginalizada à dinâmica socioeconômica das áreas de maior vitalidade da capital goiana.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Estruturação viária e mobilidade urbana: agentes e processos no aglomerado urbano de Maringá

Autor:
Fabíola Castelo de Souza Cordovil e Leonardo Cassimiro Barbosa –doutorado, Universidade Estadual de Maringá

Código:
MU013

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisa-se o processo histórico de ocupação do aglomerado urbano de Maringá, composto por quatro municípios, a partir da formação e desenvolvimento dos seus eixos regionais, verificando o papel na mobilidade urbana atualmente, bem como o seu padrão na última década e as suas tendências de desenvolvimento. Além disso, avaliam-se as políticas públicas e as intervenções urbanas propostas e executadas voltadas para a mobilidade urbana.

Metodologia:

1) Levantamento de referencial bibliográfico que compõe o referencial teórico sobre o tema mobilidade urbana, dispersão urbana, região metropolitana, direito à cidade, regimes urbanos, entre outros;

2) Levantamento de referencial bibliográfico sobre a formação e desenvolvimento do aglomerado urbano de Maringá, do contexto estadual e regional no período analisado;

3) Mapeamentos da evolução urbana dos quatro municípios que compõem o aglomerado urbano de Maringá (Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva), relacionada aos eixos principais de conexão;

4) Sistematização do Censo Demográfico do IBGE para levantar o tempo de deslocamento entre casa e trabalho dos municípios da aglomeração urbana de Maringá e do IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano.

5) Sistematização dos dados de frota de veículos dos municípios da aglomeração urbana de Maringá, entre 2008 a 2018, a partir dos dados do DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito e estatísticas de trânsito das prefeituras municipais.

6) Sistematização dos dados de acidentes de trânsito nos municípios da aglomeração urbana de Maringá, a partir do Mapa de Violência de 2012.

7) Levantamento do desenho e da implantação das políticas de mobilidade urbana nos diferentes níveis de governo nos municípios do aglomerado urbano de Maringá, bem como as propostas não executadas."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O tema da mobilidade urbana vem ganhando importância na discussão sobre os desafios contemporâneos das cidades devido à evidente piora das condições e das formas de

deslocamento nos centros urbanos mais dinâmicos. O Direito à Cidade e ao Bem-Estar Urbano vem sendo progressivamente ameaçado por causa do aumento crescente do tempo de deslocamento, da frota de veículos individuais (carros e motos), do número de acidentes envolvendo, principalmente, os motociclistas, concomitantemente à ausência de investimento em transporte público de massa.

Na Região Metropolitana de Maringá, o fenômeno evidencia-se, sobretudo, no aglomerado urbano de Maringá, composto pelos municípios de Paiçandu, Sarandi, Marialva e Maringá, onde estudos anteriores demonstraram o aumento da frota de veículos individuais, principalmente de motos e motocicletas, o aumento do tempo de deslocamento em relação ao município polo (SAVI, 2014; SAVI e CORDOVIL, 2014; SAVI e CORDOVIL, 2015) e a polarização de Maringá para a qual convergem os principais eixos de deslocamento, sendo, também, os principais vetores de crescimento urbano desses municípios em direção à Maringá.

Refletiu-se sobre a estruturação viária da aglomeração urbana de Maringá, abordando-se a sua formação e analisando os aspectos da sua gênese. Para tanto, recorreu-se à bibliografia que trata da ocupação inicial do território, enfatizando os vetores de crescimento físicos e os aspectos econômicos que motivaram a expansão regional, além do marco teórico sobre o tema mobilidade urbana, dispersão urbana, região metropolitana, direito à cidade, regimes urbanos, entre outros. Posteriormente, analisou-se a relação dos eixos viários com a expansão urbana ao longo do tempo, sistematizando dados populacionais, econômicos, de acidentes de trânsito, de deslocamento, de frota, para estabelecer os padrões de mobilidade urbana dos quatro municípios estudados, além de analisar a relação de dependência em relação ao polo, entre outros aspectos, como o impacto na uso do solo e a aparente tendência à dispersão urbana. Concomitantemente, analisaram-se as políticas públicas e as intervenções urbanas propostas e executadas voltadas para a mobilidade urbana, evidenciando as ações e relações dos agentes públicos e privados em diferentes momentos.

As articulações entre agentes de diferentes esferas, como o Estado – nos âmbitos municipal, estadual e federal – na construção de políticas públicas, concessões e financiamentos; e os agentes privados – empresas atuantes no transporte público e os grandes proprietários do solo -, com seus diversos interesses sobre o espaço urbano, foram protagonistas para a estruturação viária e para o atual padrão de mobilidade urbana do aglomerado de Maringá, progressivamente voltado para o transporte individual, além do espraiamento da malha urbana. O resultado são deslocamentos mais frequentes e longínquos, aumentando os índices de violência no trânsito, além da piora das condições de deslocamento.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Verificaram-se dois principais vetores de crescimento relacionados à formação histórica do território. O primeiro relacionado ao caminho das tropas, ainda nos séculos XVIII e XIX, mais tarde dando origem à Rodovia do Café, realizando a ligação de Curitiba ao chamado “norte pioneiro”; e o segundo, de formação mais recente, vinculado ao eixo rodoferroviário do projeto de colonização da CTNP/CMNP. No levantamento das intervenções e dos planos no território da aglomeração urbana de Maringá, a partir da

segunda metade do século XX, verifica-se o impacto destes nos padrões de mobilidade, e a articulação de agentes para sua elaboração/viabilização.

A reflexão pretende contribuir para a análise da formação de regimes urbanos relacionados à mobilidade urbana, bem como o impacto destes no direito à cidade na aglomeração urbana de Maringá.

Título:
Um rodovia, muitas contradições: o caso da Linha Viva em Salvador

Autor:
Analice Nogueira Santos Cunha –doutorado, Universidade Federal da Bahia (PPGD-UFBA)

Código:
MU021

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Verificar quais as contradições legais, sociais e políticas presentes na elaboração e tentativa de implantação do projeto Linha Viva em Salvador;

Compreender o processos, as lógicas e atores envolvidos na definição de projetos de mobilidade urbana dessa natureza;

Conhecer os impactos desse tipo de iniciativa para o desenvolvimento urbano de Salvador"

Metodologia:

Na pesquisa foram analisados dados e informações contidos em procedimentos administrativos, inquéritos civis públicos, ações civis públicas, acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, atas de audiências públicas e legislação municipal, bem como notícias e matérias jornalísticas veiculadas nos meios de comunicação regional e nacional, que permitiram compreender o objeto de estudo, a cronologia dos fatos, bem como a atuação do poder público e dos movimentos sociais no enfrentamento da questão em Salvador nos últimos anos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A construção de novas vias de tráfego de veículos tem sido uma alternativa frequentemente implementada em Salvador como solução para os problemas do crescimento rápido e acelerado da cidade. Ocorre que a condução da elaboração e implantação desses projetos, tal qual a Linha Viva, tem ocorrido com insuficiente transparência e participação, e ao custo do direito à cidade de centenas de famílias ameaçadas de remoção dos bairros centrais onde vivem para dar lugar à rodovia. A partir dessa conjuntura, em que o desenvolvimento urbano se inspira em um modelo rodoviarista, é possível suscitar diversas contradições legais, sociais e políticas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A investigação acerca das contradições legais, sociais e políticas em torno da implantação da Linha Viva é relevante para subsidiar o debate em torno da política urbana e de mobilidade em Salvador, bem como

para fundamentar e auxiliar na construção de eventuais ações jurídicas, sociais e políticas que podem partir dos movimentos sociais, dos agentes políticos e institucionais. Há um evidente descompasso entre a normativa local que prevê da implantação da rodovia Linha Viva e a regulamentação nacional das políticas públicas de mobilidade urbana, em especial quanto ao seu propósito exclusivo para veículos particulares e quanto às remoções que o seu trajeto provocará. Além disso, tanto sua elaboração quanto a tentativa de implantação tem sido pouco transparente e participativa.

Título:
A desigualdade social e o planejamento da mobilidade: o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (1973 – 2015).

Autor:
Pedro Xavier de Araujo; Heleniza Ávila Campos –doutorado, "ARAUJO, Pedro Xavier. Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 2017).
CAMPOS, Heleniza Ávila. Doutora em Geografia (PPGG/UFRJ, 1999). Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)"

Código:
MU032

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho parte do reconhecimento das desigualdades socioespaciais marcantes no território da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e das relações entre a desigualdade social e a mobilidade urbana. A pesquisa, que integra os conteúdos da dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) em 2017, deteve-se sobre o processo de planejamento da mobilidade na RMPA desde 1973 – ano da sua institucionalização – até 2015, quando foram cadastrados os projetos mais recentes de estruturação do transporte metropolitano.

Pretende-se identificar em que medida os planos e projetos de mobilidade em escala metropolitana elaborados no período consideraram as relações entre a desigualdade social e a mobilidade urbana em suas análises, e se propuseram ações para reverter esta situação. Adicionalmente, busca-se identificar eventuais transformações na abordagem desses fenômenos pelo planejamento da mobilidade ao longo deste período.

Metodologia:

O objeto da pesquisa é o planejamento da mobilidade urbana na RMPA, desde 1973 – ano da sua institucionalização – até 2015, quando foram cadastrados os projetos mais recentes de estruturação do transporte metropolitano. A análise centrou-se nos planos publicados enquanto documentos que plasmaram leituras da realidade técnica e social, refletindo a abordagem oficial do Estado frente aos problemas de mobilidade nas diferentes épocas.

A primeira etapa da análise consistiu na delimitação do objeto empírico. Entre os planos elaborados no período, selecionou-se o Plano Diretor de Transportes Urbanos (PLAMET), de 1976, e o Plano Integrado

de Transporte e Mobilidade Urbana (PITMUrb), de 2009, por se tratarem dos planos mais completos e expressivos, representantes de dois contextos culturais bastante específicos. O PLAMET ilustra o modelo de planejamento do período da ditadura militar, tecnicamente muito elaborado, mas pouco crítico do ponto de vista social e político. O PITMUrb foi elaborado já no século XXI, em um contexto mais democrático, quando o Brasil era governado por um grupo político tido como mais progressista e preocupado com a inclusão.

Foram construídas categorias de análise que possibilitassem a classificação dos planos com respeito à abordagem da relação entre desigualdade social e mobilidade urbana. Foram definidas cinco unidades de análise comuns a ambos os planos, correspondentes a etapas do processo de planejamento.

O método de análise consistiu na elaboração de perguntas direcionadas a cada unidade. Foram estabelecidas três respostas possíveis para cada pergunta e uma pontuação para cada reposta, proporcional ao tratamento do fenômeno da desigualdade social na respectiva unidade, tornando possível a classificação dos planos a partir da pontuação atingida. Finalmente, foi possível cotejar os planos entre si a partir das categorias de análise pré-estabelecidas, mas considerando as diferenças de contexto cultural em que os mesmos foram elaborados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Considerando a desigualdade marcante na organização social brasileira; as relações entre a desigualdade social e a mobilidade urbana; e o histórico do planejamento da mobilidade na RMPA, o presente trabalho partiu das seguintes perguntas:

- O planejamento da mobilidade urbana na RMPA considerou, e em que medida, a desigualdade social e sua relação com a mobilidade em suas análises e propostas?

- É possível identificar evolução ou transformações na abordagem desses fenômenos pelo planejamento da mobilidade elaborado na RMPA entre 1973 e 2015?

As hipóteses iniciais eram de que o planejamento elaborado entre 1973 e 2015, apesar da grande quantidade de planos e projetos desenvolvidos, ainda não havia abordado adequadamente a relação entre a desigualdade social e a mobilidade urbana. Acreditava-se, porém, que os planos mais recentes, elaborados em um contexto mais democrático, e quando a noção da crise urbana – relacionada com o acesso desigual às oportunidades nas cidades – já encontrava eco nos textos oficiais do Governo Federal, teriam dedicado mais atenção à essa relação.

A análise dos planos demonstrou que a relação entre a desigualdade social e a mobilidade urbana foi abordada de forma insatisfatória e insuficiente em ambos os planos, mas que esse aspecto passou a receber maior atenção ao longo do tempo. O Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana da RMPA (PITMUrb), elaborado entre 2003 e 2009 integrou esse relação de forma mais clara, chegando a colocar a promoção da equidade entre seus objetivos e como um dos critérios para a construção de suas propostas. A preocupação, no entanto, aparece de forma secundária e periférica ao longo do plano.

A abordagem foi ainda mais limitada no Plano Diretor de Transportes Urbanos da RMPA (PLAMET), de 1976. Embora apresente uma leitura bem clara da segregação urbana em seu diagnóstico, o PLAMET não considera esse desafio como parte do seu escopo. A inclusão aconteceria como uma decorrência natural do desenvolvimento e do crescimento econômico. É um modelo de planejamento que fecha os olhos para os conflitos sociais, chegando a enxergar o contingente de população pobre nas metrópoles como um recurso dentro do um projeto de industrialização do governo militar.

A análise identificou, porém, que, apesar do maior comprometimento com a inclusão social, os métodos utilizados no PITMUrb foram muito semelhantes aos vinham sendo empregados desde a década de 1970. São métodos tradicionais, provenientes da engenharia de transportes, cujo foco está no funcionamento ótimo do sistema e não nas necessidades e limitações dos diferentes grupos sociais. Esses métodos consideram as pessoas e grupos de forma indiferenciada, como se despossuídos de características sociopolíticas, apenas como indicadores de demanda. Seu emprego dificulta que o planejamento do transporte e da seja utilizado como uma ferramenta capaz de orientar a formulação de políticas públicas adequadas para o combate à desigualdade e à exclusão social.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Como resultado, observou-se que o planejamento da mobilidade elaborado na RMPA vem abordando a relação entre a desigualdade social e a mobilidade urbana de forma insuficiente, mas que esse aspecto tem recebido maior atenção mais recentemente. As transformações no contexto tornaram o planejamento mais comprometido com esses conflitos, mas esse comprometimento ainda não está à altura dos desafios colocados no território.

A discussão em torno dos reflexos da desigualdade social na mobilidade urbana vem sendo pouco considerada pela prática e pela pesquisa nos campos do planejamento urbano e da mobilidade. Espera-se, com este trabalho, chamar atenção para esse conflito, contribuindo para sua compreensão e para a formulação de políticas públicas mais adequadas para o seu enfrentamento. Finalmente, o artigo busca se inserir no debate sobre possibilidades e limites do planejamento como instrumento capaz de apontar caminhos a serem percorridos pela sociedade na busca de maior justiça social.

Título:
Planejamento da mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): discursos, contradições e injustiças

Autor:
Marília Campos Hildebrand –Graduação, Mestranda em Planejamento urbano e regional IPPUR - UFRJ

Código:
MU043

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Em contraposição à tendência predominantemente técnico-econômica do conceito de mobilidade, entende-se o tema à luz da dimensão coletiva e das complexidades sociais. A relação estabelecida entre um grupo e um meio social deve ser pautada tanto no âmbito coletivo quanto desmercantilizado, sobrepondo o interesse individual, mas reconhecendo as subjetividades desiguais dos sujeitos. Assim, a equalização do acesso é central na apreensão do transporte público como um serviço básico essencial aos grupos sociais mais ou menos vulneráveis, na medida em que sua oferta ou restrição condicionam diretamente as possibilidades dos indivíduos, impactando seu direito à cidade.

O artigo irá analisar a política pública que incide na mobilidade urbana, com enfoque na RMSP, a fim de entender como a estruturação dessa região se articula com o transporte, de fato, e se a mesma garante o uso equalizado de tal sistema através de sua conjugação com planejamento do território urbano.

Metodologia:

Para fundamentação das hipóteses, a análise se dará por meio da coleta de dados, com o levantamento e exposição do corpo de leis e instrumentos pós-constituição de 1988 – com um olhar atento ao marco da instituição das regiões metropolitanas – que têm pertinência dentro do campo do transporte e da mobilidade urbana, levando em conta que o planejamento da mobilidade é mais recente e inaugura uma nova abordagem do setor. Todavia, devido a falta de gestão metropolitana efetiva, tais dados deverão ser obtidos tanto na esfera municipal como na estadual, dada proeminência desse ente federativo na articulação institucional de interação entre municípios e União.

A pesquisa conduzirá uma discussão de base acerca da justiça social dentro de tal temática e se inclinará também ao entendimento de como a política pública de mobilidade urbana passa a ser definida mais aos moldes de um projeto técnico do que nos contornos de uma política que objetiva concretizar direitos.

Para tanto, intentar-se-á problematizar alguns mecanismos do planejamento da mobilidade, da modelagem de transporte e de instrumentos urbanísticos, embasados pela corrente defesa de projetos de racionalização da rede, indicando como tal orientação ora potencializa a equidade no acesso, ora esvazia politicamente o debate público e pode aprofundar as desigualdades nas condições de circulação dos indivíduos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Conforme demonstram estudos de Rolnik e Klintowitz (2011), a continuidade no padrão de investimentos da última década na capital paulistana, mesmo que indique cifras maiores em determinados momentos para o transporte coletivo, foi incapaz de provocar uma inflexão e instaurar um novo paradigma de mobilidade para a cidade, constituindo a temática do congestionamento como questão e prioridade e, consequentemente, impondo para o conjunto da sociedade, a imobilidade.

Dada conjuntura, a crise social da mobilidade, traço de uma profunda trajetória e relação com as escolhas políticas, econômicas e que afetaram, sobretudo, os espaços urbanos no Brasil, evoca a instabilidade de um cenário, que juntamente ao ambicioso plano de metas instituído pela administração municipal paulistana de 2013-2016, conformam o pano de fundo para a instituição do novo marco regulatório da política urbana para o município de São Paulo. Tal programa de propostas expõe uma pretensão contrária à realidade desigual e desequilibrada da cidade, segundo o mesmo, advinda de um longo processo de ausência de uso de mecanismos de planejamento pelas anteriores prefeituras, amparando-se, ao lado de intensa reivindicação popular, na iniciativa de fortalecimento da participação, num estreito alinhamento às diretrizes enunciadas pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) e pela Lei Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº12.587/2012).

No entanto, ao entender que o transporte tem a capacidade de articular as diversas porções do território metropolitano e que a dimensão urbana – bem como sua construção social – extrapola qualquer delimitação constitucional, o presente artigo pretende ir além da avaliação restrita ao novo quadro legal municipal para articulá-lo à escala da metrópole e seu planejamento integrado de transportes. Sugere-se que tais políticas, ainda que partam da premissa de democratizar o espaço público – como bem demarcam o Plano Diretor Estratégico e o Plano de Mobilidade do Município de São Paulo, na priorização do

transporte coletivo em detrimento do individual ou pelo próprio reconhecimento da distribuição desigual das atividades na cidade no Plano Integrado de Transportes Urbanos (2025) desenvolvido na esfera metropolitana – ainda não são capazes de alterar com a lógica hegemônica, racional e vertical de formulação e implantação desse serviço básico à todos e, consecutivamente, em sua extensão ao direito à cidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O esforço que se pleiteia é o de pensar a mobilidade urbana a partir de seu valor de uso frente ao constante incremento locacional das estruturas de transporte público e seu valor de troca, numa referência conhecidamente explorada por Lefebvre, dando a ela um caráter que não se restrinja à neutralidade de ações isoladas e comumente justificadas por um discurso técnico-econômico que, mais recentemente, aproxima-se do aspecto da sustentabilidade, mas ainda exclui o pilar da justiça social.

As reflexões postas abrem margem para a verificação das limitações, dos avanços e da leitura de um cenário político que tende a democratizar o solo urbano, mas que antes de se consolidar na morfologia da metrópole, passa a ser reestruturado por novos atores e demonstra seu alinhamento aos circuitos neoliberais competitivos, distanciando-se ainda mais do combate à desigualdade.

Título:
Mobilidade urbana para quem? O papel dos atores na formulação e implementação da política de mobilidade urbana em Natal

Autor:
Gabriela Baesse Iglesias Alves Pereira –Graduação, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Código:
MU052

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O processo de formulação e implementação das políticas públicas circunscreve a participação de diversos atores, sendo este fator, juntamente com as instituições e as ideias, considerados o principal foco da teoria da política pública, além de importante nos diversos conceitos de governança. A realidade empírica que será analisada no artigo, compreende o âmbito da política de mobilidade urbana no município de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Dentro deste contexto, pretende-se mapear os atores estatais e societários que têm participado do processo de implementação e formulação, buscando analisar o papel que exercem, as dinâmicas em que atuam e as contribuições que tem dado para a efetivação de uma política pública de mobilidade urbana sustentável.

Metodologia:

A pesquisa utiliza uma abordagem teórica-empírica, fazendo uso de uma metodologia exploratória e descritiva, procurando com isso, apresentar o arcabouço conceitual do ciclo das políticas públicas, relacionando-o com a definição de governança. Pois apesar do termo ser polissêmico, por ser utilizado como um conceito guarda chuva, governança faz referência a processos formais e informais entre atores

governamentais e da sociedade que se conectam através de redes, resultando em políticas influenciadas pelos diferentes atores, em um contexto ideal a população como um todo participa do processo.

Com isso, a pesquisa realiza uma abordagem qualitativa para mapear os atores envolvidos com a política pública de mobilidade urbana e suas diferentes visões acerca do tema. Alguns se aproximam da perspectiva mais consolidada que tem como o foco o automóvel, enquanto outros entendem que a superação disso se encontra na valorização de uma diversidade de modais através do reconhecimento da importância de outros meios de deslocamento como o transporte público e os modais ativos (bicicleta e pedestres).

Utilizou-se o estudo de caso como método, com o intuito de realizar uma investigação ampla por meio da utilização de diferentes fontes de dados. Assim, foi possível ter uma visão das várias dinâmicas que perpassam a realidade da mobilidade urbana, bem como os interesses e conflitos envolvidos na questão. Para realizar a coleta de dados, empregamos uma pesquisa documental e bibliográfica, feita através da análise de artigos científicos, sites, notícias, atas de audiências e reuniões, e documentos diversos como leis e planos governamentais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O agravamento da situação da mobilidade urbana não é uma situação exclusiva de Natal, as cidades de forma geral têm experimentado um aumento no tempo de viagem, ainda mais profundo para as pessoas que utilizam o transporte público para se deslocarem. Além disso, o custo para a população que utiliza o transporte coletivo cresceu de forma contundente, inclusive acima dos índices da inflação. O pedestre e a bicicleta apesar de importantes vetores para a retomada do uso dos espaços públicos e para a efetivação de um transporte mais humano, ainda tem espaços reduzidos e muitas vezes sucateados.

A dura realidade do transporte nas cidades brasileiras, levou a promulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12,597/12), onde foi instituído importantes diretrizes para uma mobilidade urbana sustentável, levando em conta aspectos sociais, econômicos e ambientais, um dos seus principais encaminhamentos diz respeito a priorização do transporte não motorizado e coletivo em detrimento do transporte motorizado individual. Entretanto. Apesar das leis avançadas, ainda temos uma realidade atrasada, onde ainda se batalha para que a implementação das leis seja feita.

Outra adversidade é a falta de espaços de participação em que a população seja realmente escutada, atuando mais diretamente na tomada de decisão. Acreditamos que a governança seja uma ferramenta de aprofundamento da democracia ao permitir que as pessoas exerçam mais diretamente seu poder, possibilitando dessa maneira a efetivação de políticas públicas que de fato procuram atender os cidadãos.

A partir disso, a pesquisa parte da hipótese de que a governança existente no contexto local prejudica a participação dos atores de forma mais direta nas políticas de mobilidade urbana realizadas pelo município de Natal. Como consequência, o governo local continua formulando e implementando políticas que beneficiam somente a parcela da população mais abastada, e igualmente mais influente. Isto tem levado ao aprofundamento das desigualdades urbanas.

Os resultados até agora encontrados, revelam uma rede sólidas de atores não governamentais atuando no processo de formulação e implementação das políticas de mobilidade urbana, são movimentos sociais, Organizações Não Governamentais, grupos da universidade. Os grupos possuem um papel importante de questionar as ações governamentais e de influenciar em uma pequena escala na tomada de decisão institucional.

As empresas também são atores presentes no processo político, entretanto possuem um poder de barganha maior e não fazem uso dos mesmos espaços de participação que a sociedade civil organizada. Já os grupos que atuam com o direito à cidade têm conseguido em uma pequena escala trazer a perspectiva das pessoas para a mobilidade urbana local, mesmo diante de um contexto que vê o automóvel como prioridade. Apesar dos pequenos avanços, a política de mobilidade urbana ainda não está sendo executada de forma ideal.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos no estudo revelam que existem diversos atores não governamentais organizados individualmente e em grupos sólidos, atuando para mudar a perspectiva vigente de organização do transporte nas cidades. Os frutos disso tem sido um tímido avanço na mudança governamental em relação a mobilidade urbana, que tem realizado a construção de algumas estruturas para o ciclista e que priorizam o transporte público.

Entretanto, a governança institucional no contexto da mobilidade urbana, ainda não é capaz de criar uma conjuntura de participação efetiva dos cidadãos. Dessa forma, a atuação ainda se limita aos grupos que conseguem se organizar e ter o fôlego de continuar lutando para o avanço de direito que permitem obter uma mobilidade urbana sustentável.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

SESSÃO 2.2.3

Aspectos econômicos e gestão dos serviços

Coordenação: Rosangela Luft

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
O transporte aquaviário na RMGV histórico e tentativa de ressurgimento: uma análise à luz da Teoria dos Regimes Urbanos.

Autor:
Caroline Jabour de França e Latussa Laranja Monteiro –doutorado, Observatório das Metrópoles, Núcleo Vitória

Código:
MU033

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo objetiva analisar ações recentes em prol da efetivação de transporte aquaviário entre os municípios de Vitória e Vila Velha, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) sob a ótica da Teoria dos Regimes Urbanos. Importa entender de que modo a ação municipal em promover tal transporte significa uma insurgência contra a coalizão do regime urbano que sustenta o transporte coletivo metropolitano. O artigo busca resgatar a história de utilização do modal aquaviário na RMGV, sua desativação nos anos 1980 e os principais momentos de reivindicação popular por seu retorno, quando das manifestações de junho de 2013 e em 2017, durante a fase de discussão do Plano Diretor Urbano Integrado. Com uma capital implantada em uma ilha próxima ao continente e conurbada com 4 municípios populosos, o modal aquaviário parece ser uma solução interessante aos olhos da população, mas sua viabilidade é negada pelas instâncias responsáveis pela oferta dos serviços de transporte intermunicipal.

Metodologia:

É apresentado o histórico do modal aquaviário na RMGV até sua desativação, nos anos 1980, ao mesmo tempo em que se consolidava o Sistema de Transporte Coletivo por ônibus, o Transcol. São fontes os documentos técnicos e planos elaborados pelo Instituto Jones dos Santos Neves, incluindo os Planos Diretores de Transportes Urbanos/ Programa de Ação Imediata de Transportes e Trânsito (1978) e os PDTUs de 1998 e 2008. A análise dos documentos resgata como foi sendo tratado o aquaviário, frente ao processo de metropolização da Grande Vitória, conforme descrito em Vitória: Transformações na Ordem Urbana (Lira; Oliveira Jr. e Monteiro, 2014).

A situação de agravamento da mobilidade é apoiada por dados do tempo de deslocamento (IBGE, 2010), os dados de pesquisa domiciliar de origem e destino (Comdevit, 2007), além de análises sobre o crescimento da frota (IJSN, 2015).

Pretende-se ainda realizar entrevistas com gestores municipais e estaduais para formar uma ideia sobre a problemática do ponto de vista político-econômico.

Descreve-se como a utilização do aquaviário como alternativa modal permanece uma demanda presente. Foi pauta durante a série de manifestações que tomaram o formato de protesto nas ruas de várias capitais do Brasil em junho de 2013 e, em 2017, surge como proposta nos diversos canais de escuta e participação popular.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

O artigo apresenta pontos chave da Teoria de Regimes Urbanos, como um arranjo informal, mas de longa duração entre parcelas da sociedade (Ribeiro e Ribeiro, 2017; Clementino et al., 2016), a partir de Stone (1993; 2015); Mossberger; Stoker (2001) e Brenner (2002). Descreve-se então a iniciativa do município de Vitória, apoiada pelo município de Vila Velha, que propõe a implantação de linha turística permanente cruzando o canal que os separa, inicialmente, em dois pontos.

A utilização de ferramentas de georreferenciamento, permitirá mostrar a distribuição dos antigos cais, além das novas rotas sugeridas ao longo da Baía de Vitória.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Segundo relatos dos gestores o sistema aquaviário como modal de transporte coletivo intermunicipal, somente pode ser implantado mediante a participação do Governo do Estado. Sendo assim, em 2017, o prefeito de Vitória, com o argumento da utilização turística, que a princípio não pressupõe articulação com o estado, propõe a ligação por meio de barca entre os municípios de Vitória e Vila Velha e é prontamente apoiado pelo município de Vila Velha, como modo de provocar uma atuação direta. Tal ação ocorre ao mesmo tempo em que a Governança Metropolitana discutia o PDUI, surpreendendo o grupo técnico interfederativo que o elaborava.

Vitória e Vila Velha são os dois municípios que unem a mais alta renda, Vila Velha é o mais populoso e Vitória é concentrador de postos de trabalho de maior renda.

Vale observar que o município de Vitória, por ser, em parte, uma ilha, se conecta com os outros municípios da Região Metropolitana por meio de diversas pontes. Deste modo, sofre com o problema do tráfego urbano há diversos anos. Ademais, o aquaviário se coloca como uma alternativa ambientalmente sustentável para o deslocamento entre Vitória e Vila Velha.

Embora extinto na década de 80, o aquaviário segue lembrado em momentos como o das manifestações de junho de 2013, que embora difusas, na Grande Vitória trazia claramente a pauta da mobilidade urbana sustentável.

A hipótese é que a ação tenha como pano de fundo uma discussão mais profunda, embora não evidenciada, sobre o próprio regime urbano que sustenta o sistema de transportes coletivos na RMGV, de modo a utilizar o argumento turístico para baypassar as instâncias legalmente constituídas na temática dos transportes, em que o principal argumento para a não utilização seria a inviabilidade financeira da operação do aquaviário (PDTU/ RMGV, 2008).

Analisar tal episódio nos dará também a oportunidade de discutir sobre a dificuldade dos municípios e do governo do estado em atuar como atores da Governança Metropolitana integrada. Em uma região metropolitana gerida, desde 2005, por meio do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT), com forte protagonismo do estado como ordenador das políticas metropolitanas, cada um dos atores deve encontrar seu novo papel, tendo em vista o Estatuto da Metrópole e o Plano Direto Urbano Integrado (PDUI) recentemente aprovado.

Tais análises nos darão subsidio para compreender a problemática do ponto de vista dos regimes urbanos que passa pela interseção de três campos básicos do conhecimento, isto é, discussão de poder, estudo sobre crescimento e desenvolvimento econômico e estudos sobre a dinâmica urbana (Clementino e outros, Teoria dos Regimes Urbanos, 2016).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A análise é relevante por buscar relacionar a teoria de regimes urbanos a uma temática que ocupa posição crescentemente central na discussão dos espaços metropolitanos brasileiros, a mobilidade urbana. Além de ser, uma problemática importante para a região metropolitana de Vitória.

Entre as conclusões principais espera-se apontar os indicativos da articulação política e econômica em torno de uma função pública de extrema relevância para a coletividade metropolitana. Uma oportunidade de se investigar os arranjos que se formam para sustentar serviços tão importantes como, no caso o transporte coletivo, com evidentes impactos no modo como se desloca a população.

Outra contribuição relevante é o resgate e publicação de dados e de informações existentes em documentos elaborados à época do processo de metropolização e, portanto, do início do agravamento das questões relativas à aglomeração, alguns deles disponíveis apenas em documentos originais da época.

Título:
Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte: uso de indicadores para incidência da sociedade civil na política pública de mobilidade urbana

Autor:
Marcelo Cintra do Amaral e Guilherme Lara Camargos Tampieri –doutorado, Movimento Nossa BH // IGC/UFMG

Código:
MU001

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo busca refletir sobre as potencialidades e dificuldades do uso de indicadores e metas na formulação da política pública de mobilidade urbana da capital mineira, tendo o Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte como caso de estudos e o olhar da sociedade civil como perspectiva. Parte-se da premissa de que indicadores e metas são utilizados como ferramentas para dar mais objetividade às políticas públicas e a seus resultados e busca-se problematizar os limites e potencialidades desta prática, buscando-se refletir sobre os processos e práticas possíveis para que os indicadores existentes sejam efetivamente utilizados.

Metodologia:

A partir de uma análise crítica das práticas de uso de indicadores pela sociedade civil que participa no Observatório da Mobilidade de Belo Horizonte - ObsMob-BH , busca-se aprofundar questões que ampliem a reflexão para outras ferramentas de acompanhamento de indicadores e metas.

O ObsMob-BH, proposto pelo Plano de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte - PlanMob-BH em 2011, buscou inspiração em outras cidades do mundo para se constituir formalmente em 2013, já possuindo cinco anos de existência. Apesar de ser uma ferramenta com enorme potencial por estar associado à avaliação e monitoramento de um planejamento de maior prazo, ainda não comprovou resultados que garanta que contribui para a efetividade das políticas de mobilidade na capital mineira.

O artigo se utiliza de metodologia comparativa entre o caso de Belo Horizonte, outros observatórios de mobilidade existentes (Barcelona, Bogotá, Paris, entre outros) e outras formas de incidência social nas políticas de mobilidade urbana. Também incorpora a visão de atores envolvidos no acompanhamento da política pública na capital mineira, a partir de entrevistas semi-estruturadas e resultados de pesquisas on-line realizadas com participantes das reuniões.

O resultado que se busca é melhorar a efetividade de instrumentos de monitoramento participativo, especialmente apresentando um leque de ferramentas a serem incorporadas em cidades diferentes, além de trazer algumas sugestões no nível local de Belo Horizonte.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O principal problema abordados pelo artigo é a falta de eficácia das políticas de mobilidade urbana das cidades brasileiras, fazendo uso de Belo Horizonte como laboratório, para atingir resultados efetivos para contribuir com o desenvolvimento urbano sustentável. Este problema parece ser reforçado pela falta de envolvimento de atores do setor privado, universidade e agentes sociais na formulação destas políticas, dificultando a criação de compromissos de mudança ou novos contratos sociais para a mobilidade urbana, como em Barcelona.

A hipótese de partida é de a adoção de observatórios de mobilidade urbana que utilizam indicadores e metas para monitoramento e que promovam o envolvimento da sociedade, de forma ampla e plural, na formulação e acompanhamento destas políticas, podem dar maior efetividade nas políticas de mobilidade urbana, além de possibilitar o estabelecimento de compromissos mínimo de gestão (curto prazo) e de estado (médio e longo prazo) com a mobilidade urbana, como o caso da recente campanha #D1Passo, realizada por vários coletivos durante as eleições para Prefeito em Belo Horizonte, com objetivo de pautar e influenciar o debate eleitoral sobre mobilidade.

Aborda-se um problema específico da experiência local, que é a dificuldade de uso de indicadores e metas, tanto nas reuniões quanto em textos produzidos para os balanços anuais de indicadores. Procura-se verificar: a qualificação no uso de indicadores; a definição de um limite quantitativo para seu uso, de forma a serem compreendidos pelos agentes sociais envolvidos; o processo de pactuação de metas; e a definição de métodos para seu acompanhamento.

Os principais resultados da análise entre a experiência de Belo Horizonte e outras formas de observação é a constatação da existência de diversos instrumentos possíveis de serem utilizados a cada momento (e realidade) político, social, cultural e econômico. O que aponta para o fato de que um observatório é um processo em contínua transformação e aperfeiçoamento, tanto para lidar com novos problemas, quanto para acolher novos atores envolvidos a cada momento. A reflexão aponta para os limites e potencialidades dos diversos instrumentos, especialmente para o fim de envolver a sociedade civil em seus diversos formatos no acompanhamento (e mesmo na elaboração/planejamento) das políticas de mobilidade.

Quanto à análise específica sobre o uso de indicadores e construção de metas, conclui-se que há necessidade de processos e práticas mais participativos para que sejam efetivamente adequados à realidade local e que não se deve padronizar o formato dos indicadores, uma vez que a incidência da sociedade civil é mais fluida e diversa, o que deve ser respeitado pelo poder público. O pouco respeito aos orçamentos dificulta a execução de metas, uma vez que há um enorme desnível entre expectativa social e a efetiva aplicação de recursos orçamentários o que aponta para a importância de se incluir indicadores orçamentários.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A maior relevância do artigo está na potencialidade de uso dos instrumentos identificados e analisados em outras realidades, partindo-se de uma reflexão de suas potencialidades e não apenas de uma recomendação geral de sua replicabilidade.

As reflexões propostas sobre uso de indicadores e metas, por serem pautadas em uma experiência prática tida como sucesso, são importantes para a desmitificação de necessidade de uso estritamente técnico destes instrumentos. Faz-se necessária uma importante etapa de transição com uso bem flexível de indicadores e metas, para contribuir em uma efetiva e inclusiva cultura de avaliação por indicadores.

Outro resultado da pesquisa é a compreensão sobre a importância da incidência da sociedade civil nos período eleitorais, como parte da continuidade da construção, gestão, revisão e melhorias das políticas públicas. Ou seja, de como o período eleitoral é ele, também, parte do amadurecimento democrático de uma política urbana setorial.

Título:
Neoliberalização nos serviços de transporte por ônibus: imobilidade e exclusão social em Ribeirão das Neves – RMBH

Autor:
Marina Abreu Torres –mestrado, Observatório das Metrópoles - Núcleo RMBH

Código:
MU012

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo principal do trabalho é compreender como a mercantilização dos serviços de transporte coletivo incide no cotidiano dos moradores de Ribeirão das Neves, na RMBH. O objetivo geral do trabalho se desmembra em quatro tarefas específicas: 1) compreender os efeitos da neoliberalização sobre os serviços de ônibus nas metrópoles brasileiras, tendo como referência o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte; 2) compreender os processos territoriais em curso na Região Metropolitana de Belo Horizonte, analisando a dinâmica de periferização e segregação territorial na qual se insere Ribeirão das Neves; 3) analisar o cotidiano daqueles que se deslocam no município, elencando as dificuldades geradas por um sistema de transportes insuficiente; 4) definir as principais características institucionais do sistema de transportes da região, evidenciando as contradições existentes entre os princípios que o estruturam e as necessidades sociais de transporte.

Metodologia:

Para realizar os objetivos propostos, foi necessário lançar mão de diferentes abordagens metodológicas. Em primeiro lugar, uma ampla revisão da literatura do setor dos transportes e da mobilidade foi realizada – em especial, a produção acadêmica e técnica feita no Brasil a partir dos anos 1990 (1). Foi ainda necessário realizar uma revisão da literatura referente à formação histórica da RMBH e de Ribeirão das Neves, assim como dos processos de periferização e segregação do território. Em seguida, a estrutura socioespacial do território e suas atuais condições de mobilidade foram analisadas a partir de dados

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

socioeconômicos obtidos através do Censo de 2010, realizado pelo IBGE, e dos dados de mobilidade disponíveis na Pesquisa Origem e Destino de 2012, realizada pela Agência ARMBH. O panorama geral da mobilidade na região e em Ribeirão das Neves, traçado a partir dos dados secundários de natureza quantitativa, foi, então, complementado pelas reflexões provenientes do trabalho de campo: por 30 dias, percorri os ônibus de Ribeirão das Neves e a observação participante, de natureza etnográfica, trouxe o cotidiano específico e as agruras concretas enfrentadas pelos moradores do município para o plano de análise (3). Para compreender a relação entre os problemas verificados e aspectos institucionais do transporte metropolitano da RMBH (4), utilizei informações fornecidas pela Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais e pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, como quadros de horários e itinerários das linhas de ônibus, legislação e contratos administrativos firmados com as empresas, além de dados referentes ao número de usuários e linhas existentes no sistema.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A urbanização de Ribeirão das Neves, na RMBH, tem sido marcada pelo loteamento informal e acessível à população com renda mais baixa, mas sem contrapartida de investimentos expressivos em infraestrutura urbana, serviços públicos ou desenvolvimento econômico. O município se configurou como um dos principais espaços de residência das classes populares da região, enquanto atividades que concentram emprego permaneceram nas áreas centrais da RMBH. Nesse contexto, o transporte coletivo aparece como condição imprescindível para acesso ao emprego e outras atividades, como saúde e lazer. Tendo em vista a centralidade do acesso ao transporte no município, analiso os obstáculos à mobilidade dos seus moradores, tendo como ponto de partida o sistema de transporte coletivo existente na região. Parto da hipótese de que a mercantilização dos serviços de transporte é intensificada a partir das rodadas de neoliberalização da década de 1990, agravando processos de segregação e exclusão social.

A partir da pesquisa, foi possível perceber duas tendências de neoliberalização dos serviços de transporte coletivo no Brasil. Desde os anos 1990, proliferam estudos técnicos e acadêmicos que defendem o mercado como principal meio para solucionar a crise dos transportes nas cidades brasileiras, atribuindo ao Estado o mero papel de agente regulador. Nos anos 2000, uma nova leva de estudos passa a defender transformações nos mecanismos de financiamento do setor de transportes, com injeção de recursos públicos no setor, embora mantendo-se a operação privada. As defesas à re-regulamentação dos serviços de transporte levaram à reestruturação do setor desde o fim dos anos 1990. Na RMBH, uma nova licitação dos serviços ocorreu em 2008, com caráter fortemente neoliberal. As transformações institucionais e regulatórias levaram à precarização dos serviços, com a lógica da eficiência econômica se sobrepondo à necessidade social de serviço adequado. Assim, a oferta de transporte tem diminuído, as passagens têm aumentado e a qualidade do serviço tem se deteriorado. Outra consequência do processo foi o aumento do poderio das empresas operadoras e um afastamento do controle estatal sobre o sistema. Como consequência, a mobilidade dos moradores de Ribeirão das Neves tem se mostrado alarmante: 41,8% dos trabalhadores do município levam mais de uma hora para ir de suas casas ao trabalho, sendo o município com o pior indicador na RMBH. Essas constatações se aprofundaram com a pesquisa em campo, que mostrou como deslocamentos básicos são amplamente inviabilizados pelo valor elevado das tarifas e restrições nos horários das linhas de ônibus.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A privação do acesso ao transporte intensifica processos de segregação desencadeados pela atuação do capital imobiliário nos espaços urbanos. Em Ribeirão das Neves, linhas de ônibus pouco frequentes e caras

impedem o acesso da população às áreas onde estão concentrados empregos, atividades de lazer e outros, agravando a exclusão social. A análise do sistema de transporte coletivo, em seus aspectos institucionais, mostrou como os problemas vividos pelos moradores da periferia metropolitana se relacionam diretamente à natureza privada de operação dos serviços, que tem como premissa a eficiência econômica da atividade. A neoliberalização do setor intensifica os efeitos da operação mercantilizada dos serviços, que tem como premissa básica a eficiência econômica. Como resultado, as necessidades de transporte da população ficam condicionadas à rentabilidade e sustentabilidade econômica do setor, em um cenário de fortalecimento das empresas e atuação estatal pró-mercado.

Título:
A luta pela ampliação do transporte público em um cenário de crise sistêmica: o caso do "Busão da Comunidade" no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte

Autor:
André Henrique de Brito Veloso e Letícia Birchal Domingues –mestrado, CEDEPLAR/UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais; PGCP/UFMG - Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais;

Código:
MU017

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo busca delimitar e analisar quais fatores de mediação entre comunidade, poder público e empresários foram utilizados para se chegar a uma solução bem-sucedida na luta pela implantação de uma linha de ônibus no Aglomerado da Serra, maior conjunto de favelas de Belo Horizonte, em 2017. Narrar os acontecimentos e identificar os atores desse processo se torna ainda mais relevante ao se compreender que as cidades brasileiras passam por uma alteração estrutural na mobilidade urbana, com o aumento do número de viagens por carros e motos em detrimento do transporte público. O setor de ônibus, por sua vez, passa por uma crise de demanda e rentabilidade que, em conjunto com as novas formas de regulação e gestão públicas, têm gerado a diminuição sistemática da frota e viagens, com especial impacto para regiões de menor rentabilidade para o sistema, como favelas e periferias. Nesse contexto adverso, torna-se então, fundamental a identificação de novas diretrizes de governança.

Metodologia:

A metodologia proposta no presente artigo trabalhou a partir de duas abordagens. Em primeiro lugar, buscou-se delimitar o atual cenário da mobilidade urbana no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte e no Brasil a partir do levantamento de dados e regulações públicas. Dessa maneira, a partir das pesquisas Origem-Destino da RMBH de 2002 e 2012, calculou-se a matriz de modos de viagens e os principais destinos e motivos de viagem do morador do Aglomerado da Serra, além da evolução da frota municipal e nacional. Levantou-se, ainda, os dados da política de linhas de ônibus de vilas e favelas de Belo Horizonte, ocorrida entre meados da década de 1990 e 2000, bem como os principais fatos e argumentos que levaram à elaboração da nova regulamentação de transporte público de Belo Horizonte, efetiva a partir da licitação de ônibus de 2008, além da situação do Transporte Suplementar, setor de permissionários herdeiros do movimento dos “perueiros” entre 1999-2001. Esse cenário foi, por fim,

cotejado com as políticas de incentivo à indústria automobilística do governo federal e a elaboração da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Em segundo lugar, o estudo de caso buscou identificar o processo de mobilização comunitária por uma nova linha de ônibus no Aglomerado da Serra a partir da observação participante pelos autores deste artigo. Assim, foram levantados os principais acontecimentos e atores envolvidos na luta pela nova linha de ônibus desde a primeira reunião, em julho de 2016, entre a comunidade da Vila Nossa Senhora de Fátima, Tarifa Zero BH e Arquitetas Sem Fronteiras, até as audiências públicas e reuniões com o prefeito Alexandre Kalil, chegando à efetivação da linha em novembro de 2017. O impasse com os empresários de ônibus, o diálogo com gestores e vereadores e a busca por solução no setor de Transporte Suplementar, foram elementos cruciais que ilustram de que maneira a comunidade buscou pressionar interesses e resolver crises em busca de uma solução da demanda.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O principal problema abordado neste artigo é a incapacidade sistêmica de ampliação do transporte público em Belo Horizonte e no Brasil, devido ao processo de motorização e às mudanças na forma de regulação, financiamento e gestão do sistema. A degradação das condições de mobilidade urbana adquire mais intensidade nas vilas e favelas de Belo Horizonte, por serem especialmente suscetíveis a políticas de preços, vide o aumento de 2000% do número de viagens por motos entre 2002 e 2012, comparado a um aumento de apenas 7% em viagens de ônibus, segundo dados da pesquisa Origem-Destino RMBH. Os programas de urbanização, como o Vila Viva, não buscaram lidar com essas questões e muitas das vezes agravaram aspectos já existentes ao abrir novas vias sem a ampliação do transporte público.

Dentro desse contexto, a principal hipótese é que a luta por uma nova linha de ônibus no Aglomerado da Serra, batizada de “Busão da Comunidade”, justamente na principal avenida construída pelo programa de urbanização, é central para a compreensão das variáveis e possibilidades de mudança no transporte público. A soma da atuação comunitária com apoio técnico e político por uma demanda foi capaz de identificar atores sociais capazes/dispostos de resolver demandas específicas de mobilidade urbana, demonstrando que, com apoio do poder público, é possível realizar mudanças estruturais na política de mobilidade urbana para reverter a tendência de perda de demanda do transporte público e aumento do número de viagens motorizadas.

Os resultados, assim, demonstram que a implantação de uma linha de mini-ônibus de vilas e favelas, atendendo 800 passageiros/dia, trouxe uma melhoria objetiva nas condições de mobilidade urbana da comunidade, com a ampliação da capacidade de atuação do setor Transporte Suplementar e da legitimidade de diálogo para as lideranças comunitárias e movimentos sociais. Durante o processo, ocorreu uma abertura de oportunidade política a partir da divergência de interesses entre a elite política, representada pela Prefeitura de Belo Horizonte e a elite econômica, representada pelas empresas concessionárias. Essa abertura, bem como a articulação entre comunidade e movimento social foram importantes para a mobilização de recursos, de movimentações, de análises técnicas e de comunicação para a conquista da linha.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O resultado obtido se mostra de especial relevância para a compreensão das variáveis envolvidas no processo de luta pela ampliação de serviços públicos em um contexto de crise econômica e fiscal do Estado. O sucesso da implantação da linha, inclusive em termos de rentabilidade mesmo com uma tarifa reduzida de R$1,50, demonstra também que soluções de mobilidade urbana que busquem o caminho da

gestão de demanda, em especial a demanda potencial e latente por transporte público a preço acessível, tem grandes chances de efetivamente transformar a matriz de deslocamentos na cidade se houver recursos, escala e vontade política para tanto. Compreende-se também que a mobilização comunitária tem mais efetividade quando articula atores de dentro e de fora da comunidade, combinando conhecimento técnico e legitimidade de fala, e busca sensibilizar atores-chave dentro de uma estrutura de poder discricionária, como é o caso da autoridade do Prefeito municipal.

Título:
A ressaca Olímpica do Transporte carioca: uma reflexão sobre os impactos da "revolução do transporte" no Rio de Janeiro

Autor:
Jean Legroux -Pós-Doutorado, LEAU - Laboratório de Estudo das Águas Urbanas/ FAU.UFRJ

Código:
MU051

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do trabalho é fornecer uma análise sobre os investimentos em transporte realizados no período de preparação aos grandes eventos no Rio de Janeiro. Dois anos após o fim das Olimpíadas, pretendemos descrever o estado e o impacto atual das diversas infraestruturas de transporte.

Metodologia:

A metodologia deste artigo reúne múltiplas fontes de dados, coletados de 2011 até hoje, inclusive entrevistas, realizadas durante a tese de doutorado do autor, sobre a mobilidade urbana no Rio, tanto com representantes políticos, das empresas de transporte e com diversas pessoas diretamente afetadas pelas infraestruturas de mobilidade. Além disso, a coordenação de uma pesquisa domiciliar por questionário -450 domicílios entrevistados-, intitulada "Mobilidade e saneamento no Morro do Alemão", permite analisar, com dados inéditos e para 2018, e com amostra representativa do universo, o impacto das escolhas políticas e da gestão pública na mobilidade para as populações desfavorecidas da zona norte da cidade do Rio, no Complexo do Alemão. Por fim, o acompanhamento constante da imprensa, dos relatórios técnicos e públicos e a triangulação de dados de outros estudos acadêmicos nutrem a reflexão.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Dois anos após as Olimpíadas, em um contexto de crise econômica do Estado do Rio de Janeiro, constata-se o relativo abandono das infraestruturas de transporte, muitas vezes inauguradas às pressas à véspera dos grandes eventos.

A nossa hipótese principal postula que o descuido com as infraestruturas, ou mesmo seu total abandono, acontece primeiro nas áreas habitadas por populações de baixa renda. A partir de esta hipótese principal, analisamos de que maneira é possível provar que as populações de baixa renda, mesmo tendo recebido infraestruturas significativas de mobilidade, encontram-se em uma situação de desigualdade em termos

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

de mobilidade e de acesso à cidade. Além dos casos emblemáticos do Morro da Providência (cujo teleférico está parado desde 2015) e do Complexo do Alemão (cujo teleférico parou de funcionar logo depois das Olimpíadas, em setembro de 2016), existe um trecho do BRT Transoeste, que conecta duas zonas periféricas da zona oeste entre elas (de Santa Cruz a Campo Grande), que também parou de funcionar. O estado dos corredores e das estações de BRT (Bus Rapid Transit) é frequentemente deplorável, enquanto observa-se a superlotação dos ônibus. Nos cortes de linhas de ônibus, como foi observado em outros trabalhos, em nome da racionalização das frotas e da organização das empresas de ônibus, também foram penalizando as zonas de baixa renda, como a Baixada Fluminense e a zona norte do município do Rio de Janeiro. Outro indício da pouca preocupação em reduzir as desigualdades de mobilidade entre as áreas mais abastecidas e as de baixa renda, é o estado do sistema de trem da SUPERVIA, também a beira da falência e com péssimas condições de atendimento aos usuários.

A segunda hipótese principal é que as infraestruturas que acompanharam a valorização ou a revalorização de certas áreas (vide a linha 4 do metrô conectando a zona sul à Barra da Tijuca e o VLT – Veículo Leve sobre Trilhos da zona central e portuária) também são deficientes (no sentido em que não cumprem as promessas em termos de passageiros transportados, por exemplo).

No que diz respeito aos resultados, apresentamos, em primeiro lugar, uma análise sobre os principais modos de transporte que foram recentemente inaugurados, durante a organização dos megaeventos. Em segundo lugar, mostramos que o paradigma da mobilidade viária ainda está vigoroso, representando a permanência de uma “hierarquia modal” que se imbrica com as injustiças sócio-espaciais. Neste sentido, a “racionalização” das linhas de ônibus e diversas fraudes do setor de transporte por ônibus demostram a crescente lógica privada no transporte coletivo, a favor do lucro das empresas e em detrimento da mobilidade dos mais pobres. A prisão de Sérgio Cabral, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, em parte devida à corrupção com obras públicas ou esquema de propina com as empresas de ônibus, é mais uma explicação de porque a “revolução do transporte” não foi uma revolução”

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As promessas feitas nos discursos do marketing urbano que defendem as estratégias de acolher megaeventos, grandes projetos urbanos e renovações urbanas, baseiam-se em uma retórica de aumento do bem-estar e das oportunidades da população da cidade como um tudo. Não foi diferente no Rio de Janeiro onde as autoridades falavam de uma verdadeira "revolução do transporte". Dois anos depois das Olimpíadas, é fundamental poder fornecer um diagnóstico destas infraestruturas e analisar o impacto delas na estrutura das injustiças sócio-espaciais. Concluímos que nenhuma revolução da mobilidade poderá acontecer enquanto não existir verdadeira vontade política de beneficiar à população, especialmente as mais vulneráveis, através de um necessário controle e limite ao poder das empresas concessionárias de transporte como a FETRANSPOR, a RioÔnibus, a SUPERVIA, o MetrôRio.

Título:
Avaliação de impactos socioeconômicos das intervenções de mobilidade urbana ao longo do Córrego Águas Espraiadas – SP

Autor:
Vladimir Fernandes Maciel (Coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica) ; Mônica Yukie Kuwahara (Docente e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Economia PPGE e do Bacharelado em Ciências Econômicas BCE da Universidade Federal do ABC – UFABC e Coordenadora do Observatório Econômico e Social UFABC) ; Ana C. P. Fava (Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Economia

PPGE e Docente e pesquisadora do Bacharelado em Ciências Econômicas BCE, ambos da Universidade Federal do ABC – UFABC)
Doutorado

Código:
MU039

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem por objetivo avaliar os impactos das novas infraestruturas de mobilidade urbana implantadas na região do córrego Águas Espraiadas sobre o preço da terra de uso residencial a elas próximos e seus efeitos sobre as famílias de baixa renda residentes. De acordo com a Teoria da Economia Urbana, essas intervenções poderiam afetar os preços da terra na medida em que alterariam as condições de acessibilidade do local, criando mais-valia fundiária urbana. Famílias de baixa renda poderiam sofrer um processo de gentrificação, mesmo que o governo local adotasse instrumentos urbanísticos específicos e regulamentos - como áreas de zoneamento de interesse social ou unidades habitacionais subsidiadas.

Metodologia:

O artigo utiliza referências teóricas da Economia Regional e Urbana para compreender as dinâmicas de ocupação do espaço que ensejam propostas de intervenção urbana. Considera a abordagem das capacitações de Sen e Nussbawn para analisar os efeitos das alterações no espaço, decorrentes do modelo de operação urbana consorciada, e sobre o bem-estar dos residentes. Utilizam-se os microdados da componente amostral dos Censos de 2000 e 2010, para estabelecer as principais características dos residentes na região. Para a estimativa dos efeitos da Operação Urbana, aplica-se um modelo econométrico de preços hedônicos que considera três grupos de fatores que determinam os preços da terra: características específicas da residência/domicílio, características específicas da localidade/vizinhança e acessibilidade. A variável dependente, o preço, é o preço calculado do m² da área útil dos lançamentos residenciais deflacionado a valores de 2013 por meio do IGP-DI; "Características do imóvel" é um vetor de características do domicílio tais como tamanho (área total), número de quartos, número de banheiros, número de vagas na garagem etc.; "Características do entorno" inclui a renda mensal do chefe de família e dummy para os domicílios localizados no município de São Paulo e "Acessibilidade" é a distância linear mínima aos centros de negócios do município de São Paulo: centro histórico, avenida Paulista e avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. Para os preços, são utilizados os dados referentes aos Lançamentos de Imóveis Residenciais na Região Metropolitana de São Paulo, da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP) que traz informações de localização, tipologia e preço dos imóveis lançados no mercado imobiliário formal de 1985 até 2015. A distancia linear é calculada com a ajuda de softwares de SIG (Sistema de Informações Georreferenciadas).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Quais os efeitos da intervenção de mobilidade da Operação Urbana Consorciada Águas Espraiadas (OUCAE) envolvendo a atual Avenida Roberto Marinho e a Ponte Estaiada, sobre os preços da terra de uso residencial, sabendo-se que uma grande obra de transporte causa efeitos sobre a forma urbana ao longo do tempo? A hipótese é de que os primeiros sinais de impactos sob a forma urbana se dão a partir do preço da terra/aluguel dos imóveis. A alteração da acessibilidade decorrente do investimento se reflete na valorização do imóvel, estabelecendo o trade-off clássico da economia urbana: a redução do custo de

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

transporte (maior acessibilidade) é acompanhada do aumento no preço do solo. Alterações da acessibilidade mudam os custos de deslocamento em termos de tempo ou de despesas monetárias e isso altera o preço do solo urbano ao longo da área de influência mais imediata da nova infraestrutura de mobilidade (efeitos locais). São efeitos indiretos e muitas vezes não intencionais, expressão da configuração espacial da cidade, que reflete a interação entre uso e ocupação do solo, infraestruturas e forma urbana e fluxos de pessoas e mercadorias. A OUCAE, como instrumento de intervenção, é muito estudada, pelo seu pioneirismo e porque combina diferentes soluções para o gerenciamento do espaço, ampliando ou não os acessos e o direito de viver a cidade. Persistem, porém, lacunas no que se refere aos instrumentos econômicos de análise dos efeitos da intervenção urbanística que este artigo procurou suprimir. Os resultados obtidos pelo modelo econométrico aplicado mostram que o efeito da OUCAE sobre os preços é positivo, significativo a 10%, porém de magnitude não elevada, corroborando a hipótese. Estes efeitos, de curto prazo, tendem a desaparecer ao longo dos anos à medida que as decisões de localização comercial e residencial se alteram. O melhor nível de serviços de transporte propiciados pela OUCAE tenderá a desaparecer com o crescimento da demanda por ele induzida. Parece ser plausível uma maior densidade territorial ao redor da Avenida Jornalista Roberto Marinho, mas não causada exclusivamente pela avenida. Já havia tendência de ocupação pela lógica de mercado, uma vez que a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini passou a ser o mais novo distrito central de negócios. A OUCAE como instrumento de política urbana também induz a ocupação ao permitir maiores coeficientes de aproveitamento nos lançamentos residenciais e, logo, maior adensamento por metro quadrado. Em síntese, embora combinados, haveria a predominância de um efeito positivo sobre o preço decorrente da nova avenida, do novo acesso às marginais do Rio Pinheiros e pela autorização de adensamento, tornando a região mais cara e os terrenos mais disputados pelas incorporadoras. Como resultado indireto, haveria também uma pressão para que famílias de baixa renda se mudem para outros bairros, seja por remoção direta seja pelo encarecimento dos aluguéis e serviços da região, configurando gentrificação da área.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Foi identificado um efeito médio positivo da implantação da Avenida e do aumento do coeficiente de aproveitamento sobre o preço dos imóveis dentro do perímetro da OUCAE acompanhado pela redução das famílias residentes de menor poder aquisitivo e alteração do perfil do comércio. Comércio esse que vai se estabelecendo em torno dos novos empreendimentos imobiliários, destinando-se em sua grande maioria a famílias de classe média alta, sendo impossível impedir efeitos indiretos indesejados como a gentrificação. A contribuição do artigo reside na forma como, a partir da combinação de instrumentos econômicos de análise, procura compreender as diferentes fases e estágios das intervenções das novas infraestruturas de mobilidade urbana na região das Águas Espraiadas e os grandes projetos co-localizados, permitindo estimativas da variação dos preços resultantes da intervenção, favorecendo diagnósticos mais precisos para políticas públicas.

Título:
Análise de vícios de modelagem de licitações de transporte coletivo por áreas seletivas de mercado: os casos do Rio de Janeiro/2010 e de Niterói/2012
Autor:
Jorge A. Martins –doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Código:
MU020

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Pretende-se demonstrar as características de modelagem do transporte coletivo urbano no Brasil, a partir da década de 2000, em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, com análise detalhada dos principais tipos de vícios encontrados a partir da observação minuciosa dos casos de licitação do Rio de Janeiro (2010) e Niterói (2012). Esses vícios decorrem do papel estratégico que consultorias dos sindicatos de empresas passaram a assumir na estrutura de governança dos municípios, com o intuito de elaborarem estudos, projetos básicos e editais, visando a consolidação do poderio das maiores empresas locais e suas relações com seus stakeholders na cadeia de produção, tendo no material rodante (veículo) o eixo em torno do qual as políticas de transporte urbano são planejadas, ao invés da finalidade dos serviços, o que acaba por comprometer suas qualidade e efetividade, assim como o caráter competitivo das licitações, fortalecendo a dependência das cidades em relação à indústria do ônibus.

Metodologia:

Com fundamento nos relatórios periciais elaborados oficialmente pela UFRJ para as Comissões Parlamentares de Inquéritos de Niterói (2013) e Rio de Janeiro (2018), definiu-se, por analogia, um padrão de condutas nos dois casos. O método indiciário, de Ginzburg (1989), foi adotado para desconstruir as narrativas dos agentes públicos e privados que participaram da modelagem equivocada dos dois sistemas e de seu planejamento, assim como da execução da licitação. Em linhas gerais, restou provado o seguinte esquema nos dois casos: no cálculo da equação de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos remunera-se em dobro o efetivo investimento na frota, legitimando-se, assim, a apropriação de receitas alternativas pelas empresas, ao invés de serem compensadas no cálculo tarifário; com isso, são induzidas taxas internas de retorno acima do máximo (12%) previsto nos contratos, gerando sobrelucro indevido, que fica escondido do poder concedente na forma de aluguel superfaturado de garagens, dimensionadas muito além da efetiva necessidade de espaço e pertencentes aos próprios sócios controladores das empresas operadoras. O reajustamento de aluguéis chega a 450% em 6 anos, quando o índice oficial de preços ao consumidor no período foi de 53%. Algumas acumulam prejuízo milionário anual, mas transferem seis vezes o valor do prejuízo para o patrimônio pessoal dos sócios a título de aluguel de garagem (o máximo observado de aluguel anual chega a R$ 9 milhões/ano). Estimam-se para a capital do estado despesas desnecessárias de garagem da ordem de R$ 100 milhões/ano e receitas com revenda de ativos e publicidade em R$ 186 milhões/ano. O impacto da falta de compensação dessas receitas e do desvio de sobrelucro ilegal para o patrimônio pessoal dos sócios acresce a tarifa entre 17% e 24%. Porém, estima-se, ainda, que a redução da ineficiência do sistema, ainda seria capaz de baixar a tarifa em torno de US$ 0,285 ou R$ 1,00.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Nas duas licitações em análise (Rio de Janeiro e Niterói), dividiu-se o mercado em áreas seletivas ou redes, concedidas a dois consórcios (no caso niteroiense) e quatro (no caso carioca) que chegaram a oferecer frota acima de 1.000 veículos cada um, no caso do Rio. Uma quinta rede (Sistema BRT) também integrou o sistema de transporte coletivo carioca, porém não foi concedida separadamente, mas ficou reservada para ser explorada por acordo entre os quatro licitantes vencedores. Lograram-se vencedoras do certame, nos dois municípios, as próprias empresas que já operavam os sistemas e, no caso do Rio, sequer ofereceram valor de outorga pelas linhas concedidas. Não se podia descartar, pois, a hipótese de cartel e de improbidade e advocacia administrativas.

Entretanto, regra geral, no campo do saber denominado “planejamento de transportes urbanos”, a técnica não é absoluta para determinar de modo vinculado o comportamento do Administrador, visto que há modos diversos de se tratar o tema (e os casos), que sofrem vieses ideológicos, conforme a doutrinação à qual foram os planejadores submetidos ao longo de sua formação profissional (por exemplo: estatizar ou privatizar?). Mas no caso de matéria opinável tecnicamente (como, por exemplo: a definição do objeto de uma licitação), cabe à Administração a discricionariedade técnica, e deve ser exercida motivadamente, considerando-se a cadeia de procedimentos mínimos e gerais que devem ser por ela praticados, a saber:

1. Reconhecer e delimitar o problema a ser mitigado;

2. Apurar e delimitar as alternativas técnicas de solução para o problema que se quer mitigar;

3. Ponderar e escolher a alternativa técnica que maximiza o interesse público;

4. Executar a alternativa escolhida; e, por último,

5. Monitorar e controlar a implantação e operação da alternativa como requisito de feedback para o Administrador manter a atividade contínua do planejamento.

No primeiro procedimento, faz-se o levantamento axiológico (valorativo) das necessidades da Administração, da sociedade e da população; no segundo procedimento, recorre-se à avaliação técnico-científica dos problemas identificados, buscando-se formas possíveis para resolvê-los; no terceiro, faz-se a opção discricionária da melhor alternativa (em ambiente democrático, a escolha se dá também pelos pesos – ou valores – dos diferentes segmentos considerados no primeiro procedimento); no quarto, executa-se a solução escolhida e no quinto, avalia-se o resultado da decisão tomada.

É, pois, considerando-se esse contexto procedimental que são feitas as análises técnicas, à luz do paradigma indiciário, procurando verificar a coerência formal interna do processo de tomada de decisões acerca das alternativas técnicas possíveis e disponíveis para cada decisão."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Subvertendo-se os princípios da Administração Pública, as duas licitações que reinauguraram a política de transporte coletivo nas duas cidades, não foram concebidas para maximização do interesse público, mas subordiná-lo a interesses privados dos agentes locais, visando a manutenção do status quo, com ampliação e consolidação do poderio das empresas operadoras líderes, por mais que, nos discursos dos agentes públicos, fosse anunciado um legado transformador positivo do sistema. Cumpriram o papel de mise-en-scène da decisão; trataram de minimizar a entrada de novos ofertantes e até mesmo o preço de outorga, e, assim, teria sido necessário que agentes públicos atuassem de forma desvirtuada da conduta moralmente esperada pela sociedade para satisfação dos interesses das empresas organizadas em torno de seus sindicatos.

Título:
Sob a "hegemonia dos automóveis": Um estudo das relações no trânsito na cidade do Rio de Janeiro.
Autor:
Igor Mayworm Perrut –Graduação, UFRJ - IFCS
Código:
MU016

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Compreender a lógica do mundo do trânsito por meio do entendimento das operações editoriais de cada ator envolvido no trânsito, explicando-a pelos elementos mobilizados nas interações entre os motoristas. Busca-se mapear, através da observação dos atos de experiência, características peculiares e moralmente orientadas segundo um conjunto complexo de práticas abarcados em sua "justeza" (Boltanski; 1990) – que parecem estar adequadas as situações vivenciadas pelos motoristas e que delimitam o funcionamento e a normatividade real do trânsito, muito além do ideal da legislação. Por meio da Sociologia Pragmatista (Werneck; 2016), nos atentamos às práticas, procedimentos e rituais que atores efetivamente põem em prática no trânsito e também aos "accounts" e críticas, ou seja, aos discursos de prestação de conta mobilizados pelos atores para suas ações e para as situações que experimentam e seus apontamentos críticos lançados aos outros atores e aos vários dispositivos que compõe o trânsito.

Metodologia:

Analisar o trânsito demanda um esforço de pesquisa trabalhado pela construção de teorias fundamentadas (Glaser e Strauss, 1967) e operado por uma observação exaustiva do mundo do trânsito no intuito da constituição analítica do código moral dos motoristas na cidade do Rio de Janeiro. O sistema de efetivação (Werneck, 2012) dos motoristas, suas pragmáticas e ferramentas de prestação de contas (Scott e Lyman, 1968) são assim aspectos centrais de nossa pesquisa. Dada a necessidade de compreender uma lei do trânsito experimentada, reproduzida e efetivada por condutores e pedestres na vida cotidiana, adotamos como metodologia um desenho de análise que experimenta diretamente a implantação dos regramentos morais como práticas treinadas (Lindeman, 1924): realiza-se etnografia de uma forma de se mover de contato efetivo com os dilemas práticos e situados enfrentados no processo de internalização de normas. Já as entrevistas compreensivas (Kaufmann, 2007) são uma forma privilegiada de acesso às formas de prestação de conta dos atores, entendendo a conformação dos regramentos desse mundo.

Na etnografia, pontuamos situações-críticas e o seu sentido construído contextualmente, onde por meio dela buscamos elucubrar sobre a praticidade com que esses elementos são postos em ação no trânsito. O nosso trajeto buscou percorrer ruas de intensa movimentação das regiões, durante o período da tarde. Recorrentemente, o percurso levava de três a quatro horas para ser finalizado, interligando a zona sul (tais como Flamengo; Lagoa e Botafogo), e zona norte (Maracanã, Grajaú, e Vila Isabel) ao centro (Lapa, Saara e Carioca) permitindo a observação e experimentação do comportamento dos motoristas e pedestres, situacionalmente. Por fim, empregamos esporadicamente entrevistas com condutores profissionais entendendo seus posicionamentos frente ao que lhes ocorre nas vias da cidade, buscando enfatizar o "dirigir nativo" e sua efetivação no trânsito.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

"Nossa hipótese gira em torno da construção do trânsito como gramática moral cujo fundamento é fruto da dissonância entre dois sistemas de coordenação: um baseado na ideia de bem comum, onde para que possa existir deslocamento seguro é necessária uma ordem, equivalência, evidência de generalidade que transcenda pessoas e situações - a "Lei de Trânsito", que busca aproximar características pertinentes a todos os motoristas e esclarecer o que tem em comum, seja nas obrigações ou direito; e outro que leva em conta que os agentes da análise ao mesmo tempo que são capazes de afirmar igualdades, podem também pensar em seus limites numa diferenciação da dignidade comum. Por meio do reconhecimento da dessemelhança de seus estados de grandeza em escalas que são operadas praticamente, os motoristas

mobilizam dispositivamente abstrações de conteúdo contextualmente alocadas capazes de reverberar em estados críticos (para com outros motoristas ou para com a própria lei de trânsito) que operam segundo a "Lei do Trânsito". Figura muito claramente esse aspecto o fato de que a crítica mais recorrentemente mobilizada pelos atores no tráfego é não que o outro não respeita as leis de trânsito, e sim que ele "não sabe dirigir".

Como resultado, apresentamos algumas das situações-críticas mapeadas pela etnografia, correlacionando-as com o seu sentido construído contextualmente e buscando elucubrar sobre a praticidade com que esses elementos são postos em ação no trânsito: 1)Porosidade rua-calçada: Atitude blasé dos pedestres com relação aos automóveis em movimento, caracterizada pela não obrigatoriedade do uso da calçada e livre circulação, marcante no centro da cidade; 2)Condenação da direção "perdida": Quando não se pode confiar no outro motorista e tem-se dificuldade em notabilizar suas coordenações, encontrar alguém que se demonstre perdido na pista é motivo justificável para retaliação – atrapalha-se o deslocamento e demostra-se falta de competência situacionalmente necessária para deslocar-se; 3)Deslocamento não orgânico: Corporificação das interações, joínhas e braços servem para suavizar erros ou demostrar intenções de deslocamento, ou uso contextual das sinalizações no veículo; 4)Ações não sinalizadas: Calculo espaço temporal realizado pelos motoristas quanto a necessidade de sinalizar seus movimentos, variando segundo a velocidade com que se desloca; 5)Paradas das motocicletas: Os corredores de moto tem o intuito de permitir aos motociclistas um movimento livre dos demais ao ser permitido a arrancada após a permissão dos semáforos; 6)Pista livre: Rápida ocupação dos espaço vazios nas vias, com aumento da velocidade, com o uso de calçadas e formação de várias filas de automóveis em entradas; 7)Uso conveniente da sinalização: Orientação dos motoristas de acordo com o tráfego nas vias ou com a sinalização dos pedestres; 8)Retaliação: Enfrentamentos na direção por conta de manobras criticadas segundo a valoração dos motoristas"

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Apontamos a construção de uma gramática moral do trânsito fundada na necessidade de deslocar-se o mais rápido possível, sem atrapalhar o outro e sem ser atrapalhado. O fundamento moral mobilizado pelos motoristas é calcado numa dicotomia onde no trânsito existem os "motoristas" e "pilotos", diferenciação que resulta no response hability (Zeitler; 2008) como elemento central da coordenação das ações: Não é só da responsabilidade para com o fluxo normal entre veículos que se forma a interação, mas também da atuação de valorações morais contextualmente acionadas que permitem criticar o outro não pelo fato deste ter desobedecido a lei de trânsito, mas sim por que não se engajou segundo a lei do trânsito. A compreensão do funcionamento da normatividade real do trânsito, para além do ideal da legislação, produz reflexão sociológica a respeito da socialização e internalização de práticas - elemento central do ponto de vista de se pensar uma educação para o trânsito mais eficiente e efetiva.

Título:
Vale-Transporte e construção da mobilidade excludente
Autor:
André Aranha –Graduação, Pesquisador do CiDiMo-IPPUR
Código:
MU028

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Com a escalada das tarifas de transporte público nas últimas décadas, a crescente exclusão dos mais pobres da mobilidade urbana vem suscitando urgentes debates sobre política tarifária e subsídios ao setor de transportes públicos.

O presente artigo visa resgatar o debate sobre estes temas que ocorreu entre os anos 1980 e o início dos 1990 em torno da criação da política do Vale-Transporte obrigatório.

Procuraremos analisar o funcionamento deste mecanismo nas últimas décadas, tanto em termos de suas formas de aplicação, quanto da dimensão dos seus efeitos no setor de transportes. Com isso, pretendemos sustentar a tese de que o Vale-Transporte é a condição de possibilidade política da escalada tarifária dos últimos 30 anos.

Metodologia:

A revisão da bibliografia que aborda a criação e a implementação do Vale-Transporte – entre reportagens da Folha de São Paulo, os anais do "2º Encontro Nacional sobre Vale-Transporte" organizado pela ANTP em 1994, o livro "Políticas de Transporte no Brasil" de Vasconcellos (2013), o livro "A história do Vale-Transporte" de Rebelo (2012), e diversos artigos publicados na "Revista dos Transportes Públicos" da ANTP (como Cadaval, "Políticas tarifárias de ônibus urbanos nas capitais brasileiras", 1993, e Gomide, "Transporte urbano e inclusão social", 2004) – nos permite situar a conjuntura da implantação do sistema, e recuperar o debate sobre quem se beneficia dele e como, e quais os seus efeitos colaterais.

Com apoio dessa bibliografia, passaremos à análise direta do dispositivo legal (a Lei n° 7.418/85, que instituiu o Vale-Transporte) e da jurisprudência relativa à aplicação (e ao desvio) dos seus artigos, para identificar as condições em que tal benefício é financiado pelo empregador. Buscaremos o paralelo com o estudo de Costa-Souza (2013) sobre o programa que instituiu os Vales-Refeição, "A Gênese do Programa de Incentivo Fiscal à Alimentação do Trabalhador (PIFAT/PAT)".

Ao mesmo tempo, a partir de Cadaval (1993) e das "Pesquisas do Vale-Transporte" (NTU, 2005, 2010, 2011 e 2012), podemos construir a evolução temporal, de 1989 a 2012, da proporção das vendas de passagem (nos transportes públicos do país) que se dão por vendas de Vale-Transporte. Unindo esses dados às pesquisas "Avaliação do meio de transporte ônibus e uso do vale-transporte" (Fetranspor/Ibope, 1995) e "Mobilidade da População Urbana" (NTU, 2006 e 2017), que estratificam os beneficiários do Vale-Transporte em termos de renda, procuraremos estimar a dimensão dos efeitos dessa política, em termos do volume financeiro, e do volume de usuários, que representa.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Há certo consenso, entre os estudiosos do transporte urbano no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, de que a política do Vale-Transporte – instituída como benefício não-salarial em 1985, e tornada obrigatória em 1987 – foi o pilar de sustentação da recomposição das tarifas a partir de 1989. Isto é, de que naquele cenário, apesar da aceleração dos custos das transportadoras, o repasse às tarifas havia se tornado impossível frente à continuada queda da renda da população, até que, nas palavras de Vasconcellos (2013, p.237), "a saída encontrada foi o vale-transporte (VT), criado em 1985. Sem ele, o sistema teria entrado em colapso".

A partir desta solução, vimos nas décadas seguintes as tarifas continuamente subindo em termos reais por todo o país, o que vem sendo apontado como uma das causas da exclusão crescente dos mais pobres

do transporte coletivo urbano. A mobilidade para o trabalho daqueles que têm emprego formal, no entanto, segue garantida pelo Vale-Transporte.

Apresentamos então duas hipóteses para a compreensão desta política, seguidas das evidências encontradas em seu apoio:

1. A concessão obrigatória de Vale-Transporte para o empregado deve ser compreendida como a definição de um piso remuneratório – especificamente operacionalizado através da obrigação da compra dos vales, o que garante seu reajuste a cada aumento tarifário. É, então, um inovador instrumento de política salarial, extremamente abrangente para proteger as remunerações em um cenário de volatilidade tarifária.

Analisando sua evolução jurisprudencial, sobressai a função central da lei de 1985 de retirar desses pagamentos do empregador o caráter salarial (e os encargos trabalhistas). Encontrando a mesma sistemática em relação ao Vale-Refeição, Costa-Souza (2013, p.174) conclui que essa política "na verdade foi um programa de incentivos fiscais, que teve como justificativa (...) a redução do custo operacional das empresas".

2. Ao proteger seus beneficiários do ônus de cada aumento tarifário sobre seu transporte para o trabalho, a política do Vale-Transporte retirou este grupo (os trabalhadores de baixa renda formalizados) do conflito distributivo sobre o custeio do transporte pendular – o que foi uma condição de possibilidade para a aceleração tarifária.

A análise quantitativa mostra que, dentre os usuários de transporte público das classes C, D e E, a proporção dos que recebem ajuda patronal para custeio do Vale-Transporte era, em 1995, de 45%; em 2006, ainda de 44%, caindo, em 2017, para 33%. Os dados da NTU sobre receitas das transportadoras corroboram a afirmação de Gomide (2004, p.30) de que "o Vale-Transporte representa cerca de metade da receita das empresas de transporte coletivo urbano (...) constituindo-se num pilar de sustentação financeira dos sistemas de transporte urbano no Brasil".

Finalmente, a série histórica de tarifas (Cadaval, 1993, para o período 1982-1992, e IPCA, IBGE, para 1991-2017) explicita 1989 como o início de uma longa ascensão.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ao contrário da compreensão corrente do Vale-Transporte como um "subsídio do setor empregador ao transporte público", identificamos nele um inovador instrumento de política salarial, amparado por incentivos tributários, criado para fazer frente a um cenário crítico de instabilidade inflacionária – quando cumpriu papel essencial na defesa da renda do trabalhador. Contudo, como aponta Gomide (2004, p.33), "o contexto econômico e social mudou muito nos últimos anos, e o VT, desde a sua criação, não teve o seu mecanismo de funcionamento modificado".

Herança, portanto, do período inflacionário, essa garantia da mobilidade para o trabalho somente para os empregados formalizados parece ser novamente a concessão de uma cidadania regulada, como definida por Wanderley Guilherme dos Santos ("Cidadania e Justiça", 1987, p.68), na qual "os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei".

Título:
A legislação da mobilidade urbana em São Luís

Autor:
José O. Alcântara Jr. –Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão

Código:
MU019

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O paper objetiva apresentar um levantamento parcial acerca da legislação da mobilidade urbana em São Luís, no intuito de investigar a questão da mobilidade urbana, ao longo da história desta cidade, especialmente na constituição das normas legais da sua institucionalização.

Metodologia:

Levantaremos os documentos urbanísticos legais que abordarão ou tratarão da mobilidade de pessoas, veículos e coisas nessa urbe ao longo do tempo dos séculos XIX, XX e XXI. Espera-se interpretar como as forças, relações e ações sociais permitiram e contribuíram para se chegar a tais formulações dessas instituições legais – leis, decretos, códigos etc - de ordenamento urbano no tempo sócio-histórico já mencionado. Consorciado a esse último procedimento pretende-se apresentar uma revisão bibliográfica junto a temática do objeto de estudo junto a sociologia.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Na atualidade, não há ou não tem força política, encaminhamentos de uma legislação urbana - como referência uma lei do tipo Plano Diretor de Mobilidade Urbana -, específica para a cidade universo da investigação. Fato esse que se contrapõe as exigências da lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, ao exigir dos municípios com mais de 20 mil habitantes a formulação de legislação especial que contemple esse arcabouço institucional municipal. O propósito é localizar, identificar, sistematizar, classificar e analisar as leis já instituídas ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, correlatas a temática, com o intuído de compreender como esses institutos legais se constituíram, enquanto balizadores da vida citadina, ao longo desse período histórico na cidade; para tentar identificar as forças sociais e políticas exitosas na sua institucionalização.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O propósito é localizar, identificar, sistematizar, classificar e analisar as leis já instituídas ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, correlatas a temática, com o intuído de compreender como esses institutos legais se constituíram, enquanto balizadores da vida citadina, ao longo desse período histórico na cidade; para tentar identificar as forças sociais e políticas exitosas na sua institucionalização.

Título:
As condições de mobilidade urbana nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1 na Região Metropolitana de Natal.

Autor:
Diana Araujo Rodrigues –mestrado, Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Código:
MU036

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste trabalho é avaliar as condições de mobilidade urbana nas localizações dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1 (PMCMV) na Região Metropolitana de Natal (RMNatal), na perspectiva dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) que tocam a questão da inclusão social, buscando compreender em que medida a localização destes empreendimentos configuram um quadro de segregação socioespacial e de que forma o planejamento da mobilidade poderia interferir positivamente para redução das desigualdades.

Metodologia:

Os procedimentos adotados na pesquisa foram os de mapeamento do entorno de todos os empreendimentos catalogando todos os pontos de uso não residencial. Partindo do princípio de que o planejamento da mobilidade urbana, para que seja sustentável, deve possibilitar que os deslocamentos cotidianos sejam realizados em uma curta distância, preferencialmente à pé, o raio limite de mapeamento adotado foi a distância de 500 metros, distância definida usando o parâmetro de uma metodologia amplamente utilizada em avaliações de qualidade de transporte público coletivo, baseada em indicadores de padrão de qualidade, em que a distância de caminhada de 500 metros é a máxima aceitável para ser considerada acessível. Definido o raio de abrangência do mapeamento, foram definidas as categorias ou tipos de uso a observar que fossem diretamente relacionadas ao cotidiano das pessoas, que demandassem ao morador do empreendimento um deslocamento diário, semanal ou mensal. As categorias adotadas para classificar os usos mapeados foram: equipamentos de educação; equipamentos de saúde; equipamentos de mobilidade; comércio ou serviço de médio ou grande porte; comércio ou serviço familiar ou de pequeno porte e uso religioso. Realizou-se, também, entrevistas por meio de questionários nos empreendimentos do PMCMV na RMNatal. Optamos por um recorte de análise resultante das pré-estabelecidas, que resultou na seleção de doze empreendimentos. Para avaliar de forma qualitativa os dados obtidos na pesquisa de campo, comparamos nossa base com dados da pesquisa domiciliar origem-destino realizada em 2007, produzidos no âmbito da elaboração do plano diretor de transportes da RMNatal pela Oficina Consultores, contratado pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Alguns trabalhos produzidos sobre os residenciais do PMCMV apontam problemas no que diz respeito às localizações de muitos empreendimentos, inclusive na RMNatal. Isso porque grande parte dos conjuntos ou residenciais estariam inseridos em áreas periféricas e desprovidos dos serviços e equipamentos necessários à reprodução cotidiana dos residentes, o que configuraria um quadro de segregação

socioespacial. Essa constatação indicada na pesquisa citada motivou a escolha do nosso estudo empírico neste campo. A hipótese é de que os empreendimentos foram localizados em áreas periféricas, distantes dos postos de trabalho e desprovidas dos equipamentos, comércio e serviços cotidianos, o que configuraria um quadro de segregação socioespacial. A primeira etapa da pesquisa em que observamos todos os empreendimentos da RMNatal, revelou que nem todos os empreendimentos estão tão "mal inseridos" quanto foi apontado nas pesquisas sobre o PMCMV consultadas, e que existe alguns casos extremos, uns em que há uma vasta oferta de equipamentos, comércio e serviços no entorno e outros em que sequer os equipamentos públicos essenciais foram encontrados, ou seja, ficou evidente que não existe um padrão sobre a inserção dos empreendimentos, seja comparando os municípios da Região Metropolitana Funcional (municípios com maior grau de integração entre si e com a cidade polo – Natal), seja comparando os municípios da RMNatal Funcional com os outros municípios. Nem mesmo dentro de cada município individualmente existe um padrão na localização dos empreendimentos, em Parnamirim por exemplo temos a "pior" e a "segunda melhor localização" entre todos os empreendimentos. A segunda etapa da pesquisa nos permitiu uma percepção mais ampla. Foi ao confrontar as informações do perfil dos deslocamentos dos moradores (destino, motivo, modo e teme tempo de deslocamento das viagens frequentes e ocasionais) dos doze empreendimentos do recorte analítico com as informações relativas aos deslocamentos nos municípios (pesquisa origem-destino de 2007), que foi possível constatar que nem todos os empreendimentos, mas os doze selecionados para o recorte da análise mais aprofundada, de fato estão em condição de "desvantagem" em suas localizações, ou seja, estão pelo menos em situação de iniquidade em relação a localização de outros empreendimentos e de outras partes da cidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos na pesquisa são relevantes para avaliar a implementação das políticas públicas de habitação e de mobilidade urbana, principalmente no que concerne a articulação entre essas políticas. Com esta pesquisa, concluímos que de fato alguns empreendimentos estão inseridos em áreas que não oferecem nem mesmo os equipamentos básicos à reprodução cotidiana, configurando um quadro de segregação socioespacial. Mesmo com o amplo arcabouço legal que dispomos, incluindo a Lei nº 12.587 (2012), que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, as ações do poder público não acompanham no mesmo ritmo o adensamento destas áreas. O processo de urbanização é demorado e oneroso, submetendo os moradores dos empreendimentos a uma situação de isolamento físico e social e de não efetivação do direito à cidade.

Título:
"Desculpa interromper a viagem de vocês": Uma investigação das práticas da venda em movimento no sistema BRT MOVE de Belo Horizonte

Autor:
Bruna Barradas Cordeiro –Graduação, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/UFMG)

Código:
MU037

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas e estratégias dos vendedores ambulantes no sistema BRT MOVE de Belo Horizonte, com a intenção de traçar um panorama geral de caráter exploratório sobre as dinâmicas encontradas. Esses indivíduos exercem seu trabalho cotidiano em constante movimento, anunciando seus produtos nas idas e vindas dos ônibus e compondo o cenário no qual os demais passageiros se deslocam em seu dia a dia.

O BRT como sistema de transporte apresenta diversas vantagens para o exercício dessa atividade, como a cobrança de tarifa única para circular dentro do sistema por tempo indeterminado, grande fluxo de passageiros concentrados em um mesmo corredor, e disponibilidade de diferentes linhas com intervalos curtos de espera. Dessa forma, pretende-se investigar como se produz a prática cotidiana desse comércio nas ocasiões de venda dentro dos ônibus do sistema BRT MOVE de Belo Horizonte.

Metodologia:

A noção de ocasião social de Goffman (2010) foi utilizada para delimitar a unidade de análise como a ação da venda no ônibus. As ocasiões que acontecem em lugares públicos tem como princípio o encontro entre desconhecidos e o compartilhamento de cenários, que não possuem divisões claras entre palco e bastidores. A partir desse recorte, uma ficha de observação foi construída para ser o instrumento de análise, e sua elaboração foi anterior ao trabalho de campo. A escolha da observação se justifica pelo caráter exploratório da pesquisa, e por limitações institucionais referentes ao contato direto com os vendedores.

A ficha foi dividida em dimensões de observação. A primeira abrange os dados operacionais, que inclui anotações sobre a linha, dia, hora, densidade de passageiros no veículo, sentido e corredor. A segunda dimensão se refere à descrição do vendedor observado, e incorpora as categorias sexo, idade, vestimenta, acessórios, produtos, equipamentos de locomoção, equipamentos de venda e se o vendedor se vincula a alguma instituição ou não. A terceira dimensão se refere às estações onde foram observados vendedores saindo ou entrando nos ônibus, aos horários das entradas e saídas, as portas utilizadas nesses dois momentos, e o tempo de permanência dos vendedores nos ônibus. A quarta dimensão aborda as estratégias que os vendedores utilizam dentro dos ônibus com a finalidade de vender seus produtos. Essa dimensão envolve as estratégias corporais, verbais, visuais, e espaciais.

As observações foram realizadas nos três turnos (manhã, tarde e noite) em dias de semana (úteis) e finais de semana. No total, foram aproximadamente 40 horas de observação em toda a extensão do sistema. Porém, nem todas as observações resultaram em fichas completas, pois nem sempre os vendedores ambulantes eram encontrados. Além disso, as fichas foram preenchidas oralmente através de gravação de áudio por celular, e depois foram transcritas e organizadas para a análise.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A normatividade do sistema BRT implica em um padrão de funcionamento que conserva características comuns nos diversos lugares onde é implantado. As atividades de comércio ambulante sempre estiveram presentes nas dinâmicas urbanas de Belo Horizonte, e também podem ser encontradas dentro desse sistema de transporte, que foi inaugurado em 2014 na capital mineira. Após um ano dessa implantação, surge o primeiro marco regulatório que aborda exclusivamente o exercício de atividades comerciais dentro dos sistemas de transporte, em específico nas áreas das estações BRT.

A portaria da BHTrans de número 141, de 31 de outubro de 2015, que regulamenta as atividades comerciais, promocionais e de serviços localizadas nas áreas das estações do sistema de transporte

coletivo de Belo Horizonte, prevê a abertura de licitações para disponibilização de áreas de comércio fixo no sistema BRT. Porém, essa regulação não incorpora as atividades de venda realizadas em movimento, dentro dos ônibus. Dessa forma, pretende-se compreender: Como se produz a prática cotidiana desse comércio ambulante nas ocasiões de venda dentro dos ônibus?

A hipótese principal que norteia o trabalho é a de que os vendedores são agentes ativos na construção do lugar onde atuam, e desempenham diferentes estratégias em suas trajetórias no interior dos ônibus e das estações. A fixidez e o ordenamento de fluxo das estruturas do sistema de transporte BRT, e dos marcos regulatórios governamentais, não impedem que esses indivíduos tenham autonomia sobre onde vão andar ou tecer suas trajetórias de venda, ou sobre quais fragmentos da estrutura irão selecionar para suas atividades (CERTEAU, 1996).

Como resultados principais observou-se que os fluxos mais intensos de vendedores estão localizados próximos às extremidades dos corredores, e também próximos às estações que apresentam grande quantidade de passageiros. Os vendedores observados circulam mais pelas estações de maior circulação de pessoas, e a área central da cidade é de grande importância para as movimentações de venda dentro do sistema. Além disso, a composição dos equipamentos expressivos é de fundamental importância para os discursos de venda. Em relação ao perfil dos vendedores foram observados muito mais homens que mulheres, e essa diferenciação de sexos refletia os discursos e estratégias utilizados. Os vendedores que representavam instituições possuíam padrões de movimentação, diálogo e de estratégias de venda diferentes dos demais vendedores. Foram também observadas diferentes formas de reinvindicação da atenção dos passageiros, de apresentação do produto a ser vendido, de uso do corpo, e de uso do cenário dos ônibus. Por fim, foi observada forte relação entre os tipos de produtos vendidos e os equipamentos utilizados para transportá-los nas ocasiões de venda.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O presente trabalho permitiu traçar um panorama exploratório sobre as práticas dos vendedores ambulantes no BRT MOVE. Os agentes que realizam as vendas nos ônibus e nas estações do sistema possuem um grande conhecimento sobre as dinâmicas de mobilidade que atravessam esse lugar. Suas rotas evidenciam o caráter não aleatório de suas escolhas, frutos da aplicação de suas habilidades de mobilidade.

O comércio no interior dos ônibus não envolve apenas a troca deprodutos, que muitas vezes possuem papel secundário na interação, e se apresenta como uma ocasião complexa de compartilhamento de valores, histórias de vida e crenças religiosas. As mobilidades não estão presentes apenas nos deslocamentos dos vendedores, e englobam o movimento dos produtos, dos equipamentos, das ideias, dos discursos e das memórias. A ocasião de venda é atravessada por múltiplas mobilidades articuladas, que são reivindicadas pelos vendedores nas suas práticas diárias.

EIXO 02

SIMPÓSIO 2.3

REGIMES URBANOS

SESSÃO 2.3.1

Regimes Urbanos

Coordenação: Nelson Rojas e Alexsandro Ferreira

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Os atores na era da financeirização: a produção do espaço urbano contemporâneo em cidades pernambucanas.

Autor:
Caroline Gonçalves dos Santos e Flávio Antonio Miranda de Souza –Doutorado, UFPE

Código:
RU002

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Investigar a influência do processo de financeirização da economia nas novas formas de organização e produção do mercado imobiliário e, por conseguinte, as implicações na produção do espaço urbano contemporâneo em cidades pernambucanas.

Metodologia:

A partir de análise de documentos, jornais, revistas e relatórios, e considerando as categorizações dos agentes produtores do espaço, postas por Roberto Côrrea, observar as transformações ocorridas entre atores, mudança de categoria e assumpção de mais de uma categoria.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A corrida pela disputa do excesso de liquidez de capital que se apresentava, em meados dos anos 2000, acarretou reformulações nos agentes produtores do espaço urbano, em busca de ampliar as possibilidades de ganho e se inserir de maneira mais consolidada no cenário de financeirização que se apresentava. Com isso, percebeu-se a ocorrência de atores transitando por várias áreas de atuação, a depender do interesse, além da frequente a busca pela formalização de consórcios, joint ventures, Sociedade de Propósito Específico (SPE), a fim de potencializar essas funções dentro de um grande grupo, além de ampliar o fundo de capital, já que que muitas das construtoras atuantes no estado de Pernambuco não possuem capital aberto na bolsa de valores, mas aproveitaram o cenário econômico positivo que se vislumbrou, sobretudo entre 2004 e 2014. Por outro lado, no que se refere ao agente Estado, vê-se que permanece como um agente muito importante, sendo o responsável por criar as condições de reprodução do capital no espaço pelos demais agentes.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Com o interesse dos atores cada vez mais voltados ao retorno financeiro, a compreensão dessas transformações é relevante para entender os espaços urbanos contemporâneos, que têm mantido a reprodução das desigualdades socioespaciais ampliando as fragmentações existentes, com a produção frequente de grandes projetos urbanos dotados de toda uma infraestrutura, mas distantes ou pouco integrados ao núcleo urbanizado.

Título:
Mercantilização e fragmentação da agenda urbana na RMBH? Uma análise a partir do levantamento de PPP e Operações Urbanas

Autor:
Thaís Mariano Nassif Salomão –mestrado, "Escola de Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Observatório das Metrópoles (INCT) - Núcleo RMBH"

Código:
RU003

Resumo:

Objetivos do trabalho:

As questões apresentadas no trabalho tem como objetivo embasar a hipótese da existência de uma tendência de mercantilização e fragmentação da agenda urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte em curso a partir da disseminação de projetos que fazem uso de instrumentos de parceria público-privada, particularmente, as PPP's stricto sensu e as Operações Urbanas.

Entende-se como mercantilização da agenda urbana o processo de transformação de bens e serviços públicos urbanos em coisas passíveis de compra e venda (mercadorias) e, portanto, também a transformação do modelo de gestão desses bens e serviços, cada vez mais pautado por interesses da iniciativa privada. Por sua vez, entende-se como fragmentação da agenda urbana o processo de abandono das perspectivas de um planejamento socioterritorial integrado, tal como idealizado a partir dos ideais da reforma urbana, e a minoração da legislação urbanística, reduzida a um parâmetro inicial para negociações entre poder público e mercado.

Metodologia:

No que tange as Operações Urbanas (OU's), a metodologia de análise dos projetos levantados tem como foco os diversos modelos de financiamento e modelagens regulatórias do instrumento utilizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) nas últimas duas décadas. Em especial sua versão belo-horizontina, as Operações Urbanas Simplificadas. Por sua vez, no que tange as Parceria Público-Privadas (PPP's) stricto sensu (ou seja, tal como definidas pela Lei Federal nº 11.079/2014) levantadas, a metodologia de análise tem como foco a temática dos projetos e a distribuição dessas temáticas nos últimos 12 anos, além da identificação do surgimento de programas de incentivo às PPP's nas escalas estadual e municipal e a análise de seus desenhos institucionais. Em ambos os casos a localização dos projetos levantados também é observada, com o objetivo de examinar seus padrões de disseminação no território.

Os levantamentos apresentados no artigo foram realizados a partir de páginas oficiais do Governo do Estado e de prefeituras e câmaras municipais da RMBH. Portanto, não se descarta a possibilidade de que existam outras OU's, PPP's ou programas de incentivo à PPP's não relacionados nas fontes pesquisadas. No entanto, acredita-se que o grande número de iniciativas levantadas (um total de 49 projetos que fazem uso do instrumento OU, 52 projetos de PPP's stricto sensu e 9 órgãos municipais ou estaduais de incentivo às PPP's) permite a construção dos argumentos trazidos no artigo. Acredita-se ainda que a observação conjunta da disseminação dessas duas modalidades de parceria público-privada no tempo e no território

da RMBH permita aprofundar o entendimento de seus impactos sobre a agenda urbana e as (in)possibilidades de uma gestão democrática e inclusiva da metrópole.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A hipótese da existência de uma tendência de mercantilização e fragmentação da agenda urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é endossada a partir do levantamento e análises desenvolvidos no artigo. Entre os principais resultados alcançados apontam-se algumas tendências particulares à RMBH em relação à aplicação das duas modalidades de parceria público-privada analisadas, as PPPs stricto sensu e as Operações Urbanas.

Observa-se que as tentativas de implementação de Operações Urbanas de grande porte tem encontrado obstáculos recorrentemente impeditivos à sua aprovação ou posterior implementação e, paralelamente, a disseminação da aplicação de variações simplificadas do instrumento (com ou sem essa nomenclatura oficial) para viabilização de empreendimentos pontuais, tanto na capital mineira como, mais recentemente, em municípios de sua região metropolitana.

De maneira semelhante, apesar do grande número de propostas de PPP's stricto sensu não efetivadas, observa-se que o uso do instrumento segue se alastrando temática e territorialmente na RMBH, tanto através da diversificação, indeterminação e desespacialização de projetos, como por meio do seu enraizamento na escala local, configurando uma ampliação do poder de influência do setor privado no planejamento de setores estratégicos da gestão urbana, assim como um processo de intensificação da prática neoliberal e da tendência de adoção de parâmetros de mercado para a gestão municipal.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Tal como apresentada no artigo, a dispersão na pauta e no território da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) das parcerias público-privadas, sejam elas PPP's stricto sensu ou Operações Urbanas em seus diversos formatos, aponta para a confirmação de uma tendência de fragmentação e mercantilização da agenda urbana na metrópole. A relevância dos resultados encontrados dizem respeito ao favorecimento da desarticulação de movimentos de resistência por parte da sociedade civil e a impactos significativos em relação às perspectivas de um planejamento socioterritorial integrado, colocando Minas Gerais e, particularmente, a RMBH em foco como reiterados merecedores do título de "laboratório das PPP's".

Título:
A coalização para a financeirização das políticas públicas: evidências preliminares
Autor:
Thiago Canettieri –mestrado, Doutorando em Geografia pela UFMG
Código:
RU005

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo apresenta as primeiras evidências de uma pesquisa referente a formação de uma coalização de responsáveis pelo processo de aplicação de um modelo de financiamento público por meio do mercado financeiro nos municípios brasileiros. Partindo do caso de Belo Horizonte, MG com a PBH Ativos S/A, avaliamos o percurso dos responsáveis pela administração desta empresa anterior e posteriormente sua passagem na companhia. Desta forma, objetiva-se, com isso, analisar e discutir a formação de uma coalização deste modelo de gestão e governabilidade a partir do caso de BH.

Metodologia:

Adotaremos aqui uma dupla estratégia metodológica para elucidar nosso objetivo. O primeiro momento corresponde ao follow the policy, conforme descrita por Peck e Theodore (2015), mapeando no território nacional, o aparecimento de empresas de administração indireta da mesma natureza da PBH Ativos S/A que atuam na securitização da dívida ativa do município. Em seguida, damos um passo além para um outro momento que nos interessa: follow the policymakers. Mapearemos, desta forma, o local de passagem dos envolvidos com a PBH Ativos, em especial ex-presidentes e diretores, antes e depois de atuarem na empresa de Belo Horizonte, pois, desta forma, pretendemos encontrar padrões de envolvimento com determinados tipos de política e alinhamento político.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

É a partir destas perspectivas que abordamos um fenômeno muito recente: o financiamento do desenvolvimento urbano por meio dos mercados financeiros (CANETTIERI, 2018). Esta é uma prática para que os municípios, num contexto de crise fiscal, consigam arrecadar recursos para a realização de obras e gestão de políticas públicas. Entretanto, como já demonstramos (CANETTIERI, 2017; CANETTIERI, FRANZONI, 2018; CANETTIERI, MEZZACAPPA, FRANZONI, 2017) este tipo de prática coloca em risco a saúde financeira do município, prejudicando suas atividades normais para satisfazer a necessidade de altas taxas de remuneração de determinados capitais especulativos que integram esta jogada (FATORELLI, 2017). Vale destacar que este tipo de prática já vem sendo amplamente utilizada nos Estados Unidos, com vários efeitos danosos documentados por pesquisadores como Peck e Whiteside (2016).

Neste contexto é que foi criada a empresa de administração indireta PBH Ativos S/A pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2010 durante a gestão de Márcio Lacerda (CANETTIERI, 2017). A companhia criada adotada uma inovadora arquitetura institucional para atuar, principalmente, por duas principais vias: 1) a modelagem de Parceria Público-Privada e; 2) a securitização da dívida ativa (CANETTIERI, 2018). A securitização tem sido um ponto de disputa política nos anos recentes do Brasil e tem sido vendida amplamente como a principal forma de arrecadar recursos pelos entes federados durante a crise fiscal que acomete os municípios, muito embora pouco faz para solucionar a saúde financeira, mas, ao contrário, costuma agravar ainda mais a situação.

A PBH Ativos S/A apela para um artifício comum aos esquemas financeiros: o sistema da dívida pública. Essa engenharia adota o modelo da securitização da dívida ativa dos municípios, propagandeada pelos ideólogos do neoliberalismo como a solução possí-vel e rentável para a crise fiscal dos entes federados, como forma de obter recursos em operações no mercado financeiro. O que acontece, na contramão da promessa neoliberal, é que tais operações - feitas, como no caso da PBH Ativos, - correspondem à geração e ao aumento da dívida pública (CANETTIERI; FRANZONI, 2018, p.52).

Objetivamos com este texto apresentar e discutir em linhas gerais uma hipótese: a formação de uma rede de financeirização da política pública no Brasil.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados ainda são preliminares. Entretanto, já é possível encontrar alguns padrões: as pessoas responsáveis pela PBH Ativos, três dos quatros ex-presidentes da PBH Ativos possuem ou possuíram algum vínculo com Banco Mundial, FMI e com consultorias de administração pública privada. O que poderia evidenciar a formação de um consenso em torno da forma mais "eficiente" para a administração pública. Também, observamos que estes mesmos gestores "rodam" o país assumindo cargos nos entes federados e que, alguma das vezes, coincide com a aplicação deste mesmo modelo. Entretanto, essa pesquisa ainda está em andamento e é preciso um maior investimento de pesquisa empírica em outros estados e municípios que tem adotado este modelo ou estudado em adotar. Por fim, ainda é preciso um maior investimento na reflexão teórica sobre a expansão dessa rede de financeirização.

Título:
Os limites da financeirização à luz das contribuições de David Harvey e Giovanni Arrighi

Autor:
Nelson Diniz de Carvalho Filho –mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Código:
RU007

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo constitui-se numa tentativa de problematizar a denominada financeirização a partir da exposição dos objetivos básicos da pesquisa de tese na qual se inscreve. Trata-se de uma pesquisa que considera o advento, o desenvolvimento e os limites dos debates teóricos sobre a financeirização nos marcos da articulação das contribuições de David Harvey e Giovanni Arrighi. Portanto, numa síntese, pode-se afirmar que os principais objetivos deste trabalho e da tese em construção da qual deriva são: i) situar as hipóteses, os pressupostos e as questões fundamentais que orientam os debates teóricos acerca da financeirização; e ii) recorrer à articulação das contribuições de David Harvey e Giovanni Arrighi para revelar e problematizar os limites dos debates teóricos acerca da financeirização.

Metodologia:

Neste trabalho, em primeiro lugar, apresenta-se uma breve revisão bibliográfica que se constitui numa aproximação sucessiva ao conceito/processo de financeirização. A revisão está dividida em três seções, cada uma das quais correspondentes: i) à busca por uma definição abrangente; ii) à identificação dos principais níveis de análise da financeirização; e iii) à descrição sumária das matrizes teórico-metodológicas mais influentes no âmbito das reflexões acerca da financeirização do capitalismo. Trata-se, desse modo, de esboçar como se pretende alcançar o primeiro objetivo da referida pesquisa de tese, qual seja, mais uma vez, situar as hipóteses, os pressupostos e as questões fundamentais que orientam os debates teóricos reunidos em torno da expressão "teses sobre a financeirização.

Em seguida, pretende-se indicar como é possível recorrer à articulação das contribuições de David Harvey e Giovanni Arrighi para revelar e problematizar os principais limites das hipóteses, pressupostos e questões centrais dos debates sobre a financeirização – financeirização entendida tanto como conceito

quanto como processo. Referir-se-á: i) ao limite óptico correspondente ao "presenteísmo" típico das teses sobre a financeirização; ii) ao limite teórico concernente à necessidade de construção de uma abordagem da financeirização que considere a acumulação de poder vis-à-vis a acumulação de capital ou, dito de outro modo, a dialética entre Estado e capital; e iii) ao limite analítico-teórico representado pela confusão entre os conceitos de mercantilização e financeirização.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como já mencionado, o presente artigo se inscreve nos marcos de uma pesquisa de tese que toma como objeto as consequências teóricas da articulação das contribuições de David Harvey e Giovanni Arrighi para a compreensão da assim chamada financeirização. A hipótese subjacente é a de que essa articulação permite revelar e problematizar alguns dos principais limites teóricos que caracterizam o debate sobre a financeirização – ao mesmo tempo em que colabora para revelar e problematizar os próprios limites das contribuições de Harvey e Arrighi no âmbito desse debate.

Como se sabe, tornou-se relativo consenso afirmar que, ao menos desde os anos 1970, estão em curso profundas transformações da dinâmica temporal e espacial da acumulação capitalista. Dentre essas transformações, destacam-se, sobretudo, as que dizem respeito aos conceitos/processos inter-relacionados de globalização, neoliberalização e financeirização.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o termo globalização descreve como as estruturas e as dinâmicas centrais do capitalismo operam e se materializam em escalas progressivamente aumentadas, aproximando-se da escala global. Neoliberalização, por seu lado, refere-se ao crescente papel dos mercados na organização da vida econômica e social, à redução das provisões do Estado de bem-estar e às novas rodadas de privatização de ativos públicos. E o que dizer sobre o discurso da financeirização? Discurso que, após a crise financeira global de 2007-9, enraizou-se no vocabulário e na consciência crítica acadêmica.

De fato, pode-se sustentar que, ao menos desde a década de 1990, há um emprego crescente do conceito e uma propagação cada vez maior das teses sobre a financeirização. Pois bem, tendo em vista a acelerada expansão da literatura, assim como as controvérsias que perpassam o debate, busca-se problematizar os limites acima mencionados de acordo com os objetivos da pesquisa de tese da qual este artigo deriva. Em função do atual estágio de desenvolvimento da tese, este artigo é, por si só, a demonstração dos principais resultados parciais alcançados até o presente momento.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Como se pode observar, este trabalho é o esboço de um conjunto de formas organizadas e sistemáticas de articulação de parte da obra de dois grandes autores do campo da teoria social crítica – o que, por si só, e na medida das limitações de quem o propõe, justifica sua relevância para o desenvolvimento do referido campo. Articulação que, como dito anteriormente, busca revelar e problematizar alguns dos principais limites dos debates acerca da financeirização. A essa altura, ainda não é possível apresentar as principais conclusões de tal articulação. Seja como for, esta proposta de artigo sugere, no mínimo, o espírito de uma pesquisa de tese que procura, para utilizar uma expressão de Marx frequentemente citada por Harvey, "friccionar blocos conceituais para produzir fogo intelectual.

Título:
Regimes Urbanos no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV): as Parcerias Público-Privada (PPPs) de saneamento

Autor:
Pablo Lira; Latussa Laranja Monteiro; Lorena de Andrade Castiglioni –mestrado, Núcleo Vitória do Observatório das Metrópoles; Instituto Jones dos Santos Neves

Código:
RU009

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo foi elaborado no âmbito do Núcleo Vitória (ES) da Rede INCT Observatório das Metrópoles. Tal núcleo desenvolve projetos de pesquisa articulados às temáticas urbanas da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e seu desenvolvimento socioeconômico, alinhando-se e dialogando com os demais estudos produzidos pela rede nacional. Atualmente, o Observatório das Metrópoles tem se aprofundado nos estudos dos Regimes Urbanos das Metrópoles Brasileiras e por esta concepção, o objetivo principal deste artigo é buscar reflexões que auxiliam no entendimento das políticas urbanas locais e seus principais atores bem como das coalizões dominantes presentes no território. Nesse contexto, debruça-se em ações de articulação para gestão associada no saneamento básico, em que se encontram Parcerias Publico-Privadas de Esgotamento Sanitário envolvendo a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan).

Metodologia:

Em perspectiva metodológica, o trabalho busca, primeiramente, aprofundar a abordagem conceitual dos Regimes Urbanos a partir de autores-chave, tais como Clarence Stone, Mickey Lauria, Harvey Molotoch, Karen Mossberger, Gerry Stoker, Neil Brenner, dentre outros; procurando um entendimento da diferenciação da contextualização dos Regimes Urbanos de viés anglo-saxão para a realidade brasileira além de identificar o papel das coalizões neste processo. É apresentado o tema PPP, introduzido no Brasil pela Lei 11.079/2004, suas principais justificativas e críticas. Após, é realizado um estudo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) com estudo de caso na Grande Vitória, utilizando como exemplo a CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento; e finalmente são realizadas reflexões e considerações a respeito do estudo proposto. Posteriormente, busca-se analisar as relações e escopo das Parcerias Público-Privadas de saneamento previstas para o território da RGMV, à luz do modelo teórico-metodológico dos Regimes Urbanos. Para melhor entendimento sobre os resultados de tal análise, será tomada como ponto de partida a base empírica do Livro "Vitória: Transformações na Ordem Urbana (2014)" produzido no âmbito de pesquisas do próprio Observatório das Metrópoles no Núcleo Vitória.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A problemática do artigo está vinculada ao desafio do estudo dos Regimes Urbanos, por estar vinculado a acepções de diversos autores, principalmente de estudiosos norte americanos e europeus. Nesse sentido, apesar de ser um tema recorrente, ainda é complexo buscar a "nacionalização" da Teoria dos Regimes Urbanos (TRU) para o contexto brasileiro, semiperiférico no capitalismo global, com problemáticas territoriais, culturais e de governança diferenciados do modelo anglo-saxão. Nessa perspectiva, Neil Brenner (2002) adverte para a "armadilha do localismo" e como a política associada ao

lugar contém determinadas ambiguidades. Outro problema é propriamente em como os Regimes Urbanos são estabelecidos na Região Metropolitana da Grande Vitória (RGMV) e quais são as coalizões que emergiram e se tornaram hegemônicas atualmente. Por estes eixos de raciocínio surgem algumas hipóteses, dentre elas, é de que a RGMV tem um Regime Urbano condicionado cada vez mais à homogeneização global, ou seja, Christopher Leo (1997) afirma que práticas baseadas na economia global, tem um efeito homogeneizador na perspectiva local e nacional, afetando diretamente na urbe e no contexto do regime. Para testar essa hipótese utilizaremos as PPPs, com foco especial ao redor de ações de articulação para gestão associada de esgotamento sanitário, como aproximação de um tipo de coalizão presente na RGMV, com estudo de caso no município de Serra. Como resultado é possível investigar se essa coalizão expressa pela PPP em Serra, nosso estudo de caso, responde às necessidades do território municipal nessa temática.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados são pertinentes devido ao valor contributivo para a produção científica na temática proposta no Espírito Santo. Ainda existe uma escassez de trabalhos e pesquisas técnicas referentes ao tema propriamente dos Regimes Urbanos na atual conjuntura capixaba e na região metropolitana, bem como no quesito de PPPs de maneira aprofundada. Nesse contexto, os efeitos são positivos no caráter de subsidiar informações e fomentar conhecimento na temática em questão. A promoção de parcerias externas como modo de expandir a divulgação de resultados também será de suma importância, ampliando a capacidade de elaboração de projetos. Dentre principais conclusões, têm-se um entendimento de que a política pública da RGMV, principalmente relacionada ao esgotamento sanitário, caminha cada vez mais para um modelo de governança correlacionada a PPPs, seguindo o caminho de outras cidades brasileiras. Isto esta relacionado à inflexão liberal na gestão e produção das metrópoles.

Título:
A privatização dos serviços de iluminação pública no processo de empresariamento da gestão urbana: o caso do município de Belo Horizonte

Autor:
Julia Ávila Franzoni; Thaís Mariano Nassif Salomão; Luísa Lopes Greco –doutorado, UFMG

Código:
RU018

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem como objetivo geral discutir a centralidade da Parceria Público-Privada (PPP) do serviço de iluminação pública em Belo Horizonte, no contexto de privatização da gestão urbana. A partir de estudo de caso sobre a Concessão Administrativa PPP Iluminação Pública envolvendo a empresa BHIP S/A, concessionária do serviço, e a empresa PBH Ativos S/A, operadora do contrato de concessão, o artigo irá: (i) contextualizar no tempo e no espaço as estratégias jurídico-políticas para privatização do serviço de iluminação pública e seu estabelecimento como política de “interesse local”; (ii) sistematizar, em escala local, o discurso mobilizado para implementação do serviço na forma público-privada; (iii) investigar a engenharia político-institucional da PPP, as coalizões que a viabilizam e seus possíveis impactos

socioespaciais. O artigo acompanhará produção de material gráfico informativo dos resultados da investigação, com objetivo de ampliação do alcance da pesquisa.

Metodologia:

A metodologia que busca dar conta dos objetivos apontados está em desenvolvimento no âmbito do Observatório das Metrópoles, Núcleo-BH. Destaca-se a realização de levantamento e sistematização de dados e indicadores de pesquisa a partir de fontes como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Minas Gerais (ARMBH), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS/MTE) e a Receita Federal, entre outras. Informações também serão levantadas a partir da realização de entrevistas com agentes privados, membros dos poderes públicos e possíveis organizações sociais. Pretende-se ainda incidir junto a órgãos públicos, caso necessário, com protocolo de pedidos de acesso à informação para acesso e coleta de dados indisponíveis.

A partir das informações levantadas será produzida linha do tempo diagramática que abarque as estratégias e instrumentos acionados para regulação e privatização do serviço de iluminação pública no tempo, bem como a construção de quadro de referência sobre o formato de prestação do serviço em Belo Horizonte, desenvolvendo análise política, institucional e jurídica do contrato de concessão com a empresa BHIP S/A. O emprego de análises jurídico-políticas (marco regulatório, contratos, arquitetura institucional e de governo) será também combinado a análises territoriais e econômico-financeiras, quando couber, para mensuração de possíveis efeitos da concessão na dinâmica de empresariamento em curso em Belo Horizonte. Finalmente, o compartilhamento dos resultados da pesquisa com a divulgação do material gráfico produzido consiste em estratégia metodológica fundamental para ampliação de seu alcance.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Em 2010 e 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão responsável por regular e fiscalizar os serviços de energia elétrica no Brasil, publicou duas Resoluções (nº 587-2013 e 414-2010) que estabelecem o foco da discussão desenvolvida neste trabalho. As Resoluções supracitadas estabeleceram que o Poder Público Municipal é o ente federado responsável pelas despesas decorrentes dos serviços de iluminação pública e ordenaram, ainda, a transferência dos Ativos Imobilizados em Serviço das empresas distribuidoras de energia elétrica para o patrimônio dos municípios até 2014. Devido às transferências de responsabilidade e de patrimônio, os municípios brasileiros passaram a ser responsáveis por tarefas que incluem a elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações da rede de iluminação pública e subestações alimentadores, ambas, em grande parte, fora de norma, obsoletas e degradadas.

Surge, assim, grande oportunidade de negócio: a realização de Parcerias Público-Privadas (PPP's) para a concessão destas novas atribuições municipais que, certamente, extrapolam as capacidades institucionais da maior parte das prefeituras do país. Não por acaso, segundo relatório parcial do Observatório das Metrópoles, Núcleo-BH, desde 2015, cinco municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo a própria capital, lançaram chamamentos públicos com o objetivo de implementar PPP's voltadas para a modernização, ampliação, eficientização energética, operação e/ou manutenção da rede municipal de iluminação pública.

Nesse contexto, a hipótese central deste trabalho consiste em explicitar a relação entre a mudança da regulação federal e a abertura de uma nova frente para atuação do mercado, assim como questionar a

pertinência dos investimentos alocados na ""modernização"" da infraestrutura e não nas demandas socioespaciais atreladas ao serviço de iluminação pública. Investiga-se portanto a provável perversão do objetivo do serviço público implicada na concentração de investimentos em atividades meio em detrimento da atividade fim.

As questões enunciadas serão desenvolvidas especificamente a partir do estudo de caso da PPP Iluminação Pública assinada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte com a empresa BH Iluminação Pública S/A, um contrato de Concessão Administrativa com prazo de 20 anos, que prevê investimento de aproximadamente um bilhão de Reais, desenvolvido e operacionalizado pela PBH Ativos S/A. A partir deste estudo de caso pretende-se extrapolar possíveis impactos de PPP's semelhantes pelo país, assim como atentar para a iluminação pública como ponta de lança de um processo de intensificação da prática neoliberal e adoção de parâmetros de mercado na escala das administrações públicas municipais, explicitando a transescalaridade do processo de empresariamento da gestão urbana.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância dos resultados do artigo diz respeito à explicitação dos impactos da iluminação pública como temática pioneira de um processo de empresariamento da gestão urbana na escala municipal articulada nacionalmente. Nesse sentido, a disseminação para a sociedade e para os agentes públicos envolvidos dos resultados obtidos na investigação por meio de sua sistematização e divulgação em diferentes ferramentas de mobilização figura como estratégia fundamental de pesquisa evidenciando o processo de empresariamento do estado em contraposição ao discurso e medidas de austeridade na provisão de bens e serviços capazes de assegurar o bem-estar da população. Espera-se também, com o estudo de caso da Parceria Público-Privada (PPP) Iluminação Pública em Belo Horizonte, fortalecer o projeto INCT-Observatório das Metrópoles contribuindo para seu desenvolvimento transversal e interdisciplinar.

Título:
Contexto político-institucional e coalizão para a PPP rota dos coqueiros, no complexo imobiliário reserva do Paiva, Região Metropolitana do Recife-PE

Autor:
Adauto Gomes Barbosa;José Geraldo Pimentel Neto;Flávio Antonio Miranda de Souza –doutorado, IFPE;UFPE;UFPE

Código:
RU031

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho analisa o contexto político-institucional e a coalizão para a Parceria Público-Privada (PPP) da Rota dos Coqueiros, que resultou na implantação da Via Parque, rodovia do Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços Reserva do Paiva, cuja construção facilitou o acesso entre o Recife e o Complexo Industrial-Portuário de Suape. Após conceituar PPP, é feita uma reflexão sobre os papéis e riscos que permeiam o poder público e o ente privado nesse tipo de parceria. Também é feita uma contextualização das mudanças institucionais no Brasil, desde os fins da década de 1990, e em Pernambuco, na década de 2000, ao mesmo tempo destacando a importância dessa PPP como

experiência pioneira adotada pelo governo estadual e que serviu de piloto para novos cases no âmbito da administração estadual. Por fim, discute-se como, nos dias atuais, a modernização e/ou implantação de eixos viários favorece o capital por meio do setor imobiliário, e a cidade se torna negócio.

Metodologia:

No referencial teórico-metodológico a pesquisa traz a contribuição de autores como Bresser-Pereira (2001); Carrasco et al. (2013); Carvalho (2013); Frischtak (2013); Harvey (1996), Santos (2015), dentre outros. Menciona a concepção de Estado social liberal, que defende a administração pública ancorada na busca de eficiência para a obtenção de resultados. Ressalta que o investidor privado tem maior dose de segurança de lucratividade e, em geral, conhece mais o parâmetro de custo que a agência governamental, configurando aí certa assimetria. Igualmente, alude a um novo contexto de gestão pública que se pauta no estabelecimento de coalizões público-privadas, como parte das estratégias do capital para enfrentar as crises de acumulação e o déficit fiscal que atingiu o Estado na década de 1970, sem perder de vista que no atual contexto de reestruturação produtiva e de mudanças da estrutura econômica e social das cidades, há um maior avanço e diversificação das atividades terciárias e aumento das desigualdades. Nesses termos, adverte para o fato de que, na atual fase da acumulação capitalista, a cidade, capturada por agentes que atuam em distintas escalas, ela mesma se torna um negócio. Em relação aos procedimentos metodológicos, foram feitos acessos a sites dos governos federal e estadual relacionados com a problemática, bem como análise do edital de licitação da referida PPP para exame das condições prescritas para cada ente envolvido; entrevistas semiestruturadas com representante do consórcio; além do levantamento do ordenamento jurídico sobre tal questão no Brasil e em Pernambuco. Também foi feita coleta de informações no portal da Associação Geral da Reserva do Paiva e da Concessionária Rota dos Coqueiros, na internet; consulta a fontes jornalísticas (Diário de Pernambuco, Rádio CBN, Portal NE 10, Portal G1, etc.); e visita a campo para observação in loco da paisagem, para apreciação das ações desenvolvidas, conforme as documentações pesquisadas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A implantação do complexo viário da Reserva do Paiva deriva da coalizão firmada entre o poder público estadual e o consórcio formado pela Odebrecht Transport (75%) e o Grupo Cornélio Brennand (25%), as quais formaram a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Rota dos Coqueiros. Essa rodovia de apenas 6,2 km logo ganhou importância no contexto da RMR, pois também propicia o encurtamento da distância entre o Recife e o Complexo de Suape. A PPP também constituiu um importante vetor para viabilizar o complexo imobiliário e mostra o quão forte é o poder dos agentes capitalistas imobiliários, a ponto de trazer o Estado a reboque de suas coalizões, mesmo que este último esteja longe de agir como mero coadjuvante na produção do espaço urbano no contexto da escala metropolitana. Como questão, coloca-se: em que medida essa PPP foi essencial para consolidar outras PPPs em Pernambuco e representou um dos momentos cruciais de mudanças institucionais promovidas desde os anos 2000? A hipótese é que a PPP da Rota dos Coqueiros fez parte do ápice do Estado social liberal em Pernambuco e sua cadeia de decisões, envolvendo o trajeto, a forma de inserção do Estado, a opção pela PPP e a definição do padrão técnico, revela o caráter estratégico dessa coalizão como primeira experiência no âmbito estadual, servindo de piloto para outras PPPs. Seguindo trajetória de mudanças no contexto do governo federal, em Pernambuco, foi criada a Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE), em 2000, com a prerrogativa legal de fiscalizar as concessionárias de serviços públicos. Já a criação do Fundo Garantidor das PPPs, ocorreu em 2005, tornando as PPPs mais seguras para o parceiro privado, que pode a ele recorrer caso o poder público não cumpra seu compromisso na coalizão. Por sua vez, foi criada em 2011 a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), especialmente para tratar das PPPs e com isto buscar novas articulações com

a iniciativa privada, sejam empresas nacionais ou estrangeiras. Essa secretaria é uma espécie de antessala da administração estadual para as grandes corporações privadas que investem ou pretendem investir no estado. Na prática, todas as ações da administração estadual em torno das PPPs passam a ser comandadas e gerenciadas pela SEGOV. Tal iniciativa constituiu uma medida do governo para prover as condições apontadas por Santana & Rodrigues Júnior (2006) com vistas à plena viabilização desse tipo de coalizão, tais como as demasiadas facilidades ao capital privado, as políticas públicas mais focais do que universais e a mercantilização dos serviços públicos. A PPP do complexo da Via Parque está em vigor em 2010, com vigência de 33 anos. Contou com investimentos de 105 milhões de reais, sendo 60% financiados pelo BNDES e os 40% restantes pelo Banco do Nordeste. Por fim, a Via Parque foi fundamental para o lançamento de mais etapas do complexo imobiliário, como contribuiu para a valorização do solo urbano do entorno.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Constatou-se que no atual contexto, a produção do espaço urbano revela a inserção da cidade como negócio e, sendo ela um complexo de mercadorias, a reflexão sobre o urbano metropolitano impõe considerar a participação cada vez mais forte de agentes capitalistas privados em distintas escalas de ação. No caso da PPP analisada, a Odebrecht Transport contou com a expertise local do Grupo Cornélio Brennand, sem perder de vista as mudanças institucionais implantadas pela gestão estadual desde o início dos anos 2000. Vale frisar, também, que mesmo na concepção de Estado social liberal, o poder público permanece como agente estratégico para o atual período da acumulação capitalista, pois tanto é o agente regulador, como também agente financeiro das PPPs. Por fim, sendo uma concessão do tipo patrocinada, na PPP da Roda dos Coqueiros, o governo estadual pode pagar a Contrapartida Adicional à Tarifa (CAT), assumindo o ônus, caso o negócio não atinja 70% do fluxo de veículos previsto.

Título:
Os arranjos institucionais e os grandes projetos urbanos: o caso da parceria público-privado na Arena de Pernambuco

Autor:
José Geraldo Pimentel Neto; Flávio Antonio Miranda de Souza; Adauto Gomes Barbosa –doutorado, UFPE; UFPE; IFPE

Código:
RU035

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo tem como foco a compreensão da relação entre arranjos institucionais e as políticas de desenvolvimento urbano que interferem na gestão urbana e determinam a dinâmica da administração pública. Principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconhece os municípios como entes federados autônomos, a questão da autonomia municipal assume novos contornos e enfrenta novos dilemas, uma vez que a atuação da administração pública passa a ser dividida entre os três entes políticos (União, Estados e Municípios), conferindo maiores poderes e peculiaridades locais aos municípios e produzindo novas políticas, ações e pressões sobre um novo formato do

federalismo do Estado brasileiro, tendo como foco as políticas voltadas as parcerias público-privadas (PPP) no período da Copa do Mundo de 2014 na Região Metropolitana de Recife, com a Arena de Pernambuco.

Metodologia:

O referência teórico tem como base alguns autores como Secchi (2009), Rodrigues e Araújo (2005), Jesus e Costa (2013), Pacheco (2002) e Bresser-Pereira (2007, 1995) afirmam que o antigo modelo burocrático de gestão estava sendo modificado por uma nova visão de mundo (paradigma), ou seja, um novo sistema que tem como objetivos gerais a descentralização das ações e poderes com aplicações inovadoras e instrumentos de gestão voltados à eficiência dos processos e a ações públicas privadas, gerando uma importância para o debate conceitual-prático sobre o que é instituição e quais são seus impactos nas políticas públicas. Portanto, a forma de desenvolvimento metodológico está relacionada ao esquema conceitual de North, também analisado por Cavalcante (2007), que se ajusta ao método hipotético-dedutivo e empreende uma compreensão relacional das instituições, dos indivíduos e da história. Além disso, o esta pesquisa teve como cunho empírico a metodologia estudo de caso, incluindo: investigação nas plataformas de pesquisa governamentais (contratos; editais; documentos, como Diário Oficial da União, homologação, licenciamento ambiental, entre outros) e nas fontes jornalísticas (Diário de Pernambuco, Rádio CBN, Portal G1, UOL, Terra, etc.), além dos trabalhos de campo in loco, analisando as ações desenvolvidas de acordo com as documentações pesquisadas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A hipótese desenvolvida e que não foi comprovada nesta pesquisa é de que os arranjos institucionais são mais eficientes por conta da nova gestão pública. Em resumo, isso significa que a relação entre o público e o privado (arranjos institucionais híbridos) gera uma maior eficiência para o desenvolvimento de políticas públicas para a sociedade daquele determinado território. Essa situação pode ser verificada com os resultados e problemas destacados na PPP da Arena de Pernambuco e tem como principal ponto de ineficiência a não inicialização da Cidade da Copa, pois seria uma estrutura potencializar que iria valorizar a Arena de Pernambuco junto com o novo projeto urbano de grande magnitude, porém a obra da Cidade da Copa foi cancelada e sem qualquer previsão de reinício do mesmo. Essa situação potencializou uma maior análise para o uso do empreendimento Arena de Pernambuco, culminando no encerramento do contrato da PPP, cuja previsão de desenvolvimento era de 33 anos, entre construção e operação, mas que foi cancelado depois de cinco anos e nove meses. Outro ponto negativo são as inconsistências no investimento na Arena de Pernambuco, em que foram investidos R$ 400.000.000,00, mas os gastos, de acordo com algumas plataformas (matriz de responsabilidade e matérias jornalísticas), superaram os R$ 529.500.000,00, gerando dúvidas acerca de onde veio o restante dos recursos, ou seja, cerca de R$ 130.000.000,00, se foi de um novo aditivo com o BNDES ou BNB, ou se veio de recursos do Estado. Essa questão é de suma importância, pois não se sabe o real gasto e o real valor do empréstimo para ser pago durante o tempo por diversas obras (investimento + juros + tempo). Por fim, outra observação importante é que no caso da Arena de Pernambuco ainda houve recursos destinados para a empresa gestora (Odebrecht), que teve um investimento total do BNB e BNDES de R$ 530.000.000,00, ou seja, para a obra da Arena de Pernambuco houve um investimento público de mais de R$ 1.000.000.000,00, sem mencionar os gastos com a gestão da PPP, que foi finalizada, mas haverá dívidas que necessitarão de pagamento e que deverão ser feitas pelo Estado de Pernambuco.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

De forma geral é verificado neste estudo que os arranjos institucionais potencializarão a lógica do capital – o mercado – tendo fins minimalistas para economia e alguns setores específicos, ou seja, sem ter

preocupações com a totalidade, atuando de forma deletéria para sociedade e território. E de forma mais específica a Copa do Mundo FIFA de 2014 em Pernambuco teve um legado negativo, pois, mais uma vez, a gestão pública não conseguiu cumpriu o prometido. Ou seja, não conseguiu desenvolver: 1) métodos de monitoramento, 2) transparência adequadas tendo muitas inconsistências e 3) tampouco em avaliações de cenários futuros para o uso da Arena de Pernambuco. Em resumo, mais uma vez, a gestão pública se mostrou ineficiente para desenvolver grandes ações públicas e mesmo tendo a integração dos arranjos institucionais híbridos isso não garantiu uma maior eficiência nos entregáveis para a Copa.

Título:
Novos arranjos de gestão compartilhada na metrópole Salvador e seus impactos na governança: o caso da PPP do Hospital do Subúrbio

Autor:
Maina Pirajá Silva, Silvana Sá de Carvalho, Marcos José dos Santos de Oliveira -Pós-Doutorado, "Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL
Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL
Estudante de graduação em Geografia/UCSAL"

Código:
RU043

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Nas últimas décadas, com a crise fiscal e financeira, o Brasil vem passando por inúmeras transformações econômicas e socioespaciais. Reflexo das fragmentações políticas e institucionais, das ineficientes relações intergovernamentais e dos avanços dos arquétipos que orientam o neoliberalismo e apoiam o fortalecimento da ação dos mercados.

Esse processo trouxe uma redefinição da agenda pública e fez surgir emergências para configurar novos arranjos articulados entre o Estado e os agentes privados, alterando, assim, as relações de poder na gestão e no processo de formulação, implementação e controle das políticas públicas.

Diante dessas questões, este trabalho teve como objetivo identificar e analisar os agentes que estão envolvidos, direta e indiretamente, na parceria público-privada (PPP) do Hospital do Subúrbio, em Salvador, bem como investigar a responsabilidade desses na agenda das políticas públicas do serviço de saúde e seus impactos no sistema de governança da metrópole.

Metodologia:

Em relação aos aspectos metodológicos, esta pesquisa traz uma abordagem qualitativa, tendo como métodos de procedimentos — monográfico, trabalhando com o estudo de caso da parceria público-privada do Hospital do Subúrbio, em Salvador; e o método comparativo, a fim de obter diferenças e semelhanças entre os diferentes agentes envolvidos nesse arranjo.

Para a execução do trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas e levantamentos históricos e geográficos para a construção da estrutura teórico-conceitual. A pesquisa utilizou diversos autores nacionais e internacionais que abordam o tema: Arantes (2000); Arretche (2012); Casellas (2006); Castells

(1983); Fix (2000, 2011); Harvey (1982, 2005); Logan e Molotch (1987); Molotch (1976); Singer (2012); Stone (1993); Marques (2016); Ribeiro (2017); Silva (2017), entre outros.

Em seguida, foram feitas revisões documentais das normatizações e leis sobre as parcerias público-privadas, e análise dos documentos oficiais do projeto da PPP do Hospital do Subúrbio, além de matérias de jornais. Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns dos agentes públicos e privados envolvidos, e observações in loco.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os arranjos interfederativos estão cada vez mais sendo utilizados para formular e implementar políticas públicas, sobretudo em áreas metropolitanas, estabelecendo, portanto, o planejamento e gestão dessas cidades sob a ótica empresarial. Entre esses arranjos, destacam-se as PPPs.

Integrante da agenda neoliberal, as PPPs são acordos que têm como objetivo principal atrair o setor privado para investir em áreas de carências, principalmente em setores de infraestrutura e serviços públicos. No setor de saúde, a influência dos agentes que envolvem essas concessões vem crescendo vertiginosamente no país, formando distintas e, muitas vezes, hegemônicas coalizões.

No Estado da Bahia, os agentes públicos estão investindo e atraindo o máximo de capitais para implementar esse tipo de parceria, abrindo vantagens e concessões cada vez maiores para grupos rentistas, inclusive com poder decisório. Para isso, estão modificando o seu aparato regulatório criando, assim, instâncias para abrigar a financeirização com menores barreiras à ação do capital.

A PPP do Hospital do Subúrbio, que é o alvo dessa pesquisa, foi à primeira experiência de PPP de saúde no Brasil. É um hospital de perfil de urgência e emergência. Está estrategicamente localizado na cidade e abrange uma grande área de influência. Este é gerido pelo consórcio Prodal Saúde, que assinou contrato de concessão administrativa em maio de 2010. A modalidade do contrato é do tipo “bata branca”.

Diante do exposto, como o objetivo do trabalho foi identificar e analisar os agentes públicos e privados que envolvem a PPP, bem como investigar a responsabilidade desses na agenda das políticas públicas e os efeitos na governança, esta pesquisa foi realizada a partir das seguintes questões: Quem são os agentes? Quem faz a modelagem? Quem incentiva? Quem constrói? Quem financia? Quem paga o financiamento? Quem paga a concessão? Quem opera? Quem decidi? Quem controla? E, quem orienta o crescimento?

Assim, a partir da análise dos agentes públicos e privados e suas articulações (que serão detalhados no trabalho final), os resultados mostraram, aqui apresentados de forma bem resumida, que as maiores responsabilidades dessa parceria são do setor público, ou seja, dos agentes que abarcam o governo do estado.

O Estado é o grande responsável na elaboração do projeto, apesar de que ele firma contratos com agentes privados para consultoria. É também o grande incentivador e agente fundamental nesse processo, pois é ele que permite e legitima as estratégias dos agentes privados e cria canais de financiamento, bem como tem buscado formas de avançar no fortalecimento desse tipo de arranjo. Ainda é o responsável pelo controle desse projeto e quem paga a conta, por meio das contraprestações pecuniárias mensais.

Por outro lado, os agentes privados são quem paga o financiamento, quem opera e quem dividi com o Estado a gestão dessa agenda pública e de orientação do crescimento.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados evidenciaram que a PPP analisada tem se mostrado importante na provisão dos serviços prestados à população, inclusive o consórcio ganhou diversos prêmios, como os da ONU, World Finance e Banco Mundial. No entanto, a administração do hospital já foi denunciada pelo Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia por aplicar diretrizes mercantilistas na seleção dos pacientes que são atendidos, empregando uma política para contenção de gastos e maximização dos ganhos auferidos com o contrato. Além disso, existem outras críticas à parceria e riscos associados a ela.

É preciso também chamar atenção para os impactos da construção desse arranjo no sistema de governança de Salvador. Os agentes envolvidos nessa parceria vêm acumulando muita influência e poder decisório.

Enfim, esse tipo de arranjo deve ser empregado de forma integrada e estratégica para promover o desenvolvimento urbano da metrópole, contudo pensando mais na eficiência e equidade do serviço, e menos na rentabilidade.

Título:
Financeirização e políticas urbanas na Região Metropolitana de Belém (RMB)

Autor:
Juliano Pamplona Ximenes Ponte; José Júlio Lima; Roberta Rodrigues; Ana Cláudia Cardoso; Raul Ventura Neto; Taynara Gomes; Renata Durans –doutorado, Professor associado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA. Coordenador do Núcleo Belém do Observatório das Metrópoles.

Código:
RU069

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho pretende discutir impactos de teorias da financeirização da riqueza sobre políticas urbanas (habitação, saneamento, transportes) atualmente em curso na Região Metropolitana de Belém (RMB), Pará, Brasil. Estes impactos se inscrevem nos marcos teóricos de François Chesnais, sobre a determinação das taxas de retorno dos investimentos, e da lógica dos produtos financeiros, sobre o desempenho, perfil e performance das atividades-fim. Pretende-se expor, enfim, aspectos em que este aporte teórico se enquadra na análise de políticas urbanas específicas em curso na RMB: a produção de moradia no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV); a discussão em torno da privatização da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA); a implantação do sistema metropolitano de transporte por ônibus, em tecnologia Bus Rapid Transit (BRT), chamado de Projeto Ação Metrópole.

Metodologia:

Baseado em relatório de pesquisa do Núcleo Belém do Observatório das Metrópoles, o trabalho aborda a composição dos orçamentos municipais recentes de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal. Verificam-se altas taxas de composição orçamentária em dependência de transferências constitucionais, sobretudo de recursos federais e, em parte, estaduais,

acima de 50% em média para a RMB. Este aspecto reflete a fragilidade econômica local, mas também se reflete em uma agenda historicamente conservadora, tanto das elites políticas quanto do empresariado local.

A partir de análises das políticas urbanas citadas, são evidenciados mecanismos de similaridade entre os investimentos de caráter financeirizado e a produção da moradia, do saneamento e do transporte público urbano. Assim, os mecanismos de financiamento, abertura de capital e mobilização de ativos imóveis são estudados; do mesmo modo, a previsão em edital de uma empresa de consultoria financeira, uma empresa de Engenharia e uma empresa de assessoria jurídica como requisitos da modelagem institucional, econômica, financeira e técnica da privatização dos serviços de água, esgoto e drenagem na RMB, com previsão de "viabilidade econômica" da iniciativa; por fim, mecanismos de contratação de recursos financeiros em ienes através da Agência Internacional de Cooperação do Japão se revelam parte fundamental do projeto do BRT Metropolitano, tanto na vinculação entre consultoria técnica e empréstimo financeiro quanto na modelagem das tarifas do futuro sistema de ônibus. Este perfil influenciado pelas teorias da financeirização da riqueza e das formas de produzir, circular e consumir, surge também na agenda de desenvolvimento aventada por governantes e suas associações com o empresariado, local, nacional e internacional. As fontes principais da pesquisa são os projetos técnicos e os relatórios de financiamento destas iniciativas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A dinâmica da indústria da construção civil, de habitação e infraestrutura, ocorrida no Brasil sobretudo entre os anos de 2010 e 2014, teria colaborado com uma estruturação territorial dispersa e, ao mesmo tempo, concentradora de benefícios da urbanização, mantendo centralidades metropolitanas ao mesmo tempo em que criou equipamentos comerciais e nucleações segregadas, como nas tipologias do condomínio fechado e do shopping center. Induz-se um padrão de urbanização de custos mais altos de infraestrutura, com o direcionamento da expansão das redes e sistemas, e dos equipamentos, em função do maior poder aquisitivo de camadas médias moradoras de empreendimentos. Em paralelo, os assentamentos precários da RMB continuam proporcionalmente nos maiores contingentes do país, dentre todas as Regiões Metropolitanas brasileiras.

Procede-se a análises dos traços de cada política urbana, com base na abordagem de Chesnais. De certo modo, a abordagem crítica de Thomas Piketty corrobora a assertiva; passam a interessar as atividades econômicas no capitalismo contemporâneo a partir de seu comportamento e associação com os produtos do mercado financeiro. Deste modo, o desempenho do empreendimento se vincula fortemente aos prazos e às taxas de retorno internas, o que condiciona uma migração relativa de atividades classicamente produtivas para aquelas cuja característica seria, de modo mais proeminente, a aplicação financeira e o investimento mediante cobrança de juros e obtenção de rendas.

O financiamento habitacional, com a abertura de capital das empresas e o acesso a fundos de investimento, a mecanismos institucionais brasileiros que permitem a sobreposição de financiamentos e a ampliação de crédito, e a associação entre promotores imobiliários, induz a uma estruturação metropolitana predatória em termos socioeconômicos e urbanísticos, em que pese sua justificativa de dinamização da economia e redução do déficit habitacional.

A modelagem do Governo Federal, ao requerer empresas de Engenharia, Jurídicas e Finanças para compor os concorrentes à exploração dos serviços metropolitanos de água, esgoto, drenagem e mesmo resíduos sólidos, apresenta em seus documentos preocupação precípua com o sucesso comercial e empresarial da

iniciativa, desvinculando-se das metas estabelecidas na Lei do Saneamento de 2007 ou dos marcos legais mais progressistas do setor.

O projeto do BRT Metropolitano Ação Metrópole, cuja configuração avançou nos anos do PAC com recursos não-onerosos do OGU, implica na contração de empréstimo cotado em ienes do Governo Japonês, com a obrigação de cessão de tecnologia originalmente latino-americana mediante pagamento e com níveis de subsídios menos voltados à viabilização de um sistema de transporte metropolitano capilarizado e de tarifa módica do que à formação de corredores a partir de centralidades já existentes, que articulam espacialmente mas apontam para o reforço de antigas formas de isolamento espacial dos pobres na RMB.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Estudam-se políticas urbanas conservadoras, ditas ultraliberais, nas Regiões Metropolitanas brasileiras. Ainda, as influências de mecanismos produtores de desigualdade nos impactos sobre tais políticas. Produção da habitação, justificada pela suposta redução do déficit de moradias; saneamento básico, essencial para os assentamentos urbanos e com grande passivo na RMB; transportes, em uma metrópole em que os assentamentos precários se estendem por áreas mais isoladas e brutalizadas pela criminalidade, são necessários para o enfrentamento do problema urbano-metropolitano atual. As opções políticas e institucionais do desenho destes projetos parecem refletir mais os interesses das elites econômicas do que atender aos requisitos da expressiva deficiência da urbanização local, uma vez que suas consequências parecem ainda permitir forte permanência da segregação e da valorização imobiliária diferenciada das áreas habitadas por camadas de média e alta renda, minoritárias na RMB.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

SESSÃO 2.3.2

Regimes Urbanos

Coordenação: Orlando Junior e Luciano Fedozzi

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
A governança urbana participativa: Avanços e Desafios da ação no Ministério das Cidades.

Autor:
Will Robson Coelho, Sônia Azevedo Le Cocq d' Oliveira –doutorado, "PROURB - FAU / UFRJ.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO -
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal do Rio de Janeiro."

Código:
RU004

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Buscou-se como principal objetivo deste trabalho compreender como relevantes as experiências e a trajetória histórica percorrida pelos movimentos sociais nas reivindicações pela construção da 'Governança Urbana Participativa' no Brasil. A tese contribui para o registro histórico e teórico da experiência de governança urbana no planejamento urbano contemporâneo das cidades brasileiras e na discussão acadêmica histórica e teórica do urbanismo, nela considerando a inovação da ação estatal. A questão investigada esteve então na instauração dos processos participativos na gestão e no planejamento urbano no Brasil, onde a coordenação dos diferentes campos de política urbana recente pressupôs a incorporação de novos sistemas de processos urbanos, que passaram a envolver também atores não governamentais. Buscou-se entender o papel e o caráter dos espaços de participação (em conselhos e conferências) que trataram da formulação e implementação da política urbana nacional.

Metodologia:

Como metodologia a discussão acadêmica aborda a gestão e o planejamento urbanos, relacionando-os com as práticas da participação social, percorrendo também os processos das lutas históricas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana – MNRU, e que se consolidaram nos marcos legais regulatórios posteriores, na Constituição Federal Brasileira de 1988 e no Estatuto da Cidade, em 2001. No trabalho de tese apresentado, buscou-se entender as novas formas de administrar as cidades, especialmente experiências da ação estatal decorrentes dos marcos regulatórios brasileiros recentes. Estudou-se a forma da representação social nos processos de governança urbana e o modelo da instância participativa estabelecido na formatação de uma arena heterogênea.

Entende-se que, a partir destas regulamentações e principalmente com a criação do Ministério das Cidades em 2003, se propuseram as ações de participação viabilizadas e que experimentaram uma nova forma de gerir e planejar cidades. As experimentações dessa participação social foram contextualizadas através da caracterização e sistematização dos dados disponíveis e divulgados das diretrizes normativas preconizadas pelos processos de conferências e nas resoluções do Conselho Nacional das Cidades – ConCidades.

Para alcançar o objeto de estudo da questão principal, escolheu-se a pesquisa exploratória - empírica, cujo o método de abordagem foi o hipotético-dedutivo, com apoio de procedimentos de pesquisa teórico-histórica e comparativa, a partir de pesquisa bibliográfica e documental que também se apoiou em um estudo de caso geral, no quadro nacional. O estudo foi quanti-qualitativo, articulando as dimensões quantitativa e qualitativa visando um resultado analítico contextualizado do caso geral do ConCidades.

Abordou-se mais especificamente, além dessas resoluções, os modos de operar da participação social experimentada na ação estatal e os marcos regulatórios contemporâneos decorrentes dessa atuação.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Assim como pretende este simpósio, que celebra os 20 anos do Observatório das Metrópoles, em seu eixo 2 de gestão e governança urbana, similarmente o trabalho de tese, neste artigo em síntese, identificou como problema a ser discutido as ações estatais experimentadas nas transformações em curso nas cidades e que deviam refletir os seus impactos nos desafios à construção de instituições democráticas e inclusivas de governança das metrópoles.

A ideia síntese na hipótese levantada foi a da constituição importante da "arena heterogênea" que compôs a "governança urbana participativa" praticada pelo Ministério das Cidades, sendo representada e instrumentalizada no funcionamento do ConCidades, defendendo-se o registro histórico e teórico de importante prática formatada.

O recorte temporal foi delimitado no estudo dos antecedentes a partir do final dos anos 1980 e focando mais contemporaneamente no período recente, na atuação estatal a partir da criação do MinCidades em 2003, no funcionamento do ConCidades e no ciclo das cinco Conferências Nacionais das Cidades realizadas, portanto, reconstruindo o histórico e a ação neste campo da pesquisa nas últimas três décadas.

Na análise da gestão do planejamento urbano contemporâneo no quadro nacional, desenvolveu-se, sistematizou-se e apresentou-se: o papel do ConCidades, a sua composição; o perfil; as conjunturas políticas; os resultados das resoluções; os programas urbanos geridos, regulamentados e implementados no conselho; a legislação resultante de esforços do conselho, e quais as leis que responderam à efetividade e eficácia das ações e trabalho do Conselho.

A hipótese foi a de que as experiências de governança participativa estão representadas e instrumentalizadas no Conselho Nacional das Cidades – ConCidades - e nas Conferências das Cidades, reconhecidos como espaços episódicos de debate e negociação de diretrizes e ações da política urbana no Brasil. Neste sentido, o ConCidades e as Conferências foram analisadas e apresentadas como experiências inovadoras e contemporâneas da ação estatal brasileira da governança urbana participativa em um conceito constituído a partir de proposta de arena heterogênea formatada para a participação social na gestão e planejamento das cidades.

Nesta hipótese, foi plausível supor que as novas práticas, que passaram a vigorar nos novos fóruns dos conselhos e conferências, podem ter contribuído para a identificação e constituição das funções sociais de cada um dos atores envolvidos e para o seu reposicionamento técnico e profissional. Portanto, deveriam modificar a presença e o papel de técnicos na gestão e planejamento urbano na contemporaneidade, sendo uma nova inserção dos profissionais que vai além do conhecimento técnico-científico obtido em cursos acadêmicos, somando-se agora a diversidade das demandas e vivências trazidas da cidade real, e não da cidade ideal, que vem de uma visão puramente tecnicista recusando assim o confortável leito no qual repousam as utopias.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A discussão da cidadania participativa levantada pela tese buscou contrastes e contradições nas complexidades das experiências de uma governança urbana participativa que demonstraram suas fragilidades concernentes à ação estatal em processos decisórios em arenas heterogêneas formadas da sociedade civil organizada.

A principal conclusão reconhece na experiência a contribuição e relevância para uma inovadora forma e sistema participativo gerencial das cidades brasileiras, mas que não se consolidou e tornou-se sem efeito no período atual, com a não-continuidade das práticas devido à desarticulação e ao esfacelamento do ConCidades, dificultando a atuação, replicação do modelo e a perpetuação dos processos participativos em cenário próximo. Estas transformações que estiveram em curso nas cidades brasileiras, representaram e refletiram os impactos na construção de instituições democráticas e inclusivas de governança das metrópoles, mas que ainda geram desafios futuros em sua consolidação.

Título:
Governança participativa instrumentos de participação social na Região Metroploitana de São Paulo
Autor:
João Marcus Pires Dias –doutorado, Observatório das Metrópoles - São Paulo
Código:
RU008

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente tem como propósito analisar as transformações e perspectivas sociais e politica nos principais municípios da RM de São Paulo nas últimas três décadas. Caracterizadas por um ciclo urbano onde o poder econômico imprime uma dinâmica territorial heterogênea, a RMSP possui formas de desenvolvimento diversas que avançam para a formação de espaços com integração estreitamente vinculada à arranjos políticos e institucionais que foram se moldando ao longo dos anos. As gestões municipais com olhares focadas na participação popular, com muita pujança nas décadas de 1990 e 2000, estão se reduzindo, ora pela nova onda de governos de ideologias partidárias neoliberais que assumiram o poder atualmente, bem como a possível hipótese de um eleitorado que não se viu legitimado pelos canais participativos instalados em gestões anteriores. Analisar estas experiências, focando especificamente os Conselhos de Política Urbana e Orçamento Participativo – OP será o objetivo deste estudo.

Metodologia:

Pretende-se utilizar como recursos metodológicos as contribuições e reflexões teóricas sobre o tema, estudo de campo, análise de dados e documental conforme descriminado:

- Objetos do estudo:

1- Conselho Municipal de Política Urbana- CMPU.

Estão amparados pelo Estatuto da Cidade como forma de participação social na gestão da política urbana dos municípios. Passou a tomar corpo em alguns municípios com a implementação dos Planos Diretores á partir de 2002.

2- Orçamento Participativo – OP

O Orçamento Participativo (OP) tem força em 1989 nos municípios de Porto Alegre, Santo André e Angra dos Reis, sendo espalhados para outros municípios ao longo das décadas de 90 e 2000.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

É uma configuração de mecanismos de representação direta, combinando os conceitos de democracia participativa e deliberativa. Seu objetivo é ampliar as esferas tradicionais de decisões políticas representativas, por meio da participação popular nas decisões orçamentárias, principalmente no âmbito do município. Permitindo assim, que as condições para à deliberação e o controle social da gestão pública aconteça.

- Delimitação do campo de estudo.

Considerou-se focar os 10 municípios mais estruturados economicamente, localizados geograficamente no entorno do município polo, São Paulo. Como critério de escolha, utilizou-se o PIB M de 2015.

- Linha do Tempo

CMPU – Anos: 2002 a 2018

OP - Anos: 1989 a 2018

- Metas de identificação.

1- Existência do CMPU e OP no Município

2- Período de existência

3- Tipo de Governança/Ideologia partidária considerando:

3.1- Implementação e extinção

3.2- Motivo da extinção

4- Caráter deliberativo ou consultivo

5- Analise estrutural

5.1 CPMU: Composição e forma de atuação.

5.2- OP: Ampliar a análise dos resultados encontrados focando:

A- Municípios com maior incidência do OP no período.

B- Municípios com o OP em vigor.

C- OP no Município polo.

6- Análise do grau participativo e governança/ideologia partidária."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A Constituição Brasileira de 1988 introduziu em seu texto mecanismos de intervenção direta dos cidadãos com tomadas de decisões nas esferas governamentais, contemplando assim, diversas formas de representação inseridas em espaços participativos da sociedade civil na gestão da coisa pública. Com o passar dos anos as diversas áreas de políticas públicas passaram a abrir espaço á participação social e popular por meio de vários mecanismos, podendo citar as audiências públicas, OP, Conselhos, mutirões de construções de moradias, elaboração de Planos Diretores participativos, Economia Solidária entre

outros. A partir desta premissa o ano de 1989 passa a ser precursor de várias iniciativas de participação social, principalmente no âmbito municipal tomando a frente o Partido dos Trabalhadores - PT. Estas experiências são resultados de discussões promovidas pela militância do partido em conjunto com movimentos sociais, meio acadêmico, lideranças e setores simpatizantes de uma nova ordem social. O OP passou a ser implementado em 1989 com relativo sucesso por alguns governos municipais do PT, podendo citar os exemplos de Porto Alegre sob gestão de Olívio Dutra e Santo André com Celso Daniel. Com o passar dos anos, outros municípios adotaram esta modalidade de participação em suas gestões.

Os Conselhos de Política Urbana surgem em 2002 com a implementação do Estatuto da Cidade, apresentando-se como um elemento diferencial na gestão das questões urbanas municipais. Para Tótora e Chaia, os Conselhos surgidos após a Constituição de 1988 “não são uma novidade na história desses últimos dois séculos, embora tenham adquirido múltiplos sentidos”.

No contexto atual, à dinâmica regional está vinculada a um poder econômico que estabelece mecanismos e processos institucionais perante o poder publico no que tange as politicas e serviços. As coalisões de governança articuladas com setores da sociedade com laços estreitos, principalmente, a especulação imobiliária imprime nas agendas publicas interesses próprios que obstaculizam os direitos de participação cidadã, incapacitando-as de compreender ou avaliar as problemáticas do seu entorno.

A proposta deste estudo, avaliar OP e CMPU, parte das seguintes hipóteses:

- Mecanismos de participação tem mais força conforme a ideologia partidária do governo, porém de acordo com as características de associativismo da região.

- Governos com ideologia partidária nos aspecto de centro-esquerda predominam em implementar o OP e CPMU.

- Governos com ideologia partidária nos aspecto de centro-esquerda perderam espaço para gestões com aceno ao neoliberalismo.

- Os canais de participação diminuem ou são excluídos nos novos governos focados no neoliberalismo.

- Embora o PT seja percursor de grande parte de gestões participativas, nem todas gestões sob seu governo adotam este método.

Os principais resultados deste estudo apontam para um esvaziamento do OP nas atuais gestões municipais e em relação ao CMPU, seu emparelhamento ou extinção."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados desta pesquisa devem considerar as características da cultura política local, bem como as percepções dos moradores sobre o sistema político e sua disponibilidade para o associativismo inserido na governança participativa. Desta forma, partimos para duas hipóteses: 1- A participação social nas esferas públicas é permitida apenas por governos com gestões democráticas de acordo com sua ideologia partidária, a partir de pressões populares e seu histórico na política local, mas não é regra geral. 2- A conjuntura de poder econômico imprimindo as políticas públicas e suas formas de governança, substituindo canais de participação por privilégios para parte dos cidadãos como um marco institucional de gestão que define suas escolhas e suas prerrogativas. Com estes pressupostos associados as complexidades das Metrópoles, procuramos dar respostas utilizando conceitos da teoria clássica para avaliar os resultados dos quadros de participação na RM de São Paulo.

Título:
Uso de canais via web no processo de gestão dos municípios da RM de Curitiba: alternativa que amplia e legitima ou que esmorece a participação?

Autor:
Thaís Kornin, Liria Yuri Nagamine e Rosa Moura –doutorado, "1. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles, Núcleo Curitiba;
2. Pesquisadora bolsista do Observatório das Metrópoles, Núcleo Curitiba;
3. Pesquisadora sênior (bolsista) do Ipea"

Código:
RU032

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar a existência de canais via web e as possibilidades de ampliação do espaço público de participação cidadã por meio desses canais para a prática de democracia digital, no processo de gestão de municípios da RM Curitiba. Destacam-se os objetivos específicos: 1. mapear municípios que empregam tecnologias de informação e comunicação que permitam canais de participação cidadã na gestão urbana (sites, páginas do facebook); 2. verificar a correspondência desses em relação aos municípios que possuem conselho de política urbana/cidades; 3. analisar a distribuição no território da RM de municípios que adotam esse suporte tecnológico; 4. identificar se e como os sistemas em uso consideram a inserção do município na RM e abrem espaço para reflexões e debates regionais; 5. avaliar a eficácia do uso das TICs na participação no processo de formulação e implementação da política urbana do município, assim como na gestão municipal.

Metodologia:

Uma busca teórica sobre "governança eletrônica", "democracia eletrônica", "governo eletrônico", “OP Digital”, e estudos empíricos sobre experiências similares estimularam a problematização e hipóteses aventadas. Na pesquisa adotaram-se duas ordens de informações e os seguintes procedimentos: 1. dados secundários do MUNIC-IBGE, para identificar a existência e evolução dos conselhos setoriais nos municípios da RM, períodos 2001 e 2012/14; e 2. dados primários obtidos em 2.1. visita e exploração de sites e páginas de prefeituras da rede social facebook, para detectar municípios que adotam essas ferramentas, testar a facilidade de uso dos sistemas/aplicativos e a agilidade na resposta às perguntas dos cidadãos, e 2.2. entrevistas semi-estruturadas, por amostragem, com representantes de conselhos relativos à política urbana de municípios, representantes de entidades e instituições diretamente envolvidas na gestão da política urbana, e representantes de organização social e da academia no Concidades e no Concitiba. Traçou-se um paralelo de análise entre a rede social facebook em relação aos portais existentes que, de acordo com a lei de acesso à informação, todas as prefeituras deveriam disponibilizar. A escolha pelo facebook se deu por ser a rede social mais usada no pais, e por existir como página oficial da prefeitura em 27 dos 29 municípios da RM. Os dados secundários e informações referentes aos canais web foram organizados em uma base de dados para todos os municípios da RM, a partir da qual foram gerados mapas e quadros síntese. Destacam-se questões a serem discutidas: a comunicação pública das prefeituras pelas redes sociais estaria se constituindo numa nova estratégia de marketing de cidade? A ausência de abas para participação dos cidadãos na formulação e implementação

de políticas públicas estaria demonstrando uma influência muito restrita da sociedade na tomada de decisão? Como superar a subutilização das potencialidades democráticas das TICs?

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os conselhos setoriais instituídos nos municípios constituem-se em canais de excelência de democratização da discussão sobre politicas públicas, e ao menos 2 conselhos estão presentes em todos os municípios da RM, elevando-se de 101 para um total de 127 em 2014. Os mais disseminados são os de saúde e assistência social, em 28 e 29 municípios respectivamente. O de política urbana elevou-se de 7 para 16. Com o aumento cada vez maior da introdução das redes de comunicação via internet na vida cotidiana dos cidadãos em seus aparelhos portáteis, é natural que se se associe a participação pública com a facilidade de realizá-la por intermédio dos sites eletrônicos das prefeituras municipais ou através de redes sociais como o facebook. Na RM Curitiba, a estruturação desses sites é muito boa nos casos dos "portais de transparência" ou da existência do "i" de meio eletrônico de acesso à informação. Em relação aos sites das prefeituras, esses não são nada promissores em termos de fomentar a participação pública, aparentando constituir-se mais em um atendimento à lei e ao mesmo tempo uma nova estratégia de marketing da cidade. Dois municípios possuem site específico do Conselho de Política Urbana e três possuem espaço no site para esse conselho; nenhum deles disponibiliza canal para comunicação direta com o cidadão, além dos genéricos (ouvidoria, contatos, acesso à informação), tampouco registros de acesso a esses serviços. O facebook se mostrou um canal interessante, pois as publicações da prefeitura são similares às postadas no site com abertura para comentários. Várias prefeituras se utilizam de recurso de rádio e de TV da prefeitura (com gravações em YouTube) e em uma há link para jornal eletrônico do município. Em alguns sites há comunicado para audiência pública e contribuições com a LOA. Quanto à inserção metropolitana, não foi encontrada nenhuma menção nos sites, exceto em Curitiba que tem link para a Secretaria de Assuntos Metropolitanos e METROGEO; no facebook também poucas foram as publicações com o termo “metropolitano/a”, demonstrando que a participação ainda não alcançou a escala da RM, mantendo-se na do município. Resultados, ainda preliminares, já permitem observar uma tipologia de comunicação: 1. marketing da prefeitura ou do prefeito (realização e inauguração de obras, entrega de prêmios etc.); 2. social (divulgação de festas, eventos esportivos promovidos pela prefeitura,etc.); 3. divulgação de serviços (campanhas de vacinação, chamada de licitação etc.); 4. convocação para a população participar de espaços públicos de decisão (audiência pública). De modo geral, os canais analisados se mostraram em fase inicial de desenvolvimento, salvo Curitiba, onde se encontra mais completo. Com as entrevistas em curso busca-se, incluindo administradores de alguns perfis de prefeituras mais acessados, avaliar a efetividade (ou não) desse canal de comunicação.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados ativam reflexões sobre a expectativa da participação política e transformação da democracia, possibilitadas pelo uso de TICs. Sublinham que essas constituem um ambiente promissor, porém ainda acionado com limitações, sem a cobertura de uma política de inclusão digital para acesso igualitário à participação via web. Percebe-se que a oferta dos canais eletrônicos de participação faz parte do discurso de modernização dos governos, mas a qualidade dos sistemas/aplicativos e o reduzido número de usuários e seguidores evidenciam poucos avanços, que não sinalizam participação cidadã capaz de alterações na cultura política existente. Tampouco a obrigação legal dos portais da transparência e acesso à informação têm contribuído para o controle social da gestão pública. Mas ainda é cedo para concluir se a sociedade e os gestores vêm explorando adequadamente esse canal, e portanto se o uso das TICs representaria a possibilidade de consolidação de um novo canal de democracia direta.

Título:
O orçamento participativo como instrumento de transformação do espaço urbano

Autor:
Rodolfo dos Santos Silva. –doutorado, Observatório das Metrópoles Curitiba

Código:
RU050

Resumo:

Objetivos do trabalho:

As transformações do espaço urbano fazem parte constante dos percalços que se tem de suplantar para descrever os diferentes fluxos e a ampla rede de relações sociais e culturais existentes nas metrópoles. Esses fluxos criam estruturas espaciais complexas definidas pelo capital através das decisões de seus agentes econômicos e políticos, favorecendo o acesso ao espaço urbano pela propriedade diante de padrões estabelecidos por objetivos mercadológicos que criam um modelo de segregação socioespacial cada vez mais acentuado. Assim, torna-se imprescindível a existência de mecanismos de mobilização da população organizada como forma de evitar que os recursos públicos sejam definidos apenas por alguns membros da classe política e econômica. O Artigo tem como objetivo destacar o Orçamento Participativo como um instrumento de mobilização da população nas decisões sobre a aplicação do orçamento público e um importante mecanismo de gestão, transformação do espaço urbano e de justiça espacial.

Metodologia:

Diante de um modelo de Metrópole que favorece as grandes corporações industriais e comerciais, as do mercado financeiro e as do mercado imobiliário, dificultando o acesso a moradia aos trabalhadores nas proximidades de seu local de trabalho, torna-se imprescindível a existência de mecanismos de mobilização da população organizada como forma de evitar que os recursos públicos sejam definidos apenas por alguns membros da classe política e econômica. Implementado inicialmente em Porto Alegre, há quase três décadas, o Orçamento Participativo (OP) foi disseminado por governos populares como boa prática de gestão e se transformou em uma ferramenta de mobilização da população nas decisões sobre a aplicação do orçamento público frente às políticas neoliberais. Tais políticas abrem espaços no setor público para intervenções mercadológicas, como as operações urbanas realizadas de forma consorciada, que visam garantir a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Este trabalho, tem como objetivo geral apresentar o OP como um instrumento democrático nas decisões sobre a aplicação dos recursos públicos, e como um importante mecanismo de gestão e transformação do espaço urbano nos municípios de Porto Alegre, Pinhais, Maringá e Chapecó. Para tanto, utilizou-se a coleta de dados a partir das informações de contagem e estimativas populacionais do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como através de estudo de documentos e entrevistas com pessoas consideradas fontes primárias, transcrições, relatórios originais de eventos, pesquisas em documentos iconográficos, livros, jornais, revistas, periódicos, artigos, monografias, dissertações e teses, fontes em meio digital (internet) e dados produzidos pelo Observatório das Metrópoles, órgãos estaduais de estatística e economia, secretarias municipais nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como problemática, discute-se de que forma a mobilização popular e o Orçamento Participativo contribuíram para a transformação do espaço urbano e porque tais experiências, reconhecidas

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

internacionalmente e disseminadas como exemplos de gestão dos recursos públicos, ainda se mantém, ou foram gradualmente ou repentinamente abandonadas nos municípios estudados, que integram regiões metropolitanas do Sul do Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa foram estabelecidas como hipóteses se o Orçamento Participativo implementado como modelo de gestão: 1) contribuiu para promover alterações no espaço urbano, minimizando os impactos gerados pela reestruturação desses espaços nas cidades selecionadas das Regiões Metropolitanas de Curitiba, Porto Alegre, Maringá e Chapecó; 2) se essas cidades que passaram por gestões públicas que aplicaram o Orçamento Participativo proporcionaram à população mecanismos de participação popular que poderiam, de certa forma, alterar e alteraram a configuração do espaço urbano nos municípios de Porto Alegre, Pinhais, Maringá e Chapecó. 3) se a continuidade ou abandono de tal prática gradual ou repentinamente, nos municípios estudados, foram motivados pelo processo neoliberal de ajuste espacial conforme os interesses do mercado imobiliário e financeiro. Para se chegar aos resultados esperados, destaca-se que os municípios escolhidos possuem forte influência sobre os demais municípios de suas Regiões Metropolitanas e, todos passam por uma nova divisão internacional do trabalho que altera a dinâmica de produção do espaço urbano objetivando atender à diferentes interesses econômicos, políticos, sociais e geográficos. Nessa nova dinâmica, há uma reestruturação e valorização do espaço urbano atrelado a um processo de segregação residencial e alocação dos investimentos públicos que vem agravando ainda mais os problemas relacionados à posse da terra e de injustiça espacial. Neste contexto, o estudo apontou que o OP foi utilizado como uma ferramenta para reduzir os impactos das desigualdades sociais estabelecidas em sua dimensão espacial e, promover através da gestão pública e democrática nos municípios pesquisados a justiça espacial. A dinâmica do OP obteve grande aceitação, por constituir-se em um meio de transmissão de representatividade democrático e confiável dos anseios das populações, que por diferentes interesses, são excluídas de qualquer debate sobre a destinação das verbas públicas. Através do OP, os grupos de pessoas, os movimentos sociais e as organizações não governamentais puderam influenciar na alocação dos investimentos públicos realizados e modificar as condições de moradia na periferia de seus municípios. Ao terem suas demandas por regularização fundiária, habitação ou loteamentos para habitação, asfalto, calçadas, praças e controle das enchentes aprovadas nas Audiências Públicas, nas Assembleias ou Plenárias Temáticas e executadas, contribuíram para a transformação do espaço urbano de seus municípios.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Na escala global, as metrópoles possuem papel fundamental por se caracterizarem por diferenciações socioespaciais, econômicas e políticas que as incluem entre aquelas que recebem os maiores investimentos e nas quais instrumentos como o Orçamento Participativo tornam-se fundamentais. Em 2018, o OP de Porto Alegre completa 29 anos e, ainda persiste na população a vontade de influenciar na elaboração da peça orçamentária. Por estar relacionado ao Partido dos Trabalhadores (PT), um dos pioneiros na sua implementação, o OP perdeu espaços no cenário nacional, com a intensa campanha de destruição da reputação desse Partido e de suas políticas. Apesar desse fato, as análises realizadas, sobre o Orçamento Participativo como um instrumento de transformação do espaço urbano deixam claro que se houver vontade política e um envolvimento da população, a apropriação dos recursos obtidos a partir do excedente de produção, alcançados nas cidades estudadas, será realizado de forma democrática e justa.

Título:

OBZ em Lisboa: Contribuição das plataformas informacionais e interativas para potencializar os observatórios

Autor:
Ana C.C.Farias; Alexandra Paio –doutorado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa / Escola de Tecnologias e Arquitetura / Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos

Código:
RU052

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), criado em 2011 pela Câmara Municipal de Lisboa, surge como forma de melhorar a qualidade de vida e a coesão sócio territorial da cidade financiando anualmente projetos de iniciativa local (Roseta, 2013). Para organizar e compartilhar informação sobre as transformações que esses projetos têm causado no território, bem como para ampliar os atuais canais de colaboração entre cidadãos, iniciativas locais, profissionais, pesquisadores e o município, pretende-se oferecer uma plataforma hibridizada nos meios físico e digital que amplie e fortaleça canais democráticos e permita acompanhar as ações do programa sobre o território da cidade.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva analisar e classificar diversos tipos de plataformas informacionais e interativas da metrópole contemporânea. Os resultados contribuirão para o desenho do observatório para o desenvolvimento local em Lisboa, centrado no programa municipal BIP/ZIP.

Metodologia:

Esta investigação pondera a existência, na cidade contemporânea, de vários tipos de interface, ou seja, de plataformas informacionais e interativas, que favorecem a inovação e o desenvolvimento de tecnologia social (Castells, 2017; Baltazar, 2009). São exemplos: observatórios de políticas públicas e outros temas; dispositivos tecnopolíticos; ferramentas para a construção de cenários e visualização de dados; os hacklabs, fablabs, laboratórios cidadãos ou urban living labs; e os dashboards, plataformas de dados abertos e de co governança.

A partir de casos paradigmáticos de cada um desses tipos de interface, pretende-se identificar e analisar suas principais características como forma de classificar ferramentas, metodologias, práticas que contribuam para delinear o Observatório BIP/ZIP (OBZ). Em pesquisas prévias realizadas junto a agentes que atuam no programa, foi percebida a expectativa de que o futuro observatório, apoiado em tecnologias digitais, seja um instrumento facilitador de dinâmicas que precisam continuar a acontecer nos territórios. Considerando a dificuldade de parte da população no acesso e manuseio das novas tecnologias de informação e comunicação, foram referidos os aspectos lúdico e criativo da interação como forma de facilitar o uso e de estimular e captar a inteligência coletiva, orientando-a para satisfazer necessidades concretas das comunidades.

Neste sentido, a partir de bibliografia de referência, sítios eletrônicos, entrevistas e da análise de exemplos paradigmáticos organiza-se a informação coletada segundo três grandes campos que, considera-se, formam o conteúdo fundamental de uma interface: (1) dispositivos para organização da informação; (2) dispositivos para interação; e (3) agentes.

O estudo realizado contribuirá para o aprofundamento do conhecimento sobre interfaces e observatórios, na medida em que busca a contribuição de diferentes dispositivos para idealizar uma plataforma útil, principalmente, para cidadãos e iniciativas locais."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O BIP/ZIP é operacionalizado na cidade de Lisboa através de uma toolbox composta por: (1) Carta BIP/ZIP, mapa que define áreas prioritárias para intervenção; (2) programa anual de financiamento a projetos desenvolvidos por parcerias locais; (3) gabinetes públicos de apoio técnico e político aos projetos; e (4) redes colaborativas (DMHDL, 2017). Contudo, os atores envolvidos – promotores políticos, gestores técnicos e parceiros locais - reconhecem a insuficiência de suas ferramentas, a necessidade de avaliar impactos e de dirigir a colaboração em direção à cogovernança (Falanga, 2015). Assim, a disponibilização de um observatório enquanto interface físico-digital para a interação no sistema BIP/ZIP, poderia ampliar dispositivos de participação cidadã ativa e fortalecer a capacidade de cocriação e cogovernança, no âmbito do desenvolvimento local em Lisboa.

Partindo desta premissa, uma pesquisa prévia sobre observatórios foi realizada a partir de casos paradigmáticos identificados por palavras-chave (participação, territórios prioritários, desenvolvimento local, cidade e tecnologias digitais), quando se construiu a Taxonomia dos Observatórios <https://kumu.io/sobreurbana/taxonomia-de-observatorios> com o intuito de compreender a complexidades dessas plataformas, seus elementos constituintes, objetivos, ferramentas e outras particularidades. Como resultado, observou-se, dentre outros problemas, uma frequente dificuldade de interação com o público-alvo, de oferecer uma boa capacidade de resposta para tanto, de coordenação das diferentes agendas dos vários colaboradores, e uma subutilização, de um modo geral, das possibilidades trazidas pelas novas ferramentas digitais. A partir daí, passou-se a conjecturar-se uma hipótese sobre a agregação, em um observatório, de ferramentas, metodologias, linguagens típicas de outras plataformas, mais interativas, que tirassem maior proveito das tecnologias digitais, mas sem excluir a existência e ação em meio físico.

Da análise de casos paradigmáticos de diferentes tipos de plataformas observou-se possíveis contribuições de cada uma delas. Os observatórios destacam-se essencialmente pela capacidade de gerar e disponibilizar dados específicos sobre o fenômeno ou território observado, bem como pela produção de pensamento crítico relevante a stakeholders externos. As tecnopolíticas, pelo apoio a processos autônomos e capacidade de ampliação de suas ferramentas e métodos a processos oficiais. Já as ferramentas para a construção de cenários e visualização de dados inovam sobretudo na capacidade de interação e visualização de dados. Os hacklabs, fablabs, laboratórios cidadãos ou urban living labs costumam fornecer ambientes potentes para a colaboração e inovação, em proximidade com as coletividades que envolvem. Os dashboards, plataformas de dados abertos e de co governança experimentam, em diferentes medidas, maior abertura, inclusão e transparência, reclamados nos processos oficiais de gestão e planeamento das cidades.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A análise revela a diversidade de ferramentas e metodologias experimentadas pelas várias interfaces que informam e interagem na cidade contemporânea, podendo contribuir para que o OBZ seja um instrumento mais atraente, potente e eficaz para o desenvolvimento local em Lisboa.

A utilização criativa e inclusiva de tecnologias digitais, potencializa as funcionalidades do OBZ, especialmente na visualização interativa e em tempo real de dados e em novas formas de trabalhar e

colaborar – à distância, em rede e em simultâneo. Internet, wireless, smartphones, georreferenciamento e outros dispositivos permitem a utilização de dados comportamentais, quantitativos e qualitativos, hoje em dia mais utilizados por marcas do que por iniciativas cidadãs. Outras ferramentas permitem ainda a simulação e predição de cenários. A investigação em curso afirma o poder das TICs como forma de apoio otimizado à continuidade dos processos físicos desenrolados pelas coletividades nos territórios, em foco no OBZ.

Título:
Uma avaliação dos Conselhos Municipais na Macrometrópole e na Região Metropolitana de São Paulo

Autor:
Vera Chaia - Pós-Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Código:
RU071

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A pesquisa sobre Governança Urbana em São Paulo que desenvolvemos em 2000-2001 teve como objetivo analisar o perfil dos conselheiros municipais como também avaliar o desempenho das políticas locais, tendo em vista o grau de organização da sociedade civil, a capacidade institucional e administrativa dos governos locais.

Muitas coisas mudaram. Outros conselhos municipais foram criados. A minha proposta é trabalhar com os conselhos estudados naquela pesquisa e compreender os novos conselhos. Iremos atualizar estes dados analisando os sites dos conselhos e, se possível, entrevistar alguns conselheiros, principalmente os que representam as novas demandas na sociedade.

Após estas experiências dos conselhos e de formas de participação diferenciadas, pode-se problematizar até que ponto estas formas de organização, institucionalização e participação de certos setores e segmentos da população mudaram a sociedade e a cultura política brasileira?

Metodologia:

Como proposta objetivamos atualizar os dados pesquisados no período de 2000-2001, analisando os sites dos conselhos e, se possível, entrevistar alguns conselheiros, principalmente os que representam as novas demandas na sociedade.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A hipótese trabalhada neste estudo de que a efetividade dos conselhos na gestão municipal depende do partido político e do prefeito, é em parte correta em razão da baixa implantação dos conselhos na sociedade civil, o que o coloca sob a órbita do poder do prefeito. Porém existem outros componentes que devem ser levados em conta como a autonomia das decisões do conselho estará relacionada com a sua história e trajetória de luta.

Alguns municípios da Macrometrópole serão pesquisados, além de alguns municípios do RMSP: Jundiaí, Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Taubaté e Santos, São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo.

Iremos avaliar a efetividade destes conselhos e da participação dos conselheiros municipais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A baixa identificação do cidadão brasileiro com os partidos políticos, de uma maneira geral, sugere para alguns uma crise de representação, abrindo canais para a entrada de novos mecanismos de representação social (mídia e religião) e um desencantamento com a política.

Podemos compreender que o líder político no Brasil é dotado de características intrínsecas da cultura nacional expressa desde sua formação. No exercício de sua liderança, ele vai se valer de elementos clientelistas, paternalistas, patrimonialistas, cordiais, populistas e personalistas na sua ação. Cabe agora indicar que cada líder político é dotado de um capital político específico e age de forma diferenciada.

Uma série de questões deverão ser analisadas: os conselhos ainda são importantes para a gestão pública? Os atuais conselheiros incorporam o seu papel de fiscalizador e proponente de políticas públicas junto ao executivo municipal? Surgiram outros conselhos com uma atuação mais combativa?

Título:
F 30 anos do orçamento participativo em porto alegre: efeitos nos padrões de ação coletiva dos movimentos sociais

Autor:
Ivan Daniel Müller –doutorado, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

Código:
RU075

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo, derivado de pesquisa de doutorado em andamento, apresenta uma análise da trajetória do Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP), a partir da investigação dos processos de transformações nos Padrões de Ação Coletiva (PAC) de movimentos sociais engajados em diferentes períodos históricos dessa Instituição Participativa (IP). Para isso, caracterizar-se-á os distintos períodos de funcionamento e operacionalização do OP, ligados à ampliação ou diminuição democrática dessa IP levando-se em consideração condições processuais (TILLY, 2013) demarcadas nos conceitos de democratização e desdemocratização. A análise das mudanças e similitudes ocorridas nos PAC dos movimentos sociais nos distintos períodos do OP, trará contribuições tanto referentes aos movimentos, bem como acerca da trajetória do OP em Porto Alegre, dada a perspectiva relacional adotada. O estudo é parte do projeto “30 anos de democracia participativa em Porto Alegre”, inserido no INCT Observatório das Metrópoles.

Metodologia:

A proposta apresenta-se inovadora por buscar identificar processos de transformação nos PAC dos movimentos sociais, amparando-se em preceitos metodológicos recentemente utilizados por Euzenéia

Carlos (2012a, 2015a, 2015b), e correlacioná-los à participação em diferentes momentos históricos do OP de Porto Alegre.

A categoria analítica trazida como PAC concebe três subcategorias: organizacional, relacional e discursiva. Tal concepção inovadora permite traçar um padrão de mudanças similares e distintas que estão presentes em mais de um movimento social em períodos temporais de recorte analítico específico, destacados até aqui como períodos qualitativamente diferenciados do próprio OP (democratização e desdemocratização).

A pesquisa propõe o método de estudo de caso, dada a análise relacional, centrada na interação entre Estado e atores civis, buscando perceber quais mudanças são geradas nos movimentos sociais dada a participação institucionalizada em diferentes momentos do OP. Nesse sentido, o estudo de um único não ofereceria propriedades suficientes à proposta, visto que as mudanças analisadas poderiam ser única e exclusivamente encontradas em um dado movimento social.

A análise comparativa dos movimentos sociais irá ocorrer em dois níveis: comparação intertemporal (cross-time) e comparação entre os casos (cross-case). A comparação intertemporal estabelece como marco dois ou mais períodos do OP que estarão divididos em fases de democratização e desdemocratização do OP. Já a comparação cross-case, por sua vez, irá comparar um movimento social com o outro, sendo que ambas comparações irão possibilitar o delineamento das similitudes e diferenças presentes nos PAC dos movimentos sociais.

O que a princípio cabe relatar é que possivelmente a pesquisa contará, tanto com instrumentos do método qualitativo quanto do método quantitativo, variando seus instrumentos de coleta de dados entre a pesquisa documental, entrevistas e surveys.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A abordagem se utilizará do conceito de PAC para examinar três dimensões distintas e interligadas presentes nos movimentos sociais: organizacional, relacional e discursiva. Essas dimensões são analisadas conjuntamente adotando-se o conceito de movimento social como coletividades plurais de atores sociais, individuais e organizacionais ligados em modelos de interação, baseados em identidades compartilhadas e constituídos mediante relações de cooperação e conflito (DIANI, 1992; DIANI; McADAM, 2003). Da mesma forma, porque adota-se aqui a perspectiva relacional do caráter dinâmico de coconstituição nas relações sociedade e Estado (SKOCPOL, 1992). A lógica especifica está em perceber processos de transformação nos movimentos sociais gerados pela participação no OP, os quais podem indicar mudanças tanto no que se refere aos movimentos sociais, quanto ao próprio OP.

A análise dessa trajetória exige considerar os diferentes momentos históricos do OP, caracterizados pela capacidade estatal, o desenho institucional e o contexto político também ligado a esse desenho, designando assim, distintas fases ao longo da participação. Isso porque, ao longo de sua história de quase 30 anos, o OP de Porto Alegre passou por mudanças significativas em relação ao seu desenho institucional e à capacidade estatal envolvida, além das mudanças de contextos políticos da cidade.

Sendo assim, a pergunta que se evidencia essencial para a presente pesquisa é saber: quais são os processos de transformação gerados nos PAC dos movimentos sociais participantes do Orçamento Participativo de Porto Alegre nos diferentes momentos históricos desse processo? Dito de outro modo: quais são as transformações geradas nas dimensões organizacional, relacional e discursiva de movimentos sociais participantes de períodos de democratização e desdemocratização do OP de Porto Alegre?

Entende-se que o OP, aumenta as possibilidades de encaixe institucional (SKOCPOL, 1992) para distintos grupos ou movimentos sociais. Fato é que, os diferentes momentos do OP (democratização e desdemocratização) oferecerem configurações de instabilidade/estabilidade e alcance da influência desses encaixes institucionais realizados. Dessa forma, pressupõe-se que em menor ou maior escala as configurações dos encaixes dos movimentos sociais, que fazem um continuum entre os momentos históricos distintos do OP, irão se alterar, pois mudanças estruturais influenciam a dinâmica coletiva. Portanto, espera-se que as mudanças estruturais que definem diferentes momentos históricos do OP de Porto Alegre, alterem também, em maior ou menor grau, as configurações de instabilidade/estabilidade e alcance da influência dos encaixes institucionais dos movimentos sociais na dinâmica do OP, apresentando, assim, mudanças nos PAC desses movimentos."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O OP de Porto Alegre, exemplo de gestão democrática inovadora, traz como seu maior atributo a instauração de uma gestão pública amparada, via regras universais, na participação da população, tanto na elaboração quanto na execução do orçamento público. É assim que essa IP contraria aquele que parece ser o mais nevrálgico dos problemas das atuais democracias: a restrição da participação nas decisões políticas.

Após quase 30 anos de existência, muitos estudos foram realizados sobre este caso. Não obstante, ainda não são conhecidos os possíveis efeitos na dinâmica dos PAC dos atores sociais e movimentos participantes. A presente investigação, que se encontra em fase inicial, pretende contribuir com esse balanço. Dado que o OP proporciona a participação institucionalizada de atores civis em busca dos direitos à cidade, e que a trajetória desta IP ingressou numa fase de desdemocratização, pretende-se verificar as transformações tanto nos atores sociais como na própria dinâmica dessa IP.

Título:
Formação para movimentos populares como perspectiva de disseminação da pesquisa e fortalecimento das resistências
Autor:
Simone Farias Cabral de Oliveira e Valéria Pinheiro –mestrado, LEHAB
Código:
RU103

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A partir do acúmulo do LEHAB nos estudos sobre habitação de interesse social, financeirização do desenvolvimento urbano, e movimentos sociais, se chegou à construção de um processo de formação para comunidades que objetiva replicar as pesquisas desenvolvidas bem como nos municiar de mais informações provenientes da diversidade de atores sociais que comporão o curso. Assim, este artigo buscará debater a construção, o desenvolvimento e os primeiros resultados obtidos com o curso "A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências", iniciativa do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFC), que visa a contribuir com a formação de agentes capazes de refletir e buscar intervir nas decisões tomadas para a cidade, frente ao contexto de inflexão ultraliberal em que se encontra Fortaleza. É, ainda, um exercício de aproximação da universidade a estes movimentos, bem

como de sua capacidade de auxiliar nas reflexões de agentes que atuam em espaços distintos do acadêmico.

Metodologia:

Para a construção do curso, além da experiência da equipe do Laboratório, foram estudados os casos de experiências similares, tanto em Fortaleza, nas atividades da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular da ONG Cearah Periferia, como de outras cidades, em cursos para movimentos populares como o promovido pelo IPPUR-UFRJ através do Observatório das Metrópoles; Fábrica de Cidades (UFRJ), Fase; Instituto Pólis, Terra de Direitos. O curso então se compõe, além das aulas expositivas, visita de campo e oficina de projeto, e traz o compromisso com o exercício de uma linguagem didática para temas tão complexos e inacessíveis até então. Compõem a grade, além de dois encontros introdutórios, os seguintes Módulos: A cidade do mercado: a produção capitalista do espaço (3 encontros); A cidade das políticas públicas: entre o patrimonialismo e o autoritarismo no planejamento urbano (5 encontros) e A cidade da informalidade: planejamento conflitual e possibilidades de resistências (3 encontros). Como forma de garantir a interdisciplinaridade e o aprofundamento das discussões, cada encontro, além da equipe do LEHAB, contará com convidados de outros cursos da UFC, assessorias técnicas e movimentos sociais. Partindo da percepção das formas de atuação dos agentes existentes no espaço urbano - de quem são eles, serão abordados, como rebatimento da atuação destes agentes, temas como planejamento urbano, parcerias público-privadas, cultura política, orçamento público, conflitos urbanos, etc. Por fim, haverá a proposição à turma de um trabalho prático de elaboração de projeto, cuja tutoria será feita pelos pesquisadores do Laboratório.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O curso será ministrado entre o final de agosto ao final de outubro de 2018, de modo que a construção deste artigo se dará ao longo do monitoramento das atividades e dos avanços alcançados pelos participantes, sendo essa sua principal contribuição para o debate. Como principal problema trazido pelo trabalho, podemos considerar a forma de tratar questões muito específicas relativas à cidade, tais como grandes intervenções urbanas, o impacto da legislação no valor do solo, e, consequentemente, na dificuldade de um grupo social em ter acesso à terra de forma legal, jogos de poder, mercantilização e política urbana. Diante do contexto de desarticulação dos movimentos sociais, do recrudescimento da força do capital imobiliário na decisão da gestão da cidade, e da desconsideração dos processos de planejamento urbano, o que se espera é contribuir para a formação de agentes capazes de pensar e agir autonomamente, e de difundir as informações alcançadas através das atividades. Se pretende também que o curso seja um canal inicial de difusão da pesquisa dos Regimes Urbanos e contribua de alguma maneira para sua possível identificação em Fortaleza.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância da promoção do curso está na disseminação da pesquisa e na contribuição para a formação de pessoas com capacidade de refletir criticamente sobre os diversos aspectos e agentes produtores do espaço urbano e assim auxiliar no fortalecimento de um contra-discurso a este modelo de gestão da cidade e da capacidade de resistências frente à conjuntura de inflexão ultraliberal vivenciada atualmente. As conclusões poderão ser melhor desenvolvidas com o decorrer do curso, em setembro e outubro.

Título:
Estigmatização territorial e produção do espaço urbano: um estudo a partir do projeto de revalorização da zona portuária do Rio de Janeiro

Autor:
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro –doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPGEO-UFF).

Código:
RU096

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a estigmatização territorial no contexto do projeto de revalorização da zona portuária do Rio de Janeiro, o Projeto Porto Maravilha. A estigmatização territorial é entendida como o processo de atribuição de características negativas a uma fração do espaço urbano. Trata-se de uma construção social composta por discursos e narrativas em disputa, mas fortemente influenciados por interesses de grupos hegemônicos interessados em concretizar seus projetos de cidade. A comunicação busca analisar as representações acionadas e negligenciadas pelos promotores do projeto e os discursos difundidos e silenciados em prol da revalorização do território estudado, bem como identificar as contingências simbólicas colocadas frente às intenções rentistas destes atores.

Metodologia:

A pesquisa apoiou-se numa metodologia qualitativa, composta pela seleção de um estudo de caso - o recente projeto de revalorização da zona portuária do Rio de Janeiro, denominado Projeto Porto Maravilha. A intervenção serviu como referencial analítico para validar a relevância do quadro teórico-conceitual dos estudos sobre a estigmatização territorial. Procedeu-se a uma revisão bibliográfica sobre o tema, privilegiando as publicações internacionais, já que que o debate sobre a estigmatização territorial ainda é incipiente no Brasil. A realização de um levantamento de artigos de imprensa publicados nos últimos trinta anos foi central para o trabalho. Essas matérias revelaram aspectos importantes da construção das narrativas sobre a zona portuária do Rio de Janeiro e da legitimação das diversas intervenções realizadas na área. Igualmente importante foi a coleta de documentos produzidos pelos promotores do projeto, materiais de divulgação e promoção, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com atores-chave da intervenção e de trabalhos de campo. Este material revela as narrativas e as imagens apresentadas pelos promotores do Projeto Porto Maravilha, perfazendo um conjunto expressivo das representações desejadas (e as indesejadas) para a zona portuária. Esses documentos também permitem a elucidação dos discursos que buscam angariar legitimidade à intervenção urbana em curso.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Partiu-se da hipótese que o processo de revalorização do espaço urbano é altamente dependente da difusão de discursos e representações, e que estes são evocados em fases distintas do projeto de intervenção ensejado. Primeiramente, a atribuição de características negativas a um território garante a legitimidade para que as intervenções ocorram. “Degeneração”, “degradação” e “crise urbana” são alguns dos termos utilizados no discurso de atores hegemônicos que apresentam suas propostas de intervenção

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

como soluções capazes de alcançar a "normalização" destes territórios. Num segundo momento, quando a intervenção alcança apoio da opinião pública, o estigma previamente inculcado precisa ser revogado de modo a garantir a rentabilidade das intervenções propostas. Trata-se, portanto, de atribuir novas representações alinhadas aos anseios do público alvo do projeto. No caso da zona portuária do Rio de Janeiro, ao longo de todo o século XX, prevaleceu nos discursos das elites políticas e econômicas uma representação deste território como um espaço a ser "corrigido". Num primeiro momento, as intervenções eram legitimadas pela ameaça da concentração da população negra à segurança pública e pelos perigos das condições de provisão habitacional da classe trabalhadora à saúde pública. A partir da segunda metade do século, a estigmatização ganhou novos álibis: a violência e a degradação do ambiente físico somaram-se ao desprestígio da ocupação deste espaço por uma população de baixa renda. Os atributos de "declínio", "crise" ou "degradação" identificados são então conferidos àqueles setores de caráter popular, ocupados, vividos e usados por essas populações. Entende-se que as atuais intervenções na zona portuária não surgiram de um anseio recente destas elites. Elas vêm se arrastando há décadas, buscando legitimidade para alcançar status de ideia-força. No momento em que os projetos de "revitalização" são instaurados, o desafio de seus promotores passa a ser a revalorização simbólica desse território. As representações negativas, que durante anos foram repetidas nas narrativas dos atores hegemônicos e pela mídia, precisam agora ser neutralizadas. No entanto, a simples transformação do espaço físico, a construção de museus e a reurbanização do espaço público não ditam o sucesso da intervenção. A atração de consumidores e de novos moradores de classe média (público alvo do projeto) depende dessa reversão do estigma, que poderá ser alcançada em boa medida pelas estratégias de marketing urbano. O grande desafio dos promotores do Projeto Porto Maravilha hoje é, portanto, o da des-estigmatização deste território, processo que tem se mostrado problemático para estes atores hegemônicos visto que, como revelou a presente pesquisa, as representações negativas consolidadas há décadas continuam funcionando como freio à revalorização fundiária e à dinamização econômica pretendidas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O estudo da estigmatização territorial tem se mostrado um importante complemento às análises sobre as desigualdades e a segregação socioespacial nas metrópoles, possibilitando também uma melhor compreensão do status de legitimidade adquirido por determinados projetos de intervenção urbana. Enfatiza-se aqui a relevância do estudo da estigmatização territorial como aliado na compreensão da produção do espaço urbano em um contexto de hegemonia de uma racionalidade neoliberal, na qual a difusão e o silenciamento de representações sociais são mecanismos sine qua non das atividades rentistas de grupos hegemônicos. Pesquisas sobre a estigmatização territorial têm ganhado destaque no âmbito internacional, principalmente nos ambientes acadêmicos anglófonos, mas permanecem incipientes no Brasil. O presente trabalho propõe a mobilização deste aparato teórico-conceitual para a realidade brasileira, contribuindo para sua difusão no campo dos Estudos Urbanos nacional.

Título:
O graffiti institucional: reflexão sobre o papel da construção da imagem positiva da cidade na prática de urbanização neoliberal
Autor:
Mariana López Méndez –mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Código:
RU040

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo é refletir sobre a prática do graffiti promovido por instituições públicas, as funções dele, sua relação com os processos contemporâneos de transformação urbana e discursivos na cidade, e sua relação com o graffiti original. Refletir no porquê e como as instituições públicas institucionalizariam o graffiti, tendo em vista a permanente e sistemática tentativa de subordinação do espaço urbano pelo capital e o contexto de difusão do empreendedorismo urbano. Finalmente, a partir da análise comparativa de dois casos de graffiti institucional, visa-se refletir como, na particularidade de diferentes contextos, pode se desenvolver o papel do graffiti institucional, sua contribuição para a ressignificação da cidade e os possíveis impactos dele nas práticas de apropriação e transformação do espaço urbano. As reflexões estão baseadas na dissertação de mestrado O graffiti institucional: construção da imagem positiva de cidade, desenvolvida e defendida pela autora em 2017 (PROURB/UFRJ).

Metodologia:

Foi utilizado o método de análise comparativa de dois casos de graffiti institucional: o Museu Arte de Rua, em São Paulo e o Boulevard Olímpico, no Rio de Janeiro. Tomou-se como fundamentação teórica os modelos de 'imagem positiva de cidade' e 'cidade autêntica', e a noção de 'neoliberalismo realmente existente' apontados pelos autores David Harvey; Sharon Zukin; e Nik Theodore, Jamie Peck e Neil Brenner, respectivamente. Os autores argumentam que por meio de ferramentas cada vez menos tradicionais; de diversidade de práticas discursivas e de empreendedorismo urbano; e da implementação de projetos prototípicos, os grupos dominantes de poder criam e promovem um estilo de vida em favor do mercado, transformando o espaço urbano para isso. Como caso análogo, foi revisada a teoria do muralismo mexicano como ferramenta discursiva exposta por Mary K. Coffey. Conversou-se com quatro grafiteiros participantes: Thais Queirós, Guilão, Jean Zélove e Auni Seiva, todos de São Paulo, e Airá Ocrespo, do Rio de Janeiro; e com um não participante: Jhorran Sants, de Petrópolis. Analisaram-se as seguintes questões em ambos os casos: (a) As iniciativas desde a perspectiva institucional: revisaram-se em publicações em meios de comunicação, editais e nas leis que permitem e regulam a prática, os objetivos, justificativas e condições estabelecidas à realização de graffiti institucional; (b) As iniciativas a partir da perspectiva de ambos os tipos de grafiteiros: motivações e objetivos para participar; o significado que as iniciativas teriam para os grafiteiros não participantes; a influência, benefícios ou controle institucional que pode existir sobre a prática de graffiti; e (c) A relação existente entre o graffiti e o graffiti institucional: afinidades e diferenças no que diz respeito da ressignificação do graffiti em graffiti institucional e nas mudanças que ambos os tipos criam no espaço urbano. Utilizou-se uma mostra fotográfica de graffiti em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Realizam-se em várias cidades do mundo iniciativas institucionais de 'intervenção urbana' com o objetivo de contribuir para o melhoramento da qualidade de vida dos habitantes. Em estas iniciativas o ambiente construído e as formas urbanas são transformadas, buscando dar tanto aos bairros quanto à própria cidade um caráter emblemático e distinto. Cada vez mais, instituições públicas empregam o graffiti em iniciativas de 'intervenção urbana', mas de forma planejada e controlada. Se o graffiti é uma expressão cultural popular e espontânea que está fortemente relacionada com conceitos como identidade, espaço público e privado, transgressão, arte, apropriação, política e vandalismo, então por que as instituições públicas têm adotado a prática? O graffiti é parte substancial da luta existente pelos muros como espaços discursivos para a ressignificação da cidade; é realizado por diferentes atores com variedade de objetivos

e motivações. É uma expressão cultural ao mesmo tempo sancionada e promovida pelo poder público. Quando promovido e autorizado, o graffiti responde aos objetivos e motivações tanto do seu executor quanto aos da instituição que autorizou ou promoveu a ação. Nesse sentido, cabe supor que o graffiti institucional não seja em si só uma ferramenta de controle e ordenamento do espaço urbano e da sua produção, mas também de ressignificação da cidade e em favor de determinados interesses. Na criação da experiência urbana autêntica, própria das práticas neoliberais contemporâneas que visam mobilizar os espaços da cidade tanto para o crescimento econômico orientado para o mercado, como para as práticas de consumo elitista, o graffiti institucional pode participar de diversos modos: (i) funciona como mercadoria cultural e marca distintiva da cidade; (ii) é um instrumento de moldagem do espaço urbano, utilizado para melhorar a imagem urbana e estimular a apropriação do espaço público; e (iii) é um meio discursivo que difunde um modelo de vida e de cidade, contribuindo para o controle e ressignificação de grupos sociais contrários e de espaços diferentes ao modelo hegemônico. Na análise da prática comprovou-se que efetivamente o graffiti institucional é uma forma cultural ressignificada que cumpre com as três funções acima identificadas, e que os casos estudados do Museu de Arte de Rua e do Boulevard Olímpico são exemplos disso. Porém, também se identificou que cada um é implementado, funciona e resulta de forma diferente para cada Prefeitura. Embora em ambos os casos se tenda à configuração de espaços purificados e à regulação da sociedade, resultou evidente que os atores envolvidos na sua realização e o 'neoliberalismo realmente existente' influem na forma em que o espaço urbano é configurado. Além, sobressaiu que mesmo que o graffiti institucional seja um ato institucionalizado, ele não é considerado pelos grafiteiros menos legítimo do que o graffiti, e que, portanto, a institucionalização do graffiti não o desmerece.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Embora o graffiti institucional esteja inserido em mecanismos de urbanização neoliberal para a construção da 'cidade autêntica' e se tente implementar de forma prototípica, por ser uma prática heterotópica que ressignifica quanto que promove o graffiti em sua mais pura expressão -originalmente transgressor e subversor do espaço urbano-, seus resultados sempre dependerão das particularidades do contexto no qual acontece. Conclui-se que o papel do graffiti institucional no espaço urbano é ambíguo, daí a importância de sempre se refletir sobre os conflitos que seu emprego cria em cada caso desde que pode contribuir para a minimização ou desaparecimento de modelos alternativos de cidade ou de formas emancipatórias de mudança social. A reflexão contribui para o entendimento das dinâmicas políticas, culturais, ideológicas, sociais e econômicas que confluem no processo de urbanização do mundo, reiterando que a questão da reivindicação do espaço urbano de formas verdadeiras mantém-se em vigor.

SESSÃO 2.3.3

Regimes Urbanos

Coordenação: Alexsandro Ferreira e Orlando Junior

Título:
A influência do capital sobre o Estado: revisitando a teoria geral a partir do caso das Operações Urbanas

Autor:
Renato Barbosa Fontes; Léa Guimarães Souki –doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - PUC Minas

Código:
RU022

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A análise da conexão entre capitalismo e Estado na produção do espaço urbano não tem sido de fácil compreensão e tampouco está esgotada. A nosso ver, na época atual, é necessário não apenas captar os fundamentos políticos ideológicos do neoliberalismo e da democracia, mas, principalmente, examinar suas similitudes e diferenças a partir da análise de contextos locais. Isto é, trata-se do entendimento das formas institucionais e das direções em que se desenvolvem os atores políticos, em suma, a operacionalização das políticas urbanas e os efeitos sociais particulares.

Neste artigo, pretende-se identificar aspectos relevantes para compreensão da relação entre Estado e mercado na produção das Operações Urbanas em BH. Sendo parte de uma pesquisa mais ampla, nossa finalidade específica, é debater a atualidade de categorias analíticas da tradição marxista e da vertente neoinstitucionalista que subsidiem a compreensão desta complexa relação entre Estado e capital.

Metodologia:

Para debruçar-se sobre tais questões, a metodologia terá caráter qualitativo e será desenvolvida, principalmente, através de uma revisão bibliográfica e análise documental dos documentos divulgados sobre a elaboração da Operação Urbana Consorciada (OUC) “Nova BH”.

Neste artigo destacaremos na tradição marxista dois autores interpretes do tema: Claus Offe na obra “Problemas estruturais do Estado Capitalista” de 1977 e Nicos Poulantzas com a obra “O Estado, o Poder e o Socialismo” de 1978. Estes dois autores repercutiram a questão da influência e do controle dos capitalistas sobre o Estado, a partir da própria forma do Estado e de seus arranjos institucionais. Para o primeiro autor, existe uma “dependência estrutural” do Estado em relação ao processo de acumulação privada, isto é, os governantes não possuem autonomia para elaboração e implementação de políticas públicas, mas, meramente, de propô-las aos agentes econômicos. Já o segundo autor, irá relativizar esta capacidade do Estado e sua autonomia frente às pressões externas. O Estado não traduziria os interesses dos representantes do mercado de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento.

No campo do neoinstitucionalismo, em especial, Theda Skocpol (1985) e Immergut (1996), a ênfase está na autonomia e no desenvolvimento histórico das instituições. As instituições determinariam as regras do jogo nas disputas de interesses, sejam influenciando a identidade política dos grupos, as preferências políticas, seja influenciando as escolhas de coalizões, aumentando o poder de barganha de alguns grupos e diminuindo o de outros.

Considerando que este trabalho pretende discutir a relação entre agentes públicos e privados na produção de Operações Urbanas em Belo Horizonte, optamos, neste momento, por verificar sua atualidade e possíveis relativizações de referenciais teóricos para compreensão do quadro local"

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Segundo O`Connor (1977), atribui-se ao Estado capitalista duas funções contraditórias: acumulação e legitimação. Isto é, criar condições favoráveis à acumulação do capital, e atender demandas sociais por meio da oferta de politicas públicas. No caso das OUC, esta tensão dar-se-ia na necessidade de renovar as qualidades espaciais de determinadas áreas, em especial, aquelas até então pouco atrativas para a atuação imobiliária ou aquelas mais valorizadas, alvos históricos de atuação do mercado imobiliário. Atuam também no revigoramento das possibilidades de obtenção de lucro; e concomitante, viabilizam interesses redistributivistas, ao propor uma nova lógica de participação da iniciativa privada na produção do espaço visando melhorias sociais e ambientais. Assim, permite-se a repartição do ônus e benefícios entre o poder público e o parceiro privado nos processos de urbanização (ROLNIK, 2016).

A nossa hipótese inicial é que a fonte da subordinação das OUCs ao interesse privado não está apenas na tecnicalidade do instrumento. Trata-se de uma questão política, uma vez que seu efeito distributivista depende da capacidade da sociedade civil organizada e do mercado influenciarem a regulamentação e a operacionalidade.

O que torna o caso de Belo Horizonte interessante é que de alguma forma a elaboração das OUCs são contra gestadas e, aparentemente, isto gera um impasse: a grosso modo, de um lado, o mercado não apoia/investe em projetos urbanos com característica de “direito a cidade” e; de outro, a sociedade civil organizada se opõe aos instrumentos pró-mercado. Estaríamos diante de um cenário diferente de outras capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, onde as OUCs de caráter pró-mercado são implementadas.

Isto posto, revisitar teoria geral do Estado capitalista e verificar sua atualidade é necessário para permitar captar as particularidades das operações e das relações que possam se estabelecer no jogo que envolve neoliberalismo e democracia nas cidades.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Acreditamos que nesta complexa relação, o governo e a administração pública desempenham um papel de facilitador da OUC circunscrito em uma coalizão de forças mais amplas. O fato das OUCs serem viabilizados com financiamento privado representaria uma maior subordinação do poder público à lógica da acumulação urbana, mas não livre de constrangimentos e tensões constituídos ao longo de um histórico institucional.

Acreditamos que no caso de Belo Horizonte, a adoção da parceria público-privada não é simplesmente consequência da emergência de uma ideologia neoliberal na gestão urbana. O caráter das OUCs, contradições e faculdades, expressa não apenas a governança daquele período, mas seria parte de um contexto de uma presumível “trajetória histórico-dependente”. Isto é, constrangida por um estoque anterior de experiências dos dois paradigmas, inscrita numa sequência de acontecimentos e decisões tomadas através do tempo.

Título:
Política urbana e o direito à cidade: a Operação Urbana consorciada da Lagoa do Papicu em Fortaleza
Autor:

Tiago Estevam Gonçalves –doutorado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Código:
RU028

Resumo:

Objetivos do trabalho:

No processo de transformação do espaço urbano de Fortaleza e da Região Metropolitana de Fortaleza incentivado pelos shopping centers, é imprescindível observar a ação do Estado, que entra em cena como um grande articulador. A atuação do Estado é complexa e variável, uma vez que ele tenta atender aos interesses de diversos agentes urbanos. Nesse sentido, tem-se como objetivo estudar as políticas urbanas mediante as Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e a instalação do shopping RioMar-Fortaleza. A OUC Lagoa do Papicu foi estabelecida pela Lei nº 9857, de 22 de dezembro de 2011, e está relacionada à instalação do Shopping RioMar-Fortaleza. Além do shopping, do grupo pernambucano João Carlos Pães de Mendonça (JCPM), essa área terá um complexo imobiliário com uma área total aproximada de 90.000m² – o Evolution Central Park – com torres residenciais, comerciais e hotel através da parceira do grupo Otoch.

Metodologia:

O trabalho tem como pressuposto teórico Henri Lefebvre e suas tríades do espaço percebido, concebido e vivido. A fim de facilitar a construção e o aprofundamento do debate a respeito da temática ora apresentada. Nesse direcionamento, os procedimentos metodológicos serão divididos em três etapas: na primeira etapa, será feita a análise do aporte teórico mediante pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de material documental; na segunda, proceder-se-á à análise dos dados já colhidos e à realização com promotores imobiliários envolvidos; a terceira etapa consistirá de levantamento cartográfico e de sistematização e análise de dado.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Estado desempenha importante papel no processo de alteração e adequação da legislação do uso do solo segundo seus interesses no aumento da arrecadação de impostos.

No bojo da questão, destaca-se que o empresário João Carlos Pães de Mendonça , proprietário do grupo JCPM, atua nos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe, Bahia e São Paulo, nos setores de shopping centers, empreendimentos imobiliários e sistemas de comunicação. Antes de enveredar por esses segmentos econômicos, esse empresário atuou no setor de varejo alimentício, iniciando trabalhos com seu pai, depois abriu um armazém próprio em Aracaju, capital de Sergipe, e na sequência instalou uma filial em Propriá, interior de Sergipe.

Nos anos 1960, inaugurou, em Recife, o seu primeiro supermercado com o nome de Bompreço, usando o slogan “Orgulho de ser nordestino”. Desde 2004, a rede Bompreço é de propriedade da rede americana Wal-Mart. A Rede Bompreço utiliza dois tipos básicos de lojas: Supermercado (Bompreço) e Hipermercado (Hiper Bompreço).

Desde 2014, o grupo JCPM atua em Fortaleza, por meio dos shoppings RioMar-Fortaleza e RioMar-Kennedy (2016). A chegada do grupo na cidade causou uma reviravolta no setor de shopping, já que as localizações escolhidas geraram uma concorrência direta para com os dois maiores shoppings da cidade,

o Iguatemi e o RioMar-Fortaleza, distantes quatro quilômetros, e com o North Shopping o RioMar-Kennedy, que distam um quilômetro de distância. Tanto o Iguatemi quanto o North Shopping realizaram obras de expansão e/ou revitalização na tentativa de fazer frente à chegada do grupo.

Para a localização do RioMar-Fortaleza, foi escolhida a área do Papicu, um bairro considerado de classe média e média alta, mas que não tinha, nos últimos anos, grandes obras que potencializassem o imobiliário local, ou seja, estava desvalorizado dada a violência no entorno da Lagoa do Papicu. Esse empreendimento abriu novas perspectivas ao Papicu.

No terreno do empreendimento, que já tinha sido da família J. Macêdo , funcionava a antiga cervejaria Astra, que depois se tornara a cervejaria Brahma. Desde 1999, pertencia à Ambev (empresa resultado da fusão da Antarctica e Brahma)

Questiona-se como as políticas urbanas de Fortaleza têm caminhado para o atendimento dos grandes grupos econômicos locais, nacionais e internacionais que atuam na busca de uma rentabilidade financeira com esses empreendimentos urbanos.Vislumbra-se que no planejamento urbano de Fortaleza entra em cena “o jogo das estratégias de negócios” o capital imobiliário, produzindo novos focos de investimentos de espaços de consumo e consumo de espaços. Observa-se também o fluxo do capital financeiro atrelado aos interesses imobiliários – o que pode ser detectado no bairro Papicu –, bem como um processo de fragmentação socioespacial nos setores revalorizados pela gentrificação. "

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A chegada de novos empreendimentos e atividades no espaço metropolitano revela um novo cenário de estratégia localizacional. No bairro Papicu, os empreendimentos lançados possuem um Valor Geral de Vendas (VGV) previsto de R$ 600 milhões, com um total de 1.408 unidades. De acordo com Fernando Amorim, há previsão de que sejam construídos mais oito condomínios, e desse modo o VGV do complexo atingirá um valor de R$ 1 bilhão nos próximos anos.

Percebe-se que a atual lógica da produção do espaço urbano e metropolitano de Fortaleza tem a racionalidade do processo de reprodução do capital imobiliário-financeiro. Por isso, cada vez mais se detecta nas várias parcelas da cidade os complexos imobiliários, cuja âncora é um shopping center, e nos seus arredores são construídos prédios e torres empresarias.. Portanto, ocorrem mudanças com a incorporação de áreas da cidade, inclusive aquelas degradadas, localizadas nas imediações de importantes polos de atividades e serviços.

Título:
Arranjos institucionais para a implantação e gestão da Operação Urbana Consorciada Linha Verde, em Curitiba

Autor:
Letícia Nerone Gadens, Wilhelm Milward Meiners, Jussara Maria Silva, Débora Follador –doutorado, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Positivo (UP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Código:
RU038

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Os Grandes Projetos Urbanos (GPUs) consistem em uma alternativa de intervenção na metrópole, em um contexto de transição entre o planejamento regulatório e o estratégico. Embora apresentem definições múltiplas, podem ser caracterizados como projetos de distintas tipologias e articulações de agentes, que promovem extensas transformações territoriais. Portanto, avaliar a sua performance têm se demonstrado relevante no processo de reflexão crítica das cidades. Alguns instrumentos têm sido associados à viabilização de GPUs, como as Operações Urbanas Consorciadas. O caso de análise desse estudo corresponde a OUC-Linha Verde, situada em Curitiba, que consiste em um grande projeto de transformação de uma rodovia federal em um eixo estrutural, de conexão na escala urbana e metropolitana. Portanto, o objetivo dessa pesquisa consiste em analisar o arranjo institucional, presente na implantação e gestão da OUC-LV, visando o reconhecimento da interferência dessa articulação no desenho do projeto.

Metodologia:

Esse estudo consiste em uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo e analítico, estruturada a partir de técnicas como pesquisa documental, realização de entrevistas e síntese analítica. A pesquisa documental foi realizada com base nos documentos publicados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), com relação à evolução da OUC-LV. Tais dados foram utilizados para contextualizar e caracterizar o projeto, identificando como se dá o processo de gestão e atores envolvidos. A partir do reconhecimento dos atores que integram os Conselhos Gestores da OUC-LV procedeu-se a realização de entrevistas. Os dados para esta análise derivam de sete entrevistas, semiestruturadas, realizadas com atores que representam a variedade de organizações governamentais e não-governamentais envolvidas no processo de implantação e gestão da OUC-LV. O protocolo de entrevista semiestruturada foi composto por oito questões que tinham por objetivo identificar o reconhecimento e percepção dos entrevistados de aspectos como a tomada de decisões, participação dos atores envolvidos e avaliação do projeto. As entrevistas foram realizadas em 2018, e os resultados foram transcritos e submetidos à análise qualitativa. Relatórios de pesquisa e literatura acadêmica sobre o caso específico também foram utilizados para preencher lacunas e validar as informações fornecidas pelos entrevistados. A análise sobre o arranjo institucional presente na implantação e gestão da OUC-LV, bem como sobre as limitações para sua efetividade, é baseada na triangulação, ou seja, na percepção dos entrevistados sobre o processo, na literatura publicada e na cobertura da mídia, permitindo a validação das declarações dos entrevistados e consequente síntese analítica.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A OUC-LV estabeleceu um plano de intervenções públicas e diretrizes para sua área de influência, com o objetivo de requalificação urbanística e ambiental e complementação do sistema viário e de transportes. Nesse sentido, o objetivo do projeto está centrado na transformação dessa área em um novo eixo estrutural da cidade de adensamento. Para financiamento das intervenções públicas, além dos aportes públicos e de agências de fomento, foi instituído um instrumento financeiro para captação da valorização imobiliária, o Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPAC, papel negociado em bolsa de valores. O CEPAC consiste em instrumento de captação de mais-valia percebida pela valorização decorrente da qualificação urbana, a ser obtida com a realização do programa de intervenções. Os agentes envolvidos na gestão da OUC dividem-se entre aqueles vinculados à administração municipal, que corresponde a Comissão Executiva da OUC-LV, tais como: o IPPUC, órgão coordenador; a Secretaria Municipal de Urbanismo, que elabora o enquadramento e realiza a aprovação do uso de CEPACs para

aquisição de ACA em cada projeto; a Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças, responsável pela contratação do EVTE e dos agentes financeiros; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que acompanhou a elaboração do EIA-RIMA; e a Secretaria Municipal de Governo, coordenação política; além da Procuradoria Geral do Município de Curitiba para o suporte jurídico. Além disso, a gestão também é realizada pelo Grupo de Gestão do qual participam representantes do executivo municipal, além da Câmara Municipal de Vereadores, Sindicato da Indústria e Construção Civil (SINDUSCON-PR), Sindicato da Habitação e Condomínios (SECOVI-PR) e Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Paraná (ADEMI-PR). Até o presente momento, observa-se as obras de estruturação do eixo do sistema BRT encontram-se parcialmente concluídas. No entanto, a despeito do objetivo inicial da OUC-LV, que visava promover transformações em toda sua extensão, verifica-se que os parâmetros construtivos e de uso do solo estabelecidos, bem como as obras executadas, ainda não foram suficientes para alavancar a transformação das propriedades inseridas na Operação. Nesse sentido, as questões estruturantes dessa pesquisa consistem em: a) quais são as limitações observadas para a efetividade da operação em relação ao conceito original do projeto (transformação urbana e financiamento)?; b) Quais seriam as possíveis indicações de revisão, para que a OUC efetivasse, de forma adequada, seus objetivos originais? Reconhece-se as limitações da pesquisa, com relação ao período temporal de análise, recente para tal avaliação. No entanto, os resultados obtidos pretendem reconhecer, a partir da percepção dos atores envolvidos, quais aspectos estão interferindo no desenho e operacionalização do projeto.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos permitem reconhecer quais aspectos estão comprometendo a gestão da OUC-LV e, por consequência, os resultados esperados. Nesse sentido, destaca-se alguns pontos estruturais, tais como a concentração do desenho e tomada de decisões no executivo municipal, além da necessidade de compatibilização do projeto com as demais diretrizes e instrumentos de desenvolvimento urbano previstos para toda a cidade. Portanto, a contribuição dessa pesquisa reside no fato de reconhecer as limitações da primeira experiência de Curitiba na utilização do instrumento, contribuindo para a conformação de um quadro geral do projeto, a partir da perspectiva dos atores nele inseridos. Assim, a despeito de algumas externalidades que podem ter influenciado nos resultados apresentados até então, reconhece-se a relevância da pesquisa para identificação de aspectos de revisão da OUC-LV, a partir dos arranjos institucionais presentes na operacionalização do projeto.

Título:
Operações Urbanas Consorciadas na RMSP: a produção da escala regional no interesse do mercado voltado às políticas de desenvolvimento urbano.

Autor:
Mônica de Carvalho –doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e Observatório das Metrópoles-Núcleo São Paulo

Código:
RU046

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Demonstrar os efeitos de escala da apropriação territorial produzida pelas Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) propostas e/ou em desenvolvimento nos municípios dos vetores Oeste e Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), tomando por referência o seu município polo. São argumentos: a OUC, como instrumento de gestão urbana a) é a expressão do "efeito de localidade" (Galès, 1995), a saber, a peculiaridade do arranjo federativo brasileiro, na articulação entre o poder público e o setor privado (regime urbano) (Mossberger e Stoker, 2001), gerando, por decorrência, b) integração regional entre os municípios, ela mesma dificultada pela via institucional. O Estatuto da Metrópole (2015), ao incorporá-las como instrumento de desenvolvimento urbano, denominando-as interfederativas, sem a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Integrado (FNDI), legitima a escala regional protagonizada pelo e nos interesses do mercado, mantendo os municípios reféns em sua autarquia federativa.

Metodologia:

Os estudos realizados sobre OUCs têm se reduzido, na sua quase totalidade, a estudos de caso, com ênfase para aqueles localizados nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro. Diferentemente, este artigo assume a perspectiva da escala regional em dois sentidos: embora tome como ponto de partida da pesquisa empírica a RMSP na sua delimitação político-administrativa, não descura que a) a região político administrativa é coroamento de práticas de conurbação existentes em função dos fluxos interurbanos os mais diversos e, portanto, está no âmbito b) de uma luta de classificação (Bourdieu, 2008) em torno da organização territorial, ela mesma representação c) da luta pela apropriação territorial (Bourdieu, 2009). Embora a RMSP seja uma instituição legal, só se realiza por meio de práticas que tornam efetiva a integração territorial metropolitana, práticas de luta pela apropriação do território. A OUC é objeto de pesquisa que permite observar o processo de integração territorial na sua prática, por meio da luta dos diferentes atores (aqui compreendidos como os setores público e privado) pela apropriação do território municipal. Portanto, a escala regional deve ser entendida como resultado do processo, o seu sentido sendo aclarado em função da funcionalidade produzida pela configuração resultante da luta entre os diferentes atores. O método de pesquisa envolveu: a) levantamento das OUCs nos municípios da RMSP (fonte: IBGE); b) datação das OUCs tendo por referência a origem desse instrumento no município de São Paulo; c) definição de tipologia reveladora das diferentes temporalidades das OUCs; d) identificação dos seus perímetros; e) identificação da configuração territorial promovida pelas OUCs; f) produção de hipóteses sobre o sentido sugerido pela integração territorial identificada; g) identificação preliminar dos principais atores envolvidos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Teoricamente, o problema de pesquisa está diretamente relacionado ao debate entre as pesquisas de abordagem institucionalista e aquelas recém incorporadas pelo campo da pesquisa urbana brasileira, a teoria dos regimes urbanos. Embora os balanços da literatura tenham contraposto essas duas formas de abordagem, o objetivo deste artigo é demonstrar a sua complementaridade por meio da constituição das OUCs como objeto de pesquisa. No âmbito da abordagem institucionalista, o debate sobre o sentido da relação central-local no federalismo brasileiro, opôs aqueles que consideram que a legislação produzida a partir dos anos de 1990 estabeleceu uma ruptura com a Constituição Federal de 1988 (CF88) ao recentralizar na União o poder de decisão e fiscal das políticas públicas, e os que entendem que entre um e outro há continuidade do poder da União, sobretudo regulatório, já previsto na CF88 (Arretche, 2012). Sem assumir posição num dos lados do debate, importa reter o que é consenso para ambos: a legislação produzida a partir de 1995 impôs perdas de receita aos municípios, modificando o que havia sido proposto pela CF88. Mas se, segundo Arretche, políticas como saúde e educação reverteram a perda de receita

desde que municípios aceitassem a regulação imposta pela União – o que significava assumir o desenho federal da política social no âmbito municipal –, no que diz respeito exatamente às competências municipais, ligadas sobretudo às políticas de desenvolvimento urbano, até o final dos anos de 1990 não havia regulação associada à transferência de receita, permitindo que, neste campo, os municípios agissem com plena autonomia (Arretche, 2012, p. 190). Tomando esse quadro teórico como referência, são hipóteses desse trabalho: a) as OUCs viriam suprir um problema de receita, sobretudo aquelas criadas a partir de 1990 em São Paulo, com a criação dos CEPACs, abrindo espaço para a atuação do setor privado exatamente ali onde a regulação da União é mais frágil (a teoria crítica urbana brasileira exclui essa hipótese como se ela fosse por si só contrária às pressões do mercado imobiliário transnacional – é importante lembrar que o regime urbano pensa exatamente o arranjo entre setor público e privado, e o "efeito de localidade" tem seu papel); b) a prática da OUC colocaria em marcha uma luta legislativa no âmbito da relação central-local, desembocando, mais recentemente no Estatuto da Metrópole; c) as OUCs da RMSP revelam que a ausência de regulação do poder da União no que diz respeito à integração regional, como evidenciado no Estatuto da Metrópole, permite que o território municipal seja alçado à escala regional nos interesses do mercado, haja vista a fragilidade orçamentária e institucional dos arranjos interfederativos local-local. Somente a incorporação do mercado como ator da política pública (regime urbano) permite pesar a relevância do papel regulador do Estado.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O estudo das OUCs na RMSP permite aproximar as teorias de abordagem institucionalista, as do regime urbano e a teoria crítica urbana ao demonstrar que o federalismo brasileiro cria as condições para atuação no âmbito local do mercado voltado ao desenvolvimento urbano. Considerar o "efeito de localidade" não reduz a crítica às parcerias público-privadas, mas introduz a disputa em torno da legalização dessas mesmas práticas. Analisar as particularidades dos arranjos entre os setores público e privado a partir do arranjo federativo brasileiro matiza o problema e resgata a importância do Estado regulador no combate à via neoliberal de gestão urbana. O Estatuto da Metrópole é uma evidência: o veto ao FNDI garantiu a imposição dos interesses do mercado ao legalizar a integração regional por meio das OUCs, enquanto os municípios se mantêm reféns de sua autonomia federativa sem força orçamentária para confrontar a projeção de seu território a uma escala sobre a qual não têm jurisdição.

Título:
Operação Urbana Consorciada, Insegurança Jurídica e Segregação Sócio Espacial: a replicação do modelo "Porto Maravilha/RJ" em Niterói/RJ

Autor:
Jorge A. Martins –Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Código:
RU048

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho apresenta o caso da Operação Urbana Consorciada de Niterói como réplica do projeto "Porto Maravilha"/RJ, tanto porque os dois projetos apresentam propostas e métodos idênticos, quanto são os mesmos agentes privados os aparentes autores da iniciativa.

Enfoca-se a análise de viabilidade do empreendimento a partir da verificação de lastro, conforme art. 28, §3o do Estatuto da Cidade, que requer a demonstração de proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o adensamento proposto como requisito legal para disponibilização de potencial adicional construtivo.

Demonstra-se, à luz de Canotilho, que a Lei ameaça à estabilidade jurídica para o mercado, por dificultar a previsibilidade em relação aos seus efeitos, já que haveria diferença entre o potencial construtivo permitido no Plano Diretor e o tratado na lei da OUC, cuja titularidade não foi esclarecida (se permaneceria ou não como direito de proprietários ou se seria transferida para investidores ou superficiários)."

Metodologia:

Depois de analisar o histórico da matriz conceitual internacional que influenciou o instituto da OUC no Brasil, o autor analisa o caso à luz do conceito de insegurança jurídica conforme Canotilho (2000) para, em seguida, constatar a falta proporcionalidade entre o adensamento proposto e a infraestrutura viária e de transporte, aplicando-se modelos desenvolvidos na Coppe/UFRJ a partir de pesquisas de campo em polos geradores de viagens de Niterói e publicados por Martins, J.A. et al. (1997).

Assim, confirmada a hipótese de insegurança jurídica do empreendimento por falta de lastro ambiental, o autor correlaciona custo da infraestrutura e densidade, a partir do modelo de Mascaró (1991), para verificar qual tenderia a ser a proporção entre os investimentos necessários para adequar a infraestrutura ao adensamento em três cenários, a saber: (i) o existente, (ii) o total disposto no Plano Diretor e (iii) o do projeto de lei da OUC (com potencial adicional construtivo de apenas 60% do potencial total disposto no plano).

Conclui-se que, comparado ao cenário do Plano Diretor, a decisão do governo acaba por promover insegurança jurídica, dada a possibilidade de outorga onerosa em outros bairros a custos ainda menores do que pretende o governo municipal arrecadar com a venda de Cepac.

As duas principais fontes de dados foram: o projeto da OUC e o Estudo de Impacto Ambiental.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Plano Diretor de Niterói é complementado, no que concerne ao ordenamento da área da OUC, pela Lei nº 1967, de 04/04/2002. Observa-se, pois, o caráter complementar dos PUR ao Plano Diretor nos capítulos III e IV do Título V do Plano Diretor: abre-se uma lacuna de setenta artigos na numeração sequencial, interrompendo-a no art. 113 para retomá-la no art. 183, em razão dos novos artigos desse plano urbanístico regional, que substituiu a redação original do Plano Diretor.

Portanto, como o próprio Plano Diretor remete a matéria ao PUR da Região das Praias da Baía, este assumiria posição hierárquica superior em relação ao projeto de lei da OUC, que não pode dispor em sentido contrário daquele. Contudo, dada a escala do projeto e seu conteúdo, o projeto de lei assume, na prática, competência concorrente com o Plano Urbanístico Regional, porém, além disso, contraria seus dispositivos. Assim, o projeto da OUC, por não poder derrogar o Plano Diretor e o PUR-Praias da Baía, se aprovado, promoveria grande controvérsia acerca de direitos dos interessados, dada a situação sui generis em matéria urbanística que passaria a ocorrer, ou seja, a instituição implícita de três tipos de potencial construtivo, a saber:

1. Um potencial construtivo básico, direito do proprietário, previsto no PUR de forma diferente do projeto da OUC;

2. Um potencial adicional construtivo convertido em títulos e disponibilizados no mercado, equivalentes, segundo a Prefeitura, a 60% do potencial adicional total que passaria a ser direito dos adquirentes de Cepacs (investidores), que é o objetivo da OUC, e

3. Um potencial adicional remanescente, da ordem de 40% do potencial máximo disposto no Plano Diretor, cuja titularidade não ficou expressa e que poderia vir a ser objeto do mercado na forma de outorga onerosa, com base no Plano Diretor e no PUR Praias da Baía, ou do interesse da própria administração para suas próprias realizações ou, ainda, reserva de potencial adicional irregular (já que "a descoberto") que poderia vir a ser objeto no futuro de nova OUC retificadora dos problemas não resolvidos (e até agravados) pela iniciativa ora em análise, tal como ocorreu na OUC Faria Lima, em São Paulo.

Verifica-se, pois, turvação promovida pelo projeto de lei que impediria clara interpretação dos textos de lei, que passariam a colidir, ameaçando a segurança jurídica de legítimos interesses diversos, isto é, de incorporadores imobiliários, de investidores adquirentes de Cepacs e de comunidades urbanas."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Restou comprovada que a finalidade do projeto de lei seria mesmo elitização da área, tanto por expulsão da população das classes C, D e E (que significa 50% da população local), quanto por controlar a oferta imobiliária, reforçando-se a tendência de valorização do m2 construído. Portanto, mera estratégia de especulação que definitivamente é vedada à administração, visto ser esta que induz o próprio processo de especulação imobiliária. Condição inadmissível, por estar a lei no âmbito das coisas do Estado, e não de governo, que não pode atuar como mero gerente do mercado imobiliário.

Recente projeto de lei do governo municipal para arrecadar receita com a outorga do direito de construir de empreendimentos cujos projetos vão surgindo para licenciamento, antecipou as projeções do autor, razão pela qual vereadores de oposição, fundamentados na investigação que resultou neste artigo, impetraram ação popular para anular a aprovação do projeto de lei.

Título:
Como o complexo "arena do grêmio/bairro liberdade" em Porto Alegre/RS pode ser considerado um favorável legado da copa?
Autor:
Tássia Coser Normann e Paulo Roberto Rodrigues Soares
Código:
RU0108

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho visa demonstrar como o megaempreendimento multiuso Arena do Grêmio e Bairro Liberdade pode ser considerado um legado da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil – já que não acolheu nenhuma das partidas, mas fundou-se em seu contexto – e para onde foram destinados seus investimentos e recursos, uma vez que muitas obras ainda hoje esperam sua realização. Em consideração

ao que se refere como "legado da Copa", em geral os pesquisadores têm adotado uma referência negativa a essa expressão, pois era usada como um fator a convencer as pessoas de que a competição traria benefícios duradouros e, em vez disso, o que se vê é em geral uma série de obras infraestruturais inacabadas, empreendimentos que não cumprem seu papel social de forma permanente à população. O olhar para esses casos torna-se importante tanto no sentido de denúncia, quanto no sentido de sensibilização e mobilização para perceber o que pode realmente contribuir para a cidade.

Esta pesquisa deve apreender a realidade brasileira em relação ao evento da Copa do Mundo FIFA 2014, no que concerne às suas situações prévias, durante a competição ou após esta. Neste recorte de tempo, com a inclusão do megaprojeto Arena do Grêmio/Bairro Liberdade neste contexto, quais seriam suas intervenções no bairro Humaitá e adjacências que deveriam ter sido favorecidas na sua instalação e que não tenham ocorrido.

As fontes de dados primárias utilizadas são empíricas, como visitas a campo, observações diretas das obras ou problemas infraestruturais em dias comuns e dias de jogo (partida de futebol no estádio), verificações das diferentes percepções e dinâmicas dos públicos residentes ou visitantes com entrevistas exploratórias semidirigidas, registros fotográficos, registro cartográfico de sua localização com programa de georreferenciamento (QGIS). São métodos complementares e tencionam observar na prática quais são as diferenças reais que a realização do projeto não conseguiu promover para melhorar na cidade a infraestrutura do bairro e a vida de seus moradores.

Fontes secundárias documentais são consultadas, para saber por exemplo qual deveria ter sido a origem do investimento dessas obras e o porquê de não ter sido feita/concluída. Essas fontes são documentos relacionados à aprovação do projeto do empreendimento, documentos públicos acerca da legislação prevista da área e sua modificação, acerca do evento e da Matriz de Responsabilidade, entre outros. Também têm sido considerados os registros feitos pela mídia sobre esse processo.

Como fontes secundárias, para qualificar o debate e relativizar as descobertas, incluem-se os diversos estudos e debates produzidos a respeito do assunto, tanto no âmbito dos megaeventos e megaempreendimentos, quanto no âmbito da financeirização da economia imobiliária e do espaço urbano. Sejam estes na forma de dissertações, teses, publicações de artigos e livros, registros de debates e reuniões do Observatório das Metrópoles.

PROBLEMA, HIPÓTESES E PRINCIPAIS RESULTADOS

No caso em estudo, "Arena do Grêmio/Bairro Liberdade", partimos da premissa de que é possível relacioná-lo com a Copa do Mundo FIFA 2014 em função de características a respeito de suas transformações no espaço urbano e no regime previsto para aquela área da cidade, bem como dos investimentos e recursos que recebeu. Considerado isso, o problema coloca-se em identificar os investimentos que deveriam ter sido feitos como mitigadores de impactos ou para benefício da cidade que não ocorreram até hoje e o porquê disso. Muitas obras constam inacabadas ou nem começadas, criando espaços residuais nas suas adjacências. Além desse questionamento, é importante constatar qual (deveria ter sido) a origem do investimento: se público ou privado. O que já pressupõe a participação de atores públicos e privados na costura de acordos para legalização e criação de empreendimentos urbanos que não são públicos e cujos benefícios para a cidade são incertos.

A hipótese que se levanta tem a ver com duas frentes complementares. A primeira, da razão da inciativa pública em participar desses arranjos de forma permissiva e atuante na concepção de megaempreendimentos privados. Esta estaria relacionada com a postura adquirida pela governança

urbana ao longo das últimas décadas, adotando princípios empreendedoristas. Fazer muito pela cidade é diferente de fazer para a maioria dos cidadãos, mas converte-se em propaganda igual. Uma mudança estratégica bastante destacada nas localidades que sediaram partidas da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. A segunda, é de que esses foram casos muito favoráveis para a participação de atores imobiliários diversos, sem compromisso real em contrapartidas ou sem punição ao não as fazer. Enquanto isso, ganham novo fôlego para vender de forma diferente seus produtos ou mesmo criar produtos novos, vinculados ao contexto do evento. Essa conduta é percebida de forma mais acentuada em atores ou mercados em que o processo de financeirização está mais acentuado. Sejam atores que têm seu capital aberto e interesses acionistas envolvidos, sejam lugares em que é mais propícia a proliferação de produtos imobiliários de agentes cujo capital é financeirizado.

Além disso, o megaempreendimento Arena do Grêmio/Bairro Liberdade, não estaria relacionado ao evento de futebol, pois para ele não foi utilizado nem consta na Matriz de Responsabilidade, mas foi concebido em seu contexto de liberalizações e atrações de investimentos, razão pela qual podemos situá-lo com um "legado da Copa". Por fim, ele se coloca como um exemplo factível do que simboliza a financeirização do espaço urbano, que necessita de uma série de fatores para ocorrer e quando o faz, seu interesse no investimento é fugaz, tanto quanto os próprios interesses de tudo que é/está financeirizado e essa é uma das principais razões pelas quais o investimento simplesmente não concluiu as obras que prometeu à cidade.

RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Porto Alegre insere-se nos mercados ativados por conta da Copa, principalmente pela predisposição entre seus atores públicos e privados firmarem acordos para tornar o espaço cada vez menos público e de interesse cada vez menos público. No contexto nacional é extremamente importante incorporar seu estudo ao das cidades-sede da Copa no Brasil, uma vez que todas têm apresentado problemas semelhantes nos estudos produzidos. O "legado da Copa" propagandeado nos mostra como a população, principalmente a mais pobre, enfrenta o problema, transtornos materiais ou imateriais do desinteresse atual do capital.

Por fim, é preciso destacar o ponto em que se coloca como um exemplo factível do que simboliza a financeirização do espaço urbano, com interesse fugaz, tanto quanto os próprios interesses de tudo que é/está financeirizado e essa é uma das principais razões pelas quais o investimento simplesmente não concluiu as etapas que prometeu à cidade.

Título:
Das operações urbanas à outorga onerosa do direito de construir: avaliação da aplicação dos instrumentos na cidade de São Paulo

Autor:
Eduardo Alberto Cusce Nobre -Pós-Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Código:
RU066

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O principal objetivo do trabalho é cotejar a aplicação dos dois principais instrumentos de "captura da valorização imobiliária", os CEPAC nas operações urbanas consorciadas e a Outorga Onerosa do Direito de Construir nas demais áreas da cidade de São Paulo, procurando compreender os principais impactos físico-espaciais e socioeconômicos de sua aplicação na estruturação urbana, identificando os principais beneficiários e perdedores com esses processos.

Metodologia:

A metodologia da pesquisa consistiu em três etapas. A primeira etapa consistiu em realizar um pequeno histórico do surgimento da ideia da aplicação dos instrumentos de "captura da valorização imobiliária" e de sua evolução no Brasil com ênfase em São Paulo. Na segunda etapa foi realizado levantamento dos recursos arrecadados pelo Município de São Paulo nas operações urbanas consorciadas (via CEPAC) e pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano (via Outorga Onerosa do Direito de Construir). Na sequência, foram avaliados e mapeados os principais investimentos realizados com esses recursos, assim como a localização de sua arrecadação. Os investimentos foram divididos em categorias de obras, tais como: viárias, de transporte coletivo, de habitação social, de equipamentos culturais e de educação, em desapropriação, etc. Por fim, a localização e o tipo de obra foram cotejados com as demandas reais da população moradora das áreas afetadas, considerando o seu perfil socioeconômico e identificando se essas obras aumentavam ou diminuíam a segregação sócio-espacial ou se promoviam a estruturação das áreas mais pobres ou mais ricas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Surgidos como uma solução ao problema de financiamento das cidades em tempos de crise, os instrumentos de "captura da valorização imobiliária" aos poucos foram se adequando ao ajuste neoliberal da sociedade brasileira. Se no início de sua formulação, ainda na década de 1970, esses instrumentos tinham como o objetivo a promoção da justiça sócio-espacial, através da captação de recursos para serem investidos na estruturação e recuperação das áreas precárias das cidades, a partir da década de 1990 e da primeira dos anos 2000, esses instrumentos passaram a se constituir em verdadeiros ampliadores do lucro imobiliário, ao concentrar pesada soma de investimentos nas áreas mais estruturadas de nossas metrópoles, reafirmando a sua fragmentação e segregação sócio-espaciais. Contudo, parece haver uma diferença substancial entre os diversos instrumentos e os seus possíveis resultados. A hipótese que se coloca é que a experiência paulistana de implementação das operações urbanas consorciadas acabou por contaminar essa discussão, com seus efeitos espaciais altamente regressivos, em detrimento da outorga onerosa do direito de construir e do respectivo fundo municipal de urbanização, que seriam instrumentos mais vinculados ao ideário do Estado do bem-estar-social. Apesar da aplicação desses instrumentos estar condicionada ao grupo político no poder e de sua respectiva coalizão de forças, o desenho institucional dos dois instrumentos induzem à possibilidade de resultados altamente diferenciados no que tange à justiça sócio-espacial.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A principal relevância dos resultados da pesquisa é a de enfocar a aplicação dos instrumentos de "captura da valorização imobiliária" no contexto paulistano e brasileiro. Não que não existam vários trabalhos que procurem compreender o resultado de sua aplicação, tanto no âmbito municipal como no âmbito nacional. Contudo, o cotejamento da aplicação dos dois instrumentos em questão para a mesma municipalidade abre a possibilidade de conclusões que a avaliação da aplicação de um só ou em várias cidades ficariam menos evidentes. Dessa forma, o trabalho conclui que a Outorga Onerosa do Direito de Construir, a partir da experiência da aplicação em São Paulo, pode se constituir em um instrumento de

promoção de justiça social, promovendo a estruturação das áreas mais precárias da cidade, e diminuindo a sua fragmentação sócio-espacial.

Título:
Como a Lei pode “nos" servir? Estudo de caso sobre a Operação Urbana Consorciada em Maringá (PR)

Autor:
Ricardo Luiz Töws, Paulo Roberto de Souza, Ana Lúcia Rodrigues –doutorado, Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR)

Código:
RU089

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar a Operação Urbana Consorciada Novo Centro Cívico - Eurogarden em Maringá (PR) como possibilidade de inserção da cidade de Maringá na lógica do capital financeiro e expansão do capital imobiliário. A partir dessa premissa inicial, os objetivos específicos são (i) investigar o rentismo e sua vinculação com o fenômeno da financeirização e sua aderência em relação ao objeto de estudo; (ii) compreender o empreendedorismo urbano e seu impacto no processo de mercantilização da cidade e (iii) identificar as coalizões envolvidas como contribuição ao debate sobre os regimes urbanos. A partir da Lei da OUC aprovada e, depois de alguns anos, retomada sua discussão enquanto viabilidade pela Câmara de Vereadores, ocorreu o ciclo de captura e geração de mais valia pelos agentes envolvidos, sobretudo de valorização imobiliária e reversão da terra urbana em diversas lógicas, inclusive do voto, com a intencionalidade e estratégias para colocar a cidade na esteira do capital financeiro.

Metodologia:

A pesquisa foi realizada a partir de três referenciais, a saber: referencial teórico-metodológico, referencial empírico e referencial técnico.

No que tange ao referencial teórico-metodológico, concentramos sobre os regimes urbanos, sobre o processo de financeirização-mercantilização da cidade bem como outros conceitos relacionados. Em especial sobre os regimes urbanos, uma vez buscadas evidências das coalizões, foi necessário entender a sua geografia. Isso significa compreender a importância da OUC para a realidade de Maringá, uma vez que, nesta etapa da pesquisa, não foi possível investigar seu rebatimento sobre alguma outra cidade da Região Metropolitana de Maringá.

Ainda no referencial teórico-metodológico, debruçamos (i) sobre a compreensão do processo de financeirização e mercantilização da cidade, além de outros temas relacionados à produção do espaço e, (ii) compreensão do empreendedorismo urbano e seu impacto no processo de mercantilização da cidade.

Em relação ao referencial empírico, realizamos os seguintes passos:

Levantamento e trabalho de campo para identificação espacial da OUC;

Levantamento (i) dos documentos e legislações relacionadas; (ii) das matérias de jornais, revistas, periódicos; (iii) dos atores e agentes envolvidos; (iv) dos processos judiciais relacionados; (v) das audiências públicas, atas, etc., (vi) dos capitais, agências e agendas envolvidas; (vii) outras fontes;

Realização de Entrevistas com os agentes e aproveitamento das entrevistas realizadas pelos demais pesquisadores do núcleo.

No que se refere ao referencial técnico, realizamos quadros, mapas, croquis, fotografias, plantas, dentre outros.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A OUC Novo Centro Cívico - Eurogarden é objeto de análise por diversos fatores que necessitam de análise, entre eles, o fato de ser um projeto que colocou em evidência a lógica da financeirização-mercantilização da cidade de Maringá por meio do empreendedorismo urbano. A OUC foi aprovada pelo poder público em 2013. Estava em debate o Masterplan ou Maringá 2047, que tinha por objetivos realizar diagnóstico e planejamento para a Maringá do futuro. No primeiro termo de referência, o Projeto Eurogarden estava contemplado. Cabe ressaltar que o documento que, posteriormente gerou o Masterplan, foi elaborado por meio de consultoria, mas encomendado pelo Conselho de Desenvolvimento de Maringá (CODEM), cujos atores que tinham assento representavam entidades como, por exemplo, a Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), que tinha em seu comando atores vinculados aos principais setores econômicos da cidade, inclusive o imobiliário e financeiro (agências). Tais atores possuíam parte dos lotes que seriam encampados pela proposta, sendo a outra parte da União. Embora identificadas diversas situações de irregularidades no projeto de lei enviado à Câmara pelo Observatório das Metrópoles (Núcleo RMM), sobretudo em questões que feriam artigos do Estatuto da Cidade e do próprio Plano Diretor de Maringá, o poder público deu andamento ao trâmite e aprovou a OUC. Após sua aprovação, o projeto Eurogarden ganhou diversas plataformas, como elaboração de vídeo de divulgação e incorporação do projeto no referido Masterplan, inclusive com anúncios em revistas especializadas e anuários estatísticos com previsão de investimentos de R$ 4,7 bilhões. Iniciou-se o processo de representação e espetacularização da cidade, com o intuito de fazê-la conhecida para receber investimentos de fora, seja por meio da atração de players para realizar o projeto quanto por meio do destaque da imagem de cidade planejada, por ocasião das empresas e escritórios contratados tanto no âmbito da consultoria de elaboração do Masterplan (PricewaterhouseCoopers -PwC) quanto na elaboração do Projeto Eurogarden (Archi5), ambas internacionais e dentro das conhecidas estratégias de inserção da cidade no cenário competitivo. Em 2018, depois da desejada valorização imobiliária e fundiária, a lei da OUC foi revogada e iniciou-se plena utilização da área como espaço em abundância para a divulgação de obras que a inserem na lógica do voto. Portanto, quais os interesses em criar projetos, apropriar-se de instrumentos legais (OUC), interferir nas ações do Estado, senão a valorização imobiliária? A hipótese é a de que utiliza-se do receituário em evidência, insere a cidade na lógica do empreendedorismo urbano consubstanciando os elementos necessários à cidade-mercadoria e, uma vez atingindo os interesses de valorização imobiliária e fundiária, mesmo não tendo atraído o investimento externo, gera mais-valia aos atores envolvidos e torna-se a especular a área na lógica do voto e do rentismo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A OUC Eurogarden foi mais uma das estratégias do mercado que inseriu a cidade na lógica do capital financeiro e na lógica da mercantilização da cidade. Os atores envolvidos acionaram e fazem parte de instituições (mercado imobiliário, consultorias internacionais, agência de seguro e Estado) que foram

responsáveis por ressignificar uma área que, diga-se de passagem, era metade da União, o que permite concluir que (i) havia a intenção de privatização do espaço público, por meio da OUC; (ii) houve ampla valorização imobiliária do terreno privado e seu entorno, o que já permite sua utilização para a promoção de candidatos através de apresentação de novas obras para o local, a partir da revogação da OUC; (iii) mesmo a OUC tendo sido revogada em 2018, muitas ações a ela relacionadas são praticamente irreversíveis, como por exemplo, o arruamento projetado para o projeto e a impossibilidade de viabilizar direitos, utilizando-se do cabedal legal e público para interesses do setor privado.

Título:
A Operação Urbana Consorciada em Natal: refletindo sobre a Lei de Operação Urbana Ribeira a partir dos dados do licenciamento urbanístico.

Autor:
Karitana Maria de Souza Santos; Eudja Maria Mafaldo Oliveira; Maria Floresia Pessoa de Souza e Silva; Rosa Maria Pinheiro de Oliveira –mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) / Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal

Código:
RU097

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A única experiência de Operação Urbana Consorciada no município de Natal ocorreu no bairro da Ribeira, berço do primeiro núcleo urbano da cidade, numa perspectiva de recuperação e revitalização do Centro Histórico. Buscando refletir sobre a aplicação da Lei de Operação Urbana Ribeira (LOUR), Lei Complementar n° 079 de 04 de janeiro de 2007, no seu período de vigência, a pesquisa tem por objetivo analisar os dados urbanísticos dos empreendimentos licenciados entre 2007 e 2013 que utilizaram os instrumentos da LOUR, buscando contrapor os benefícios concedidos aos empreendimentos à ausência de transformações urbanísticas no bairro.

Metodologia:

Para realização da pesquisa foram utilizados os dados de licenciamentos disponíveis na Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) de Natal entre os anos de 2007 e 2013 nos bairros da Ribeira, considerando: arrecadação de recursos, através de Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e do pagamento de contrapartidas; incremento de unidades habitacionais proporcionado aos empreendimentos, em função da flexibilização do coeficiente de aproveitamento estabelecidos na referida lei; isenções concedidas; aplicação dos recursos através do Fundo da Operação Urbana Ribeira (FOUR); execução das contrapartidas; e a aplicação dos mecanismos de gestão e controle social.

Após identificados os empreendimentos que obtiveram alvará de construção nos bairros e período pesquisados, realizou-se o desarquivamento dos processos para obtenção de dados detalhados sobre a cobrança da outorga onerosa e da contrapartida previstas na operação urbana e para o cálculo do número de unidades habitacionais que os empreendimentos residenciais multifamiliares alcançaram a mais com a aplicação do coeficiente de aproveitamento superior ao máximo do bairro, proporcionado pela LOUR.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Para saber como foram aplicados os mecanismos de gestão e controle social foram consultados os relatórios financeiros disponíveis na SEMURB e realizadas entrevistas com técnicos que procederam análise e parecer técnico nos processos à época.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O instrumento de Operação Urbana Consorciada (OUC) teve sua aplicação em Natal concentrada no bairro da Ribeira, não havendo experiência em outro bairro da cidade, apesar de o Plano Diretor de Natal, através da Lei Complementar n° 082 de 21 de junho de 2007 ter ampliado para doze bairros, de um total de 36 da cidade, a possibilidade de aplicação do instrumento OUC.

A lei da Operação Urbana Ribeira foi originalmente aprovada pela Lei nº 4.932/1997 e reeditada, com algumas alterações, através da Lei Complementar n° 079/2007, permanecendo vigente até janeiro de 2013. Atualmente, encontra-se em pauta a necessidade de nova edição da Operação Urbana Ribeira, ensejando, inclusive, que a mesma passe a ter uma abrangência de todo sítio histórico, envolvendo os bairros da Ribeira, Cidade Alta, Rocas e Santos Reis.

As duas leis admitiram a adoção de parâmetros máximos acima dos definidos no Plano Diretor e na Lei da Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), limitados às prescrições urbanísticas estabelecidas nas mesmas. A versão da Operação Urbana de 2007 condicionava tal possibilidade à cobrança de Outorga Onerosa nas áreas de Recuperação Histórica e Renovação Urbana e de contrapartida na área Adensável. No caso das contrapartidas para execução de obras previstas pela OUC, o valor correspondente seria no mínimo três vezes o valor da Outorga Onerosa devida. Em 2007 houve ainda a ampliação dos casos de gratuidade da outorga nas áreas Recuperação Histórica e de Renovação Urbana. As duas versões de OUC estabeleciam ainda benefícios fiscais. Desde a versão de 1997, foram estabelecidos organismos de gestão e controle para administração e acompanhamento da Operação Urbana, quais sejam: Comitê de Gestão da Operação Urbana Ribeira, com atribuições de gerir os recursos destinados ao Fundo Espacial da Operação Urbana Ribeira (FEOUR); Escritório Técnico da Operação Urbana Ribeira, formado por equipe multidisciplinar de servidores do município.

Parte-se da hipótese de que a ausência do aparato institucional para gestão da Operação Urbana Ribeira, previsto na legislação, que seria coordenado pelo Comitê de Gestão e Escritório Técnico, dificultou o acompanhamento do cálculo dos benefícios em prescrições urbanísticas que seriam aplicados aos empreendimentos, dos valores que seriam cobrados como contrapartida, das isenções que seriam concedidas, da execução das obras de contrapartida e da aplicação dos recursos do FEOUR.

Na análise dos dados dos empreendimentos licenciados no período de 2007 a 2013 identificou-se diversas situações que demonstraram dificuldade de interpretação legal que levaram a garantia do incremento no número de unidades habitacionais do empreendimento sem reverter, contudo, recursos a serem investidos na recuperação e revitalização do bairro da Ribeira. Outros casos, mesmo revertendo recursos, os mesmos foram desproporcionais ao benefício recebido pelo empreendedor e aos custos de obras de transformações urbanísticas almejadas para o bairro.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

No contexto de revisão da LOUR, torna-se fundamental o conhecimento de como se deu a aplicação da mesma no seu período de vigência para avaliar sua gestão e as motivações do não alcance do seu objetivo de recuperação e revitalização da Ribeira com a utilização de recursos públicos e privados. Os dados dos licenciamentos demonstraram a ocorrência de situações de isenções de Outorga Onerosa e de cálculos

confusos de contrapartidas, baseadas em interpretações diversas da LOUR, as quais não tiveram o aparato institucional do Comitê de Gestão e do Escritório Técnico para dirimir dúvidas, decidir e acompanhar a aplicação dos recursos. Foi possível, ainda, identificar o número de unidades habitacionais que os empreendimentos alcançaram a mais, comparando-se os benefícios concedidos ao empreendedor com os valores pagos em outorga ou contrapartida, demonstrando que são valores desproporcionais entre si e com os custos das obras de transformações urbanísticas pretendidas.

Título:
Operações Urbanas Consorciadas em Fortaleza e a Produção de Virtualidades: a Potencialização da Instrumentalização da Terra como Capital Fictício

Autor:
Camila Rodrigues Aldigueri e Sara Vieira Rosa

Código:
RU107

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem como objetivo principal compreender o papel das Operações Urbanas Consorciadas como estratégia de potencialização da terra enquanto capital fictício.

Objetivos específicos:

Problematizar o significado da terra como capital fictício (ativo);

Compreender como as OUCs em Fortaleza têm sido utilizadas como ferramentas para flexibilizar o uso do solo e “destravar” a terra;

Analisar a mudança da instrumentalização e implementação das OUCs em Fortaleza.

METODOLOGIA

Este artigo é embasado em reflexões feitas a partir de dois trabalhos: tese de doutorado defendida por Aldigueri (2017), e tese de doutorado em desenvolvimento por Rosa articulada as pesquisas do Laboratório de Estudas da Habitação da UFC – Lehab e Observatório das Metrópoles. Procuramos somar um debate teórico feito por Aldigueri (2017) sobre a terra enquanto capital fictício e análises empíricas sobre OUCs realizadas pelo Lehab (2016-2018) e Rosa (2017-2018).

Desse modo, apresentaremos o significado da terra como capital fictício associada a renda da terra, bem como sua instrumentalização como uma forma de capital fictício ativo. Para tanto, partiremos do trabalho de Aldigueri (2016 e 2017), com base em autores como Marx (1984, 1996), Harvey (2013, 2014), Chesnais (2005). Somam-se a análise autores como Albeers (2016) e Pereira (1988; 2014). Posteriormente, abordaremos as OUCs em Fortaleza, analisando-as como uma estratégia de produção de virtualidades potencializando a apropriação da terra urbana como um capital fictício finalizando com reflexões sobre os possíveis impactos desses processos.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

As análises das OUCs foram realizadas, principalmente, a partir dos resultados publicados pelos integrantes do Lehab (2016 a 2018) envolvendo espacialização das Operações e cruzamento com outras variáveis como favelas (PLHISfor, 2012), zoneamento do município (PDP, 2009), preço do solo (IPTU - Imposto Territorial Urbano e do ITBI - Imposto de Transações de Bens e Imóveis), entre outros, bem como levantamentos e mapeamentos em desenvolvimento pelos autores.

Somam-se aos procedimentos a participação em audiências públicas, reuniões de conselhos, aplicação de entrevistas semiestruturadas a atores chaves do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil diretamente impactada pelas OUCs. A análise foi complementada pela realização de estudo de caso da OUC do Riacho Maceió, como forma de instrumentalizar a demonstração da terra como capital fictício (ativo).

PROBLEMA, HIPÓTESES E PRINCIPAIS RESULTADOS

A terra pode se manifestar como capital fictício, na medida em que, a partir do moderno direito de propriedade, tem seu preço determinado pela capitalização da renda mediante a apropriação de parte de um valor extra do trabalho social excedente, embora nenhum mais-valor esteja sendo produzido na sua apropriação como espaço. O preço da terra é determinado pela formação do preço de monopólio, sem depender do preço geral de produção ou do valor dos produtos, porém pautado em uma expectativa de ganho, um rendimento sobre um trabalho futuro que supostamente irá produzir mais-valor extraordinário. A instrumentalização da terra como capital fictício tornou-se mais evidente na atualidade, em decorrência do contexto de financeirização mundial e seus impactos na produção imobiliária, sob diversas mudanças nas condições gerais, que garantem à terra maior liquidez e segurança como investimento, servindo para que ela seja mobilizada como um (capital) ativo nos negócios imobiliário. Nessas condições, tem-se predominantemente a renda da terra formando-se pelo preço de monopólio, permitindo que este se eleve constantemente e, desse modo, a função de capital fictício da terra é potencializada porque seu preço, que é sempre formado na esfera da circulação por capitalização, a partir da expectativa de uma produção futura, recebe condições de incremento, estando cada vez mais distante da produção. (ALDIGUERI,2017).

A necessidade de dinamização dos negócios imobiliários, especialmente em um contexto orientado pela insaciabilidade do aumento dos lucros e das rendas, para atrair capital para as cidades e atender ao capital financeiro e imobiliário, acirra a disputa pela terra e cria uma tendência a surgir processos, a partir de estratégias de articulação entre promotores imobiliários e Estado, que potencializam a instrumentalização da terra como capital fictício ativo. Ou seja, a acumulação se faz pela mera manipulação do próprio dinheiro, sem necessariamente estar atrelado à produção (D-D').

As OUCs em Fortaleza apresentam-se como estratégias de "produzir virtualidades" e mecanismos de dinamização dos negócios imobiliários. Assim, tem-se como hipótese que a terra tem sido potencializada como capital fictício através de instrumentos de gestão e financiamento urbano como a OUC, emergindo como estratégia de destravamento e de valorização (fictícia) da terra.

Destaca-se o fato das OUCs, inicialmente pontuais e de pequeno porte, evoluírem para propostas atuais que englobam mais da metade do território do município, incluindo bairros periféricos. Revela-se uma importante estratégia de tentativa de aumento das rendas, baseada na virtualidade criada pela OUC e da possível flexibilização do uso do solo que esta proporciona, funcionando como forma de incrementar os preços e promover uma valorização fictícia. Assim, um instrumento que deveria ser exceção passa a ser regra, potencializando o significado da terra como capital fictício, bem como os processos de espoliação.

RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Destacamos como relevância o avanço no entendimento da terra enquanto capital fictício, o que entendemos ser fundamental na compreensão dos processos de produção atual das cidades, que envolvem, cada vez mais, processos de capitalização e espoliação. Estes, estão vinculados ao capital financeiro que passa a ter sua lógica reproduzida também em cidades de economia periféricas. Ressaltamos a importância do papel dos instrumentos de gestão e financiamento urbano na intensificação desses processos, articulados em parceria entre o setor público e o imobiliário. As OUCs seriam uma forma de potencializar a capitalização de renda a partir da criação de virtualidades. Revelam-se como mecanismos que criam condições para que à terra adquira maior liquidez e segurança como investimento e para que seja mobilizada como um (capital) ativo nos negócios imobiliário, numa intenção constante de atrair capital imobiliário e financeiro e atender à necessidade de aumento de lucro e de rendimentos.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

SESSÃO 2.3.4

Regimes Urbanos

Coordenação: Nelson Rojas e Erick Omena

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:

Capacidade institucional nos municípios e a governança metropolitana: uma análise da metrópole funcional de Natal/RN

Autor:

Camila Lindijane de Souza Bento Almeida, Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros, Richardson Leonardi Moura da Camara, Raquel Maria da Costa Silveira –doutorado, UFRN

Código:

RU012

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste artigo é investigar a capacidade institucional dos municípios da Região Metropolitana de Natal para a implementação da governança urbana a partir de três elementos que, no nosso entender, caracterizam a governança metropolitana: político-institucional; financeiro (no que se refere à dinâmica fiscal) e de organização social.

Metodologia:

Metodologicamente, o estudo utiliza como base teórico metodológica os estudos empreendidos por Sol Garson e Luiz Cesar Ribeiro (2005, 2012). Analisamos, de forma detalhada, a capacidade de investimento dos municípios metropolitanos brasileiros. O estudo considera, na discriminação das fontes de recursos para o financiamento de investimentos e inversões líquidas, três categorias: a) recursos de geração externa, obtidos a partir de operações de crédito e de transferências de capital; b) recursos de geração interna, com destaque para a receita de valores mobiliários e para a parcela de poupança corrente após a amortização de dívidas; e, c) as despesas liquidadas e não pagas no exercício fiscal - os restos a pagar processados - quando parte do investimento está sendo direta ou indiretamente financiada por credores do município que deverão ser pagos em momento futuro. Os dados, para a Região Metropolitana de Natal (RMN), nos anos de 2008 a 2012, foram obtidos a partir do banco de dados do FINBRA – Finanças do Brasil, disponível diretamente na página virtual da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, da Secretaria do Tesouro Nacional. Para caracterizar o associativismo na Região Metropolitana de Natal à luz do banco de dados do IPEA, elaboramos um novo banco de dados seguindo a classificação apresentada por Lüchmann (2016), a qual define 6 (seis) tipos de associações: associações comunitárias e assistenciais; associações acadêmicas e de pesquisa; associações culturais, esportivas e de lazer; associações econômicas e profissionais; novos movimentos sociais e outras. Em seguida, buscamos visualizar como as associações acima mencionadas estão distribuídas na mancha urbana dos municípios da RM Natal, por meio de mapeamento. E, por fim, para analisar a capacidade político-institucional, utilizamos o banco de dados da MUNIC - IBGE (institucional) e TSE (politico-eleitoral).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Um dos problemas cruciais da governança da RMN reside na ausência de uma estrutura metropolitana de coordenação e planejamento. Os instrumentos criados por lei tem funcionado de forma inconsistente, além do desinteresse, por parte do governo do estado, de transformar a gestão da Região Metropolitana em um recurso de planejamento regional que garanta uma ação governamental eficiente no sentido da resolução dos problemas coletivos que a cada dia se agravam mais.

A despeito de tudo isso, a Região Metropolitana é uma entidade formalizada, e o problema da sua governança requer uma resolução urgente. A possibilidade de governo da RM só pode ser encarada a partir do conceito da governança democrática, que é resultante da relação sociedade civil e poder político local, supondo a ideia de uma sociedade organizada, o que traz a noção de participação cidadã para o centro do debate. O problema, no entanto para a governança metropolitana, para uma ação cooperativa entre os poderes municipais e sociedade, dependeria da existência de relações intergovernamentais cooperativas, o que não se viabilizou mesmo quando se tinham os mesmos partidos no poder nos municípios metropolitanos.

Outro problema detectado diz respeito à situação financeira dos municípios da região metropolitana de Natal, em geral, pouco equilibrada. Embora a maioria dos municípios metropolitanos tenha aumentado a sua arrecadação própria na última década, através do aumento das transferências dos programas sociais do governo federal (saúde, educação e assistência social), esse desequilíbrio financeiro de pouca capacidade de investimento e endividamento crescente poderá comprometer, em curto prazo, o atendimento a uma demanda crescente por serviços públicos, assim como alguma possibilidade de coordenação e cooperação do município-polo. Esse fato pode ainda ser acelerado pelo crescimento populacional, sobretudo das cidades mais próximas à Natal.

A reduzida capacidade de investimento e de endividamento crescente vivenciada pelo município-polo pode impor limites e constrangimentos à sua capacidade de protagonizar, em curto prazo, uma articulação/cooperação com os demais municípios que compõem a região metropolitana. Além disso, o controle do crédito do setor público, considerado necessário para atingir metas de resultado primário compatíveis com a estabilidade da dívida pública, pode restringir ainda mais a capacidade de investimento do município-polo e dos demais municípios metropolitanos no curto prazo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Analisando a Região Metropolitana de Natal com base em questões de ordem financeira, social e político-institucional, que impactam na consolidação e no fortalecimento da governança urbana e metropolitana, podemos inferir que a existência de diferentes interesses político-partidários, de fragilidades institucionais e de problemas gerenciais não geram políticas públicas voltadas para o território metropolitano.Em síntese, a falta de recursos financeiros pra subsidiar as ações conjuntas, as dificuldades de negociação entre as partes, bem como a inexistência de uma coordenação que seja reconhecida e legitimada pelos atores municipais, são aspectos que evidenciam claramente a dificuldade de cooperação entre os gestores metropolitanos.

Título:
A experiência de elaboração do PDUI da Região Metropolitana de Goiânia: desafios da implementação do Estatuto da Metrópole

Autor:
Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Elcileni de Melo Borges, Marcela Ruggeri Meneses –doutorado, Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília e INCT Observatório das Metrópoles/ Goiânia

Código:
RU023

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem como objetivo geral recapitular a experiência de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Goiânia – PDUIRMG, sob a gestão da Superintendência de Assuntos Metropolitanos/SECIMA e execução por equipe do IESA/UFG-FUNAPE. Como objetivos específicos pretende-se: avaliar como ocorreu o processo de elaboração, os resultados decorrentes que estão organizados em diagnóstico, prognóstico e diretrizes; analisar os instrumentos de gestão e planejamento utilizados em cada etapa, detendo-se aos conteúdos apresentados e finalizados; observar se as informações e dados obtidos nos processos de participação foram agregados aos conteúdos das etapas mencionadas, de modo a subsidiar as necessidades dos cidadãos metropolitanos. Por fim, apresentar a etapa em que se encontra o PDUIRMG, considerando o contexto político e econômico estadual.

Metodologia:

A metodologia empregada será a análise qualiquantitativa, tendo como instrumentos a revisão dos produtos, conforme as etapas de elaboração do PDUIRMG, incluindo: levantamento técnico acerca dos aspectos sociais, ambientais, econômicos, de mobilidade urbana e governança interfederativa, consubstanciado no diagnóstico, prognóstico – diretrizes, programas e ações. Para isso, também será consultado o modo como ocorreu o processo de elaboração do PDUIRMG e o processo participativo construído a partir da realização de Seminários, workshops, reuniões técnicas, Audiências Públicas e Oficinas comunitárias em 19 municípios integrantes da RMG (exceto o município de Inhumas que se recusou a participar do processo), registrando um total de 3.757 pessoas participantes. Houve ainda o recebimento de propostas e sugestões via Internet, através de mecanismo de participação on line e interação nas redes sociais e a aplicação de questionários. Além dos documentos técnicos serão consultados os vídeos realizados durante os eventos, a pesquisa realizada nos municípios, os mecanismos e instrumentos de mobilização e a interação entre o poder público, o cidadão e instituição de nível superior responsável pelo projeto, com a finalidade de apreender, como os instrumentos utilizados refletiram na elaboração dos conteúdos que resultaram nos produtos apresentados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Mesmo com a demanda considerável de recursos humanos e financeiros, na busca de respostas aos problemas metropolitanos diagnosticados junto às comunidades locais (que envolveu significativa participação da sociedade civil organizada), observou-se uma baixa efetividade de aplicação das propostas pactuadas, já que estas dependem, primordialmente, do poder político (junto aos legislativos municipais e estadual) para sua efetiva implementação. Foram registrados diversos momentos conflitantes entre os gestores municipais para definição de atribuições e divisão de responsabilidades para implementação da governança interfederativa – introduzida no âmbito da RMG com a Lei nº 139/2018, cuja aprovação só foi possível após completa modificação do texto da Lei visando atender o pleito dos Prefeitos dos municípios que exerce maior polarização e papel econômico na região metropolitana, no sentido de lhes garantir maior poder decisório. Ou seja, o principal problema identificado no processo de elaboração do PDUIRMG é a ausência de apoio político necessário para assegurar a implementação do PDUIRMG, ou melhor, existe, como diagnosticado, “um padrão paroquialesco de gestão metropolitana na RMG”. A hipótese de investigação aventada nesta reflexão, e com base na experiência de outros instrumentos de planejamento (como os Planos Diretos e PLHIS) é que a garantia de aprovação da minuta de Lei do PUIRMG pela Assembleia legislativa estadual não é uma certeza (principalmente neste momento que se avizinha o

pleito eleitoral para o executivo e legislativo estadual); e que se aprovada, a implementação das propostas preconizadas em Lei pode ser inviabilizada e/ou enfraquecida, em vista das trocas que venham se efetivar. O resultado do trabalho está materializado em um conjunto de indicadores, mapas e análises conjuntas dos 20 municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, propondo as diretrizes para o desenvolvimento equilibrado e duradouro para o território metropolitano, sob o prisma das políticas públicas, ressaltando o papel do Governo do Estado de Goiás na formulação e na execução das políticas urbanas e regionais. Para tanto, foi recriado o CODEMETRO, cujas funções são propor e tomar decisões relacionadas a governança metropolitana, deliberando sobre a organização, o planejamento e a integração das funções públicas de interesse comum aos municípios do espaço metropolitano. Vale mencionar ainda, como resultado do processo de elaboração do PDUIRMG, a realização do curso de Especialização Lato Sensu em Planejamento e Gestão Urbana, pelo IESA/Universidade Federal de Goiás, assegurando a participação de 44 técnicos de 12 municípios integrantes da RMG e 7 instituições das esferas municipal, estadual e federal.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A interface Universidade Estado funcionou, mutuamente, aproximando os postulados científicos e a gestão pública, fortalecendo os aspectos técnicos do planejamento e assegurando uma leitura ampla dos aspectos relacionados às políticas urbanas. Ressaltam-se que os resultados plenos deste processo foram a realização das oficinas comunitárias nos municípios metropolitanos, que proporcionou interação social e a formação técnica dos servidores que representam, a princípio, a herança em defesa de um único território, o metropolitano. Contudo, a falta de engajamento político em torno da questão metropolitana, a baixa representação política no legislativo estadual e pouca inserção nos planos de governos municipais, podem comprometer a implementação das propostas pactuadas na agenda de políticas urbanas do Estado, condição fundamental para a efetivação da governança interfederativa.

Título:
Projetos especiais em Porto Alegre: reflexões sobre a prática da exceção

Autor:
Júlia Ribes Fagundes –doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Geografia

Código:
RU025

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a gestão urbana na cidade de Porto Alegre, a partir da aplicação do instrumento urbanístico de intervenção no solo “projetos especiais” previsto em seu Plano Diretor (Lei Complementar 434/1999). Propõe-se, um estudo exploratório sobre os projetos especiais na cidade, avaliando em que medida a utilização deste instrumento caracteriza a capital gaúcha como cidade de exceção, conceito proposto e trabalhado por Carlos Vainer (2016). São objetivos específicos do trabalho: realizar uma revisão bibliográfica acerca de grandes transformações urbanas das últimas décadas, com ênfase no processo de flexibilização urbana; analisar o instrumento urbanístico “projetos especiais” constante no Plano Diretor de Porto Alegre e; identificar e mapear os projetos especiais aprovados no município no período de 2013 a 2017.

Metodologia:

O trabalho apresenta-se como um estudo de caso acerca da gestão urbana no município de Porto Alegre, e está estruturado em três etapas principais: revisão bibliográfica, análise de legislação e análise de dados. A primeira etapa objetiva fundamentar o problema de pesquisa subsidiando as etapas seguintes. Busca-se apresentar as principais transformações ocorridas no espaço urbano nas últimas décadas, com destaque ao processo de flexibilização da legislação urbanística e consequente prática da exceção como regra na gestão urbana. A segunda etapa corresponde à análise da legislação urbanística de Porto Alegre, focada na análise do instrumento "projetos especiais" constante no Plano Diretor. Na terceira etapa, análise de dados, apresenta-se os projetos especiais instituídos no município, a partir de dados obtidos com a pesquisa em desenvolvimento do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Urbana (NEPEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trata-se dos projetos especiais registrados na Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre, no período de 2013 a 2017. Nesta etapa os projetos são espacializados (por bairros) e classificados segundo o tipo de empreendimento, ano e empresa autora do projeto. Com o intuito de qualificar a análise, alguns projetos especiais são apresentados individualmente de forma mais detalhada. Por fim, busca-se refletir sobre a gestão urbana em Porto Alegre a partir de seus projetos especiais, à luz da bibliografia apresentada.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Conforme Arantes (2000), as cidades hoje são tratadas como máquinas de produzir riqueza, onde a receita para obter crescimento consiste em "revitalizações urbanas" e "parcerias" entre os setores público e privado. Para Vainer (2016), atualmente, este é o modelo de planejamento hegemônico, que se caracteriza por flexibilidade, competitividade e orientação para o mercado. O modelo privilegia a negociação em detrimento da regra e a primazia do mercado na produção do espaço urbano. Ainda de acordo com autor, a própria política urbana brasileira, regulamentada pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), introduz o modelo hegemônico através do instrumento "Operações Urbanas Consorciadas". O instrumento permite que municípios, através de leis específicas baseadas no plano diretor, delimitem áreas para a aplicação de operações consorciadas, sendo estas definidas como "conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos [...] investidores privados [...]" (BRASIL, 2001: s.p.). Na lei consta ainda que poderão ser previstas nas operações consorciadas, medidas como: modificação de índices e características de parcelamento, e alterações das normas edilícias. Na concepção de Vainer (2016), este instrumento veio legalizar o desrespeito à lei e consolidar a prática da exceção legal. É a instauração da exceção como regra, ou ainda, da cidade de exceção. Conforme o autor, a cidade de exceção vem se afirmando como uma nova forma de regime urbano, onde a lei torna-se passível de desrespeito legal. Em Porto Alegre, sinais deste novo regime urbano podem ser identificados na criação do instrumento urbanístico "projetos especiais", constante no Plano Diretor (L.C. 434/1999). Uma pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul catalogou mais de 160 projetos especiais no município em um intervalo de cinco anos (2013 a 2017). Diante deste cenário coloca-se a seguinte questão: em que medida a aplicação do instrumento "projetos especiais" caracteriza Porto Alegre como cidade de exceção? Como hipótese de trabalho, sustenta-se que o número substancial de projetos espaciais identificados em um curto período de tempo indicam a prática da exceção na gestão urbana da cidade. Os resultados mostram que o instrumento vem sendo utilizado sistematicamente ao longo do tempo, com dezenas de projetos aprovados a cada ano. Do ponto de vista espacial, os projetos estão espalhados por todas as regiões da cidade, cabendo algumas observações, por exemplo, os conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida são encontrados em sua maioria, nas zonas norte e sul da cidade, enquanto projetos de shopping centers ou hipermercados são vistos em maior número nas zonas central e sul. Quanto ao uso,

predominam projetos para fins residencial e empresarial, com presença significativa de projetos de uso misto (residencial e comercial/ empresarial).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados apontam para um número significativo de alterações da legislação urbanística de Porto Alegre em um curto período de tempo. Em apenas cinco anos (2013-2017), foram registrados na Procuradoria Geral do Município (PGM), pelo menos 160 projetos especiais, indicando a alteração do Plano Diretor no mínimo 160 vezes. Os projetos especiais em Porto Alegre, ao alterar de maneira absolutamente legal seu regime urbanístico, simbolizam o desrespeito legalizado à legislação, e desta forma, representam plenamente a cidade de exceção descrita por Vainer (2016). O número substancial de projetos especiais registrados no período analisado, confirmam a instauração da exceção como regra na gestão urbana.

Título:
Poder Político e Desenvolvimento Urbano em Salvador
Autor:
Rafael de Aguiar Arantes e Carla Galvão Pereira –doutorado, Universidade Federal da Bahia
Código:
RU029

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho analisa a configuração do poder político na Salvador contemporânea e suas vinculações com o desenvolvimento urbano. Busca-se compreender as relações intergovernamentais da prefeitura municipal com o governo do estado e suas relações com a coalizão de interesses privados, especialmente do mercado urbano-construtor.

O artigo parte do processo de modernização industrial e urbana da cidade nos anos 60 e 70, caracterizando o poder local e as alianças econômicas formadas desde então. Avança pela trajetória dessas relações ao longo do processo de democratização nos anos 80 e chega às transformações mais contemporâneas que, desde a década de 90, vem caracterizando Salvador como uma cidade voltada para um empresariamento urbano que aposta no turismo, na produção imobiliária e na realização de atividades lúdico-culturais para a atração de fluxos de pessoas e de capitais (ARANTES, 2000; VAINER, 2000; DARDOT; LAVAL, 2016).

Metodologia:

A pesquisa se baseou numa metodologia que buscou englobar um conjunto de métodos-fontes-técnicas (PEREIRA, 1991) e que envolveu duas grandes etapas.

A primeira se fundamentou numa pesquisa bibliográfica sobre as transformações contemporâneas na gestão urbana das grandes cidades e sobre o histórico da gestão urbana em Salvador. Isso envolveu a reflexão sobre os seguintes temas: a) Processos de mercantilização, empresariamento, marketing urbano e, especialmente, a construção de parcerias público-privadas; b) Características do poder político na Bahia

e o chamado "carlismo"; c) Modernização econômica, o processo de urbanização da cidade de Salvador e a constituição da RMS; e d) Transformações contemporâneas na gestão urbana em Salvador.

A segunda etapa envolveu a análise das estratégias de gestão urbana dos poderes públicos municipal e estadual. Essa etapa foi realizada através das seguintes dimensões: a) Análise das principais intervenções desses agentes políticos no tecido urbano da cidade; b) Avaliação dos principais instrumentos e práticas de gestão urbana; e c) Exame dos projetos de lei que versam sobre o espaço urbano.

Essas dimensões foram analisadas a partir de informações coletadas em fontes secundárias, como documentos, relatórios de gestão, portais de notícias, jornais, revistas locais e nacionais, além de peças publicitárias dos governos e discursos dos gestores públicos sobre o tema.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As grandes cidades mundiais se encontram atualmente na esteira de um amplo processo de "mercantilização do desenvolvimento urbano" (De MATTOS, 2010, p. 203), fundamentado num novo enfoque da gestão urbana pautado na competição, no city marketing e no empresariamento urbano (HARVEY, 1996). Este trabalho busca compreender as complexidades desses "governos empresariais" (DARDOT; LAVAL, 2016) a partir das coalizões de interesses econômicos e, sobretudo, das vicissitudes do poder político na cidade do Salvador.

As transformações urbanas ocorridas em Salvador ao longo do desenvolvimento do seu capitalismo industrial e de sua modernização estiveram fortemente vinculadas à conformação de uma elite política longeva na Bahia, o chamado "carlismo", que liderou um conjunto de transformações que orientaram o desenvolvimento da cidade e sua região para a órbita de acumulação do capital. Tal elite imprimiu também um modelo de política que bloqueou durante muito tempo o desenvolvimento autônomo do poder político municipal, transformando-o numa espécie de secretaria estadual, vulnerável ao condicionamento do forte poder estadual e ao contencioso político que se forma para disputá-lo (DANTAS NETO, 2001).

Nos últimos anos, a marca mais fundamental da gestão urbana em Salvador tem sido o empreendedorismo urbano, política com fortes feições na atual gestão municipal que tem à sua frente desde 2013 o prefeito ACM Neto. A sua gestão tem se fundamentado em elementos tais como a defesa da racionalização administrativa como base para a elaboração de um planejamento estratégico, a defesa das PPP como forma de superar as limitações fiscais do município, a flexibilização das normas de uso e controle do solo e a ênfase na criação de uma imagem positiva da cidade. A atual gestão vem assumindo o papel de promotora da cidade, em uma busca de garantir/conduzir as condições necessárias para a atração e geração de negócios, sejam eles imobiliários, turísticos, de matriz cultural, etc. (HARVEY, 1996; ARANTES, 2000; VAINER, 2000; DARDOT; LAVAL, 2016).

A prefeitura municipal de Salvador, no entanto, não tem sido o único ator político a intervir sobre o espaço urbano da capital nos últimos anos, que vem sendo impactada por diversas intervenções do governo do estado, produzindo uma verdadeira competição intergovernamental entre essas duas esferas administrativas.

A disputa por quem gere melhor Salvador, para além de serem protagonizadas por grupos políticos de partidos antagônicos na Bahia, está aparentemente ancorada em lógicas e características semelhantes (ARANTES, 2000; DARDOT; LAVAL, 2016). A hipótese indica que ambos vêm colocando em marcha "máquinas de crescimento" (LOGAN E MOLOTCH, 1987), ainda que baseadas em coalizões distintas,

muitas vezes baseadas em parcerias público-privadas que operam sobre o espaço urbano a partir de uma lógica corporativa e, não raro, profundamente seletiva (GORDILHO-SOUZA, 2016). "

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Três são as principais conclusões, que ilustram os dilemas de uma cidade pobre e periférica: a) O desenvolvimento urbano de Salvador está historicamente vinculado aos interesses do mercado e de uma elite política regional, que bloquearam as tentativas de regulação pública do espaço da cidade; b) Mesmo com a característica dependência do governo do estado, no arranjo político atual a gestão urbana do município tem sido disputada, conformando uma verdadeira competição intergovernamental que, apesar de operarem com coalizões relativamente distintas, movimentam igualmente "máquinas de crescimento"; c) A fragilidade fiscal do município de Salvador, como limite administrativo ou como discurso, contribuiu para a implementação de um programa de empresariamento urbano desde os anos 90. Tal programa foi implantado por coalizões políticas distintas e permanecem centrais na atual gestão municipal.

Título:
Planejamento Metropolitano, Grandes Projetos Urbanos e Novas Centralidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Autor:
Daniel Medeiros de Freitas, João Bosco Moura Tonucci Filho -doutorado

Código:
RU044

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do trabalho é discutir criticamente as relações entre o planejamento metropolitano, os grandes projetos urbanos e os projetos para novas centralidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), na última década. Mais especificamente, busca-se investigar o modo como um conjunto de grande projetos executados e/ou idealizados entre 2000 e 2018, especificamente no Vetor Norte e Vetor Sul da RMBH, atravessa, altera ou se apropria desse processo de planejamento em construção. De modo mais geral, trata-se de contribuir para, passados mais de dez anos do novo arranjo de gestão e planejamento metropolitanos, avaliar criticamente seus avanços e limites.

Metodologia:

O trabalho se vale da experiência de ambos os autores no processo de planejamento metropolitano - que inclui a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH), entre 2009 e 2011, do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH), entre 2013 e 2015, e o processo de assessoria à revisão de Planos Diretores de 11 municípios da RMBH, entre 2016 e 2018. Os Grandes Projetos Urbanos, assim como os projetos públicos e/ou privados para as novas centralidades, foram analisados de modo relacional e com ênfase no histórico de articulações e inflexões na estrutura do campo de poder que os estrutura. Os produtos e processos do planejamento metropolitano foram estudados a partir de seus principais documentos, do registro do processo participativo, da experiência dos autores no processo, e dos debates e conflitos surgidos no âmbito das instâncias executivas (Agência RMBH) e deliberativas de

planejamento (Conselho Metropolitano). A leitura desse material foi orientada pela questão da permeabilidade entre interesses privados e o processo institucional de planejamento, que podem colocar em xeque os avanços conceituais e políticos já alcançados na esfera metropolitana. Por fim, orienta a leitura dessa articulação política entre Estado, mercado e sociedade o debate conceitual e aplicações em pesquisa da Teoria dos Regimes Urbanos, sobretudo a problematização de quem decide e como decide.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

"Nas duas últimas décadas, duas dinâmicas caracterizaram a política urbana da RMBH: o processo de planejamento metropolitano, pioneiro no país, por meio da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH); e a maior intensidade de Grandes Projetos Urbanos, incluindo a retomada dos investimentos em estrutura viária, grandes projetos imobiliários, operações urbanas e os empreendimentos relacionados ao planejamento estratégico do Vetor Norte.

Existe, no entanto, um deslocamento entre as propostas do planejamento metropolitano - dentre as quais destaca-se a política metropolitana de criação e fortalecimento de novas centralidades, principal elemento da proposta de reestruturação territorial do PDDI - e a lista de GPUs realizados e previstos, resultando em conflitos entre interesses regionais e locais e entre o plano de longo prazo e os projetos pontuais, públicos e privados. Neste contexto, uma série de questões orienta a discussão proposta neste artigo. Como GPUs foram considerados pelo PDDI, Macrozoneamento e demais produtos do planejamento urbano da metrópole, incluindo o Plano de Mobilidade e os processos de revisão dos planos diretores municipais? Quem define a agenda de GPUs e como ocorre a permeabilidade da política urbana a ela? Como essa lista de GPUs dada a priori dialoga com mecanismos de participação previstos no planejamento? E com a especificidade dos locais? Qual a distribuição metropolitana do ônus e bônus desses projetos? Até que ponto fomentam competições entre municípios? Até que ponto promovem articulações que se sobrepõe ou confrontam a agenda urbana? Qual o real papel do planejamento, viabilizar esses projetos?

O atravessamento do planejamento pelos GPUs inclui ainda a discussão sobre os regimes urbanos e a relação entre as novas coalizões de poder e o contexto ultraliberal caracterizado principalmente pelo empresariamento da política urbana e por uma nova regulação orientado pelos interesses de mercado. As novas tipologias de intervenção urbana, as novas modalidades e intensificação das parcerias com o capital privado, e a abertura de capital das grandes empresas atuantes no campo são alguns dos sinais de um contexto favorável ao processo de financeirização colocado em discussão."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As contradições entre planejamento e GPUs estão concentradas nos vetores norte e sul e, mais recentemente, na disputa em torno do Macrozoneamento. No Vetor Norte, a aerotropole orientou articulações e intervenções de elevado gasto público, incipiente atração de investidores e desigual distribuição dos impactos. No Vetor Sul, o projeto C-Sul subverte e se apropria da política de centralidades metropolitanas. A alta permeabilidade do planejamento aos GPUs é um processo caracterizado, de um lado, pela vulnerabilidade das instâncias de participação frente à imposição de uma lista de intervenções definida por interesses e articulações privados e, de outro lado, pela captura do planejamento como estratégia de legitimação dos GPUs, seja por meio de ampliação do capital cultural de seus empreendedores, seja pelas possibilidades de ganho especulativo relacionado ao zoneamento e a investimentos públicos.

Título:
Governança Metropolitana na Escala Local: Fragilidades, Entraves e Possibilidades dos Municípios do Vetor Norte da RMBH.

Autor:
Natália Aguiar Mol, Bárbara Pinheiro de Oliveira França, Sophia Guarnieri, Jordan de Oliveira Ferreira - Pós-Doutorado, UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Código:
RU057

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Diante das transformações multiescalares na organização dos espaços metropolitanos latino-americanos, busca-se compreender como os municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte se inserem no âmbito metropolitano, investigando os limites e dificuldades que inviabilizam a gestão metropolitana compartilhada, bem como a maneira como esses municípios internalizaram as políticas metropolitanas recentes. Buscou-se compreender a nova dinâmica territorial em curso, a partir da análise dos impactos socioespaciais decorrentes da atual fase de desenvolvimento econômico do Vetor Norte da RMBH, na escala local dos municípios, com vistas à identificar os atores e coalizões público-privadas envolvidos nesse processo e a dinâmica de valorização imobiliária viabilizada pelos investimentos nessa região, resultantes da implantação em curso de uma Aerotrópole, cujo centro propulsor é o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, conformando uma nova dinâmica territorial metropolitana.

Metodologia:

Inicialmente, realizou-se um embasamento teórico-conceitual através da análise de variadas bibliografias e fontes de informação digitais. Estudou-se o atual arranjo institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, englobando as instâncias que o constituem e a sua atuação como forma de promover a governança metropolitana e a gestão compartilhada e democrática do território. Além disso, analisou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH) e o Macrozoneamento Metropolitano, atentando-se às proposições desses instrumentos para os municípios do Vetor Norte englobados na pesquisa, sendo eles Belo Horizonte, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano. Somando-se a isso, foi realizado um levantamento de dados referentes às condições socioeconômicas e urbanísticas dos municípios em estudo, abrangendo questões relativas ao planejamento urbano, com a análise dos Planos Diretores e das políticas metropolitanas incorporadas, às finanças municipais e à capacidade técnica dos municípios. Após o levantamento bibliográfico, iniciaram-se as visitas de campo, com a realização de entrevistas com secretários de planejamento urbano dos municípios estudados e na Agência de Desenvolvimento Metropolitano. O roteiro de entrevistas englobou questões relativas ao planejamento urbano, finanças, políticas metropolitanas, inserção do município no âmbito metropolitano e sua relação com as instituições ligadas à gestão da região metropolitana, e aos impactos socioespaciais do atual desenvolvimento econômico empreendido no Vetor Norte da RMBH, em decorrência da implantação de grandes empreendimentos, com destaque para o grande projeto da Aerotrópole. Após as entrevistas, as informações foram transcritas e analisadas, tendo sido elaborados quadros comparativos com os dados obtidos em cada município.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A problemática central, motivadora da pesquisa, está relacionada à dificuldade de implementação das políticas metropolitanas pelos municípios da RMBH no âmbito local, representando um obstáculo para a efetiva integração metropolitana. Mesmo diante das recentes transformações no arranjo institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que originaram um Conselho Deliberativo, uma Assembleia Metropolitana e uma Agência de Desenvolvimento Metropolitano, e do avançado aparato instrumental desenvolvido, constituído pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (2009-2010) e pelo Macrozoneamento Metropolitano (2013-2015), os municípios metropolitanos ainda apresentam limitações para a incorporação das políticas instituídas, evidenciando uma desconexão entre eles. Nesse contexto, muito tem-se estudado acerca da gestão metropolitana e dos instrumentos voltados à ela, mas pouco se investigou sobre a realidade local dos municípios metropolitanos, sua inserção, fragilidades e limites para responder à gestão compartilhada, e as implicações socioespaciais dessas políticas metropolitanas na esfera municipal. Somando-se a isso, buscou-se analisar como o desenvolvimento econômico empreendido no Vetor Norte da RMBH impacta as políticas urbanas locais, os principais atores envolvidos e como esses investimentos relacionam-se aos atuais processos socioespaciais metropolitanos. Entre as principais hipóteses levantadas, encontram-se as possíveis dificuldades de ordem técnica, política, econômico-financeira ou institucional dos municípios metropolitanos, que se apresentam como empecilhos à implementação das políticas propostas pelos instrumentos de planejamento. Além disso, outras hipóteses voltaram-se à ausência de espaços de deliberação democrática e ao possível distanciamento dos municípios em relação às questões metropolitanas, incentivado pela inexistência da noção de pertencimento metropolitano. Ademais, investigou-se a conformação de um novo regime urbano no Vetor Norte da RMBH, impulsionado pelas recentes transformações espaciais e econômicas decorrentes do grandes empreendimentos implantados, cujos reflexos impactaram diretamente os municípios estudados, influenciando as políticas urbanas adotadas por eles. Como principais resultados, constatou-se que as dificuldades de incorporação das políticas metropolitanas estão relacionadas principalmente ao desconhecimento das proposições trazidas pelo PDDI e pelo Macrozoneamento e dos projetos implementados ou previstos para a região. Somando-se a isso, estão as fragilidades financeiras e as deficiências nos quadros técnicos municipais, constatados através das entrevistas. Em alguns municípios, destacou-se a discordância em relação às políticas metropolitanas propostas. Em relação às políticas de desenvolvimento e valorização empreendidas no Vetor Norte, pode-se constatar que, direta ou indiretamente, os municípios analisados apresentaram distintos impactos socioespaciais e econômicos desse processo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância central está vinculada à compreensão da realidade local dos municípios do Vetor Norte da RMBH no que se refere à adoção das políticas metropolitanas, seus limites e fragilidades para a implementação dos instrumentos que visam otimizar a gestão e a integração metropolitana. Destaca-se a análise dos impactos socioespaciais resultantes do recente desenvolvimento impulsionado no Vetor Norte, com uma investigação que transita da escala estrutural mais ampla para a escala da prática cotidiana da ação governamental nos municípios metropolitanos. Pode-se inferir que há, apesar dos recentes avanços institucionais e instrumentais, uma desconexão entre as escalas metropolitana e local, uma vez que grande parte das ações de planejamento dos municípios voltam-se aos interesses de gestão municipal, em detrimento de sua inserção no território metropolitano. Portanto, ainda são expressivos os desafios para a efetiva governança metropolitana e integração socioespacial entre os municípios.

Título:
Representação Política e Governança na Região Metropolitana de São Paulo

Autor:
C Frederica Valle de Queiroz Padilha, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Nelson Rojas de Carvalho –doutorado, UFRJ

Código:
RU086

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Identificar e analisar os mecanismos que fazem com que a dinâmica política de representação se traduza em obstáculos para a construção de um sistema de governança e para a mobilização dos atores políticos em torno de uma agenda metropolitana.

Metodologia:

Os métodos e técnicas de observação escolhidos para se investigar o objeto desta pesquisa - a presença de questões metropolitanas na atividade legislativa dos deputados estaduais paulistas - partem de abordagens quantitativas e qualitativas, de modo a se complementarem e interagirem de forma dinâmica.

As principais fontes de dados utilizadas nas diferentes etapas da pesquisa foram: 1) análises de documentos, tais como textos legais afetos ao funcionamento das instituições analisadas; 2) realização de entrevistas; 3) participação em eventos relacionados, como o Conselho de Desenvolvimento da RMSP e o Conselho Consultivo da sub-região Sudoeste da RMSP; 4) leitura de pesquisas mais recentemente publicadas sore o tema; 5) análise das informações disponibilizadas nos sites acerca dos processos de gestão metropolitana e comportamento legislativo, como a página da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) e 6) técnicas quantitativas presentes nos trabalhos sobre o tema.

As entrevistas foram semiestruturadas, ou seja, foi adotado um roteiro flexível como norteador aprofundando, no decorrer da entrevista, aspectos importantes para a compreensão do pensamento e percepções do entrevistado sobre o tema em pauta.

As informações e dados utilizados nos modelos quantitativos da pesquisa foram coletados de bancos de dados públicos como do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Para o levantamento, organização e consolidação dos projetos de lei, emendas ao orçamento e indicações, foi utilizado como referência o link disponível para cada deputado no site da ALESP, filtrando os resultados que fazem parte do escopo dessa pesquisa.

Para a seleção de deputados para as entrevistas foram adotados critérios relativos ao seu padrão geográfico de votação, seu partido e sua base eleitoral,mas como apenas cinco deputados se dispuseram a ser entrevistados o uso deste material foi limitado a complementar as análises realizadas."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os obstáculos à cooperação metropolitana de ordem fiscal e institucional parecem ter se acentuado a partir da Constituição de 1988, que surgiu com uma concepção municipalista, onde a questão metropolitana não era vista como uma prioridade.

Nesse sentido, os arranjos políticos e territoriais passaram a privilegiar a escala estadual e municipal, de modo que a escala metropolitana aparece como mais um ente de gestão governamental, sobrepondo-se ou superpondo-se aos já existentes. Ou seja, dar uma base política, administrativa e financeira às metrópoles por vezes é encarado como uma concorrência por recursos públicos e mesmo como uma ameaça a autoridade dos governos municipais e estaduais sobre seus territórios.

Na nova constituição, a criação e a gestão das regiões metropolitanas passaram a ser de responsabilidade dos estados por meio de suas assembleias legislativas, onde deveriam ser discutidas e regulamentadas as propostas de gestão de problemas metropolitanos com uma base jurídica sólida, legitimidade-político social e baseadas em arranjos institucionais de cooperação intermunicipal sustentáveis no longo prazo.

Este novo contexto fez com que muitos estudos se voltassem para o sistema de representação política no Brasil para identificar outra ordem de obstáculos ao enfrentamento das questões metropolitanas, dos quais se destacam i) o déficit de representantes políticos nas assembleias legislativas, o comportamento político das metrópoles, que seria regulado por gramáticas políticas distintas, onde a periferia metropolitana seria marcada pela gramática do clientelismo enquanto a capital seria marcada por uma gramática dupla de pouca participação eleitoral com uma participação mais politizada e iii) o padrão geográfico de votação dos deputados metropolitanos, que tendem a obter a maioria de seus votos em apenas um município e por esta razão acabam se voltando à assuntos locais e paroquiais em detrimento de temas que viabilizassem um programa metropolitano.

A partir da análise destes fatores fatores para a RMSP, a pesquisa apontou que eles não se configuram como os principais obstáculos para um sistema de governança metropolitana na região, onde a disputa política dos dois principais partidos do estado, PT e PSDB, em torno de diferentes abordagens de governança metropolitana e a falta de capacidade institucional do poder legislativo de participar da produção de políticas e da definição da agenda pública parecem ser fatores mais relevante para a ausência dos temas metropolitanos na agenda política do estado.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa mostra que, ainda que os fatores do sistema de representação política brasileiro apontados por outros estudos como obstáculos para a efetivação de um sistema de governança metropolitana não operam no caso da RMSP, no entanto outros fatores surgem como obstáculos fazendo com que São Paulo repita o que tem se verificado em outros estados: a dinâmica político-eleitoral não mobiliza os atores do sistema políticos em torno da problemática regional e metropolitana, como se houvesse uma dissonância entre a dinâmica racional técnica do governo e a dinâmica política de representação.

Na dinâmica político-eleitoral, a preocupação com questões regionais e metropolitanas não parece estar presente, impedindo a efetivação de planos e projetos mais explícitos e de longo prazo, uma vez que estes planos preveem uma repartição de recursos em uma dinâmica que é bloqueadora da dinâmica da cooptação e do clientelismo. "

Título:
O que estava nos planos da região metropolitana do Recife-RMR – um estudo sobre os grandes projetos urbanos e a produção do espaço urbano-regional

Autor:
Maria Veronica Lins Palmeira e Flávio Antonio Miranda de Souza –doutorado, "Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU"

Código:
RU090

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar a produção do espaço urbano-regional da RMR desde os planos aos Grandes Projetos Urbanos. Com este intuito apresenta-se um breve histórico sobre as regiões metropolitanas no Brasil enfatizando a RMR desde a sua criação até o atual contexto. Considerando este mesmo período, fez-se um levantamento dos planos regionais e municipais elaborados, tendo em vista a relação da legislação institucional e urbanística com os principais GPU que vêm sendo propostos e ou executados.

Metodologia:

Este artigo configura-se como uma pesquisa qualitativa, realizada por meio do método hipotético-dedutivo, assim denominado devido à necessidade de formulação de hipóteses para testar uma teoria, este método parte da construção de um modelo, ou seja, uma representação simplificada da realidade, e indica as relações entre as variáveis selecionadas. Optou-se por realizar estudo de caso na RMR, uma vez que tal estratégia de pesquisa se aplica à contemporaneidade e à complexidade das intervenções urbanas e do processo analisado.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram compostos por: levantamento de dados primários (produção de dados iconográficos e documentais) e secundários (pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica).

Os dados primários correspondem aos dados produzidos a partir desta pesquisa e composto por dados iconográficos como mapas; fotos; figuras, assim como por dados documentais sistematizados a partir das observações realizadas nas visitas de campo; informações específicas com órgãos públicos representativos e profissionais envolvidos com os GPU.

Os dados secundários serviram de base para obter os conceitos e as informações necessárias para a sistematização deste trabalho e foram compostos pelas pesquisas bibliográfica, documental e iconográfica. A pesquisa bibliográfica e sua consequente revisão foi composta por livros e capítulos de livros, teses e dissertações, artigos acadêmicos e demais publicações.

A pesquisa documental foi composta por planos e projetos; legislação institucional e urbanística; contratos de concessão (PPP); artigos e textos publicados em jornais e revistas; informações de áudio (entrevistas realizadas por outros pesquisadores).

A pesquisa iconográfica foi composta por mapas, imagens aéreas, fotos, e demais imagens buscadas nos órgãos públicos representativos (CONDEPE/Fidem) e nos sites dos jornais, construtoras. Apresentações e vídeos (divulgados na internet).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As práticas urbanas contemporâneas apresentam um contexto em que o planejamento urbano parece ceder espaço ao projeto urbano, ao tomar esse último o papel do planejador pelo empreendedor, o papel da cidade enquanto espaço social pela cidade mercadoria. Nesse contexto, indaga-se se essa forma de intervir no espaço urbano corresponde ao Planejamento Urbano e qual tipo de desenvolvimento pode ser proveniente de tais práticas?

Nas cidades contemporâneas, a forma de administrá-las, o planejamento e as ações sofrem influências da visão que se tem do mundo hoje, ou seja, um mundo globalizado, regido pelo capitalismo e regulamentado por um Estado em reforma. A política e a gestão urbana, através dos novos arranjos institucionais e territoriais, têm promovido, dentre outra coisas, os GPU, enquanto solução para transformar as cidades.

Os GPU estão relacionados com um discurso de promoção do desenvolvimento urbano devido ao papel estruturador desses projetos nas cidades, porém questiona-se a realização desse discurso no contexto atual, diante das práticas analisadas e do caráter imediatista que parece se interpor ao ato de planejar cidades e regiões.

Aponta-se que os GPU têm sido na maioria das vezes associados a grandes eventos internacionais. Observa-se que a RMR configura-se atualmente como um cenário propício para a realização desses projetos, impulsionados pelos eventos de alcance internacional, tais como a Copa do Mundo FIFA 2014, e devido à existência de centros industriais e à instalação de novas indústrias. Tal cenário atraiu investidores e proporcionou a realização de parcerias público-privada (PPP) que possibilitaram a execução dos empreendimentos e a implantação de obras estruturantes.

Esta pesquisa baseia-se na hipótese que refuta a tese de que os projetos se sobrepõem aos planos, uma vez que os GPU fazem parte do planejamento urbano estratégico, cuja relação entre projeto e plano é simultânea e não hierárquica. Assim parte-se do pressuposto que GPU é uma das estratégias utilizadas para a (re)produção capitalista do espaço.

A investigação da relação entre os planos e os projetos no processo de produção do espaço urbano-regional da RMR, teve como principais resultados as seguintes constatações:

a) Não há mais a sobreposição dos projetos sobre os planos, uma vez que, atualmente os GPU estão nos planos diretores e nos planos das regiões metropolitanas e quando não estão passam a estar, pois a legislação é modificada, para atender aos interesses de grupos dominantes;

b) Os GPU são possibilitados pelas novas institucionalidades na gestão urbana e estas têm consequências nos arranjos territoriais e no crescimento urbano e regional, porém estas transformações não possibilitam o desenvolvimento urbano e regional uma vez que estão direcionadas para o mercado imobiliário e para o capital internacional."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

"A relevância dos resultados obtidos aponta para a importância de compreender a produção do espaço urbano-regional a partir dos planos e dos GPU, assim como o contexto do planejamento urbano estratégico no qual tanto os planos quanto os projetos estão inseridos atualmente. Assim aponta-se para a necessidade de estudos a respeito do tema para compreender as transformações das cidades contemporâneas.

As principais conclusões apontam para o papel estratégico dos GPU na produção do espaço urbano-regional e sua imbricação com os planos locais e regionais a partir das atualizações e ou modificações destas legislações urbanas e institucionais. As novas institucionalidades na gestão urbana identificadas nas parcerias público-privada (PPP) ao possibilitarem os GPU trazem consequências para o espaço que não têm correspondido ao desenvolvimento urbano-regional"

Título:
Análise crítica de critérios para criação de regiões metropolitanas na Amazônia no contexto contemporâneo de urbanização extensiva da região

Autor:
Helder Santos Coelho eAna Cláudia Duarte Cardoso.

Helder Santos Coelho é discente do do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. Ana Cláudia Duarte Cardoso, é Professora Associada III da Universidade Federal do Pará. Membro do corpo docente permanente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA

Código:
RU094

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivos:

Geral

Construir um arcabouço teórico conceitual para análise do processo de institucionalização das regiões metropolitanas criadas nas últimas décadas na Amazônia considerando o fenômeno de urbanização extensiva da região.

Específicos

- Analisar criticamente os critérios usados para oficialização das regiões metropolitanas indicados pelo IBGE, IPEA e Estatuto da Metrópole.

- Caracterizar o processo de urbanização na Amazônia e as suas repercussões para a formação de novos espaços metropolitanos.

- Avaliar criticamente os fatores que motivam a criação / solicitação de criação das regiões metropolitanas e explicitar a natureza dos critérios que vêm sendo adotados, como subsídio para a regulação da matéria nos estados da região Norte

Metodologia:

Consolidação do arcabouço teórico, tendo em vista a contraposição dos conceitos de metrópole, metropolização, região e região metropolitana, aos estudos sobre a manifestação do fenômeno da urbanização contemporânea na região e das práticas de gestão metropolitana. Espera-se articular aspectos globais, intermediários e da vida cotidiana, para identificar manifestações do processo de urbanização extensiva.

Levantamento e análise dos critérios usados para oficialização das regiões metropolitanas indicados pelo IBGE, IPEA e Estatuto da Metrópole contra dados que caracterizem a situação dos municípios da região: de demografia, socioeconômica, capacidade institucional, formas de acesso à terra, situação ambiental, formas de uso e ocupação do solo, inserção na rede urbana, arranjos políticos da gestão.

Explicitação de atores, conflitos, coalizões que caracterizam as formas atuais de tomada de decisão, e de condições espaciais (ex.: distribuição de população em sedes e vilas municipais e localidades rurais) e criação de matriz de avaliação de aderência dos instrumentos vigentes às características regionais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Problema

Os critérios utilizados pela Lei Federal de 1973, os critérios utilizados pelo IPEA e os critérios indicados pelo Estatuto da Metrópole para a criação de regiões metropolitanas, não são suficientes para justificar a criação desses espaços na Região Norte, visto que, existe um padrão espacial dos municípios típicos de uma realidade histórica e geofísica da Amazônia, uma dinâmica econômica e a distribuição da população sobre o território diferente dos tradicionais espaços metropolitanas criados nos anos 70.

Hipótese

A Hipótese levantada é que há um histórico na região, de controle de territórios estratégicos por agentes que concentram poder econômicos e político, que na fase financeirizada do capital ampliou o interesse pela especulação com a terra urbana, e no fomento à criação de regiões metropolitanas. As RMs propostas serão compostas por municípios cujas sedes encontram-se a quilômetros de distância e com grande insuficiência de serviços, quando avaliadas por parâmetros estabelecidos pela Lei Federal 14 junho 1973, pelo IPEA (2013) e pelo Estatuto da Metrópole (2015). Em suma, o aparato constituído pelo governo federal não consegue decodificar adequadamente os processos em curso na Região Norte, e os instrumentos legais disponíveis não conseguem acessar adequadamente os processos da realidade cotidiana das áreas que reivindicam a condição de região metropolitana.

Principais resultados

- As leituras regionais são pautadas por processos globais de foco econômico como o grande extrativismo voltado para exportação. Tal ênfase é característica de áreas periféricas, que não controlam a agenda de produção de dados para interpretação dos processos característicos da realidade cotidiana.

- Observa-se na região que, a forma como a população está distribuída pelo território, a produção econômica e a realidade da integração entre os municípios que fazem parte destes espaços metropolitanos propostos caracterizam realidades muito diversas daquela estabelecida como

hegemônica pelos instrumentos e dispositivos federais que criaram as nove regiões áreas metropolitanas em 1973.

- Além disso, as formas híbridas de uso e ocupação do solo - originados por modos de vida típicos do ambiente amazônico pautados pela sociobiodiversidade, por um campesinato composto por pioneiros e assentados migrantes, e por modos de produção ligados a matriz industrial, não são devidamente decodificadas como constituintes desses contextos que reivindicam a condição metropolitana, constituindo-se em pontos cegos um aspecto político subjacente à tomada de decisão a respeito do tema.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

- Os fatores que motivam a criação de regiões metropolitanas são de caráter político-econômico, visto que, a criação de regiões metropolitanas afeta o mercado de terras local, e favorece a especulação.

- A institucionalização dos espaços metropolitanos antecipa a dissolução de modos de vida bem sucedidos há séculos na região em favor das espacialidades pautadas pelo grande capital; as segundas mobilizam e apreendem o principal meio de produção dos primeiros - a terra.

- As formas de organização espacial dos municípios não são consideradas como um atributo relevante na instituição e de limitação de espaços metropolitanos na Amazônia, na medida que serviços públicos como saneamento, transporte, segurança ainda carecem de tecnologias de baixo custo para que possam vir a ser universalizados.

Título:
Apontamentos sobre a governança no desenvolvimento da borda oeste metropolitana fluminense.

Autor:
Nathália Figueiredo de Azevedo –mestrado, Professora Substituta IPPUR/UFRJ

Código:
RU102

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho mostra a evolução da governança metropolitana fluminense, denominada neste como uma metropolização desigual e combinada no recorte da borda oeste metropolitana, buscando não apenas qualificá-la, mas também identificar quais foram os principais fatores e setores responsáveis por este processo localista. Tal estudo objetiva examinar especificamente a construção do conceito de governança na interpretação de especialistas da área como: João Ferrão (2010) e Mário Procopiuck (2013), e desenvolve um balanço dos 40 anos desta questão em nível do desenvolvimento institucional (NORTH, 1990) no Brasil; também buscar responder a emergência (fenômeno socioespacial) da multiplicidade de formas de governança em níveis (nacionais, regionais e locais) (JESSOP, 1998; KLINK, 2013) e as forças dessa governança na metrópole periférica fluminense.

Metodologia:

Este trabalho divide-se em três seções, sendo considerados os estudos mais recentes, por meio de revisão bibliográfica e análise de dados. A primeira seção, A governança metropolitana brasileira: contexto histórico, balanço e análise crítica – se apresentam variáveis concernentes à interpretação do fenômeno socioespacial da metropolização, a sua relação com a periferia. Foram escolhidos estudos de referência mais recentes sobre a temática, alguns ligados a Projeto da Rede IPEA, como Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013), o Mapeamento da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras (2015), e as principais publicações derivadas do Projeto Governança Metropolitana do IPEA. Com isso, buscou-se identificar, na segunda seção, O desenvolvimento desigual e combinado e o reescalonamento espacial da metrópole fluminense, o processo histórico de institucionalização das políticas de estado em prol do desenvolvimento da RMRJ, a partir da análise do modelo urbano fluminense é analisado por meio de documentos institucionais e autores que especialistas da formação histórica, como Ana Maria Brasileiro (1979), Carlos Lessa (2001), Hélio Evangelista (1998), e outros. Assim como da formação econômica deste processo: Robson Silva (2004, 2007, 2009, 2017), Bruno Sobral (2008, 2013, 2017) e outros. A partir desses elementos, a terceira e última seção, As forças da governança na metrópole periférica – a desigualdade no território do extremo Oeste Metropolitano Fluminense, analisa socioeconomicamente alguns determinantes do desenvolvimento desigual que respondem a reprodução da periférica metropolitana. Fazendo uma atualização da questão via a exigência legal do Estatuto da Metrópole (2015): a construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI), recém-lançado pelo Consórcio Modelar a Metrópole, em julho de 2018, e ainda precisa ser aprovado mediante lei estadual.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A metropolização fluminense foi originária de uma dinâmica estrutural desigual, principalmente na dimensão da urbanização, onde se destaca uma economia de serviços e um nível de industrialização que, após um processo de desconcentração produtiva nos anos 1990, recupera seu vigor fora da centralidade metropolitana (processo de interiorização) na “borda periférica” em nível municipal. Uma das principais funções metropolitanas que reforça a industrialização foi a inserção nos Planos Diretores Municipais, do polo e/ou centro industrial também definidas como zona ou área de especial interesse propiciando o capital financeiro à nível local.

Nos anos 2000, os municípios que compõe à Região Metropolitana do Rio de Janeiro são aparados por uma série de benefícios fiscais estaduais pró-indústria e logística. Dessa forma, impõem-se aos jovens municípios a experimentação de novos instrumentos e conceitos que marchem aos avanços legais do Estatuto da Cidade (2001) e do recente Estatuto da Metrópole (2015). Houve no território fluminense pós-constituição (1988) a criação de novas escalas de urbanização geradas por uma urbanização extensiva a partir das centralidades até as bordas, resultando em um espraiamento de “redes urbanas planetárias” e até mesmo a amalgmação de novas megarregiões pela análise acadêmica.

A região denominada de borda oeste metropolitana foi concebida pelo Prof. Leandro de Oliveira da UFRRJ, com base na ideia da nebulosa urbana Rio - São Paulo , da qual Sandra Lencioni (2015, p.11) salienta que a nebulosa inclui municipalidades para além da atual configuração da RMRJ, com ênfase a atuação de cidades metropolitanas: Paracambi, Seropédica e Itaguaí, que não estão previamente inseridas nas microrregiões por ela analisadas.

Intitulamos esta região econômica formada por Itaguaí, Japeri, Queimados, Paracambi e Seropédica de Região Logístico-Industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense; esta megarregião econômica

tem sido palco de uma verdadeira revolução industrial extemporânea, pois emergem nas cidades que a compõe novos vetores produtivos – em especial, do ramo industrial e logístico –, e novas formas urbanas, com o gradual rompimento da estética rural até então predominante por meio de um intenso processo de reestruturação territorial-produtiva.

Além disso, o reescalonamento dos territórios urbanos brasileiros foi identificável apenas pela dispersão de suas funções centrais para periferia metropolitana: consumo (shopping centers e sedes de empresas), instituições (centros de pesquisa e ensino e sedes de órgãos públicos), cultura (teatros, cinemas e casas de shows), etc. As próprias cidades do extremo oeste fluminense se desintegraram da exclusividade de serviços na centralidade metropolitana, a partir de reconfigurações funcionais localistas para facilitar a expansão da industrialização, associando novos espaços às redes urbanas planetárias (Borda Oeste Metropolitana).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Este trabalho aponta a governança metropolitana como norteadora das ações institucionais a nível local, sendo a construção institucional adotada, pós-fusão, norteadora de uma imensa metrópole em obras de infraestrutura e de projetos que tentam recuperá-la como centro gestor da economia fluminense e requalificou seus espaços de atividades industriais até sua extinção. Ao propor um novo arcabouço legal e institucional para RMRJ reinsere a importância de um pacto entre os municípios para coordenação das funções públicas metropolitanas de interesse comum ao estado e aos municípios (transporte, uso do solo, saneamento, saúde e educação). Conclui-se, que as limitações estruturantes dessa desigualdade territorial advêm da carência de uma coordenação integrada das decisões. Sendo emergencial a continuidade do plano metropolitano na esfera legislativa, em prol, do desenvolvimento efetivo, ou seja, ser mais que uma mera cartilha de negócios que atenda somente as necessidades do empresariado.

SESSÃO 2.3.5

Regimes Urbanos

Coordenação: Alexsandro Ferreira e Neson Rojas

Título:
Agenda de desenvolvimento em Campina Grande: formação de uma política de Regimes Urbanos

Autor:
Twane Maria Cordeiro Xavier; Adjael Maracajá de Lima; Lívia Izabel Bezerra de Miranda.-mestrado, Pesquisadores do Observatório das Metrópoles - Núcleo Paraíba

Código:
RU036

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Com intuito de viabilizar um planejamento estratégico para o desenvolvimento da cidade, uma articulação entre integrantes da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP e gestores do município de Campina Grande, promoveu em 2015 discussões para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035, aprovado como lei municipal em abril de 2018. O artigo aqui proposto estrutura-se a partir da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo Núcleo Paraíba da rede Observatório das Metrópoles sobre Regimes Urbanos e tem como objetivo específico, analisar como se deu a estruturação do Plano Estratégico de Campina Grande a partir da identificação e análise das articulações e coalizões existentes, observando a participação de cada agente nas decisões, e os interesses predominantes que vêm se refletindo nas ações em desenvolvimento e nas metas futuras.

Metodologia:

Elaborado a partir de ação conjunta entre a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e a Prefeitura Municipal, com colaboração do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e os serviços de consultoria da empresa Macroplan, contratada pela FIEP, o Plano Estratégico foi dividido em várias fases, contando com diagnósticos, pesquisas quantitativas e qualitativas, análises comparativas de outros projetos em outras cidades, e propostas e metas com horizonte até 2035.

No âmbito da pesquisa vem sendo analisados os diversos dados, análises e propostas que integram os documentos que compõem o Plano Estratégico, divididos em oito volumes. As análises vêm considerando, ainda, dados estatísticos relativos à situação econômica e social do município, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e outros dados disponibilizados pela Secretaria de Planejamento disponíveis no site Observa Campina, bem como, pesquisas e estudos realizados pelo Núcleo Paraíba e outras instituições de pesquisa. Vêm sendo realizadas também entrevistas com alguns agentes das instituições que participaram da elaboração do Plano Estratégico.

Desse modo, será possível, a partir do Plano Estratégico, verificar a influência dos setores econômicos e políticos dominantes na cidade e a formação de coalizões entre agentes públicos e privados, que visam atuar em conjunto na construção de uma agenda de desenvolvimento local.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Campina Grande é o segundo maior município do estado da Paraíba, com cerca de 400 mil habitantes (IBGE, 2015). Em 2015, através de iniciativa de agentes do setor privado local juntamente a prefeitura municipal, teve início o processo de elaboração do Plano Estratégico Campina 2035, que foi reconhecido

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

como um documento oficial do governo municipal por meio do Projeto de Lei Nº213/2017 para o planejamento da cidade pelos próximos 20 anos. No PL, estão previstos projetos que vão desde ações estruturais/físicas até a gestão de certos setores a partir das Parcerias Público Privadas (PPP). Vale ressaltar, por outro lado, que o Plano Diretor de Campina Grande já teve o prazo-limite para sua revisão de 10 anos ultrapassado.

A proposição de uma agenda de desenvolvimento local, a partir da articulação entre agentes públicos e privados, tem ocorrido em Campina Grande sob a predominância do ideário neoliberal e para a constituição de políticas pró-mercado, o que, por hipótese, deverá ser expressa por parcerias público-privadas, com o protagonismo na concepção e gestão dos agentes privados, ficando o setor público como responsável para a realização de investimentos em infraestruturas que viabilizem os empreendimentos. Além das diversas propostas que constituem o Plano Estratégico, algumas parcerias já vêm sendo desenvolvidas com esta concepção como o Complexo Multimodal Aluízio Campos, que integra componentes industrial, logístico de armazenamento e distribuição e habitacional, entre outros e no âmbito cultural já vem sendo experimentada, faz dois anos, a concessão para a realização do São João de Campina Grande para uma empresa privada, como ensaio para uma futura PPP com horizonte temporal de 20 anos, já anunciado pelo atual prefeito. Para a pesquisa fica o questionamento sobre até que ponto o Plano Estratégico abarca os interesses e necessidades de outros atores e segmentos sociais e como poderão influenciar em sua implementação, já que não tiveram oportunidades para participar de sua elaboração. As alianças principais são formadas, e atuam como estruturas de poder dentro dos ambientes institucionais urbanos (Ward, 1996), onde muitas vezes a população não tem espaço para debate ou não tem suas demandas atendidas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A configuração dos modelos e processos de planejamento e gestão que estão se consolidando em Campina Grande e gestão Plano Estratégico Campina 2035, aponta para uma inflexão na gestão e no planejamento municipal a partir de uma lógica neoliberal, voltada a políticas pró-mercado a partir da previsão de várias PPP. Isso indica as características do das articulações público-privadas que vêm se formando na cidade e da agenda de desenvolvimento urbano voltada a estratégias empreendedoristas voltadas à exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços e às disputas por fundos públicos e pela produção e gestão do espaço construído.

Título:
Empresariamento urbano em Campina Grande-PB: o Complexo Aluízio Campos como produto da competitividade na/da cidade

Autor:
Adjael Maracajá de Lima; Lívia Izabel Bezerra de Miranda; Twane Maria Cordeiro Xavier –mestrado, Pesquisador do Observatório das Metrópoles Núcleo Paraíba.

Código:
RU037

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Pretende-se verificar como o Complexo Aluízio Campos vem sendo implementado como produto de empresariamento urbano visando o desenvolvimento urbano de Campina Grande, em âmbito regional, como centro industrial-logístico e de distribuição de produtos. O complexo prevê: distrito industrial; módulo logístico; Instituições de P&D e empresas de base tecnológica e serviços avançados; conjunto habitacional e jardim botânico. Decorre de uma articulação público-privada, com o protagonismo de integrantes da FIEP e da Associação Comercial de Campina Grande, tendo o governo municipal como promotor da desregulação urbana e captador dos recursos públicos necessários às infraestruturas e serviços para viabilizar o complexo. O componente habitacional, promovido por articulação entre governo municipal, proprietários fundiários e setor imobiliário, viabilizado inicialmente a partir do MCMV, está sendo estudado como vetor de valorização, produção e expansão urbano-imobiliária na periferia da cidade.

Metodologia:

Para a pesquisa sobre o Complexo Aluízio Campos vem sendo analisados os produtos/documentos elaborados sobre o projeto e o Plano Estratégico Campina 2035, que tem o Aluízio Campos como um dos principais projetos. Serão realizadas entrevistas com os principais agentes ligados à concepção e implementação das primeiras etapas do Aluízio Campos: integrantes da Secretaria de Planejamento de Campina Grande; da Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE (autarquia responsável pela gestão de espaços públicos voltados ao desenvolvimento econômico); da Macroplan, (empresa responsável pelo projeto); integrantes da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP e agentes do setor imobiliário. Dessa forma, vem sendo possível recuperar o histórico do complexo, suas características principais, outros agentes que possuem participação direta e/ou indireta na sua elaboração e execução, os arranjos institucionais e as condições das articulações público-privadas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

"O Aluízio Campos é um complexo multimodal em construção no Bairro Ligeiro na Zona Sul da cidade de Campina Grande-PB com 800 hectares de área e próximo a modais rodoviários, aeroviário e ferroviário. O complexo é composto por uma série de componentes como: condomínios logísticos, condomínios industriais e de serviços, tecnópolis, área residencial, jardim botânico etc.

O complexo é fruto de articulações entre agentes econômicos e políticos e duas frentes parecem mais evidentes: (i) uma coalização público-privada relacionada aos principais componentes do complexo, setor industrial e logística, com o protagonismo de integrantes da FIEP; (ii) outra relacionada às questões de valorização fundiárias e imobiliária, que tem sido responsável pela produção de parte dos empreendimentos na periferia da cidade e que será promotora, a partir do complexo, de um novo vetor de expansão urbana da cidade para novas iniciativas imobiliárias.

Ambas as frentes, muito dependentes das articulações promovidas por agentes do governo municipal e de outras esferas e de recursos públicos, investidos diretamente em habitação, infraestruturas e serviços urbanos ou financiamentos para os empreendimentos produtivos e de serviços.

Em função da necessidade de grandes volumes de recursos físicos e financeiros para a implantação do Complexo e a conjuntura de crise econômica, a estratégia proposta pelos proponentes privados é de segmentar e implantação do Complexo Aluízio Campos em grandes etapas, definidas no Plano Diretor do Complexo, cada uma com estruturas de gestão próprias.

Algumas possibilidades foram aventadas pelos estudos contratados pela FIEP para modelar a participação da iniciativa privada, entre elas a cessão de uso por parte da prefeitura por meio de outorga para a primeira fase do complexo, compreendendo a infraestrutura e os galpões; e o arrendamento de lotes/galpões por meio de contratos de longo prazo. O cessionário poderia ser um Fundo de Investimento ou um Fundo Imobiliário constituído para implantar e operar o complexo. Este poderia, segundo a consultoria contratada pela FIEP, estabelecer uma "troca financeira" com a Prefeitura, tendo a área a ser trocada por um valor previamente estabelecido. Os recursos assim obtidos poderão ser aplicados nas demais etapas do projeto. Uma alternativa, também, seria a "troca de área", isto é, após a implantação efetiva, o fundo repassaria uma área à Prefeitura.

Outra possibilidade aventada pelos proponentes privados do complexo contaria com os empresários como capitalizadores do fundo e arrendatários dos galpões, ao mesmo tempo, isto possibilitaria a redução do risco potencial do negócio.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O caso do Complexo Aluízio Campos vem revelando uma agenda urbana de caráter empresarialista a partir de "soluções" de mercado. Alianças políticas entre lideranças e elites empresariais locais podem des/reordenar o planejamento e a gestão da cidade, legitimando-se a partir de aparatos de planejamento como o Plano Estratégico Campina 2035, aprovado recentemente pela Câmara de Vereadores como lei municipal.

Em relação ao componente industrial-logístico do complexo, a tendência é de acentuação do protagonismo de integrantes da FIEP e de instituição de algum fundo de investimentos para alavancagem dos empreendimentos. A partir do componente habitacional, a tendência é a retenção especulativa de terras e a realização de alguns empreendimentos imobiliários, a partir da desregulação urbanística na periferia da cidade, da ampliação do perímetro urbano, com pressões sobre áreas ambientalmente frágeis e sobre posseiros ligados às atividades agrícolas e reforço à dispersão urbana descontínua.

Título:
Formação de coalizão à luz dos regimes urbanos: agentes, expansão do Porto de Natal e reassentamento da comunidade do Maruim

Autor:
Cicero Wildemberg Matias Gomes, Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva
1 - Estudante de Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
2 - Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do DARQ da UFRN e do PPGAU UFRN;
3 - Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do DPP da UFRN e do PPEUR UFRN.

Código:
RU054

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Buscando contribuir para a identificação e entendimento sobre os Regimes Urbanos em Natal, o presente trabalho visa discutir as estratégias dos grupos de pressão que conduziram o projeto de expansão do porto de Natal e o projeto de reassentamento da comunidade do Maruim, considerando as coalizões envolvidas durante o processo de resolução do conflito. Em termos específicos o trabalho situa os grupos e coalizões, formas de participação e a agenda dessas coalizões, vis à vis os conflitos políticos, institucionais ou sociais engendrados.

Metodologia:

Este trabalho tem por base a dissertação de mestrado em desenvolvimento intitulada "DINÂMICAS TERRITORIAIS NA PERSPECTIVA DOS REGIMES URBANOS: o Porto de Natal e o reassentamento da comunidade do Maruim". A pesquisa se realiza junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PPEUR/UFRN e está vinculada ao projeto "Caracterização dos Regimes Urbanos das Metrópoles Brasileiras", desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles (integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, INCT/CNPq), através do programa "As Metrópoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano - 2015-2020". Dessa forma, os pressupostos teóricos que orientam este trabalho estão fundamentados na relação entre o poder nas cidades e a produção do espaço, destacando-se princípios da literatura sobre os regimes urbanos, a partir das contribuições e discussões realizadas por Stone (1989), Casellas (2006), Mossberger e Stoker (2001) e Silva, Clementino e Almeida (2017), por exemplo. Torna-se importante destacar que, nesta pesquisa, o regime urbano é compreendido como método de análise, levando em conta, entre outros, o seu alcance para orientar a leitura sobre a economia política local e sobre os mecanismos de poder político na cidade. Dentre os procedimentos metodológicos destacam-se a realização de entrevistas semiestruturadas com os representantes dos principais grupos envolvidos no referido processo, visando identificar os grupos de interesse e suas estratégias, além da espacialização dos processos, buscando evidenciar efeitos da ação desses grupos sobre o território.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Face ao caráter desigual e excludente do processo de urbanização no Brasil, verifica-se a recorrência de casos em que a expansão da atividade econômica conflita com a moradia social, impactando negativamente populações socialmente vulneráveis que constituíram seus territórios em áreas contíguas aos Portos. Este trabalho tem como problema empírico o processo de expansão da infraestrutura Portuária do Porto de Natal e sua relação com a comunidade do Maruim, considerando que ambos se constituíram a partir do início do século XX, às margens do Rio Potengi, além de contribuírem para a configuração de uma paisagem peculiar com expressivo valor simbólico. O Porto de Natal está inserido no Centro Histórico de Natal e desempenha importante papel para a economia local considerando sua atuação na exportação de frutas. O assentamento do Maruim foi caracterizado por abrigar uma comunidade tradicional de pesca, tendo intensificado o seu processo de ocupação no início do século XX, no âmbito da dinâmica de construção do Porto. A atividade de pesca e a comercialização de peixe no Canto do Mangue tornaram-se a base econômica principal de sustento das famílias que ali se desenvolveram. As tensões entre a atividade portuária e a de moradia envolvendo Porto de Natal e comunidade do Maruim foram marcadas historicamente pelos objetivos de expansão da infraestrutura Portuária. Verifica-se que nos últimos 30 anos se sucederam propostas de expansão do Porto sinalizando a remoção da Comunidade do Maruim. Porém, foi no contexto de incentivos governamentais gerados pelo Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, que se intensificaram as tensões acerca do reassentamento do Maruim, sinalizando a formação de coalizão com foco na implementação da agenda com foco na expansão portuária. Em 2016, a prefeitura de Natal realizou o reassentamento dos

moradores da comunidade do Maruim para o Residencial São Pedro, bairro Rocas, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em terreno próprio localizado à aproximadamente 1,2 Km do assentamento original, a solução adotada em relação ao Maruim se diferenciou dos demais casos ocorridos na cidade de Natal, nos quais a população passou a morar em áreas distantes do seu local de origem e periféricas em relação às centralidades de bairro onde viviam. Considerando a trajetória de formação do Maruim, a sua identidade como comunidade tradicional de pesca e o valor que a área desocupada passou a ter na economia portuária, os moradores dessa comunidade poderiam ter conquistado bem mais que um apartamento no mesmo bairro. Porém, o atendimento à agenda principal dessa comunidade constitui um diferencial na política de habitação social de Natal. Identifica-se que o reassentamento do Maruim foi viabilizado por meio de uma coalizão de grupos de interesse, governo-empresa-comunidade, que resultou na reconfiguração de frações urbanas das margens do rio Potengi e na redefinição da atividade portuária, da pesca artesanal e moradia social.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A CODERN demandou a área ocupada pelo Maruim por sua necessidade de expansão física, apresentando-se como a principal responsável pela pressão e mobilização de outros atores durante o processo, como por exemplo, a Secretaria Municipal de Habitação, uma das responsáveis pela mediação do conflito e solução engendrada, desde a elaboração do PRAC Ribeira, que contou com participação de pesquisadores da UFRN, seguido do levantamento das famílias e negociação com a Caixa Econômica. Outros atores fizeram parte do processo de negociação tornando possível caracterizar uma coalizão informal na qual os interesses individuais convergiram no sentido de implementação de uma agenda que resultou no reassentamento do Maruim com efeitos sobre a reconfiguração das margens do Rio Potengi. Cabe destacar que a ideia central deste trabalho não é definir um Regime Urbano em Natal, mas sim discutir a formação de coalizões à luz da Teoria dos Regimes Urbanos, abordando seus principais eixos de análise.

Título:
Direito urbanístico, governança e regimes urbanos: uma reflexão teórica a partir da cidade do Natal/RN

Autor:
Ana Mônica Medeiros Ferreira, Rita de Cássia da Conceição Gomes -doutorado, Pesquisadoras do Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Código:
RU073

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do trabalho é discutir a relação entre direito urbanístico, governança e regimes urbanos para uma melhor compreensão sobre os atuais fenômenos urbanos na cidade do Natal/RN. O estudo se debruça sobre as normas de direito urbanístico postas, numa perspectiva objetiva e pretende ir além através da compreensão do sistema hermenêutico urbanístico desvendando o seu alcance e limitações. Acredita-se que apenas após essa crítica ao direito urbanístico que se faz possível conjectura sobre os problemas das legislações nacionais e locais da política urbana, bem como relação necessária entre participação popular e direito à cidade na cidade de Natal/RN. Sobre a discussão da estratégia hegemônica do capital para a formação do espaço urbano e formulação de políticas públicas urbanas, o

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

estudo pretende também analisar as práticas de gestão urbana em Natal/RN destacando a necessidade de reflexão sobre o tema da governança e dos Regimes Urbanos.

Metodologia:

Como suporte metodológico, a pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva dialética. Que dará suporte ao aprofundamento da temática sob dois aspectos diferentes, porém, complementares. O primeiro refere-se ao debate teórico sobre as normas de Direito Urbanístico em Natal/RN, que possibilita a ampliação do olhar sobre a importância de pensar o direito à cidade. O segundo analisa o planejamento e a execução de políticas públicas relacionadas aos processos de organização social da cidade com ênfase na participação popular para uma nova estratégia urbana como ação abstrata e sociológica na visão das Ciências Sociais, Geografia e Arquitetura e Urbanismo. Ambos os aspectos são abordados segundo os três momentos da produção do espaço urbano definido por Henri Lefebvre (2000). Assim, o método de abordagem da pesquisa tem como principal fonte inspiradora a obra de Lefebvre que define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço percebido; e o espaço vivido. Através da revisão bibliográfica são trabalhados os conceitos de governança, regimes urbanos e direito à cidade, bem como a relação entre esses conceitos para fundamentar uma ponte entre eles. A pesquisa bibliográfica e documental será a base para traçar um cenário mais amplo para discutir as possíveis divergências teóricas e a influência dessa relação na concepção de cidade. Ademais, a técnica da observação perpassou todo o processo da pesquisa, com a intenção de destacar o cenário no qual está inserido nosso objeto de pesquisa. Possibilitando assim a relação teoria x prática, uma vez que, ao observar, o investigador tem à sua frente uma das dimensões sob as quais se desenvolvem aspectos da estrutura social, essenciais para a análise de sua dinâmica (HAGUETTE, 1987).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Nesse diapasão o estudo tem como ponto de partida o questionamento sobre qual é o papel do direito urbanístico. Para a necessária adequação social e sua importância para a regulação da cidade nas diversas funções incluindo habitação, trabalho, recreação e circulação, a crítica proposta fundamenta-se na hipótese de que as normas e o arcabouço jurídico-institucional atuais, especificamente estão em descompasso com a realidade desde os primórdios de sua concepção e, respondendo positivamente, apresentam-se a serviço da estratégia hegemônica do capital em detrimento das camadas mais vulneráveis as sociedade. O debate sobre a teoria dos Regimes Urbanos possui ampla tradição nos Estados Unidos e no Reino Unido, refletindo uma preocupação com as formas de governança na e pela cidade; porém, seu uso na América Latina, e no Brasil especialmente, é bem mais restrito, com poucos estudos nesse sentido, colocando a necessidade de um debate teórico, conceitual e metodológico que permita o exercício da comparabilidade, sem perda de conteúdo, em um projeto de pesquisa. No contexto de novas repactuações entre Estado e sociedade surgem alguns teóricos dos regimes urbanos para a redefinição de conceitos, a exemplo de Jessop (1997) que parte dos conceitos de Gramsci sobre o Estado e a sociedade para realinhar a uma necessidade de re-pensar a gestão urbana e a governança. Dessa forma Jessop (1997, p. 52) sugere que a esfera política pode ser vista como o domínio onde são feitas tentativas para redefinir uma denominada vontade coletiva para uma comunidade política imaginada e rearticular vários mecanismos e práticas de governo e governança em busca de projetos considerados para servi-lo. Entende-se que é possível utilizar tais critérios para a observação da gestão urbana em Natal/RN com o intuito de verificar como a elite local, o capital financeiro, as oligarquias políticas e agentes de especulação imobiliária atuam na política urbana. Deve-se notar que o fenômeno da financeirização também é fator crucial e se apresenta como um processo global poderoso que, mesmo diante de crises como 2008, continua como movimento hegemônico. Ela enraizou-se em diferentes contextos em Natal/RN sob o

protagonismo de atores locais e globais. Ademais, as políticas urbanas assim como o urbanismo e a gestão fundiária não foram neutros em relação a esse processo de financeirização. Pelo contrário, foram suficientemente ativas para criar condições materiais, simbólicas e normativas para transformar territórios vividos em ativos abstratos (ROLNIK, 2015). Apenas com a caracterização desse cenário é possível discutir a repactuação da relação de Estado com a sociedade, como forma de evitar a mitigação dos espaços decisórios e de participação popular, como meios de frear o autoritarismo legislativo e assim tentar salvar o que nos resta de uma suposta democracia.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Neste sentido, consideramos a importância de avançar na compreensão dos regimes urbanos que se apresentam nos variados contextos, numa perspectiva teórica acerca da governança e direito à cidade mais aproximada com a realidade, de modo a aprofundar a discussão sobre quem e como governam as cidades. Observa-se que a cidade está mergulhada no contexto da globalização (CASTELLS, 2002) e do crescimento capitalista desordenado, podendo-se inferir que os problemas urbanos se agravaram com tais transformações ocorridas nas áreas urbanas e nos espaços regionais. Na cidade do Natal/RN da mesma forma como a ação da política social e do planejamento urbano têm sido fundamental para expandir as fronteiras do capitalismo financeirizado sobre o território, também é necessário pensar novamente ou até inventar um novo movimento político no sentido inverso dos caminhos atuais da governança urbana que apontem para a direção de uma cidadania efetiva.

Título:
Difusão de ideias no campo do planejamento urbano no Brasil: dos programas de desenvolvimento urbano aos regimes urbanos.

Autor:
Ana Cláudia Rocha Cavalcanti, Flávio Antonio Miranda de Souza -Pós-Doutorado, Observatório das Metrópoles, Núcleo Recife - UFPE

Código:
RU076

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Discutir as bases formadoras do planejamento urbano no Brasil para ilustrar o processo de inovação e difusão de ideias na agenda de desenvolvimento como forma de expressão dos processos de indução de conhecimento e tomadas de decisão envolvendo diversos atores em diferentes escalas, e difusão dos regimes urbanos.

Metodologia:

A difusão de inovações na agenda urbana tem impactado de forma sutil, e às vezes de forma explícita, a formulação de políticas urbanas nas cidades brasileiras. Tal aspecto é de fundamental importância para ser investigado e ampliar o conhecimento acerca do processo de como as políticas são formuladas; quem são os principais atores envolvidos (direta e indiretamente) e como as decisões para implementação de programas urbanos são realizadas.

Segundo Radaelli (1995), os modelos analíticos que se baseiam no conhecimento podem ser enquadrados em dois: 1) o conhecimento é endógeno ao policy process, e 2) o conhecimento é apenas um argumento a mais no jogo de interesses.

Este trabalho fundamenta-se na abordagem que destaca o papel crucial das idéias e do conhecimento para a compreensão da formação da agenda. Ao mesmo tempo, tal abordagem centrada nas idéias e no conhecimento enfatiza os estudos dedicados aos processos de difusão e transferência de políticas públicas, sob a égide da policy process, e as maneiras pelas quais os problemas são conceitualizados e levados para os governos para serem solucionados.

O processo de formação da política pública é extremamente complexo e envolve diversos elementos que interagem de forma diferente, sendo alterado ao longo do tempo. São inúmeros os atores envolvidos, que muitas vezes são fortemente motivados por valores e interesses distintos, além de apresentarem percepção diferenciada de dada situação.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Apesar do fenômeno da difusão já haver sido explorado por diversos pesquisadores, ainda é necessário ampliar o conhecimento acerca da natureza da difusão da agenda urbana e seus determinantes.

Os estudos sobre difusão têm apontado as organizações internacionais como os principais atores a se relacionarem e influenciar as inovações nas políticas sociais domésticas em países em desenvolvimento. Nessa perspectiva, entende-se que os atores domésticos passam a assimilar inovações quase que irrespectivamente aos seus interesses. Apesar da teoria da difusão ser bastante complexa, ela não explica os processos específicos das relações entre os atores na escala local.

Para aprofundar o conhecimento acerca da difusão da agenda das agências e os contextos político e econômico, em que a difusão acontece domesticamente, alguns esclarecimentos são necessários quanto à relação entre os fatores que influenciam a interação entre atores nacionais e internacionais, bem como a relação entre governo e agências internacionais de desenvolvimento.

O resultado do debate sobre a difusão é de extrema importância para qualquer análise sobre as relações entre os atores domésticos definidores de agenda urbana e a influência de atores internacionais, uma vez que tal análise permitirá uma compreensão mais detalhada quanto aos tipos de organização estabelecida entre os atores envolvidos na análise, que podem determinar negociações, alianças e barganha, e consequentemente estudos sobre regimes urbanos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A falta de conhecimento acerca de como as inovações ocorrem no campo da agenda urbana, e de como os atores domésticos e internacionais interagem no processo de difusão e assimilação de inovações ainda é bastante relevante. As evidências empíricas indicam que tais inovações não são determinadas unicamente pela difusão de idéias, mas que outros fatores menos convencionais contribuem para dar forma às mudanças da agenda urbana no nível local, tais como: o contexto político, demandas sociais locais, co-opção entre elites locais e externas, interesses diversos entre atores, entre outros.

O debate sobre a influência das agências multilaterais de desenvolvimento na agenda urbana brasileira e conseqüentemente nas políticas públicas das cidades não é novo. Existe certo consenso de que, ao participarem dos programas de desenvolvimento, promovidos pelas agências, os municípios teriam muito a ganhar em termos administrativos; capacitação técnica, investimentos no setor de planejamento, etc.

Título:
Projetos pró-mercado na agenda de desenvolvimento de Belém, Pará

Autor:
Taynara do Vale Gomes; Juliano Pamplona Ximenes Ponte; Renata Durans Pessoa de Souza –mestrado, Universidade Federal do Pará. Bolsista Observatório das Metrópoles

Código:
RU079

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo tem como objetivo discutir e apresentar as tensões, contradições e perspectivas existentes entre as políticas de Estado e os interesses do mercado no Município de Belém a partir da análise dos principais projetos propostos para a cidade, entre eles o Programa "Desenvolve Belém" e o Projeto "Belém Porto Futuro". Esses projetos colocados atualmente no cenário do município são pautados nas premissas do "desenvolvimento" e na iniciativa privada como grande protagonista, apresentando como principais premissas dessa agenda de desenvolvimento a ideia de "modernizar" a legislação urbanística para atender à essas novas demandas. Os projetos são todos de ampla magnitude e baseados em uma matriz que não condiz com o entorno e com as práticas existentes nesses locais.

Metodologia

O trabalho parte da análise do Programa "Desenvolve Belém", listando e apresentando os projetos propostos para a cidade (Requalificação de prédios históricos, Projeto de Marina e praça para a orla da cidade, Ações de regularização fundiária, Criação de corredor gastronômico, entre outros), análise dos editais de licitações, projetos básicos e executivos, assim como as obras que já estão em andamento. Outro objeto de análise do trabalho é discutir o projeto "Belém Porto Futuro", uma proposta de requalificação para área portuária do município, projeto esse já em fase de execução na cidade. A ideia é contrapor essas propostas ao contexto local da cidade e analisar em que medida elas de fato atendem à uma demanda da população. A elaboração de cartografia cruzando a localização dessas propostas e projetos com dados censitários também será um instrumento utilizado para possibilitar análises do real interesse por trás dos projetos e seus efeitos nesse processo de avanço de um modelo de urbanização baseado na agenda empresarial.

Problemas, hipóteses e principais resultados

O programa "Desenvolve Belém" apresenta uma cartilha de projetos pensados pela Prefeitura Municipal de Belém com diretrizes urbanísticas, ambientais, legais e de finanças, cujo os principais pilares são: conexões do futuro (grandes projetos urbanísticos integrando e estruturando a cidade); centro vivo (requalificação do centro histórico); chão em dia (ações de regularização fundiárias); e cidade para pessoas. O programa como um todo apresenta um discurso baseado no empresariamento, com obras de grande porte e sob a justificativa de "desenvolver a cidade sem precisar gastar dinheiro público", pois o principal meio de viabilizar os projetos seria o estabelecimento de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Entre os principais projetos dessa cartilha a serem analisados está o Polo gastronômico, as áreas e edifícios de requalificação para uso habitacional no centro histórico de Belém, os projetos de regularização fundiária e a proposta de criação de uma Marina na orla de cidade.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

O segundo grande projeto a ser analisado, o Belém Porto Futuro, parte da mesma matriz do anterior e foi lançado em abril de 2017 como proposta de transformar a área portuária por meio de recuperação da infraestrutura e da atração de investimentos e da oferta de serviços. Essa proposta segue os padrões de projetos de "revitalização de orlas", como Barcelona, Boston e Rio de Janeiro. O projeto foi lançado pelo então Ministro da Integração Nacional e candidato ao governo do Estado, Helder Barbalho, e apresenta uma abrangência que compreende uma extensão de 2 km pertencentes à Companhia Docas do Pará (CDP). Os recursos destinados ao projeto estão alocados no orçamento do Ministério dos Transportes e serão repassados ao Ministério da Integração Nacional e a licitação será feita em Regime Diferenciado de Contratação (RDC), permitindo propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O discurso que envolve o marketing do projeto é do Belém Porto Futuro ir além de ser uma grande intervenção urbana e turísticas, mas sim beneficiar a população e os visitantes da cidade, gerar novos empregos e renda para a população. O projeto ao todo prevê a implantação de uma bacia de escoamento das águas pluviais, espaços para exposição, show, teatros, quiosques, espaço de lazer infantil, centro de convenções, estacionamento, parque urbano e requalificação de vias.

Após a discussão entorno dos projetos acima citado o trabalho parte para análise do quanto propostas como essas se apresentam para a população como um meio de gerar emprego e renda e assegurar um futuro mais promissor, enquanto na verdade a cidade está sendo colocada como um ativo e os processos sociais, nesse modelo, cada vez mais invisibilizados.

Relevância dos resultados e principais conclusões

A principal questão do trabalho é levantar o debate dos Regimes Urbanos como centro dessa discussão dos grandes projetos previstos para "modernizar e desenvolver" a cidade e discutir a forte participação dos agentes públicos em aproximação do setor privado\imobiliário tentando gerar oportunidade na cidade em meio ao momento de crise fiscal nos vários níveis de governo, ganhando apoio popular cada vez mais forte devido a descrença da população na gestão urbana local. O intuito de analisar a localização e apresentar os projetos é discutir o papel da urbanização na transformação social e paisagem física da cidade de Belém.

Título:
Governança na Região Metropolitana de Belém: Caracterização das coalizões e gestão na metrópole.
Autor:
Renata Durans Pessoa de Souza; Juliano Pamplona Ximenes Ponte; Taynara do Vale Gome –mestrado, Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutor em Planejamento Urbano Regional; Mestre em Arquitetura e Urbanismo
Código:
RU080

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo busca caracterizar as coalizões locais que influenciam o processo de tomada de decisões na gestão metropolitana e contribuem para a transformação e diferenciação da forma de uso do solo urbano nas principais cidades da região metropolitana de Belém, bem como avaliar os seus impactos nas

dinâmicas urbanas nas cidades menores. De que maneira a gestão pública se flexibiliza para o atendimento da agenda do mercado financeiro externo.

METODOLOGIA

Com base Teoria dos Regimes Urbanos, que auxilia na compreensão das interações entre o a política e o mercado no sentido de garantir uma agenda de crescimento urbano, cabe analisar o montante de informações acerca da governança metropolitana de Belém e com base no relatório de pesquisa do Núcleo Belém do Observatório da Metrópoles, identificar e caracterizar alianças entre diferentes agentes contemporâneos da transformação urbana.

O levantamento de dados de bases oficiais como o as leis e diretrizes orçamentárias, associado á análise e características dos atuais investimentos realizados no espaço urbano da região metropolitana de Belém, como os impactos gerados por projetos de políticas de caráter redistributivo no âmbito urbano como os projetos de urbanização de assentamentos precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e mesmo o Programa Ação Metrópole de mobilidade urbana, são fundamentais para a construção de uma lógica de organização das coalizões locais que vem se reafirmando através de uma base de governo conservadora e associada às elites locais.

PROBLEMA, HIPOTESES E PRINCIPAIS RESULTADOS

A Região Metropolitana de Belém, segundo a análise das coalizões formadas em prol do crescimento, pode ser classificada como um regime de desenvolvimento, que busca a transformação do uso do solo, onde governo e mercado estão unidos por uma agenda de interesse mútuo. O crescimento e desenvolvimento econômico da RMB remonta à sobreposição de diferentes lógicas urbanas, uma associada à produção agroextrativista característica do início do século XX, outra baseada na lógica rodoviarista de meados dos anos 1950, e atualmente segue a lógica relacionada à cidade como máquina de crescimento, agregando o mercado financeiro à produção das mais recentes transformações do espaço urbano metropolitano.

Ao analisar o nível de integração entre os municípios formadores da RMB percebe-se o evidente desequilíbrio entre os membros, principalmente quando são levantados os dados de renda e produtividade. De acordo com dados oficiais as cidades de Belém, Ananindeua e Castanhal mantiveram ao alongo dos anos 2000 a proeminência na contribuição para composição do PIB metropolitano. Apesar do relativo crescimento nos indicadores dos demais municípios da região metropolitana, a concentração de infraestrutura, serviços e atividades produtivas ainda se localiza sobremaneira nos municípios supracitados.

Dentro da ideia de coalizões de poder e eventuais indicadores de sua concentração e distribuição entre setores da economia, do setor público, do legislativo e categorias organizadas, nota-se forte dependência da esfera estatal, e da União, para alavancar qualquer iniciativa de desenvolvimento e crescimento econômico. Do ponto de vista das elites locais, regionais e nacionais, e da relação entre agentes empresariais, elites rentistas, dirigentes do setor público e sociedade civil organizada, é necessário desenvolver críticas e avaliações sobre a sua estruturação na Região Metropolitana de Belém.

RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS E PRINCIPAIS CONCLUSOES

A averiguação das características das coalizações de poder formadas no âmbito da Região Metropolitana de Belém contribui para a compreensão da trajetória dos investimentos públicos locais, bem como a

consolidação de uma dinâmica regional desequilibrada e completamente dependente de repasses, que promove grandes desequilíbrios econômicos, sociais e de infraestrutura.

De acordo com o retrospecto da administração local, é possível caracterizar a situação da Região Metropolitana de Belém como sendo de controle e revezamento de grupos políticos conservadores com fortes ligações com grupos empresariais, lideranças religiosas evangélicas e católicas e proprietários de terras. A tendência a formação de coalizões conservadoras colaboram para o sucesso do setor imobiliário na tarefa de estruturar o arranjo territorial com base na ampliação dos lucros e das desigualdades sociais, através de políticas de infraestrutura desarticuladas urbanisticamente, porém em consonância com a agenda hegemônica.

Título:
A expressão da coalizão entre poder público e agente privado: o caso do "condomínio" Jardins de Monet Residence em Maringá (PR).

Autor:
PAGAMUNICI PAILO, Caroline; RODRIGUES, Ana Lúcia; TÖWS, Ricardo Luiz –mestrado, Universidade Estadual de Maringá (PR)

Código:
RU082

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetivo Geral: Compreender a constituição e estabilidade das coalizões políticas entre o público e o privado, responsáveis pelas principais agendas públicas urbanas na cidade de Maringá, bem como os arranjos que, embora não explícitos, servem-se de todo aparato público, para dinamizar a produção do espaço urbano e se apropriarem dos lucros gerados.

Objetivos específicos: a) compreender o empreendedorismo urbano contextualizando-o na realidade de Maringá (PR); b) estudar o processo de alteração legislativa urbanística, que deu legalidade para a implantação do empreendimento Jardins de Monet Residence; c) identificar os agentes (público e privado) que compõem as coalizões que contribuíram para a implantação do loteamento Jardins de Monet Residence; d) contribuir, a partir do estudo das coalizões, com o debate sobre os regimes urbanos na cidade de Maringá (PR).

Metodologia:

A metodologia se deu por meio de revisão bibliográfica pertinente ao tema, contextualizando o arcabouço jurídico/politico, para análise das agendas, agentes e políticas urbanas da cidade Maringá (PR), além de um estudo de caso que envolveu a análise de 12 processos administrativos, relacionados à viabilidade de implantação e execução do empreendimento (Jardins de Monet Residence), os quais indicaram um caminho a seguir com a pesquisa, como a necessidade de análise das Atas do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial e Atas das Conferências Municipais, que antecederam à alteração do Plano Diretor de Maringá, em especial através da Lei Complementar nº 799/2010 e a Lei de Uso e Ocupação do Solo Lei Complementar nº 889/2011, ambas de iniciativa do poder Executivo. Além dos documentos oficiais, foram pesquisadas reportagens e propagandas, veiculadas nos jornais locais sobre o

empreendimento, bem como encartes e folders lançados pela própria construtora de divulgação do loteamento, a partir disso, foi possível compreender o contexto no qual o empreendimento obteve alvará para sua implantação.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A cidade de Maringá (PR), desde seu início, desenvolve-se sob a influência do capital privado, norteando seu crescimento e desenvolvimento. Sob a denominação de "sociedade civil organizada", duas entidades: Associação Comercial e Empresarial de Maringá e Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá são hegemônicas, quanto ao planejamento da cidade. A problemática deste trabalho esta em identificar as coalizões entre o poder público e o agente privado e sua expressão nas agendas e projetos urbanos em Maringá. Essas ações foram identificadas e analisadas por meio de um estudo de caso do empreendimento Jardins de Monet Residence, um loteamento fechado, mas denominado pelo mercado imobiliário e mídia de "condomínio". A justificativa para a escolha deste empreendimento se deu, porque para sua implantação, foi preciso alterar o Plano Diretor e, em consequência, a legislação de parcelamento e ocupação do solo, para permissão de Loteamentos Fechados na zona rural para fins residenciais, mostrando assim os caminhos para a compreensão das coalizões entre o poder público e o agente privado na cidade de Maringá(PR). A hipótese deste trabalho é de que para a implantação do referido loteamento, teria ocorrido uma coalização entre o poder público e os agentes privados que viabilizaram a alteração do Plano Diretor e das leis de Uso e Ocupação do Solo, para que legalmente o "condomínio" constituído exclusivamente para fins residenciais pudesse ser implantado. De fato no decorrer da pesquisa, foi comprovado uma forte ingerência de determinados agentes privados, em especial neste estudo de caso, de agentes do setor imobiliário, construção civil e outros que de alguma forma se beneficiaram com a implantação do empreendimento. A mídia local, teve ainda um papel importante, pois além da propaganda do empreendimento em si, divulgava também os agentes privados envolvidos, como o deputado federal e cidadão benemérito de Maringá, Edmar Arruda e o ex-deputado estadual e dono de uma maiores empresas do ramo da construção civil de Maringá e região Divanir Braz Palmas, dando segurança e certeza de sucesso na implantação do empreendimento. Constatou-se também, que estes agentes privados, ora estão apresentados projetos representando interesses específicos junto ao Conselho de Desenvolvimento e ora, ocupam cadeira deliberativa neste mesmo conselho, fazendo uso do voto para aprovação de projetos anteriormente apresentado. Finalmente com os resultados encontrados, busca-se compor o conjunto dos estudos que visam à identificação dos regimes urbanos, que dão existência à cidade e região de Maringá e como isso tem rebatimento no território.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância deste estudo esta em desvelar as coalizões e o modus operandi dos agentes público e privado na agenda urbana em Maringá contribuindo assim, com os estudos sobre regimes urbanos. Esta coalizão que se formou, em prol da aprovação do empreendimento, é apenas reflexo do que acontece com o planejamento urbano em Maringá, para o qual os empresários locais tem forte influência hegemônica sobre o poder público, quando se trata de planejar o desenvolvimento econômico da cidade. Essa coalizão de poder tem uma profunda, observância quanto aos procedimentos formais, um profundo respeito aos mecanismos de controle social, portanto, não esconde a certeza do poder exercido sobre esses processos, que se expressa na propaganda e venda antes do empreendimento, mesmo quando sequer havia qualquer previsão legal para a implantação do referido empreendimento. Identificando-se que há de fato uma coalizão que é decídua às decisões tomadas nas esferas públicas.

Título:
Mapeamento de coalizões envolvidas no desenvolvimento Urbano: abordagem experimental através de técnicas de análise de redes

Autor:
Gilberto Corso Pereira; Maina Pirajá Silva –doutorado, PPGAU/UFBA; UCSal

Código:
RU061

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo desse trabalho é testar a possibilidade de, através do uso de técnicas de análise de redes, mapear e caracterizar coalizões de poder que se formam entre agentes no processo de planejamento e gestão do espaço urbano e metropolitano.

Nesse sentido, o problema que se pretende abordar é como identificar as coalizões urbanas que atuam no desenvolvimento urbano na metrópole? Assim a escala de análise é o espaço metropolitano, e o trabalho pretende avaliar a possibilidade de uso de técnicas de análise de redes através de dois casos diversos mas complementares enquanto leitura das relações de poder que se estabelecem nas relações entre agentes públicos e privados.

O primeiro caso analisará as PPPs - Parcerias Público Privadas, que se estabeleceram nos processos de gestão pública na RMS - Região Metropolitana de Salvador. O segundo caso analisará o financiamento de campanhas eleitorais na RMS.

Metodologia:

O conceito de rede pode trazer alguns problemas, por ter o termo adquirido uma grande propagação em diversas áreas do conhecimento. Em Ciências Sociais rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e entre os próprios atores. A Matemática trata redes pela teoria dos gratos, com os elementos representados por vértices e as relações mapeadas por arestas. No caso dessa pesquisa estamos considerando redes numa perspectiva analítica, como um conjunto de elementos (neste caso agentes ou projetos) interligados por relações.

No momento presente da pesquisa trabalhamos com alguns conjuntos de dados que podem ser representados como redes. Um dos conjuntos de dados considera as redes formadas em torno de PPPs. O fluxo de trabalho aqui é o seguinte: (i) levantamento das PPPs em estudo, licitação ou execução na Região Metropolitana de Salvador; (ii) levantamento dos agentes públicos e privados com influência direta e indireta na modelagem dos projetos dessas PPPs; (iii) levantamento dos agentes públicos com influência direta e indireta nos mecanismos de garantias e fluxo de pagamentos; (iv) levantamento dos agentes privados com influência direta e indireta nos consórcios dessas parcerias; (v) construção de banco de dados; e (vi) análise crítica dos dados coletados.

O segundo conjunto de dados trabalhou com dados do TSE das eleições municipais de 2008 e 2012. Os dados extraídos são relativos ao financiamento de campanhas e permitem estabelecer relações entre doadores e candidatos. Importante ressaltar que naquele momento o financiamento empresarial de campanha era permitido pela legislação eleitoral vigente e o estabelecimento das redes entre doadores

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

e candidatos permite visualizar vínculos e relações, estas principalmente entre empresas e candidatos. Aqui o fluxo foi o seguinte: i) estabelecer critérios para importação e organização dos dados; ii) construir o banco de dados; iii) visualizar as redes formadas; iv) analisar os resultados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Considera-se que a produção do espaço é resultado das ações de agentes sociais concretos, com estratégias, práticas, contradições. A noção de agente aqui é a empregada por Correa (2011).

Como ponto de partida consideramos que as relações entre instâncias de Governo e Mercado (corporações, empresas, profissionais, proprietários de imóveis, etc) se organizam a partir de interesses mútuos e agendas de cooperação diversas. Logan e Moloth (1987) afirmam que perseguir o crescimento da cidade cria consenso entre diversos grupos da elite, não importando o quanto tenham interesses contraditórios em outros tópicos e esse consenso é a base para o estabelecimento das "máquinas de crescimento" (Logan e Moloth, 1987).

Stone (1989) considera que as coalizões nem sempre são formais, o que coloca o problema de como coalizões informais poderiam ser identificadas. O pressuposto que adotamos é de que as coalizões podem ser caracterizadas como redes que expõem relações entre agentes e projetos. Agentes, os que vão executar ações no processo de produção da cidade, no sentido da sua transformação, e projetos como empreendimentos de maior ou menor porte que possibilitam a acumulação de capital e a transformação do espaço e do valor de troca do solo urbano.

Consideramos coalizões, no escopo deste texto, como arranjos temporários (ou não) de poder composto por diferentes agentes (públicos e privados) que se mobilizam para influenciar a agenda de transformações que implicam no crescimento das cidades.

Por se tratar de um trabalho em andamento os resultados são parciais. As primeiras análises de PPPs trataram de Parcerias Público-Privadas na área de saúde estabelecidas na RMS. Num segundo momento pretende-se estudar projetos ou empreendimentos com grande potencial de impacto na reorganização do território metropolitanos, tais como projetos de transporte e mobilidade. Resultados parciais evidenciaram uma rede de coalizões heterogênea. Esta rede forma uma estrutura de poder dinâmica e com escalas de atuação predominantemente local e regional.

Por sua vez a análise das redes derivadas dos dados eleitorais permitirá estabelecer nexos entre os processos decisórios no estabelecimento das prioridades no processo de implantação dos projetos e empreendimentos de alto impacto e grande potencial de acumulação e de transformação territorial, como por exemplo explicitar as articulações entre os empreendedores imobiliários e as administrações municipais, o que já foi apresentado por Pereira (2014), embora sem discussão ampla dos métodos e procedimentos utilizados. Resultados parciais indicam a formação de arranjos diferenciados em tornos dos diferentes candidatos que podem ser analisados à luz da conjuntura politico-econômica vigente nos recortes temporais de análise, 2008 e 2012.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Como um dos problemas a ser enfrentados pela tentativa de operacionalização da teoria de Regimes Urbanos pode ser considerado o mapeamento de coalizões que são, via de regra, informais, consideramos que a análise a partir das redes que se formam entre agentes, e entre agentes e projetos, pode evidenciar, ou pelo menos possibilitar inferências que permitam realizar uma cartografia dessas coalizões.

Nos resultados parciais, no caso das PPPs de saúde, ressalta-se que a pesquisa não pode ainda afirmar se existe uma rede de coalizões dominante, porém pôde-se concluir que a maioria dos agentes que está presente nessa rede de coalizões (individualmente) atua de forma hegemônica. No caso dos dados do TRE é possível explicitar as relações entre agentes vinculados ao mercado imobiliário e candidatos a assumir o poder público municipal. Estas relações serão exploradas no desenvolvimento da pesquisa a partir das redes formadas entre agentes e projetos urbano/metropolitanos de impacto territorial.

Título:
Rio de Janeiro e São Paulo aos olhos de Kantor e Savitch

Autor:
Franklin Soldati -Pós-Doutorado, Observatório das Metrópoles / INCT

Código:
RU049

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Atualizar a metodologia utilizada por Kantor e Savitch para o caso brasileiro através das RM's do Rio de Janeiro e São Paulo, com relação aos contextos de barganha e associá-las aos casos de Nápoles e Milão. Dados, o caráter clientelístico, corporativo e patronagem, da sociedade brasileira, das diferenças estruturais de nossa cultura política com específico accountability, dos imperativos étnicos que nos aflige, das heterogeneidades regionais bem como os aspectos de migração populacional, enseja avaliar o Sistema Político Democrático de ambas RM's através das taxas de comportamento eleitoral, da rotatividade das cadeiras parlamentares, das coalizões políticas, do número de associações civis e de manifestações públicas, da atuação de instâncias fiscalizadoras dos municípios e dados socioeconômicos dessas regiões. De modo que, a associação entre as duas cidades com a tipologia proposta por Kantor e Savitch será realizada pela dinâmica do sistema político eleitoral.

Metodologia:

Kantor e Savitch apresentam como tema de sua tipologia de regimes urbanos a Cultura Política. Tal se expressará nas taxas de participação eleitoral, resultantes do recall eleitoral (variáveis a serem extraídas do site do TSE e TRE's), na rotatividade dos cargos do executivo e legislativo, das coalizões entre os partidos, das pressões das associações civis (variáveis a serem extraídas dos bancos de dados do IPEA e Observatório das Metrópoles / INCT) e das manifestações populares como formas genuínas de accountability e dos resultados possíveis dos contextos de barganha na adoção de agendas específicas.

Para tanto, o estudo assume associações estatísticas de que a infraestrutura urbana influencia o comparecimento eleitoral; de residência, migração e comportamento eleitoral; da racionalidade universal e local das candidaturas e seu negativo pelo eleitorado. Procura indicar o montante de subvenções recebidas pela RM ou município, de investimentos pelo mercado, como ainda identificar clivagens religiosa econômicas, associadas ou não com processos de migração. Realiza uma aproximação entre os modelos propostos pela tipologia de Kantor e Savitch com as variáveis de comportamento eleitoral nas eleições municipais de 2016 para o executivo e legislativo das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Associa descritivamente a metodologia desses autores com a capacidade de gestão e governança metropolitana observada pela tipologia de consolidação das RM's do IPEA. Daí compara-se as taxas de

comportamento eleitoral dessas RM's com a posição assumida no modelo de contextos dos regimes de barganha. Avalia-se então o comparecimento e a abstenção eleitoral de algumas cidades com distintos limites populacionais, até 5.000 habitantes, e dos intervalos do último limite até o superior assinalado, ou seja, até 20.000, até 50.000, até 100.000, 199.999, 200.000, 500.000 e daquelas acima de 500.000, para somente depois, e em separado, analisar as regiões metropolitanas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

São os históricos políticos locais os responsáveis pela consolidação de regimes urbanos específicos. Atenção especial deve ser dada à característica nacional clientelista e corporativista. Como o processo de migração é levado em conta como forma de garantir o desenvolvimento, principalmente, com mão de obra barata a fim de sustentar o projeto, o desenvolvimento sustentado pelo crescimento econômico, industrial, comercial e de serviços, propicia aprofundamento da divisão do trabalho e faz aumentar as possibilidades de suscitar crescimento individual. O baixo comportamento dos votos válidos em cidades com alta migração e pouca, ou restrita, inclusão cidadã, no tocante a direitos políticos e sociais, acaba por sublevar os direitos civis. Que ficam adormecidos, não garantidos de fato, mas por direito. Tornam-se independentes.

A complexidade das regiões metropolitanas provoca ressurgimento da pobreza e a emergência da miséria. Das 22 regiões que compõem a área metropolitana do Rio, 21 apresentaram taxas de comparecimento eleitoral superiores as do núcleo metropolitano. Das 40 regiões que compõem a área metropolitana de São Paulo, 39 apresentaram taxas de comparecimento eleitoral superiores as do núcleo metropolitano. Variação da densidade populacional acaba por induzir diminuição dos votos válidos e elevação do somatório de votos em branco e nulos. A alta abstenção também pode ser explicada pelo fato do núcleo metropolitano apresentar elevado contingente de eleitores altamente sofisticados os quais vislumbram que sua situação socioeconômica não será afetada pelo resultado eleitoral. No outro extremo a do eleitor de baixíssimo estrato social, o desassistido pela distribuição de bens produzidos socialmente aparece nos grandes centros urbanos em número expressivo. Este eleitor também tenderá a se abster, pois é naturalmente excluído. Independente da posição que ocupa no estrato social e na geografia estratificada do núcleo metropolitano, o cidadão sempre levará em conta, no ato eleitoral, a percepção de seu horizonte do desejo.

A observação de que as câmaras municipais tem tido aumento significativo da bancada evangélica, setores que parecem votar maciçamente em bloco, revela uma clivagem socioeconômica religiosa, com possíveis impactos no comportamento eleitoral das periferias. Tal público parece votar de modo mais clientelista.

Os candidatos dos núcleos metropolitanos são em geral mais universalistas, já que a infraestrutura urbana é mais homogênea e, em geral, os candidatos das periferias metropolitanas operam numa lógica mais clientelista o que também poderá impactar o comparecimento eleitoral e a estagnação da ocupação das cadeiras parlamentares. Isto em cidades mais ou menos clientelistas, com maior ou menor participação do estado ou do mercado e ambas com elevadas desigualdades sociais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A identificação do regime de duas das principais RM's avaliadas sob a ótica do comportamento eleitoral é fundamental para a intervenção nas possibilidades de coalizão em busca de desenvolvimentos. A racionalidade eleitoral dos candidatos, na cantilena universal ou localista, aliada a característica proporcional brasileira altera as taxas de comportamento eleitoral, pois, a fragilidade da gestão e

governança metropolitana de nossas RM's consolida as nossas heterogeneidades. Daí a pouca rotatividade do legislativo levando a diminuição não somente dos votos válidos, mas também ao somatório dos votos em branco e nulos. De outro lado, a melhor homogeneidade dos núcleos metropolitanos e a pior heterogeneidade de tais periferias acabam por comprometer o comparecimento e resultam em maior abstenção.

SESSÃO 2.3.6

Regimes Urbanos

Coordenação: Orlando Junior e Filipe Correa

Título:
A questão fundiária e a financeirização no Brasil: uma visão da alteração do marco normativo nacional da regularização fundiária

Autor:
Tarcyla Fidalgo Ribeiro –doutorado, IPPUR/UFRJ

Código:
RU010

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo central do trabalho é analisar o papel da questão fundiária no aprofundamento da inserção do Brasil no cenário internacional de um capitalismo sob dominância financeira, especialmente considerando o histórico e a proporção da irregularidade fundiária no país. Para tanto, utiliza-se como marco analítico a Lei federal 13465, editada em 2017 e que altera substancialmente o modelo de regularização fundiária vigente no país no sentido do que parecem ser os interesses de frações capitalistas ligadas ao mercado financeiro.

O alcance deste objetivo mais geral passa por uma análise do que é este capitalismo sob dominância financeira instaurado globalmente, do histórico da questão fundiária brasileira e da forma como o país vem se inserindo no cenário internacional.

Metodologia:

A metodologia utilizada se baseia na análise bibliográfica, legislativa e documental sobre o tema.

Quanto à análise bibliográfica, esta se baseará em textos de autores nacionais e internacionais sobre os temas-base do trabalho: capitalismo sob dominância financeira, inserção do Brasil neste cenário, histórico fundiário nacional e políticas de regularização fundiária.

Por sua vez, a análise legislativa se baseará em textos legais sobre a regulamentação fundiária no país, desde o século XIX até os dias atuais com a recém aprovada Lei 13465/17.

Por fim, a análise documental também estará associada com a problematização da questão fundiária brasileira que, com origens que remontam à colonização, levou ao cenário atual no qual se estima que mais da metade do território nacional padeça de algum tipo de irregularidade fundiária.

A partir das análises explicitadas acima, bem como dos dados indiretos nela contidos, espera-se alcançar um produto que traga novas perspectivas para a problematização do tema central, que ganhou relevância adicional no último ano com a edição de nova regulação federal."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema principal do estudo que se pretende apresentar neste simpósio no formato de artigo é compreender as articulações entre a questão fundiária e o aprofundamento da inserção do Brasil em um cenário de capitalismo sob dominância financeira. O viés analítico será o das mudanças regulatórias neste processo, com ênfase na alteração do marco normativo e do modelo nacional de regularização fundiária promovida pela Lei 13.465, editada no ano passado.

A hipótese principal é que este novo modelo de regularização fundiária é estabelecido no sentido de promover a homogeneização e formalização do estoque fundiário brasileiro que, pela sua dimensão e relevância, se mostra particularmente interessante ao capitalismo internacional. Por sua vez, essa homogeneização e formalização constituem pressupostos fundamentais da conversão da terra em mercadoria e em ativo financeiro, em um processo que poderia ser categorizado como uma "mercantilização financeirizada".

Os resultados esperados são de natureza teórica, no sentido de contribuir para o campo dos debates da financeirização do espaço urbano por meio de um elemento ainda pouco explorado na literatura que é a funcionalização da terra neste processo. A partir das análises já realizadas, parecem haver indícios importantes no sentido de uma movimentação do Estado brasileiro na direção de mudanças regulatórias no aspecto fundiário que favoreçam a inserção do país no cenário de dominância financeira do capitalismo internacional. Sendo assim, a hipótese colocada parece se confirmar, pelo menos sob o aspecto regulatório estatal.

Embora ainda seja cedo para observar alterações prática derivadas desta alteração regulatória, o simples fato da movimentação estatal neste sentido e da existência atual de uma lei que ampare estes interesses, parece de alta relevância para as análises desenvolvidas sobre o espaço urbano."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância da questão e dos resultados apurados está na contribuição para o aprofundamento das análises sobre as interlocuções entre espaço urbano e capitalismo sob dominância financeira, especialmente sob o aspecto fundiário, pouco explorado pela literatura que se dedica ao tema.

A percepção de que estamos diante de uma rodada de ""mercantilização-financeirizada""envolvendo o estoque fundiário brasileiro, impulsionada pelo Estado informado pelos interesses de frações capitalistas é de grande importância para a problematização e planejamento de políticas e resistências a um possível movimento prático de aprofundamento da conversão da terra - fonte primária de direitos - em mercadoria, com consequências tão importantes quanto devastadoras para as populações vulnerabilizadas.

Título:
A Financeirização no 4º distrito: gentrificação e parcerias público- privadas no bairro Floresta.

Autor:
Vanessa Marx, Gabrielle Araujo, Luiz Henrique Apollo –doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Código:
RU056

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho analisa como o processo de financeirização das cidades está impactando o município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Neste sentido, tem como objetivo principal identificar os atores sociais e descrever as relações complexas, convergentes e/ou contraditórias que vem sendo estabelecidas

entre estes na zona do 4º Distrito, especificamente no bairro Floresta. Este território, que fez parte da antiga zona industrial da cidade, caracteriza-se, na atualidade, por ser lócus de importantes transformações urbanas, levadas a cabo por atores com distintos papéis e interesses sociais, políticos e econômicos. Como objetivo específico verificar a existência de interlocução dos atores sociais e negociação com gestores do município na elaboração de planos de revitalização do bairro que contemple as ocupações existentes, o direito à moradia e a existência de Parcerias Público-Privadas.

Metodologia:

Partindo da abordagem epistemológica de que o objeto científico é construído (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1987) a pesquisa parte da problemática teórica que define como objeto de estudo a disputa pelo direito à cidade versus a financeirização da cidade a partir da visão dos atores sociais. O contexto territorial da pesquisa se desenvolve na cidade de Porto Alegre, especificamente na região do 4º distrito, que compreende os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos. Nesta pesquisa nos centraremos especificamente no bairro Floresta.

Considerando que este trabalho tem como foco as relações que estão se estabelecendo no Bairro Floresta a partir das lentes da financeirização da cidade, o recorte analítico delimitado abrange atores públicos e privados engajados em projetos urbanos visando a transformação deste território. Neste sentido, realiza um levantamento de dados quantitativos para identificar atores a partir de iniciativas e empreendimentos presentes no bairro Floresta.

Para tanto, o trabalho utiliza-se de um conjunto variado de fontes de informação, entre as quais: dados gerais sobre a cidade MUNIC (IBGE) e Observa POA, site oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), site oficial do Sindicato da Indústria e Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), reportagens de jornais locais, notícias e propagandas de empreendimentos nos sites de imobiliárias e construtoras, entre outras.

A identificação das iniciativas e empreendimentos seria submetida a uma análise crítica, de caráter qualitativo, que descreve quem são os atores, como atuam, suas agendas e os arranjos políticos estabelecidos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A discussão deste trabalho estrutura-se a partir de referencial teórico que abrange os temas da globalização, financeirização e gentrificação (CHESNAIS, 2002; CASTELLS, 2003; HARVEY, 2005; SMITH, 2007; SASSEN, 2000, 2016; VAINER, 2011; ROLNIK, 2015). Esta base teórica justifica-se pelo contexto estudado apresentar elementos que convergem com o fenômeno da globalização. Este fenômeno internacionaliza cada vez mais o capital criando modelos internacionais de urbanidade e de revitalização que gentrificam áreas provocando uma financeirização da cidade (ROLNIK, 2015). O bairro Floresta, localizado na região central de Porto Alegre, encontra-se na abrangência do 4º distrito e passa por essa relação. Esta é a região que abrigou a zona industrial da cidade, por isso é considerada importante no desenvolvimento fabril e que, posteriormente, sofreu um processo de abandono e degradação. Na última década, esta passou novamente a ser lócus de proposição de projetos urbanos que visam reestruturar o território desde a perspectiva do desenvolvimento social, econômico, cultural e tecnológico.

O problema reside no avanço do processo de financeirização e de seu impacto na cidade Porto Alegre, principalmente na zona do 4º Distrito e no bairro Floresta. Deste modo este trabalho busca examinar a dinâmica de relações que estão se estabelecendo neste território, na última década (de 2008 a 2018).

Essas intervenções ocorrem a partir do incentivo das parcerias público-privadas que estão associadas ao processo de financeirização e cuja consequência mais grave é o risco de expulsão do bairro de antigos moradores, pequenos comerciantes, prostitutas, catadores, entre outros.

A pesquisa trabalha com a hipótese de que as intervenções que estão ocorrendo no bairro Floresta, embora sejam diversas e produto de distintos atores sociais, políticos e econômicos, apontam para a configuração de um projeto hegemônico associado ao processo de financeirização da região e da urbe como um todo.

Os investimentos realizados e em andamento aproveitam a desvalorização dos lotes onde haviam grandes indústrias, apostam e promovem parcerias com a prefeitura para diversas construções de complexos imobiliários.

Além disso, outros empreendimentos estão atrelados a novas tendências mundiais de morar e trabalhar, relacionadas a criação de uma rede conectada e aglomerada de profissionais da economia criativa. A partir desta lógica o poder público impulsionou a elaboração de um Masterplan para o 4º Distrito inspirando-se no modelo de smartcity do @22 de Barcelona.

Por último, devido a diversidade de atores envolvidos foi criada uma frente parlamentar, em 2017, entre os vereadores, entidades privadas e universidades, a fim de discutir a potencialidade e viabilidade de projetos a serem implementados, o que poderia apontar como resultado uma aceleração da mercantilização desta zona.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados identificariam quais são os atores envolvidos no processo de financeirização desta parte da cidade, assim como as alianças que estão sendo criadas com as instituições para que o processo de revitalização e consequente gentrificação da zona ganhe espaço.

Sabemos que este não é um processo fácil já que o acesso as informações e estado das negociações algumas vezes não são públicos. A relevância e o desafio seria identificar quais os atores que vem trabalhando com o lobby nas instâncias de poder e quais agendas estão sendo priorizadas no processo de revitalização da zona. Estes agentes pareceriam divergir dos atores que vem lutando pelo direito à cidade, que como expressa Harvey (2014), reivindicam algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização.

Diante desta realidade e como provável conclusão vemos a coexistência de atores com projetos distintos apresentando um processo conflitual de desejo sobre a cidade, de seu planejamento e desenvolvimento.

Título:
Via Mangue: crônica de uma gentrificação anunciada?

Autor:
Ana Rúbia Ferraz Mendes e Danielle de Melo Rocha -Pós-Doutorado, Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife / UFPE

Código:
RU063

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem como objetivo levantar questões sobre as reorganizações socioespaciais planejadas e ocorridas na zona sul da cidade do Recife, com foco na concretização do projeto da Via Mangue.

Para tanto, busca-se: analisar os processos recentes de produção do espaço na zona sul de Recife a partir de uma grande obra urbana, inserida em um contexto de grande disponibilidade de recursos e de expansão imobiliária; investigar as disputas pelos investimentos públicos e sua materialização nas cidades; compreender de que forma a lógica gentrificatória hegemônica de substituição de populações para a ampliação da acumulação urbana atinge o contexto em estudo.

Metodologia:

O artigo usa como referência os resultados obtidos pelo Núcleo Recife do Observatório das Metrópoles dentro da pesquisa "DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO: elementos para uma Avaliação do PAC-FAVELAS". A mesma está vinculada ao projeto geral da rede INCT/Observatório das Metrópoles "AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano".

Dentro dos estudos elaborados para essa pesquisa, recorreu-se especificamente aos dados referentes à: a) característica dos assentamentos que receberam investimentos no âmbito do PAC-UAP (identificação dos assentamentos; grau de consolidação; tecido urbano; densidade; gravames ambientais; inferência com projetos urbanos e intervenções realizadas em períodos anteriores; b) característica do financiamento para urbanização (objeto do contrato e metas físicas; componentes da intervenção física e grau de execução da mesma; c) desenho das políticas/programas federal (PAC-UAP) e municipal: d) identificação e papel dos principais atores; e) resultados e problemas da intervenção.

As análises também partiram de planos e projetos sobre a área de intervenção, especialmente: Projeto Capital (1999), Plano Metrópole Estratégica (2002) e Plano Recife-Olinda (2006)

Além desses elementos, foram utilizados outros documentos públicos oficiais, matérias de jornais, monografias de graduação e dissertação de mestrado cujos focos são a construção da Via Mangue e dos habitacionais."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A ideia do Projeto da Via Mangue surgiu na década de 1970 e na época era chamada de Via Costeira Sul, já relacionada no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife (1976). Já nos anos 1990, a discussão sobre a via retorna no debate sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (1996) e, adiante, no contexto estratégico do Projeto Capital (1998) com o nome de Linha Verde, inclusive com a proposta de ser operada pelo setor privado.

Nos anos 2000 o projeto é retomado com o nome de Via Mangue. Os objetivos anunciados se referem à melhoria da fluidez do trânsito da zona sul; implantação do Parque Ecológico Estação Rádio Pina; proteção do manguezal do Rio Pina; promoção de melhorias habitacionais por meio da relocação da população residente em palafitas, no entorno do projeto; revitalização de áreas ambientais. Mas, para além desses objetivos, a via interligaria dois grandes centros comerciais, o Shopping Center Recife e o Shopping Rio Mar, e contribuiria para a valorização imobiliária em seu entorno.

O projeto compreende obras viárias, ações de saneamento e a construção de três habitacionais para reassentar 992 famílias que ocupavam as áreas de mangue por onde a via passa, sendo que sua realização foi feita pela Prefeitura do Recife em parceria com o Governo Federal, com recursos vinculados à realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a partir de um orçamento de R$ 433,2 milhões.

A problemática da presente pesquisa se relaciona às motivações e os efeitos que envolvem uma grande obra como a Via Mangue, a qual atinge diretamente territórios ocupados por populações de baixa renda em uma área de grande interesse imobiliário da cidade. Questiona-se aqui se a construção da via se insere em um processo gentrificatório, considerando o contexto histórico e territorial do empreendimento.

As principais hipóteses são: existe uma priorização do planejamento urbano baseado em benefícios potenciais indiretos com grandes obras, enquanto pautas históricas, questões urbanas básicas e disputas do cotidiano são deslocadas; a Via Mangue ilustra a disputa pelos investimentos públicos entre os diferentes agentes urbanos, tendo a gestão pública como mediadora; a construção da via insinua uma ampliação da zona de interesse do mercado imobiliário com a potencial expulsão da população de baixa renda para outras áreas ainda desinteressantes para os mercados formais de maiores rendas.

Os resultados assinalam que a construção da Via Mangue foi apropriada para articular outros grandes empreendimentos privados, enquanto houveram sérios limites em seus benefícios para a maior parte das populações de baixa renda, especialmente as do entorno.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Através das análises, foi possível constatar que o amplo ideário estratégico preconizado na cidade do Recife desde os anos 1990 foi fortalecido e concretizado a partir da grande disponibilidade de recursos, já na primeira década dos anos 2000, ainda que de forma fragmentada.

Dessa forma, os efeitos dos investimentos públicos, em especial da Via Mangue, privilegiam um aumento da acumulação urbana, o que leva as populações de baixa renda a sofrerem deslocamentos diretos e indiretos nas disputas com o mercado imobiliário.

Por outro lado, percebe-se que a gentrificação também possui barreiras para se consolidar na área de estudo, sendo algumas delas: o fim do momento econômico favorável, a presença de áreas ZEIS e alguns movimentos de resistência."

Título:
A governança metropolitana nos regimes urbanos sob predomínio neoliberal: o papel da gestão pública gerencial e da privatização do sistema político.

Autor:
Francisco César Pinto da Fonseca –doutorado.
Lilian Chirnev (Observatório das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá) ; Ana Lúcia Rodrigues(CCH/UEM - Observatório das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá); Paulo Roberto de Souza (PPP/UEM - Observatório das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá); Everton Hafemann Fragal(DGE/UEM - Observatório das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá).

Código:
RU070

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar os padrões neoliberais instituídos na gestão pública brasileira desde a Reforma do Estado promovida pelo Governo FHC (1995), no contexto da New Public Management: contratualização entre órgãos do Estado e agentes privados – com ou sem interesses lucrativos –, por meio das Organizações Sociais (OSs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), e sobretudo lógicas, técnicas e ferramentas gerenciais privadas.

Intentou-se adotar padrões empresariais à Gestão Pública: conceitos como “eficiência” e “eficácia” nas atividades “meio” (processos de gestão) e “fim” (políticas públicas e outras ações fim), entre outros.

A dimensão gerencial, associada ao histórico financiamento privado de partidos e campanhas políticas, tem levado ao que Dardot e Laval (2016) chamaram de “governo empresarial”, isto é, a vigorosa privatização da governança, com efeitos contrários aos códigos legais, como o Estatuto das Cidades e diversos outros normatizadores dos regimes urbanos.

Metodologia:

O tema da governança neoliberal nos regimes urbanos das (macro)metrópoles será analisado da seguinte forma: a) análise conceitual dos pressupostos, características, objetivos e modus operandi da reforma gerencial, iniciada em 1995 e que se incrustou nas estruturas do Estado brasileiro nos três níveis da federação. Serão examinados particularmente os ""contratos de gestão"" estabelecidos entre agentes privados, com ou sem fins lucrativos, que foram (re)ordenados como Organizações Sociais (OSs) e como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). Portanto, a análise do significado dos referidos contratos e do fenômeno dos novos atores privados intercedentes na Administração e na Gestão pública em perspectiva conceitual (OSs e Oscips, mas também as Parcerias Público Privado, PPPs, entre outras) constituem o cerne da análise; b) análise conceitual do sistema político brasileiro desde a redemocratização até o golpe parlamentar de 2016. Pretende-se demonstrar o caráter privatizante e conservador do sistema partidário e eleitoral, por meio dos seguintes aspectos, entre outros: extrema flexibilização partidária de matriz conservadora, financiamento privado de campanhas e partidos, coligações partidárias heterogêneas para adquirirem tempo de propaganda no rádio e na tv e para governar, o que implica articulação de interesses contraditórios. Isso tudo implica grande dificuldade dos governos populares promoverem ""reformas fortes"", no sentido do enfrentamento dos grandes poderes constituídos, entre outras consequências anti-sociais e antipopulares; e c) análise empírica de alguns contratos de gestão e do papel das OSs e das Oscips na macro-metrópole de São Paulo como forma de exemplificar as duas dimensões conceituais anteriores.

Portanto, ao articular as perspectivas teórica e empírica pretende-se demonstrar como os regimes urbanos são impactados pela governança neoliberal e vice-versa, num complexo contraditório, mas com predominância do grande capital.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema a ser analisado pelo estudo refere-se à substituição, e mesmo corrosão, a partir de 1995, dos pressupostos públicos da administração e da gestão públicas tendo em vista a introdução progressiva de pressupostos da "reforma gerencial", por sua vez configurados em mecanismos, ferramentas e procedimentos gerenciais provindos da administração empresarial. Trata-se de nova realidade do setor público em sua interação com o setor privado, dada a predominância desse, uma vez que as OSs e as

Oscips, ao celebrarem ""contratos de gestão"" com setores do Estado, impõem à gestão pública (dimensão administrativa) e às políticas públicas padrões e métricas que, embora voltados ao ""público"" o fazem por meios e sobretudo lógicas privados.

As referidas PPPs, a gestão "por resultados" e toda a autonomia que as OSs e Oscips passaram a obter, em termos de recursos financeiros, humanos e administrativos, assim como as formas de atender aos públicos aos quais seus serviços se destinam, se descolam paulatinamente dos padrões públicos. Em outras palavras, desde a escolha das OSs, a fiscalização financeira/finalística até o "controle social" (que tende a ser baixo), o processo não é transparente e tampouco controlável. Essas questões têm transformado substantivamente o Estado brasileiro, impactando vigorosamente a governança - que se torna de outra natureza -, particularmente nas metrópoles e macro-metrópoles e necessitam ser investigadas com denodo.

As hipóteses principais, à luz da discussão acerca da hegemonia, em Antonio Gramsci, e da perpetuação neoliberal contemporânea, em Dardot e Laval, voltam-se à constituição da hegemonia neoliberal por dentro do aparelho do Estado, assim como das políticas públicas. No dizer desses últimos autores, representam a ""nova razão do mundo"" no sentido de introduzirem os referidos pressupostos, ferramentas e práticas sem necessariamente derrogar o Estado e as políticas públicas. Em outras palavras, não é necessário privatizar o Estado, em sentido literal, e sim remodelá-lo à luz da nova razão procedimental neoliberal.

Por fim, os principais resultados da pesquisa - desenvolvida na macro-metrópole de São Paulo - apontam para novas estratégias do neoliberalismo em perspectiva internacional, isto é, não apenas a velha agenda privatizante, desreguladora e desregulamentadora das relações econômicas e sociais, mas sua convivência com o Estado e as políticas públicas que, contudo, são remodelados, reformatados e redirecionados no sentido de fazerem gestão ""pública"" e políticas ""públicas"" com contornos privados, gerenciais.

Abundam exemplos de rodovias, sistemas de transportes, equipamentos sociais, culturais e científicos, e mesmo presídios, entre outros, concedidos a agentes privados com interesses supostos ""públicos,"" tornando a esfera pública espécie de sucursal do mundo privado. Essa governança convive e se articula ao sistema político privatizado e antipopular voltado às elites, impedindo a ""radicalização"" da democracia.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Conclui-se que o debate acerca das reformas neoliberais necessita ser refinado, sobretudo quanto ao conceito de ""governança"" nos regimes urbanos. É necessário compreender a nova ""gramática"" da gestão pública privatizada, concedida e contratualizada, assim como o papel dos novos atores que habitam a arena pública, na gestão e nas políticas públicas: os proprietários de OSs, Oscips e consultorias.

A ""nova gestão pública"" gerencial tem o poder de condicionar, remodelar e adaptar, na prática, a gestão e as políticas públicas, mesmo que prevaleçam códigos legais como a Constituição, o Direito Administrativo, o Estatuto das Cidades, entre outros, que, contudo, têm sido parcialmente transformados pelo ideário neoliberal. São forças opostas que interagem contraditoriamente.

Ao lado dessa governança/atores permanece e se retroalimenta o sistema político (partidário e eleitoral), uma vez que decisor quanto à escolha política – sem critérios e fiscalização claros - dos concessionários do Estado.

Título:
Não à remoção, demolição e solução habitacional provisória! Conselhos gestores de ZEIS na resistência aos planos de reestruturação urbana em São Paulo

Autor:
Heather Bromfield e Paula Freire Santoro –doutorado, "Heather Bromfield – Bolsista Fulbright em São Paulo em 2018, Mestre em Planejamento Urbano na Universidade de Califórnia, Berkeley, EUA.

Paula Freire Santoro – Professora doutora no Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), coordenadora do LabCidade FAUUSP, possui apoio Auxílio à Pesquisa FAPESP."

Código:
RU081

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Concebidos para gerir planos de reurbanização de áreas ocupadas, os conselhos gestores das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) parecem estar sendo utilizados para aprovar projetos previamente e tecnicamente concebidos, mas principalmente como espaço de resistência à processos de reestruturação urbana concentradores e excludentes. Este trabalho tem como objetivo compreender o papel dos conselhos gestores das ZEIS nos processos de resistência aos projetos de transformação urbana em São Paulo. Para isso, revisitou sua regulação urbana; construiu um panorama dos conselhos vigentes, mapeando quando as ZEIS se sobrepõem a diferentes instrumentos de parceria público-privadas – na Concessão Urbanística Nova Luz, na Operação Urbana Consorciada Água Branca, e em dois perímetros da PPP Habitacional do Governo do Estado –; acompanhou as reuniões de três destes conselhos, entrevistou conselheiros e visitou seus territórios.

Metodologia:

A metodologia dessa pesquisa teve início com o estudo da regulação urbana sobre conselhos gestores de ZEIS, que disciplina sua formação e seus conteúdos. Envolveu a leitura de artigos acadêmicos, da regulação urbana paulistana que trata do instrumento da ZEIS - os planos diretores estratégicos (PDEs) de 2002 e 2014 e leis de parcelamento, uso e ocupação do solo (LPUOS), que são leis de zoneamento, de 2004 e 2016, entre outros, e de seus conselhos - incluindo decretos, portarias, regimentos internos formulados, adotados, e não adotados, entre outros.

Em seguida, procurou elaborar um panorama dos conselhos de ZEIS vigentes, mapeando os vigentes nos últimos anos (2016-2018) e cruzando estes conselhos com os instrumentos neoliberais de reestruturação urbana recentemente mobilizados – a saber Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), Concessão Urbanística, Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), e Parcerias Públicas-Privadas (PPPs). Destes foram selecionados três estudos de caso de conselhos de ZEIS que estão nas mesmas áreas geográficas onde incidem estes instrumentos: o conselho de ZEIS da Comunidade Água Branca na OUC Água Branca; o conselho de ZEIS da Concessão Urbanística da Nova Luz (não aprovada), próximo de dois conselhos de ZEIS – da Quadra 36 e das Quadras 37 e 38 – ambos perímetros das PPPs de Hospital e Habitacional do Governo do Estado na região dos Campos Elíseos.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

O acompanhamento dos casos escolhidos envolveu: levantamento de seus regimentos internos, entrevistas com participantes de três conselhos gestores vigentes; observação direta de reuniões de conselhos gestores entre maio e julho de 2018.

Ao final, foi elaborado artigo científico com considerações sobre os desafios relativos à construção de uma agenda democrática no âmbito de conselhos de ZEIS que resistem a transformações urbanas mais concentradoras e excludentes propostas pelos planos e instrumentos urbanísticos neoliberais em curso em São Paulo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os dois últimos Planos Diretores de São Paulo, de 2002 e 2014, já previam a necessidade de se formar conselhos gestores para elaboração do plano urbanístico de ZEIS "ocupadas" (ZEIS 1) e de "vazios" (ZEIS 3), como parte da implementação de uma agenda ainda mais ampla de gestão democrática proposta pelo processo de democratização brasileiro.

A primeira hipótese do trabalho que se confirmou era que seriam poucos os conselhos gestores constituídos. O número de perímetros de ZEIS foi ampliado – de 710 em 2002, para 964 em 2004, para 2.281 em 2014 – mas apenas os que teriam planos de urbanização em curso iniciavam a conformação de conselhos. A pesquisa identificou 25 conselhos em funcionamento, em cerca de 48 perímetros de ZEIS. Além de poucos, nem todos os conselhos foram criados desde o início dos planos e há áreas de ZEIS com planos que não foram aprovados em conselhos gestores de ZEIS, especialmente em áreas cuja transformação está sendo discutida em outros fóruns participativos, como de operações urbanas, Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), ou PPPs em curso, por exemplo.

Foram encontrados diferentes tipos de conselhos gestores. Um primeiro criado para "aprovação de projetos urbanísticos", com conselhos de projetos fruto de concursos de projetos urbanísticos, os PAIs. Também vemos conselhos montados por obrigação do órgão público responsável por licenciamento após do recebimento de planos de iniciativa privada. Nestes casos, o projeto era concebido anteriormente ao início do debate com a população afetada.

Outro tipo são os conselhos gestores de ZEIS de "resistência popular", geralmente se sobrepõem à operações urbanas ou PPPs. Um dos primeiros conselhos gestores de ZEIS, o da ZEIS 3 da proposta de Concessão Urbanística Nova Luz foi um que resistiu à proposta e conseguiu engavetar o projeto (Gatti, 2015). Já o conselho gestor da ZEIS das quadras 37 e 38 da região dos Campos Elíseos, traz uma nova concepção de resistência: admite que é necessário que seja feito um projeto urbanístico e habitacional sobre a área ocupada, e propõe um plano popular alternativo à PPP Habitacional apresentada, um plano para esta ZEIS, de iniciativa do Fórum Aberto Mundaréu da Luz. Põe em xeque o modelo habitacional contratado na PPP Habitacional, e propõe solução habitacional que atende as demandas locais, permite trazer mais moradores para a área e não implica em demolições, remoções ou soluções habitacionais provisórias (bolsa aluguel).

Admitindo ZEIS como espaço de resistência, o desenho dos perímetros dos instrumentos urbanísticos atuais procura excluir as ZEIS. É o caso do PIU Rio Branco, do PIU Vila Leopoldina, ou o PIU do Terminal Campo Limpo.

Um terceiro tipo, tem como exemplo o conselho da ZEIS da Água Branca criado para acompanhar as obras emergenciais nos conjuntos habitacionais existentes, intervenção prevista pela operação urbana. Embora

considerado com maior coesão social, atende as demandas locais, mas os resultados urbanísticos ainda parecem poucos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

É preciso rever a aposta do processo de democratização na eficiência dos conselhos gestores de ZEIS como forma institucionalizada de construir planos de urbanização que considerem as demandas locais. São mais interessantes como espaço de resistência e construção de alternativas populares ao planejamento tradicional.

Há poucos conselhos e o panorama mostrou três tipos. A maior parte deles não foi espaço de discussão ou deliberação de planos, aprovou peças técnicas, sem um processo de participativo, "mais do mesmo" apontado pela crítica. Outro tipo que faz a gestão de uma intervenção que não é um plano de urbanização, com forte coesão social, mas com resultados incipientes. E alguns que foram utilizados em relevantes processos de resistência popular às propostas de reestruturação urbana em curso, ora para impedir completamente a realização da proposta, ora para construir plano popular alternativo mostrando ser possível evitar remoções, demolições e soluções habitacionais provisórias.

Título:
Os desafios e as transformações do urbanismo ultraliberal para sua consolidação na Região Metropolitana de Fortaleza.

Autor:
Breno Santiago Holanda; Luis Renato Bezerra Pequeno -Pós-Doutorado, Universidade Federal do Ceará

Código:
RU083

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Cabe destacar que muitos estudos em andamento comprovam que a entrada das PPPs, enquanto instrumento na política urbana brasileira, dialoga com a implementação de novos modelos de governança na alteração de legislações e da própria estrutura do Estado; no surgimento de novas coalizões que afetarão o campo de poder dos agentes envolvidos e na adequação de economias locais para a chegada de agentes internacionais que trazem consigo os interesses do capital financeiro.

Além disso, entendendo a busca do capitalismo por alternativas mais rentáveis de aplicação dos capitais excedentes e a visão da cidade enquanto mercadoria e importante elemento do circuito de valorização financeirizada, este trabalho busca compreender como a estruturação local da RMF condiciona e vem condicionando a implementação de modelos de governança pautados no empresariamento. Busca avaliar, também, como se estruturaram as PPPs no contexto da RMF, tratando-se de uma metrópole periférica e macrocefálica.

Metodologia

Buscando caracterizar o desenvolvimento e os diferentes cenários de reprodução de medidas ligadas ao 'empresariamento' e a implementação de parcerias público-privadas, serão articuladas duas escalas de

análise – a partir do entendimento de Fortaleza enquanto município polo de uma rede urbana extremamente macrocefálica e concentradora, estabeleceu-se a escala do município polo e da região metropolitana, a qual será o foco principal deste trabalho. Tal escolha refletirá na coleta e análise dos dados, bem como na análise dos fenômenos relacionados aos agentes produtores do espaço e as lógicas de planejamento.

Procedimentos metodológicos

O trabalho partiu da revisão dos estudos feitos pelo Observatório das Métropoles que buscaram entender as mudanças na estrutura socioespacial da metrópole de Fortaleza, principalmente entrem os anos de 2000 e 2010.

A partir dessa leitura, foram desenvolvidos indicadores com informações fornecidas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que utilizou dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI). Esses indicadores tiveram por objetivo promover uma avaliação da balança econômica dos municípios da RMF, do grau de dependência dos municípios metropolitanos dos governos estadual e federal e da autonomia orçamentária/financeira própria de cada um.

Por fim, tendo consciência do entendimento ampliado de Parcerias público-privadas – dá-se ênfase nas PPPs (aqui no seu stricto sensu como sinônimo de concessões em regimes patrocinados e administrativos), mas também em outros instrumentos de planificação e financiamento de grandes projetos – buscou-se identificar quais municípios regulamentaram e utilizaram algum tipo de PPPs e quais seus rebatimentos territoriais, sejam as promovidas pelos Governos Federal, Estadual e Municipais."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O trabalho em questão baseia-se na associação das cidades às transformações do capitalismo, à reestruturação produtiva e à financeirização, encontrando nas Parcerias Público-Privadas um dos principais mecanismos de consolidação do espaço urbano enquanto um dos elementos fundamentais do processo de reprodução do capital. Como resultado preliminar da análise dessa dinâmica, a hipótese principal desse trabalho é que Fortaleza assumirá no Ceará o locus da implementação de processos que visam elevar o espaço enquanto mercadoria, concentrando a grande maioria das PPPs e dos Grandes Projetos Urbanos.

Busca-se entender, também, se este fenômeno é resultado direto do macrocefalismo operante no planejamento urbano cearense ou se é resultado da falta de condições políticas e socioespaciais para a reprodução de práticas que pensam o espaço urbano como negócio nos outros municípios metropolitanos.

Dentre os principais resultados levantados até aqui, percebeu-se que a maioria das concessões patrocinadas e administrativas ocorrem em Fortaleza e estas em nível estadual, refletindo uma lógica comum na região nordeste do Brasil, onde as capitais ainda são bastante dependentes dos governos. Pode-se deduzir ainda que enquanto as OUCs funcionam como um instrumento de dinamização de áreas já valorizadas do poder municipal, as concessões funcionam mais como um instrumento de utilização a nível estadual. Contudo, dependendo do porte, ambas tendem a interferir na estruturação da cidade, tendo em vista a sua concentração espacial.

Além disso, a expansão do neoliberalismo no Estado leva à perda de oportunidades para que o mesmo se beneficie com investimentos governamentais feitos no passado recente, repassando-os para o setor

privado. Em outras palavras, observa-se que ao invés de incluir as obras dos equipamentos na concessão, o Estado captou recursos para a construção destes e de suas obras secundárias, concedendo-os logo em seguida à iniciativa privada – nisso reside a contradição do discurso empregado pelos promotores dessas concessões.

Outro ponto a ser levantando é a capacidade que algumas das concessões vigentes no território têm de transformar as dinâmicas metropolitanas. Configurando-se como as duas grandes portas de entrada do Ceará, a concessão do Aeroporto Pinto Martins e do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, sinalizam a entrega dos mecanismos de entrada e saída de commodities, produção industrial e de passageiros, para agentes internacionais como a FRAPORT e a PORIN, respectivamente. Isso significa dizer que os equipamentos que poderiam servir como pontos estratégicos em termos de diálogos econômicos entre o estado, o município e o mercado internacional, acabam sendo entregues para o próprio mercado.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Acredita-se que as análises até aqui realizadas possam contribuir com os estudos acerca das dinâmicas metropolitanas e da mercantilização do espaço urbano. Além disso, possibilitará um melhor entendimento da diferença na implementação de PPPs nas distintas esferas governamentais e da particularização que assume o caso da RMF.

Ainda que se trate de uma pesquisa em andamento, pode-se avançar na afirmação de que a implementação de PPPs na RMF promoveram alterações na estruturação urbana da metrópole, visando não apenas ampliar o centro expandido para toda a cidade de Fortaleza, como também passam a conformar um arco metropolitano interligando as duas zonas portuárias.

Título:
A ideologia na produção do espaço urbano: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo)liberal

Autor:
Lucio Hanai Valeriano Viana –doutorado, Observatório das Metrópoles SP, FGV-EAESP, IBMEC SP

Código:
RU084

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho analisa os efeitos sociais e econômicos em cidades que promoveram profundas reformas urbanas para sediar megaeventos de reconhecimento global, especialmente a cidade do Rio de Janeiro (Brasil). A pesquisa buscou identificar se as intervenções urbanas para a realização de megaeventos visam reproduzir modelos predefinidos. Para isso elencou-se três tópicos fundamentais:

1. Identificar elementos que caracterizam a replicação de modelos urbanos no contexto de realização de megaeventos;

2. Apontar a forma de operação (modus operandi) que identifica a influência dos megaeventos na gestão de políticas públicas;

3. Apontar os impactos sociais decorrentes de transformações urbanas oriundas da realização dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro.

Metodologia:

Por se tratar de um tema multidisciplinar, o referencial teórico perpassa por diversas áreas do conhecimento. As abordagens teóricas concentram-se no campo da sociologia urbana, das políticas públicas e da macroeconomia. Com vistas a identificar a influência do Comitê Olímpico Internacional (COI) na gestão de políticas urbanas associadas aos megaeventos, optou-se por analisar fontes documentais (Report of the 2016 IOC Evaluation Commission, e Olympic Charter) com o intuito de averiguar a qualidade de suas demandas, contrapartidas e recomendações.

Além disso, realizaram-se entrevistas em profundidade com técnicos e especialistas envolvidos direta e indiretamente nas transformações urbanas ocorridas nas cidades de Barcelona (Espanha) por ter sediado os Jogos Olímpicos de 1992; na cidade de Lisboa, em função da Exposição Mundial de 1998 (Expo'98) e na cidade do Rio de Janeiro em virtude de sua experiência recente na realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Pergunta da Pesquisa

A realização de megaeventos (internacionais) impõem condicionalidades aos países sede dos eventos?

Hipóteses

As intervenções urbanas para a realização de megaeventos são orientadas por ideologias e práticas neoliberais voltadas unicamente aos interesses do mercado, notadamente o capital financeiro imobiliário.

Por atender normas e padrões internacionais para fins comerciais e turísticos, o impacto urbano dos megaeventos inviabilizam a permanência e o acesso da população de baixa renda no entorno em que se realizam as intervenções urbanísticas.

Principais resultados

De forma sintética, averiguou-se, especificamente nas cidades aqui destacadas, de que a realização de megaeventos está diretamente associada à estratégia de valorização imobiliária. O incentivo às práticas gerenciais voltadas ao custo-benefício, bem como a difusão de modelos urbanísticos considerados exitosos, resulta em políticas que induzem ao empresariamento do espaço urbano, isto é, da transformação do espaço à cidade-mercadoria.

Assim, os Jogos Olímpicos , notadamente na cidade do Rio de Janeiro, parecem ter sido usados como pretexto para a valorização imobiliária, porém, encontraram no conjunto de normatizações do COI elementos que consolidaram esse intento. Isso se verificou em Barcelona e também em Lisboa e se repetiu, de forma ainda mais agravada, na cidade do Rio de Janeiro. Vale destacar a região portuária que, nos três exemplos destacados nessa pesquisa, constituiu espaço privilegiado para a realização de megaeventos. Não por acaso, a região costeira, das três cidades destacadas, tornaram-se altamente rentáveis do ponto de vista da especulação imobiliária.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Constatou-se, do ponto de vista da administração pública, elevado interesse pela valorização imobiliária como forma de reaver as inversões empenhadas para a realização dos megaeventos. Percebeu-se forte influência de modelos urbanísticos forâneos, notadamente o Modelo de Barcelona, caracterizado pela apropriação de mais-valia fundiária e por transformar espaços públicos de uso misto em áreas restritas às classes sociais mais abastadas. Verificou-se que as estratégias para a realização de megaeventos obedecem a uma dinâmica padrão que condiciona o desenho das políticas públicas de intervenção urbana à lógica do "custo-benefício" em detrimento dos interesses sociais. Revelou-se que as estratégias de realização de megaeventos são marcadamente voltadas aos interesses do mercado imobiliário e se apoiam em práticas gerenciais amplamente representadas pelo ideário neoliberal.

Título:
Rio de Janeiro e São Paulo aos olhos de Kantor e Savitch Regulação ambiental no espaço urbano da metrópole: impactos das inflexões ultraliberais recentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Autor:
Rogério Palhares Zschaber de Araújo - Pós-Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais

Código:
RU087

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho busca refletir sobre processos de licenciamento ambiental e urbanístico de empreendimentos potencialmente causadores de impactos supra municipais e relacionados com funções públicas de interesse comum em municípios que apresentam malha urbana conurbada na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Tem como objetivo principal desvelar as recentes transformações observadas na regulação urbano-ambiental nos âmbitos estadual e municipais como manifestação concreta da inflexão ultraliberal dos regimes de governança e dos instrumentos facilitadores de modelos de gestão pública flexiblizados.

Analisa os instrumentos de regulação e gestão urbano-ambiental e os resultados de processos de licenciamento como indicadores de novas frentes de expansão da dinâmica imobiliária regional e da articulação de interesses hegemônicos, buscando identificar transformações recentes na dinâmica socioespacial e contribuir para a comprensão do novo regime urbano que se configura na RMBH.

Metodologia:

A metodologia utilizada consta do levantamento e sistematização de informações sobre o arcabouço legal em vigor e sobre os procedimentos de licenciamento ambiental e urbanístico de empreendimentos potencialmente causadores de impacto em nível supramunicipal e metropolitano. Foram consultadas bases de dados das Prefeituras Municipais de Lagoa Santa, Vespasiano, Santa Luzia, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Nova Lima, além de Belo Horizonte e, em nível estadual, da Superintendencia Regional de Meio Ambiente – SUPRAM Central e da Agencia de Desenvolvimento Metropolitana, esses últimos oriundos dos estudos para desenvolvimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI (2011) e do Macrozoneamento da RMBH (2016) atualizados para 2018.

Os empreendimentos foram georeferenciados e classificados segundo categorias, abrangendo localização, uso, porte, tipo de iniciativa, natureza e magnitude dos impactos flagrantes, tipos de medidas mitigadoras e compensatórias definidas em processos de licenciamento ambiental e urbanistico concluídos. Ênfase foi dada às estratégias de publicização e práticas participativas, aos métodos de avaliação de impacto e à fiscalização e efetividade da das medidas implementadas.

A partir desse mapeamento panorâmico, foram identificados empreendimentos caraceterizados como mais controversos e emblemáticos pela diversidade de conflitos e coalisões de interesses explicitados no âmbito dos processos de licenciamento a que foram submetidos. Pesquisa de artigos e notícias disponíveis na internet e entrevistas com gestores públicos e representantes dos poderes legislativo e da sociedade civil em órgãos colegiados municipais e estaduais complementaram a coleta e a análise qualitativa do dados levantados, permitindo o aprofundamento das análises e o estudo de casos específicos ilustrativos dos principais impactos observados, atores envolvidos e das questões releventes ao presente debate.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A problemática dessa pesquisa insere-se no debate acerca dos limites, possibilidades e contradições do planejamento e da regulação urbano-ambiental como instrumentos de mediação entre o Estado e os agentes que atuam na produção do espaço urbano, voltados para a promoção do bem estar coletivo e da função social das cidades, ao mesmo tempo que instrumentalizam o provimento dos meios de reprodução social e de acumulação capitalista.

Dentre as principais hipóteses testadas e resultados apontados destacam-se:

- o distanciamento das agendas verde e marrom traduzidas pelas políticas setoriais e diretrizes contidas nos respectivos Planos Diretores Municipais e pela falta de integração dos instrumentos e processos de licenciamento ambiental e urbanístico utilizados;

- a insuficiência das estratégias de participação popular e difusão de informações para promover a explicitação e a gestão democrática de conflitos sócio ambientais, diante de novas formas de coalisão de poderes econômicos e políticos e da financeirização difusa de grandes projetos urbanos;

- agravamento de processos de segregação sócio espacial e de ciclos viciosos de injustiça ambiental com concentração de atividades poluentes e usos indesejados junto a comunidades pobres, desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos e com menor capacidade de mobilização;;

- impactos da recente inflexão ultraliberal da gestão urbano-ambiental no aparato regulatório e nos instrumentos de fiscalização e controle, através de processos de simplificação e transferencia de responsabilidades do estado para municípios pouco equipados para gerir operações complexas de desenvolvimento urbano e econômico;

- crescente utilização do licenciamento como instrumento para compensação financeira e suprimento de recursos para o financiamento do desenvolvimento urbano com transferência de responsabilidades da gestão urbano-ambiental do setor público para o setor privado;

- Acirramento do “municipalismo a qualquer custo”, comprometendo funções públicas de interesse comum e progressiva destruição do sistema de solidadriedade territorial.

Esse artigo refere-se à primeira parte da pesquisa já concluida e que foca sete municípios metropolitanos além de Belo Horizonte, representativos de diferentes manifestações da dinâmica imobiliária

metropolitana. Seus resultados, ainda que preliminaries, ilustram as diferentes percepções das relações sociedade-natureza e das divergências entre a regulação ambiental, de forte tradição preservacionista, e a legislação urbanística, de origem positivista e viés desenvolvimentista, contribuindo para a avaliação crítica da efetividade dos instrumentos de planejamento e gestão para reduzir impactos da urbanização em diferentes escalas, gerir conflitos ambientais e promover processos de adaptação e modernização ecológica da produção do espaço metropolitano.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Dentre as principais conclusões destacam-se a progressiva simplificação e municipalização dos procedimentos de licenciamento ambiental e urbanístico com efeitos perversos para o controle urbanistico e ambiental de impactos supramunicipais, em particular aqueles que comprometem funções públicas de interesse comum como proteção de mananciais, mobilidade urbana e habitação de interesse social.

A relevancia dos resultados está associada à inserção dessa pesquisa na Linha 3: Direito à Cidade, Governança e Governança Urbana do projeto de pesquisa As Metrópoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano da Rede Observatório das Metrópoles/CNPq-INCT, em desenvolvimento pelo núcleo da RMBH, possibilitando importantes elementos de comparação com outras regiões metropolitanas brasileiras e contribuindo para a formação de políticas públicas e novos padrões de governança metropolitana fundadas na justiça social e na democracia.

Título:
R A reestruturação neoliberal da gestão de terras públicas no Município de São Paulo io de Janeiro e São Paulo aos olhos de Kantor e Savitch

Autor:
Débora Ungaretti e Paula Freire Santoro - Pós-Doutorado, "Débora Ungaretti --- Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com bolsa CAPES. Pesquisadora do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - LabCidade FAUUSP.
Paula Freire Santoro --- Professora doutora no Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), coordenadora do LabCidade FAUUSP, possui apoio Auxílio à Pesquisa FAPESP."

Código:
RU088

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho pretende mapear e analisar as transformações recentes na estrutura regulatória e organizacional da Prefeitura do Município de São Paulo no tocante à gestão das terras municipais, em um contexto metropolitano de avanço do urbanismo neoliberal, com as particularidades do capitalismo sob dominância financeira no Brasil.

Pretende-se, por um lado, identificar os principais pontos de inflexão do aprofundamento da plataforma neoliberal e da subordinação do uso das terras públicas municipais à lógica da desestatização. Por outro lado, pretende-se também avaliar em que medida essa agenda foi de fato implementada, como impactou outras políticas em curso e quais resistências encontrou. A partir disso, identificar quais foram os dilemas e justificativas que levaram ao aprofundamento de políticas desestatizantes em gestões de diferentes siglas, bem como quais os desafios e possibilidades de oposição a este processo.

Metodologia:

O trabalho contará com as seguintes etapas metodológicas:

(i) revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional sobre financeirização e estudos urbanos, com especial enfoque nas particularidades do papel do Estado e da mobilização de terras públicas em processos de desestatização ou de reestruturação urbana em parceria com setores privados no capitalismo sob dominância financeira em países periféricos;

(ii) análise da estrutura da gestão de terras públicas da Prefeitura do Município de São Paulo considerando o organograma da organização institucional, os fluxos dos processos decisórios e os mecanismos de disponibilização e venda das terras públicas;

(iii) levantamento e análise da legislação recente para mapeamento das alterações na organização institucional, nos processos decisórios e nos mecanismos de disponibilização e venda de terras públicas no Município de São Paulo;

(iv) entrevistas com técnicos da gestão pública que trabalham ou tenham trabalhado no período recente na empresa pública SP Urbanismo, nas Secretarias de Urbanismo e Licenciamento, Secretaria Municipal de Gestão, Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias e / ou Secretaria Municipal de Justiça;

(v) sistematização das questões e dos pontos de inflexão da governança das terras públicas que refletem tentativas de aprofundamento ou de aceleração de processos de disponibilização de terras para privados, ou da submissão da gestão de terras à lógica financeira em processos de desestatização ou de reestruturação urbana em parceria com setores privados;

(iv) Identificar, neste processo em curso, quais tentativas foram levadas adiante e quais enfrentaram resistências - e quais as resistências, bem como em que medida este processo retardou, interrompeu ou deu continuidade a políticas de terras públicas anteriores.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Brasil é mercado por um histórico de desconhecimento das terras públicas e da sua apropriação e captura por interesses privados, que marca também a gestão das terras públicas até o momento atual (Holston, 1993; Bataglia, 1995; Lima, 2002; Moreira, 2017 e 2018). No âmbito municipal, não é diferente. Em São Paulo, acervos em papel, com informações desatualizadas, incompletas e divergentes combinados com processos decisórios pouco transparentes e participativos reproduzem o padrão o histórico apontados (Moreira, 2012; Ungaretti, 2017).

Nesse contexto, as métricas e lógicas que vem sendo desenvolvidas e aprofundadas no capitalismo sob dominância financeira passam a ser incorporadas na gestão municipal de terras (Rolnik et al., 2017; Santoro et al., 2018) com características, processos, atores e resistências próprias, com pontos de contato

e de distanciamento em relação a processos de financeirização que ocorrem em outros territórios e escalas.

A hipótese do trabalho é de a política de terras públicas está, cada vez mais, se subordinando à plataforma neoliberal. As análises e o levantamento de informações feitas até o momento apontam no sentido de que há, no período recente e com importante inflexão em 2017, a partir da eleição de um projeto privatizante, o aprofundamento do avanço da utilização das lógicas e métricas financeiras por meio da importação e incorporação de modelos de gestão, principalmente dos que foram previamente implantados no Estado de São Paulo. Além disso, de que a adoção de tais práticas se deu mesmo em gestões municipais progressistas, que lançaram mão do discurso da crise fiscal para criação de mecanismos de parcerias com o setor privado que caracterizam processos de desestatização, mesmo que não façam parte de uma política ampla anunciada como tal. Por fim, de que tais processos estão em curso embora não sem resistências e contradições internas, ou sem limites e resistências à sua implantação.

Como resultados esperados, o trabalho se propõe a:

(i) identificar as principais lacunas na literatura sobre financeirização e estudos urbanos em relação ao papel do Estado e das terras públicas;

(ii) a identificação dos pontos de inflexão e das principais mudanças realizadas do processo de reestruturação do estado no âmbito do Município de São Paulo;

(iii) a descrição dos atuais mecanismos e processos de disponibilização das terras públicas municipais pelos setores privados no Município de São Paulo;

(iv) identificação das brechas e dos processos de resistência e das possibilidades de alteração desse processo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Pretende-se dar continuidade e aprofundar, no âmbito municipal, questões identificadas em trabalhos anteriores (Ungaretti, 2017; Rolnik et al., 2017; Santoro et al., 2018) que analisaram a gestão de terras e mecanismos de disponibilização de terras públicas para setores privados no nível do Município, do Estado e da União.

A ofensiva neoliberal no Brasil tem atingido todos os níveis federativos, e nas diferentes áreas de atuação do poder público. A reversão desse processo em direção ao combate das desigualdades que se aprofundam nas metrópoles, deve passar, necessariamente, pela identificação de suas principais características, pela análise crítica da atuação dos diferentes campos políticos na construção desses mecanismos e pela identificação de possibilidades de resistência.

Nesse sentido, discutir como a estrutura do Estado tem servido à subordinação das terras públicas à lógica neoliberal pode contribuir para a reconstrução coletiva das pautas do campo progressista.

Título:
Os processos de reestruturação urbano-regional e de reorganização do espaço estatal na governança urbana neoliberal da metrópole do Recife-PE

Autor:
Alexandre Sabino do Nascimento –Doutorado, UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Código:
RU096

Resumo:
Objetivos do trabalho:

Geral: Analisar a articulação dos processos de reestruturação urbano e regional e de reorganização do espaço estatal dentro do quadro reescalonamento da governança urbana neoliberal (BRENNER, 2009; 2010; 2017) na metrópole do Recife. Tendo como objeto de estudo a parceria público-privada (PPP) de Saneamento Básico da RM de Recife. Específicos: Identificar a relação entre os processos de reestruturação urbano-regional, crises de sobreacumulação e a produção de grandes projetos urbanos; Compreender o processo de reorganização do espaço estatal contemporâneo como resultado de rodadas de neoliberalização e reescalonamento do Estado; Apreender as características da governança neoliberal no espaço urbano; Analisar o papel do Estado na concentração e centralização do capital via a criação de PPPs; Compreender o processo desmaterialização do capital fixo via inovações financeiras como parte do processo de reprodução ampliada do capital de dominância financeira.

Metodologia:

Quanto a metodologia optou-se por uma pesquisa do tipo qualitativa e explicativa centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos. A pesquisa, também é duplamente bibliográfica e documental. A pesquisa se realizou nas Universidades, bibliotecas, jornais e demais acervos públicos e internet. Com isto deu-se a construção da base teórica e empírica norteadora da pesquisa. Foi feito levantamento documental em órgãos públicos e instituições responsáveis pelo planejamento econômico e gestão das cidades (IBGE; Condepe/Fidem) e de outras escalas (governo do estado ou federal – BNB, BCB, BNDES, CAIXA) envolvidos com os projetos estudados, como também de documentos das empresas envolvidas (relatórios, demonstrações financeiras, entre outros); (sites, relatórios, demonstrações financeiras etc.). Com base em (MASCARENHAS, BIENENSTEIN & SÁCHEZ, 2011) tomou-se como recurso metodológico a reflexão transdimensional da problemática estudada e sua inserção nas subáreas analisadas, buscando articular as dimensões de análise que orientam a pesquisa, que são: política (contexto político, coalizões, divisão de responsabilidades entre entes federados); institucional (investiga os processos decisórios, modos de implementação dos projetos – parcerias, inserção de novos dispositivos legais e institucionais, as disputas [políticas, econômicas e simbólicas] nas diversas escalas); dimensão sócio-ambiental: aborda, sobretudo, aspectos relativos ao acesso social e controle público dos equipamentos, as relações entre os espaços públicos e privados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As transformações no setor de saneamento básico constituem objeto do presente estudo pelos seguintes aspectos: fator de impacto no desenvolvimento urbano-regional das metrópoles; crescente interesse das corporações privadas por esse setor; complexidade de sua engenharia financeira; por seu papel no quadro de reestruturação regulatória neoliberal com a criação de inovações financeiras e novos arranjos políticos-institucionais e econômicos.

A metrópole de Recife via a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA promoveu uma PPP, para elevar seus índices de cobertura de saneamento. Foi criado o grande projeto urbano “Cidade Saneada”, em 2014, uma PPP entre COMPESA e Odebrecht Ambiental, empreendimento que foi considerado o maior projeto de saneamento do país. Nossa hipótese é de que os investimentos em grandes projetos ligados à reestruturação econômica e urbana-regional da metrópole do Recife se deram,

nos últimos anos, na produção de um espaço moldado para/por interesses de grandes agentes privados, e no contexto da governança neoliberal das metrópoles. Esse processo está ligado a estratégias de reorganização do espaço estatal. Tudo isso baseado em expressivos investimentos públicos.

Entende-se, neste estudo, que o capital é, ao mesmo tempo, processo (fluxo) e forma material (fixo), conformando uma unidade contraditória dentro de seu processo de circulação (HARVEY, 2016). Onde a inversão em bens fixos ainda é um grande problema para a fluidez do capital, e nos tempos de dominância do capital fictício e irrestrito seria mais importante para sua liquidez investimentos do tipo aluguéis ao invés de compra, concessões ao invés de privatização estritas, pois estes são remunerados por dividendos e outras formas de rendimentos que são mais flexíveis e fluídas. Encontraremos essa estrutura na licitação e locação de ativos da companhia de saneamento e da SPE responsável pelo projeto analisado. Onde temos que os ativos fixos são construídos com fundos públicos e semi-públicos e locados para empresa pública (COMPESA), para tanto são criadas inovações financeiras (debêntures) para dá fluidez a esses ativos, tudo isso sendo feito com o pretexto de financiar a construção e operação de tais serviços públicos como o de saneamento. Para chegarmos a essa estrutura regulatória identificamos que no país tivemos rodadas de neoliberalização (BRANDÃO, 2017) ligadas a produção e financiamento de projetos de infraestrutura e prestação de políticas públicas desde a década de 90. A PPP analisada representa esses novos arranjos políticos-institucionais que fazem parte de um processo dinâmico de reestruturação produtiva e de transformação da organização e intervenção do Estado no espaço, ou no dizer de Brenner (2010; 2017) representam novos projetos e estratégias estatais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ressalta-se o papel do Estado na concentração e centralização de capitais ligada à reestruturação urbana-regional, destacando o setor do saneamento básico. Demonstrou-se o processo de desmaterialização do capital fixo via inovações financeiras e suas consequências econômicos, sociais e espaciais. Em 2013, o governo federal anuncia a proposta de mais PPPs estaduais para garantir a universalização do saneamento, a mesma baseia-se na mobilização de empresas de saneamento e na participação de investidores privados, fundos de pensão e seguradoras. Destaca-se o papel do FGTS para o financiamento de tais projetos, que tem sido a maior fonte de recursos para a Habitação Popular e o Saneamento Básico. O uso desse fundo entretece uma teia de ligações fortes entre Estado, capital imobiliário e capital financeiro. Concluímos que o atual processo de reestruturação urbana e regional da metrópole do Recife apresenta-se como fruto de ajustes espaço temporais do sistema e de um ajuste escalar.

EIXO 03

SIMPÓSIO 3.1

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

SESSÃO 3.1

Metrópole e Metropolização

Coordenação: Luciana Lago, Ruth Muñoz e Flavio Chedid

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Catadores em cena – desafios e perspectivas na construção de uma Política Pública em Campos dos Goytacazes/RJ

Autor:
Érica Terezinha Vieira de Almeida -Doutorado, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE /CAMPOS DOS GOYTACAZES

Código:
ECS002

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Pretende-se apresentar o processo de inclusão socioeconômica dos catadores do aterro controlado do município de Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense, a partir do encerramento das suas atividades no ano de 2012. Mobilizados em torno do direito ao trabalho, o artigo destaca o protagonismo desse grupo subalterno, tradicionalmente excluído das negociações no que se refere à construção da política local de resíduos sólidos. Ao mesmo tempo, o trabalho enfatiza a emergência de valores e práticas na experiência política e social desse grupo na luta pelo cooperativismo e pela prestação de serviços à municipalidade problematizando a partir da experiência de autogestão coletiva do trabalho e da distribuição dos rendimentos as lógicas presentes nos grupos locais e as disputas em torno do sentido do cooperativismo.

Metodologia:

Com a implementação das cooperativas, em 2015, iniciou-se novas negociações entre catadores e executivo municipal com vistas à contratação das cooperativas para a coleta seletiva, realizada há mais de 20 anos pela Empresa Concessionária. Estando a pesquisa articulada às atividades de apoio à organização e resistência dos catadores e de assessoria e acompanhamento ao movimento, na perspectiva da construção de um sujeito político coletivo protagonista da luta pelo direito ao trabalho, ela demandou ações que extrapolam os limites apresentados por uma investigação tradicional. Desse modo. Optou-se pela investigação-ação, definida por Thiollent (1985) como capaz de criar um ambiente de confiança e troca de saberes, tendo como referência as dinâmicas, as tensões e os conflitos. Destaca-se as possibilidades da metodologia de pesquisa-ação quanto aos desdobramentos da investigação inicial com a participação dos investigados no processo continuado de consulta/confronto/ação política, tendo como principais características a construção coletiva e participativa do objeto de investigação, o que significa que este se confunde com os interesses e prioridades do grupo pesquisado. Assim, acompanha-se e investiga-se o processo de autogestão das cooperativas de recicláveis sob a gestão dos catadores (formas de ingresso, número, rotatividade, principais compradores e formas de comercialização), os pontos de tensão e de conflito no seu interior e os modos de enfrentamento e os impactos e influências dessa modalidade de gestão do trabalho na subjetividade desses catadores e nas suas relações sociais. Também ganhou relevância na investigação a relação entre as cooperativas e destas com a Empresa Concessionária, o Executivo municipal e as Instituições de Justiça assim como a problematização do processo de constituição da autonomia desses sujeitos e da sua representação na esfera pública local como um novo sujeito coletivo, capaz de forjar o seu reconhecimento político e das suas demandas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Fruto de pesquisa e extensão universitárias com os catadores de recicláveis, em Campos dos Goytacazes/RJ a partir do fechamento do lixão, em 2012, o presente trabalho traz como problematização o protagonismo deste grupo na construção de alternativas à perda da sua principal e única fonte de trabalho e renda. Dinamizada a partir dos anos de 1990 com a introdução de novas matérias-primas para a reciclagem, as empresas recicladoras se beneficiarão da utilização maciça de um exército de "sobrantes", fortalecido pela crise do emprego nacional e local (BOSI, 2008). Segundo pesquisa (ALMEIDA, 2014), o lixão atendeu à reprodução social de duas gerações de catadores: a primeira, dos expropriados com a modernização do campo, intensificada nos anos de 1960/1970 com as mudanças nas relações de trabalho; e a segunda, das crianças e adolescentes que, acompanhando as mães, acabaram assumindo essa ocupação muito precocemente. Mais da metade não teve outra ocupação, sobretudo aqueles com baixíssima escolaridade e com dificuldades de preencher os requisitos de formação.
Sentindo-se injustiçados, os catadores ocuparão a cena pública em torno do direito ao trabalho. As parcerias institucionais, o apoio da Universidade e aproximação com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis-MNCR, possibilitou-lhes uma nova inserção na política Pública local e a construção de arenas de negociação envolvendo instituições do Estado, como o executivo municipal, a defensoria e o ministério público, na defesa do direito ao trabalho. Essa experiência produziu reflexões e práticas políticas na direção da autogestão do trabalho coletivo nas cooperativas, modelo defendido pelo MNCR. Organizados em 4 cooperativas, essa forma de sociabilidade no trabalho se constitui no novo desafio que articula, de um lado, a necessidade de prosseguimento do movimento político pela inclusão dos seus interesses na agenda pública, ainda que ancorados na Política Nacional de Resíduos Sólidos e no apoio do MNCR; e de outro, de construir novos valores e práticas de gestão coletiva, solidária e transparente, dos processos de coleta, triagem e distribuição equitativa dos rendimentos da comercialização dos recicláveis e da prestação de serviços á municipalidade, item central na negociação com o poder público. Essa nova sociabilidade, nascida do protagonismo político e que continua nas cooperativas, articula dois tipos de cultura política, indispensável na análise dos empreendimentos coletivos: a tradicional, clientelista, muito enraizada no município, como mediação política dos "velhos" e "novos" coronéis; e aquela apresentada pelo MNCR, reafirmada oficialmente em 2017, de "radicalização da democracia de base, a ampliação da participação de catadoras e catadores individuais, estando estes ainda nas ruas e lixões de nossas cidades". Essa disputa de sentido do trabalho coletivo nas cooperativas constitui o centro da análise e um aspecto definidor dos limites e possibilidades dessas experiências

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A experiência com os catadores apontou um conjunto de questões. Algumas chamam atenção pela sua centralidade e relevância. A presença maciça de mulheres negras no movimento e nas cooperativas é uma delas. Embora essa característica não constitua novidade no movimento de catadores bem como nos movimentos sociais, ela vem demandando cada vez mais uma perspectiva interseccional (gênero, classe e raça) na análise das trajetórias e experiências de trabalho e das sociabilidades, recurso importante na construção de estratégias políticas mais inclusivas e democráticas. Outra questão diz respeito ao protagonismo de grupos subalternos em contexto de baixa participação e de cultura política clientelista, abrindo possibilidades de negociação e de construção de políticas públicas que reconheçam a alteridade e o direito como mediação central nas relações sociais. Desse ponto de vista considera-se não apenas legítima, mas, pedagógica a resistência dos catadores do lixão de Campos.

Título:
A inclusão social de catadores de materiais recicláveis no Brasil à luz da autogestão
Autor:
Raquel Maria da Costa Silveira -mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Código:
ECS005

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Apresentar o atual cenário de inclusão social de catadores de materiais recicláveis no Brasil, discutindo-se os principais problemas enfrentados pela categoria na realização do trabalho em organizações autogestionárias.

Metodologia:

Foram realizados estudos de caso em organizações de catadores no Rio de Janeiro (cidade que iniciou a sua coleta seletiva e as ações voltadas à inclusão de catadores no início da década de 1990); em Curitiba (conhecida como caso de êxito da inclusão social de catadores por meio do projeto Ecocidadão, iniciado em 2007) e em Natal (primeira capital brasileira a contratar, de forma remunerada, as cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva).

Tomou-se como base para a realização do presente estudo a metodologia da pesquisa Funasa (2016). Em cada município foram selecionadas duas organizações de catadores. Para o estudo do contexto interno das organizações de catadores selecionadas foram calculados os 21 indicadores de sustentabilidade de organizações de catadores previstos pela Funasa (2016), analisando-se cada um dos indicadores e, ao final, seu índice de sustentabilidade. A partir do cálculo dos indicadores, foi possível denotar as principais dificuldades vivenciadas por organizações de catadores que contam com o apoio da gestão municipal por meio de programas e ações de inclusão social.

A coleta de dados contou com a aplicação de questionários com as organizações de catadores e com o poder público, além da realização de entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos de pesquisa abrangem questões relacionadas às variáveis ambientais e sanitárias; sociais; econômicas e institucionais, tornando possível compreender as dificuldades enfrentadas por cada organização e, ao final, observar os entraves que de forma mais frequente se fizeram presentes nas organizações.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Conforme Borges (2007), modificações no mercado de trabalho brasileiro foram sentidas principalmente nas duas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI, resultando em transformações que afetaram várias gerações de trabalhadores. Tais modificações podem ser sintetizadas em: “perdas, precariedade e insegurança.” (BORGES, 2007, p. 81). Nesse período, o setor de serviços absorveu a parcela adicional da força de trabalho excedente dos setores primários e secundários da economia, entretanto essas ocupações são, por vezes, precárias seja no setor formal ou informal. É por meio da informalidade que os trabalhadores encontram no setor de serviços diversas estratégias humanas de sobrevivência.

Nessa conjuntura, ampliou-se o discurso do empreendedorismo como uma alternativa à relação de emprego, sendo o indivíduo incentivado a buscar, por si, novas formas de inserção na economia. Assim, estimulou-se o trabalhador a empreender e inovar, tendo como base a cultura da cooperação. Esta, por sua vez, está fundada em valores como a solidariedade e a confiança. (DOLABELA, 2003).

No contexto das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, se avolumou a massa de indivíduos que passou a se dedicar à atividade da catação de materiais recicláveis nas cidades brasileiras (BOSI, 2008).

Sob essa perspectiva, no Brasil, a discussão em torno da inclusão social de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, que se iniciou no final dos anos de 1990, esteve relacionada com a formação de organizações autogestionárias. Desse modo, delineou-se um modelo de inclusão, hoje expresso na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) que atrela a inserção da categoria nas políticas municipais pela via da autogestão.

Em 2010, com a lei 12.305, a legislação brasileira previu, expressamente, mecanismos de inclusão social de catadores de materiais recicláveis. Os municípios, entes responsáveis pela gestão integrada dos resíduos sólidos, devem dar preferência a ações para inclusão social e à emancipação econômica de catadores, com destaque para o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação. Assim, deve o catador se inserir em organizações formais para ser alvo das ações municipais.

Ocorre que, ao longo dos anos, estudos (SOTO, 2011; BESEN, 2011; MAGNI, 2011; GUTBERLET et al., 2013; COVISA / FUNDACENTRO-CTN, 2014) apontaram para a existência de realidades internas diversificadas em tais organizações, as quais, nem sempre conduziam o catador a uma condição adequada seja social ou economicamente.

Diante desse contexto, torna-se importante entender como vem ocorrendo, na prática, a efetividade da lei 12.305/2010, estudando-se as dificuldades enfrentadas pelas organizações autogestionárias de catadores no contexto do estímulo à autogestão.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O estudo apresentará resultados de pesquisa de doutorado em curso, discutindo o atual cenário de inclusão social de catadores de materiais recicláveis no Brasil e apontando-se os principais problemas enfrentados pela categoria na realização do trabalho em organizações autogestionárias. Trata-se de um estudo de múltiplos casos, em realidades em que as organizações de catadores possuem apoio do poder público municipal para o seu funcionamento. O estudo possibilitará a compreensão acerca dos aspectos práticos da previsão legal inscrita na Política Nacional de Resíduos Sólidos e a análise da inclusão social via organizações autogestionárias. Será possível visualizar como os desafios enfrentados por organizações econômico solidárias estão presentes na dinâmica de funcionamento das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, bem como quais são os entraves à inclusão social dessa categoria de trabalhadores urbanos.

Título:
Projeto Raios de Sol: Uma tentativa de resistir e existir dentro da lógica capitalista na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira-TO

Autor:
Olívia de Campos Maia, Laryssa Rezende Simão e Maíra Pereira da Silva -doutorado, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas

Código:
ECS011

Resumo:

Objetivos do trabalho:

No contexto de cidade mercadoria e da superexploração da força de trabalho, pensar o território não é reflexo de uma construção coletiva. Esse espaço, fragmentado, é resultado de decisões políticas, urbanas e econômicas de um capitalismo globalizado que ao invés de criar emprego e cidadania, se fortalece na lógica do mercado de trabalho que exclui àqueles que não se adaptaram a essa exploração. No entanto, há sempre a possibilidade de resistir, e o arquiteto, enquanto agente transformador das causas sociais, atua na microrresistência à essa cidade excludente. Assim, junto à Comunidade Quilombola Barra da Aroeira-To, busca-se a partir de metodologias participativas na discussão do território e da implantação de uma economia solidária na mesma, encontrar outros caminhos que possibilitem novas fendas na função socioeconômica e política do espaço urbano. E mais, refletir sobre quais processos e rupturas são necessários para resgatar, nesse espaço, a cidade do direto e o direito à cidade.

Metodologia:

Tendo como base as premissas capitalistas que moldam as cidades e as transformam em espaços fragmentados e segregados socioeconomicamente, buscar outras alternativas que priorizem as necessidades da maioria da população e que visem o direito à cidade se faz indispensável. Nessa perspectiva, com o objetivo de melhorar a organização territorial de uma comunidade, as condições de trabalho, de moradia, e de vida de sua população, o Projeto Raios de Sol propõe a implantação de uma economia solidária e a discussão participativa, no que diz respeito ao espaço, na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, Tocantins.

Uma das funções do arquiteto e urbanista é conceber os espaços e conferi-los qualidade. Este profissional pode e deve atuar nas causas sociais, de modo a apoiar na luta da maioria (dos “excluídos” da cidade, dos que não possuem “voz”) e melhorar os seus espaços de vivência. Por isso foi necessário pensar qual o rebatimento social mais prático desta profissão nos dias de hoje, além de sua aplicação empírica por meio do estudo de caso com a promoção de discussões, participativas, sobre o território, suas formas de gestão cultural, política e econômica, cujo princípio é a luta coletiva.

Assim, foram realizados levantamentos de dados da Comunidade, através de pesquisa bibliográfica, análises da imagem de satélite e de carta imagem; oficinas com a utilização de questionários, debates com os moradores e metodologias participativas. Até a presente fase da pesquisa, o processo participativo serviu como preparação para a Comunidade e o seu entendimento dos princípios da economia solidária. Talvez aí, nessa capilaridade, seja possível transformar, ainda que minimamente, uma coletividade urbana capaz de suportar a diversidade da propriedade coletiva e o direito à liberdade individual, conforme os preceitos da Economia solidária.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A vida no povoado Quilombola Barra da Aroeira possui diversas adversidades, como moradias precárias, carência de trabalho, infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, dentre outras. Por outro lado, a Comunidade tem histórico de luta coletiva pelo direito à terra, possui sentimento de pertencimento a sua história e ao lugar que vivem, visam o bem coletivo e prezam por manter a sua identidade cultural. Dessa

forma, um dos principais desafios do Projeto Raios de Sol foi buscar intervir no povoado para melhorar a qualidade de vida por meio da implantação da economia solidária, de modo que utilizasse das técnicas atuais ao mesmo tempo que valorizasse a cultura da Comunidade.

A escolha pela instauração da economia solidária deu-se na tentativa de buscar uma forma diferente de desenvolvimento, mais democrático, sustentável, com valores coletivos, valores de solidariedade e de cooperação. Nesse sentido, como instaurar o trabalho de cooperativa autogestionário na Comunidade Barra da Aroeira de modo que seus moradores o aceitassem, desejassem, aderissem e se envolvessem?

A equipe do Projeto Raios de Sol propôs trabalhar com a participação dos moradores durante todas as etapas de implantação do projeto, pois têm-se que o processo participativo iria contribuir na troca de saberes entre a equipe técnica e a Comunidade, fazer com que houvesse uma maior adesão e apropriação do projeto pelos moradores do povoado, além de tornar o processo mais democrático.

O uso de metodologia participativa serviu para inserir os membros da Comunidade na discussão dos espaços e para auxiliar na compreensão do funcionamento do trabalho associado autogestionário. Todavia, houve dificuldade de participação efetiva da maioria dos moradores da Barra da Aroeira, principalmente do público jovem, por terem outros compromissos ou pela falta de "esperança" no projeto.[1]

No decorrer dos encontros e da realização das oficinas, os moradores presentes se envolveram e participaram efetivamente das atividades, o que resultou na troca de conhecimento entre a Comunidade – os vivenciadores do espaço, e a equipe técnica. Além disso, devido a dinâmica do lugar, por diversas vezes foi necessário a adaptação das oficinas de modo a promover uma melhor fluidez das atividades.

Embora o processo participativo, a princípio, possa parecer que tenha pouca força e até pouca influência nos resultados, são as pequenas atuações que possuem os efeitos de mudança. Portanto, essas experiências participativas na Barra da Aroeira apontaram a importância da cultura quilombola presente e da memória coletiva do grupo e contribuíram para os moradores da Comunidade refletirem sobre suas principais necessidades, problemáticas e potencialidades do povoado, e até para fortalecer o grupo a lutarem pelos seus direitos.

[1] Por várias vezes, nas conversas com os moradores, foi apontado que eles se sentem "objetos de estudo", pois já houve vários projetos na Comunidade, mas que para a população não teve nenhum retorno.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O Projeto Raios de Sol apresenta-se como um importante instrumento de luta pelos direitos e pela qualidade de vida da Comunidade Quilombola. Enquanto processo construtivo, essas experiências participativas na Barra da Aroeira, ainda que com poucas materializações, refletiram diretamente na visão da Comunidade a respeito de suas necessidades e de sua força; e na visão da academia em apreender o quanto a ligação e a herança de um povo podem contribuir na qualidade do trabalho. As vivências construídas para entender os meios de produção do corpo social; a busca pela igualdade nas condições de trabalho, de renda e de socialização; e o território enquanto parte da trajetória e da herança de um povo, inspiraram não só a Comunidade, mas toda a equipe técnica envolvida, por tratar-se de uma troca de saberes, cujo resultado é parte de um coletivo, em que cada indivíduo é mais do que participante, é coprodutor, idealizador e responsável por todo o processo.

Título:
Tecendo a economia urbana: análise a partir da produção do bordado em Caicó/RN

Autor:
Marluce Silvino -mestrado, Universidade Federal do Ceará

Código:
ECS014

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Caicó é uma das principais cidades da região do Seridó no estado do Rio Grande do Norte e atualmente com cerca de 65 mil habitantes segundo o censo 2010, apresenta uma economia diversificada baseada no turismo, na produção alimentícia e oferta de serviços. Por ser o polo da região tem um centro comercial dinâmico e recentemente tem se destacado na produção têxtil. É marcante na cidade a valoração dos produtos regionais, desde a carne de sol, o queijo e o bordado, que vendem junto consigo a marca da cidade, esses produtos remetem a lembrança do lugar. Dentre esses três produtos o bordado destaca-se por dinamizar a partir da confecção feita por cooperativas de bordadeiras a economia local, sendo comercializado para um mercado cada vez mais distante, chegando até a Europa. Desse modo o presente trabalho visa analisar a espacialização feita pela produção do bordado na cidade de Caicó, conhecer todo o processo produtivo e compreender a dinâmica econômica gerada a partir dessa atividade.

Metodologia:

Para a realização deste trabalho fez necessário um percurso metodológico que partiu inicialmente de levantamento bibliográfico refletindo sobre a problemática já apontada, onde buscamos em Morais (1999) aprender mais sobre a história do lugar, em Brito (2010) conhecer sobre a produção artesanal dos bordados em Caicó, em Correa (1995) compreender sobre o espaço urbano e para entendermos como a produção econômica influencia no desenvolvimento sócio espacial da cidade recorremos a Lefebvre (2006) e Souza (2003). Embasados nessas discussões realizamos ainda pesquisa de campo, com registro fotográfico e entrevista com as bordadeiras, com as donas de ateliês e lojas de artesanato e também junto a representante da associação de bordadeiras de Caicó para compreendermos in loco como se dá o processo de confecção dos bordados e de que modo é comercializado para assim entendermos como esse contribui para a dinâmica econômica da urbe.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A produção do bordado na cidade é feita por mulheres sertanejas que aprenderam a arte com suas mães e avós, são confeccionados artigos de cama, mesa e banho e também vestimentas, são peças únicas e que retratam a cultura de Caicó. O bordado é produzido na cidade desde o início do século XIX e persiste nos dias atuais mesmo com a crescente produção industrial de vestimentas e isso se dá pela qualidade do produto que é feito de modo muito particular, são peças exclusivas. O público que procura por esse produto é bem seleto, uma vez que, as peças chegam a custar um valor alto se comparado com peças produzidas em massa, esses clientes buscam o rigor que leva a marca Bordado de Caicó, seria como um

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

artigo de ostentação. As bordadeiras afirmam que o bordado realizado tem um diferencial que seria o avesso perfeito no qual tanto a frente como o avesso da peça apresentam a mesma qualidade e beleza no traço. A questão que se coloca é de que modo essa atividade contribui para a renda dessas artesãs e por tangente como isso afeta a economia da cidade. A partir da fala das bordadeiras é possível perceber que tem crescido a busca pelo produto não só no mercado local mas também nacional e até internacional, porém a circulação é difícil, pois a escoação é feita através de empresas de transporte privada o que encarece o produto. Sabe-se que o bordado de Caicó é comercializado principalmente em feiras de artesanato sendo a mais conhecida a FAMUSE realizada sempre dentro dos festejos da Festa de Santana no mês de julho e que a partir desses locais elas podem divulgar e comercializar, mas no cotidiano as vendas são feitas sempre em espécie o que dificulta muitas transações. A produção é muito meticulosa, é preciso que uma riscadeira faça o desenho no tecido, depois a bordadeira faz o bordado e costura a modelagem final da peça que são produzidas na residência da bordadeira e são repassadas para donas de ateliês e lojas de artesanato, nesse percurso o valor que se recebe por cada peça é significativamente inferior ao valor cobrado pelas revendedoras e isso tem feito com que muitas bordadeiras não tenham essa produção como sua única fonte de renda, muitas vezes complementam com serviços de costura e conserto de roupas. Mas mesmo diante dos desafios elas permanecem com essa tradição, pois acreditam que é uma forma de continuar perpetuando aquilo que lhes foi ensinado, e é também uma forma de complementar a renda familiar.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O comércio realizado a partir do bordado na cidade de Caicó apresenta muitos desafios, mas mesmo assim as bordadeiras persistem nessa produção, pois mesmo com as dificuldades elas alegam que conseguem contribuir com a renda familiar e em alguns períodos do ano, como na festa da padroeira da cidade na qual vem muitos turistas, arrecadar um valor significativo pelas peças. O fato de se organizarem de modo solidário, em cooperativas e associações facilita a produção, elas conseguem comprar com menores valores as matérias primas como tecido, linha dentre outros e também aquelas que não podem viajar para vender em feiras de outras cidades, mandam suas peças sob condições pela representante da associação que as comercializam. Assim percebe-se que a produção e circulação dos bordados em Caicó tem contribuído para a dinâmica econômica urbana pois fortalece a economia local uma vez que o capital arrecado circula dentro da própria cidade.

Título:
Ciudad Futura y sus proyectos de economía solidaria en la ciudad de Rosario, Argentina
Autor:
Ester Schiavo e Alejandro Gelfuso -doutorado, Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Argentina
Código:
ECS015

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Se propone analizar la problemática de la producción, distribución y acceso a los alimentos y objetos de consumo básicos en las metrópolis latinoamericanas, cuyo centro es la disputa entre el modelo económico hegemónico, su cadena de valor concentrada y sus actores tradicionales, frente a la heterogeneidad de alternativas que responden al nombre de economía solidaria. Se toma como

referencia empírica la experiencia de Ciudad Futura, movimiento social e instrumento político de la ciudad de Rosario, particularmente tres de sus proyectos: la cadena láctea La Resistencia, la Misión Anti-Inflación e Impulsar.

Interesa identificar los diferentes planos de disputa política, material y simbólica que plantean estos proyectos respecto al modelo dominante, a fin de dar cuenta de los obstáculos para aumentar la escala de las experiencias y reproducirlas; en el marco de los repertorios de acción colectiva que lleva adelante la organización, orientados a la lucha por el derecho a la ciudad.
Metodologia:

Se presenta la perspectiva conceptual desde la que se focaliza la economía solidaria, a partir del análisis bibliográfico de autores latinoamericanos, Coraggio (2007 y 2011) y Pastore ((2006, 2010, 2014 y 2015), entre otros, y de referentes europeos como Laville (2004), tanto como de la reciente obra colectiva de Coraggio, Laville et al (2016). En el marco de los postulados del derecho a la ciudad de Lefebvre (1968) y de los posteriores aportes de Harvey (2003 y 2013).

A partir de lo cual se diseña una metodología específica, en función de los objetivos señalados y las hipótesis planteadas más adelante, para analizar los tres proyectos que, articulados entre sí, constituyen el caso de estudio. Ellos son: a) la Cadena láctea La Resistencia , nacida en 2011, ubicada en la zona rural de Nuevo Alberdi, compuesta por un tambo y una fábrica de quesos y dulce de leche, que industrializa la totalidad de su producción lechera y productos elaborados; b) la Misión Anti Inflación , un sistema de consumo colaborativo que comienza a gestarse en 2014 y abarca a más de 800 hogares de Rosario, permitiendo la compra de la totalidad de la canasta básica con un ahorro del 40% gracias a la compra directa a productores de la economía solidaria; y c) Impulsar, un proyecto orientado a consolidar la economía y la calidad de trabajo de las unidades productivas autogestivas a través de dos líneas de crédito: la del fortalecimiento de la economía territorial (kioscos, almacenes, panaderías, tiendas de ropa, etcétera); y de la economía local/regional (fábricas, talleres de mediana escala, cooperativas). Las fuentes de datos son bibliográficas, documentales y las provenientes de entrevistas de distinto tipo y de observaciones in situ.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Gran parte de las metrópolis latinoamericanas se consolidaron como receptoras de procesos de urbanización relacionados con el modelo de acumulación capitalista, rodeadas de grandes cordones industriales. Luego de más de tres décadas de implementación de políticas neoliberales, todas ellas atraviesan una situación económica critica producto, entre otras causas, de la apertura de importaciones, despidos y cierres de fábricas. En simultaneo, el sector financiero, en alianza con desarrolladores urbanos, comienza a insertarse como actor capaz de reemplazar a la industria, generando valor con grandes proyectos urbanos, la promoción del turismo y el desarrollo del sector de servicios especializados. A su vez, como resultado de la expansión de la frontera urbana mediante barrios cerrados u otro tipo de grandes proyectos dirigidos a sectores de alta renta, se asiste a conflictos territoriales que expulsan a comunidades precarias en zonas periféricas, muchas de ellas de familias agricultoras. En este proceso, no solo se destaca el nuevo protagonismo del mercado inmobiliario, sino también el de las grandes cadenas de supermercados y shoppings como espacios para el acceso a alimentos y consumo básico, desplazando el comercio de cercanía, a los servicios de proximidad y a otras formas de economía solidaria. En consecuencia, la cadena de valor de las metrópolis atraviesa tres grandes problemas: a) la concentración y el monopolio, un puñado de empresas controla todos los eslabones de la cadena excluyendo cualquier competencia; b) la mayor parte de la venta y distribución en la ciudad pasa por los

centros de consumo masivo como shoppings e hipermercados; y c) los instrumentos de crédito a productores son gestionados en su mayoría por el sistema bancario, fuertemente excluyente para actores de menor peso económico. El resultado es la omnipresencia de monopolios y la ausencia de miles de actores heterogéneos de la cadena. Así, los productos finales son, en general, caros, de baja calidad, y a precios poco accesibles.
La primera hipótesis sostiene que, bajo la cadena de valor y sus actores hegemónicos, existe una heterogeneidad de actores y alternativas en funcionamiento, que se agrupa e identifica con la denominada economía social y solidaria, convocada por la consigna de que otra economía es posible y que, trae consigo otras concepciones, objetivos y formas de organización para el desarrollo productivo, mayormente opuestos a la lógica mercantilizada, monopólica y competitiva de las grandes empresas. Otra hipótesis, propone que estas alternativas plantean una disputa de sentido que excede lo económico-sectorial y se posicionan en el plano del derecho a la ciudad.
Teniendo en cuenta que lo que se presenta es un avance de un proyecto de investigación en su etapa preliminar, se entiende que la relevancia de los resultados obtenidos al momento radica en la comprensión y explicación del proceso de articulación en sí mismo, de las tres experiencias consideradas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Desde 2011 Ciudad Futura gestiona un tambo, cuya estrategia fue agregar valor en origen, instalado en el mismo predio una fábrica de quesos y dulce de leche, para generar un producto elaborado e industrializar la totalidad de la producción. Así, el problema se trasladó a la distribución. Entonces surgió la Misión Anti-Inflación, sistema de compra on-line con 350 productos de la canasta básica familiar, incluyendo los elaborados por la cadena láctea, y 6 puntos para retirarlos en la ciudad. Pero los productores, que comenzaron a crecer con este proyecto, necesitaron créditos para comprar insumos que les permitieran producir más. Para eso nació Impulsar, un sistema de créditos sin interés.
En cada uno de estos proyectos hay una crítica de fondo al modelo hegemónico y una propuesta materializada, conjuntamente, que expresa una alternativa y un proceso, que es en sí mismo la clave del éxito, aportando al derecho a la ciudad en lo atinente al acceso a la canasta básica familiar.

Título:
Agricultura familiar e economia popular: reflexões e ações a partir da associação dos agricultores familiares de piedade e região, em Ouro Preto - MG
Autor:
Alan Henrique Delfino – Graduação, Universidade Federal de Ouro Preto
Código:
ECS017

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo geral do presente projeto consiste na estruturação financeira da Associação de Agricultores Familiares de Piedade e Região. Especificamente pretende-se:

Realizar o levantamento das necessidades informacionais da Associação e das famílias; Consolidar rotinas administrativas orientadas à formalização escritural financeira; Promover treinamentos e capacitações para os responsáveis pelas novas práticas; Avaliar as rotinas implementadas; Auxiliar na correção de falhas do processo; Assessorar a Associação e as famílias quanto ao uso consciente dos recursos obtidos.

Metodologia:

A metodologia usada no referido projeto consiste na estruturação financeira da Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região - AFPRE. Para tanto, foi feito, inicialmente, o levantamento das necessidades dos membros da Associação e de suas principais dificuldades frente às novas possibilidades de comercialização institucional. Iniciou-se, assim, o projeto extensionista em conjunto com as famílias e os alunos envolvidos, por processos de ensino-aprendizagem, buscando obter soluções aplicáveis à realidade da Associação. A implementação das rotinas, simultaneamente ao treinamento ofertado pela equipe do projeto torna possível a verificação de falhas, também levantadas por meio de encontros periódicos. Além disso, realiza-se oficinas sobre orçamento familiar, consumo consciente e fundamentos de gestão financeira junto aos envolvidos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A estruturação organizacional destes produtores possui um elevado grau de informalidade e desarranjo institucional com registros financeiros precários. Isso tem levado as famílias a uma prestação de serviços em qualidade e nível inferiores aos que poderiam ser atingidos com uma gestão orientada à melhoria destes processos no âmbito da AFPRE. Dessa forma, o presente projeto, visa engrandecer e fortalecer a Associação e proporcionar às famílias constituintes o devido retorno do fruto de tão importante trabalho. Esse grupo de trabalho desenvolve com eles a autogestão, dado que: O ensino da autogestão é um ensino prático. Não trata-se apenas de oferecer cursos, mas trata-se de construir valores junto a comunidade envolvida, fortalecendo seus valores culturais e conhecimentos prévios, estruturando seus processos a partir de uma prática coletiva.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Com o projeto em andamento já é possível identificar que os membros da Associação estão se desenvolvendo e colocando em prática a organização do seu controle financeiro, o levantamento de patrimônio e o hábito de se reunirem para discutir o andamento da Associação. Nota-se também que a Economia Popular e Solidária já se fazia presente na comunidade e o descobrimento real que os agricultores(as) da comunidade veem notando, faz com que o crescimento pessoal e o empoderamento dos moradores transfigura o trabalho e a convivência, tornando-a mais produtiva e mais rentável dentro da Associação e nos espaços de interação compartilhados por eles. Vale salientar que esse processo de reestruturação na Associação é um processo demorado que vem buscando consolidar as redes entre o campo e a cidade. Tal processo vem fortalecendo as relações entre economia solidária, agricultura familiar e agroecologia (cujos valores são compartilhados) através do trabalho cooperativo.

SIMPÓSIO 3.2
ESTRUTURA SOCIAL

SESSÃO 3.2

Coordenação: André Salata, Inaiá e Luciana Andrade

Título:
Os processos de reestruturação urbano-regional e de reorganização do espaço estatal na governança urbana neoliberal da metrópole do Recife-PE

Autor:
Alexandre Sabino do Nascimento –Doutorado, UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Código:
ETS001

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Geral: Analisar a articulação dos processos de reestruturação urbano e regional e de reorganização do espaço estatal dentro do quadro reescalonamento da governança urbana neoliberal (BRENNER, 2009; 2010; 2017) na metrópole do Recife. Tendo como objeto de estudo a parceria público-privada (PPP) de Saneamento Básico da RM de Recife. Específicos: Identificar a relação entre os processos de reestruturação urbano-regional, crises de sobreacumulação e a produção de grandes projetos urbanos; Compreender o processo de reorganização do espaço estatal contemporâneo como resultado de rodadas de neoliberalização e reescalonamento do Estado; Apreender as características da governança neoliberal no espaço urbano; Analisar o papel do Estado na concentração e centralização do capital via a criação de PPPs; Compreender o processo desmaterialização do capital fixo via inovações financeiras como parte do processo de reprodução ampliada do capital de dominância financeira.

Metodologia:

Quanto a metodologia optou-se por uma pesquisa do tipo qualitativa e explicativa centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos. A pesquisa, também é duplamente bibliográfica e documental. A pesquisa se realizou nas Universidades, bibliotecas, jornais e demais acervos públicos e internet. Com isto deu-se a construção da base teórica e empírica norteadora da pesquisa. Foi feito levantamento documental em órgãos públicos e instituições responsáveis pelo planejamento econômico e gestão das cidades (IBGE; Condepe/Fidem) e de outras escalas (governo do estado ou federal – BNB, BCB, BNDES, CAIXA) envolvidos com os projetos estudados, como também de documentos das empresas envolvidas (relatórios, demonstrações financeiras, entre outros); (sites, relatórios, demonstrações financeiras etc.). Com base em (MASCARENHAS, BIENENSTEIN & SÁCHEZ, 2011) tomou-se como recurso metodológico a reflexão transdimensional da problemática estudada e sua inserção nas subáreas analisadas, buscando articular as dimensões de análise que orientam a pesquisa, que são: política (contexto político, coalizões, divisão de responsabilidades entre entes federados); institucional (investiga os processos decisórios, modos de implementação dos projetos – parcerias, inserção de novos dispositivos legais e institucionais, as disputas [políticas, econômicas e simbólicas] nas diversas escalas); dimensão sócio-ambiental: aborda, sobretudo, aspectos relativos ao acesso social e controle público dos equipamentos, as relações entre os espaços públicos e privados.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As transformações no setor de saneamento básico constituem objeto do presente estudo pelos seguintes aspectos: fator de impacto no desenvolvimento urbano-regional das metrópoles; crescente interesse das corporações privadas por esse setor; complexidade de sua engenharia financeira; por seu papel no quadro

de reestruturação regulatória neoliberal com a criação de inovações financeiras e novos arranjos políticos-institucionais e econômicos.

A metrópole de Recife via a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA promoveu uma PPP, para elevar seus índices de cobertura de saneamento. Foi criado o grande projeto urbano "Cidade Saneada", em 2014, uma PPP entre COMPESA e Odebrecht Ambiental, empreendimento que foi considerado o maior projeto de saneamento do país. Nossa hipótese é de que os investimentos em grandes projetos ligados à reestruturação econômica e urbana-regional da metrópole do Recife se deram, nos últimos anos, na produção de um espaço moldado para/por interesses de grandes agentes privados, e no contexto da governança neoliberal das metrópoles. Esse processo está ligado a estratégias de reorganização do espaço estatal. Tudo isso baseado em expressivos investimentos públicos. Entende-se, neste estudo, que o capital é, ao mesmo tempo, processo (fluxo) e forma material (fixo), conformando uma unidade contraditória dentro de seu processo de circulação (HARVEY, 2016). Onde a inversão em bens fixos ainda é um grande problema para a fluidez do capital, e nos tempos de dominância do capital fictício e irrestrito seria mais importante para sua liquidez investimentos do tipo aluguéis ao invés de compra, concessões ao invés de privatização estritas, pois estes são remunerados por dividendos e outras formas de rendimentos que são mais flexíveis e fluídas. Encontraremos essa estrutura na licitação e locação de ativos da companhia de saneamento e da SPE responsável pelo projeto analisado. Onde temos que os ativos fixos são construídos com fundos públicos e semi-públicos e locados para empresa pública (COMPESA), para tanto são criadas inovações financeiras (debêntures) para dá fluidez a esses ativos, tudo isso sendo feito com o pretexto de financiar a construção e operação de tais serviços públicos como o de saneamento. Para chegarmos a essa estrutura regulatória identificamos que no país tivemos rodadas de neoliberalização (BRANDÃO, 2017) ligadas a produção e financiamento de projetos de infraestrutura e prestação de políticas públicas desde a década de 90. A PPP analisada representa esses novos arranjos políticos-institucionais que fazem parte de um processo dinâmico de reestruturação produtiva e de transformação da organização e intervenção do Estado no espaço, ou no dizer de Brenner (2010; 2017) representam novos projetos e estratégias estatais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ressalta-se o papel do Estado na concentração e centralização de capitais ligada à reestruturação urbana-regional, destacando o setor do saneamento básico. Demonstrou-se o processo de desmaterialização do capital fixo via inovações financeiras e suas consequências econômicos, sociais e espaciais. Em 2013, o governo federal anuncia a proposta de mais PPPs estaduais para garantir a universalização do saneamento, a mesma baseia-se na mobilização de empresas de saneamento e na participação de investidores privados, fundos de pensão e seguradoras. Destaca-se o papel do FGTS para o financiamento de tais projetos, que tem sido a maior fonte de recursos para a Habitação Popular e o Saneamento Básico. O uso desse fundo entretece uma teia de ligações fortes entre Estado, capital imobiliário e capital financeiro. Concluímos que o atual processo de reestruturação urbana e regional da metrópole do Recife apresenta-se como fruto de ajustes espaço temporais do sistema e de um ajuste escalar.

Título:
Desigualdades educacionais no Brasil metropolitano: a educação superior tem proporcionado mobilidade social?
Autor:

Claudia Monteiro Fernandes -Mestrado, Doutoranda PPGCS UFBA - Pesquisadora Observatório das Metrópoles

Código:
ETS007

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O Brasil é um país marcado por desigualdades profundas em diversas dimensões. O intenso processo de urbanização vem acompanhado da reprodução de desigualdades históricas. Em geral, os estudos sobre desigualdades privilegiam análises sobre mobilidade socioeconômica a partir da inserção qualificada e com melhores rendimentos no mercado de trabalho. Um dos fatores mais importantes para explicar tal mobilidade socioeconômica é o acesso à educação de qualidade e, diante da expansão e diversificação recentes do sistema de ensino superior brasileiro, alguns estudos já identificaram que existem mudanças no perfil das universidades no Brasil, que se tornou mais feminina, mais popular e mais negra. Este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças recentes das características socioeconômicas das pessoas que frequentam ou concluíram a educação superior e se há mobilidade social no mercado de trabalho, em diferentes carreiras e nas maiores regiões metropolitanas brasileiras.

Metodologia:

Serão utilizados microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir dos dados da PNAD, num primeiro momento, será feita a análise das estatísticas descritivas para a construção de um perfil socioeconômico dos estudantes da educação superior nos períodos de 2002 e 2015, levando em consideração sexo, cor ou raça, grupos de idade, rendimento familiar per capita, origem migratória e condição ocupacional, assim como a formação de mãe ou pai, quando residentes no mesmo domicílio. Pretende-se com isso verificar se houve uma mudança no perfil socioeconômico desses estudantes e se há uma correlação positiva entre a formação da mãe ou pai com a sua presença na universidade. Num segundo momento, será analisado o perfil das pessoas ocupadas com nível superior concluído por posição na ocupação, atividade econômica e rendimentos de trabalho, aqui já podendo incluir o período mais recente de 2017, com a nova PNAD contínua. Em seguida, o perfil das pessoas desempregadas por escolaridade. Para o Brasil como um todo e as principais metrópoles do País. Com base nos dados do Censo da Educação Superior do INEP, serão analisados os perfis de estudantes de diferentes áreas e grupos de carreiras universitárias, no ensino superior público e privado, de forma a verificar se houve mudança, nos últimos 10 anos, no perfil socioeconômico em cursos considerados “de elite” ou não, com maior ou menor presença de negros e mulheres (negras) em estratos considerados privilegiados na sociedade, problematizando o quanto importa estar em espaços metropolitanos, diversos entre si, para garantir o acesso à educação de qualidade no país.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Serão utilizados microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir dos dados da PNAD, num primeiro momento, será feita a análise das estatísticas descritivas para a construção

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

de um perfil socioeconômico dos estudantes da educação superior nos períodos de 2002 e 2015, levando em consideração sexo, cor ou raça, grupos de idade, rendimento familiar per capita, origem migratória e condição ocupacional, assim como a formação de mãe ou pai, quando residentes no mesmo domicílio. Pretende-se com isso verificar se houve uma mudança no perfil socioeconômico desses estudantes e se há uma correlação positiva entre a formação da mãe ou pai com a sua presença na universidade. Num segundo momento, será analisado o perfil das pessoas ocupadas com nível superior concluído por posição na ocupação, atividade econômica e rendimentos de trabalho, aqui já podendo incluir o período mais recente de 2017, com a nova PNAD contínua. Em seguida, o perfil das pessoas desempregadas por escolaridade. Para o Brasil como um todo e as principais metrópoles do País. Com base nos dados do Censo da Educação Superior do INEP, serão analisados os perfis de estudantes de diferentes áreas e grupos de carreiras universitárias, no ensino superior público e privado, de forma a verificar se houve mudança, nos últimos 10 anos, no perfil socioeconômico em cursos considerados "de elite" ou não, com maior ou menor presença de negros e mulheres (negras) em estratos considerados privilegiados na sociedade, problematizando o quanto importa estar em espaços metropolitanos, diversos entre si, para garantir o acesso à educação de qualidade no país.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A educação é considerada um fator fundamental para a redução das desigualdades nas sociedades. Desde a década de 1970 discute-se a importância da educação formal para a chamada "sociedade da informação", definida por Daniel Bell no seu livro "O advento da sociedade pós-industrial", de 1973, como aquela que valoriza os serviços baseados no conhecimento na estrutura central da nova economia e de uma sociedade sustentada na informação. A partir da década de 1990, passou-se ao debate de uma sociedade que fosse além do acesso à informação e tecnologia, mas passou a valorizar o conhecimento e a inteligência, buscando expressar melhor a complexidade e a velocidade das mudanças que estavam acontecendo. É nesse contexto que a ampliação do tempo de estudo e das possibilidades de acesso à educação formal têm se ampliado no mundo e também no Brasil. No entanto, as desigualdades já começam dentro do próprio sistema educacional. Universidades são espaços de prestígio para o qual são direcionadas as esperanças de jovens no sentido de uma melhoria de vida, e também de seu reconhecimento enquanto cidadãos. Desde o início dos anos 2000, a adoção de políticas de ações afirmativas para a educação superior, principalmente as políticas de acesso por meio de cotas e a ampliação da adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), têm ampliado as possibilidades de mobilidade social por meio de educação nos anos recentes. A condição migratória das pessoas que têm acesso à educação superior também passou a ser mais diversa. Aumentou a presença de pessoas que conseguiram sair de outras regiões ou do interior e passaram a viver nas metrópoles, frequentando o ensino superior e buscando melhores oportunidades de trabalho associadas a uma melhor qualificação. Segundo a PNAD, o número de pessoas que frequentavam o ensino superior passou de 6,1 milhões em 2007 para 7,7 milhões em 2015. Já os dados do INEP indicaram que as matrículas em cursos de graduação passaram de 2,7 milhões em 2000 para 8 milhões em 2016. Neste último ano, 75% das matrículas eram da rede privada de educação superior; 30% do total de matriculados eram negros. Mais recentemente, com a crise política e econômica que vivemos no Brasil, a renda média e qualidade das ocupações vêm tendendo à deterioração, mas o diploma de ensino superior parece ser uma forma de proteção dos trabalhadores contra o desemprego. Ainda assim, a renda média dos trabalhadores com nível superior concluído caiu 8% de 2014 para 2017, de acordo com a PNAD. É uma das rendas médias que mais caíram dentre todos os segmentos ocupacionais, o que pode indicar o desemprego e a colocação em atividades mais precárias com salário menor. Neste texto serão utilizadas importantes bases de microdados dados disponíveis no Brasil que permitem uma análise bem

mais detalhada de diversos estratos selecionados, que não são divulgadas regularmente em sinopses oficiais.

Título:
Gentrificação e Redes Sociais: uma análise da dinâmica habitacional no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Autor:
Pedro Araújo Patrício e Renan Pereira Almeida -doutorado, Cedeplar/UFMG

Código:
ETS008

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho objetiva a análise da dinâmica habitacional recente do Vetor Norte (VN) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), pelos arcabouços de gentrificação e redes sociais. Neste trabalho, foram analisados os dados de 897 questionários aplicados a moradores da área de estudo, além de bases de dados disponíveis publicamente. Avalia-se em que medida os grandes projetos realizados no VN/RMBH tenham alterado a dinâmica habitacional do território, e além disso, quais são as principais motivações dos moradores na sua tomada de decisão locacional. Os resultados indicam que a existência de redes coesas e geograficamente concentradas (MARQUES, 2012) implicam em resistências aos movimentos do capital, tanto na expulsão de famílias pobres quanto na atração de elites. Considerações sobre contingências locais são fundamentais para a compreensão do fenômeno da gentrificação no Sul-Global, como parte da literatura (BETANCUR, 2014; SABATINI et. al. 2009; SIQUEIRA, 2014).

Metodologia:

Para a investigação da dinâmica habitacional da área de estudo, foram utilizadas três fontes de informação, para uma ampla visualização do contexto e para dar robustez às análises. Foram usadas bases de dados disponibilizadas por instituições públicas, como a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do ITBI (Imposto de Transferência de Bens e Imóveis Inter-vivos). Ainda, foram comparados os dados na escala de setores censitários dos Censos Demográficos (2000 e 2010, IBGE). Por último, a pesquisa financiada pelo Lincoln Institute of Land Policy, “Large Scale Urban Projects: The State and Gentrification in the Belo Horizonte Metropolitan Region”, forneceu dados primários a partir de pesquisa de campo.
A análise dos dados está dividida em duas seções. A primeira é dedicada a contextualizar a área de estudo, descrevendo os principais projetos desenvolvidos na região e como o VN se insere na RMBH. Com o ITBI, foi possível analisar o preço mediano dos imóveis e a quantidade de imóveis transacionados, comparando a área de estudo com o restante da cidade. Com os Censos, foram obtidos o rendimento médio do responsável, de onde gerou-se uma figura comparativa para os anos de 2000 e 2010.
Na segunda, utilizou-se os dados do questionário aplicado aos moradores da região pela pesquisa do Lincoln Institute. Através de uma análise descritiva dos dados em formato de tabelas cruzadas, as perguntas de interesse são as seguintes: local de residência anterior; motivo da sua mudança; ano da mudança; e intenção de mudar, razão e para onde. Os bairros são agregados em pertencentes ou não ao VN, enquanto os motivos foram agrupados em quatro tipos: familiares; econômicos; relacionados a transporte e; outros motivos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A RMBH recebeu, nos últimos anos, um pacote de investimentos no seu VN – historicamente, a porção mais pobre da metrópole. Os investimentos tiveram orientação do governo do estado, em consonância com o setor privado, com o discurso de propiciar o desenvolvimento da economia mineira em face da emergência de uma "Nova Economia" – marcada pela globalização e por supostos novos setores líderes. Em função desses projetos, gerou-se uma percepção de valorização imobiliária no VN, e, por conseguinte, receios sobre uma potencial gentrificação da área. Diante disso, este artigo discute até que ponto esses processos tiveram efeito na dinâmica habitacional da região, avaliando em que medida a coesão das vizinhanças e rigidez do espaço construído oferecem resistências para impedir um processo de saída da população residente por vias de mercado.

A revisão bibliográfica a respeito de redes sociais teve o intuito de levantar a hipótese de que existe um caráter relacional relevante para compreender a dinâmica imobiliária do VN. No processo de decisão locacional, os indivíduos levam em conta a rede social a que eles pertencem. Essas redes, por sua vez, são criadas principalmente a partir de relações familiares. Essas interações podem ser suficientemente fortes para estabelecer prioridades e determinar a tomada de decisão habitacional. Em outras palavras, discute-se até que ponto as determinações do capital via mercado são suficientes para romper com as redes sociais enraizadas no território, seja na capacidade de atração de elites para uma área pobre, seja no deslocamento de populações pobres para outras áreas.

A partir da análise dos dados imobiliário, nota-se que o VN cresceu em linha com o restante da cidade. Outras áreas periféricas e populares também passaram por mudanças similares no período. Dessa forma, há evidências de que essas mudanças sejam processos muito mais "macro-determinados", i.e., pelo ciclo macroeconômico e pelas políticas de distribuição de renda do Governo Federal entre 2003 e 2014, do que por causa dos projetos ora analisados.

Diante de aspectos demográficos do VN e dos principais motivos elencados pelos moradores, a gentrificação nesse tipo de área pode não acontecer, em função de motivos que extrapolam o domínio econômico. Esses motivos são fundamentados pela inserção dos indivíduos em uma rede social coesa e concentrada espacialmente, e da prevalência do valor de uso sobre o valor de troca. Em outras palavras, as famílias não estão dispostas a vender seus imóveis para se mudarem para outras regiões, e a proporção de residentes em imóveis alugados é pequena. A outra face da mesma moeda leva à intuição de que as elites, que se concentram na região Sul da metrópole, também são pouco atraídas para uma área distante, periférica e pobre. O espaço construído já consolidado dá pouco espaço para o capital imobiliário e a expulsão pela violência necessitaria de um escala difícil de ser concebida – mais de 500 mil pessoas habitam o VN.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Procurou-se apresentar questões pertinentes ao estudo nas literaturas de gentrificação e de redes sociais. Em linha com a literatura, considerações sobre contingências locais são necessárias para a compreensão da gentrificação no Sul Global.

Uma das conclusões deste estudo destaca a presença de evidências para corroborar a hipótese de que o processo de gentrificação não se desdobre automaticamente a partir dos desejos do capital e do Estado. O VN permanece uma região caracterizada por imóveis de valores abaixo da média da cidade e distante das elites. Outras áreas periféricas também apresentaram valorização na última década, indicando a prevalência de aspectos macroeconômicos.

Discute-se a aproximação da teoria de redes sociais com o objeto de estudo, uma vez que as relações familiares tem valor significativo para a habitação. Dessa forma, aponta-se para redes sociais coesas, estruturadas principalmente na família, capazes de oferecer resistência a movimentos do capital imobiliário.

Título:
Análisis exploratorio de datos espaciales de pobreza 1996-2011 en Montevideo y Área Metropolitana: cambios y continuidades en patrones de localización

Autor:
Víctor Borrás -mestrado, Departamento de Sociología Universidad de la República

Código:
ETS011

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Montevideo en la última década ha logrado reducir sus niveles agregados de pobreza y desigualdad social, resultado de la convergencia de crecimiento económico y reformas sociales desarrolladas desde 2005, con la asunción del primer gobierno nacional progresista (Serna y González 2017). Sin embargo, distintos trabajos señalan que la reactivación económica y las reformas sociales, no han logrado revertir brechas territoriales en el acceso al bienestar de hogares y personas, dando cuenta de la persistencia de una ciudad fragmentada (Veiga, 2004, Aguiar 2017). El presente trabajo se propone aportar evidencia sobre la evolución de las desigualdades geográficas en el acceso al bienestar en Montevideo y su área metropolitana (AM). Para ello se desarrolla un análisis exploratorio, 1996-2011, de la distribución espacial de la pobreza, buscando determinar cambios y continuidades en los patrones de localización, así como detectar la conformación de conglomerados de alta y baja pobreza.

Metodologia:

El trabajo parte de un enfoque multidimensional para la medición de la pobreza. En particular, se emplea la metodología Alkire y Foster (2008 y 2011), la cual ofrece tres medidas sintéticas del fenómeno: la Tasa de Recuento, la Intensidad de la pobreza y la Tasa de Recuento Ajustada a las Dimensiones. Las medidas utilizadas consideran el hogar como unidad de análisis y resumen información sobre tres dimensiones: vivienda y servicios dentro de la vivida, artefactos de confort y educación.
Como fuente de información se utilizan los censos de población 1996 y 2011. El análisis espacial se desarrolla a nivel de segmento censal, mínima unidad geoestadística de relevamiento para la cual el Instituto Nacional de Estadística disponibiliza microdatos censales de modo abierto.
El estudio espacial de la pobreza recurre a tres procedimientos comprendidos dentro de las técnicas de Análisis Exploratorio de Datos Espaciales (ESDA): a) la representación de la incidencia de la pobreza en mapas de cajas. B) la estimación del I de Morán global y la presentación del diagrama de dispersión asociado a este estadístico, para testear la hipótesis de autocorrelación espacial de la pobreza y, c) la estimación del I de Morán local, como medida de la familia de indicadores locales de autocorrelación espacial (LISA), para medir la asociación existente entre los niveles de pobreza de un segmento censal y los de sus vecinos e identificar conglomerados locales de alta y baja pobreza, así como casos atípicos (Anselin 2005). Además, para análisis longitudinales como los desarrollados en este trabajo, permite

establecer permanencias y cambios de los niveles de pobreza de una unidad y comparar el desempeño con el de unidades vecinas, pudiendo dar cuenta de efectos de difusión espacial de la pobreza (Pérez Valbuena 2005).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

En los últimos cuarenta años, se ha asistido a nivel global a procesos de transformación de las estructuras espaciales de las metrópolis. Según Mike Davis (2006), en el sur global, el veloz crecimiento urbano registrado en las últimas décadas, en un contexto de ajuste estructural, desindustrialización y recorte del gasto público, tiene como una de sus caras visibles la producción en masa de áreas urbanas hiperdegradadas, que se extienden más allá de los límites de las ciudades. Montevideo no escapa a las dinámicas descritas. Desde la década de 1970 se documenta la llegada de flujos de migración interna al perímetro de la ciudad, así como la expulsión de población pobre del centro de Montevideo, que se instala en los bordes de la ciudad y su área metropolitana (AM), lo que ha tenido como resultado la consolidación de espacios periféricos hiperdegradados. El presente trabajo busca contribuir al estudio de este proceso a través del análisis exploratorio de datos espaciales de pobreza 1996-2011.

El supuesto general que orienta el trabajo es que, en el período analizado, la reducción agregada en los niveles de pobreza en Montevideo, convive con un proceso histórico de localización de los pobres en los barrios periféricos de la ciudad y parte de su AM, que no ha cedido ante la recuperación económica y las reformas sociales de la última década. En el correr de la investigación se testean tres hipótesis: (i) la heterogeneidad espacial en la localización de la pobreza, (ii) la autocorrelación espacial global de las unidades geográficas pobres y no pobres y (iii) la conformación de conglomerados de alta y baja pobreza.

Los resultados son concluyentes respecto a la prevalencia de una fuerte heterogeneidad espacial en la distribución de la pobreza, lo que ratifica lo mostrado en las investigaciones antecedentes de los últimos 25 años (DGEC 1990, Calvo 1999, Veiga 2004, Aguiar 2017)

Los test de autocorrelación espacial global descartan la hipótesis nula de distribución aleatoria de la pobreza multidimensional para ambos años, lo que ratifica la tendencia sostenida a la agrupación de las unidades más pobres.

Las pruebas LISA confirman la existencia de conglomerados de alta pobreza que, si bien muestran como patrón común la localización en la periferia de la ciudad, en el período registran algunas modificaciones. En 1996 se advierten dos conglomerados de alta pobreza al oeste y al noreste de la ciudad y la conformación de algunos clusters de alta pobreza en el AM. En 2011 se consolidan los conglomerados de alta pobreza en el AM, en torno a los principales corredores viales de acceso a la ciudad. Adicionalmente, en la zona sureste del AM, se conforma un conglomerado de baja pobreza. Estas transformaciones podrían estar dando pruebas de la conformación de un “modelo mixto” de ciudad (Arriagada y Vignoli 2003), que combina el formato clásico latinoamericano de periferia pobre, con el formato estadounidense de suburbios de clase media y alta.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Montevideo ha experimentado en la última década una recuperación económica y expansión de la protección social, que ha redundado en la reducción de los niveles de desigualdad social y pobreza. Sin embargo, esto no ha logrado revertir pautas de fragmentación social que se documentan desde hace al menos tres décadas.

Uno de los rasgos más preocupantes es la persistente tendencia a la concentración de los hogares pobres en amplias zonas periféricas y, en particular, la verificación en 2011, de nuevos conglomerados en el AM. Lo anterior convive con la incipiente conformación de áreas de baja pobreza en el sureste del AM, que se suman a las registradas en el sureste de la ciudad.

Se constata así un proceso de producción de ciudad con lógica de enclave, ya documentado en otras ciudades del continente (Capron y Esquivel 2016), y que tienden a perpetuar distancias sociales y patrones de injusticia espacial en el acceso al bienestar.

Título:
Desigualdade de renda e condições de vida nas metrópoles brasileiras: uma análise com base nos microdados da PNAD

Autor:
Raphael Villela; César Marques -doutorado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE

Código:
ETS015

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar de que modo as desigualdades de renda interferem no bem-estar social e comprometem as condições de vida das populações que habitam as principais metrópoles brasileiras. Para alcançar o objetivo proposto, lançamos dois objetivos específicos: (1) identificar como evoluiu a concentração de renda pelos mais ricos; (2) identificar como as desigualdades interferem no acesso das pessoas à educação, à saúde, à mobilidade urbana, à moradia e ao consumo.

Metodologia:

Além da revisão bibliográfica relacionada à temática proposta foi realizado um levantamento de dados e demais informações estatísticas de modo a subsidiar a análise do objeto de estudos. A principal base de dados consultada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, realizada pelo IBGE até o ano de 2015, sendo substituída pela PNAD Contínua desde então. Como recorte temporal, utilizaremos os anos de 2001, 2014 e 2015 – este último por corresponder ao primeiro ano da severa crise econômica enfrentada pelo país. Trabalharemos com as nove regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília-DF. A leitura dos microdados da PNAD foi realizada no software estatístico R – The R Project for Statistical Computing. O pacote Convey permite o cálculo de índices pobreza e de desigualdade a partir de dados amostrais complexos. Este pacote foi utilizado para calcular os índices de Gini, a Curva de Lorenz e a distribuição de renda por quantis em cada uma das nove regiões metropolitanas contempladas pela PNAD, além do Distrito Federal. Em seguida, de modo a avaliar a existência de relação entre os índices de desigualdade obtidos com o acesso destas populações à saúde, à educação, à mobilidade urbana, à moradia e ao consumo selecionaremos algumas variáveis relacionadas a cada uma destas dimensões da vida metropolitana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

De que modo as desigualdades de renda interferem na qualidade de vida das populações que habitam as grandes metrópoles brasileiras? Segundo Dorling (2015), os efeitos das desigualdades de renda entre as pessoas não são uma questão de ordem exclusivamente econômica, muito pelo contrário; seu alcance é mais amplo e dramático. Isso porque, segundo ele, quanto maior for a proporção da renda nacional apropriada pelos mais ricos (centésimo, vigésimo ou décimo mais ricos), menor será a renda disponível para o restante da população. Em outro trabalho, Dorling (2017) explica como as desigualdades de renda criam uma cruel engrenagem de diferenciação entre as pessoas no que diz respeito aos padrões desiguais no acesso à educação, aos serviços de saúde, ao trabalho, às condições de habitação, à mobilidade no espaço urbano, à segurança, ao lazer, ao consumo, aos recursos naturais, entre outros aspectos da vida cotidiana. Evidentemente, quando este acesso é determinado pela renda, logo, a engrenagem geradora de desigualdades passa a operar de modo eficaz para os mais ricos, pois assegura a perpetuação do status-quo.

No Brasil, podemos identificar a existência de grandes desigualdades socioespaciais em nossas cidades, sobretudo nas grandes metrópoles; e que trazem grandes prejuízos à população, como também ao ambiente. Enquanto as áreas mais centrais e com maiores amenidades ambientais contam com as melhores infraestruturas e serviços urbanos, as áreas periféricas, por outro lado, possuem uma enorme carência destes bens e serviços. Por exemplo, a crise da mobilidade urbana é uma questão que prejudica a todos, entretanto, ela é mais dramática para aqueles que residem nas periferias urbanas mais distantes e que são pior servidas pelo sistema público de transporte, como também, para aqueles que não dispõe de um automóvel particular. Esta última opção, segundo Martine et al. (2012), quando disseminada prejudica a todos, embora de modo desigual, pois enquanto alguns enfrentam um trânsito congestionado dentro do conforto proporcionado por um automóvel particular outros se defrontam com um transporte público cada vez mais precário e ineficiente. Nossa hipótese é a de que as metrópoles mais desiguais apresentam condições de vida mais precárias para a sua população.

Os primeiros resultados obtidos evidenciam que a desigualdade de renda é uma característica muito marcante das metrópoles brasileiras analisadas. Contudo, diferenças consideráveis podem ser observadas entre cada uma delas. Por exemplo, quando avaliamos a razão entre a soma dos rendimentos dos 10% mais ricos com a dos 10% mais pobres (razão real 90:10), em 2015 com base nos microdados da PNAD, foi possível identificar os seguintes resultados: em Belém a razão foi de 34,4; em Fortaleza, de 32,3; no Recife, de 45,23; em Salvador, 35,3; em Belo Horizonte, de 21,8; no Rio de Janeiro, 23,0; em São Paulo, de 19,9; em Curitiba, de 18,8; em Porto Alegre, de 17,8 e; finalmente, em Brasília-DF, de 29,6.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância deste trabalho é justificada pela primazia que a questão das desigualdades assume na conjuntura atual do Brasil, caracterizada pela mais severa crise econômica da história recente do país, a qual pode agravar ainda mais a concentração de renda e reverter a trajetória de redução da pobreza. Isso porque, em contextos de crise econômica, os esforços não são distribuídos igualitariamente entre a população; sendo os mais pobres aqueles que experimentam o maior ônus.

Como consideração parcial é possível afirmar que apesar da desigualdade de renda se constituir numa característica marcante das metrópoles brasileiras, o nível destas desigualdades é, por sua vez, bastante diverso quando comparamos os resultados obtidos para cada uma delas. Compreender as dinâmicas internas que nos auxiliam na compreensão desta variedade é tarefa para trabalhos futuros. Por ora, nos concentraremos na análise comparativa entre cada uma delas, de modo a identificar tendências que são comuns ou não.

Título:
Metropolização de Curitiba, planejamento, estrutura social e exclusão: Implicações na escolarização e nas oportunidades Educacionais

Autor:
Maria Cristina Borges da silva e Roberto Filizola -Doutorado, Pós - doutoramento PACC - UFRJ e Universidade Federal do Paraná

Código:
ETS017

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do trabalho é problematizar a estrutura social, a organização e o planejamento socioespacial, bem como, as implicações na escolaridade da população, e nas oportunidades educacionais das periferias de Curitiba e Região Metropolitana.

Metodologia:

Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se levantamento de dados a partir de vários órgãos e autores que tratam do planejamento, do direito à cidade, e de questões relacionadas a oportunidades educacionais e da educabilidade. Foi realizada também, pesquisa de campo em quinze municípios localizados ao norte da região metropolitana e em bairros das dez regionais onde existem ocupações irregulares no município de Curitiba. Dentre os 75 bairros de Curitiba, cerca vinte e nove formam verdadeiras periferias, localizadas, sobretudo, ao sul e a leste da cidade. Some-se a isso a realidade de alguns municípios vizinhos da RMC, onde se percebe que as desigualdades socioespaciais são ainda mais acirradas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O crescimento e a expansão das metrópoles, possuem caraterísticas que marcam profundamente as desigualdades sociais nas cidades brasileiras, a expansão das áreas de ocupações irregulares, da segregação socioespacial e da especulação imobiliária são fatores determinantes para a produção de uma periferia segregada, onde o preço do solo define a organização espacial contribuindo para a população de alta renda habitar áreas centrais e a população de baixa renda ocupar as áreas periféricas. As moradias sociais, como os conjuntos habitacionais concentram a população de baixa renda nas margens e nas franjas nas áreas mais carentes de Curitiba e da Região Metropolitana. Discorrer sobre Metropolização de Curitiba é compreender um pouco da história, da cultura dos povos que habitam a região e de como determinada cultura se projeta sobre as demais. É também entender como o planejamento da capital, e a falta histórica de planejamento na RMC, pode interferir no desenvolvimento socioespacial, no sentimento de pertença de determinadas comunidades às cidades e a região metropolitana. A pesquisa é relevante, uma vez que é fundamental discutir, formas de explorar temas que tratem da metropolização, do planejamento, ou a falta dele, a partir de análise da organização espacial, que muitas vezes, gera determinada estrutura social com grupos excluídos, e com baixa escolaridade. O que compromete e fragiliza o desenvolvimento social, e acaba por homogeneizar determinados territórios, gerando segregação residencial e isolamento social. É necessário compreender, portanto, que a segregação socioespacial engendrou uma carência de oportunidades educativas, além de baixa qualidade. Mais do que isso, impactou o direito à cidade, o respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à inclusão

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

social. Esse cenário de desigualdades socioespaciais foi categorizado em tipologias, definidas por Deschamps (2014), segundo o nível de renda e a ocupação ou categoria profissional de seus moradores. Segundo a autora, essas tipologias são: Tipologia Superior, Tipologia Médio, Tipologia Popular Operário, Tipologia Operário agrícola, Tipologia Agrícola. Considerar estas tipologias é essencial para a compreensão das oportunidades educacionais, uma vez que vários autores apontam que questões socioeconômicas, embora não sejam determinantes, são de suma importância para analisar as oportunidades e os desempenhos educacionais e níveis de escolaridade, bem com garantir melhores condições de obtenção de rendimentos e de transformação social.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados são relevantes, uma vez que, relacionam o planejamento, a estrutura social, a escolarização e a oportunidades educacionais ofertadas às populações, considerando à educação básica e superior, e relaciona estas questões com as possibilidades de obtenção de renda mínima para uma vida digna. Os resultados buscam também refletir sobre como os discursos e a descontinuidade das políticas públicas pelos diversos governos e dirigentes municipais, que contribuem, muitas vezes, para invisibilizar grupos sociais que são afetados por diversos problemas, relacionados a moradia insalubres, algumas frutos de autoconstrução, o que coloca em risco muitas famílias, dificuldades na mobilidade, na oferta postos de saúde, entre outros, que faz com que as populações periféricas de Curitiba e dos municípios da Região Metropolitana. não tenham seus direitos a cidade garantidos.

Título:
O direito das mulheres à cidade: a unidade entre a espoliação e a opressão no contexto urbano
Autor:
Carolina Alvim de Oliveira Freitas -mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Código:
ETS004

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem como objetivos, por um lado, buscar uma definição de direito à cidade, e, por outro, investigar a estruturação social das relações entre homens e mulheres no capitalismo contemporâneo. A partir daí, seus objetivos específicos se dividem entre sistematizar a literatura existente a respeito da ligação da questão de gênero com a questão urbana e tecer considerações sobre a unidade entre os dois temas. Há atualizações relevantes sendo elaboradas a respeito dos papeis sociais femininos na contemporaneidade no âmbito familiar e no mundo do trabalho. Todavia, em relação à cidade, há poucas referências sobre o movimento estrutural que associa a condição das mulheres às transformações urbanas, num contexto global de acumulação de capital por espoliação. Nesse sentido, importa ao trabalho não apenas descrever como as mulheres estão submetidas às desigualdades urbanas, mas sobretudo apresentar conexões possíveis entre os conceitos de exploração, espoliação e opressão.

Metodologia:

A metodologia do trabalho apresentado será composta pela pesquisa bibliográfica, considerando a) a literatura existente sobre o direito à cidade, enfatizando as distintas compreensões que se consolidaram a partir da concepção clássica de Henri Lefebvre, por um lado, e do movimento de reforma urbana brasileiro, por outro; b) a bibliografia a respeito das transformações urbanas contemporâneas, que permeiem o processo de financeirização na produção do espaço e de acumulação de capital por espoliação, utilizando especialmente os estudos de David Harvey a esse respeito; c) A bibliografia feminista clássica brasileira e estrangeira, baseada numa visão materialista sobre as relações hierárquicas de gênero, incorporando contribuições da teoria interseccional e unitária entre as noções de classe, raça e gênero; d) Os estudos mais recentes a respeito das transformações dos papeis sociais femininos na contemporaneidade, incluindo como subtemas a questão do mundo do trabalho, da família e a ocupação da cidade.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A situação das mulheres nas cidades é um tema que vem sedimentando, ano após ano, relevância entre os estudos urbanos. É evidentemente uma expressão da força conquistada pelas organizações e movimentos de mulheres por direitos, que, com frequência, ganha corpo teórico. No entanto, a pesquisa bibliográfica a respeito desse cruzamento entre o espaço e as relações de gênero demonstra que, por vezes, o que as investigações apresentam são denúncias e descrições a respeito da má qualidade de vida das mulheres pobres e trabalhadoras na cidade, seja por sua localização de moradia em áreas periféricas, seja por causa da violência contra seus corpos nos espaços públicos, ou seja pelo nível de espoliação urbana sofrido por elas em deslocamentos forçados pelo trabalho reprodutivo ligado à casa e à família. Há, ainda, pesquisas que associam o protagonismo das mulheres nos movimentos urbanos de moradia e de reivindicações por equipamentos e políticas públicas nas regiões que habitam, demonstrando, uma vez mais, que são elas as responsáveis pelo cuidado e manutenção da vida doméstica e, por essa razão, assumem a liderança das organizações populares em torno do acesso a equipamentos e espaços urbanos. Embora essas constatações tenham sido produzidas até aqui em estudos de caso e etnográficos, pouca literatura brasileira existe em torno das motivações estruturais que associam as mulheres às cidades, que conectem o trabalho doméstico historicamente responsabilizado às mulheres aos obstáculos do acesso à cidade pela população pobre e trabalhadora em função da mercantilização do espaço, projetado nos planos permanentes de reestruturação imobiliária patrocinados pelo Estado e o mercado. O sobretrabalho realizado pela classe socialmente explorada e oprimida para se deslocar na cidade ou para permanecer habitando alguma de suas regiões, tradicionalmente inferido na literatura como parte do processo de espoliação urbana, é similar, do ponto de vista da acumulação de capital, ao sobretrabalho efetuado pelas mulheres trabalhadoras (majoritariamente negras e habitantes das periferias urbanas) na manutenção e nos cuidados domésticos e familiares, não contabilizados na formação do preço dos salários. Em momentos de crise econômica e financeira como este em que vivemos, de queda tendencial na taxa de lucros, esses dois sobretrabalhos representam uma estratégia importante do capital para se reproduzir. Notabilizam planos de recolonização de âmbitos da vida da classe trabalhadora que, longe de serem problemas “femininos” ou “urbanos”, tornam-se centrais para os desafios contemporâneos na luta de classes a nível global.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância do trabalho consiste em aprofundar um tema que vem sendo adotado nas agendas de pesquisa nas universidades e que é formado, essencialmente, por um esforço interdisciplinar, congregando urbanismo, feminismo e economia como áreas do conhecimento que podem, quando conjugadas, desvendar problemas centrais por que vem passando as cidades brasileiras e em todo o

globo. A pesquisa se insere, ainda, no detalhamento da centralidade do espaço urbano para resolver a crise de acumulação de capital e, em compensação, para agudizar ainda mais a crise de reprodução social, pondo à cena as mulheres, sujeitas nucleares dos processos de opressão de gênero/raça, de exploração do trabalho e de espoliação urbana.

Título:
Ocupação do espaço público e direito à cidade: uma análise a partir do comércio de rua no entorno dos principais shoppings da cidade do Natal/RN

Autor:
Ana Mônica Medeiros Ferreira e Rita de Cássia da Conceição Gomes -doutorado, Pesquisadoras do Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Código:
ETS009

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O estudo objetiva discutir o uso do espaço público e sua relação com o comércio de rua no entorno dos principais shoppings na cidade do Natal/RN. Parte-se da ideia que o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade (CARLOS, 1996). Assim, como o estudo da cidade, o estudo do espaço público também é multifacetado. Portanto, a abordagem da pesquisa inclui aspectos legais, como objeto de leis disciplinadoras a exemplo do Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Código de Obras do Município do Natal/RN, aspectos de gestão urbana, na observação do controle cotidiano e efetiva fiscalização e cumprimento das Portarias das Secretarias Municipais, e aspectos socioespaciais, a partir dos quais busca-se a compreensão das práticas sociais e culturais, bem como das relações sociais construídas e reproduzidas no contexto da ocupação do espaço público pelo comércio de rua.

Metodologia:

Como suporte metodológico, a pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva dialética. Que dará suporte ao aprofundamento da temática sob dois aspectos diferentes, porém, complementares. O primeiro refere-se ao debate teórico sobre as normas de Direito Urbanístico, que regulamenta o uso e ocupação do espaço público em Natal/RN e possibilita a ampliação do olhar sobre a importância de pensar o direito à cidade. O segundo analisa o planejamento e a execução de políticas públicas relacionadas aos processos de organização social da cidade com ênfase na participação popular para uma nova estratégia urbana como ação abstrata e sociológica na visão das Ciências Sociais, Geografia e Arquitetura e Urbanismo. Ambos os aspectos são abordados segundo os três momentos da produção do espaço urbano definido por Henri Lefebvre (2000). Assim, o método de abordagem da pesquisa tem como principal fonte inspiradora a obra de Lefebvre que define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço percebido; e o espaço vivido. Através da revisão bibliográfica são trabalhados os conceitos de espaço público, comércio de rua e direito à cidade, bem como a relação entre esses conceitos para fundamentar uma ponte entre eles. A pesquisa bibliográfica e documental será a base para traçar um cenário mais amplo para discutir a relação entre espaço público e sua ocupação pelo comércio de rua nos entornos dos shoppings em Natal/RN e a influência dessa relação no significado desses espaços na

cidade. Ademais, a técnica da observação perpassou todo o processo da pesquisa, com a intenção de destacar o cenário no qual está inserido nosso objeto de pesquisa. Possibilitando assim a relação teoria x prática, uma vez que, ao observar, o investigador tem à sua frente uma das dimensões sob as quais se desenvolvem aspectos da estrutura social, essenciais para a análise de sua dinâmica (HAGUETTE, 1987).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A pesquisa parte da seguinte problemática: como a ocupação do espaço público pelo comercio de rua nos entornos dos shoppings da cidade do Natal/RN influenciam na percepção do direito à cidade. Parte-se da hipótese de que os espaços públicos acompanham as transformações das cidades, e por isso são ao mesmo tempo reflexos da ocupação desordenada e deficiência na oferta de políticas públicas como também parte de uma cidade teorizada, planejada e regulamentada com o respaldo de todo arcabouço técnico e normativo existente. Quando nos referimos aos espaços públicos estudados, estamos nos remetendo a identidade da cidade, uma vez que são onde ocorrem as trocas e relações humanas, a diversidade de uso e a vocação de cada lugar, os conflitos e contradições da sociedade, em síntese, a essência da vida cotidiana. Por isso, pode-se dizer que são nas ruas e calçadas que vão indicar por meio da percepção individual como esse espaço é concebido e vivido pela população (JACOBS, 2011). Observa-se que o comércio é por essência uma relação bilateral na qual o interesse na mercadoria aliado à viabilidade econômica estabelece uma relação de troca, aquela pautada nas ações de comprar e vender. Mas para que essa troca aconteça é necessário um espaço de encontro (BRANDÃO, 2010). A localização deste espaço de encontro nos entornos dos principais shoppings da cidade do Natal/RN e suas consequências para o uso do espaço público e percepção do direito à cidade foi o que nos interessou observar. Os locais ocupados por ambulantes acabam por redefinir o espaço, trazendo consequências para todos os citadinos e não apenas para aqueles que realizam compra e venda de produtos. A forte presença dos vendedores ambulantes foi guiada pela falta de maiores opções de trabalho e pelo desenvolvimento do comércio local. À medida que os estabelecimentos comerciais foram se instalando, os camelôs acompanharam essa chegada, e se fixaram em suas imediações. A observação realizada no entorno do Midway Mall e da passarela do Natal Shopping e do Via Direta indicou que essa modalidade de comércio é marcada pela precarização do trabalho, uma vez que tem por características traços de insalubridade, por ser desenvolvido nas ruas, submetido às condições naturais como chuva, sol intenso e poluição sonora, bem como trata-se de prática muitas vezes caracterizada por irregular ou ilegal pelo Poder Público Municipal. Mesmo com diversas medidas adotadas pelo Executivo Municipal, é notória a grande desorganização no espaço, gerando problemas de mobilidade para pedestres, principalmente pessoas com necessidades especiais e cadeirantes, além do acúmulo dos ônibus nas paradas, ocasionando congestionamento nas vias nos horários de grande fluxo. A análise da política urbana, das leis e da gestão pública da cidade do Natal nos últimos anos, incluindo o projeto de cadastramento geral dos ambulantes revela uma instabilidade gerencial do problema.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A ocupação do espaço público no entorno dos Shoppings de Natal/RN pelo comércio de rua se apresenta como um problema, principalmente pela dificuldade de utilização de calçadas e paradas de ônibus. Por outro lado, é importante ressaltar que a cidade não vem apresentando os postos de trabalho necessários para acolher a sua população, além do aumento do desemprego, difundido com a reestruturação produtiva e reforma da legislação trabalhista recente também explicam o aumento do número de pessoas que decidem trabalhar por conta própria. Uma das conclusões mais importantes da pesquisa relaciona-se com a consolidação da atividade no espaço público, indicada por uma forte determinação dos ambulantes pela continuidade da atividade. Assim é urgente encarar a questão no planejamento urbano,

que deve ser realizada com a participação de todos os grupos e atores que podem contribuir para a melhoria do espaço público, com políticas públicas de inclusão social visando o direito à cidade.

Título:
As Fronteiras do lugar na vida dos jovens: trajetória de educação em bairros da Periferia de Salvador

Autor:
Lícia Maria Souza dos Santos -doutorado, Professora no Centro universitário Unijorge e componente da linha de pesquisa;" Trabalho, desigualdades e reprodução social", no CRH/UFBA.

Código:
ETS010

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Compreender como a organização social do território interfere, desorienta ou re-orienta a trajetória de educação e trabalho dos jovens moradores da periferia da cidade.
Perceber como a juventude apresenta em suas trajetórias estratégias para ter acesso a universidade e faz uso da estrutura de oportunidades que lhes é apresentada também a partir do local de moradia.

Metodologia:

O que apresentamos aqui é resultado da minha tese de doutorado e tomando como referência a discussão sobre efeito do território e os padrões de segregação socioespacial nas cidades brasileiras, o que é abordado a partir de uma grande escala, por meio da qual se identifica que a distância entre centro e periferia é relativamente grande e explica a distância social. E também, a microescala da segregação, que é a identificação da proximidade física de grupos sociais diferentes, ou seja, bairros de classe média próximos a bairros pobres e ou favelas (ANDRADE E SILVEIRA, 2013).
Estabelecemos a proposta de pesquisar no complexo do Nordeste de Amaralina, um enclave com bairros pobres próximos a bairros de classe média, que então se enquadra na microescala da segregação, e em Nova Brasília de Itapuã, um bairro mais distante do centro da cidade, compondo a macroescala da segregação. A questão era perceber se existiam diferenças no acesso dos jovens à estrutura de oportunidades, de acordo com a escala da segregação em que se inseriam.
A pesquisa documental aconteceu a partir de acesso a dados secundários para mapear a situação socioeconômica dos jovens e dos bairros, em órgãos da Prefeitura da cidade, como a Fundação Gregório de Matos, além da prefeitura-bairro de Itapuã, para o bairro de Nova Brasília de Itapuã. Nesses locais, foi possível ter acesso a alguns dados sobre a concepção da política urbana para a periferia da cidade e a recortes antigos de jornal, retratando o processo de consolidação dos bairros do ponto de vista urbanístico, assim como acesso à base eletrônica de dados do Censo Escolar e sites de jornais.
Foram realizadas entrevistas com os jovens universitários moradores dos referidos bairros e ainda com algumas lideranças dos bairros, além de 'grupo focal' e 'roda de conversa', com jovens secundaristas.
Utilizamos também dados do Censo 2010 e PNAD 2015 .

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Utilizamos o conceito de "efeito do lugar" proposto por Bourdieu (1997), a fim de compreender como o lugar ocupado pelos jovens na periferia se dá através dos capitais que cada um possui e, concomitantemente, permite acesso a várias formas de capitais inscritas no território.
A proposta analítica de Bourdieu, nos apresenta o capital cultural, o econômico, o simbólico e o social como formas de situar o indivíduo em um campo, em um espaço social e de analisar a reprodução social a partir da posse e volume dos diferentes capitais que atuam de maneira imbricada (BOURDIEU,1996, 2006).

Assim, com a perspectiva de avançar na leitura da complexa relação entre espaço físico e estrutura do espaço social. Procuramos testar a seguinte hipótese: os jovens da periferia da cidade têm suas trajetórias demarcadas pela estrutura de oportunidades que lhes é apresentada no espaço de moradia.
A partir de todo o trabalho de campo, fomos entendendo que o efeito do lugar acontecia de forma distinta nos bairros pesquisados. Na região Nordeste de Amaralina, o que percebemos é que o efeito do lugar acontece mais relacionado aos ganhos de situação, por estar localizado, perto de uma área central da cidade, onde se é possível utilizar de toda uma mobilidade na cidade, mas nem sempre acessibilidade, pois a posse e o volume do capital cultural e econômico, para concentrar nos mais significativos, é que vai permitir o acesso a cidade. Muitos jovens colocaram durante a entrevista a falta de recursos financeiros para ir ao cinema, teatro, frequentar o centro histórico da cidade, que não está distante dos moradores de tal localidade.

Os jovens universitários entrevistados no Nordeste de Amaralina, que estão na universidade pública, todos na UFBA, entraram na instituição a partir do sistema de cotas raciais e sociais. Muitos estudantes construíram seu percurso a partir da propriedade de poder do lugar, aqui traduzida em ganho de localização. O morar perto da região central da cidade e estar num bairro com projetos direcionados para os jovens representou uma ampliação do capital cultural e social dos mesmos.

As fronteiras do lugar dependem, também, da relação centro-periferia, em Nova Brasília da distância do centro urbano, decorre a dificuldade de acesso à cidade, aliada à ausência de projetos sociais e políticas públicas direcionadas para combater a desigualdade social, contribuem para que os moradores se sintam distantes, separados da cidade.
A defasagem do capital cultural pode contribuir para reprodução da desigualdade. Mesmo com uma oferta maior de faculdades na cidade, o que a maioria dos entrevistados sonha mesmo é com um trabalho. Nesse bairro, tivemos dificuldade de localizar o jovem universitário e os entrevistados são todos estudantes de faculdade particular, que foram contemplados por programas de financiamento estudantil do governo federal, como o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa ressaltou que todos os jovens universitários saíram do bairro para estudar em escolas localizadas em áreas centrais da cidade, distantes da periferia, que são, justamente, aquelas com maiores índices de rendimento. O efeito do lugar na trajetória de educação e trabalho do jovem permite compreender como os indivíduos atuam enquanto sujeitos do seu processo de formação, a partir da mediação necessária para se contrapor à determinação da segregação residencial e escolar.
O território também importa para se compreender o percurso dos jovens na periferia da cidade a as distintas maneiras de se construir uma trajetória considerando as escalas de segregação socioespacial. Em um bairro com alto índice de violência, porém próximo a uma região central, identifica-se um

sentimento maior de pertença a vida urbana e no outro bairro distante do centro, uma sociabilidade mais centrada no bairro o que reduz o sentimento de pertencimento a vida na cidade como um todo.

Título:
Conflitos na produção do espaço da região da Luz, centro de São Paulo: financeirização, políticas públicas neoliberais e luta de classes socioespacial

Autor:
Antonio Fabiano Junior e Guilherme Moreira Petrella -doutorado, Mackenzie e Unifesp Zona Leste - Instituto das Cidades

Código:
ETS016

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Reconhecer agentes sociais e processos de disputa na produção do espaço da região da Luz, centro de São Paulo, meio pelo qual o conflito explicita a contradição entre necessidades sociais urbanas e necessidades econômicas que estruturam a intervenção estatal nestes territórios. Neste sentido, busca iluminar outras formas de intervenção e atuação no espaço, que dialogam com demandas sociais instituídas pelo debate, conflito e espaço público: um lugar de construção coletiva. Esta tomada de posição indica a necessidade da criação de uma agenda política baseada na formulação de um projeto comum dissensual, em sua origem, que resista aos avanços da mercantilização do espaço e da vida e construa alternativas como uma conquista emancipatória, não como valor absoluto, mas como estratégia de luta e instrumento de mediação e disputa. Indica, portanto, a necessidade da ação no território, um particular da constituição de uma classe socioespacial ou a especificidade urbana da luta de classes.

Metodologia:

A disputa pelo território urbano se realiza por meio da centralização da propriedade de terrenos e edifícios, que estrutura a metropolização. O papel do Estado, ao invés de agir como agente regulador e mediador de diferentes interesses de classe, para uma maior equalização de direitos, associa-se a interesses do mercado e do setor privado, trabalhando como elemento propulsor da valorização e de sua privatização, agravando a desigualdade socioespacial.

Por oposição, coletivos, instituições e organizações sociais, que têm a região da Luz (incluindo Campos Elíseos, Santa Ifigênia e Bom Retiro) como objeto e meio de diálogo com a sociedade –Estado, organizações empresariais, movimentos sociais e práticas profissionais–, são estruturas e dispositivos projetuais de reconhecimento e de importância no território. São entendidos, não somente como fontes de dados, mas como agentes propositores que retomam o espaço de direito e que reforçam a ideia de vitalidade, diversidade e pluralidade urbana por meio da reflexão crítica, projetos, ações diretas e efetivas. Dentre estes agentes parceiros, destacam-se Mundaréu da Luz, Escritório Modelo – Mosaico, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, Conselho Gestor da Zeis (Quadras 36, 37 e 38 da PPP do Campos Elíseos), Observatório de Conflitos Urbanos (Unifesp Zona Leste – Instituto das Cidades) e coletivos culturais (Craco Resiste, Faroeste, Mugunzá).

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

A atuação conjunta desses coletivos revela e opera pelo conflito. Metodologicamente este trabalho também propõe atuar pelo conflito em-ato como momento de análise crítica da coalizão entre Estado e Mercado na condução das políticas públicas – notadamente as de habitação social, equipamentos e serviços coletivos das Parcerias Público Privada – e as dinâmicas cotidianas de apropriação do espaço. Trata-se de uma disputa pelo valor, compreendido como expressão econômica ou como significado social. Surge a necessidade de aproximação e reflexão prática dos movimentos sociais urbanos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Estamos diante de uma coalizão entre Estado e Mercado na execução de políticas públicas, notadamente estruturadas a partir de parcerias público privada que articulam Estado, agentes construtores e financiadores e têm ênfase na produção do espaço urbano, tal como renovações urbanas que organizam a provisão de habitação de interesse social (His e Hmp), equipamentos e serviços coletivos. Estas parcerias ainda estruturam formas de financiamento (produção e consumo) pondo assento na capitalização dos recursos financeiros: meio de assegurar retornos econômicos a partir da produção do espaço. Isso gera o encarecimento geral das unidades imobiliárias e dos serviços (rent gap), bem como a possibilidade de expulsão dos atuais moradores (gentrification).

Isso ilumina o caráter privatista das políticas públicas sociais, reduzidas a motores da acumulação privada pelas parcerias. É o imbricamento entre incorporação imobiliária e infraestrutura na reestruturação financeira da produção do espaço. O urbano em sua dimensão cotidiana tende a se tornar mercadoria, precarizando as condições de reprodução da vida. No âmbito geral, trata-se do avanço das políticas neoliberais acentuadas pelo predomínio do financeiro na acumulação capitalista, centrada na propriedade, renda e formas de capitalização. Sob ponto de vista particular, essa reestruturação define produtos (viabilidade econômica) e demandas a serem satisfeitas (honrar os financiamentos), orientando a arquitetura e o urbanismo a serem produzidos e consumidos neste espaço. Uma comercialização que se realiza a partir do aumento do preço do produto imobiliário.

Deste modo, coloca-se a necessidade de reconhecer práticas de resistência e conceber outras formas de produção do espaço, relações sociais e relações espaciais (inclusive nos termos da arquitetura e urbanismo) em contra-formas que se opõem à mercantilização do espaço e da vida. Como hipótese, necessidade da organização da agenda e dos agentes da resistência - como a atuação direta nos coletivos da Luz -, bem como a constituição de alternativas que recoloquem a noção de disputa e de classe social constituída à luz dos enfrentamentos urbanos: a luta social já não pode se reduzir e resumir ao chão da fábrica, opondo-se à exploração da força de trabalho a partir de formas de organização operária correspondentes. Na medida em que o capital precisa da produção do espaço para se reproduzir, absorver excedentes financeiros e capitalizar a partir da apreciação imobiliária, as estratégias de luta e resistência social diferenciam-se na busca de novas práticas e táticas de ação, opondo-se à espoliação do cidadão (urbana, imobiliária e financeira).

A experiência de resistir contra a valorização imobiliária e a gentrification pode engendrar lutas e o reconhecimento social em torno da constituição de uma efetiva classe que se oponha ao avanço do capitalismo de dominância imobiliária e financeira: uma classe socioespacial a se construir a partir da especificidade urbana.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A observação de políticas públicas revela que a presença do Estado nas renovações urbanas de parcerias público privada tem significado um recrudescimento das condições de reprodução social. Neste sentido,

construir o fortalecimento de formas de resistência e de projeto do devir, a partir da experiencia cotidiana, pode iluminar novas práticas e processos de identidade de classe que, eventualmente, se oponha à mercantilização do espaço e da vida.

Neste sentido, a hipótese da constituição de um movimento social urbano, instituído a partir destas práticas, estende os conflitos do chão da fábrica (exploração) para o chão da cidade (espoliação), associando-os. Ilumina a necessidade de resistência e de projeto que se colocam como barreira à reprodução do capital, principalmente porque sua reprodução instrumentaliza o espaço. Este trabalho busca contribuir com o debate crítico e a formulação de práticas políticas que se orientam para a emancipação social.

Título:
O Mapa da Exclusão/Inclusão Social na Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), RS.

Autor:
Bianca Reis Ramos e Paulo Roberto Rodrigues Soares -mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Código:
ETS018

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho teve como objetivo mapear em escala intraurbana as concentrações de população em situação de exclusão ou inclusão social nos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), localizada na metade sul do Rio Grande do Sul. Esta aglomeração é composta pelos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte.

Metodologia:

A metodologia utilizada foi baseada no mapeamento da exclusão social feito por Aldaíza Sposati para a cidade de São Paulo. Foram utilizados apenas os dados do universo do Censo Demográfico do IBGE para o cálculo do índice, e a escala de representação utilizada para a análise espacial foram os setores censitários. O recorte temporal utilizado foi o ano de 2010 devido à indisponibilidade de dados específicos mais recentes com o grau de detalhamento intraurbano necessário. O Índice de Exclusão/Inclusão Social foi composto pela aglutinação de quatro dimensões temáticas: Autonomia de Renda, Desenvolvimento Humano, Equidade e Qualidade Domiciliar. No cálculo do índice, o valor zero foi atribuído como o Padrão Básico de Inclusão (PBI) para a construção do intervalo compreendido entre -1 e +1, onde quanto mais próximo de +1, caracterizam-se situações de inclusão, e quanto mais próximo de -1, caracterizam-se situações de exclusão. Os indicadores foram construídos com base em sua proporção. Os setores censitários que obtiveram valor positivo indicaram a predominância de características de inclusão, e os setores censitários que obtiveram valores negativos, indicaram que houve predominância de características de exclusão social. Os indicadores utilizados na construção da Dimensão de Autonomia de Renda e na Dimensão de Equidade foram classificados, de acordo com a classificação de tipologias de indicadores proposta por Paulo Januzzi, como indicadores de mercado de trabalho, renda e desigualdade. E os indicadores utilizados na Dimensão de Desenvolvimento Humano foram classificados como

indicadores educacionais e culturais. Por fim, os indicadores da Dimensão de Qualidade Domiciliar foram classificados como indicadores de infraestrutura e habitação.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A AUSUL é uma aglomeração urbana pré-metropolitana, bipolar, descontínua, formada por dois polos que são as cidades médias Pelotas e Rio Grande e por três municípios de porte pequeno (Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte). Institucionalmente, ela é uma aglomeração do tipo não metropolitana, mas já existe um projeto de lei aprovado que visa à criação de uma região metropolitana. O parque industrial da AUSUL está concentrado entre Rio Grande e Pelotas, assim como as universidades, que reforçam a polarização e centralidade desta aglomeração. Estes dois são municípios historicamente mais desenvolvidos, obtiveram outrora maiores subsídios públicos e privados, e consequentemente concentram mais os setores financeiros, industriais, de comércio, universidades, serviços, etc. Esta aglomeração possui um histórico de ciclos econômicos e iniciativas de desenvolvimento social e econômico, com tradição portuária, industrial, e mais recentemente, na indústria naval, no município do Rio Grande, e posteriormente em São José do Norte, que merecem ser analisadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também sobre a perspectiva de estudos focados no desenvolvimento social e humano na região, para entendermos porque alguns municípios que compõem a AUSUL não se beneficiaram e agregaram valor em seu território, para a sua população. Por mais que a AUSUL tenha sido beneficiada pela ação de políticas econômicas exógenas, queremos entender porque alguns municípios não agregaram valor ao território e porque ainda possuem baixos índices de desenvolvimento social e autonomia de renda. Essas características são visíveis na limitação de oportunidades, na acessibilidade aos serviços públicos, na concentração de renda e na pobreza que a população de algumas áreas de cada município enfrenta. A análise possibilitou observar as disparidades sociais no interior dos bairros, que se mostraram bastante heterogêneos. São José do Norte e Arroio do Padre apresentaram os valores mais baixos de Exclusão/Inclusão Social. São José do Norte obteve os piores níveis de rendimentos salariais e de Desenvolvimento Humano. Pelotas obteve os indicadores mais altos nas três dimensões da Exclusão/Inclusão Social, ficando atrás apenas do Rio Grande na Dimensão de Autonomia de Renda. Rio Grande obteve resultados parecidos com os de Pelotas. Observamos que São José do Norte e Capão do Leão apresentaram as maiores proporções de setores censitários negativos (90% e 82% respectivamente) no Índice de Exclusão/Inclusão Social, ao passo que Rio Grande apresentou a menor proporção de setores negativos (43%), seguido de Pelotas (48%). De uma forma geral, os resultados mais críticos da análise intraurbana da exclusão social puderam ser observados em áreas de ocupação na Zona Portuária em Rio Grande.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Foi possível analisar que uma parcela da população apresentou baixos índices de desenvolvimento social e autonomia de renda, principalmente no município de São José do Norte, mas também nos bairros mais vulneráveis dos municípios que apresentaram as melhores avaliações (Rio Grande e Pelotas). A análise das diferentes dimensões da exclusão e inclusão social sob uma perspectiva geográfica é de grande auxílio, no sentido de conhecer melhor o território, analisar as desigualdades sociais, guiar gestores e movimentos sociais na reivindicação de melhores condições de vida. Foi possível perceber também que com as sucessivas reorganizações da divisão do trabalho nesta aglomeração, alguns municípios obtiveram benefícios, como Rio Grande e Pelotas, e outros foram perdendo sua importância funcional e econômica na articulação entre os territórios, como São José do Norte e Capão do Leão, e isso refletiu na estrutura socioespacial destes municípios.

Título:
Inequidades urbanas y percepciones subjetivas de las clases medias en Santiago de Chile.

Autor:
Luis Fuentes Arce

Código:
ETS019

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabajo busca entender entender cómo la localización, apropiación y construcción de un espacio social se ve acompañado de clasificaciones subjetivas al interior de la ciudad y por el surgimiento de fronteras socio-espaciales que se expresan simbólicamente por parte de diferentes grupos de la sociedad (Bacqué, 2015), específicamente en Santiago de Chile por parte de los habitantes pertenecientes a las clases medias.

Santiago es una ciudad ue posee altos índices de desigualdad e inequidad, y por esto es que se busca comprender cómo las clases medias entienden la estructura del espacio social de Santiago. ¿Es jerárquico? ¿Cuáles son las características de su configuración y de las distancias sociales entre las clases medias y otros grupos?

Metodologia

Los datos empíricos se recopilaron a través de grupos focales, cuyos integrantes discutieron su identidad en el espacio urbano, sus trayectorias residenciales y, finalmente, sus percepciones sobre la distribución de las clases sociales dentro de la ciudad, para lo cual se utilizó una dinámica de juego. La metodología basada en juegos se deriva del juego de clasificaciones de Boltanski y Thévenot (1983), que se ha aplicado recientemente en varios países, incluido Chile (Penissat et al., 2016; Mac-Clure et al., 2015).

Para este estudio, la tarea de los participantes consistió en clasificar las comunas de Santiago según sus percepciones sobre las clases sociales que allí viven. Los participantes recibieron tarjetas, cada una de las cuales representaba una de las 48 comunas que conforman la ciudad. Luego se les pidió que identificaran qué comunas asociaban con la clase media y cuáles con otras clases sociales. Finalmente, se les solicitó discutir y justificar sus resultados, y asignar un nombre a cada grupo de comunas basado en clases.

Los grupos focales fueron compuestos de personas representativas de cuatro estratos de las clases medias, categorizados según el esquema de Erikson y Goldthorpe (1993). Esta clasificación es la más utilizada en los estudios académicos actuales a nivel internacional así como en estudios recientes en Chile. Así, se organizaron los focus group en distintos grupos: (a) gerentes y profesionales de alto nivel; (b) gerentes y profesionales de bajo nivel; (c) trabajadores de rutina no manuales de alto y bajo nivel; y (d) propietarios de pequeñas empresas y trabajadores por cuenta propia. El trabajo incluye dos grupos focales para cada una de estas categorías, completando ocho grupos con un total de 78 participantes. Los participantes fueron seleccionados además de la participación de hombres y mujeres, y una edad entre 28 y 45 años.

Problema, Hipóteses e Resultados

La presencia de las nuevas clases medias de Chile y su mayor poder adquisitivo, combinado con otros factores como cambios demográficos, mayores ingresos, cambios regulatorios e incentivos fiscales, entre otros, han generado nuevos patrones de desarrollo urbano, que a su vez han alterado la composición social y el aumento de las desigualdades entre y dentro de las ciudades (Mac-Clure, Barozet y Maturana, 2014; Fuentes et al., 2017).

La relación entre las clases medias y las ciudades en las que residen se ha abordado desde varias perspectivas, analizando el efecto de las clases medias sobre la ciudad y su contribución a la transformación de las lógicas socioespaciales (entre otros, Atkinson, 2006; Hamnnet, 2003; Delaunay y Dureau, 2004; Contreras, 2012; Cosacov, 2012; Paquette, 2002). Por otro lado, el análisis también se ha centrado en el impacto del espacio urbano en las clases medias a través de la construcción de identidades socioespaciales (Dowling, 2009; Benson, 2013; Sabatini et al., 2013; Bacqué et al., 2015; Jean, 2015). Aquí, Bourdieu (2000) sostiene que la estructura del espacio se manifiesta en los contextos más diversos, en forma de oposiciones espaciales, donde el espacio habitado funciona como una especie de simbolización improvisada del espacio social. En una sociedad jerárquica, no hay espacio que no sea jerárquico y que no exprese jerarquías ni distancias sociales.

Comprender esta configuración socioespacial subjetiva nos permite ampliar el enfoque de los estudios realizados en la metrópoli. El análisis de las percepciones de la clase media sobre el espacio metropolitano utiliza más elementos que los que tradicionalmente se han empleado en estudios de geografía urbana: la gentrificación (López et al., 2012); segregación o integración social (Sabatini et al., 2012); o las trayectorias residenciales de los habitantes de un lugar específico de la ciudad, ya sea central (Contreras, 2016) o periurbano (Cáceres, 2015).

Al respecto se busca comprobar que no existe una mirada homogénea de las clases medias sobre el territorio metropolitano y que estas construyen fronteras socio espaciales de distintas características con diversos grupos y donde el capital cultural es el principal elemento de distinción.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Este trabajo ayuda a entender desde la perspectiva subjetiva de las clases medias, los patrones de segregación urbana que han sido estudiados por la literatura académica latinoamericana (Sabatini, Cáceres y Cerda, 2001). Distinguimos dos miradas distintas, lo que nos permitió hablar de la clase media alta y la baja.

Entre los hallazgos del estudio se encuentra la configuración espacial que resulta de la percepción que tiene la clase media de la ciudad, que revela amplios conglomerados espaciales marcados por distintos contrastes, más que un archipiélago de lugares de residencia de estas clases. La amplitud de este agrupamiento espacial es quizás el correlato de la organización social de la ciudad, remarcando de modo físico y simbólico una fuerte jerarquía social del espacio metropolitano, de la cual forma parte la clase media además de la superior y la inferior.

cada subgrupo construye fronteras socioespaciales: la clase media-alta alarga las distancias hacia los bajos y pobres y la clase media-baja establece formas de clausura frente a los niveles inferiores que están próximos a su localización, todo lo que dificulta la integración social en la ciudad.

SIMPÓSIO 3.3

HABITAÇÃO

SESSÃO 3.3.1

PAC Urbanização de Favela

Coordenação: Adauto Cardoso e Renato Pequeno

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Habitação como um processo de condominização: O Caso do PAC Rio Anil, em São Luís- MA

Autor:
Maysa Mayara Costa de Oliveira. Mestrado, UNICAMP

Código:
DCH014

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho é fruto de uma pesquisa em desenvolvimento que busca analisar e compreender de que forma a implantação de programas habitacionais inseridos através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na cidade de São Luís, representam um processo de reconfiguração da vida social de seus moradores. Denominado "PAC Rio Anil", o programa tinha como finalidade a remoção de palafitas localizadas no centro da cidade de São Luís, e transferindo seus moradores para conjuntos de apartamentos construídos pelo programa. Com o objetivo de compreender como as relações sociais nesse novo espaço- fruto de um projeto de governo-, onde busca-se a partir de um modelo de moradia (apartamento), e um projeto de reordenação espacial de populações periféricas, a pesquisa busca analisar o que significa esse padrão de condominização para as famílias dos residenciais e como esse padrão de moradia tem sido adotado nos projetos de habitação popular no Maranhão e no Brasil.

Metodologia:

A pesquisa é realizada com o auxílio de fontes primárias e secundárias: Estudos e análises a respeito do processo de urbanização no Brasil como também trabalhos que tratam de questões relacionadas com os processos de urbanização e de modernização através da construção de habitações. Além disso, foram levantados dados e fontes documentais a respeito de programas habitacionais voltados para as classes populares em São Luís, como o Programa PAC Rio Anil.

A forma de análise se realiza através de um trabalho etnográfico das relações sociais dos moradores dos residenciais construídos pelo projeto. Os resultados do campo empírico, não são apenas dados coletados; mas são também questionamentos e fonte de renovação. O "método etnográfico" não tem uma orientação fechada definida previamente; o seu refinamento depende inteiramente da experiência social e cultural que resulta do ato de pesquisa.

Por meio de observações diretas e com participação nas relações dos moradores dos residenciais, assim como entrevistas que nos permitam ter uma maior profundidade, as histórias de vida dos moradores, de suas famílias e de trabalho são importantes para a compreensão da formação daquele espaço.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No período inicial de pesquisa no Residencial Rio Anil Camboa entre 2015 e 2016 as situações observadas, assim como os depoimentos de seus moradores nos levaram a apontar alguns desdobramentos específicos das relações sociais no novo padrão de moradia. O Residencial Rio Anil Camboa é "popularmente" conhecido como Carandiru tendo o estigma de local perigoso e violento. Além disso, as diferenças entre os bairros de origem dos moradores fizeram com que as fronteiras e o sentimento de pertencimento em relação às suas antigas localidades justificassem os conflitos existentes no Residencial, algo demarcado na fala dos moradores pela "mistura das favelas". Não só. A imposição de regras e modos

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

de convivência têm gerado conflitos na medida em que os padrões do novo estilo de moradia não faziam anteriormente parte da realidade destas populações. Além do mais, a violência é ressaltada pelos moradores como um fator determinante para os desejos de mudança e a venda dos apartamentos, mesmo que de forma ilegal.

Para compreender como a nova moradia tem influenciado nas relações e nos comportamentos dos moradores, faremos uma análise sobre o que consideramos um processo de condominização das periferias, em especial tomando como referência os moradores dos três residenciais construídos pelo Programa PAC Rio Anil e como esse processo tem se manifestado na produção de estereótipos, estigmas, e nas relações de seus moradores com a casa, o trabalho, a polícia e a imprensa, e como o que seus planejadores e implementadores pensam desse processo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados deste trabalho podem ser úteis em termos de análise teórica mais global, tanto do ponto de vista sociológico quanto urbanístico. Esta pesquisa pretende vir a contribuir para os efeitos complexos dos processos de condominização urbana em geral, no Brasil e no mundo. Mas a pesquisa pretende também centrar-se em processos de condominização que visam "corrigir" contextos de pobreza. O modelo tem implícito um caráter de modernização contido na crença de que a moradia em apartamento seria o modelo "ideal" para a solução dos problemas habitacionais da pobreza. Mas é determinante analisar em que sentido se dá a transferência de famílias de uma realidade urbana para outra e como o modelo de habitação tem provocado mudanças nas relações sociais e de trabalho das populações.

Título:
Entre intervenções parciais e integrais, a urbanização de assentamentos precários no Recife a partir do PAC

Autor:
Demóstenes Moraes, Lívia Miranda. Doutorado, Universidade Federal de Campina Grande

Código:
DCH034

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem por objetivo verificar a natureza e abrangência das intervenções de urbanização de assentamentos precários que foram e vêm sendo realizadas no Recife a partir do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Estes estudos integram a pesquisa DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO: um balanço do PAC-Urbanização de favelas - subprojeto coordenado nacionalmente pelo Prof. Dr. Adauto Cardoso (IPPUR-UFRJ) em parceria com a Profa. Dra. Rosana Denaldi (LEPUR-UFABC). Esta pesquisa vem promovendo a avaliação de experiências de intervenções em assentamentos precários em 11 regiões metropolitanas brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, ABC Paulista, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, João Pessoa, Recife, Salvador, Fortaleza e Belém e está vinculada ao projeto geral da rede INCT Observatório das Metrópoles - AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano.

Metodologia:

Os seguintes aspectos vêm sendo privilegiados na pesquisa: (i) características dos assentamentos quanto à localização; histórico; consolidação; número de habitantes; intervenções anteriores; (ii) quadro de investimentos e contrapartidas; (iii) escopo de serviços e obras; (iv) arranjo institucional; (v) resultados; e (vi) problemas e oportunidades para o desenho de políticas ou programas de urbanização de favelas.

Em relação à natureza da intervenção, a rede de pesquisa chegou a consolidação de conceitos para a classificação das intervenções e vem sendo considerados as seguintes intervenções: (i) Urbanização integral, considerando a urbanização de todo o assentamento (incluindo reassentamento de famílias e construção de equipamentos quando necessário); (ii) Urbanização parcial, quando a intervenção serve para a complementação de intervenções anteriores, ou urbanização de apenas um trecho do assentamento (setor), ou intervenção pontual; (iii) Eliminação de risco, quando a intervenção é voltada prioritariamente para solução de situações de risco; (iv) Viabilização de obra de infraestrutura urbana, para a intervenção voltada para viabilizar obras estruturais; (v) Provisão Habitacional, para situações em que a intervenção se restringe à implantação de conjunto habitacional.

Foram levantados dados e informações do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e órgãos dos Governos Municipal e Estadual. Foram coletadas informações financeiras provenientes do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. Em relação ao número de famílias, para as Intervenções de Urbanização Integral, Provisão Habitacional, Eliminação de Risco e Viabilização de Obra de Infraestrutura foram considerados, prioritariamente, os dados coletados com órgãos locais. Para as Intervenções de Urbanização Parcial foram considerados os dados da planilha do Ministério das Cidades por falta de informações locais mais consistentes.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As ações estatais em relação aos assentamentos precários no Recife variaram, historicamente, entre a erradicação das ocupações autoconstruídas, a omissão frente à precariedade dessas ocupações e a melhoria pontual de parte dos assentamentos.

A urbanização de favelas só ganhou abrangência a partir dos programas habitacionais federais "alternativos" e de financiamentos do Banco Mundial, no início dos anos 1980. Contudo, as intervenções mais abrangentes, a partir deste momento, não foram suficientes para mudar, estruturalmente, a precariedade das condições de habitabilidade da população em situação de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica. Os levantamentos e estudos sobre estes assentamentos no Recife constataram que números de moradores de favelas com percentuais sempre próximos ou até um pouco superiores à metade da população residente. De todo modo, a institucionalização pioneira do instrumento de regulação urbanística inclusiva das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS (Lei Municipal n.º 14.511/1983) resultou na diminuição da vulnerabilidade dos moradores de assentamentos precários frente aos processos de remoção e "expulsão branca".

O PAC-UAP no Recife, a partir de 2007, acabou abrangendo intervenções com diferentes concepções, a depender dos programas locais antecedentes e da extensão e complexidade das intervenções.

As obras, no âmbito do PAC-UAP abrangem 91 dos 545 assentamentos precários (CIS) registrados na cidade (16,69%) e ocupam uma área de 761,15 ha. Foram beneficiadas direta ou indiretamente uma população de aproximadamente 334.137 pessoas residentes em 43.464 é a quantidade de domicílios nestes assentamentos precários, tomando como referência as informações do Atlas da Infraestruturas das Comunidades de Interesse Social (Recife, 2016).

Foram ou estão sendo executadas 17 operações, com dez intervenções de Urbanização, sendo duas Integrais e oito Parciais, cinco intervenções de Provisão Habitacional e uma para Eliminação de Risco e outra para a Viabilização de Obra de Infraestrutura, que realizaram reassentamentos integrais. Ou seja, apesar do número elevado de assentamentos precários que requerem ações de urbanização associadas a reassentamentos parciais no Recife, há, ainda, uma expressiva demanda para reassentamentos integrais. Vale ressaltar também que, para todas as intervenções de Urbanização, tanto Integrais quanto Parciais, foram necessários remanejamentos ou reassentamentos, denotando uma demanda significativa para a desapropriação de terrenos e Provisão Habitacional.

As intervenções integrais de urbanização ou de provisão habitacional para reassentamento de assentamentos menores realizadas a partir do PAC no Recife, com investimentos concentrados, foram as únicas que tiveram as obras concluídas. A urbanização parcial de vários assentamentos, integrantes de sub-bacias, a partir de uma abordagem mais sistêmica, vêm sendo muito exigentes das capacidades públicas e privadas (empresas contratadas).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A urbanização de favelas recente no Recife a partir do PAC se caracterizou pela diversidade de intervenções parciais e integrais. Os programas e projetos antecedentes foram fundamentais, condicionando a natureza e tipos de intervenção e os resultados alcançados. Apesar das intervenções integrais e concentradas de Urbanização e de Provisão Habitacional terem sido as únicas concluídas, não se deve subestimar os impactos positivos das camadas de urbanização parcial, decorrentes da ampliação de serviços, principalmente de saneamento.

O PAC foi e ainda vem sendo uma oportunidade para enfrentar a histórica precariedade dos assentamentos precários no Recife, ampliando, expressivamente, a escala e componentes de intervenção. Contudo, as descontinuidades e fragmentações institucionais dos governos locais não vêm garantindo qualidade e impacto de parte das intervenções.

Título:
Da favela ao conjunto habitacional: o direito à cidade no projeto para a CCPL

Autor:
Daniella Guedes Rocha. Doutorado, CPDOC-FGV

Código:
DCH040

Resumo:

Objetivos do trabalho:

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, Complexo do Alemão e Rocinha, iniciadas em 2008 pelo Governo Federal e executadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, possuíam uma particularidade em alguns dos projetos, que consistia na manutenção dos moradores que eram removidos das favelas atendidas em áreas próximas à moradia original e, em pelo menos dois casos, no próprio terreno onde viviam. A favela da CCPL, no terreno da antiga Cooperativa

Central de Produtores de Leite, foi um desses casos, sendo removida para dar lugar a um conjunto habitacional naquele mesmo local. O objetivo deste trabalho consistiu em analisar esta decisão, por parte dos planejadores, de manter os moradores no mesmo local da moradia original, e as consequências deste processo para os mesmos, em comparação a projetos que promoviam o deslocamento para grandes distâncias do ponto original de moradia.

Metodologia:

Para investigar a questão proposta, foram realizadas entrevistas com um grupo de moradores e com o grupo nomeado planejadores– o presidente da empresa pública responsável pelo projeto e pelas obras, a responsável pelo Trabalho Social do PAC, a chefe da equipe social no Complexo de Manguinhos, o diretor das obras do PAC Manguinhos e a advogada responsável pelas negociações para a realocações. As entrevistas com os planejadores foram realizadas durante as obras e as dos doze moradores, após a inauguração do conjunto habitacional – com a exceção de um entrevistado, empregado do consórcio, cuja entrevista se deu no canteiro de obras. Esta ordem da realização das entrevistas permitiu investigar junto aos planejadores o porquê de se pensar o projeto do modo como foi elaborado, e, em um segundo momento, identificar junto aos moradores se a manutenção no mesmo lugar era tão importante para os mesmos quanto os planejadores imaginavam que seria, além das consequências deste ponto.

O trabalho de campo se estendeu desde as visitas às ruínas, passando pelo período de obras, no qual se encaixam ainda as aulas dos Encontros de Integração, com continuidade após a inauguração do conjunto habitacional – basicamente, de 2009 a 2015. Falas acidentais foram colhidas nestas primeiras visitas (ruínas, obras e encontros), e as entrevistas foram realizadas após a inauguração do conjunto. Foi realizado um pré-roteiro, mas as entrevistas eram abertas. Com os planejadores, somente uma das entrevistas não foi realizada nas próprias dependências da Empresa de Obras Públicas (EMOP): a entrevista do presidente, Ícaro Moreno, ocorreu na sede do CPDOC. Com os moradores, a prioridade era a realização da mesma em suas casas – e quando acontecia, a sala foi o local escolhido por eles –, mas ocorreram entrevistas nas varandas dos apartamentos e nas áreas comuns do conjunto, como a área de circulação principal e o parque infantil.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As consequências da remoção de moradores para lugares distantes constituíam uma das críticas realizadas às políticas de habitação das décadas de 1960 e 1970, principalmente sob o período de atuação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). Autores como Janice Perlman (1977), Lícia Valladares (1978) e Alba Zaluar (1985) discutiram os problemas decorrentes desta distância, principalmente em relação à perda de emprego e das possibilidades de realização de biscates, aliados ao aumento das despesas para aquelas famílias. Também foram questionados, para este período, o rompimento das relações pessoais construídas nas comunidades ou até mesmo entre familiares, separados nos processos de remoção. Nos últimos anos, as remoções que a Prefeitura do Rio realizou através do Morar Carioca e das obras de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016 geraram denúncias como problemas na notificação da remoção dos imóveis, falta de acesso aos projetos, retirada dos moradores sem o devido processo de desapropriação concluído, truculência policial e transferência de moradores para localidades distantes de suas moradias originais – em alguns casos essa distância chegava a 60 quilômetros. Neste contexto, o projeto proposto para a CCPL, com o objetivo de manter os moradores no mesmo local da moradia original, mostrou-se como uma oportunidade para a análise de uma situação oposta à remoção para lugares distantes, em que são rompidas diversas redes, sejam elas profissionais ou pessoais.

A principal hipótese deste estudo consistia em que a decisão de manter os moradores no mesmo local representava a garantia aos mesmos do direito à cidade, já que seriam mantidos em uma região consolidada da cidade. As trajetórias dos moradores mostraram que a localização da CCPL era essencial para o cotidiano dos mesmos. As ruínas da CCPL receberam pessoas que nasceram e cresceram no Complexo de Manguinhos e no Jacarezinho, possuindo parentes e amigos em comunidades próximas, ou pessoas que nos anos anteriores já haviam buscado uma localização central para reduzir o tempo de deslocamento até o trabalho, vindas de lugares periféricos, como demonstram as entrevistas realizadas. Ao ocupar aquela fábrica abandonada e inaugurar a configuração da favela CCPL, os primeiros moradores estavam em busca destas vantagens proporcionadas tanto pela localização quanto pela natureza do espaço, acrescentadas ao fato de que encontravam no entorno diversos equipamentos sociais. As entrevistas e o trabalho de campo demonstraram que a CCPL, ao se transformar no conjunto habitacional Nova CCPL, continuou conectada com a cidade e usufruindo da infraestrutura oferecida pelo entorno. No decorrer da pesquisa, no entanto, o processo de retirada dos moradores mostrou-se semelhante a um processo de remoção, com as inseguranças que este acarreta.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O projeto da CCPL foi proposto em um contexto no qual a cidade assistia ao retorno das remoções de moradores de favelas e de áreas de risco para locais distantes das moradias originais, o que o distingue de outros processos registrados no Rio de Janeiro. O projeto garantiu o direito à cidade àqueles indivíduos, não só o direito a viver a cidade que eles escolheram para si como o direito de ter acesso a toda a infraestrutura e equipamentos sociais que a cidade oferece. No entanto, o conjunto habitacional trouxe novos custos e novas regras de convivência, que levaram apreensão aos moradores. E o projeto não impediu que as famílias vivessem etapas equivalentes a um processo de remoção, com todas as incertezas geradas. Sem contar que problemas encontrados no próprio projeto e nos anos seguintes fizeram com que apenas 50% das 1122 famílias que optaram pela unidade habitacional se mantivessem no mesmo local, não beneficiando a totalidade dos que ali viviam.

Título:

O Programa de Aceleração do Crescimento e as urbanizações de Favela em São Paulo

Autor:

Ana Gabriela Akaishi, Camila Pereira Saraiva, Luciana Coube Cardoso, Patricia Cezario Silva. Doutorado, FAU-USP; IPPUR-UFRJ; Sciencespo; UFABC

Código:

DCH119

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do trabalho é analisar as ações de urbanização em quarenta favelas localizadas no município de São Paulo que tiveram aporte de recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento desde 2007. Interessa-nos apreender a relevância destes recursos frente às intervenções em favela em São Paulo que já vinham acontecendo anteriormente.

Inicialmente é apresentado um breve histórico das intervenções em assentamentos precários, especialmente sob responsabilidade do município, de modo a retratar o território e o quadro institucional

existente em São Paulo no momento em que se iniciam as operações no âmbito do PAC. Em seguida é elaborada uma análise das urbanizações realizadas no âmbito deste Programa. Por fim, problematiza-se a respeito do descompasso observado entre a necessidade de remoção de famílias para a execução das obras de urbanização e a capacidade de provisão habitacional para atender esta demanda gerada.

Metodologia:

Para a análise apresentada neste trabalho foram considerados os recursos provenientes nas modalidades Urbanização de Assentamentos Precários e Saneamento Integrado. A modalidade Provisão Habitacional só foi considerada quando associada diretamente à solução habitacional para moradores de favelas. Os Termos de Compromisso implementados no território do município de São Paulo foram firmados entre Ministério das Cidades e a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria de Habitação - SEHAB, ou com o Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano - CDHU. Ao total, foram analisados dezesseis Termos de Compromisso, que somam cerca de 2 bilhões de reais.

Esta análise está baseada em dados e informações fornecidos pela SEHAB e pela CDHU, bem como em entrevistas feitas com técnicos destes órgãos pelas autoras. Os dados de projetos, obras e ações de trabalho social referentes aos Termos de Compromisso executados pela SEHAB são organizados separadamente entre diferentes gerenciadoras que prestam serviço a este órgão, como será abordado adiante. Tal fato dificultou em parte a sistematização combinada dos dados de todas as operações financiadas pelo PAC. No caso dos Termos de Compromisso executados pela CDHU, a sistematização dos dados foi facilitada devido a centralização de todas as operações que recebem aporte de recursos federais na Gerência de Análise de Investimentos, vinculada à Superintendência de Projetos Metropolitanos, Recuperação Urbana e Demandas Especiais.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

“O processo de urbanização brasileiro é uma máquina de produzir favelas”, como afirma a Profa. Maricato. São Paulo, como a maior cidade do país é um grande exemplo disto. Cerca de 24% dos domicílios do município estão em favelas e loteamentos irregulares, com condições precárias de infraestrutura e serviços urbanos, principalmente no que diz respeito a esgotamento sanitário. Neste sentido, a urbanização de assentamentos precários faz-se fundamental e premente, e já vem ocorrendo no município há algumas décadas. A partir de 2007, com o início da atuação do PAC em São Paulo, foi possível dar continuidade e aumentar a escala e velocidade das intervenções que já vinham sendo desenvolvidas antes, tanto pela SEHAB quanto pela CDHU. Cerca 43,5% do total de recursos foram destinados para os assentamentos no âmbito do Programa Mananciais, que já vinha sendo implementado desde meados dos anos 1990, e cerca de 39,5% para a urbanização das favelas maiores e mais complexas como Jd. São Francisco, Heliópolis, Paraisópolis e Jd. Pantanal, as quais também já possuíam camadas anteriores de urbanização. Assim, apenas 17% do total de recursos foram investidos em assentamentos que não possuíam ainda intervenções em direção à sua urbanização.

Os quarenta assentamentos precários que receberam recursos correspondem a cerca de 1% do total de 3.657 assentamentos precários do município. Em termos territoriais, os assentamentos totalizam cerca de 16.657.296 m2, e correspondem a 10% da área total ocupada pelos assentamentos precários, isto é 164.214.480 m2.

A pesquisa demonstrou que em São Paulo se destacam as intervenções do tipo Urbanização com construção de UHs dentro do próprio assentamento, são seis assentamentos neste tipo, cerca de 40% das intervenções. Tais assentamentos caracterizam-se por projetos de urbanização integral e compartilham o fato de possuírem um histórico de planejamento para a intervenção.

As ações do tipo Urbanização com solução parcial de atendimento às famílias (sem reposição de moradia para todas as famílias) representam 33,3% das intervenções, isto é, quatro assentamentos além do conjunto dos assentamentos em Mananciais, contabilizado aqui como uma única intervenção. As intervenções que não atenderam o total de famílias removidas localizam-se, em sua maioria, em grandes complexos de favelas ou em programas complexos. Todas essas intervenções envolveram a construção de UHs no próprio assentamento e em alguns casos também reassentamentos, porém em quantidade insuficiente para atender o contingente de famílias removidas.

Constatou-se, assim, que o modelo de urbanização implementado resultou em um elevado número de remoções. Ao total foram executadas, pela SEHAB ou pela CDHU, cerca de 14.126 Uhs sendo 5.657 produzidas no interior dos assentamentos urbanizados, e 8.469 unidades em empreendimentos para reassentamento. No entanto, essas unidades não foram suficientes para atender todas as famílias removidas pelas obras de urbanização.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Se, por um lado, o PAC reforçou um modelo de intervenção já em prática pelo município, sem alterar prioridades ou estruturas, por outro, permitiu, mesmo num dos municípios mais ricos da federação, ampliar significativamente os recursos para urbanização de favelas, consequentemente ampliando a escala e a velocidade das intervenções.

No entanto, a implantação do PAC no município de São Paulo parece ter sido marcada por um grande descompasso entre o número de remoções necessárias para implantar as obras de urbanização propostas e a capacidade de provisão habitacional a tempo de acolher as famílias removidas, seja no próprio assentamento ou em empreendimentos externos.

Título:
A remoção de favelas e a segregação residencial em Natal/RN.
Autor:
Luis Renato Nogueira da Rocha e Glenda Dantas Ferreira. Mestrado
Código:
DCH074

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Objetiva-se com o presente trabalho analisar as ações de remoção de favelas vinculadas a projetos de habitação social implementados na cidade do Natal, Rio Grande do Norte, entre os anos de 2001 e 2018, a fim de conhecer os efeitos socioespaciais sobre o espaço urbano da cidade.

Metodologia:

Os procedimentos adotados na pesquisa foram a consulta e análise de trabalhos acadêmicos já realizados sobre a temática, de documentos institucionais, dentre eles planos, diagnósticos e relatórios gerenciais da Prefeitura Municipal do Natal e da Caixa Econômica Federal acerca dos projetos habitacionais implementados no período em questão. Documentos relativos à situação da precariedade habitacional na cidade do Natal também foram consultados, a saber: o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR/2007) e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS/2013). Em outra ponta, montou-se um banco de dados com reportagens e entrevistas do jornal Tribuna do Norte acerca das remoções e reassentamentos ocorridos em Natal no período estudado, como também foram elaboradas

cartografias que demonstram o movimento realizado pelas famílias removidas e o contexto socioeconômico e territorial das localizações, por meio do cruzamento das informações de renda das famílias dos locais de origem das favelas versus local de reassentamento. Ao passo em que se realizavam as pesquisas documentais e a elaboração das cartografias,também foram realizadas entrevistas com gestores da Prefeitura Municipal do Natal e com integrantes de movimentos sociais de moradia e lideranças comunitárias. Foram realizadas visitas in loco nos locais das intervenções, a fim de se compor um banco de imagens, muitas das quais também encontradas nos jornais, nos planos e diagnósticos. Empiricamente, foram estudados os projetos de remoção das favelas Cidade do Sol, Alagamar, Peão, Via Sul, DETRAN, Fio, Alemão, Leningrado, Luiz Gonzaga, 8 de Outubro, Wilma Maia, Anatália de Souza Alves, Monte Celeste e Maruim.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O município do Natal, como outras cidades do Brasil e do mundo, possui diferentes padrões de ocupação do seu espaço urbano. Essas diferenças, evidenciadas pelos diversos tipos de uso e ocupação do solo, trazem luz à divisão da cidade entre espaços formais e informais, sendo esses últimos caracterizados pela informalidade urbana, ou seja, a cidade criada às margens das leis, dos códigos e dos planos urbanísticos, onde a moradia é precária e também o são os serviços de infraestrutura urbana e social. Os problemas habitacionais existentes na cidade são evidenciados e se manifestam a partir do surgimento de favelas, aqui entendidas assentamentos precários compostos por famílias de baixa renda, caracterizados pela ocupação ilegal do solo, pelo adensamento excessivo, pela carência de infraestrutura urbana e social e pela insalubridade das moradias. Esses assentamentos existem nas quatro regiões administrativas da cidade, mais intensamente nas zonas norte e oeste, historicamente as que concentram o maior número de pobres na cidade. Neles residem, segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), mais de 100 mil pessoas, o que representa cerca de 12% da população da cidade. O poder público, ao tentar resolver a situação habitacional de parte da população favelada, implementou projetos que objetivaram a remoção e o reassentamento de famílias residentes em favelas localizadas em áreas de risco, ambientalmente frágeis e vias públicas. Assim, entre o período de 2001 e 2018 foram removidas 14 favelas na cidade e reassentadas em outras áreas, permanecendo, a maioria das famílias, em áreas onde há a predominância de famílias de baixa renda. Outras favelas, localizadas em bairros "nobres" da cidade, foram removidas e reassentadas em áreas distantes do local de origem, promovendo uma espécie de limpeza social nesses bairros. Houve melhoria nas condições de moradia dessas famílias, no entanto, essa melhoria se dá em áreas de segregação, cujas características não necessariamente garantem o efetivo direito à moradia adequada. A localização dos empreendimentos de moradia social para o reassentamento das favelas obedeceram às dinâmicas do mercado imobiliário da cidade. Os instrumentos urbanísticos do Plano Diretor, que deveriam garantir a função social da cidade e da propriedade, não são utilizados para tais fins. Os planos de habitação social e o de redução de riscos, que deveriam orientar a atuação pública na questão da moradia, não são utilizados como norteadores da ação do poder público.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As remoções e os reassentamentos de favelas resultaram em mudanças e permanências em Natal. Não há um norte claramente definido para que se possa implementar uma política de habitação social efetiva e que contrarie a lógica da dinâmica do mercado imobiliário que exclui e segrega. As ações implementadas, apesar de melhorarem em certo ponto as condições de moradia da população favelada, manteve o cenário de segregação residencial que há anos se desenha na cidade. Também parece ser possível sugerir que o poder público realizou uma espécie de limpeza social das áreas nobres, transferindo para as áreas de pobreza da cidade a população das favelas. Assim, conclui-se que a política de habitação

social em Natal mantém e reproduz o padrão de segregação e de divisão da cidade presente, historicamente, na sua configuração urbana. A linha que separa os bairros pobres dos bairros de classe média e alta parece ser a mesma linha que orienta a política habitacional implementada pelo poder público.

Título:
A influência do projeto Via Mangue no acesso à habitação e direito à cidade, na metrópole recifense

Autor:
Sofia Barbosa Mahmood. Mestrado, Onilda Maria Barbosa Mahmood e Khalid Mahmood

Código:
DCH112

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Entende-se o direito à cidade como acesso à terra e infraestrutura urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. A população de baixa renda, muitas vezes, depende do poder público para a obtenção de uma habitação digna e ter direito à cidade.

O trabalho em questão tem por objetivo refletir sobre a atuação do projeto Via Mangue com relação à provisão de habitação, observando o impacto da concessão da moradia na obtenção do direito à cidade.

Metodologia:

Quanto aos procedimentos metodológicos para a elaboração do presente trabalho, está sendo realizadas revisões bibliográficas, concernentes aos conceitos empregados no texto; Pesquisa documental, com coletas de documentos referentes ao projeto do complexo Via Mangue; e, por fim, pesquisa de campo, através de observação direta na área da implantação do projeto e realização de entrevistas com os moradores dos conjuntos habitacionais Via Mangue I, II e III. O trabalho tem como referência o estudo desenvolvido pelo Observatório das metrópoles, no âmbito da pesquisa "Direito à cidade e Habitação: um balanço do PAC-Urbanização de Favelas", como também teses e dissertações desenvolvidas na mesma temática. Pretende-se, a partir da metodologia empregada, objetivar o trabalho, identificando a influência do projeto Via Mangue na promoção de habitação e direito à cidade para a população residente dos conjuntos habitacionais fornecidos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Recife, cidade cortada por rios e alagados, expandiu-se através de aterros e, o contraste entre as habitações das populações já era visível desde o início do século XX: os altos sobrados das famílias mais abastadas ocupavam as terras firmes e mais valorizadas, contrapondo com as precárias habitações da população pobre que eram dispostas livremente nas áreas alagadas dos manguezais. As habitações ditas precárias, entranhadas nas áreas centrais do Recife, foram vistas como ameaça à higiene e estética da cidade. Várias intervenções que envolvem as moradias precárias se sucedem, desde a década de 1940, inicialmente removendo essas moradias e, somente a partir da década de 1980, implantando ações de melhoria na infraestrutura e habitacionais, por meio de programas que pressupõem a permanência das famílias nos assentamentos precários.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Em 2007, no governo Lula, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destinado à Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), que, na cidade do Recife, viabilizou 17 projetos abrangendo ações de urbanização integral ou parcial dos assentamentos precários, provisão de habitacionais, eliminação de áreas de risco e viabilização de obras de infraestrutura. Um dos projetos beneficiados pelo PAC-UAP foi o Complexo Via Mangue, cuja proposta estava baseada no plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife, de 1976, sendo retomado em 2008 como projeto de infraestrutura urbana e habitacional.

O complexo Via Mangue consiste em um projeto viário, situado entre os bairros de Boa Viagem e Pina, fazendo conexão com o centro da cidade do Recife. O objetivo central do projeto consiste em desafogar o trânsito da região e tem por característica ser uma via expressa, sem semáforos e cruzamentos, ao longo do limite leste do parque dos manguezais. Para viabilizar a referente obra, foi necessário realizar reassentamentos de comunidades precárias localizadas na área, incluindo ao projeto Via Mangue a construção de três conjuntos habitacionais.
Tendo em vista a abrangência do projeto Via Mangue e, com foco nos três conjuntos habitacionais implantados pelo programa, o trabalho em questão tem por objetivo refletir sobre sua atuação com relação à provisão de habitação, observando o impacto da concessão da moradia na obtenção do direito à cidade. O debate nos leva a refletir sobre a atual forma de oferecimento de habitação para a população desprovida de qualquer direito, levando o debate para a indagação "a provisão de habitação por parte dos programas vinculados ao poder público garantem o direito à cidade para a população contemplada pelas moradias?

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O projeto Via Mangue incluiu a remoção de cinco comunidades localizadas às margens do manguezal da bacia do Pina: a comunidade Jardim Beira Rio, Beira Rio, Pantanal, Paraíso e Xuxa. As comunidades mencionadas se encontravam em condições precárias, de forma que não assegurava uma vida saudável e confortável dessa população. A utilização de materiais frágeis, como a madeira, em grande parte das habitações, demonstra a vulnerabilidade ambiental em que os moradores dessas comunidades viviam. A população dessas localidades, aproximadamente 936 famílias, foi remanejada para três habitacionais, Via Mangue I, II e III, construídos no bairro da Imbiribeira e Pina. Os três conjuntos são localizados nas imediações que existiam as comunidades, conservando as relações que a população remanejada tinha com a área que moravam.

Título:
Programas Habitacionais em Assentamentos Precários: sentimento de pertencimento ou denegação?
Autor:
Deborah Falcão; Ana Fabíola Pontes. Graduação, Secretaria de Saneamento - SESAN Recife
Código:
DCH121

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente resumo tem por finalidade transcrever sobre a experiência de trabalho técnico social do Programa de Saneamento Integrado da Bacia do Rio Beberibe, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1 e 2 financiado com recursos do FGTS e desenvolvido pela Secretaria de Saneamento do Recife – SESAN. A investigação visa compreender a forma de reassentamento das famílias ribeirinhas

moradoras de um grande afluente do Estado de Pernambuco, o Rio Beberibe e da empregabilidade do Direito a Moradia no processo do Reassentamento. Para analise desta investigação o território escolhido para estudo foi o perímetro que compreende o segundo lote do projeto onde se encontram os bairros de Porto da Madeira, Beberibe e Linha do Tiro, com destaque para os habitacionais Naná Vasconcelos e Miguel Arraes.

Metodologia:

Através dos procedimentos metodológicos é possível avaliar, observar e construir conhecimento mediante a análise do objeto de estudo. A pesquisa de análise dos impactos do PAC Beberibe 1 e 2 possui em seu processo investigatório caráter qualitativo e quantitativo, realizando o que Minayo (2006) denomina como "Triangulação de Métodos" por entender que apenas um modo isolado de pesquisa, seja qualitativa ou quantitativa, não seria o suficiente para analisar os processos sociais, que possibilita o trabalho com os seguintes instrumentais: 1- Pesquisa Semiestruturada; 2- observação; 3- Rodas de Diálogos e 4- Acervo da Secretaria de Saneamento – SESAN.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Em virtude da realização do reassentamento direcionado, quando às famílias precisam sair de áreas não edificantes e necessitam tomar decisões quanto a sua saída da área, a busca pela alternativa nem sempre é aquela mais esperada: receber o pagamento da indenização, ou ir para o Conjunto Habitacional? Na opção de ir para o conjunto habitacional, a mudança de moradia perto do local de origem gera maior pertencimento? E quando a moradia se distancia do local de origem é possível estabelecer a relação de identidade e integração ao novo espaço?

A experiência do Conjunto Residencial Naná Vasconcelos, mostra que o respeito a proximidade considerando a territorialidade dos serviços socioassistenciais, as relações de vizinhança, o respeito as necessidades postas através das demandas da população, bem como, uma gestão democrática, demonstra o nível elevado de satisfação dos beneficiários e uma melhor aceitação ao novo empreendimento.

Por outro lado, quando esses princípios acima mencionados não são na sua integra respeitados, em virtude da pouca oferta habitacional, e ainda da disponibilidade de territórios há uma falta de pertencimento e apropriação da nova moradia, o que se observa no Conjunto Residencial Miguel Arraes. Esses diferentes níveis de concepção e de aceitação do novo habitar serão extraídos dos instrumentais a serem utilizados na metodologia adotada para execução deste trabalho.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os programas de urbanização, saneamento e habitação, necessitam de teses balizadoras que fundamentem um planejamento acertado e direcionado para contribuir com a diminuição do déficit habitacional, bem como, assegurar a habitabilidade e a sustentabilidade do empreendimento. Moradias que apresentem uma infraestrura adequada e minimamente segura nos aspectos estruturais e sanitários, com revestimentos de qualidade. Moradias verticalizadas ou horizontais, mas que estejam asseguradas a mobilidade urbana, as relações de vizinhança, a proximidade com o território de origem o acesso aos serviços de saúde, educação, assistência,lazer, contribuem para a diminuição da especulação imobiliária em relação a quem recebe, evitando a venda, o aluguel e o abandono, e o conseqüente retorno para áreas não habitáveis, contribuem ainda para a manutenção e do espaço com a co-participação dos beneficiários no que tange ao gerenciamento do empreendimento.

Título:

Dinâmicas recentes em favelas da metrópole de São Paulo: um olhar sobre a expansão territorial periférica

Autor:

Sacha Senger. Graduação, "Iliane Olga Kravicz Jorge Ramon Senger"

Código:

DCH122

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem como objetivo contribuir com informações espaciais acerca de favelas que se formaram após 2010, data do último censo demográfico, nas regiões periféricas da metrópole de São Paulo. Esses novos espaços de moradias estão sendo denominados nesse trabalho de “favelas recentes”.

A pesquisa busca, a partir da análise de imagens de satélite, responder a questões referentes à localização das favelas recentes, explorando temáticas relacionadas à concentração das novas ocupações em diferentes porções do território da metrópole. Também, por meio da comparação de imagens de satélites de diferentes anos, foi possível detectar padrões temporais de crescimento desses espaços, além de contabilizar o número de novos assentamentos formados e estimar o total de novas construções que surgiram entre os anos de 2010 e 2017.

Metodologia:

A metodologia foi desenvolvida a partir de dados provenientes da ONG TETO, organização conhecida pela construção de moradias emergenciais com famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade, priorizando, dessa forma, atuar em favelas mais precárias, menos consolidadas e, portanto, mais recentes.

Até o fim de 2017, a base de dados da organização contava com mais de 300 favelas que haviam sido previamente mapeadas, posteriormente visitadas, e então catalogadas por meio do preenchimento de uma ficha de reconhecimento. Para a detecção dessas favelas, o TETO conta com uma equipe de voluntários capacitada a realizar a observação de imagens de satélite, atividade feita periodicamente e organizada regionalmente. Em geral, favelas menos consolidadas tendem a ter traçado mais irregular, maior desordenamento na disposição das construções, inexistência de pavimentação das vias, tempo de ocupação menor, estão localizadas em beiras de córrego, estradas ou debaixo de linhas de alta tensão.

Como o recorte temporal contempla o período de 2010 a 2017, para a consolidação da base de dados desse estudo, foi necessário filtrar por meio da comparação de imagens de diferentes anos apenas aqueles espaços que haviam sofrido expansão territorial após 2010, o que culminou no mapeamento de 116 novos núcleos precários.

Concomitantemente à contagem de novos assentamentos, também por meio de comparação de imagens de diferentes anos, foi realizada a contagem de novas construções ano a ano, o que permitiu identificar períodos em que houve crescimento mais vertiginoso, além de realizar uma estimativa do número de construções novas durante o período. Tal estimativa foi calculada por meio de desenhos de poligonais no software Google Earth, considerando densidade e área de cada um dos assentamentos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No total foram mapeadas 116 favelas recentes e contabilizadas 44.478 novas construções em 2017, localizadas nos municípios conforme proporção: Carapicuíba com 6 favelas (5,2%) e 1240 construções (2,8%); Embu das Artes com 3 favelas (2,6%) e 630 construções (1,4%); Ferraz de Vasconcelos com 3 favelas (2,6%) e 940 construções (2,1%); Guarulhos com 11 favelas (9,5%) e 3350 construções (7,5%); Itapevi com 1 favela (0,9%) e 150 construções (0,3%); Itaquaquecetuba com 1 favela (0,9%) e 150 construções (0,3%); Jandira com 1 favela (0,9%) e 100 construções (0,2%); Mauá com 3 favelas (2,6%) e 750 construções (1,7%); Osasco com 5 favelas (4,3%) e 1990 construções (4,5%); Santo André com 4 favelas (3,4%) e 1060 construções (2,4%); São Bernardo do Campo com 2 favelas (1,7%) e 670 construções (1,5%); São Paulo com 73 favelas (62,9%) e 32.678 construções (73,5%); Suzano com 2 favelas (1,7%) e 270 construções (0,6%); Taboão da Serra com 1 favela (0,9%) e 500 construções (1,1%).

Quando analisada ano a ano, a expansão territorial se mostrou na casa de 300 novas construções em 2011 e 2012, saltando para 7 mil em 2013, até atingir o pico de 12 mil em 2014. Em 2015 e 2016, se manteve em 6 mil, decrescendo em 2017 com quase 4 mil. Ainda que tenham havido remoções ao longo dos anos, em nenhum ano o número de construções decresceu, apenas apresentou variação na taxa de crescimento.

Quanto ao tamanho das ocupações, nota-se uma predominância de assentamentos pequenos de até 250 construções em quase 60% das 116 favelas recentes mapeadas. A segunda maior faixa de tamanho é de 251 a 500 construções, correspondente a 24% dos casos estudados. Assentamentos com 501 a 750 construções representam 9%, enquanto aqueles com 751 a 1000 construções correspondem a 3% das favelas analisadas. No total, assentamentos com mais de 1000 construções atingiram a marca de 5%. Importante observar nesses resultados que o cálculo estimado por imagem de satélite não representa necessariamente o número de famílias instaladas (pode ocorrer um alto número de casas inabitadas, por exemplo), mas sim o número de construções registradas no ano de 2017.

No que diz respeito aos materiais das moradias dessas 116 favelas visitadas pelo TETO (2015, 2016, 2017), mais de 57% delas apresentavam pisos de cimento, seguidos de 26% de cerâmica e 15% de terra batida. Em relação às paredes, 55% das favelas eram constituídas majoritariamente por moradias construídas com material improvisado, como madeirite, seguidas por quase 43% de alvenaria e apenas 1% de lona. Quanto ao telhado, quase 98% das moradias tinham coberturas de fibrocimento, e apenas 2% apresentavam laje.

Quando indagados sobre a forma como se deu a ocupação, quase 30% dos moradores entrevistados afirmaram terem ocupado o terreno de maneira coletiva e organizada, enquanto mais de 60%, um total de 62 respostas, afirmaram ter ocorrido espontaneamente, com os moradores ocupando o espaço de maneira progressiva.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Considerando a recente crise econômica no Brasil, observou-se o crescimento de novos espaços precários de moradia. Tendo isso em vista, a pesquisa traz informações espaciais, de caráter quantitativo e, de maneira inédita, sobre favelas surgidas após 2010.

Ressalta-se a importância do tema, pois tais recortes temporais e espaciais ainda não foram explorados, uma vez que não há dados oficiais de favelas tão recentes. Há também a relevância do estudo para as

administrações municipais que, muitas vezes, encontram dificuldade em registrar as rápidas transformações que ocorrem em seus territórios.

O crescimento exacerbado dessa tipologia habitacional demonstra a ausência de políticas que atendam à demanda de uma nova geração situada na classe mais baixa da população. Como consequência, temos o surgimento de novas precariedades que, muito provavelmente, como ocorrido em décadas passadas, se tornarão favelas consolidadas sem a infraestrutura adequada para moradia num futuro muito próximo.

Título:
Urbanização de assentamentos precários na região Metropolitana de Porto Alegre

Autor:
Mario Leal Lahorgue, Lucimar Fátima Siqueira, Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior, Daiane Boelhouwer Menezes e André Coutinho Augustin. Doutorado

Mario Leal Lahorgue (Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRGS), Lucimar Fátima Siqueira (Geógrafa, Doutoranda – PROPUR/ UFRGS), Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior (Doutor em Antropologia Social pela UFRGS, pesquisador da FEE), Daiane Boelhouwer Menezes (Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS, pesquisadora da FEE), André Coutinho Augustin (Mestre em Economia pela UFRJ, pesquisador da FEE).

Código:
DCH155

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo trata das intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários na Região Metropolitana de Porto Alegre, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O objetivo do PAC Urbanização era ampliar o acesso à moradia digna, com ações integradas de regularização urbanística, fundiária e de segurança, habitação, saneamento e inclusão social, com a permanência dos residentes no local ou o seu reassentamento quando a permanência oferecia riscos. O estudo faz parte de um projeto do Observatório das Metrópoles em parceria com o Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais da UFABC que pretende elaborar uma caracterização geral do PAC, classificar os tipos de investimentos, bem como realizar estudos de casos emblemáticos em 10 regiões metropolitanas do Brasil.

Metodologia:

O PAC realizou 23 obras de urbanização de assentamentos precários na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 15 municípios diferentes. Apenas duas obras estão na Capital, o que mostra uma dispersão espacial das obras maior do que a encontrada em outras regiões metropolitanas. Devido a essa dispersão e à dificuldade de estudar detalhadamente a situação de cada município, foram escolhidos alguns municípios para terem seus investimentos estudados. Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo foram os municípios com maior quantidade de obras – três cada uma – com um volume de recursos somados na ordem de 183 milhões e meio de reais. Isto é 44,02% do total da verba alocada para a Região. Se somarmos estas três cidades com Porto Alegre, os recursos disponibilizados correspondem a 63,80% do total.

Existem poucas informações divulgadas sobre as obras do PAC Urbanização de Assentamentos precários. Para realização da pesquisa, as informações sobre os empreendimentos foram coletas nos Quadro de Composição de Investimentos (QCI) e Termos de Compromisso fornecidas pela Caixa Econômica Federal através da Lei de Acesso à Informação. Além disso, foram realizadas entrevistas com gestores das prefeituras que concentraram o maior número de obras. A partir dos QCIs e das entrevistas, foi possível entender as características das áreas onde houve intervenção, os tipos de intervenções realizadas e as principais dificuldades na execução das obras.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Há uma grande heterogeneidade nas obras estudadas, além da já mencionada dispersão espacial. Uma característica deste conjunto é encontrarmos muitas obras associadas a recursos de recuperação ou saneamento ambiental, nas cidades de Alvorada, Canoas, Esteio, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão, a maioria das quais próximas a arroios. Por outro lado, existe uma variedade na natureza dos projetos e nos tipos de intervenção e estágios diferentes no andamento das obras. Por exemplo, várias delas contavam inicialmente com recursos para a construção de Unidades Habitacionais (UHs), além de uma que desde seu projeto mencionava que seriam construídas UHs pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na área de intervenção (Colina Verde - Sapucaia). Três projetos tinham planejado UHs na própria área de intervenção (a Vila Palmeira e a intervenção de várias vilas em Novo Hamburgo, e o Condomínio Castelinho em Viamão, que teve seu objeto posteriormente modificado e passou a ser apenas aquisição de terreno e regularização). Outros quatro projetos contavam apenas com reassentamentos (Morada Cidadã em Canoas, Arroio Sapucaia em Esteio, Vila Augusta em Viamão, Vila Nazaré em Porto Alegre). Alguns casos houve remoção concomitante à regularização de parcela de domicílios fora da área de risco (Prata e Torres em Canoas; Manteiga e Cerquinha; e Arroio Kruse em São Leopoldo). Apenas dois projetos contemplavam compra de terreno (Condomínio Castelinho em Viamão e Arroio Kruse em São Leopoldo) e somente dois projetos contemplavam apenas regularização fundiária (Vila São Pedro em Sapiranga e Vila Kipling em Novo Hamburgo). A Vila João de Barro em Canoas não contava com fornecimento de UHs ou com regularização fundiária no Quadro de Composição de Investimentos inicial, mas, por outro lado, o Termo de Compromisso assinado com a Caixa, além da recuperação de área degradada e de obras de infraestrutura, menciona a construção de UHs pelo MCMV, sem especificar quantidades.

Também chama atenção a cidade de Porto Alegre ter apenas dois empreendimentos, obras associadas ainda à Copa do Mundo FIFA 2014. Fazia parte do pacote de “obras da Copa” a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho; para que isto acontecesse, havia a necessidade de remoção de famílias na área prevista para a obra. Sob certos aspectos, pode-se dizer que a inclusão de Porto Alegre na lista de obras do PAC-UAP foi quase incidental: foi muito mais uma forma de captar recursos do que uma preocupação focada na regularização ou assentamento de famílias carentes.

Em relação ao andamento das obras, há uma taxa média de realização de 57%, com grande variação entre os diferentes empreendimentos. Há desde obras que estão com menos de 1% de realização até aquelas que já estão concluídas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O PAC–UAP teve uma abrangência, em termos espaciais, bastante significativa na RMPA. Não houve concentração de obras apenas no centro da metrópole, atingindo inclusive municípios com baixo grau de integração metropolitana. Também se percebeu que o programa foi capaz de cobrir razoavelmente bem os municípios que apresentam grande quantidade de inadequação ou precariedade habitacional. Em um

universo de déficit habitacional de mais de 90 mil moradias, a perspectiva de o conjunto dos empreendimentos atender a quase 30 mil famílias não é desprezível.

O Programa se deparou com um grande despreparo no nível local tanto para formular como para executar programas de urbanização de assentamentos precários. Nessa direção, os principais problemas foram: projetos às vezes inadequados e equipes não especializadas, aspectos que geram atrasos, defasagem de preços e por vezes mudanças de objeto. Rescisões de contrato e mudanças das empresas vencedoras de licitação também foram constatadas.

Título:
La "integración" (neo)liberal: las políticas públicas en las favelas de Río de Janeiro y en las villas de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires
Autor:
Maximiliano Duarte
Código:
DCH162

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Esta ponencia es parte de un proyecto de investigación más extenso que procura analizar las políticas públicas instrumentadas en las favelas de Río de Janeiro y las villas de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En este marco, este texto es una primera aproximación que busca, en primer lugar, problematizar como han sido conceptualizadas históricamente las villas y favelas y la incidencia de estas discusiones en la definición de las políticas públicas desarrolladas en estos territorios; en segundo lugar, a partir de un estudio de caso en la favela Santa Marta y en la Villa 31, se discuten las recientes intervenciones estatales tendientes a la "integración social" de estos espacios a partir de las premisas (neo)liberales.

Metodologia e fontes de dados

Analizar las iniciativas estatales en las villas y favelas requiere examinar cómo se definen estos territorios, sus habitantes y los nexos entre estas conceptualizaciones y las explicaciones de las diversas problemáticas que son objeto de las políticas públicas. Asimismo, a los efectos de entender cómo se construye, de hecho, el Estado en las villas y favelas, es necesario problematizar tanto los objetivos manifiestos de las políticas, como las prácticas concretas de los agentes estatales en estos espacios. El propósito de esta ponencia es contribuir a estas discusiones, enfatizando en las desigualdades que atraviesan la construcción conceptual de las diversas problemáticas sociales y sus posibles soluciones.

Con este fin, esta investigación se sustenta en un trabajo de campo etnográfico realizado entre los años 2010 y 2015 en la favela Santa Marta, definida por las autoridades como el "modelo" de las intervenciones estatales en Río de Janeiro, y de la actual investigación en curso sobre el proceso de urbanización en la Villa 31 de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Este trabajo también se nutre de entrevistas en profundidad, declaraciones públicas de los implicados, además del uso de fuentes secundarias.

Problema, Hipóteses e Principais Resultados

Esta ponencia problematiza los conceptos que orientan las políticas públicas destinadas a las villas y favelas. Concretamente, se propone indagar sobre la existencia y los rasgos de un "nuevo" modelo de intervención pública en los espacios de relegación urbana: específicamente, se discute qué objetivos se proponen y cómo procuran alcanzarlos.

Uno de los elementos centrales en el diseño y la implementación de las políticas públicas en las villas y favelas es la propia construcción conceptual de estas nociones. Esto refiere a la caracterización de estos territorios y al establecimiento de relaciones causales que signifiquen de un modo concreto —y no de otras tantas formas posibles— las acciones y situaciones que transcurren en estos espacios. Estos rasgos distintivos y los vínculos trazados entre los mismos para la elaboración de explicaciones sobre prácticas de los habitantes de estos espacios, se forjan en las múltiples disputas por la significación social donde intervienen un conjunto diverso de actores y elementos. Los resultados de estas diversas contiendas se van acumulando históricamente, sedimentando las bases de las interpretaciones hegemónicas sobre estos territorios y sus habitantes, sintetizando estas caracterizaciones y explicaciones causales en la noción de favela y de villa. A modo de hipótesis, se entiende aquí que estos constructos históricos intermedian el accionar estatal en estos territorios y la relación que establecen las instituciones públicas con sus habitantes.

Los orígenes de estas nociones se encuentran ligadas al higienismo, el cual entendía la eliminación de cortiços, favelas, conventillos y villas como un paso natural y necesario para el proyecto modernizador. A partir de la década de 1960, las teorías de la marginalidad le dieron un corpus conceptual más amplio a la asociación entre espacio y conductas sociales a través de la denominada cultura de la pobreza. El apoyo de los organismos internacionales para la construcción de estas conceptualizaciones, sumado a la financiación otorgada por la Alianza para el Desarrollo, transformaron a las teorías de la marginalidad en una agenda de trabajo que orientó las erradicaciones de favelas y villas, el realojo de sus habitantes en complejos habitacionales y en barrios transitorios.

A partir de las nociones neoliberales se fue edificando un nuevo modelo de intervención estatal, que retoman las experiencias pasadas y propone la "pacificación" de estos territorios, la extensión del mercado como mecanismo de coordinación social y el estímulo de la competencia como motor del desarrollo socioeconómico.

Relevância dos resultados e principais conclusões

Este texto procura detallar las implicancias de la "integración social" desde la perspectiva neoliberal, donde se entrelazan los diagnósticos de la marginalidad, los aprendizajes sobre la retracción estatal de finales del siglo XX, las utopías liberales tendientes a la extensión del mercado como mecanismo de coordinación social. Esto específicamente supone: la construcción de ciertas infraestructuras públicas en villas y favelas; la formalización de los servicios públicos, de la economía interna e iniciar el proceso de regulación de la tenencia de las viviendas y del suelo; la turistificación, el impulso del emprendedurismo y de la competencia como motor del desarrollo socioeconómico, conjuntamente con el fortalecimiento de un principio moral centrado en la justicia meritocrática; una mayor presencia policial focalizada en la fiscalización de estas regulaciones, el resguardo patrimonial de las inversiones de las grandes empresas en estos espacios y el disciplinamiento de sus habitantes.

Título:

A ELIMINAÇÃO DE RISCO EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: UMA ANÁLISE DO PAC-URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM JOÃO PESSOA/PB

Autor:
Kainara Lira dos Anjos; Ana Caroline Aires Gomes de Lima; Caline Mendes de Araujo. Doutorado, Universidade Federal de Campina Grande; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; Observatório das Metrópoles Núcleo Paraíba

Código:
DCH161

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo visa analisar de que forma a eliminação de situações de risco foi priorizada nos projetos de urbanização de assentamentos precários, tendo como objeto de estudo os projetos no âmbito do PAC-Urbanização de Favelas na cidade de João Pessoa – PB. Foram realizados estudos e avaliações de Projetos e Intervenções em Assentamentos Precários na cidade, desenvolvidos a partir do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, programa federal criado em 2007 para promover obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. O artigo foi elaborado no âmbito do projeto DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO: UM BALANÇO DO PAC-URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, subprojeto coordenado nacionalmente pelo Prof. Dr. Adauto Cardoso e pela Profa. Dra. Rosana Denaldi, vinculado ao projeto geral da rede INCT Observatório das Metrópoles - AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano.

Metodologia:

A metodologia utilizada foi a desenvolvida nacionalmente pelo Prof. Dr. Adauto Cardoso e pela Profa. Dra. Rosana Denaldi para análise da política habitacional do Governo Federal, no período de 2003 a 2016, englobando os seguintes programas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), notadamente a modalidade de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP); Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa de Regularização Fundiária (PRF). A pesquisa nacional, à qual a presente está inserida, parte do entendimento da importância de realizar um balanço mais aprofundado sobre o significado e os impactos (positivos e negativos) das políticas habitacionais recentes, do ponto de vista da construção do direito à cidade (CARDOSO, 2017). Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir de seis etapas descritas a seguir:

i. Caracterização dos assentamentos que receberam investimentos no âmbito do PAC-UAP, a partir do levantamento de dados gerais; grau de consolidação; tecido urbano; densidade; gravames ambientais; inferência com projetos urbanos e intervenções realizadas em períodos anteriores (denominadas “camadas” de urbanização).

ii. Análise do Quadro de Composição do Investimento (QCI) no âmbito do PAC-UAP, atentando para os Valores de repasse e contrapartida; e para a Articulação com outros financiamentos.

iii. Análise do Escopo de Serviços, Ações e Obras, a partir do Objeto do Contrato e Metas Físicas; do que foi financiado no âmbito do PAC-UAP; das mudanças de escopo inicial e justificativas.

iv. Identificação do Arranjo Institucional e Atores envolvidos.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

v. Sistematização dos Resultados, observando o que foi executado; o que estava previsto e não foi executado; se foram executados itens que não estavam previstos originalmente; quais os problemas foram resolvidos; famílias atendidas; apreciação qualitativa das ações e obras.

vi. Síntese dos Problemas e oportunidades, para os processos de execução de projetos e intervenções de urbanização de assentamentos precários."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Até as primeiras décadas do século XX, as intervenções estatais nos assentamentos precários em João Pessoa, localizados em áreas ambientalmente frágeis, possuíam caráter sanitarista e higienista, tendo sido priorizada a remoção. No censo demográfico do IBGE de 1980, foram identificados somente três aglomerados subnormais. Entretanto, a Fundação Instituto de Planejamento do Estado da Paraíba - FIPLAN reconheceu, em 1983, 31 áreas com características de ocupações irregulares em condições precárias, com mais de 70 mil moradores.

Em 2009, o Plano Diretor reconheceu 77 Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, abrangendo 64% dos assentamentos. Com relação aos dados do Censo de 2010, foram identificados 120 aglomerados subnormais, com mais de 25 mil domicílios e cerca de 91 mil habitantes.

No período 2006 a 2012 foram intensificados os investimentos nos assentamentos precários, especialmente as intervenções de urbanização, alcançando 3.582 famílias, e a obras de habitação e infraestrutura que beneficiaram 1.266 famílias. Em 2013, foi elaborado o Plano Local de Habitação de Interesse Social de João Pessoa, o qual previa os seguintes programas e ações voltados para esses assentamentos: (i) Regulamentação de ZEIS; (ii) Relocação Emergencial (Transitória) e Provisão de Unidades para Famílias em Áreas de Risco e Preservação Permanente; (iii) Urbanização de Assentamentos Precários; e (iv) Regularização Fundiária.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, vêm sendo desenvolvidos em João Pessoa seis projetos que abrangem assentamentos precários, com intervenções complexas que envolvem urbanização, reassentamentos, trabalho social, regularização fundiária e construção de equipamentos. Todos os projetos analisados foram classificados quanto a natureza da intervenção como “eliminação de risco”, visando atender às premissas do programa federal, o qual pretendia ampliar os investimentos em infraestrutura para “acelerar o desenvolvimento sustentável, aumentar a produtividade e superar os desequilíbrios e desigualdades sociais regionais” (BRASIL, MPOG, 2007).

O PAC selecionou no Brasil entre os anos 2007 e 2015 mais de 800 projetos para urbanização de assentamentos precários, envolvendo investimentos da ordem de R$ 25 bilhões, que beneficiam aproximadamente 1,9 milhão de famílias. Entre estes projetos de urbanização, os que foram ou vêm sendo desenvolvidos em João Pessoa são os seguintes: (i) Rio Sanhauá, contemplando as Comunidades Ilha do Bispo, Alto Mateus, Favela do S e Varadouro; (ii) Conjunto Taipa Nova Vida; (iii) Comunidade Maria de Nazaré; (iv) Bairro São José, no Baixo Jaguaribe; (v) Comunidade Saturnino de Brito; (vi) Jaguaribe. A partir das análises empreendidas foi possível verificar que os mesmos apresentam graus de efetividade diferenciados no tocante a eliminação de risco, sendo seus objetivos não atendidos ou atendidos apenas parcialmente."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Entre os problemas e entraves à execução e conclusão das intervenções em assentamentos precários a partir do PAC nas cidades brasileiras é possível destacar: as pendências quanto à desapropriação dos

terrenos e na regularização da titularidade da área sob intervenção; distratos com as empresas contratadas; ajustes nos projetos durante sua implementação; descumprimento de metas, principalmente quanto ao alcance de famílias; e pendências com licenciamento ambiental. Alguns dos problemas mencionados afetaram os projetos desenvolvidos em João Pessoa, contribuindo para que os objetivos não tenham sido atendidos tal qual previsto.

SESSÃO 3.3.2

Precariedade Habitacional Contemporânea
Parte 1 - Moradores de Rua

Coordenação: Camila D'Otaviano e Suzana Pasternak

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
A negação ao direito à moradia: análise da população em situação de rua frente à estrutura socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Autor:
Dra. Latussa Laranja Monteiro e Msc. Sandra Mara Pereira. Doutorado, Instituto Jones dos Santos Neves

Código:
DCH042

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem por objetivo analisar a localização espacial da população em situação de rua na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) comparada a indicadores de qualidade urbana e à organização social do território metropolitano, esta última expressa por meio da tipologia socioespacial (Ribeiro e Ribeiro, 2013). O artigo possibilita observar resultados principais de pesquisa inédita no Espírito Santo, responsável por gerar dados primários a respeito das características da parcela da população vivendo em extrema vulnerabilidade e à margem do direito fundamental à moradia e à cidade. Adicionalmente, objetiva-se observar possíveis ligações entre a localização dos indivíduos e as possibilidades advindas da qualidade urbana, como estratégias de permanência e de acesso mínimo a condições menos desfavoráveis de vida e de subsistência.

Metodologia:

O artigo inicialmente apresenta os dados gerados por meio da Pesquisa sobre População em situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória (2018), elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves em uma iniciativa conjunta que envolveu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo e por solicitação da Secretaria de Direitos Humanos. O objetivo central foi suprir de informação tanto a administração pública quanto os próprios movimentos sociais ligados ao tema, combatendo a invisibilidade que muitas vezes acompanha essa população e potencialmente auxiliando no desenho de políticas públicas melhor focalizadas. Os resultados obtidos buscaram responder a questões relativas ao perfil socioeconômico dos sujeitos, os motivos que os levaram à situação de rua, as dificuldades no cotidiano e as atividades principais desenvolvidas no seu dia-a-dia. Para os objetivos deste artigo, uma das mais relevantes informações é a localização dos indivíduos em situação de rua. O mapeamento mostra concentrações em alguns municípios do aglomerado metropolitano e, dentro desses municípios, em alguns bairros específicos.

A partir da utilização de ferramentas de georreferenciamento, se procederá a análise comparando a localização dos indivíduos [1] às dimensões relativas ao Indicador de Bem-estar Urbano Local - IBEU, (Ribeiro e Ribeiro, 2013) e [2] à Tipologia Socioespacial da RMGV (IBGE, 2010; Ribeiro e Ribeiro, 2011; Observatório das Metrópoles, 2013).

Procede-se à utilização da Tipologia por esta funcionar como uma aproximação da estrutura social no território metropolitano, sendo indicativa da posição relativa dos indivíduos na hierarquia social. A RMGV apresenta, para 2010, quatro tipos socioespaciais, partindo do mais alto status: superior-médio, médio, popular e popular-agrícola.

A localização de serviços públicos e a concentração de atividades econômicas serão utilizadas como variáveis adicionais, pois foram fatores também apontados como importantes na escolha da localização.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As pessoas têm as ruas como moradia por múltiplas razões, dentre elas questões ligadas à saúde e não diretamente relacionadas à ausência de provisão habitacional. Também contribui, em alguns casos, a carência e/ou inadequação de soluções temporárias, como os albergues e abrigos públicos (IJSN, 2018).

Ainda assim, haver pessoas em situação de rua é um trágico indicador da (in)capacidade de uma sociedade em distribuir equanimemente as oportunidades e riquezas geradas em seu interior e em última análise, uma negação do direito ao abrigo e a recursos urbanos relacionados à dignidade da moradia, como água potável e encanada, banheiro com esgotamento adequado, eletricidade, etc. Além dos aspectos físicos, estão aqueles cuja ausência pode tornar difícil a reinclusão da pessoa na sociedade, como endereço fixo, bem-estar mental e autoestima.

Uma característica comum é a invisibilidade das pessoas em situação de rua, ao mesmo tempo em que contrasta com o incômodo causado por sua presença em bairros habitados por pessoas de renda mais alta.

Estatísticas confiáveis são escassas, porém necessárias tanto para construção de ações que busquem minimizar o problema quanto para fomentar a participação social dos indivíduos em busca da efetivação de seus direitos básicos. A necessidade de abrigo da chuva, dos ventos, do sol, é somada à necessária mitigação da possibilidade de sofrer atos violentos perpetrados contra sua integridade.

Dada a extrema vulnerabilidade a que está exposta, a população nessa situação tem que desenvolver estratégias de resistência e de subsistência de forma a enfrentar os múltiplos riscos presentes em seu cotidiano.

A presença de grupos de pessoas sem moradia em partes específicas do espaço urbano metropolitano parece evidenciar uma estratégia de se localizar nas áreas de melhor condição urbana.

A hipótese é que indivíduos em situação de rua elejam as parcelas de cidade onde há melhores condições de acesso, uso e ocupação dos serviços urbanos, que coincidem com as áreas onde se localiza a moradia da parcela mais elevada na hierarquia da estrutura expressa por meio da Tipologia Socioespacial da RMGV (2010). Em outras palavras, a busca por melhores localizações une dois extremos da sociedade metropolitana."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A análise é relevante por relacionar um conjunto de dados primários e inéditos sobre a localização e perfil das pessoas em situação de rua na RMGV e a estrutura socioespacial descrita e estudada sob múltiplos outros aspectos de análise no âmbito do Núcleo Vitória do Observatório, como aqueles expostos na publicação Vitória: transformações na ordem urbana (Lira; Oliveira Jr. e Monteiro, 2014).

Trata-se, portanto, de uma oportunidade de checar a relevância da Tipologia Socioespacial da RMGV (2010) como possibilidade analítica frente ao que parece ser uma estratégia de sobrevivência para aqueles destituídos até mesmo de um abrigo formal.

Título:

Os imigrantes e o direito à cidade: reflexões acerca do acesso do imigrante à habitação no centro da cidade de São Paulo

Autor:

Dulce Maria Tourinho Baptista. Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Código:

DCH117

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A pesquisa visa apreender os atuais fluxos migratórios e as questões por eles enfrentadas relacionadas aos direitos humanos no que se refere à moradia, envolvendo a questão fundiária e ausência de política habitacional na metrópole voltada para a população imigrante.

O recorte empírico do estudo está na cidade de São Paulo, espaço preferencial de moradia dos imigrantes e cenário de uma cidade cosmopolita, com 11.244.369 habitantes (IBGE 2010). É um grande centro urbano que convive com a diversidade, a insegurança, a violência e a desigualdade social. Aí estão evidenciadas as contradições do mundo globalizado que conquista tecnologias, desenvolve meios de comunicação de ponta em nível galopante, mas também caminha, paradoxalmente, na direção de produzir, no mesmo ritmo, precárias condições de vida da população, com grande representatividade de imigrantes que não têm acesso à cidade e aos modos de vida preconizados pelo capitalismo e a globalização.

Metodologia:

A apropriação do objeto de estudo aqui eleito, está fundamentada nos princípios do urbanismo visto enquanto totalidade, englobando a correlação de força entre os diferentes atores envolvidos na luta pelo direito à cidade, com foco na ausência de política social voltada para o imigrante.

Elege como categorias de análise, a imigração, a habitação, o espaço urbano – organização espacial da cidade e os atores envolvidos: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, o Estado e os imigrantes –sujeito eleito que se integra aos grupos sociais excluídos - que vivem a violência na cidade.

A abordagem do imigrante está acoplada às tendências globais migratórias hoje com foco nos refugiados e deslocados. São 68,5 milhões de pessoas (ACNUR, 2017) forçadas a se deslocarem por perseguições, conflitos, violência, violação dos direitos humanos. Conforme observa Sassen (2016, p.74) "...dinâmicas globais de pobreza extrema, deslocamento em massa, desastres ambientais e conflitos armados criaram níveis de expulsão social nunca vistos antes, sobretudo no Sul global

O caminho da pesquisa está articulado à metodologia do Observatório das Metrópoles São Paulo. Os dados utilizados referem-se ao Censo do IBGE – 2010 na quantificação dos imigrantes que habitam no centro da cidade de São Paulo, por frequência, sexo, idade, tempo de moradia no local, procedência e outros. Envolve também estudo de caso, qualitativo, com história de vida dos imigrantes e a caracterização do espaço que ocupam na cidade representados por suas habitações: albergue, cortiço, espaço alugado, invadido e outros.

O estudo bibliográfico pertinente ao tema, envolvendo a política pública habitacional no cenário da cidade, acompanha todo o processo da pesquisa

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Na correlação de forças existente no espaço no urbano, como acontece a inserção do imigrante na cidade de São Paulo e o seu acesso à moradia?

Qual a significância desse processo e de que modo ele interfere na gestão da vida dos imigrantes e na produção da cidade?

Parte-se do pressuposto que o adensamento urbano em São Paulo se dá com a formação de territorialidades que expressam desigualdade.

A urbanização vem crescendo aceleradamente no Brasil, com maiores índices na região Sudeste e na capital do estado de São Paulo desde a década de 1950, devido ao ritmo do seu desenvolvimento vinculado antes à economia industrial e hoje aos serviços. A mobilidade do trabalho esta ligada a acumulação do capital (Gaudemar, 1977), ou seja, o trabalho e os movimentos migratórios vão em direção ao capital. Daí o crescimento populacional no espaço territorial paulista que passa a assumir um papel de centralidade na acumulação do capital e principal polo de atração dos movimentos migratórios. Entretanto, o crescimento e ordenamento do seu espaço vai acontecer com planejamento vulnerável, periferização, ampliação desordenada, e preenchimento dos vazios por meio do comando de forte especulação imobiliária.

São Paulo apresenta cenários de riqueza e exclusão. Cerca de apenas 10% dos seus habitantes usufrui o melhor que a cidade oferece em termos de moradia, conforto e lazer, enquanto que a maioria vive em condições precárias.

Nos primórdios das cidades pessoas diferenciadas compartilhavam o mesmo espaço; hoje, com as conquistas da modernidade, os cidadãos de direitos iguais, vivem em enclaves, cidades de muros (Caldeira, 2003), habitam em espaços demarcados por cercas elétricas e/ou fronteiras simbólicas. A segregação espacial esvazia o ambiente público, produzindo e reproduzindo o conflito social entre os não iguais. Quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, os conflitos, a violência que atinge a todos, e principalmente os mais vulneráveis, ou seja, os imigrantes, jovens, idosos, desempregados, população em situação de rua.

Os interesses fundiários, em consonância com a expansão do mercado imobiliário, asseguram aos seus, os espaços na cidade e reproduzem os interesses do capital, prevalecendo na cidade a voz da mercadoria "terra", sob o aval do Estado.

Toda essa espoliação e segregação transforma a cidade em um campo heterogêneo de luta explosiva, de jogo de interesses, de violência, criminalidade tensão e inviabiliza a formulação de políticas públicas efetivas voltadas a população mais necessitada, dificultando ao imigrante condições de acesso à cidade.

O Brasil e em especial São Paulo, passou a ser pólo de atração para imigrantes internacionais e refugiados, visto de fora como um país de oportunidade devido ter sido sede da Copa e Olimpíadas o que atraiu imigrantes que vieram à procura de vida próspera e, no entanto, encontraram desigualdade, pobreza, racismo, falta de trabalho e moradia precária.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Presencia-se no centro consolidado de São Paulo imóveis vazios e déficit habitacional, passando a cidade a ser um grande negócio que transforma o espaço urbano.

A população desassistida sem teto invade edifícios vazios há décadas onde, na atualidade, habitam imigrantes que foram integrados ao Movimento de Moradia da Região Central (MMRC) e à Frente de Luta por Moradia. O poder público vem dando maior respaldo aos interesses de especuladores imobiliários que têm a propriedade para especular e obter lucros advindos da valorização imobiliária. Perdeu-se a noção do que é publico e do papel do Estado e da Justiça no trato da questão da habitação popular.

No imigrante está evidenciado essa crescente brutalidade com a inviabilidade de conseguir no espaço urbano, um teto e nele construir o sonho da moradia, concretizando o seu projeto de vida. Ações na direção do acesso à moradia caminhariam para o direito à cidade e a apropriação da cidade como obra, na perspectiva de Lefebvre (2008).

Título:

A Espacialidade da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo

Autor:

Marisa do Espírito Santo Borin e Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi. Doutorado, Professora Assistente-Doutor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles de São Paulo.
Bolsista (CAPES/PROSUP) de Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles de São Paulo."

Código:

DCH089

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho pretende investigar como a população em situação de rua, que compõe o déficit habitacional da cidade de São Paulo, se relaciona com a organização do espaço da metrópole e com os mecanismos neoliberais de financiamento a partir da compreensão da evolução do deslocamento dos pontos de concentração da população em situação de rua nos anos de 2000, 2009 e 2015. Assim, busca-se reunir elementos para melhor compreender os fatores de atração ou expulsão. Deste modo, identificando-se as áreas de crescimento e adensamento no tecido urbano, nos referidos períodos, buscar-se-á analisar a relação dessas áreas com a atuação dos agentes produtores e financiadores de empreendimentos nas áreas metropolitanas.

Metodologia:

O presente artigo busca, inicialmente, um levantamento bibliográfico sobre diferentes conceituações da população em situação de rua no Brasil e no Mundo, permitindo compreender como este segmento populacional, hoje presente nos mais diferentes centros urbanos, vive no extremo da exclusão habitacional e do direito à cidade. Serão utilizados, primeiramente, dados quantitativos referentes às pesquisas elaboradas no Brasil, especialmente em São Paulo, identificando-se os pontos de concentração e análises comparativas de suas alterações ao longo do tempo, tendo-se como referências os dados

censitários da população em situação de rua elaborados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), nos anos de 2000, 2009, 2015. A partir da espacialização desses pontos será possível identificar as áreas de concentração e de crescimento ao longo dos referidos períodos. Uma vez identificadas essas áreas, os dados serão cruzados com informações de investimentos imobiliários e projetos de intervenção urbana, referentes à Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB) e de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento (SMUL). Nesta trajetória busca-se reunir os elementos que atuam como fatores de expulsão ou permanência dessa população e que definem, em parte, a paisagem da cidade segregada e segregadora.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A população em situação de rua é um fenômeno presente nos diferentes centros urbanos do mundo. Esse segmento social compõe o extremo da privação e exclusão social, sendo compreendido e referenciado na condição de "sobra" ou refugo humano. Este contingente populacional compõe o déficit habitacional e precisa ser abrangido pelas políticas urbanas. O levantamento bibliográfico de diferentes autores, do Brasil e do mundo, permite construir um quadro conceitual que compreende a população em situação de rua como parte da estrutura de classe e do poder. Há uma concordância entre os autores quanto à ausência, permanente ou temporária, de habitação adequada como fator determinante que gera a vida na rua. Trata-se de uma população heterogênea em termos de perfil demográfico, de trajetória de entrada e na condição de rua e que disputa e forma territorialidades dentro da cidade. A análise deve partir das seguintes questões: Onde se concentra essa população? Houve alterações nos pontos de concentração e crescimento? Quais os principais elementos de atração e permanência? Existe relação com os agentes produtores e financiadores? O que se observa pelos estudos realizados é que esta população vem aumentando, sendo constatada uma desaceleração no período de 2009-2015. É também percebido o espraiamento para regiões mais distantes do centro tradicional, em áreas que passaram a conhecer um dinamismo econômico com adensamentos de estabelecimentos comerciais e de serviços, constituindo-se em novas centralidades, de caráter mais popular nas periferias, em especial nas zonas norte, leste e sul. São essas mudanças e transformações urbanas e seus impactos na cidade que serão analisadas no artigo. Verifica-se uma tensão entre as condições materiais e objetivas para a sobrevivência nas ruas, dada pelos elementos constituintes das centralidades urbanas e a tomada de posição pela capacidade de resistência às forças de exclusão e expulsão. Assim, os sujeitos em situação de rua marcam a paisagem urbana e são marcados por processos de rotulagem e expulsão levados a cabo pela violência do poder público, da população residente ou de iniciativas privadas. É dentro deste cenário de disputa pelo espaço urbano que a população de rua tende a concentrar-se ou fragmentar-se, dependendo das forças de expulsão/atração. A análise que se pretende elaborar parte da ideia de que a situação de vida na rua é parte de um fenômeno social das cidades globais, da exclusão habitacional e do direito à cidade, onde o emprego é desindustrializado e precário, e onde suas territorialidades se fazem nos espaços "vazios", que, contraditoriamente, são ativos para a recomposição do capital global financeiro.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A população em situação de rua de São Paulo vem sendo identificada e atendida prioritariamente pelas políticas de assistência social. Contudo, as referências conceituais que buscam definir este segmento estabelecem clara relação com a exclusão habitacional e identificam diferentes estratégias de ocupação do espaço público que faz da rua o espaço da "casa". No Brasil a seguridade social é composta por assistência social, previdência e saúde. É urgente que se inclua a habitação na seguridade social, ampliando as possibilidades de atendimento. Para tal, é preciso avançar na compreensão deste fenômeno dentro das análises urbanas, para que políticas habitacionais sejam propostas, considerando-se as

especificidades deste segmento. No presente artigo o que se pretende analisar é o quanto a infraestrutura urbana e a concentração de estabelecimentos comerciais são fatores primeiros de atração da população em situação de rua.

Título:
Estimativa da População em Insegurança Habitacional que Reside na Região Metropolitana de São Paulo

Autor:
Anderson Kazuo Nakano. Doutorado, Universidade Federal de São Paulo

Código:
DCH092

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho tem como objetivo construir uma proxy para estimar o tamanho e as características domiciliares das populações de baixa renda que moram na Região Metropolitana de São Paulo e que vivem em situação de potencial insegurança habitacional. Considera-se que a mercantilização da habitação e da terra urbana, realizadas no contexto da urbanização capitalista periférica, geram conflitos permanentes entre o valor de uso e de troca nos processos de produção e apropriação dos espaços urbanos. A demanda capitalista por terras e localizações urbanas produzem condições inseguras de ocupação do domicílio cujos moradores podem vir a ser obrigados a sair dos seus locais de moradia sob os impactos valorização imobiliária, do aumento dos preços de imóveis e do custo de vida. No presente trabalho, a proxy com a estimativa da população em insegurança habitacional pretende quantificar e caracterizar aqueles moradores.

Metodologia:

A metodologia utilizada na construção da proxy com a estimativa da população em insegurança habitacional baseia-se em premissas e definições que norteiam a seleção de dados e variáveis presentes nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Tal seleção considera a noção de insegurança habitacional, apresentada por David Madden e Peter Marcuse (2016). Para esses autores, a insegurança habitacional decorre da "alienação residencial" que consiste na situação em que os moradores não possuem vínculos e relações de pertencimento com suas moradias por estarem vulneráveis a pressões para se mudarem de residência e/ou por estarem expostos a riscos de remoções trazidos por ações de despejos, desapropriações e reintegrações de posse, entre outras formas de remoção de moradores dos seus locais de moradia.

Pressupõe-se que, em áreas urbanas aonde, por diversas razões, ocorrem processos de valorização e de aumento de preços imobiliários e fundiários, os moradores de baixa renda que estão em situação mais grave de insegurança habitacional por estarem mais vulneráveis a perdas habitacionais são:

- Os moradores com renda familiar menor ou igual a R$ 1.600,00 que viviam em domicílios particulares permanentes tipo casa; casa de vila ou condomínio; apartamento; casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco; que sejam próprios ainda pagando; alugados; cedidos por empregador; cedidos de outra forma; tenham outra condição de ocupação; que tenham composição domiciliar unipessoal; com família nuclear; com família estendida.

- Os moradores que viviam em domicílios particulares improvisados tipo tenda ou barraca; dentro do estabelecimento; outro tipo (vagão, trailer, gruta).

- Os moradores que viviam em domicílios coletivos tipo asilo, orfanato e similares; hotel, pensão e similares; alojamento de trabalhadores; penitenciária, presídio e casa de detenção."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O presente trabalho propõe-se resolver o problema relativo ao tamanho e às características da população em insegurança habitacional que vive na Região Metropolitana de São Paulo. Parte da hipótese de que essa população tenha renda menor ou igual a R$ 1.600,00, correspondente à faixa 1 de atendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (em 2010), e que não detenham a propriedade dos seus respectivos domicílios ocupados em condições não próprias que podem se revelar inseguras em áreas aonde ocorrem aumento do custo de vida e da valorização imobiliária e fundiária. Admite-se que, em muitos casos, a propriedade privada do domicílio por parte daquela população de baixa renda não garante maior proteção contra riscos de perdas habitacionais provocadas por processos de despejos, desapropriações e reintegrações de posse, entre outras formas de remoção de moradores dos seus locais de moradia.

Segundo a proxy da população em insegurança habitacional na Região Metropolitana de São Paulo podemos fazer as seguintes afirmações:

- A população total em insegurança habitacional da metrópole paulistana era de 3.444.703 pessoas correspondentes a 17,5% da população metropolitana total;

- 55,1% da população em insegurança habitacional da metrópole paulistana vivia no município de São Paulo;

- Guarulhos, o segundo município com maior número de habitantes, atrás somente do município de São Paulo, tinha 6,8% da população em insegurança habitacional da metrópole paulistana;

- 53,7% da população em insegurança habitacional da metrópole paulistana vivia em domicílios particulares permanentes alugados;

- Os municípios com mais de 60% das suas respectivas populações em insegurança habitacional locais vivendo em domicílios particulares permanentes alugados eram Diadema (63,6%), Jandira (61,2%) e Vargem Grande Paulista (60,5%);

- O município de São Caetano do Sul registrou o maior percentual da população em insegurança habitacional local que vivia em domicílios particulares permanentes alugados (74,1%);

- 19,1% da população em insegurança habitacional da metrópole paulista vivia em domicílios particulares permanentes cedidos de outra forma;

- Os municípios com mais de 30% das suas respectivas populações em insegurança habitacional locais vivendo em domicílios particulares permanentes cedidos de outra forma eram Mauá (34,9%), Pirapora do Bom Jesus (33,2%), Rio Grande da Serra (33,0%), Barueri (31,7%) e Francisco Morato (30,6%);

- 15,8% da população em insegurança habitacional da metrópole paulista vivia em domicílios particulares permanentes próprios ainda pagando;

- Os municípios com mais de 20% das suas respectivas populações em insegurança habitacional locais vivendo em domicílios particulares permanentes próprios ainda pagando eram Itapevi (29,5%), Caieiras (26,9%), Itaquaquecetuba (23,9%), Moji das Cruzes (22,0%), Ferraz de Vasconcelos (21,5%) e Suzano (20,1%)."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A elaboração de uma proxy da população de baixa renda em insegurança habitacional se justifica, em primeiro lugar, pelo simples fato de que não se tem um dimensionamento e uma caracterização daquelas populações na metrópole de São Paulo. Essas populações estão invisíveis, ocultas sob camadas de representações e interpretações relativas às condições de vida naquela metrópole. Ganham visibilidade somente nos momentos em que as perdas habitacionais estão prestes a se efetivar ou quando se efetivam em meio a conflitos que, de maneira geral, opõem Estado e sociedade.

Aquela proxy é importante também porque existe a necessidade de medidas capazes de prevenir, evitar e compensar a ocorrência desse tipo de perdas que, em muitos casos, destroem as condições de vida das pessoas afetadas instaurando uma cadeia de efeitos e desdobramentos igualmente deletérios e destrutivos que reproduzem e aprofundam as desigualdades e as injustiças socioespaciais que já estruturam as grandes cidades brasileiras.

Título:
Sujeitos ocultos da política habitacional: interditos do acesso à moradia pela população em situação de rua na cidade de São Paulo

Autor:
Giovanna Bonilha Milano e Leandro Franklin Gorsdorf. Doutorado, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal do Paraná

Código:
DCH135

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem por objetivo discutir a ausência de políticas públicas habitacionais capazes de abarcar as especificidades da população em situação de rua no Brasil. Especificadamente pretende analisar a elaboração e oferta da política habitacional na cidade de São Paulo, identificando os descompassos entre as necessidades específicas desse segmento, suas experiências de moradia, e a tradução dessas vivências ao âmbito urbanístico institucional. Com a leitura crítica das políticas elaboradas e implementadas na gestão municipal da capital paulistana, entre os anos de 2015 e 2018, almeja-se identificar o tratamento dispensado a esse segmento específico no que se refere ao acesso à moradia adequada e, consequentemente, expor as lacunas no reconhecimento desses sujeitos como destinatários de políticas habitacionais e protagonistas da significação do direito à cidade.

Metodologia:

Os procedimentos metodológicos utilizados no estudo combinaram análise bibliográfica, sistematização de fontes estatísticas secundárias e pesquisa de campo. Em uma primeira etapa foram sistematizadas as

principais referências na literatura nacional e internacional que abordam concomitantemente as temáticas da população em situação de rua e suas respectivas experiências de moradia. O objetivo de tal reconhecimento correspondeu a identificação do campo teórico e, sobretudo, da verificação das lacunas no debate sobre a política habitacional brasileira acerca desse segmento específico. Com o intuito de traçar um panorama sobre a população em situação de rua na cidade de São Paulo, realizou-se a sistematização dos dados disponibilizados na pesquisa censitária, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE). A verificação qualitativa dos dados ocorreu por meio de visitas a campo, no acompanhamento da missão especial de impacto da política econômica sobre os direitos humanos, realizada pela Plataforma Dhesca, e vocacionada à análise das condições de moradia da população em situação de rua na capital paulista no contexto de austeridade de investimentos sociais. O relatório abordou diversos casos de violações do direito a moradia e a população em situação de rua, como Viaduto 14 Bis; Cimento/Bresser e Centro Comunitário São Martinho de Lima. A complementaridade metodológica de ambas as abordagens, quantitativa e qualitativa, nos permitiu definir um marco temporal que evidencia a mudança na política municipal sobre a cidade, aprofundando a relação de economia de mercado em relação a provisão habitacional e os processos de segregação socioespacial, qual seja o biênio (2017-2018) da atual gestão municipal.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No campo das políticas urbanas e, particularmente, das políticas habitacionais a população em situação de rua ainda não alcançou o status de sujeito específico nas reflexões teóricas nem obteve reconhecimento de suas dinâmicas próprias no cômputo das necessidades de moradia. Bem é verdade que a provisão de moradia adequada e o acesso das classes populares à terra urbanizada sempre foi o gargalo da política habitacional brasileira em geral. E as soluções ofertadas pelo Estado historicamente à questão perpassaram pela consolidação de um modelo hegêmonico pautado na aquisição da casa própria, pela via do acesso ao crédito imobiliário, oscilando entre maior ou menor oferta de subsídios. Assim, a redução da solução habitacional à uma única via, de caráter proprietário e individual, permanece como óbice à realização do direito à moradia para maior parte dos brasileiros. No caso da população em situação de rua, a inadequação desses mecanismos é evidente e reforça a hipótese central do trabalho que recai sobre a impermeabilidade das lógicas de vida e de organização do espaço desses sujeitos na produção de políticas públicas habitacionais específicas. Nas excepcionais situações em que tal população é reconhecida como demanda, isso ocorre por meio da incorporação em cotas sociais genéricas levadas à cabo junto aos empreendimentos habitacionais viabilizados pelos agentes da produção imobiliária. Esse "ponto cego", correspondente às experiências de moradia dessa população, acaba por ocultar justamente o caráter heterogêneo presente nas trajetórias que informam o "estar na rua" e, consequentemente, as múltiplas espacialidades em que se inscrevem as experiências de moradia desses sujeitos na cidades. A ocupação de espaços públicos, com a construção de habitações provisórias sob marquises, viadutos, ou sobre as calçadas e praças é uma das possibilidades mobilizadas dentre um repertório mais amplo. Essa multiplicidade de trajetórias e processos espaciais são ainda pouco conhecidos pela literatura e negligenciados na elaboração e implementação das políticas públicas habitacionais. Como regra, a atuação do Estado em relação às demandas de moradia dessa população mantém-se circunscrita à oferta provisória de acolhimento nos equipamentos de assistência social. O cenário de austeridade de investimentos públicos e a regressividade na oferta de políticas habitacionais, como um todo, aprofunda a invisibilidade das necessidades específicas de moradia desses sujeitos ao tempo que acentua a violência e a negação de sua permanência nas cidades. No caso em tela, esse cenário ganha concretude na configuração política dos agentes parceiros da Prefeitura no tocante ao centro de São Paulo,e nas propostas urbanísticas do projeto "Centro Novo", elaboradas pelo escritório de arquitetura Jaime Lerner

a pedido do SECOVI/SP com incidência direta e indireta no território ocupado pela população em situação de rua.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A organização da demanda por moradia pela população em situação de rua tem sido proporcional ao desmonte da política de habitação de interesse social em São Paulo. No caso desse segmento específico, entretanto, a combinação entre a omissão da política pública e o agir dos interesses mercadológicos na política habitacional municipal acabaram por ampliar os obstáculos do reconhecimento desses sujeitos, em suas experiências urbanas e necessidades habitacionais próprias. Apresenta-se, para os gestores da política da política pública habitacional, a necessidade da passagem de uma visão assistencialista, reduzida ao acolhimento/abrigamento como solução temporária-definitiva, para construção dos de parâmetros específicos que compreendam tais subjetividades urbanas e as traduzam em políticas públicas de acesso à moradia adequada rumo ao direito à cidade.

SESSÃO 3.3.2

Precariedade habitacional contemporânea.

Parte 2 - Irregularidade Fundiária

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Funcionalização da propriedade urbana: a visão do Poder Judiciário Paulista

Autor:
Mariana Cristina Galante Nogueira. Mestrado em Direito pela Universidade de São Paulo

Código:
DCH098

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O principal objetivo da pesquisa é buscar, por meio de levantamento empírico de julgados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – escolhido por ser o maior tribunal de justiça do mundo em volume de ações -, qual o tratamento que vem sendo dado pelo Poder Judiciário ao instituto da função social da propriedade urbana. Por não haver definições jurídicas além daquelas exaradas pelos Planos Diretores dos Municípios, ao contrário dos limites objetivos estabelecidos à função da propriedade rural, questiona-se qual a operacionalização do instituto ao ser invocado, seja como matéria de defesa em ações concernentes à posse, seja em ações referentes à propriedade privada.

Metodologia:

Foram analisados e lidos 520 acórdãos, proferidos entre os anos de 2010 e 2016. Desses 520 acórdãos, apenas os votos vencedores foram considerados para análise.

A busca foi inteiramente feita a partir do sítio eletrônico esaj.tjsp.jus.br, por meio de "consultas de jurisprudência" e, em seguida, "consulta completa" e com único filtro: em "órgão julgador" selecionou-se apenas as Câmaras de Direito Privado , posto que se supunha que haveria maior número de resultados em conflitos de cunho essencialmente privatista.

No campo de busca, as palavras chaves para a busca foram "função social da propriedade", sem a utilização de conectivos fornecidos pelo próprio mecanismo de busca. Caso os conectivos ("função" e "social" e "propriedade") fossem utilizados, os resultados ultrapassavam a monta de 15 mil julgados. Utilizando o termo completo, entre aspas, o número cai para cerca de quatro mil, com resultados muito mais precisos. Desses, a partir da leitura da emenda, aproximadamente 520 tratavam especificamente de ações de usucapião ou conflitos possessórios e mencionavam expressamente a função social da propriedade.

Todos os recursos de competência do Tribunal de Justiça – apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo interno – foram incluídos na análise.

A partir do universo de 520 acórdãos, foram excluídos 47, que versavam unicamente sobre o Movimento dos Sem Terra e propriedade rural. Assim, restaram 473 acórdãos para análise e leitura mais acurada.

Dos 473 resultados, 155 tratam sobre ações de usucapião, seja como ação própria, seja como matéria arguida na defesa. As outras 318 decisões abordam ações possessórias.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Em uma sociedade com plúrimas aspirações, complexa e desigual, há forças de tensão intrínsecas a ela que, caso sejam compreendidas, podem auxiliar na pavimentação do caminho que leva à igualdade,

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

dignidade da pessoa humana e à justiça social. O instituto da função social da propriedade pode ser considerado como uma dessas forças de tensão, sendo, sincronicamente, uma das ferramentas possíveis para o combate à desigualdade nas metrópoles e nos campos.

Diz-se que ele é uma matriz de tensão por trazer em seu bojo a relativização do direito à propriedade, antes considerado absoluto e intangível e exigir do titular do direito uma prestação positiva: ele tem por obrigação voltar o uso de sua propriedade para o bem comum. De outra sorte, diz-se que o instituto da funcionalização da propriedade pode ser um mecanismo bastante eficaz para que haja a desconcentração da propriedade especulativa e improdutiva.

As decisões revelaram que o uso adequado do solo é o que determina nas ações que versam sobre propriedade, se há, de fato, funcionalização. Se houve desídia do proprietário no trato com a coisa ou desocupação com finalidades meramente especulativas, sua punição é a perda da propriedade e sua concessão para quem, de fato, dela fez bom uso, ainda que se trate de ocupações irregulares .

A jurisprudência que trata das ações de usucapião é, portanto, uníssona quanto ao reconhecimento da necessidade de boa ocupação do imóvel para sua funcionalização, sua destinação para moradia e seu uso não voltado a fins lucrativos. A função social da propriedade exerce, aqui, papel relevantíssimo. Não é o que se vê em ações essencialmente possessórias.

Caso seja, nessas ações, invocado o princípio da função social da propriedade, é dito, por parte do Tribunal de Justiça, que “o objeto da causa é simplesmente a violação do direito de posse ” ou que “alegada função social da propriedade (ou destinação sócio-econômica dada pelo réu) que não pode se sobrepor aos requisitos legais ”.

Anteriormente condenada, a destinação do bem imóvel, ainda que seja mantê-lo inerte, é considerada, aqui, uma prerrogativa do proprietário , não sendo relevante para o deslinde da demanda.

Sendo assim, a função social da propriedade é de pouca importância em ações possessórias. O direito de propriedade, se ameaçado, passa a ser considerado como absoluto, ao contrário do pregado em ações de usucapião. Seja pela própria diversidade das naturezas jurídicas das ações em curso, seja pela impossibilidade quase total do julgador de decidir de forma diversa daquela imposta pelo ordenamento infraconstitucional, há pouca reverência ao mandamento constitucional."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O Poder Judiciário Paulista, conforme dito, mantém certa indiferença ao instituto da função social da propriedade em ações possessórias, atribuindo ao Poder Público a tarefa de observar e penalizar o não cumprimento do instituto.

O Poder Judiciário Paulista dá grande relevância à funcionalização da propriedade em ações de usucapião, tal como visto, punindo o proprietário displicente que tornou seu bem ocioso, privando-o de ocupação racional e adequada. No tocante à posse, sua primazia em relação à propriedade, mesmo que esta não esteja contribuindo para qualquer benefício social, ainda é ínfima, e apenas poucos julgados consideram a destinação prévia do bem relevante para o deslinde de ações possessórias.

A propriedade privada não mais é considerada como um direito absoluto, sem que nada seja exigido do proprietário. Todavia, a função social da propriedade deve ter sua aplicabilidade prática cada vez mais debatida, em especial no âmbito do Poder Judiciário.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
"Ocupações Urbanas e Posse Coletiva da Terra: Estudos sobre a aplicabilidade do Community Land Trust"

Autor:
Camila Bastos. Graduação, EA-UFMG

Código:
DCH086

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar a aplicabilidade do instrumento "Fideicomiso de la Tierra" / "Community land Trust" (CLT) como alternativa a regularização fundiária das Ocupações Urbanas Organizadas de Belo Horizonte. Visto que o instrumento foi adaptado pela primeira vez em um assentamento informal consolidado na América Latina, procura-se analisar suas potencialidades e debilidades de aplicação em territórios que já se auto organizam e auto gestionam mas que encontram-se submetidos a problemáticas gerais a todas as periferias brasileiras, tais como a correlação de forças com tráfico de drogas e o mercado informal.

Metodologia:

Em 2017, a Ocupação Dandara tornou-se a primeira de Belo Horizonte a receber o PRU - Plano de Regularização Urbanística, conquistado pelos moradores no Orçamento Participativo de 2015/2016. O PRU é um um instrumento aplicado em assentamentos de interesse social, estabelecendo diretrizes visando a regularização urbanística e fundiária desses. Também pela primeira vez, a SubSecretaria de Planejamento Urbano de Belo Horizonte (SUPLAN) passa a estar envolvida na formulação de um PRU, até então realizado por terceiros e coordenado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), exclusivamente responsável, até então, dentro do poder público municipal, pela política de habitação. Como estagiária da SUPLAN, tive a oportunidade de trabalhar durante toda a etapa participativa do PRU junto à comunidade, nos encontros semanais entre julho de 2017 e fevereiro de 2018. Tal experiência proporcionou adentrar no mundo das ocupações urbanas pela ótica do poder público, o que acabou possibilitando minha co-existência entre 3 instâncias nem sempre tão harmoniosas: Universidade, Governo e Movimento de Luta por Moradia (no qual milito desde 2012). E é sob essa ótica flutuante que se desenvolve o estudo. Realiza-se um relato sobre a experiência do PRU Dandara e sobre como as reflexões dos técnicos envolvidos nesse processo que desencadearam aberturas para diálogos e construções dentro da política habitacional e urbana do município. Em seguida, abre-se um debate sobre posse e propriedade, visto ser o conflito central tanto para moradores quanto para técnicos. E, por fim, apresenta-se o instrumento Community Land Trust (CLT), adaptado pela primeira vez para a América Latina sob o nome de "Fideicomiso de la Tierra", aplicado em Caño Martín Peña, San Juan - Porto Rico, e que foi apresentado como uma possibilidade alternativa para o processo de regularização fundiária a ser aplicado na Dandara.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Belo Horizonte encontra-se em um momento em que a política habitacional está sendo revista e o PRU Dandara inaugura um novo posicionamento institucional quanto às Ocupações Urbanas. Quando a prefeitura apresentou na etapa de propostas do PRU os cenários das remoções da Dandara devido às

restrições ambientais a questão do tráfico ter loteado a área verde veio a tona. A presença do tráfico na periferia apesar de assunto banalizado ainda não foi incorporada nas discussões de planejamento urbano. Ignorar que o tráfico é agente parcelador e imobiliário nos territórios vulneráveis além de fantasioso, pode trazer impactos ainda imensuráveis nas relações de poder destes territórios. No caso do Dandara e em outras ocupações, principalmente as espontâneas, quais são as novas disputas que a intervenção da prefeitura pode trazer para o dia a dia da comunidade? Não se tem pretensão de que algum instrumento urbano dê conta desta questão, mas precisamos nos deter pelo menos em quais fragilidades não vamos reforçar com políticas e instrumentos implantados. A gestão municipal anterior à vigente adotou uma postura de não dialogar com as ocupações urbanas da cidade. Tal fato não impediu que mais ocupações acontecessem na cidade nem que a questão de resolução da falta de moradia avançasse. Pelo contrário, o fechar os olhos do poder público reforçou uma-marginalização que poderia haver sido mitigada caso parcerias entre o Movimentos de Luta por Moradia e moradores das ocupações houvessem sido firmadas. Assim, se mostra urgente a construção de um canal direto entre essas frentes para que tais questões fundiárias não fiquem à mercê dos próximos gestores a serem eleitos. Em meio a essas questões, como o Movimento atuaria nesse processo de entrada do poder público nos territórios? Temos adiante o desafio de como manter as ideologias num processo institucionalizado num horizonte de se manter a mobilização da comunidade sem a perda de sua identidade ao ser incorporada na "cidade formal". As ocupações organizadas apresentam, pelo menos em seu processo inicial, construções coletivas que tem potência para colaborar nesse processo contínuo, como as cozinhas colaborativas, as creches comunitárias e áreas de convivência comum. E por fim, a propriedade coletiva da terra é um possível motor na transição do imaginário de superação da propriedade privada imobiliária?

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A compreensão de que a potência organizativa das ocupações urbanas pode ser um motor para a construção de uma alternativa de posse que não envolva a propriedade pode parecer inocente mas ao mesmo tempo necessária. Com as brechas da nova lei de regularização fundiária temos o beneficio da dúvida de criar jurisprudências a conflitos fundiários que se espalham por nossas cidades.Não se tem pretensões de que uma lógica tão estrutural seja alterada por uma via institucional. O que reforça a importância dos movimentos que lutam por moradia digna e não apenas pela conquista da casa própria. Trata-se talvez, de uma tentativa de disputar com o ciclo vicioso do mercado e da (re)marginalziação dos pobres urbanos, tomando como ponto de partida as ocupações urbanas organizadas e seu forte vínculo territorial.

Título:
A derrota do direito à cidade: efeitos da lei 13.465/17 na Política Urbana Brasileira
Autor:
Betânia de Moraes Alfonsin. Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Código:
DCH047

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar a lei 13.465/17 sob a perspectiva do direito à cidade consagrado no capítulo da Política Urbana da Constituição Federal, identificando inconstitucionalidades e retrocessos embutidos na nova lei.

Metodologia:

Em termos metodológicos, a pesquisa serviu-se do método dialético de análise. Tal método de abordagem mostrou-se bastante adequado para a investigação, já que a ordem jurídico urbanística consolidada pelo capítulo da Política Urbana (tese) pode ser contrastada com os dispositivos da nova lei (antítese), permitindo que a análise identificasse as contradições e inconstitucionalidades presentes na lei 13.465, bem como fossem captadas as tendências e movimentos colocados pelas tensões próprias desse particular momento histórico. A grande vantagem do método dialético, segundo um estudo clássico de Lefebvre (1969), é que ele aumenta as exigências de rigor analítico, permitindo que se investigue a fundo cada uma das partes (polos dialéticos) sem perder de vista a totalidade, a interpenetração e o choque dos contrários que leva a uma compreensão mais profunda do objeto pesquisado (síntese).

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema de pesquisa definido é: Em que medida a Lei 13465/2017 promove uma ruptura em relação ao paradigma de política urbana e, muito especialmente, de regularização fundiária consagrado pela ordem constitucional e legislação regulamentadora, representando um retrocesso jurídico e social e institucionalizando o ingresso do país em um processo global de financeirização da terra e da moradia?

Hipótese: As conclusões do estudo demonstram a correção da hipótese de trabalho que sustenta a investigação: o Brasil alterou não apenas a legislação aplicável aos processos de regularização fundiária, mas promoveu uma ruptura paradigmática com a política pública que vinha sendo desenvolvida no país sob o marco legal que provinha do modelo consagrado pelo tripé Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal, Estatuto da Cidade e lei 11.977/09. Tal ruptura representa o ingresso do Brasil em um movimento internacional de financeirização da terra e da moradia nas áreas urbanas que representa um formal abandono do compromisso com o direito à cidade no país.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa é fundamental para a compreensão do futuro da Política Urbana e do direito à cidade no país. A análise da lei 13.465/17 demonstra uma ruptura paradigmática com o modelo de regularização fundiária plena e de Política Urbana garantidora do direito à cidade que foi preconizado pela Constituição Federal, demonstrando que o Brasil insere-se, por meio de tal lei, em um processo internacional de financeirização da terra e da moradia.

Título:
A lei 13.465/2017 e o papel do direito na produção da noção de informalidade
Autor:
Caroline Rocha dos Santos. Mestrado, PPGD/UERJ
Código:
DCH054

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Considerando a existência de um marco teórico que chama atenção para a necessidade de captar a dimensão política da noção de informalidade e de assim perceber os sentidos a ela atribuídos em cada contexto específico, este trabalho possui como objetivo geral compreender qual o papel do direito e mais especificamente da norma na construção desta percepção que temos, ao menos desde meados do séc. XX, sobre a existência uma fronteira incomunicável que separa de um lado o campo da marginalidade e do subdesenvolvimento e do outro o campo da formalidade, da modernização e do desenvolvimento. Já como objetivo específico, desejamos refletir sobre as formas pelas quais a lei 13.465/2017, que se apresenta como o novo marco legislativo para a regularização fundiária de áreas informais urbanas, reproduz esta noção de informalidade e reafirma a existência de uma alteridade identificada como não cidade e que, portanto, necessita ser integrada.

Metodologia:

Para cumprir os objetivos gerais e específicos estabelecidos, a metodologia utilizada será a revisão bibliográfica que busque cotejar as diferentes leituras que nos auxiliem a compreender a dimensão política da informalidade, bem como o papel do direito nesta engrenagem.

Os dados analisados para especificamente lidarmos com a observação da lei 13.465/2017 serão, para alem do próprio texto legal, o texto da antiga Media Provisória, com sua respectiva exposição de motivos, bem como os diversos documentos institucionais produzidos sobre esta MP, tais como a nota técnica sobre o tema realizada pelo Ministério Público Federal.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As narrativas sociológicas produzidas pelas ciências sociais latino americanas a partir de meados do séc. XX mais do que enxergar a informalidade enquanto uma realidade social já dada que precisava ser observada e compreendida ou mesmo um problema já constituído a demandar soluções via políticas públicas de integração, foram, como explicam Bautés & Maneiro, cruciais para a construção da própria concepção do que é a informalidade, lida enquanto uma fronteira incomunicável que separa de um lado o campo da marginalidade e do subdesenvolvimento e do outro o campo da modernização e do desenvolvimento.

Tanto esta produção teórica atrelada a ideia de marginalidade quanto aquela produzida no final do séc.XX especialmente por agencias internacionais preocupadas com o crescimento e desenvolvimento urbano, conservam a compreensão da informalidade enquanto crise ou um problema que necessita ser superado. Neste sentido, percebemos que não obstante o lapso temporal entre estas duas chaves de leitura, ambas enxergam a informalidade enquanto um fenômeno fundamentalmente negativo. Por outro lado, Ananya Roy também destaca que neste mesmo contexto da virada para o século XXI haverá leituras que, distintamente das posições anteriores, apostam no caráter positivo da informalidade. Um dos expoentes desta corrente será Hernando de Soto para quem a informalidade seria uma resposta criativa das massas pauperizadas diante das inúmeras privações que o Estado é incapaz de suprir.

Apesar destas diferenças, Roy estabelece semelhanças que unem não só as duas perspectivas produzidas no final do séc. XX, como também aquela fabricada em meados no mesmo século a partir do paradigma da integração. Nos três casos, a informalidade é enxergada como um setor apartado da formalidade, cria-se uma relação visceral entre informalidade, marginalidade e pobreza e em nenhuma destas narrativas chama-se atenção para o papel do Estado na produção da própria informalidade. Partindo desta perspectiva, gostaríamos de apresentar duas questões que estruturam o problema fundamental sobre o qual desejamos refletir:

1. Se o direito e mais especificamente a norma jurídica é, assim como as ciências sociais, uma narrativa que constrói a noção de informalidade, como a lei 13.465/2017, enquanto uma norma jurídica, opera e reproduz este mecanismo?

2. Os elementos destacados por Roy que assemelham os discursos que leem a informalidade de maneira negativa e aqueles que a encaram de maneira positiva aparecem na justificativa da lei 13.465/2017 e no seu texto?

A partir da leitura da exposição de motivos da MP 759/2016 que será convertida na referida lei, percebemos que a regularização fundiária, sugerimos a hipótese segundo a qual a noção de informalidade é reiterada por esta norma na medida em que é apresentada como um elemento capaz de impulsionar um ciclo virtuoso para economia e principalmente de levar cidadania a estes territórios informais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Destacamos que o direito assim como a narrativa das ciências sociais, desempenha um papel na (re)produção da informalidade, apesar de enxergá-la como uma realidade objetiva já dada e cristalina para a qual é necessário oferecer soluções normativas. Neste sentido, o discurso produzido tanto pela norma quanto pela teoria do direito, de forma geral, tem sido incapaz de reconhecê-la como um fator ativo e crucial na própria constituição da informalidade. Como resultado, este trabalho deseja contribuir justamente na problematização desta percepção, fazendo com que o campo do direito urbanístico comece a perceber a norma enquanto uma narrativa que contribui para a noção que temos de informalidade.

SESSÃO 3.3.3

O Programa Minha Casa Minha Vida

Coordenação: Adauto Cardoso e Camila D'Otaviano

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
A casa, a escola e o lugar do Minha Casa Minha Vida – o caso de Juiz de Fora (MG)

Autor:
Janaina Sara Lawall e Beatriz de Basto Teixeira. Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora

Código:
DCH016

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho tem como objetivo analisar resultados parciais de pesquisa realizada com diretores de escolas públicas que atendem crianças e jovens moradores de residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Juiz de Fora (Minas Gerais), vinculada ao Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) de 2016, do Ministério da Educação (MEC), e ao Escritório Escola Itinerante da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que investiga relações entre a produção habitacional de interesse social do referido Programa e o direito à cidade. A pesquisa com diretores escolares visava conhecer a relação da escola com seu público, considerando especialmente o acesso e permanência nas instituições de ensino por parte dos estudantes. Os dados revelam que, para além do local de implantação dos residenciais e da localização das escolas em relação a eles, quando há a tentativa de satisfação do direito à moradia, há dinâmicas urbanas e sociais que atuam para a negação de outros direitos.

Metodologia:

Os dados analisados neste trabalho resultam de entrevistas semiestruturadas realizadas com diretores de escolas públicas que atendem crianças e jovens moradores dos quatro residenciais que compuseram a amostra da pesquisa relacionada ao PROEXT 2016/Escritório Escola Itinerante da UFJF. Os residenciais estão entre os quinze construídos no município de Juiz de Fora nas fases 1 e 2 do PMCMV para a faixa 1. A seleção da amostra se deu em função da tipologia da construção (sobrado, casa ou apartamento) e da organização espacial das unidades (condomínio ou loteamento). As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2017 e 2018, após todo um processo de conhecimento dos residenciais selecionados por meio de levantamento físico-ambiental, survey com os moradores, identificação de patologias construtivas e entrevistas com lideranças comunitárias, oferecendo dados com os quais também dialogamos. Esse percurso de pesquisa, que evidenciou elementos de negação de direitos, entre eles o direito à cidade, acabou despertando o interesse de verificar junto às escolas públicas os possíveis efeitos da localização dos empreendimentos habitacionais de interesse social do PMCMV na cidade em relação ao direito à educação.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Como revelam diversas pesquisas que investigam o PMCMV, a implantação do Programa, ao deixar a proposição da intervenção nas mãos do setor privado, em especial das construtoras, permite que os critérios de localização dos residenciais para a faixa 1 restrinjam-se aos interesses do capital privado (principalmente o preço da terra). Decisão que desconsidera o planejamento urbano e habitacional já existente nos municípios e restringe a política pública de habitação de interesse social (HIS) à mera construção de casas, resultando em desprezo ao direito à cidade, à inserção urbana dos empreendimentos habitacionais e à inserção social das famílias beneficiadas nos novos territórios. Ao dar autonomia às construtoras para decidir a localização de implantação dos residenciais, o Programa, em

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

muitos casos, tem negado às famílias beneficiadas o direito à moradia digna conforme apresenta a legislação brasileira, que objetiva promover novos patamares de qualidade de vida e cidadania com o acesso a habitação segura, integrada à cidade e bem localizada em relação aos serviços e equipamentos urbanos. Outro aspecto identificado nas investigações do PROEXT 2016/Escritório Escola Itinerante da UFJF que contribui para a negação de direitos refere-se à atribuição das casas em sorteio sem considerar a região anterior de moradia pelos contemplados e a dinâmica e organização social já existente no território de implantação das novas habitações.

No início da pesquisa com diretores de escolas públicas defendíamos a hipótese de que a distância dos empreendimentos em relação aos equipamentos estaria dificultando e/ou impedindo o acesso à escola. No entanto, ao longo das entrevistas identificamos que não só a distância dificulta e/ou impede acesso à escola, mas outras dinâmicas sociais/urbanas atuam sobre o atendimento desse direito. Entre elas, a "circulação" de famílias entre os empreendimentos habitacionais da faixa 1 do PMCMV que, como consequência, resulta em "circulação de crianças" pelas escolas; a cobrança de "pagamento de pedágio" a adolescentes e jovens para ir à escola situada em território "rival"; e, o impedimento de adolescentes e jovens frequentarem escola situada em território "rival". Esses dois últimos exemplos, de acordo com os entrevistados, estão relacionados com tráfico de drogas. Situações que, ao restringirem os usos do espaço público, negando aspectos importantes do direito à cidade, podem estar dificultando a concretização do direito à educação e agravando problemas já existentes como a evasão e o abandono escolar.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados parciais da pesquisa são relevantes por indicarem que o desenho e a implementação do PMCMV podem estar dificultando a efetivação de outros direitos além do direito moradia. Futuros investimentos em HIS deveriam considerar as dinâmicas sociais e urbanas presentes no território e que envolvem as famílias destinatárias de programas habitacionais, além da ligação da moradia com a rede de serviços e equipamentos urbanos já existentes. O direito à cidade é correlato da garantia de outros direitos fundamentais, não só do direito à moradia. Do ponto de vista dos destinatários do PMCMV, a segurança dada pela propriedade da moradia pode estar fazendo com que eles relativizem a percepção dos direitos que ficam ameaçados pela localização da residência em relação à própria cidade. A atuação do poder público e o planejamento intersetorial são uma necessidade revelada pela pesquisa para realização do direito à cidade.

Título:

Na periferia da periferia: o Minha Casa Minha Vida - faixa 1 nos municípios de menor integração da Região Metropolitana de Natal

Autor:

Beatriz Medeiros Fontenele; Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros. Doutorado, Observatório das Metrópoles /Núcleo Natal - Departamento de Políticas Públicas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Código:

DCH030

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Analisar as peculiaridades do Programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1, em cidades pequenas e médias da Região Metropolitana de Natal/RN, identificando-se sua inserção urbana, tipologias e dinâmicas socioespaciais. Mais especificamente, objetiva-se:

a) Avaliar a inserção urbana dos empreendimentos, verificando os níveis de integração com a malha urbana consolidada e seu papel como vetor de expansão urbana;

b) Verificar as transformações de uso e ocupação do solo dos imóveis, compreendendo as novas dinâmicas instaladas ou a permanência do uso residencial;

c) Identificar as estratégias e motivações dos moradores para as transformações dos seus imóveis, visualizando a cartografia dessas transformações e/ou permanências.

Metodologia:

A pesquisa aqui realizada teve como objeto de estudo os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – faixa 1 implementados nos municípios de baixa integração da Região Metropolitana de Natal, mais especificamente: Ceará Mirim, Monte Alegre, Nísia Floresta e São José. A escala de integração adotada foi produzida no âmbito do INCT - Observatório das Metrópoles, por meio do relatório de pesquisa "Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização". Foram utilizados procedimentos qualitativos e quantitativos, com levantamento de dados e informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Caixa Econômica Federal (CEF), na Fundação João Pinheiro, nos sites das prefeituras dos municípios pesquisados, nas publicações acadêmicas e pesquisa empírica.

A pesquisa de campo, que se integra a uma pesquisa maior - com todos os municípios da RMNatal -, utilizou mapeamento das infraestruturas, serviços e comércios no entorno dos empreendimentos. Nos quatro municípios em foco neste artigo, foram realizadas 180 entrevistas por formulário (perguntas abertas e fechadas), com o cálculo amostral definido pelo Laboratório de Estatística Aplicada (LEA) da UFRN e com sorteio aleatório dos imóveis no Excel. Procedeu-se, ainda, ao mapeamento de uso e ocupação do solo dos imóveis (residencial, misto, serviço, comércio, etc.) e registro fotográfico. Para a execução da pesquisa, os partidos urbanísticos dos empreendimentos foram desenhados no AUTOCAD.

Ao final, os dados foram tabulados em planilhas do Excel e analisados com o recurso de tabelas dinâmicas. As informações com características espaciais foram dispostas em mapas temáticos, utilizando-se as ferramentas Google Earth, Google Maps e ARCGIS – software para Sistemas de Informações Geográficas (SIG) – licença do Observatório das Metrópoles/Núcleo Natal."

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As principais análises sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - faixa 1 têm de modo geral, focos em municípios metropolitanos com grande integração à cidade polo. A proposta deste estudo apresenta uma perspectiva pouco explorada, o outro lado: a dinâmica do PMCMV em pequenos/médios municípios. O pressuposto defendido é de que há produções habitacionais diferenciadas, a depender da estrutura e da dinâmica urbanas. Dessa forma, os pequenos/médios municípios devem ser contemplados na agenda de pesquisa acadêmica para compreensão desses cenários diferenciados da política habitacional.

Foram analisados os empreendimentos localizados em Ceará Mirim, Monte Alegre, Nísia Floresta e São José do Mipibú, totalizando 2.216 unidades, todos contemplados com a tipologia 'casa'. Esses municípios

tiveram sua ocupação urbana atrelada à produção da cana-de-açúcar (CRUZ, 2015), e foram timidamente integrados à dinâmica da urbanização motivada pela industrialização e/ou expansão de serviços. Deles, somente Nísia Floresta e Ceará-Mirim, por possuírem litoral, se inseriram no setor imobiliário turístico. (SILVA, 2010). O rendimento médio desses municípios é de 1,65 salário mínimos, sobrecarregando o déficit habitacional na faixa 1.

Todos os empreendimentos do PMCMV - faixa 1 foram construídos em áreas denominadas rurais (IBGE, 2010), configurando-se como extensores urbanos (SILVA NETO, 1990) ou frente de expansão urbana (RUFFINO, 2015). Em levantamento realizado por Rodrigues (2018), verifica-se que no entorno dos empreendimentos, em um raio de 500m, encontram-se de 47% a 64 das edificações construídas com atividades relacionadas ao comércio e a serviços familiares de pequeno porte ou bodegas – como são denominados no Nordeste do Brasil (DINIZ, 2007).

Em pesquisa coordenada por Medeiros (2018), identificou-se que os empreendimentos aqui analisados apresentam baixo número de locação ou vendas (irregulares) dos imóveis. No residencial Esperança (Monte Alegre), entregue em 2013, 100% dos moradores são os que foram contemplados pelo sorteio da CEF. A permanência dos beneficiários dá-se, dentre outros motivos, pela maior flexibilidade em realizar reformas: ampliação (37,4%), segurança (45,3%), comércio (9,5%), e restauração (7,9%). No Conjunto Manoel Dias, 16,22% dos imóveis apresentam uso misto. As razões para abrir o comércio são a necessidade de ampliar o rendimento familiar (64,4%), o desemprego (20, 3%) e outros (15,3%). Os principais tipos de comércio são mercadinhos (33,9%) e lanchonetes (20,3%), configurando o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008). Moser (1998) defende que essas são estratégias das famílias urbanas de baixa renda para superar contextos de vulnerabilidade, utilizando a casa como um ativo. A cartografia do uso e da ocupação do solo demonstra as diversas utilizações do imóvel e seu terreno, tanto em local de suporte a outras atividades (comércio, serviços, igrejas, etc.), como em sua transformação por completo."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

No contexto pesquisado, a política habitacional do PMCMV - faixa 1 está atrelada a uma dinâmica de uso e de ocupação do solo com exploração quase exclusiva da renda da terra na modalidade absoluta, assemelhando-se à fase de atuação do Banco Nacional da Habitação. Os processos socioespaciais em curso ocorrem com menores níveis de desigualdade interna e a tipologia 'casa' permite novas estratégias para as famílias, com a utilização mista ou transformação total do imóvel. As atividades econômicas identificadas compõem o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008). Atendem às expectativas de suprir as demandas imediatas, realizar o abastecimento de uma população de baixos rendimentos, e são permeadas por relações de trocas comerciais baseadas na "confiança". São essas estruturas comerciais e de serviços que darão suporte aos novos bairros, onde carecem ofertas de serviços de educação, saúde e mobilidade. A cartografia que se visualiza é a da resistência e da possibilidade.

Título:

Dandara e Maria Domitila: conquistas e desafios na produção de habitação na área central de São Paulo via Minha Casa Minha Vida Entidades

Autor:

Adelcke Rossetto Netto, Flávia Tadim Massimetti, Cecília Andrade Fiúza e Juliana do Amaral Costa Lima.
Mestrado, Integra Desenvolvimento Urbano e FAUUSP

Código:

DCH036

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), sub-programa do Programa Minha Casa Minha Vida, foi criado pelo governo federal como resposta à uma demanda dos movimentos sociais organizados de moradia e praticamente congelado em 2017 pelo governo Michel Temer em meio ao crítico panorama político e econômico do país.

O presente trabalho tem por objetivo entender o funcionamento e as dificuldades práticas do PMCMV–E a partir de dois estudos de caso emblemáticos, ambos localizados na área central de São Paulo: o edifício Dandara, retrofit entregue em 2017; e o edifício Maria Domitila com obras em andamento.

Diante do atual cenário de instabilidade política do nosso país e do elevado déficit habitacional ainda sem respostas satisfatórias, o artigo propõe uma análise crítica dos estudos de casos mencionados. Para além das dificuldades e questões do PMCMV-E, busca-se aqui apontar suas conquistas e potencialidades, que dialogava de forma direta com os movimentos sociais de moradia.

Metodologia:

O acompanhamento das atividades da assessoria técnica (arquitetos, engenheiros e assistentes sociais), bem como do movimento de moradia é fundamental para o entendimento do processo de autogestão nos dois estudos de caso analisados.

A presença nas assembleias, reuniões e eventos relacionados aos projetos além de esclarecerem dificuldades, demonstrarem as estratégias utilizadas pelos agentes envolvidos e explicitarem o andamento do processo, ainda nos permite aproximação gradual aos futuros moradores, que aos poucos nos dão relatos valiosos sobre o longo trajeto enfrentado por eles na luta por moradia.

A partir dos relatos e do acompanhamento contínuo dos profissionais da assessoria técnica é possível entender as dificuldades para aprovação e execução das obras dentro do PMCMV, conhecer as estratégias utilizadas por eles para reduzir os custos da obra e observar como é planejado e desenvolvido o trabalho técnico social.

Da mesma forma, o acompanhamento das atividades do movimento de moradia responsável pelos empreendimento, a Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM), explicita as estratégias do movimento nas relações com o governo, as conquistas e também os desafios em continuar viabilizando projetos financiados pelo PMCMV-E.

A aproximação aos futuros moradores, no caso do Ed Maria Domitila, nos permite conhecer as histórias individuais da luta por moradia, a forma de organização na escala familiar para levar adiante essa luta e as expectativas existentes. Já no caso do Ed Dandara, onde as famílias beneficiadas já moram há pouco mais de seis meses, essa aproximação nos permite perceber as relações de vizinhança construídas, as dificuldades enfrentadas na organização condominial, as satisfações e as frustrações presentes após a conquista da casa. Acompanhar esses dois projetos em estágios diferentes nos ajuda a ter um panorama detalhado do processo de forma a subsidiar análises críticas do Programa.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O PMCMV-E destina-se ao atendimento habitacional de famílias de baixa renda organizadas em associações ou cooperativas habitacionais com experiência comprovada na área e devidamente habilitadas pelo Ministério das Cidades

Segundo o Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br), o PMCMV-E tinha como objetivo "atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade". Seria operado "por meio da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora – EO (Associações, Cooperativas, Sindicatos e outros), com recursos provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS." As principais especificidades do programa eram, portanto, a produção de projetos com qualidade e a possibilidade de produção destes em áreas urbanas centrais supridas de infraestrutura, transporte e serviços básicos, críticas mais relatadas no MCMV original (ROSSETTO NETTO, 2017).

A forma de execução da obra também é aqui um diferencial, no MCMV-E a Entidade pode escolher entre quatro regimes distintos de construção: a autogestão por (1) autoconstrução, por (2) mutirão ou por (3) administração direta; ou a (4) cogestão através da empreitada global da obra a ser feita por empresa construtora.

No entanto, tendo em vista que o programa em si é uma adaptação do programa geral e este foi desenhado para o beneficiamento de grandes construtoras e incorporadoras, tanto o movimento social de moradia quanto a assistência técnica envolvidos em processos do PMCMV-E encontram a todo momento diversos obstáculos para a aprovação dos projetos e execução das obras (ROSSETTO NETTO, 2017).

A partir da prática cotidiana na execução do Programa, da análise das demais experiências brasileiras e da metodologia adotada na pesquisa, foi possível identificar quatro gargalos e desafios principais enfrentados pelos movimentos e suas assessorias técnicas para operação do PMCMV-E: (i) o acesso à terra bem localizada e a um custo acessível; (ii) a reprodução de soluções de mercado para empreendimentos de habitação de interesse social; (iii) a obrigatoriedade dos movimentos de moradia em assumirem funções normalmente executadas por empreendedores profissionais (construtoras e incorporadoras); (iv) a alteração do papel histórico das Entidades na luta pelo direito de moradia (D'OTTAVIANO & ROSSETTO NETTO, no prelo).

Os empreendimento estudadas procuram iluminar experiências do PMCMV-E em área central onde, além do direito à moradia, busca-se também o direto à cidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O Dandara, primeiro projeto de reforma em edifício central ocioso aprovado pelo PMCMV-E no Brasil, é um exemplo de produção de unidades habitacionais com qualidade. A análise dessa experiência oferece uma avaliação importante do Programa para os casos de reforma de edifício existente.

O Maria Domitila, um dos últimos projetos aprovados pelo Ministério das Cidades/Caixa, pouco antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff, é um caso de construção em terreno ocioso em área central, ocupado pelo movimento de moradia.

Acompanhar os diferentes momentos de cada projeto e entender suas características particulares possibilita a análise das mudanças ocorridas no Programa, bem como a percepção de repetição e aprimoramento do que foi positivo na primeira experiência agora na segunda, e da reformulação do que foi problemático, sendo subsídio para o aprimoramento do processo de autogestão e na consolidação da busca por oportunidades de moradia de qualidade para famílias de baixa renda.

Título:
Territórios habitacionais populares em Campina Grande: Desenvolvimento Urbano para quem?

Autor:
Lívia Izabel Bezerra de Miranda. Doutorado, Universidade Federal de Campina Grande

Código:
DCH041

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo propõe analisar os processos recentes de produção de territórios habitacionais populares em Campina Grande, a partir de 2003, visando identificar seus impactos na reestruturação da aglomeração e na efetivação do direito à cidade. Busca-se identificar, a partir da produção desses programas, formas empresariais de associações com agentes governamentais, e, em que medida essas articulações configuram coalizões locais. O estudo justifica-se pela significativa importância que a política de habitação social teve no município, no ciclo político lulista e pela premente necessidade de aprofundamento das avaliações precedentes sobre a política habitacional local, que se concentraram, principalmente, em aspectos da inserção urbana, da qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimentos. Nessa perspectiva, pretende-se observar as associações entre o imobiliário e o financeiro, considerando-se a atual tendência a consolidação de um ambiente ultraliberal e conservador.

Metodologia:

O artigo buscará identificar coalizões locais nos campos da habitação e do imobiliário não-residencial; levantar as ações e a atuação dos governos locais, frente à possível retração dos investimentos federais em habitação; acompanhar especificamente as mudanças ou propostas na legislação de usos do solo urbano de forma a observar a pressão de interesses rentistas e a eventual reversão de direitos anteriormente assegurados em planos diretores ou legislações específicas; identificar novas frentes de valorização imobiliária e a sua articulação com empresas no imobiliário residencial e não-residencial. Para tanto vem sendo realizados os seguintes procedimentos: análise de dados estatísticos; Planos e projetos estratégicos, entrevista com agentes locais (governamentais, imobiliários, e representantes de instituições envolvidas ou associadas com os empreendimentos em curso ou planejados]; levantamentos das legislações urbanísticas e suas modificações recentes; entre outros.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No Brasil as crises econômicas e políticas que se sucederam entre os anos de 2015 e 2016 alteraram radicalmente o quadro político nacional, com repercussões significativas nas políticas públicas em curso. No Âmbito da Habitação de Interesse Social programas, como o minha Casa Minha Vida (PMCMV) vêm sendo descontinuado. Desde sua concepção o PMCMV foi marcado pelo duplo papel: na medida em que

buscou responder a demandas de provisão habitacional, também foi estruturado para ofertar unidades habitacionais visando o desenvolvimento econômico. Como destacam os estudos da Rede Moradia e Cidade, na medida em que o programa priorizou o desenvolvimento econômico, o desenho institucional do programa, fomentou as empresas imobiliárias que em grande parte dos empreendimentos foram responsáveis pelos projetos e suas localizações reduziu significativamente a capacidade de regulação dos entes públicos (administrações municipais e Caixa Econômica). Os primeiros sinais, presentes nas novas regras do programa (03/2018), mostram que fomentar a política habitacional como uma política de oferta, ganhará intensidade, na medida em que foram ampliadas as margens de financiamento e inclusão de perfis de renda média no programa. Na faixa 3, o teto de enquadramento subiu de R$ 6,5 mil para R$ 9 mil reais. Pressupondo-se que, na conjuntura atual, as políticas habitacionais tendem a ser descontinuadas e reconfiguradas para fortalecer a expectativa de ampliar as oportunidades de privatização e financeirização dos serviços públicos e de fortalecimento do setor privado, é fundamental observar as reconfigurações locais, tendo em vista seu impacto sobre o direito à cidade e à moradia. Campina Grande é o segundo maior município do estado da Paraíba, com cerca de 400 mil habitantes (IBGE, 2015). O Município recebeu até 20016 mais de 10 mil unidades habitacionais no âmbito do PMCMV. Esse número é superior ao déficit apontado no Plano de Habitação do município, que previa a necessidade de 9,4 mil novas unidades para zerar esse déficit. No entanto, é evidente a provisão não atingiu a população mais carente. Em 2015, através de iniciativa de agentes do setor privado local juntamente a prefeitura municipal, foi elaborado o Plano Estratégico Campina 2035, recentemente regulamentado pela lei nº213/2017. Entre os principais projetos, estão inclusas ações estruturais/físicas e Parcerias Público Privadas (PPPs). Também já foram identificadas novas frentes de valorização imobiliária habitacional. O Portal Sudoeste, que prevê um conjunto de empreendimentos denominados “bairros planejados”. Além desses se destaca o Complexo Multimodal Aluízio Campos que prevê um novo distrito industrial, porto seco, cidade inteligente e complexo residencial. Neste complexo somente os empreendimentos habitacionais foram efetivados a partir do programa MCMV que financiou um empreendimento com 4100 moradias, enquadradas na faixa I do programa.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Em nível local, já foram identificadas propostas de mudanças na legislação de usos do solo urbano, para atender os interesses dos agentes imobiliários locais. Algumas ações previstas no Plano Estratégico de Campina Grande permitem, também observar possíveis respostas a pressão de interesses rentistas. Novas frentes de valorização imobiliária já desenham periferias populares e concomitantemente enclaves de condomínios fechados. Espera-se nesse artigo identificar a atuação de empresas no imobiliário residencial e não-residencial e o impacto dessas ações para o direito à cidade. Enfim, responder a questão: qual desenvolvimento urbano vem se construindo em Campina Grande e como ele fomenta o direito à Cidade para todas as pessoas.

Título:
O Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 na Região Metropolitana de Curitiba-PR
Autor:
Érika Poleto Ferreira. Mestrado, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da UFPR e Bolsista do Observatório das metrópoles no eixo de Moradia
Código:
DCH046

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Identificar e analisar a produção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1 na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), partindo do referencial crítico e teórico do Programa, o volume e padrão da produção na metrópole curitibana, sua adequação ao déficit habitacional, arranjos institucionais e agentes, perfil das construtoras envolvidas, bem como avaliação da inserção urbana dos empreendimentos.

Metodologia:

De modo a compreender a produção habitacional do PMCMV Faixa 1 na metrópole curitibana, organizou-se a metodologia a partir de duas vertentes: a nível analítico, compreendendo os processos teóricos que estruturaram a adoção da ideia do solo e da moradia como uma mercadoria; a nível empírico, como a produção habitacional dessa faixa do Programa colocou em prática esses processos teóricos. O artigo então divide-se em quatro momentos: (i) Revisão do referencial crítico e teórico da política habitacional recente, de modo a fundamentar o problema proposto. Para tanto serão identificados alguns elementos-chave para explicar a relação do mercado imobiliário com o poder público; (ii) Levantamento dos dados referentes ao déficit habitacional e a inadequação domiciliar por domicílio disponibilizados pela Fundação João Pinheiro na RMC, do ano de 2007 ao ano de 2014, observando os dados totais e aqueles que concernem a população com renda mensal de até três salários mínimos (faixa 1 do Programa), a fim de aferir a adequação da demanda definida pelo déficit e sua relação com a produção do Programa; (iii) Identificação dos arranjos institucionais e agentes da produção na metrópole curitibana a partir da compreensão das etapas de implementação e implantação dos empreendimentos, aferição do papel de cada um dos agentes, sejam aqueles associados ao poder público; o setor privado; e o público alvo, moradores, que podem ser desdobrados em demandas individuais atendidas e demandas coletivas oriundas de remoções (fortemente utilizadas na RMC); e (iv) Por fim, o mapeamento e levantamento de dados sobre a produção do PMCMV Faixa 1 na RMC a partir de dados do Ministério das Cidades de 2018, notícias divulgadas pelas prefeituras municipais, Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), assim como levantamento fotográfico, imagens aéreas e entrevista com agentes da produção, a fim de traçar o perfil dos empreendimentos produzidos e das construtoras atuantes.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

No Brasil e no mundo, a necessidade de romper com a produção habitacional em áreas menos valorizadas e urbanisticamente precárias da cidade é imperativa à qualidade de vida da população. A Região Metropolitana de Curitiba, bem como grande parte das regiões metropolitanas do país, apresenta alto índice de espraiamento da malha urbana, muitas vezes acentuado pela inserção insatisfatória dos empreendimentos habitacionais que buscam terrenos de menor preço. O desenho do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) perdurou esse padrão ao definir um modelo de implantação de habitação centrado na concessão de subsídios à produção privada. Dentro do Programa, a construtora é protagonista na seleção de terrenos e proposição de projetos, desta forma a hegemonia da produção habitacional naturalmente reside no mercado da construção civil, que possui um modo de obtenção de viabilidade econômica próprio, visando antes de mais nada o lucro.

O presente artigo trata da política habitacional recente, mais precisamente o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1, com produção entre o ano de 2009 e 2014, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e a confluência entre o mercado imobiliário e o poder público.

A fim de compreender a natureza dos processos e investimentos realizados por todos os agentes envolvidos na produção habitacional social na metrópole de Curitiba, e avaliar seus impactos na cidade, busca-se então responder a seguinte questão: como pode ser avaliada a produção do PCMVM Faixa 1 na metrópole curitibana?

Diante do exposto, partiu-se da hipótese de que se considerados (i) A revisão do referencial crítico e teórico ao Programa; (ii) O levantamento dos dados de déficit habitacional (iii) Desenho do volume e padrão da produção; (iv) Arranjos institucionais e agentes atuantes e, (v) O perfil dos empreendimentos e das construtoras atuantes – então pode-se avaliar que os empreendimentos da Faixa 1 do Programa na Região Metropolitana de Curitiba propagam o padrão desigual de urbanização, apresentado pelo alto índice de espraiamento da malha urbana, onde a população de menor renda é fixada em locais de precariedade urbanística, pouca ou nenhuma diversidade funcional e grande homogeneidade social de seus moradores. Características reforçadas ao longo da história da habitação social em diversas iniciativas de caráter nacional desde o Banco Nacional de Habitação (BONDUKI, 2004; CARDOSO; ARAGÃO, 2013; VILLAÇA, 1986).

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ao relegar a hegemonia da produção de moradias ao mercado da construção civil, o PMCMV estruturou o processo de produção habitacional seguindo o modo de obtenção de lucratividade que é próprio da iniciativa privada, esta que visa antes de mais nada a viabilidade econômica dos empreendimentos. Na RMC, a atuação das empresas privadas da construção civil na provisão habitacional urbana não foi apenas predominante, como exclusiva. Foram entregues seis mil e quinhentas e setenta (6570) moradias entre o ano de 2009 e 2014, todas produzidas pela iniciativa privada, das quais 60% do total realizadas por apenas duas construtoras locais. Como resultado de deixar a produção de moradias ao mercado da construção civil, a viabilidade econômica dos empreendimentos acabou por estruturar todo processo, resultando em má inserções urbanas. O artigo demonstrará a partir da análise da produção desta faixa de renda que a RMC apresenta inserção insatisfatória dos empreendimentos habitacionais.

Título:
Cidade (re)segregada: o direito à cidade a partir da avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 em Sarandi-PR

Autor:
Caroline Gomes Gonçalves e Beatriz Fleury e Silva. Graduação, Universidade Estadual de Maringá

Código:
DCH050

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho tem como objetivo avaliar os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida voltados a faixa 1 (0 a 3 salários mínimos) implantados no já periferizado município de Sarandi, cidade projetada em rede como apoio ao polo, Maringá, com território conturbado desde a década de 1990. Nessa avaliação, foram considerados critérios socioespaciais, como a dinâmica legislativa e imobiliária derivada das implantações, bem como o afastamento dos moradores beneficiários do tecido urbano e a consequente carência de serviços básicos de saúde, educação, lazer, acesso a comércios e serviços e

transporte público. Desse modo, o trabalho dedica-se a estabelecer um panorama sobre a situação atual dos moradores dos conjuntos residenciais do Programa em relação ao conceito lefevbriano de direito à cidade. Juntamente a isso, o trabalho objetivou-se também a investigar possíveis mecanismos entre o poder público e o setor imobiliário, de modo a favorecer a produção mercadológica do espaço.

Metodologia:

Para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente, foram realizadas leituras sistemáticas de trabalhos recentes sobre a temática de modo a fortalecer os conhecimentos sobre a habitação social no Brasil e, especificamente, sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) e seu desenvolvimento em diferentes áreas do país, bem como, sobre a produção do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Maringá, especificamente na cidade de Sarandi. Após a compreensão do contexto pré-existente, foi realizada a coleta de dados primários in loco, por meio de entrevistas com os moradores do bairro do PMCMV (faixa 1) mais recente em Sarandi, o residencial José Richa. Foram entrevistadas 173 das 470 unidades habitacionais, que confere 90% de confiança aos dados coletados. Os moradores foram questionados sobre a composição familiar, nível de ensino, opinião sobre o bairro e os serviços e sobre a unidade habitacional. Essas entrevistas proporcionaram os resultados quantitativos e qualitativos avaliados na pesquisa, e permitiram a interação direta com os usuários do bairro e a experimentação da situação atual, dada pelas visitas ao local. Posteriormente, foram ouvidos os agentes públicos e privados envolvidos na implantação e manutenção do bairro, como a prefeitura, representante de bairro, construtora responsável e assistência social e contrapostas as declarações dos mesmos à legislação urbanística vigente e ao Plano Local de Habitação de Interesse Social elaborado em 2008. Coletadas as informações e tabulados os dados, formulou-se os resultados, traçando comparativos entre o posicionamento dos agentes e a situação relatada pelos moradores, de modo a estabelecer o panorama geral sobre as implicações do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) no município de Sarandi.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Assim como em diversas regiões do Brasil por onde se implantou Programa Minha Casa Minha Vida voltado à faixa 1, em Sarandi, os novos bairros de habitação social provocaram e continuam a provocar modificações significativas nas dinâmicas urbanas e na qualidade de vida dos moradores beneficiários. Houve avanços na produção de habitação recente comparada a de décadas anteriores na cidade. A obrigatoriedade das redes de infraestrutura como asfaltamento e recolhimento de esgoto, modificou positivamente o entorno imediato dos bairros, através de ações como o asfaltamento de vias de conexão, anteriormente não pavimentadas. Contudo, a liberdade de ação do mercado imobiliário e a falta de iniciativa pública para a determinação de instrumentos capazes de qualificar o tecido urbano e a habitação social, resultam na exclusão da parte menos abastada da população, uma vez que a localização das implantações dos bairros é feita de acordo com a disponibilidade de terrenos das construtoras e a prefeitura tem papel único de legalizar o empreendimento. Desse modo, aumenta efeitos como o espraiamento do tecido urbano e a expansão de redes de infraestrutura, enquanto mantem vazios em sua porção urbanizada, intensificando a especulação e diminuindo o direito a cidade dos sarandienses. Além disso, a localização dos bairros nas franjas urbanas, distantes das centralidades, reduz a habitabilidade dos beneficiários. Esses fatores não previstos pelo Programa, ampliam as dificuldades dos habitantes dadas pelas distâncias percorridas para acesso aos serviços básicos, como saúde, educação e aquisição de produtos alimentícios, dificuldades estas ampliadas pela baixa qualidade do transporte público. A distância dos bairros centralidade urbana, acrescida das dificuldades dos moradores para acessar serviços, aumenta o quadro de segregração socioespacial e determina estereótipos negativos para o bairro e seus habitantes. Ainda diante dessa situação, nota-se satisfação por parte dos moradores

por possuirem casa própria. Os beneficiários reconhecem as principais deficiências do Programa, mas ainda se consideram gratos aos agentes políticos locais e federais pela possibilidade da propriedade privada e da segurança trazida pela mesma, reforçando a relação clientelista entre a população e o poder público, derivada do Programa. Ainda que existam dificuldades e complicações cotidianas para os habitantes dos bairros do PMCMV faixa 1 e muitos moradores destaquem que, no caso de uma nova casa própria, gostariam de se mudar para localizações melhores, os residenciais do PMCMV faixa 1 impulsionam o crescimento da cidade em sua direção. As modificações de lei de perímetro, zoneamento e parcelamento que se adequam as intenções do mercado imobiliário, permitem também o crescimento no sentido desses novos bairros, assim como novos usos que modificam definitivamente o tecido urbano.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Conclui-se que, em Sarandi, o PMCMV teve intervenção direta do mercado imobiliário da cidade polo, Maringá, tendo o poder público se adequado as demandas do mesmo. Mesmo que o déficit habitacional sarandiense não tenha diminuído devido a chegada de novos moradores, as implantações do Programa abrigaram 813 famílias, assim como demonstraram avanços frente a produção habitacional anterior. As deficiências do Programa, vistas em outras partes do Brasil, concentram-se principalmente na dificuldade de acesso a serviços e transporte de qualidade, contudo, mediante as dinâmicas de valor do solo, uso e ocupação do entorno imediato, esses bairros tendem a ser incluídos na porção urbanizada, ainda que, para isso, o processo de espraiamento do tecido urbano continue e os vazios nas porções urbanas sigam sendo especulados pelo mercado imobiliário, especialmente o maringaense, enquanto a população de menor renda segue segregada sócio espacialmente aguardando que a cidade a alcance.

Título:
Transformações urbanas e produção habitacional na Região Metropolitana de Goiânia: a terra como limitador a inclusão e ao direito à moradia

Autor:
Elcileni de Melo Borges, Celene Cunha Antunes Monteiro Barreira, Aristides Moysés e Jacira Rosa Pires. Doutorado, Governo de Goiás; UFG; PUC - respectivamente.

Código:
DCH053

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente artigo tem como objetivo evidenciar o conjunto de transformações recentes no espaço urbano da RM de Goiânia, considerando o contexto da globalização contemporânea, com a aproximação do circuito imobiliário e capital financeiro (Harvey, 2012) e o impacto da massiva produção de moradia, a partir da reestruturação da política habitacional brasileira (e da criação dos programas Crédito Solidário, PAC UAP, Minha Casa Minha Vida e MCMV-Entidades), coadunando com a expansão do crédito, dos subsídios e de recursos de fundos estatais direcionados ao setor privado (período pré-crise orçamentária política 2015); o que impulsionou o movimento de entrada de grandes grupos empresarias no mercado local, como as principais Incorporadoras S/A (Tenda, MRV, Goldfarb-PDG, Living, Viver), assim como a adoção de novas estratégias, produtos e instrumentos urbanísticos tipicamente neoliberais, sobretudo, nas áreas periféricas e municípios do entorno metropolitano.

Metodologia:

A metodologia da pesquisa engloba um conjunto de abordagens e técnicas, incluindo: revisão bibliográfica; pesquisa documental (Governo, empresas entidades de classe, peças publicitárias, matérias jornalísticas etc); análise gráfica e imagética (imagem de satélite, levantamento fotográfico e mapeamento georreferenciado, com apoio no uso software ArcGis/ESRI); pesquisa de campo: empreendimentos de "habitação social de mercado" – Faixa 01 e 02 de renda – na totalidade dos 20 municípios da RM de Goiânia, realizada a partir de visitação técnica e diálogo orientado com moradores e representantes de associação de bairros, pautando um conjunto de questões e variáveis pré-selecionas (localização, infraestrutura, saneamento básico, equipamentos urbanos, acesso ao transporte, segurança pública e sustentabilidade ambiental).

A escala de análise adotada, inspirada em modelo apresentado por Shimbo (2015), engloba quatro categorias geográficas: a metrópole, o município, o empreendimento e a unidade habitacional – porém, não se referindo, propriamente, às características e padrões arquitetônicos, mas sim à percepção da habitabilidade e satisfação residencial.

O recorte temporal levou em conta o ano de implementação do primeiro programa federal popular a partir da criação do Ministério das Cidades, que foi o Crédito Solidário (formatado em 2004, mas com início de liberação no ano seguinte), definindo o intervalo de tempo entre 2005 à atualidade. "

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A despeito da intensificação da produção de moradia pelos programas populares recentes, a segregação espacial-residencial evidente desde a construção de Goiânia – a "cidade moderna" (década de 1930), desde sempre protelada nas decisões dos planejadores urbanos, se aprofunda. Com a generalização da lógica mercantil as classes de renda baixa são cada vez mais empurradas para as áreas periféricas, por meio da ação dos promotores imobiliários, promovendo uma completa reestruturação da forma e função urbana-metropolitana da RM de Goiânia, com profundas alterações na sua "paisagem física e social", consolidando um novo padrão de urbanização – "padrão morfológico expandido" (nos termos de De Mattos, 2016), e, sobretudo, o aumento da segregação residencial (problema que orienta a presente investigação), impondo novos desafios à busca de garantia do direito à cidade (e a metrópole).

Os resultados do dinamismo construtivo, que vinha ocorrendo no período recente, podem ser observados em diferentes facetas: produção do segmento econômico de imóveis nas bordas da cidade ("periferização da verticalização" a partir do MCMV/PNHU); modismo de construção de "bairros planejados" para camadas de renda média nas imediações de parques urbanos; intensificação da verticalização alto padrão (life style, mixed use e lajes corporativas) e dos imponentes CHFs, especialmente nos municípios conurbados (a "periferia rica" da RMG); e massiva produção de habitação de interesse social: computando a produção pelos programas públicos (PAC UAP, Crédito Solidário, MCMV e MCMV-E) entre os vinte (20) municípios da RMG, entre 2005 e 2016, chega se a um total de 101 mil unidades habitacionais, observando se algumas tendências: deslocamento para os municípios com menor integração territorial no espaço metropolitano, mas com fortes relações sociais, acesso ao mercado de trabalho e estrutura de serviços estabelecidos no Polo – casos dos municípios Nerópolis (Faixa 2) e Guapó (destaque na produção por Entidades Sociais), ambos com distância média de 30 km de Goiânia, criando um novo padrão de segregação residencial e uma nova periferia, com a produção habitacional em áreas perimetropolitanas.

Como hipótese investigativa assume-se a constatação de que esse deslocamento da habitação social de mercado para áreas perimetropolitanas e municípios do entorno, ocorre em razão do custo dos terrenos

(Lima Neto et. al., 2014), em decorrência da busca empresarial por maior lucratividade, acentuando os processos de segregação social, os usos segregados da cidade, e revelando especificidades marcantes: proliferação de posses urbanas, intenso processo de invasões, ocupações irregulares em áreas verdes, fundos de vale, APP e mata ciliar, comprometendo os recursos hídricos (contribuindo para a grave crise de abastecimento de água no período recente, com o saturamento das duas principais bacias que abastecem a RMG: Rio Meia Ponte e Ribeirão João Leite). "

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Desde a retomada do financiamento público de moradia diversos grupos atuantes na produção com foco no segmento popular aportaram no mercado goianiense, como as grandes Incorporadoras S/A (MRV, TENDA, Goldfarb/PDG, Living, Viver), disseminando novas estratégias e produtos urbanísticos: como o "modelo de edifício de paulistano" ou condomínios-clubes do segmento econômico (Anitelli, 2015), nas bordas da cidade (exemplo do município de Aparecida de Goiânia que teve a área conurbada com Goiânia totalmente verticalizada).

Fica evidente, ainda, que apesar de inserção da chamada "produção social da moradia" nos financiamentos públicos, na medida em que exigem aporte complementar como contrapartida das Entidades Sociais(bens/terreno e/ou serviços economicamente mensuráveis) , as populações de renda baixa são cada vez mais deslocadas para áreas menos integradas à metrópole em vista da ação dos mercadores de terras que, em busca de maior valorização fundiária continuam impondo a periferização.

Título:
A reprodução da periferia e o Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Belém: expansão urbana e a produção habitacional em Belém

Autor:
Roberta Menezes Rodrigues e Queila Pantoja de Araújo. Pós-Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará

Código:
DC105

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho objetiva fazer uma análise dessa produção habitacional em relação à inserção urbana dos empreendimentos do PMCMV no município de Belém para a faixa 1 do programa, avaliando os possíveis impactos dessa produção no que diz respeito ao processo de expansão da malha urbana no município e seus impactos recorrentes, considerando fatores como: acessibilidade e mobilidade, tipologia habitacional empregada, presença de equipamentos comunitários, dentre outros.

Metodologia:

Com informações estabelecidas através da Caixa Econômica Federal (CEF) e das construtoras responsáveis pelos empreendimentos do PMCMV, pôde-se analisar as condições de inserção urbana de um conjunto de empreendimentos, localizados principalmente na região nordeste da área continental do município,

configurando tal área como um eixo de expansão urbana e adensamento, porém apresentando conflitos entre os usos já existentes na região e as diretrizes contidas no zoneamento da cidade.

Problema, hipóteses e principais resultados:

O desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Belém (RMB) para o atendimento da demanda por moradia de interesse social tem resultado em muitos casos na promoção da apropriação da renda fundiária a partir da promoção de empreendimentos em localizações pouco adequadas na estrutura intra urbana dos municípios e da rede metropolitana.

O município de Ananindeua, conurbado à Belém, a princípio recebeu mais empreendimentos na primeira fase do programa na RMB. De 2009 a 2011 foram produzidos em Ananindeua 6.679 unidades. Castanhal e Marituba também receberem uma quantidade expressiva de empreendimentos, a maior parte deles na primeira fase. A partir da segunda fase (2012 – 2015) Belém passa a viabilizar contratações de empreendimentos financiados pelo FAR, e de 2012 a 2015 mais de 10 mil unidades habitacionais começam a ser produzidas no município. Porém, em relação às condições de inserção urbana e da dinâmica de urbanização do município de Belém, os resultados apontam para o aprofundamento das condições de segregação espacial dentro da malha urbana, baseada na produção de novas unidades habitacionais em periferias fragmentadas, sob a forma de uma urbanização desconectada da malha urbana consolidada.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Conclui-se que a estratégia de viabilização dos empreendimentos aprofunda os problemas relacionados ao controle e qualificação das franjas urbanas do município, manutenção de áreas de interesse à preservação e redução de áreas para outros usos como o industrial. Ainda que no contexto metropolitano, a produção em Belém seja mais favorável em termos locacionais, tal produção tende a produzir novos desafios para a qualificação da estrutura urbana da capital.

Título:
O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) faixa 1 e o setor imobiliário em Maringá: retrato de uma coalizão público-privada

Autor:
Rubia Maiara Silva Marcon e Beatriz Fleury e Silva. Graduação, Universidade Estadual de Maringá

Código:
DCH106

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Integrando o projeto INCT/Observatório das Metrópoles ""As Metrópoles e o Direito à Cidade"" – subprojeto ""Direito à Cidade e Habitação"", o presente trabalho tem como objetivo investigar a interferência do setor imobiliário na organização do espaço das cidades a partir do Programa Minha Casa Minha Vida voltado à faixa de 0 a 3 salários mínimos iniciado em 2009 em Maringá, buscando identificar mecanismos através dos quais os agentes imobiliários que atuaram neste Programa se articularam em coalizões locais.

O recorte adotado para esta investigação foi a análise das alterações nas leis urbanísticas do município, observando desde a elaboração dos projetos de lei, decisões do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial e de Habitação, eventos participativos, bem como o atendimento ou não ao preconizado pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) aprovado em 2010.

Metodologia:

A pesquisa possui abordagem qualitativa com tratamento interpretativo sobre o assunto utilizando como táticas para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A análise do objeto de estudo possui um recorte temporal com início em 2009, ano do lançamento do PMCMV e encerramento no ano de 2017.

Nos documentos do arcabouço normativo foram examinadas as legislações urbanísticas de Maringá-PR referente ao período estudado e a atuação das empresas imobiliárias na produção habitacional do PMCMV para a faixa 1 no município. Dentre as leis que foram consultadas destaca-se as seguintes: Plano Diretor Municipal (Lei 632/2006 e alterações), Uso e Ocupação do Solo (Lei 888/2011 e alterações); Parcelamento do Solo Urbano (Lei 889/2011 e alterações); Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) (Lei 565/2005 e alterações); Outorga Onerosa do Direito de Construir (Lei 760/2009 e alterações) e Isenções de Impostos sobre Imóveis Localizados em ZEIS (764/2009 e alterações). Foi também analisado o PLHIS aprovado em 2010, as aproximações ou distanciamentos com as áreas indicadas para instalação de ZEIS e a atuação dos Conselhos de Planejamento Urbano e de Habitação.

Para análise das normativas foi realizada uma leitura flutuante do conjunto de dados de modo a obter uma ideia geral de seu conteúdo. Posteriormente foi realizada leitura minuciosa para identificar elementos chave de acordo com o objetivo do estudo. Para a exibição dos dados serão utilizados mapas e quadros para exemplificar as inferências do estudo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Na sociedade patrimonialista o espaço urbano é um produto que concentra-se nas mãos de uma pequena parcela da população (LEFEBVRE, 2002; MARICATO, 2002). No mercado habitacional o lucro vem sobretudo da especulação imobiliária, evidenciada pela predominância da troca sobre o uso e influenciada por decisões públicas. Assim, a cidade pode ser vista como uma máquina de crescimento que tem como principais participantes os empresários imobiliários que alteram a produção do espaço da cidade ao seu favor (LOGAN e MOLOTCH, 1987).

Como retrato da dinâmica colocada acima, no começo dos anos 2000 se estabeleceu no país uma nova política habitacional e medidas que fortaleceram o setor imobiliário e proporcionaram mais segurança às empresas deste setor. O resultado foi a concentração e reestruturação do setor imobiliário e a ampliação da atuação de grandes construtoras (CARDOSO, ARAGÃO e JAENISCH, 2017). Com a crise econômica de 2008 este setor foi diretamente atingido e o PMCMV lançado em 2009, se colocou como uma medida governamental para mitigar os efeitos desta crise, tendo por objetivo ampliar o mercado habitacional para às famílias de menor renda e aquecer o mercado imobiliário.

Localmente, Maringá-PR vivencia desde sua gênese um processo de mercantilização do espaço urbano que favorece os interesses dos agentes econômicos sobretudo voltados ao mercado imobiliário, vide sua colonização e produção do espaço (RODRIGUES e SOUZA, 2015). A partir da segunda metade dos anos 2000 a crescente produção imobiliária habitacional no município foi impulsionada pelo advento do

PMCMV, trazendo muitas expectativas aos produtores imobiliários e uma acentuação na mercantilização do solo (SILVA, 2015).

Ante ao exposto, situa-se o problema da pesquisa, qual seja, a aproximação entre a gestão local e o setor imobiliário. A hipótese adotada é de que houve alterações legislativas em favorecimento de empresas imobiliárias que empreenderam no PMCMV faixa 1, delineando uma coalizão público-privada.

Após o ano 2000 houve certo avanço urbanístico e tributário referente à implantação de habitação de interesse social no município com a criação de um Fundo Municipal de Habitação, a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social e a aprovação do PLHIS, todavia, o advento do PMCMV em 2009 no município levou à criação e à alteração de leis municipais para a implementação do Programa, permitindo uma produção do espaço que deu prosseguimento à periferização da pobreza. Como exemplo cita-se a alteração paulatina do instrumento de ZEIS no município, a inserção de um empreendimento habitacional fora da área urbana e a isenção de impostos direcionada à empreendimentos habitacionais de interesse social, mesmo que distorcendo a legislação nacional de ZEIS e o PLHIS de Maringá.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados apontam que apesar de nova normativa voltada à produção da cidade, instalação de Conselhos, elaboração de PLHIS e novas leis urbanísticas, não cessaram as alterações nas legislações urbanísticas municipais. Quadro que evidencia a continuidade das ações de uma produção capitalista do espaço no município com predominância de interesses particulares sobre as regulamentações urbanas.

Com grande influência das elites locais sobre as políticas urbanas e habitacionais e na estruturação do espaço urbano, essa herança patrimonialista do modo de produzir o espaço ainda define o urbanismo produzido em Maringá, nas palavras de SILVA (2015), um urbanismo imobiliário. O PMCMV possibilitou mudanças na atuação de promotores imobiliários que rearticularam e atualizaram a reprodução local, criando novas estruturas simultaneamente a manutenção e reforço de outras, influenciando deliberações públicas e direcionando as regulações urbanísticas às vontades da valorização imobiliária.

Título:
Produção habitacional de interesse social e agentes: um olhar sobre a implementação do PMCMV na Região Metropolitana de Natal/RN

Autor:
Glenda Dantas Ferreira. Doutorado, DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Código:
DCH048

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente estudo busca investigar o Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal/RN, visando examinar a produção de interesse social, assim como conhecer os agentes diretamente envolvidos no processo de implementação do PMCMV, suas características e formas de inserção no programa no período de 2009 a 2014.

Metodologia:

Para a análise da produção habitacional de interesse social e dos agentes foram resgatadas entrevistas realizadas com os agentes, assim dados e informações acerca da produção habitacional de interesse social que foram trabalhados inicialmente por Ferreira (2016) em sua tese de doutorado.

A pesquisa desenvolvida por Ferreira (2016) compreendeu o período de 2009 a 2014, o que possibilitou estudar as duas fases do programa. Destaca-se que a pesquisa teve como foco a produção habitacional Faixa 01 na modalidade FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), a qual foi investigada a partir de base de dados disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

Para conhecer esses agentes (estatais e imobiliários) e suas práticas, utilizou-se como procedimento a realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de empresas do setor da construção civil que produziram empreendimentos Faixa 01, com gestores municipais e representante de instituição oficial de crédito, nesse caso a Caixa Econômica Federal.

De modo específico, objetivou-se conhecer os agentes estatais a partir da análise das formas político-administrativa, gerenciais e gestionárias que demarcaram a inserção dos mesmos no ciclo de investimentos do PMCMV. Nessa perspectiva, os roteiros de entrevista foram organizados em blocos temáticos direcionados à identificação das estruturas administrativas, das principais ações na área habitacional e de questões específicas relacionadas à inserção no PMCMV.

No caso dos agentes privados, fez-se uma análise visando conhecer as principais características das empresas que atuaram na produção de interesse social do PMCMV, suas formas de produção e de gestão. Para tanto, delimitou-se um universo formado por nove empresas que atuaram na produção habitacional de interesse social.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, surgiu como uma tentativa do Governo Federal de enfrentar a crise internacional de 2008 e de reduzir o déficit habitacional. Na prática, verificou-se o deslocamento de capitais para o circuito secundário da economia, o que favoreceu a produção e o consumo da mercadoria habitação. Foram criadas, portanto, novas condições para o aumento da oferta de ativos fixos por parte do capital (mercadoria habitação, por exemplo), assim como para o estabelecimento de condições reais para tornar a demanda solvável. Em outras palavras, no processo de implementação do PMCMV, o poder público estimularia o deslocamento de capitais para o circuito secundário da economia, de maneira a favorecer a produção e o consumo da mercadoria habitação.

Desse modo, a definição do PMCMV e o seu processo de implementação na Região Metropolitana de Natal (RMNatal) recolocaram questões de investigação acerca do tema da habitação de interesse social, em um quadro de intensa transformação da área de expansão urbana relacionada à produção habitacional no período recente. Dentre as questões destacaram-se: (a) o papel dos agentes no contexto de produção dos espaços urbano e metropolitano; e (b) a centralidade do circuito secundário do capital no processo de produção do imobiliário, sobretudo no período recente. Destaca-se que os agentes diretamente envolvidos na produção do espaço, de forma geral, e da habitação, em particular, são complexos em sua natureza, ao passo em que possuem distintas capacidades de interferirem nessa produção. A hipótese central deste estudo é que a dinâmica do imobiliário formal, engendrada pelo PMCMV, tem influenciado no processo de organização socioespacial do território e nas condições gerais de produção do espaço urbano e metropolitano a partir do protagonismo dos agentes privados.

Com relação ao PMCMV na Região Metropolitana de Natal, de forma geral, pode-se dizer que diante de um quadro de retração de investimentos em habitação no país, o programa surgiu como uma oportunidade para que os municípios pudessem enfrentar o problema do déficit habitacional. No entanto, tem-se observado que a implementação do referido programa, em diversas cidades e regiões metropolitanas, vem provocando uma gama de efeitos negativos relacionados à arquitetura do programa e às formas de atuação dos agentes, em particular quando se considera o protagonismo do setor privado.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O exame da dinâmica engendrada pelo PMCMV no contexto metropolitano revela que houve, em parte, inovações na base dos interesses econômicos dos capitais imobiliários, tendo ocorrido mudanças nas práticas da rede empresarial pré-existente. Nesse sentido, os agentes privados, por sua vez, introduziram novos processos e produtos nas suas estratégias de atuação. Ampliaram o seu raio de atuação passando a operar em outros municípios metropolitanos.

Na prática, ocorreu o acionamento do mercado de terras para além dos limites de Natal (cidade polo), com uma intensiva valorização desse mercado nas áreas periféricas, assim como uma diversificação da distribuição espacial dos grupos mediada pela renda, fatores esses que catalisaram uma nova etapa do processo de metropolização. Para além dessa nova regionalização por parte das empresas, o MCMV também exigiu, para o acesso aos seus recursos, produtos imobiliários diferentes.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

SESSÃO 3.3.4

Provisão e Financiamento

Coordenação: Renato Pequeno e Suzana Pasternak

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Políticas de habitação em espaços metropolitanos: contingência de ações e negligência de necessidades

Autor:
Paulo Nascimento Neto. Doutorado, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Código:
DCH059

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do artigo é investigar os limites à articulação regional das políticas de habitação em espaços metropolitanos, identificando os principais obstáculos à sua consecução, tendo como objeto de estudo a Região Metropolitana de Curitiba (PR).

Metodologia:

Adotou-se a metodologia de estudo de caso, empreendido na Área Metropolitana de Curitiba, recorte territorial que engloba os municípios integrantes do núcleo urbano central da Região Metropolitana de Curitiba. Utilizou-se como técnicas de pesquisa a análise documental e a realização de entrevistas semi-estruturadas. Para coleta e análise dos dados foi construída uma estrutura analítica de investigação, que guiou o percurso investigativo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A política habitacional tem recebido papel de destaque no meio acadêmico e na gestão pública na última década. Entre avanços e repetições de erros pretéritos, um tema recorrentemente discutido refere-se à omissão da escala metropolitana na consecução das políticas municipais de habitação. A despeito da existência de estudos teóricos abordando a necessidade de articulação, reconhecendo a questão como essencialmente metropolitana e identificando a ausência de mecanismos de arranjos de articulação regional, há uma carência de estudos empíricos a cerca dos motivos pelos quais essa integração não ocorre. Neste sentido, este artigo tem por objetivo investigar os limites à articulação regional das políticas de habitação em espaços metropolitanos, identificando os principais obstáculos à sua consecução. Partiu-se da hipótese que, ao mesmo tempo em que há uma inevitabilidade de articulação regional, os arranjos e instrumentos de planejamento e gestão disponíveis apresentam limitações estruturais que inviabilizam a integração das políticas municipais de habitação nos espaços metropolitanos. Ou seja, entre o discurso e a prática da integração na política habitacional, há uma lacuna intransponível dentro dos marcos legal e institucional vigentes.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos, imersos na conjuntura histórico-institucional do recorte de estudo, corroboram a hipótese estabelecida, revelando um papel decisivo das limitações da estrutura institucional vigente na criação de obstáculos à integração das políticas municipais de habitação, papel este agravado pela inexistência de incentivos seletivos voltados à integração intermunicipal. De forma concomitante, os instrumentos de planejamento não contribuem para superação destes entraves, mas os reforçam, robustecendo a tendência de restrição da atuação no território municipal.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Limites e alcances do atendimento habitacional social no Município de São Paulo

Autor:
Ângela Luppi Barbon. Doutorado, FAU USP

Código:
DCH091

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo trata do atendimento habitacional social através de formas de acesso alternativas à propriedade, já que as discussões mais recentes sobre a questão habitacional na América Latina concluem que soluções únicas não atendem à demanda real, com suas variadas características, de modo que a propriedade não é uma alternativa universal e adequada para todas as famílias.

Partimos do pressuposto de que "recriar cidades" implica necessariamente em reorganizar a forma como se articulam as diferentes dimensões das políticas com impacto nas soluções urbanas locais ou regionais. Concentramos esforços na compreensão dos arranjos institucionais, fontes de financiamento e subsídios, e formas de acesso ao imóvel, que conceitualmente caracterizam as políticas e modelos de habitação social, porque a composição entre estas três variáveis e sua adequação às necessidades que devem ser enfrentadas em determinado contexto é fundamental para garantir a eficácia do atendimento habitacional social.

Metodologia:

Resgatamos as quatro dimensões que conceitualmente caracterizam as políticas e modelos de habitação social: (1) as formas de atendimento, (2) os agentes promotores, (3) os beneficiários e (4) as fontes de financiamento e políticas de subsídio.

Tendo como referência o Município de São Paulo identificamos as transformações observadas ao longo do tempo para cada uma das quatro dimensões utilizando como principais referências bibliográficas Arrigoitia (2015), Blanco, Cibils, & Muñoz (2014), Chamorro (2013), Freitas, Whitehead e Santa Rosa (2015), Gilbert (1998), Harahan, Sanders e Stone (2006), Hulse (2002), Lewis (2013), Prefeitura Municipal de São Paulo (2014a) e Rolnik (2012) além de dados secundários sobre a produção habitacional ao longo dos anos 2000.

Este quadro teórico, acompanhado das informações sobre o perfil da demanda por habitação social e da produção para atendê-la, permite uma visão objetiva dos limites e alcances das políticas praticadas abrindo perspectivas para a análise de soluções alternativas.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Apesar das necessidades habitacionais da população de baixa renda não serem plenamente atendidas houve uma contínua busca por soluções e, nos últimos anos, a integração de recursos de diferentes esferas de governo, e até mesmo privados, tem sido cada vez mais frequente.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

No caso do Município de São Paulo, os grandes empreendimentos habitacionais em glebas de baixo custo com unidades completas ou apenas embriões, executados por empreitada ou em regime de mutirão, consolidaram-se ao longo dos anos conforme foram sendo supridos os primeiros obstáculos de sua inserção urbana com a disponibilização de infraestrutura, equipamentos públicos, comércio e serviços. Contudo, não foram suficientes para suprir quantitativamente a demanda e, sob o aspecto qualitativo, ainda se observa nestas áreas a deficiência na efetiva inserção e inclusão sociais.

A inadimplência do financiamento e das taxas relativas ao imóvel, o repasse do direito de uso a terceiros, com o retorno dos beneficiados a condições habitacionais inadequadas, e a gestão ineficiente do patrimônio edificado com seus reflexos negativos no território urbano são exemplos de fatores negativos recorrentes nestes casos e que podem estar associados à ausência de uma visão abrangente do atendimento habitacional.

Tanto o padrão de novas unidades em áreas periféricas quanto a inadimplência e a gestão ineficiente continuam recorrentes nas experiências mais recentes, como no caso dos empreendimentos viabilizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. A inadimplência do aluguel e taxas de condomínio e as dificuldades de gestão são também problemas enfrentados por alternativas como o Locação Social.

A urbanização de assentamentos precários e informais, que também tem tido prioridade como ação pública, só faz sentido quando acompanhada por políticas de acesso ao mercado formal de terras e moradias que previnam a recorrência e adensamento das ocupações irregulares.

Cabe destacar que há inúmeros agentes, públicos e privados, envolvidos em atividades, programas e ações voltados à inserção social; contudo, a falta de integração dificulta o acesso pelo usuário final do conjunto aos meios dos quais ele poderia dispor para melhoria de sua qualidade de vida, em seu sentido mais amplo.

Por outro lado, são evidentes as lacunas que precisam ser ultrapassadas no que diz respeito à operacionalização das ações. Uma destas lacunas diz respeito a descontinuidade dos programas, que dificulta inclusive a consolidação e manutenção de um corpo técnico capacitado para gerir determinados programas. Os subsídios à demanda também têm seu foco e eficácia prejudicados pela ausência de acompanhamento contínuo e sistematizado dos beneficiários e a rigidez orçamentária inviabiliza atividades corriqueiras como despesas ordinárias de manutenção nos empreendimentos do parque de Locação Social.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

De todos estes problemas elencados sobre o atendimento habitacional social no Município de São Paulo o principal é não haver distinção clara entre atendimento habitacional e transferência de renda, não havendo, portanto, definição objetiva das atribuições de cada conjunto de órgãos setoriais. E, neste contexto, a análise de arranjos possíveis entre as quatro dimensões que caracterizam as políticas e modelos de habitação social (as formas de atendimento, os agentes promotores, os beneficiários e as fontes de financiamento e políticas de subsídio) para soluções alternativas à propriedade é elemento fundamental do debate.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:
Área central e a habitação social

Autor:
Débora Sanches e Angélica Tanus Benatti Alvim. Doutorado, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie

Código:
DCH107

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem como objetivo divulgar a experiência da produção de empreendimentos de habitação social, construídos com recursos do poder público (nas esferas: municipal, estadual e federal) para a área central de São Paulo, que é marcado por importantes iniciativas de programas habitacionais. Tem como ponto de partida um levantamento realizado no âmbito de uma ampla pesquisa que sistematizou empreendimentos habitacionais, construídos na área central da cidade de São Paulo no período de 1990 a 2012.

Metodologia:

O artigo é fruto de uma pesquisa ampla desenvolvida na Tese de Doutorado "Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo-1990 a 2012" (2015).

A produção de habitação social na área central do município de São Paulo no Brasil, realizada pelo poder público, entre os anos de 1990 e 2012. Os projetos contribuíram para maior apropriação pelos moradores e cumpriram os objetivos do Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001, garantindo a função social da propriedade. Os exemplos que serão ilustrados a partir de fotos e mapas de localização demonstram a diversidade de soluções como: retrofit de imóveis vazios, construção em terrenos subutilizados públicos e construção em áreas no próprio local da moradia precária, garantindo sempre a pré-existência.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A questão habitacional representa um dos mais graves problemas sociais no município de São Paulo, a estimativa dos dados do IBGE de 2017 é de 12.106.920 de habitantes. Conforme dados do Plano Municipal de Habitação de 2016 (em aprovação na Câmara Municipal), são identificados na cidade de São Paulo: 445.112 domicílios em favelas; 385.080 domicílios localizados em loteamentos irregulares; 80.399 domicílios em cortiços; 15.905 pessoas em situação de rua; coabitações são 103.664 domicílios (habitações com mais de uma família); ônus excessivo com aluguel são 187.612 domicílios. O diagnóstico do plano identificou mais de 1 milhão de famílias morando de forma precária na cidade de São Paulo.

Esta questão da falta de moradia digna para os trabalhadores está presente desde o final do século XIX na cidade de São Paulo, mesmo se transformando na primeira metade do século XX na maior e mais importante metrópole brasileira, passa a ter um papel importante na economia nacional por sua grande concentração de riqueza.

Apenas nas décadas de 1970 e 1980, conforme Ghon (1991), os movimentos sociais de moradia se organizam para lutar e pleitear pelo acesso às melhorias urbanas, à moradia, e nas áreas periféricas a

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

regularização de loteamentos. A luta na região central foi marcada pelas reivindicações dos moradores de cortiços, contra as altas taxas de luz e água, contra os despejos sem aviso prévio, contra os abusos dos intermediários e pelo direito de permanência em regiões dotadas de infraestrutura e trabalho. Entendem-se como a busca ao direito a moradia digna e à cidade em sua amplitude (LEFEBVRE, 1968).

Assim, a retomada dos ideais da Reforma Urbana da década de 1960, acontece em 1985, após a redemocratização do país quando diversos atores se articulam, particularmente os movimentos sociais e entidades na luta pela inclusão deste tema na nova Constituição Federal de 1988. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana, em 1986, luta por uma nova ética social, que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos, onde a desigualdade social e a lógica da segregação espacial são fortemente criticadas.

As propostas da política habitacional da Superintendência de Habitação Popular (Habi) de São Paulo, na gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992) tinham intenções ideológicas baseadas na diminuição da segregação sócio espacial e integração à cidade legal, buscando inverter a lógica até então praticada, com a implantação de conjuntos habitacionais em vazios urbanos da cidade. Um laboratório de experiências participativas na produção habitacional que refletiu na formação das importantes Assessorias Técnicas.

Deste modo, a partir desta experiência, destacam-se ações publicas que foram importantes para a requalificação da região central do município de São Paulo, com iniciativas de reabilitação e renovação urbana.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Algumas ações contribuem para fixar a população no centro, como a aprovação de algumas leis importantes aprovadas pela Câmara Municipal as quais estabelecem instrumentos para o desenvolvimento urbano e social da área central, como a Lei Moura 10.928/91 que cria diretrizes de melhoria nos cortiços, Operação Urbana Centro 12.349/97, Plano Diretor Lei 13.430/02, as ZEIS, Planos Regionais Estratégicos e Zoneamento Lei 13.885/04.

Verifica-se que a participação dos movimentos de moradia da área central contribuíram para a demarcação das ZEIS 3 no PDE de 2002, e para a concretização dos empreendimentos de habitação social com apoio das assessorias técnicas, pressionando o poder público para a concretização e implementação de instrumentos urbanísticos que viabilizam uma cidade mais justa e equilibrada.

Título:
Do BNH ao PMCMV: uma análise espaço-temporal dos programas/projetos habitacionais desenvolvidos em Campina Grande – PB e a negação do Direito à Cidade

Autor:
Caline Mendes de Araújo e Alexandre Sabino do Nascimento. Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal da Paraíba

Código:
DCH126

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Geral: Analisar as contradições da atuação do Estado e do mercado na concepção e execução dos programas habitacionais (Do BNH ao PMCMV) na cidade de Campina Grande, a partir da abordagem da habitação enquanto valor de uso e/ou valor de troca, levando em consideração a negação do Direito à Cidade nesse contexto.

Específicos:

Identificar os principais projetos/programas habitacionais na cidade de Campina Grande, do período de ação do Banco Nacional da Habitação ao Programa Minha Casa Minha Vida;

Analisar o papel e as ações históricas dos agentes produtores do espaço em diferentes escalas no processo de provisão da habitação popular;

Compreender o papel da contradição entre valor de uso e valor de troca presente no bem de consumo ligado à habitação e sua relação com a negação do Direito à Cidade.

Metodologia:

Quanto à metodologia optou-se por uma pesquisa do tipo qualitativa. Sendo que para a avaliação dos programas/projetos e políticas públicas necessitou-se avaliar dados (variáveis) estatísticos secundários, fazendo uma triangulação entre pesquisa qualitativa e quantitativa, sabendo que as duas não se excluem mutuamente. Quanto ao objetivo da pesquisa a mesma é do tipo explicativa entendendo a mesma com base em Gil (2007) como aquela centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos, sendo a relação espaço e tempo fundamental neste tipo de pesquisa. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos e principais fontes de dados do presente estudo, apresentam-se como principais os seguintes procedimentos e fontes: 1. Levantamentos bibliográficos em livros, teses, dissertações acerca da temática; 2. Análise de documentos históricos visando historicizar as intervenções estatais no que se refere à moradia em Campina Grande; 3. Mapeamentos dos principais conjuntos habitacionais construídos na cidade; 4. Registros fotográficos dos empreendimentos; 5. Levantamento de dados em sites e órgãos estatais e oficiais sobre os programas/projetos habitacionais desenvolvidos na escala local e nacional.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Problema: A produção de habitação popular no Brasil historicamente tem sido realizada, em partes, através de políticas habitacionais estatais, via financiamento público e ação do mercado imobiliário, gerando contradições que impediram o acesso à moradia por parte das famílias mais pobres. Essa dinâmica perversa e excludente vem intensificando os entraves relacionados à negação do Direito à Cidade. Nesse sentido, qual o papel do Estado e do mercado no que se refere às contradições relacionadas à concepção e execução dos programas/projetos habitacionais (do BNH ao PMCMV) na cidade de Campina Grande?

Hipótese: A hipótese da pesquisa é que os programas/projetos habitacionais a partir da década de 1970 vieram da necessidade maior, do Estado e do mercado, de resolver crises econômicas e favorecer agentes do mercado imobiliário local, e menor de erradicar ou reduzir, para níveis aceitáveis, os problemas relacionados ao acesso (permanência) das famílias mais pobres à moradia digna e ao direito à cidade.

Principais resultados: Ao analisar alguns dos principais projetos/programas habitacionais da cidade de Campina Grande foi possível verificar que: 1. Apesar de beneficiar algumas famílias pobres, esses programas/projetos apresentaram-se como insuficientes no que se refere aos aspectos quantitativos, tendo em vista que grande parte das unidades habitacionais foi destinada a grupos com maior poder aquisitivo em detrimento de famílias que constituíam a principal demanda, fato ligado as suas parcas possibilidades de acesso ao crédito e a mercadoria casa; 2. A produção dos conjuntos habitacionais teve como destino áreas mais afastadas do centro da cidade e dos seus respectivos "efeitos úteis de aglomeração", gerando um processo de periferização e "espraiamento" da cidade. Esse fato deu origem a uma série de problemas tais como: precarização das condições de trabalho e vida dos moradores desses conjuntos habitacionais (ligada a dificuldades em sua mobilidade); difícil acesso a equipamentos de uso coletivo; aumento da violência urbana nos locais, entre outros; 3. A geração de custos de oportunidades ligados aos processos de periferização e espraiamento da cidade, que impediram o aproveitamento das possibilidades de uso dos efeitos úteis de aglomeração e das vantagens da centralidade já existentes nas áreas mais centrais – passíveis de serem adquiridos com o apoio e realização da produção de habitação de interesse social no centro - fato que gerou novas demandas de urbanização nas periferias; 4. O aumento da especulação imobiliária nas áreas intermitentes entre o centro da cidade e os conjuntos habitacionais tem dificultado ainda mais o acesso à habitação por parte da população de baixa renda da cidade; 5. O uso do fundo público ligado a financiamento dos projetos imobiliários tem sido mais útil ao mercado imobiliário e seus agentes do que privilegiado o acesso à moradia como valor de uso e direito social.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Sobre a relevância dos resultados e principais conclusões, destaca-se os seguintes aspectos: Foi possível desvendar os papeis desenvolvidos historicamente pelos agentes implementadores desses projetos/programas habitacionais a respeito do fracasso dessas intervenções frente aos objetivos preconizados em sua concepção; A negação do Direito à Cidade pode ser verificada através da concepção e consecução desses programas/projetos; Constatou-se vários males causados pelo processo de periferização ligada a construção desses conjuntos habitacionais; historicamente tem se verificado a transformação da moradia em mercadoria, contrariando os princípios legais, beneficiando prioritariamente os agentes privados nesse processo; A transformação da moradia em mercadoria dificulta/impede o seu acesso por parte de parcela significativa da população, visto que as intervenções estatais vinculam-se ao mercado e apresentam-se como contraditórias quanto à concepção e execução dos programas habitacionais.

Título:

Análise do desempenho do Fundo Municipal de Habitação na política habitacional de São Paulo no período 2003 – 2017

Autor:

Thiago Mattoso Mitushima. Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Código:

DCH133

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A pesquisa tem como objetivo compreender a atuação do Fundo Municipal de Habitação - FMH na política habitacional do município de São Paulo desde a instituição do Conselho Municipal de Habitação, na qualidade de órgão colegiado responsável pela gestão e fiscalização dos recursos do fundo e pela elaboração de programas e planos referentes à habitação, em 2003, até o ano de 2017. Desta maneira buscam-se entender quais foram as principais mudanças ocorridas ao longo do período, que fatores influenciaram estas mudanças e quais são seus impactos, observando o desempenho do FMH no contexto dos investimentos em habitação no município de forma mais geral, bem como as influências de órgãos e programas em outras esferas de governo (Ministério das Cidades, FNHIS, Programa Minha Casa Minha Vida, etc.). Pretende-se também estudar os programas e projeto/atividades financiados pelo fundo ao longo do período, observando a evolução destes e compreendendo-os no espaço da cidade.

Metodologia:

A metodologia consiste na análise dos quadros de despesas disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo, observando os valores empenhados na função habitação como um todo e especificamente no Fundo Municipal de Habitação, qualificando as despesas por sua classificação, fontes de recursos e projeto/atividades, com a finalidade de gerar agregações em gráficos e tabelas que demonstrem o desempenho do FMH durante o período analisado. Analisar as características dos programas financiados pelo fundo bem como sua distribuição na cidade também se mostram relevantes para um entendimento mais completo acerca do tema.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Fundo Municipal de Habitação foi criado em 1994 como um fundo voltado ao atendimento de famílias de rendas baixas, tendo como órgão operador a COHAB-SP e órgão promotor a SEHAB. O fundo tinha potencial para centralizar os investimentos em habitação no município, no entanto não é o que se verifica. Em 2003 a criação do Conselho Municipal de Habitação busca tornar mais participativa a gestão dos recursos do fundo e elaboração de seus programas e projetos, no entanto a maior parte dos recursos destinados para habitação estava vinculado a SEHAB e uma porcentagem baixa para o FMH, ao longo do período a criação de outros fundos que investem em habitação e a entrada de outros órgãos nos gastos referentes à função mantiveram o FMH em uma posição marginal nos gastos em habitação. As hipóteses levantadas para tal problema são as decisões políticas tomadas pelos gestores no direcionamento dos recursos para os órgãos, desviando da necessidade de aprovação do gasto pelo Conselho Municipal de Habitação, a burocracia na gestão e operação dos recursos por parte da COHAB-SP e a pouca intervenção do conselho acerca deste assunto. A pesquisa encontra-se em andamento, com previsão de finalização em novembro de 2018, no entanto alguns resultados já podem ser expostos, como a verificação da composição dos recursos do fundo revelando que grande parte de seus recursos são de retorno dos próprios investimentos ou de receitas vinculadas, verificou-se a ligação deste fato com a visão de gestão presente na COHAB-SP, a baixa quantidade de recursos de fonte do tesouro municipal reitera a pequena importância dada ao FMH e a baixa quantidade de recursos de fontes federais demonstra que a expectativa que se tinha com a criação do FNHIS, de uma política habitacional com mais autonomia dos municípios através da criação de fundos de habitação fiscalizados por conselhos de habitação, não se concretizou, sendo os repasses do governo federal ao FMH pontuais. Além disso, o impacto do Programa Minha Casa Minha Vida no FMH e, com mais clareza, na política habitacional do município como um todo se mostra claro, tendo a redução dos recursos do tesouro municipal na função habitação e no FMH e a queda da produção de novas habitações por parte do município como seus principais impactos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão de grande importância para o entendimento das condicionantes que fizeram com que o FMH permanecesse em uma posição marginalizada no que diz respeito aos recursos investidos em habitação no município de São Paulo. O objetivo final da pesquisa é apresentar os dados coletados para o Conselho Municipal de Habitação, fornecendo uma base de dados para que os conselheiros eventualmente possam interferir neste quadro, entendendo o Fundo Municipal de Habitação como um órgão com características favoráveis e importantes para assegurar investimentos constantes em habitação e com potencial da participação do conselho na construção de uma política mais participativa.

Título:
O Fundo Público na era da dominância da valorização financeira: o caso do FGTS.

Autor:
Luciana de Oliveira Royer, Vitória Oliveira. Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP) / Faculdade de Direito (FDUSP)

Código:
DCH141

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Discutir como o Estado brasileiro, especialmente por meio do FGTS, vem apoiando a expansão do capital financeiro na produção do espaço e quais os impactos dessa racionalidade na definição de políticas públicas.

Metodologia:

1. Revisão bibliográfica de estudos atinentes ao tema do financiamento habitacional, fundos públicos, capitalismo financeirizado e leitura de bibliografia específica referente ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

2. Levantamento de dados primários, como documentos oficiais tanto produzidos pelo FGTS - a exemplo de demonstrações financeiras e relatórios de gestão, relatórios de ações e resultados e plano estratégico -como produzidos por outros órgãos públicos e legislação referente ao crédito e financiamento habitacional.

3. Análise da governança exercida pelo Conselho Curador e das políticas internas do Fundo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O estudo sobre os fundos públicos e provisão habitacional tem se mostrado fundamental para compreender o processo de dominância do capital financeiro no país.

A utilização dos recursos dos chamados fundos parafiscais, o SBPE e o FGTS, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tem importância crucial no debate sobre o assunto. Em especial o investimento do FGTS, fundo que historicamente tem conseguido atingir parte da renda média e parte da baixa renda no crédito habitacional e é responsável por importantes investimentos em infraestrutura urbana.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Desde 1998, o FGTS vem também dando lastro para operações típicas de mercado de capitais investindo continuamente em títulos de base imobiliária. As contratações efetuadas com recursos do FGTS para compra desses títulos acabaram por alavancar esse mercado no país, constituindo-se em um mecanismo gerador de uma liquidez mínima para seu funcionamento. O FGTS acabou se tornando um importante player desse mercado, no contexto da inserção do Brasil no capitalismo

financeirizado. O acompanhamento dos investimentos do Fundo, voltados para a valorização e retorno financeiro do investimento, a crise de recursos fiscais para investir em política habitacional e as tendências desses investimentos nos próximos anos no contexto da crise econômica vivida pelo país são objetos de investigação da pesquisa ora em andamento.

Importante ressaltar que o padrão de financiamento da política habitacional brasileira está centrado no crédito lastreado na captação de poupança, tanto voluntária quanto compulsória e pouco no repasse de recursos orçamentários de origem fiscal. A habitação acabou virando um excelente pretexto para o discurso da alocação de recursos do Sistema Financeira de Habitação na promoção de produtos imobiliários em geral, por meio do ambiente financeiro mais flexível do Sistema Financeiro Imobiliário. O que chama atenção, em especial para o propósito deste estudo, é o crescimento desse mercado e o aumento significativo dos recursos que estão sendo movimentados em uma série histórica relativamente recente."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A partir das leituras dos documentos oficiais, tomamos o FGTS como paradigma da centralidade que o Estado, em seus diferentes níveis e por diferentes formas, assume nos processos de mudanças no setor imobiliário no atual estágio do capitalismo dominado pelas finanças. Os sofisticados instrumentos de securitização e financiamento, concebidos a partir do final dos anos 1990, disseminam-se e ganham relevo em meados da primeira década do século XXI, apoiados na modernização do marco regulatório em um contexto macroeconômico favorável, com redução de taxas de juros e ampliação da disponibilidade de crédito mediada pelo poder público.

Título:
O canto das sereias: imagens do habitar na cidade de São Paulo sob o capitalismo financeiro

Autor:
Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro, Dr.Fábio Lopes de Souza Santos. Doutorado, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Código:
DCH017

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Esse artigo propõe prolongar o pensamento de Henri Lefebvre e desvelar sua potência para o século XXI com o objetivo geral de iluminar a cotidianidade na cidade de São Paulo dominada pelo consumo dirigido de representações do habitar que povoam o imaginário social, estimulam o consumo por meio de um aparelho econômico-ideológico que cria o senso comum, sob o contexto do neoliberalismo e da financeirização. Para a construção desse arco reflexivo torna-se necessário desdobrar esse objetivo geral

em mais três objetivos específicos: 1) investigar a dinâmica do marketing imobiliário a partir dos anos 1990; 2) compreender as "imagens do habitar" ancoradas no investimento contínuo em inovação e branding das incorporadoras paulistanas e 3) discorrer sobre as condutas das subjetividades do sujeito que paralisam sua atividade participante na cidade.

Metodologia:

Para o desenvolvimento dos objetivos mencionados, a abordagem metodológica desse artigo reunirá pesquisa documental, publicações específicas do setor imobiliário paulistano, veiculadas em revistas (Marketing, VGV, Meio e Mensagem, Exame) e jornais (Estado de São Paulo e Folha de São Paulo) e uma pesquisa de caráter etnográfico, com visitas dos autores nos estandes de vendas de lançamentos imobiliários, sites, redes sociais das empresas, eventos e congressos na área de marketing (Conecta Imobi 2016, 2017, 2018). Na esteira de Henri Lefebvre nossa intenção nesse artigo é tecer teoria e prática para instigar uma reflexão crítica para o século XXI do habitar na cidade de São Paulo. As visitas, leituras e participações em congressos de marketing irão desenhar os principais pontos de vista dos agentes do setor imobiliário. Com nosso trabalho de campo observamos que as representações do habitar, no imaginário social, tratam de uma trama complexa de imagens com o uso de diversas plataformas midiáticas. Essas imagens proporcionam "experiências únicas" e associações positivas na mente do consumidor da mercadoria habitacional, sinalizando novas relações sociais e modos alienados de se viver as cidades. A adoção dessa metodologia pressupõe a construção de uma periodização do tempo histórico apta a identificar descontinuidades no conceito de consumidor e na gestão das incorporadoras, ao mesmo tempo, que parte imersão dos autores na realidade urbana para a seleção dos objetos empíricos que serão utilizados nesse artigo: o lançamento imobiliário Square Ipiranga da incorporadora Gafisa, o lançamento Jardim das Perdizes da incorporadora Tecnisa e o conceito de tempo[2] desenvolvido pela incorporadora Vitacon. Assim, pretendemos responder aos nossos objetivos e problematizar as representações contemporâneas do habitar que negam o direito à cidade e favorecem uma espécie de "cidadania mercadológica" em consonância com os novos modos de reprodução do capital.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Para elaboração de nosso artigo se coloca o seguinte problema: de que forma as imagens do habitar aderidas aos valores do mercado incentivam a produção da alienação do direito à cidade? Assim, partimos da hipótese que o marketing, atualmente, representa a essência do empreendimento imobiliário, pois por sua capacidade de fixar sentidos e ideologias, atua tanto na formação de opinião pública como no imaginário social. Como a habitação caracteriza-se como uma mercadoria complexa, de alto custo, que conta com uma jornada de compra longa, as imagens do habitar na contemporaneidade cumprem as funções de acelerar as vendas, atrair, rendas, investimentos financeiros, ou mesmo, um novo público-alvo e com isso possibilitar a valorização da terra urbana de um determinado empreendimento imobiliário. Essas imagens planejadas pelo marketing permitem compreender práticas materiais na sociedade, modos de se viver as cidades, sem qualquer possibilidade da irrupção do novo ou do inesperado, a partir do consumo dirigido, estrategicamente programado. Concomitantemente, observamos nos lançamentos imobiliários, na cidade de São Paulo, um investimento significativo das empresas na construção de "iscas" para a visitação no estande de vendas, sem relação direta com o produto a ser comercializado, como por exemplo: espetáculos musicais, feiras gastronômicas, circo, construção de museu tecnológico, espaços para compras, projetos colaborativos, concursos culturais, etc. Essas imagens traduzem uma gênese de aspirações por parte da sociedade de modos de vida vinculados ao sistema econômico, à política com olhos voltados unicamente para o mercado e a cultura no século XXI. Diante dessa perspectiva, verificamos na articulação de nossa pesquisa de campo e documental, a criação nas empresas de uma

cultura para a inovação que necessita investimento constante em capacitação profissional e na tecnologia. Então, estreitar a relação da empresa com os consumidores e agregar valor aos produtos e às marcas tornam-se estratégias centrais da comunicação mercadológica. As mutações nos modos de representação do habitar representam mudanças significativas que ocorreram na produção de cultura, no mundo do trabalho, nos modos de acumulação do capital, principalmente a partir do advento do neoliberalismo e da integração entre o mercado imobiliário e de capitais. Tal quadro exigiu um posicionamento mais agressivo por parte das empresas imobiliárias que entre 2005 e 2010 aumentaram significativamente seus volumes de lançamentos justificados pelas novas exigências dos acionistas por rentabilidade em curto prazo. Todavia, em momentos de crise do mercado imobiliário, os investimentos em imagens perpetuam-se, tornando-se mais refinados na busca por vantagens competitivas entre as empresas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Refletir criticamente sobre o papel das imagens do habitar na contemporaneidade torna-se relevante, pois, aponta para a perda da experiência concreta do homem no mundo. A partir de nosso trabalho de campo nos ambientes criados pelo marketing imobiliário, verificamos um significativo investimento das incorporadoras paulistanas na criação de "conceitos" para o habitar. Com a abstração desses conceitos, representada com imagens esteticamente produzidas, o concebido passa a se impor apagando a vocação natural da cidade de transformar-se em "obra". No livro A presença e a ausência, Lefebvre estabelece uma crítica às representações, sobretudo quando assumem o lugar do vivido promovendo a produção da alienação. Então, confrontar essas imagens é tarefa para os arquitetos, assim como, construir lugares de presença, onde o mundo das representações se impõe como real.

Título:
Produção e Promoção Imobiliária na Região Metropolitana de Natal: lógica dos agentes entre 2011 a 2016.

Autor:
Huda Andrade Silva de Lima e Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva. Doutorado, UFRN

Código:
DCH027

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Processos de expansão da mancha urbana na Região Metropolitana de Natal, na última década, foram fortemente influenciados pelo avanço da incorporação imobiliária – produção residencial formal. Para além dos projetos Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, outras urbanizações extensivas ocuparam o território da Metrópole Funcional de Natal (Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz), desenvolvidas por empreendedores formais e suas diversas operações – aquisição de terra, concepção de produtos (adaptados às áreas periféricas), formas de financiamento, definições de preço de oferta, entre outros. Neste trabalho buscamos apresentar um quadro descritivo e a análise dessa produção metropolitana, destacando o perfil dessas empresas e empreendedores, suas estratégicas comerciais e de dinâmica urbana, revelando os efeitos territoriais dessa expansão e um quadro mais detalhado da promoção imobiliária entre os anos de 2011 e 2016.

Metodologia:

No geral, realizou-se uma pesquisa documental e censitária por meio da coleta de informações de Registros de Incorporações – do período de 2011 a 2016 – disponibilizados pelos Cartórios de Registros Imobiliários dos municípios da MF. Como é público com significativas informações sobre a promoção imobiliária, optou-se por utilizá-lo para a construção do banco de dados que consta sobre: a) o empreendimento – endereço, número de edifícios por empreendimento, número de pavimentos por edifícios, número de unidades habitacionais (UH) por edificação, áreas, custos do metro quadrado, da UH e global da obra; b) o promotor – CNPJ, endereço, remuneração do construtor e do incorporador; c) o lote – data de aquisição, proprietário anterior, área, preço de compra. A partir da análise desses dados, selecionou-se as cinco incorporadoras com maior atuação no mercado imobiliário local – de unidades habitacionais, apart-hotel, flat e lotes – e se realizou entrevistas com os representantes: i) da empresa local, Ecocil Incorporações; ii) das regionais, Colmeia e Moura Dubeux; iii) da incorporadora nacional, MRV; e, iv) da empresa argentina, Mirantes da Lagoa.

Para tais entrevistas, elaborou-se um roteiro de perguntas gerais e em determinados casos houveram questionamentos específicas, referentes: i) a configuração da recente formação e produção empresarial das incorporadoras, em função tanto do conteúdo quanto de suas combinações e dos diferentes modos de atuar nas cidades; ii) o balanço das formas de promoção, a partir da mercadoria a ser oferecida; iii) os modos de aquisição de recursos financeiros – por fundos de investimentos e financiamentos – para construção do empreendimento, por ser considerado no sentido amplo, a base econômica do processo produtivo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Os sítios afastados da intensa dinâmica imobiliária da RMN – como os municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz – revelam transformações do solo rural (ou semirrural) em urbano a partir do espraiamento da oferta de novos lotes, casas e apartamentos; consolidando padrões de expansão da periferia e da ampliação do estoque de imóveis residenciais em ocupações com ausência de qualificação de equipamentos urbanos, redes de infraestrutura urbana e serviços compatíveis a demanda dos usuários.

Já, nas regiões com ativo processo de verticalização como as áreas centrais de Natal e as suas localidades limítrofes aos municípios referidos anteriormente intensificam a densidade populacional e sobrecarregam o sistema de infraestrutura/ serviços urbanos. Ao longo dos últimos 15 anos, o desenho resultante da atuação dos agentes imobiliários – construtores, investidores, usuários e poder público – potencializa e repercute na ocupação do tecido urbano por novos empreendimentos imobiliários residenciais da RMN e gera o debate sobre a questão: como ocorre as recentes atuações dos incorporadores imobiliários envolvidos no arranjo do processo de produção em massa de domicílios da Metrópole Funcional entre os anos de 2011 e 2016?

Os papéis dos diferentes incorporadores na promoção imobiliária e no processo de transformação urbana da MF apresentam diversidades e especificidades na lógica de funcionamento, nas perspectivas de redução do risco de investimento, nas novas articulações com a financeirização e nos métodos da comercialização do produto. No geral, identifica-se a variedade de incorporadoras conduzidas por promotores-construtores que direcionam as atividades imobiliárias para um mercado alvo definido e, de modo específico, dentre as cinco empresas com maior número de registros – de unidades habitacionais, apart-hotel, flat e lotes – verifica-se um perfil de promotores e investidores com atuações no mercado imobiliário financeiro.

Além disso, identifica-se constantes buscas de estratégias dos incorporadores que permitem o domínio e o fortalecimento do mercado imobiliário local, tanto pelas incorporadoras nacionais quanto pela reestruturação das locais. Nota-se que os promotores acompanham as tendências de gestão de grandes grupos nacionais, com maior foco no negócio imobiliário – no financeiro – do que na lógica de construção. Apesar do volume relevante de registros de imóveis dessas empresas (27% do total), grande parte se constitui de estruturas flexíveis, organizada em diretorias estratégicas com capacidades de acompanhar e coordenar todo o processo de produção e de comercialização dos empreendimentos. Nessas organizações evidenciam-se os esforços no sentido de ampliar as condições de competitividade e as mudanças nas relações de produção. Tal como, a atuação em diversas localidades da Metrópole Funcional que possibilita a formação complementar de reservas de terras, mas Natal segue sendo o local privilegiado dos investidores.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Constata-se que a promoção imobiliária da MF é um conjunto de incorporadores voltados à produção do espaço construído, que procuram influir no funcionamento do mercado, no valor dos imóveis, nas decisões sobre investimentos públicos e privados. Esse conjunto de promotores e seus parceiros institucionais, financeiros e do setor público fazem da cidade uma espécie de organização de tipo empresarial voltada a aumentar o volume de seu capital por meio da intensificação da utilização da terra e da valorização imobiliária.

De modo geral, a investigação contribui como instrumento norteador para planejar o ordenamento territorial, de acordo com a política urbana e metropolitana da região. Como também, continua a série de coleta de dados e análises anteriormente realizadas por integrantes do Observatório das Metrópoles/ Núcleo Natal, que vêm acumulando informações sobre a produção imobiliária em Natal desde 1967 – ano da primeira incorporação registrada nos Cartórios de Imóveis – até 2010.

Título:

Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no Sul da Europa e na era digital

Autor:

João Seixas, Simone Tulumello e Giovanni Allegretti. Doutorado, "João Seixas, CICS.NOVA Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa
Simone Tulumello, ICS-ULisboa Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Giovanni Allegretti, CES Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; School of Architecture and Planning, University of the Witwatersrand, África do Sul

Código:

DCH062

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho desenvolvido é proveniente de projectos de investigação distintos, mas que têm como enfoque diversas dinâmicas e tendências com estrutura sistémica comum. O texto proposto para apresentação será publicado, após convite, no número especial de comemoração dos 20 anos da Cadernos Metrópole. O trabalho reflecte sobre as principais condições e pressões contemporâneas existentes na cidade de

Lisboa, uma metrópole em profunda transição e que ao procurar sair de uma forte crise económica – acompanhada por políticas de austeridade impostas quer ao nível nacional como Europeu – se encontra agora numa nova fase de dinamismo económico; sem porém resolver verdadeiramente as suas novas e as antigas estruturas de desigualdade sociais e territoriais. Um enfoque mais concreto do trabalho é feito sobre a estruturação dos movimentos sociais urbanos de nova índole na cidade, e sua potencial maturação, no que poderá influenciar, e de que formas, as futuras configurações sociopolíticas na cidade.

Metodologia:

O texto é principalmente constituído por uma reflexão crítica a partir de experiências e pesquisas desenvolvidas em vários projetos e na participação em redes de investigação e activistas. O nosso argumento desenvolve-se por seis secções, cada uma envolvendo metodologias de recolha de informação e de consequente análise, desde as bases bibliográficas e no cruzamento interpretativo com projectos científicos de enfoques similares (sobretudo no Sul da Europa) à análise de dados e de informação primária e secundária. Em primeiro lugar apresenta-se o contexto político e económico português em transição, sobretudo perante o novo período de "fim da austeridade" desencadeado com a mudança de governo em 2015. Seguidamente sistematizam-se as caraterísticas principais dos sistemas e mercado de habitação em Portugal. A apresentação destas características afigura-se essencial para a compreensão, em terceiro lugar, das transformações dos últimos anos decorridas em Lisboa e, como tal, apresentadas, por sua vez, em relação com o contexto metropolitano e nacional. Em quarto ponto, focaliza-se a atenção sobre os novos movimentos sociais que emergem na conjugação das novas condições sociais e urbanas com as evidentes pressões sobre o sistema de habitação, numa área que os autores consideram poderá tornar-se charneira para as potenciais alterações políticas na cidade. Em quinto lugar, analisa-se com maior reflexividade o campo das políticas e seus potenciais movimentos de abertura e de ausência bem como as contradições inerentes nas respostas às dinâmicas políticas e dos próprios movimentos sociais. Finalmente, num sexto e conclusivo ponto deste texto – que se assume "em movimento" – reflecte-se de forma mais transversal sobre as possíveis tendências perante esta cidade em plena fase de vertiginosa transição sociopolítica.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Uma conjugação de fenómenos, crescentemente interligados e provenientes de uma economia urbana em profunda transformação desde pelo menos o início da década de 2010, parecem convergir cada vez mais para uma situação de charneira política – de política urbana, seguramente, mas também de política económica e mesmo de modelos mais globais de progresso. Ao mostrar os recentes impactos no mercado imobiliário e da habitação em Lisboa, provindas da conjugação de transformações globais com políticas e evoluções de base local, reflecte-se em torno das transformações de tempos longos nas paisagens e estruturas socioespaciais de todo um sistema urbano.

Sendo esta evolução de Lisboa evidentemente específica, esta enquadra-se, no entanto, nos padrões de evolução mais globais dos modelos de desenvolvimento e de progresso e da nova economia, bem como das mutações nas influências urbanas decorrentes de processos em evidente carência de capacidade de acção e de regulação política.

Não obstante as reformas e estratégias mais recentes fomentadas pelas autarquias de Lisboa – no que poderia sobrelevar as ópticas de um novo municipalismo, inclusive sustentado em redes reconhecíveis com outras cidades Europeias – as suas instituições encontram-se ainda relativamente longe de um razoável reconhecimento destas novas exigências políticas. Apesar de uma relativa dinâmica de base institucional, a sua conjugação com as enormes forças reestruturadoras e disruptivas de nova ordem

mostra que a cidade e a sua 'capacidade política municipal' não mostram estar bem preparadas para uma ampla defesa dos seus bens comuns.

Este desfasamento tem acentuado as pressões ideológicas e mesmo de exigência interventiva, por sobre novos movimentos urbanos. O que poderia fomentar o alicerçar de um municipalismo sustentado em novos princípios comuns, tal como tem sucedido noutras cidades Europeias. Mas em Lisboa esta correlação é ainda ténue. Verifica-se uma crescente inter-relação destes movimentos com alguma parte dos poderes políticos autárquicos, mas ainda de forma muito pouco assumida. Na verdade, uma das maiores áreas de clivagem situa-se na ainda acentuada inadequação ou mesmo desconforto por parte das esferas públicas locais perante os movimentos urbanos e suas reivindicações de base crescentemente transversal.

No nosso entender, será justamente nestes pontos de relacionamento, entre estruturas institucionais em difícil reconfiguração e movimentos cívicos relativamente frágeis mas em estruturação, na hipotética formação de novas políticas locais de espectro mais colaborativo e mesmo co-governativo, e ainda perante desafios de largo espectro e stakeholders de influência global; que residirá parte decisiva dos elementos políticos chave para o futuro próximo da governação de Lisboa.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Analisam-se as tendências diferenciais no campo das políticas, e seus potenciais movimentos e capacidades de alteração, a par das contradições inerentes aos próprios movimentos sociais. A recente história da Lisboa, em profunda e desequilibrada transição é, no nosso entender, um caso paradigmático das crescentes disputas entre novos modelos pseudoliberais de desenvolvimento urbano e a paulatina formação de suas contestações.

As dinâmicas analisadas são "tendências pesadas" que exigem a reconfiguração das estruturas de conhecimento sobre a cidade e seus sistemas sociais e ecológicos. E, por conseguinte, a reconfiguração dos espaços e accionamentos políticos na cidade. Perante a fractalização da vida urbana – e da política urbana – será essencial a reconstrução de novas narrativas políticas; sustentadas em princípios de direito e ordem comum – no direito à cidade, à habitação e à vida urbana, nos direitos sociais, nas questões ecológicas e ambientais – para todos os territórios urbanos.

Título:
Centralização do Capital no imobiliário: estratégias das grandes incorporadoras na produção do espaço da metrópole paulistana na expansão e crise

Autor:
Maria Beatriz Cruz Rufino, Rafael Alves da Silva, Artur Tadeu Paulani Paschoa e Hudynne Helena Guimarães Lima. Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP

Código:
DCH073

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Esse artigo tem como objetivo geral analisar o processo de centralização de capital nas grandes incorporadoras, suas trajetórias e estratégias particulares de produção imobiliária na Região Metropolitana de São Paulo nos períodos de expansão (2007-2013) e crise (2014-2017).

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

a) problematizar as especificidades da indústria imobiliária (frequentemente lida como "atrasada") frente à indústria tradicional a partir da análise crítica da produção das grandes incorporadoras na RMSP no século XXI;

b) analisar como a estrutura societária (capital aberto, em transição e fechado) impacta a atuação das grandes incorporadoras no território paulistano, bem como seus respectivos desempenhos na produção;

c) discutir o processo de "financeirização" da produção imobiliária, entendendo sua compreensão para o contexto de expansão e crise, analisando as mudanças nas estratégias das empresas e as implicações na produção do espaço metropolitano.

Metodologia:

Mobilização de bibliografia que dê o aporte teórico necessário e faça a mediação entre os processos gerais do atual modo de acumulação capitalista com predominância financeira e seus desdobramentos na mobilização do espaço a partir do imobiliário no território da Região Metropolitana de São Paulo, ressaltando as especificidades deste desdobramento no caso brasileiro.

Análise crítica através da organização e sistematização dos dados disponibilizados pela Embraesp acerca das unidades habitacionais e dos valores gerais de venda dos empreendimentos, por cada incorporadora elencada, lançados entre os anos de 2000 e 2017 na Região Metropolitana de São Paulo;

Elaboração de mapas a partir dos dados citados caracterizando a expansão da atuação geográfica das incorporadoras na metrópole paulistana entre os períodos de 2000-2006, 2007-2013 e 2014-2017 e mostrando os processos de concentração/centralização como parte do movimento de metropolização do espaço.

Levantamento da trajetória, estrutura societária das 23 incorporadoras estudadas e histórico de produção (unidades/ano) antes e após 2006, ano em que fazem seus IPO's – caso das incorporadoras que abriram capital na Bolsa de Valores – ressaltando as mudanças ocorridas em seus modelos de governança quando passam a adotar as práticas do Novo Mercado da Bovespa. Faz-se também a distinção entre as empresas que pulverizam suas ações no Mercado e as empresas que abrem seus capitais, mas mantém o controle acionário nas mãos das famílias fundadoras. Há também o caso das empresas que não abriram seus capitais na Bolsa, mas adotam práticas de gestão afinadas com este mercado. Há também um terceiro grupo de incorporadoras que, apesar de não abrirem capital na Bolsa, se capitalizam através de investimentos de fundos financeiros específicos. Tal diferenciação se faz necessária para compreensão da atuação territorial, dos números de produção e tipos de produtos imobiliários colocados no mercado por seguimentos econômicos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O artigo se desenvolve como parte da pesquisa "Incorporação Imobiliária e Metropolização: Centralização do capital na produção do espaço em São Paulo (Fapesp 2015-2018), que procura articular o debate sobre

as transformações na produção imobiliária, evidenciadas a partir de meados da primeira década do século XXI no Brasil, com o processo de reconfiguração metropolitana.

A pesquisa foca na atuação das 23 maiores incorporadoras, selecionadas a partir do volume de produção no período em que se constatou grande expansão e maior articulação da produção imobiliária com as finanças. No caso brasileiro a penetração e o crescente domínio do capital financeiro estão relacionados à sofisticação dos novos instrumentos financeiros vinculados ao imobiliário, ao aprimoramento dos marcos regulatórios, à forte mobilização do Estado na organização de financiamentos e subsídios e ao consistente processo de centralização do capital nas grandes incorporadoras. A centralização do capital descrita como processo geral, aparecerá no território da metrópole paulista através da crescente concentração da produção imobiliária. Entre 2000-2006, as 23 maiores empresas eram responsáveis por 25% dos empreendimentos lançados e 37% do número de unidades. Entre 2007-2013, as 23 maiores empresas passaram a concentrar 41% dos empreendimentos e 57% das unidades. Apesar de apresentarem trajetórias muito específicas, o conjunto da produção dessas empresas foi determinante na definição de novas fronteiras imobiliárias e de novos produtos marcados por escalas cada vez maiores.

Essa percepção é o ponto de partida desse artigo onde procuramos aprofundar a problematização sobre o conceito de centralização do capital, e suas especificidades na indústria imobiliária, a partir da trajetória das 23 maiores empresas, que por diferentes estratégias (abertura de capital, fusões, articulação com fundos de private equity e fundos de investimentos) viram seus volumes de produção aumentarem substancialmente, apresentando, entretanto, resultados bastante diferentes. Nossa hipótese é que as particularidades da reprodução do capital no setor impuseram flexibilidade muito mais ampliada aos processos de centralização do capital, permitindo oportunidades de investimentos ao capital financeiro tanto via empresas como via empreendimentos, as quais são renovadas e transformadas também no curso da crise que se evidenciará a partir de 2013.

Mais do que classificar as empresas e produtos em grupos específicos essa proposta ambiciona identificar diferentes trajetórias de centralização do capital, e suas implicações na produção do espaço metropolitano, ampliado o debate sobre os significados de uma suposta financeirização da produção do espaço.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A forte intensificação dos investimentos imobiliários evidenciados nas duas décadas do século XXI tem sido determinante nos processos de reconfiguração das metrópoles implicando em aumentos expressivos nos preços imóveis e ampliação das desigualdades. Um olhar particular sobre os agentes envolvidos nesses processos e suas estratégias particulares são mobilizadas como meio de ampliar a compreensão sobre esses processos gerais dando significação objetiva as dinâmicas de financeirização da produção do espaço. Embora apresentem estratégias específicas e formas particulares de articulação com o capital financeiro, a produção imobiliária dessas grandes incorporadoras na RMSP mostra a permanência da flexibilidade na produção imobiliária organizada sob um novo patamar de centralização do capital, impondo ainda que de maneira descoordenada a crescente mercantilização e privatização do espaço.

Título:

O Orçamento Público e a Política Habitacional desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo

Autor:

Lucas Piaia Petrocino. Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Código:

DCH154

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo tem como objetivo analisar o orçamento público e os valores destinados a programas habitacionais desenvolvidos pelo Estado de São Paulo. Procura-se analisar a sequência histórica do montante orçado em políticas públicas habitacionais, ao longo do recorte histórico de 2000-2014, ao analisar exclusivamente o orçamento do Governo do Estado e dos municípios escolhidos da Região Metropolitana de São Paulo, sendo eles Guarulhos, São Bernardo e São Paulo. Propõe-se analisar se a comunicação entre as leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) e a implementação de programas habitacionais ativos. Também se propõe a analisar a transparência com que os municípios da RMSP disponibilizam suas leis orçamentárias em plataforma virtual, para que fique evidente as deficiências. O Objetivo final é concluir se há uma relação real entre o orçado e a produção do espaço, uma visão crítica da relação entre leis e concretudes.

Metodologia:

O artigo faz referência a uma pesquisa de iniciação científica, resultando em revisão bibliográfica e análise dos principais dados demográficos e socioeconômicos da RMSP, e também se refere à continuidade da pesquisa desenvolvida em artigo posterior. O enfoque se deu por meio da análise da execução orçamentária, ano a ano, a origem e captação desses recursos e resultados dessa aplicação. A metodologia consiste em exemplificar com análises orçamentárias e gráficos que indicam a evolução da destinação de recursos para Habitação, em função, subfunção e programa, nas rubricas orçamentárias, podendo observar por exemplo a própria evolução de programas habitacionais ao longo do recorte histórico. Realizou-se análise de execução orçamentária dos três municípios mais ricos da Região, como mencionado São Paulo, São Bernardo e Guarulhos, os mais populosos, e os que possuem mais informações disponíveis em plataformas virtuais, leis orçamentárias completas com todos os anexos necessários, além do próprio Estado de São Paulo. Buscou-se entender como se constitui o funcionamento e estruturação da alocação de recursos, analisar a sequência histórica destes valores e compreender a estruturação financeira das políticas públicas habitacionais, sob a institucionalidade da Secretaria Estadual de Habitação. Foram realizadas entrevistas com funcionários dos respectivos braços operativos da Secretaria, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e da Agência Paulista de Habitação Social, além de análise do Plano Estadual de Habitação, do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista, e do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Para se averiguar a transparência das leis orçamentárias em ambos entes federativos, desenvolveu-se uma série de diagramas, neste tema para todos os 39 municípios da RMSP, onde é possível observar diretamente quais leis estão disponíveis em determinados anos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

O problema que é tratado no artigo se subdivide em categorias. Um é a falta transparência dos entes federativos em relação à dados e leis orçamentárias; outro é o montante real destinado à política habitacional, bastante estagnado em níveis reduzidos no âmbito do Estado de São Paulo, entre 0,7 e 1,4% do orçamento total; observa-se a escolha por linhas e modalidades de política habitacional que centralizam-se majoritariamente na produção de unidades, portanto programas de urbanização de favelas concretamente não tem o mesmo pelo no orçamento; observa-se a princípio uma grande dificuldade prática de ter acesso a dados que indicam valores de obras, e mais ainda ao tentar relacioná-las com as leis orçamentárias. Levanta-se hipóteses em cada um dos temas, como a ausência de infraestrutura digital e institucionalidade em pequenos e médios municípios da RMSP; a baixa priorização que o Governo do Estado direciona seus recursos para habitação por contar majoritariamente com Parceria Público-Privadas; a aparente opção por políticas midiáticas e eleitoreiras em oposição à urbanização e melhorias habitacionais; e a desconexão entre órgãos estatais responsáveis por orçamento e por gerência de projetos. Ao estudar o orçamento do Governo do Estado, observa-se que possui as diretrizes e programas bem planejados e alinhados com os grandes conceitos de diminuição da precariedade, além de possuir um orçamento de grande arrecadação. Pela revisão bibliográfica e entrevistas feitas, também observa-se a dificuldade do Estado de realizar processos participativos com os beneficiários e de atuação em escala metropolitana muitas vezes devido a legislação municipal. Fica clara a importância de iniciativas como os Fóruns do PDUI, centrados na problemática da Região Metropolitana, para solução de problemas de maneira holística, política habitacional junto com ambiental, legislação que permita a incidência do Governo do Estado, que terá participação fundamental na consolidação dessas políticas, realizando a interlocução entre CDHU, COHAB (que trabalha em âmbito metropolitano) e secretarias de habitação de cada um dos 39 municípios da Região Metropolitana. A análise de dados traz reflexões interessantes, sobre como a organização orçamentária e operações contábeis são alteradas no orçamento ao longo das gestões, com valores destinados à Habitação alocadas em rubricas de Saúde, por exemplo, um dado até cultural. Dados sobre montantes comparados, por exemplo, indicam que o município de São Bernardo no ano de 2007 fixou a despesa no orçamento em um ápice de 12,26% para Habitação, e mesmo em outros anos a proporção foi maior do que outros municípios. Encontra-se uma convergência proporcional entre São Paulo, Guarulhos e Governo do Estado no ano de 2005, com valores próximos, não ultrapassando 1,40%, enquanto São Bernardo experienciou um Orçamento Participativo com profundas implicações. Dados assim indicam a relevância da pesquisa para análises comparativas e proposições novas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Conclui-se que o orçamento estadual e municipal se organizam de maneira semelhante e foram aprimorados, desde o início com a Lei de Responsabilidade Fiscal, até os tempos atuais. Mudanças organizacionais modificaram as rubricas orçamentárias, até chegarem na estrutura Função, Subfunção, Programa e Ação para despesas com as rubricas mais recentes, de onde foi possível fazer a seleção de estudo sobre programas relacionados à Subfunção 482-Habitação Urbana, que também demonstraram modificações. Ao analisar a série histórica de investimentos por linha programática, percebe-se que as despesas com habitação urbana nos municípios não vão além de 6% da despesa total, algo confirmado pelas profissionais da CDHU, reiterando a necessidade de política urbana integrada entre municípios, estado e união. A conclusão é relevante por materializar críticas históricas e ser possível analisá-las para propor soluções. Observa-se também que não há qualquer conexão formal entre orçamento e espaço construído.

SESSÃO 3.3.5

Movimentos de Moradia e Direto à Cidade
Parte 1

Coordenação: Camila D'Otaviano e Renato Pequeno

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:

As Dinâmicas do Engajamento Político na Luta pela Moradia: Um Estudo de Caso Sobre a Ocupação Solano Trindade (MNLM-DC-RJ)

Autor:

Lidiane dos Anjos Matos. Mestrado, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)

Código:

DCH011

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A Ocupação Solano Trindade é uma ocupação do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLM), situada desde 2014 no município de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e na qual pretende-se construir 105 unidades habitacionais. Além dos coordenadores, militantes e famílias inscritas, o projeto da Ocupação conta com a assessoria técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os objetivos deste trabalho centram-se na compreensão: (i) da integração das famílias com os projetos político e arquitetônico-urbanístico (iii) das nuances da relação entre MNLM com UFRJ, Prefeitura, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Ministério das Cidades, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Caixa Econômica Federal (CEF); (iv) do contexto dos governos petistas e do PMCMV - Entidades na reconfiguração de táticas e estratégias de luta do Movimento; e (v) dos métodos adotados pelo Movimento em prol da conscientização dos moradores.

Metodologia:

Este trabalho baseia-se em estudo de caso, de viés etnográfico e antropológico, realizado durante os anos de 2015 e 2018. Além das reuniões do curso de formação da assessoria técnica, observamos sistematicamente a interação dos moradores, militantes e coordenadores do Movimento nos mutirões, confraternizações e vivências agroecológicas. Através de conversas informais e entrevistas semiestruturadas, delineamos as trajetórias dos participantes do projeto, as formas pelas quais dão sentido aos seus respectivos cotidianos e acontecimentos mais importantes em suas vidas, dentre os quais destacam: (i) dificuldades financeiras; (ii) despejos e desapropriações; (iv) conversão religiosa; (v) maternidade; e (vi) o encontro com a luta por moradia através do MNLM. Ademais, a imersão de 6 meses na Ocupação foi essencial para estabelecermos relações significativas, estas que conferiram legitimidade e fidedignidade aos relatos recolhidos.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A escolha de uma ocupação urbana em Duque de Caxias mostrou-se como uma tentativa de acrescentar-se os estudos que pretendem visibilizar outras formas de organização e engajamento no município de Duque de Caxias e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A Ocupação está inserida em um contexto de governos petistas, de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2016), considerados de esquerda e que propiciaram relações dialógicas com vários movimentos sociais a partir da criação de fóruns, conselhos, conferências, secretarias, superintendências e ministérios. No quesito das questões urbanas e habitacionais foram criados: Ministério das Cidades (2003), Programa Crédito Solidário (2004), Lei Federal 11.124 de 2005, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (2009).

Ademais, o MNLM defende a Reforma Urbana e o Direito à Cidade não somente enquanto direitos, mas enquanto valores que precisam ser transmitidos em prol da transformação de indivíduos em militantes do Movimento. Sendo a formação político-pedagógica aquilo que permite ao Movimento a existência continuada da luta por moradia digna não só no espaço, mas também no tempo; já que os indivíduos "alienados", "ignorantes" e "individualistas" precisam ser conscientes: (i) dos processos de expropriação e exploração que os colocam em condições de miséria, pobreza e desemprego; (ii) de se reconhecerem uns nos outros através de símbolos, práticas e discursos, e assim promoverem coesão, unidade e identidade na "resistência" e no "enfrentamento"; (iii) da capacidade de formulação de projetos de moradia enquanto projeto de cidade e de sociedade, fundamentados nos preceitos de autogestão, associativismo e cooperativismo, sobretudo, na geração de renda e de trocas econômicas favoráveis aos trabalhadores.

Em nossa pesquisa evidenciamos dois grupos – Universidade e Movimento Social – que são conscientes do seu lugar do mundo e possuem um conjunto de práticas e discursos de racionalização e transformação do meio social, concebendo a Ocupação Solano Trindade enquanto exemplo vivo da realidade concreta e da realidade idealizada; uma vez que se coloca a constante reconfiguração entre o material e o tangível, o sonhado e o imaginado. A análise dos núcleos, laboratórios e pós-graduações nos fez perceber, que a Universidade tem a luta pela Reforma Urbana e Direito à Cidade enquanto projeto político e para tal possuiu uma série de estratégias concernentes aos seus modos de atuação. Portanto, a Universidade para além do caráter tecnicista e profissionalizante compõe-se como um campo de disputas – técnicas, discursivas, epistemológicas, políticas e orçamentárias –, definindo-se, desta feita, não somente em termos de conhecimento científico, como também de engajamentos que realocam socialmente sua posição no mundo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Das categorias utilizadas pelo Movimento e pela Universidade, pedagogia foi aquela que primeiro se evidenciou em meio às problematizações do espoco teórico. Contudo, observamos que nem Movimento ou Assessoria possuem uma pedagogia enquanto teoria formalizada. Sendo no mais o ato de transmitir valores e produzir entendimentos mútuos junto às famílias através de um conjunto de ensinamentos e aprendizados básicos. Os coordenadores do Movimento antecipam que a não adequação ou cumprimento dos valores do MNLM é algo de certo modo esperado, e por isso acreditam que a rotatividade entre as famílias é algo natural em um projeto de luta por moradia. Em um primeiro momento, tínhamos como certo que o processo de formação político-pedagógico transformaria necessariamente os moradores da Ocupação em militantes; o que não se confirmou. Isso porque existe entre os moradores uma série de níveis de engajamento, passando por momentos de maior ou menor envolvimento.

Título:

O direito à moradia e as insurgências do cotidiano vivido no Guarituba (Piraquara/PR): potencial de transformação por uma sociedade mais justa?

Autor:

Liria Yuri Nagamine. Mestrado, Observatório das Metrópoles - Núcleo Curitiba

Código:

DCH023

Resumo:

Objetivos do trabalho:

OBJETIVO PRINCIPAL: Discutir os resultados obtidos na investigação sobre a relação dialética existente entre a cotidianidade e o planejamento urbano realizada em pesquisa no bairro do Guarituba/Piraquara (PR), à luz das insurgências observadas no cotidiano vivido pela comunidade para o enfrentamento de suas condições precárias de sobrevivência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - apresentar as contribuições da pesquisa no aprofundamento de visões e perspectivas para atuação no planejamento urbano, em especial no campo da habitação de interesse social; - relacionar teoricamente os resultados da pesquisa com o tema da insurgência e de práticas insurgentes; - identificar em movimentos e organizações sociais contra hegemônicos selecionados, o seu potencial de ação transformadora na medida em que interagem com as insurgências do cotidiano vivido pela sociedade (individuais e coletivos) em comunidades precarizadas.

Metodologia:

A investigação realizada baseou-se na metodologia de análise qualitativa, tendo como referência teórica a abordagem da pesquisa participante e observando-se três recortes espaciais de análise: o primeiro refere-se às quatro principais vias que estruturam o Guarituba; os outros dois, o Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá e o Jardim Orquídeas, referem-se a lugares que foram estruturados tendo em vista o Plano de Recuperação Ambiental e Urbanização do Guarituba, com recursos do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC/2007, sendo que o primeiro foi construído e o segundo urbanizado a partir deste plano e recurso. A pesquisa buscou, à luz desta estratégia, analisar o modo e a forma de produção do espaço do Guarituba, tendo em vista a cotidianidade e a vida cotidiana de seus moradores, a partir de quatro procedimentos: (i) trabalho de observação em campo; (ii) entrevistas com interlocutores institucionais; (iii) trabalho de campo com moradores; e (iv) entrevistas a trinta e nove moradores locais. A entrevista aos moradores seguiu o modelo do tipo semiestruturado, cujos conteúdos foram direcionados a partir dos seguintes assuntos: a historicidade, ou a origem dos moradores entrevistados e o percurso até chegarem ao Guarituba e sobre como era a vida quando chegaram e as principais mudanças que perceberam ao longo do tempo; a produção e apropriação do espaço para moradia, ou sobre como cada um ocupou a área do Guarituba e como conquistou a moradia em que vive; a casa, ou sobre o processo de construção da moradia e sua relação com a vida cotidiana da família; a vida cotidiana e cotidianidade, ou sobre a rotina de atividades que o entrevistado e sua família realizam no dia a dia, procurando observar como se apropriam do espaço por intermédio destas atividades, e; as ações do Estado, ou sobre a percepção dos moradores quanto às recentes transformações do Guarituba e de que forma afetaram seu espaço cotidiano.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A base teórico-conceitual da pesquisa permeia autores que contestam o modelo de dominação capitalista do espaço, gerando conflitos urbanos que se demonstram insolúveis sob o manto da prática da democracia liberal. Deliberam sobre as contradições que se manifestam pela resultante de exclusão social e espoliação urbana, a partir da qual a maior parte da população brasileira situa-se à margem, contraditoriamente, dos direitos sociais garantidos por lei.

A pesquisa parte da hipótese de que planejar a partir do vivido é fundamental para a formulação de políticas públicas com maior justiça social, sendo este procedimento reconhecido como importante entre os planejadores. Contudo, verifica-se a ausência desta dimensão como prerrogativa basilar na

metodologia e prática do planejamento urbano, o que se opõe aos objetivos intrínsecos desta atividade, relacionadas à promoção do desenvolvimento socioespacial.

Corroborando com tal hipótese, a pesquisa teve como uma das mais importantes constatações o fato de que para os moradores do Guarituba, a urbanização ou a obtenção de uma casa e de uma propriedade, realizados a partir dos investimentos governamentais, foram tanto fundamentais quanto insuficientes para a superação das injustiças sociais.

O investimento em urbanização e em um conjunto habitacional para os reassentados de áreas de risco ou em situação de rua levou a uma falsa impressão para os moradores do Guarituba de que grandes transformações sociais estariam para ocorrer. Constatou-se que de fato tais ações eram prementes e necessárias, contudo, a análise realizada de perto demonstrou que a situação de precariedade de muitas famílias não é determinada pela aquisição de uma propriedade ou de uma casa, permanecendo estas famílias a viver uma realidade de arranjos improváveis para a garantia de sua sobrevivência.

Não obstante, foi instigante observar formas criativas de superação das necessidades básicas pelas pessoas, dentre elas, determinadas formas de autoconstrução e de economia informal, indo de encontro a um termo em voga atualmente: as insurgências. Sendo constatada a existência real destas formas de mudanças e transformações de vida, qual é o potencial dessas insurgências do vivido? Ou, como esse potencial poderia ser incorporado dentro das políticas públicas, diante da inoperância e limitações do Estado em manter condições adequadas de vida das famílias que, mesmo obtendo uma casa própria, permanecem sobrevivendo precariamente?

Tem-se desta forma, como extensão da hipótese formulada sobre a importância da cotidianidade no planejamento urbano, que as insurgências do vivido verificadas a partir de indivíduos e famílias isoladas em suas moradias autoconstruídas, de vidas cotidianas que se elevam acima da cotidianidade, constituem-se em potenciais possíveis de serem convertidos em ações de transformação efetiva da sociedade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A relevância dos resultados está na busca por contribuir com a reflexão de formas alternativas e efetivas de produção social justa da cidade, tendo em vista as insurgências da sociedade verificadas na realidade vivida pela maioria precarizada e considerando o direito à moradia e o direito à cidade e sua função social.

A perspectiva posta poderá ser constituída pelo avanço na pesquisa, com o aprofundamento do tema, pela procura em alcançar resultados propositivos ao governo, mediante limitações manifestadas pela ausência-presença do Estado no que se refere a condições básicas de vida e de bem-estar da população. Esta busca deve assim levar a questões como: E se a sociedade obtivesse maior autonomia, conforme alguns autores nos ajudam a refletir? E se houvesse um crescimento maior da intervenção dos movimentos insurgentes capazes de usar sua inteligência, domínio, cultura e imaginação na construção de uma sociedade mais justa?

Título:
Direito a cidade e ocupações urbanas: até onde vai o direito a ocupar a cidade? O caso da Ocupação Carolina Maria de Jesus em Belo Horizonte
Autor:
Carolina Portugal Gonçalves da Motta. Doutorado, Fundação João Pinheiro

Código:
DCH075

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do trabalho é analisar o processo de ocupação e os resultados deste no direito à cidade para os moradores da ocupação Carolina Maria de Jesus, que ocorreu em Belo Horizonte.

Metodologia:

Esse trabalho será desenvolvido com uso de analise documental e com pesquisa qualitativa, na qual se fará uso de entrevista em profundidade com moradores e lideres do movimento responsável pela ocupação.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

As metrópoles brasileiras apresentam uma grande demanda habitacional. Paralelamente, o preço da terra nestas é alto e fortemente sujeito a especulação imobiliária. Deste modo, uma das soluções para a população que não possui acesso a terra nas grandes cidades vem a ser as ocupações. A partir deste tipo de processo um grupo de pessoas se mobiliza para ocupar uma área vazia ou uma edificação desocupada, de modo que estas cumpram sua função social. A ocupação Carolina Maria de Jesus foi realizada em um prédio desocupado em uma área nobre de Belo Horizonte. A ocupação trouxe a tona várias discussões por parte de agentes públicos e privados, inclusive, a organização do fundo de pensão Sistel, proprietária do imóvel e que solicitou a reintegração de posse. Após o incêndio ocorrido no Largo Paissandu, no Centro de São Paulo, a pressão para que os ocupantes deixassem a ocupação passou a ser ainda maior.

As 200 famílias que foram residir no prédio, por fim, em Julho de 2018, concordaram em liberar o imóvel e foram transferidas para áreas periféricas da cidade, na região do Barreiro e no bairro Olhos d'água. Desta forma, tem-se que apesar da cidade ser um direito de todos, o acesso à ela não é pleno para todos. Os moradores da ocupação Carolina Maria de Jesus, por exemplo, conseguiram a partir de sua reinvindicação obter o acesso à terra. No entanto, esse acesso só foi conseguido em local distante da área central e com acesso mais precário à serviços publicos e infraestrutura urbana.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados mostram que o direito a moradia é diferentemente distribuído entre indivíduos e diretamente relacionado à renda. A participação em movimentos urbanos de moradia diminui a desigualdade no acesso, no entanto, os agentes públicos acabam por promover um acesso segregado à terra nos municípios, destinando aos participantes destes movimentos áreas periféricas da cidade, o que contribuiu para a logica de uma cidade segregada e desigual.

Título:
As mulheres de Esperança: a construção de uma cooperativa habitacional na Colônia Juliano Moreira e a luta pela moradia sob a ótica feminina

Autor:
Geisa Bordenave. Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Código:
DCH082

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o processo de construção das casas do grupo Esperança a partir da luta das mulheres, oferecendo subsídios para o debate sobre a luta pela moradia que privilegie o ponto de vista das mulheres. A luta, para minhas interlocutoras, adquire um sentido "ético, e também épico" (Comerford, 1999), passando por uma valorização da longa história do grupo – 16 anos - reafirmando que o tempo "é a matéria de que a luta é feita" (Vianna, 2015). Assim, buscarei analisar as questões referentes à luta que estas mulheres travaram para conquistarem suas moradias, trazendo reflexões sobre suas trajetórias pessoais.

Metodologia:

A investigação se deu através de pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2015 e 2016, como parte de um trabalho que dará origem à minha tese de doutorado em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Acompanhei reuniões das comissões, coordenação e assembléias do grupo Esperança, assim como sua inauguração, utilizando como norte a observação participante. Após a inauguração foram realizadas entrevistas semiestuturadas com moradoras, dando ênfase às mulheres que fizeram parte da coordenação. As entrevistas foram realizadas nas suas respectivas casas, gravadas e transcritas posteriormente.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Considero relevante realizarmos uma análise sob o viés de gênero da luta pela moradia. Considerando que os grupos ligados à luta pela moradia são formados majoritariamente por mulheres, e os movimentos de moradia, com frequência, ressaltam esta característica como uma forma de legitimar a luta pela moradia. Famílias monoparentais femininas, sobretudo, configuram uma parcela da população que é, frequentemente, foco preferencial de políticas públicas.

O trabalho realizado junto às mulheres de Esperança busca trazer reflexões sobre suas trajetórias de vida e a luta para conquistar suas moradias. O caso de Esperança é emblemático: o único projeto finalizado no Rio de Janeiro através do crédito do programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

A "luta" pode se referir aos trâmites burocráticos exigidos pelos diversos agentes do Estado – Caixa Econômica Federal, CEDAE, Light, Secretaria de Patrimônio da União -; a luta do trabalho pesado das obras e a dificuldade de trabalhar em "regime de mutirão"; a luta das mulheres que precisam conciliar o cuidado da casa, dos filhos e o mutirão; a luta dos militantes para garantir o "caráter político" da cooperativa. A "luta" surge diversas vezes, como uma espécie de "narrativa do sacrifício". São as idas e vindas, a vontade de desistir, a persistência de continuar participando de reuniões mesmo sem "garantias", o atraso na execução das obras, o mutirão nos fins de semana, assembleias que terminam de madrugada, a vigília para "tomar conta do terreno". Os relatos são permeados da ideia de esforço e exaustão – são sempre "narrativas de sacrifícios". Para o grupo Esperança, que conseguiu concluir a construção das moradias, o orgulho de não ter desistido parece se tornar emblemático desta "luta" bem-sucedida.

As mulheres do grupo narram o desgaste físico e emocional que culmina na "recompensa da luta bem sucedida": a finalização da construção de suas casas.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A pesquisa encontra-se ainda em andamento, no entanto, é possível realizar algumas reflexões sobre os resultados obtidos até agora. As mulheres com filhos, frequentemente relatam que sua necessidade de participar de um grupo engajado na luta pela moradia se deu após um divórcio. O divórcio é então narrado como um momento crítico de suas vidas, e quando elas passam a se sentir como as únicas responsáveis pelos filhos. Estas mulheres costumam relatar as dificuldades do processo do mutirão - e também pré-mutirão - de forma muito contundente. Elas, que já possuem dupla jornada de trabalho, passam a ter mais uma função a exercer, sem auxílio. Adoecimento e desgaste físico extremo são relatados com frequência.

Título:
Autogestão, moradia e direito à cidade: o projeto Junção (Rio Grande-RS)
Autor:
Clarissa do Nascimento Friedrich. Mestrado, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS
Código:
DCH149

Resumo:

Objetivos do trabalho:

No Brasil, é comum observarmos a recorrência de determinadas similaridades entre as experiências habitacionais autogestionárias que obtiveram êxito. Além da motivação dos diferentes grupos (tanto rurais, quanto urbanos) pela moradia própria, existem outros fatores que se repetem. Um deles é a questão dos protagonistas desses empreendimentos. Analisando diversas pesquisas que tiveram como foco tais experiências no país é possível perceber a presença de determinados atores e agentes. Com efeito, esses últimos foram decisivos para a concretização dos empreendimentos, não sendo, portanto, aleatória a sua recorrência. Neste sentido, o objetivo principal desta pesquisa é averiguar a importância dos mesmos para o processo de autogestão. Para tanto, utilizaremos como objeto de análise um empreendimento autogestionário que vem sendo executado no município de Rio Grande-RS. Trata-se do Projeto Junção, que envolve 1.287 famílias de baixa renda, as quais passarão a morar em uma área central.

Metodologia:

Como instrumentos metodológicos utilizamos uma densa revisão bibliográfica sobre conceitos acerca da autogestão, do cooperativismo habitacional, bem como de pesquisas já realizadas que tiveram como objeto experiências autogestionárias no Brasil. Quanto à pesquisa empírica, nos valemos das mais variadas fontes de análise, desde a busca por materiais divulgados na mídia, até a observação direta e a pesquisa aplicada através de entrevista e questionários aos diferentes atores envolvidos no processo. A ideia foi fazer primeiramente um rastreio dos nós principais da rede colaborativa formada para, então, em um segundo momento, aplicar os questionários e entrevistas formuladas. Como trata-se de um

empreendimento ainda em andamento, foi e ainda será possível acompanhar in loco algumas fases do processo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A pauta da autogestão entrou na agenda de políticas (no âmbito federal) formuladas para suprir o déficit habitacional apenas no governo Lula. Com isso, originou-se, em 2004, o primeiro programa federal voltado à autogestão habitacional: o Programa Crédito Solidário, posteriormente substituído pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Após a criação dos referidos programas foi possível identificar um número expressivo de experiências de provisão habitacional lideradas por associações, cooperativas e grupos populares, em boa parte dos estados brasileiros.

Todavia, mesmo com o ganho significativo de um programa federal de financiamento, ainda existem fatores que distanciam muito o direito à moradia do direito à cidade. Se analisarmos como e onde estes empreendimentos vêm sendo construídos, notamos que há mais similaridade com a forma de produção empresarial do que propriamente com o ideal que se deseja de práticas opostas, como a autogestão. Entretanto, alguns casos fogem a essa regra, pois conseguiram se estabelecer em zonas mais bem situadas, e até mesmo centrais, bem servidas de equipamentos, infraestrutura e serviços públicos. Tais "exceções" têm alguns elementos em comum, entre eles: contaram com o apoio do poder público municipal para concessão de terrenos com boa localização e com subsídio para financiamento habitacional. Nesse contexto, essa pesquisa se propôs a utilizar uma destas experiências que, por ainda estar em curso, dará a chance de compreendermos seus diferentes e complexos processos e meios de articulação da rede social de atores. Pretendeu-se, através do mapeamento destes elementos, dar suporte a formulação de políticas públicas de apoio às iniciativas locais autogestionárias, reforçando a capacidade das populações de se organizarem, fornecendo-lhes os recursos que lhes faltam localmente e suprimindo os obstáculos legais e institucionais que se opõem ao desenvolvimento de suas iniciativas.

O Projeto Junção envolve, conjuntamente, seis cooperativas habitacionais do RS. A Secretaria de Habitação do município atuou apresentando a essas famílias – que estavam na fila de espera para os programas de financiamento para moradia – a proposta de produção de moradias através da forma autogestionária. Para tanto, houve a obrigatoriedade de se vincularem às cooperativas habitacionais para que o projeto lograsse êxito. Nesse sentido, desde os primeiros encontros vem sendo construído entre os participantes a formação dos ideais do cooperativismo e da autogestão. Portanto, parte-se da hipótese de que a atuação da prefeitura tem sido fundamental para o andamento do processo, bem como para obtenção do financiamento federal através do PMCMV-E, que repassa o valor da construção das Unidades Habitacionais às famílias cadastradas nas entidades organizadoras – no caso, as cooperativas habitacionais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

O conjunto habitacional Junção, localizado em área central de Rio Grande-RS, vai conectar as moradias à cidade, diferente da modalidade empresarial do PMCMV, onde os empreendimentos voltados às classes de mais baixa renda se localizam nas periferias. No geral, as áreas desprezadas pelo mercado imobiliário acabam, também, sendo a única opção para os empreendimentos autogestionários que, em grande maioria, não conseguem inverter essa lógica quando não contam com o poder público como agente direcionador de espaços urbanos mais centralizados. Não no caso aqui estudado. Foi esse fator - a ação do poder público como facilitador da destinação de terrenos desocupados para as cooperativas habitacionais -, dentre outros, que possibilitou ao Junção a localização privilegiada. Este aspecto aproxima

o Junção às demais experiências consideradas exitosas em autogestão no Brasil, sendo este um elemento fundamental no que se refere ao ideal do direito à moradia atrelado ao direito à cidade.

SESSÃO 3.3.5

Política Habitacional e Direto à Cidade
Parte 2

Coordenação: Camila D'Otaviano e Renato Pequeno

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:

Direito à cidade e política habitacional: um estudo sobre o programa "morar feliz" em Campos dos Goytacazes-RJ

Autor:

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda. Pós-Doutorado, UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES -

Código:

DCH103

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo tem por objetivo analisar o processo de construção social das moradias produzidas pelo programa "Morar Feliz" (2009-2016), observando se, de fato, esta política garantiu até o momento o direito à cidade, considerando o seu planejamento, implementação e impacto sobre a população assistida, bem como de seu entorno. Trata-se do resultado de uma pesquisa que tem sido realizada desde 2010, acompanhando os resultados e impactos deste programa habitacional divulgado pelos seus gestores como "o maior programa habitacional do interior do Brasil", tendo por meta construir e doar integralmente 10 mil moradias utilizando os recursos dos royalties do petróleo. A política habitacional foi ressignificada neste contexto de cidade média, considerando os recursos municipais empreendidos em um programa próprio, o qual, dadas as devidas proporções, acabou por competir com a esfera federal – não somente em termos políticos, mas também simbólicos – na busca por demarcar e remodelar o território.

Metodologia:

À medida que os conjuntos foram edificados e construídos, e que as famílias os ocupavam e iniciavam o reassentamento, tornava-se evidente não se tratar apenas de uma nova casa, ou seja, de um novo espaço físico, mas de um processo de mudança em diversos aspectos. Entretanto, também pareciam ocorrer permanências: a violência, a falta de emprego, transporte, dentre outros aspectos, aclaravam os diversos obstáculos e o constrangimento aos quais os "beneficiários" estavam expostos, incitando a busca pela compreensão apurada desta política e de seus reais impactos.

Diante do exposto, este estudo tem buscado analisar o impacto deste programa habitacional na vida dos moradores assistidos, a partir de um quadro analítico que busca associar habitação e direito à cidade, estruturando, desta forma, quatro eixos norteadores para a coleta e a análise dos dados: Inserção Urbana (1); Inclusão Social (2); Centralidade Política e Territorial (3); e Cidade como obra e construção coletiva (4).

Define-se como a estratégia nesta investigação social a técnica da Triangulação, por meio da combinação de diferentes métodos de recolha e análise da informação. Para tal foi utilizada a pesquisa quantitativa, por meio de questionários aplicados aos moradores dos conjuntos habitacionais (364 questionários em 11 conjuntos habitacionais) e de casas do entorno próximo (266 questionários); e qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com os agentes municipais responsáveis pelo programa, e mais recentemente, com moradores dos conjuntos habitacionais. Estas entrevistas realizadas a partir de dezembro de 2017, com os moradores tem nos permitido aprofundar o entendimento quanto ao processo de mudança, observando as principais transformações ocorridas nestes conjuntos habitacionais desde sua entrega.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Dentre os objetivos da Política Nacional de Habitação está o estabelecimento de critérios e parâmetros técnicos de orientação para as intervenções urbanas que de fato garantam a democratização da habitação social e o direito à cidade. Assim, esta investigação apresenta algumas questões norteadoras: tendo em vista que o programa Morar Feliz foi propagandeado pelos agentes municipais como a porta de acesso à dignidade e à cidadania, de que forma isto se cumpriu para além do direito à moradia, mas sobretudo do direito à cidade? Qual o impacto deste programa sobre as famílias e as alterações provocadas pela moradia em suas situações de inclusão social e urbana?A hipótese desta pesquisa é de que, apesar dos ganhos referentes ao acesso a uma nova moradia, as famílias residentes dos conjuntos do Morar Feliz continuam distantes de uma inclusão urbana e social, e por consequência, do direito à cidade. Sem negar progressos alcançados, ao menos a nível quantitativo, a produção da habitação social dirigida a segmentos mais vulneráveis da população continua a merecer reflexão, considerando os resultados negativos de alguns projetos habitacionais, dentre eles o do Programa Morar Feliz, acarretando a produção de territórios fragmentados, bem como na repetição de intervenções estereotipadas e impessoais. Recebe renovada estima, neste contexto, a relação do direito à habitação com o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2012), mediante as dificuldades de inclusão de famílias e territórios em programas desta natureza, considerando que uma política urbana pautada no habitante maximiza sua capacidade de apropriação, decisão e controle do urbano.

No caso do Morar Feliz a localização dos conjuntos habitacionais produzidos para as camadas populares, desintegrados da malha urbana, acabou por reafirmar um processo segregante ao conferir aos residentes destes espaços a imagem de clausura e de confinamento, a negação de acesso a equipamentos e serviços públicos essenciais. Ademais, a monofuncionalidade característica dos conjuntos de habitação social, a exemplo do Morar Feliz, não possuindo qualquer outro recurso, tal como comércio ou pontos de lazer, por exemplo, gerou efeitos negativos na apropriação social destes espaços e na identificação dos moradores com o local de moradia. Ainda, no caso do Morar Feliz, os moradores residentes nestes conjuntos, construídos na periferia da cidade e cercados por uma população extremamente pobre, tem vivenciado diferentes dificuldades, devido ao forte incremento da demanda nestes projetos, bem como ao aumento da violência e da criminalidade. Neste sentido, os bairros do entorno dos conjuntos também sofreram impactos negativo com a edificação do Morar Feliz, em virtude da partilha de espaços públicos, equipamentos, comércio e serviços locais já escassos. Por este motivo, neste estudo, considera-se também a análise destes espaços, entendendo que o programa se estende também a estes moradores e às áreas aos quais estão inseridos.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Por meio de quatro pontos de análise – Inserção Urbana, Inclusão Social, Cidade como Obra Coletiva e Centralidade Política e Territorial – tem sido constituído este estudo que, em última análise, permite refletir não apenas sobre o caso do Morar Feliz, mas ponderar ainda sobre a construção de conjuntos habitacionais populares no país e o conjunto de questões que se referem a sua efetividade no combate às desigualdades urbanas e sociais Os dados coletados tem permitido apontar que o acesso à cidade ainda se apresenta muito distante, não apenas em aspectos territoriais, como também em termos sociais, econômicos e políticos. Houve o estabelecimento de uma meta quantitativa elevada pelo município, porém foram negligenciados aspectos relacionados ao planejamento e acompanhamento da intervenção

social que seria produzida, além de, obviamente, da preparação das áreas do entorno para receberem esse contingente de novos moradores.

Título:

Ocupação irregular três pinheiros (Curitiba-PR): conformação espacial e dinâmica intraurbana

Autor:

Paulo Nascimento Neto, Marina Quirino Luxi de Paula, Sarah Teider Neimann, Juliana Helen Krebs Moreira Braga De Mendonça. Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Código:

DCH060

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo tem por objetivo discutir as dinâmicas, visíveis e invisíveis, que organizam socioterritorialmente a Vila Três Pinheiros, assentamento precário, situada no bairro do Butiatuvinha, no município de Curitiba – PR.

Metodologia:

Adotou-se como método de pesquisa o estudo de caso qualitativo, visando investigar de forma profunda uma unidade de análise específica, compreendendo sua idiossincrasia e sua complexidade (GODOI, 2006). Definiu-se como objeto de análise a Vila Três Pinheiros, ocupação irregular localizada no Bairro Butiatuvinha, originada há cerca de 25 anos. O terreno onde as famílias se instalaram tem topografia acidentada, havendo risco de deslizamento, além de impedimentos legais de ocupação como o atingimento por faixa não edificável de rodovia e área de preservação permanente de curso da água.

A pesquisa está centrada na relação pessoa-ambiente, enquadrando-se nas discussões mais amplas sobre avaliação pós-ocupação (APO). Neste contexto, trabalha-se com um estudo de caso de inspiração etnográfica, transcendendo a "escrita do visível" em direção à escrita do in-visível, reconhecendo que as características formais reveladas a partir do olhar do pesquisador estão vinculadas aos seus valores sociais e culturais. Em síntese, trata-se de relacionar fatos, eventos e contextos, captados de múltiplas fontes, permitindo ao pesquisador se aproximar daquilo que é o outro, buscando compreender sua forma de interpretação das coisas (RAPPORT, OVERING, 2000; CARVALHO, 2013; DUARTE, 2010).

Esta é abordagem adotada para este trabalho, culminando em denso estudo do contexto social e do ambiente construído com a utilização de diferentes métodos de coleta de dados: (a) observação direta; (b) croquis de campo, (c) registros fotográficos e (d) entrevistas semiestruturadas com atores-chaves. A triangulação dos dados coletados permitiu a construção de um quadro referencial de compreensão da realidade local e das relações de poder.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A forma e celeridade do processo de urbanização e crescimento demográfico brasileiro geraram um quadro de profundas desigualdades socioespaciais, tendo na moradia uma das questões mais manifestas. Como resultante deste fenômeno, a grande massa de trabalhadores rurais de baixa renda que chegou às

cidades não encontrou condições de acesso à moradia regular, fomentando um mercado imobiliário clandestino, marcado pela ilegalidade da posse da terra, pela precariedade habitacional e ausência de condições mínimas de saneamento, mobilidade e geração de renda (MARICATO, 2000b; ROLNIK, SOMEKH, 2004; BALTRUSIS, OTTAVIANO, 2009; GARSON, RIBEIRO, RIBEIRO, 2010). Contribuindo com o exposto, Ribeiro e Santos Jr. (2010, p. 50), afirmam que "o resultado é a reprodução do habitat precário não apenas na forma de novas favelas – evidência midiática maior – e do seu adensamento, mas através de vários mecanismos socioterritoriais pelos quais os trabalhadores informais buscam resolver a sua condição de não mercadoria pela recriação da habitação.

Dados recentes apontam para uma população de 11,4 milhões de habitantes residindo em favelas no Brasil, reunidas em 6.329 aglomerados subnormais e 3,22 milhões de domicílios (5,6%) (IBGE, 2010). Em relação à distribuição espacial, verifica-se sua predominância em áreas urbanas (84,79%) e, sobretudo, metropolitanas (49,22%) (FJP, 2013).

As ocupações irregulares surgem como a resposta desta parcela da população à necessidade de moradia, que a leva a ocupar áreas periféricas, sem infraestrutura e, via de regra, ambientalmente frágeis. Esta segregação urbana constitui uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora dela, tanto em nível simbólico quanto econômico: à ilegalidade na ocupação do solo somam-se a dificuldade de acesso aos serviços e infraestruturas urbanos, menos oportunidades de emprego e maior exposição à violência.

Corroborando com o entendimento da moradia digna, Marques e Bichir (2001), Torres e Marques (2004) denunciam um "padrão espacial de carências e de segregação social" no Brasil, formado por um processo de reprodução sócio-territorial de baixos salários.

Neste contexto, o presente artigo trabalha, em um primeiro momento, com a compreensão da análise morfológica e socioeconômica da área, para, em seguida, aprofundar-se em estudo de caso de inspiração etnográfica, agregando subsídios com vistas a responder a seguinte questão-problema: quais as dinâmicas envolvidas na estruturação e organização da estrutura intraurbana da Vila Três Pinheiros, qual a relação com o mercado imobiliário informal e o processo de territorialização destas áreas?"

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Em síntese, os resultados evidenciam uma complexidade de relações e espacialidades, revelando um caleidoscópio de territorialidades muito superior aos meros compartimentos morfológicos (identificados em etapa inicial da pesquisa). Neste contexto, diferentes recortes e territórios se sobrepõe, em um complexo emaranhado de relações, permitindo-se questionar se não teríamos aí múltiplos níveis de segregação socioespacial, que se (re)produzem em diferentes intensidade e características, mesmo dentro da vila. Permite-se assim arriscar transpor a dicotomia cidade formal x cidade informal em direção à uma relação menos linear e dicotômica, e mais multifacetada e complexa, derivada da expansão de fluxos de capital secundários sobre esta área.

Título:
Favela Metrô-mangueira: A luta por direito à cidade em confronto à cidade como mercadoria
Autor:
Livia de Araújo Rodrigues e Vinicius Ferreira Pinto Vasconcelos (co)autor. Graduação, Universidade Federal Fluminense(Mestranda em Geografia)
Código:

DCH143

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo geral deste projeto de pesquisa consiste em investigar o impacto da produção do espaço como mercadoria no processo de remoção da favela Metrô mangueira, analisando a possível modificação da relação dos moradores com o espaço vivente. Dentre os objetivos específicos podemos mencionar:

Avaliar a (re)estruturação do Município do Rio de Janeiro através do conceito de "marketing de cidades";Avaliar a possível contribuição da luta por direito à moradia na construção de uma consciência de busca por direito à cidade.; Analisar a favela Metrô-mangueira como um território de "negação-e-criação". ; Compreender a partir da narrativa dos moradores remanescentes na favela Metrô Mangueira, suas estratégias de reinvenção naquele espaço.; Realizar pesquisa exploratória a fim de descobrir quais são as reais dificuldades enfrentadas por estes moradores para construção de um novo espaço de vivência.

Metodologia:

O projeto pretende examinar, por meio de uma perspectiva analítica, a partir de um objeto concreto, qual seja, o conflito estabelecido na favela Metrô-Mangueira entre seus moradores e proprietários de comércios informais com a municipalidade, servindo aos interesses das grandes instituições privadas (empreiteiras), em razão dos megaeventos Esportivos realizados no Rio de Janeiro.

O processo de investigação da favela do Metrô-Mangueira, além de levantamento bibliográfico, ocorre por intermédio da observação participante ativa. Para Yin (2005), na observação o pesquisador não é apenas passivo, mas alguém que pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados. Nesse sentido, visando a interação social entre o investigador e os sujeitos, , foram realizados, na UERJ, dois eventos com crianças e jovens (ex)moradores da favela metrô-mangueira. O objetivo do evento era tornar os jovens mais próximos da Universidade, ao mesmo tempo que eram coletados dados sobre a vivencia cotidiana dos mesmos e seu processo de remoção para o conjunto habitacional Mangueira I e II.

Nesta modalidade de coleta de dados, o observador estabelece uma relação direta com os observados, tornando-se parte de seu contexto e, nesta relação, tanto pode modificar este contexto quanto ser modificado por ele.

As anotações de campo em pesquisa qualitativa representam um processo complexo, não somente pela relevância que o sujeito e o investigador assumem neste tipo de investigação, mas também pelas dimensões explicativas que os dados podem assumir (Triviños, 1995). Assim, nessa investigação, a utilização da observação participante, em função do referencial teórico, visa conhecer e interpretar a comunicação entre os sujeitos envolvidos no processo de remoção do Metrô-Mangueira, bem como compreender as experiências vivenciadas, o processo dinâmico de interação e comunicação destes sujeitos, as resistências e os mecanismos utilizados na reinvenção de um espaço de vivência.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Historicamente, as obras realizadas no Rio de Janeiro decorrem de um irregular e arbitrário modelo de desenvolvimento. A frequência e a permanência da ""solução remoção"" no imaginário de autoridades

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

públicas e classes altas e médias faz refletir sobre a existência de uma ""cultura de remoção"" desde o século XIX até os dias atuais. Tal processo autoritário relaciona-se diretamente com a apropriação do espaço urbano pelo mercado imobiliário, em terrenos localizados em áreas valorizadas da cidade.

O espaço como mercadoria atende o valor financeiro de mercado, determinando a ampliação de um ciclo de novidades a esses produtos. Deste modo, percebe-se que a cidade é (re)configurada de acordo com as necessidades externas à mesma, privilegiando o poder hegemônico e econômico . Segundo Vainer(2002) e Sánchez(1999) o poder público prioriza as estratégias e os discursos oriundas do mundo empresarial – e que podem elevar a imagem da cidade a um circuito econômico global – em detrimento de políticas públicas que atendam aos anseios de toda a sociedade - , caracterizando-as como cidades-produto e também como cidades- mercadorias.

No Rio de Janeiro verifica-se uma tendência à verticalização das ações, confrontando o direito à cidade, no tocante à escolha do local de moradia e ao uso igualitário dos espaços e serviços, cabendo aos moradores buscarem incessante (re)afirmar seus espaços na cidade.

A remoção não afeta somente a luta pelo direito à moradia digna, afinal grande parte dos moradores utilizam suas casas para geração de renda, através do comércio, por meio dos pequenos negócios de origem familiar que se mantêm, graças ao mercado local, responsável por sustentar boa parte da economia da favela – farmácia, mercearia, lan house, bar –.

Segundo Harvey(2014), o Direito à Cidade é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de modificar e reinventar a cidade segundo os nossos profundos desejos. Em campo, ao analisar o caso concreto, pode-se afirmar que as favelas possuem suas táticas de reinvenção do espaço-vivido, pois estão numa luta continua, não apenas pelo direito de habitar, mas pelo direito à cidade. Há na favela a maximização das possibilidades econômicas, culturais e sociais, realizada pelos pobres, nas suas mais legítimas e criativas estratégias para ser cidade.

Ainda sob as mais precárias condições de habitação e serviços básicos, as favelas são territórios onde os pobres afirmam sua presença como morada de afetos, cultura, arte, saberes, sabores, trajetos, lutas e sonhos no solo urbano, lutando diariamente pelo direito à cidade.

Muitos, ainda alegam a falta um projeto governamental que integre as favelas e seus moradores à cidade, desconsiderando que a lógica de localização desses territórios na cidade ocorre justamente pelas estratégias de integração dos seus moradores às dinâmicas urbanas, indo em busca ao direito à cidade.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ao investigar as razões pelas quais a prefeitura se predispõe a implementar essa política desenfreada de remoções verifica-se,no discurso dos moradores, a proposta da prefeitura para construção de um estacionamento no local .Há, portanto, a hipótese de que esta remoção, tinha a finalidade de favorecer os investimentos do capital nesses espaços, tornando-os mais produtivos para o mercado imobiliário. Através de trabalho de campo sistematicamente realizado, pôde-se investigar o histórico do Metrô-Mangueira e, através das narrativas dos moradores compreender suas estratégias de reinvenção no espaço. Pois,apesar de todo processo de influencia externa capaz de perturbar o ambiente da favela, é notória a capacidade deste espaço de reinventar seus componentes urbanos, definindo um quadro de relações intersubjetivas de aproximação social para restruturação, por exemplo, de estratégias para geração, mesmo que informal, de emprego na região, consolidando sua luta constante por direito à cidade.

Título:

Vidas CADMUTadas ou Como sobreviver à política habitacional

Autor:

Laura Esmanhoto Bertol e Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino. Mestrado, "Laura Esmanhoto Bertol - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP)

Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD/UFPR)"

Código:

DCH018

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O trabalho busca compreender de que modo discursos e regras oficiais (legalmente estatuídas) das políticas de habitação de interesse social se compõem com imaginários e mecanismos oficiosos (informais, mas operantes), produzindo efeitos de verdade e poder sobre a demanda habitacional e a população que a vivencia. Por meio da análise de documentos públicos e declarações de agentes estatais pretende-se explicitar o ideário da "fila" que subrepticiamente pauta as instituições como o modo "justo" de prestação de direitos sociais, neste caso, à moradia. Tal perspectiva tem implicações perversas, como a redução da diversidade do público-alvo e a construção política da "demanda" e de suas respostas como homogêneas. Ainda, a partir da revisão crítica das regras de cadastramento e seleção no programa MCMV, argumentamos que a conversão do "beneficiário" em "mutuário" via endividamento funciona como dispositivo de normalização através do qual sujeitos de direitos tornam-se sujeitos do crédito.

Metodologia:

A metodologia empregada consiste, basicamente, na aplicação de princípios da análise do discurso para interpretar: a) documentos públicos, especialmente o Plano Nacional de Habitação e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Curitiba (2008); b) fontes históricas (como publicações sobre a "memória" institucional da Companhia de Habitação Popular de Curitiba e relatos orais transcritos de autoridades) e c) declarações de agentes estatais em periódicos/entrevistas sobre o imaginário da "fila" (atualmente entendida como cadastro com critérios de priorização) como modo privilegiado de organização da demanda habitacional.

Além disso, realizamos um levantamento e revisão crítica das regras federais e municipais (na Região Metropolitana de Curitiba) de cadastramento e seleção ao longo dos dez anos do Programa Minha Casa, Minha Vida (2009-2018), buscando compreender de que maneira a centralidade, para não dizer exclusividade, da "casa própria" financiada (construção e aquisição de propriedade privada com subsídio público) como resposta de política pública opera um conjunto de controles e contrapartidas disciplinares (restrições de mobilidade, interdições à alienação ou troca da unidade, vedação a novo atendimento, etc.), sobre os beneficiários a partir de sua vinculação ao Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), além de produzir impactos multidimensionais em suas trajetórias e padrões de vida por meio do endividamento contraído.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O cenário de direitos sociais implementados por de filas de políticas públicas não é exclusividade brasileira. A literatura internacional indica modalidades e efeitos perversos da tradução do discurso de direitos (rights-talk) na lógica das filas (queu-talk). A imagem de que as pessoas estariam ordenada e pacientemente aguardando sua oportunidade (sua "vez") de alcançar moradia ofertada pelo estado, além de imputar aos "beneficiários" sua própria condição ou o ônus da espera disciplinada, implica em uma série de distorções da política habitacional. Ser o próximo da "fila" significa aceitar a unidade ofertada independente da compatibilidade da tipologia habitacional com as características da família ou da localização da unidade em relação aos seus vínculos sociais e de trabalho. A compulsoriedade silenciosa dessa prática é atestada pela previsão, em diversos municípios, de sanção consistente em "enviar para o final da fila" aqueles que não aceitam o imóvel sorteado. Nos discursos paternalistas de gestores públicos e autoridades, a "fila" aparece ora como forma de punir quem não se submete a esse regime, ora de justificar negativas de atendimento a comunidades e movimentos sociais que ocupam áreas sem função social, posto que estes atores estariam "furando a fila".

Mesmo quem sobrevive à fila da habitação tem de enfrentar os contratos e suas cláusulas. Embora conceda subsídios que normalmente remuneram entre 90% e 95% do custo da unidade, o programa MCMV traz "exigência de participação financeira dos beneficiários, sob a forma de prestações mensais" (Lei n. 11.977/2009, art. 6, inciso I), em financiamentos ao longo de 120 meses. Assim, em grande parte dos empreendimentos, antes mesmo de tornar-se proprietários, estes "beneficiários", agora convertidos em "mutuários, tornam-se sujeitos do crédito vinculados às prestações mensais. Esses valores pouco ou nada contribuem para a retroalimentação da política, mas servem bem à lógica do cidadão pagador e da aquisição como legitimadora do acesso aos direitos. É corrente a pressuposição, de que algum tipo de cobrança, "ainda que simbólica", teria um caráter pedagógico sobre os beneficiários, aos quais se imputam estigmas como a "desorganização financeira". Nas atuais regras do PMCMV, as subvenções econômicas do FAR e do FDS não podem ser concedidas a famílias que tenham recebido benefício de natureza habitacional do Orçamento Geral da União. Na ausência de um cadastro nacional de beneficiários, tem sido utilizado, como forma de controle administrativo-operacional, o Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), criado pela Lei n° 8.100/90 no âmbito do SFH. Sendo anterior ao SNHIS e à regulamentação do MCMV, o mesmo não está estruturado para o monitoramento qualitativo e quantitativo dos objetivos da Política Nacional de Habitação, mas é, na prática, empregado como "ficha corrida" dos beneficiários, uma espécie de "antecedentes habitacionais"."

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A formulação do "problema habitacional" com um único produto ofertado a um grupo de pessoas idealizado como homogêneo naturaliza a ideia de que uma "fila", como são oficiosamente conhecidos os cadastros habitacionais, organizada por ordem de chegada seja a forma justa de acessar a moradia. O discurso e o imaginário por trás da metáfora da "fila" são quase tão seletivos quanto os próprios programas habitacionais, embora permaneçam pouco questionados. Por sua vez, ao assinar um contrato com a CEF e serem incluídos no CADMUT (serem "CADMUTados") ficam os "beneficiários", agora "mutuários", proibidos de novo atendimento, além de sofrer uma série de controles e restrições. Assim, tornar-se um sujeito de crédito (titular de um financiamento) não representa necessariamente ser sujeito de direitos, posto que a inobservância das regras contratuais pode acarretar despejos. Todavia, ambos, "fila" e "crédito/dívida" operam normalizando tanto a demanda habitacional quanto a população que a porta.

SESSÃO 3.3.6

Política Urbana e Direto à Cidade

Coordenação: Adauto Cardoso e Suzana Pasternak

IPPUR
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct
institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

Título:

PLANEJAMENTO URBANO versus DIREITO À CIDADE EM SÃO LUIS-MA: As metamorfoses na produção do espaço pela legislação de zoneamento uso e ocupação do solo

Autor:

Luiz Eduardo Neves dos Santos e Maria Clélia Lustosa Costa. Doutorado, "Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Universidade Federal do Ceará - UFC"

Código:

DCH066

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Compreender quais as relações existentes entre o planejamento urbano, através das legislações urbanísticas – Plano Diretor de São Luís e, principalmente a Lei de Zoneamento – impostas pela ação municipal e as metamorfoses na produção do espaço e no tocante o direito à cidade são objetivos deste artigo.

O trabalho também possui como meta problematizar conceitos e categorias teóricas como planejamento urbano, direito à cidade, produção do espaço, Plano Diretor e Leis de Zoneamento. Visa ainda construir uma abordagem histórica do contexto nacional e local sobre o planejamento urbano e suas leis urbanísticas.

Por fim, busca-se ainda demonstrar as interações existentes entre o capital financeiro/imobiliário e a política municipal urbana no tocante às escolhas e delimitações – através das taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento e outros instrumentos – das zonas onde há intensa especulação imobiliária e verticalização e as Zonas Especiais de Interesse Social.

Metodologia:

De acordo com os objetivos e à natureza das informações que se analisou, os resultados da pesquisa foram abordados numa perspectiva crítica, considerando a orientação metodológica adotada e empregando técnicas que valorizam a coleta de informações necessárias ao entendimento das questões levantadas. Destacou-se, além de uma revisão de literatura, incluindo pesquisas em livros e artigos científicos, teses e dissertações, duas principais técnicas: observação e coleta documental.
A observação se traduziu em ações do pesquisador no processo de revisão do Plano Diretor e também reformulação do zoneamento. Isto incluiu a participação nas audiências públicas sobre a discussão do projeto de lei, ida às reuniões do CONCID e nos encontros que os movimentos sociais fazem para planejar ações e formular ideias sobre o tema. A pesquisa contou ainda com a produção de material iconográfico, Mapas, gráficos e tabelas foram elaborados. Houve consulta no banco de dados do IBGE, da Secretaria de Urbanismo do município de São Luís e da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades, a fim de pesquisar os programas habitacionais de interesse social e suas respectivas localizações, relacionando as informações coletadas com a legislação urbanística. No Instituto da Cidade, órgão municipal de política urbana, foi levantada uma lista com mapas atualizados, imagens de satélites e fotos aéreas.
A análise documental priorizou fontes relacionadas às legislações urbanísticas no passado e as abordadas aqui, incluindo uma leitura crítica e uma interpretação rigorosa da Lei do Plano Diretor, da Lei de Zoneamento vigente.
A análise de reportagens impressas e eletrônicas foi igualmente válida para o registro dos discursos que

circulam em torno do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, seja através da veiculação da fala de representantes dos órgãos públicos responsáveis pelas propostas, seja por intermédio do discurso de pessoas ou grupos atingidos de alguma forma pela legislação urbana.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A pesquisa girou em torno das seguintes indagações: De que maneira as legislações urbanísticas, mais especificamente, as leis de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, interferem, controlam, influenciam e ordenam a produção do espaço urbano de São Luís?

Como hipótese sabe-se que, desde sua consolidação, os Planos diretores e as Leis de uso e ocupação do solo em São Luís, enquanto instrumentos do planejamento urbano, não têm atingido seus objetivos principais, ou seja, a promoção de uma maior qualidade de vida urbana e do direito à cidade. Observa-se a intensificação das desigualdades sócio-espaciais, articuladas a um projeto neoliberal que favorece a instauração de uma nova "ordem urbana" pelas relações entre o poder e o capital, representada pelas segregações e fragmentações espaciais, pelo déficit habitacional e conflitos pelo acesso à posse da terra, pela especulação imobiliária em favor dos rentistas urbanos e pelos problemas ambientais.

O Plano Diretor e o Zoneamento andam juntos, um complementa o outro, no entanto em São Luís, a legislação sobre zoneamento, uso e ocupação do solo vigente é do ano de 1992, sendo que em 2006 foi promulgada a lei nº 4669 que dispõe sobre o Plano Diretor. De lá para cá diferentes gestões em São Luís tentaram aprovar, sem sucesso um projeto de zoneamento, encontrando resistências da sociedade civil organizada, que tem denunciado pouca transparência e democracia na condução do processo.

Foi constatado que uma legislação caduca e vigente sobre usos e índices urbanísticos contribui seriamente para o aprofundamento de desigualdades sócio-espaciais e permite com que os agentes do capital imobiliário se apropriem do destino da cidade a partir de sua íntima relação com o poder público e do conhecimento que possuem sobre essa lei e suas brechas.

Como resultado ainda, foi analisado que em 2014 houve um incremento na legislação de zoneamento de 1992 – sem qualquer debate público com os habitantes – de diversas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que na lei original dos anos 1990 eram chamadas de Zonas de Interesse Social (ZIS). Foi constatada que a grande maioria das comunidades periféricas, situadas ou não em ZEIS, não possuem a regularização fundiária, uma população aproximada de meio milhão de pessoas segundo dados do IBGE.

O padrão de produção do espaço em São Luís, bem como de outras grandes aglomerações urbanas no Brasil, se destaca pela presença marcante em sua paisagem, de duas "cidades" bem distintas, uma formal, apropriada pelos grupos dominantes, com verticalização, que gozam de infraestrutura e serviços diversificados e abundantes. E outra informal, apropriada pelos grupos dominados, pobres e espoliados das periferias, que vivem em condições precárias, que sofrem e convivem com a violência e o tráfico e residem em habitações improvisadas, quase sem acesso a itens básicos de sobrevivência, como água potável por exemplo.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

A análise evidenciou aspectos relativos à forma como se produz o espaço urbano em São Luís pela imposição das leis urbanísticas.

A legislação de 1992 (ainda vigente!) foi realizada em gabinete por um grupo de urbanistas e membros do poder político. É enganoso supor que essas leis foram escritas sem o consentimento das

incorporadoras, já que promoveu, além de uma inoperância quanto às ZEIS e às suas populações, uma ruptura nos padrões construtivos, permitindo o aumento dos pavimentos nas construções, perceptível na grande quantidade de edifícios nos bairros nobres e também pela expansão horizontal e vertical em direção ao município vizinho de São José de Ribamar.

A acumulação de capital por parte dos que estão no poder, a negligência dos poderes públicos sobre a aplicação correta de recursos na cidade e a forma seletiva de apropriação do espaço por parte das incorporadoras, são as grandes responsáveis por agravar a problemática urbana na cidade.

Título:
Affordabilidade: um conceito pouco explorado nos estudos habitacionais brasileiros

Autor:
Thêmis Amorim Aragão. Doutorado, Pesquisadora Observatório das Metrópoles - Núcleo Belo Horizonte

Código:
DCH076

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O objetivo do artigo é deslocar o debate acerca da provisão de habitação para mecanismos de regulação do mercado imobiliário.

No Brasil, a grande parte dos diagnósticos realizados para elaboração de Políticas de Habitação de Interesse Social busca analisar a variável déficit em comparação com a provisão estatal. Estes estudos tem objetivo avaliar se as necessidades habitacionais estão diminuindo devido às ações do governo. Em todas as esferas de governo, este tipo de avaliação não leva em consideração as estruturas do mercado imobiliário e se há falhas que devem ser reguladas. Apesar do déficit continuar sendo um importante parâmetro para percepção da problemática habitacional, é importante incluir no debate nacional questões relativas ao acesso ao mercado formal, analisando o mercado imobiliário sob a perspectiva do consumo.

Metodologia:

O artigo será estruturado em 04 partes. A primeira parte irá trazer uma revisão da literatura internacional acerca nos aspectos relacionados ao conceito de housing affordability. Posteriormente, será analisado o mercado rentista, tomando como objeto de pesquisa o município do Rio de Janeiro. Nesta seção apresentaremos um debate acerca da lei de inquilinos e os parâmetros que as imobiliárias do Rio de Janeiro estabelecem ao candidato para arrendamento do imóvel. Os parâmetros dispostos no artigo foram coletados a partir de pesquisa primária oriundas de questionamentos realizados com imobiliárias locais e serão confrontados com os níveis salariais da população e os valores médios de aluguel da base de dados FIPEZAP. Numa terceira parte iremos avaliar o mercado de compra e venda. Nesta seção será apresentada uma proposta de índice de affordabilidade para a cidade do Rio de Janeiro considerando dados relativos à renda da população (IBGE), valor dos imóveis (Base FIPEZAP), taxa de juros praticados nos empréstimos imobiliários e prazo dos contratos. Será apresentada ainda o perfil da oferta habitacional no município, confrontando estes dados com o perfil salarial da população. Com isso, tem-se a intensão de mostrar que tão importante quanto discutir o arranjo das políticas habitacionais que se propõem a dar

respostas a um déficit habitacional crescente, é promover um debate acerca de novas práticas de regulação do mercado imobiliário que hoje se coloca como agente promotor da política habitacional de interesse social. Por fim, será feito um debate acerca da funcionalidade dos assentamentos informais para manutenção das distorções do mercado apresentadas pela pesquisa e o descolamento dos preços dos imóveis da massa salarial da população.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O termo affordability tem sido amplamente usado na literatura de países desenvolvidos desde os anos 1970. Seu uso está relacionado à promoção de políticas neoliberais. Yates et al. (2005) destaca que o termo tem sido usado quando se percebe transformação no escopo da política habitacional permitindo uma maior resiliência do setor privado e não governamental na provisão e administração de empreendimentos destinados à habitação de interesse social e uma menor resiliência na utilização de subsídios para provisão pública de unidades habitacionais. O deslocamento de uma produção habitacional estatal, focada para o valor de uso, para uma lógica mercadológica, através do sistema de crédito, marca a importância de se observar os parâmetros de acesso ao mercado residencial.

O uso do termo affordability também trouxe certa confusão relativa aos estudos habitacionais, uma vez que muitos deles começaram a utilizar o termo “affordable house” como sinônimo de habitação social. Desta forma, no debate internacional, a natureza do termo affordabilidade tem sido contestado, dado que, em termos mercadológicos, só existe demanda quando existem cidadãos com recursos suficientes para adquirir um imóvel e que este esteja à procura de um. Caso exista a necessidade habitacional, mas a família não possua recursos, a demanda não existe, por mais “affordable” que o imóvel seja. Assim, no debate internacional, “Affordable house” é apenas uma modalidade de provisão habitacional para um público com uma vulnerabilidade relativa.

Considerando que na última década, no Brasil, a política de provisão de HIS apresentou o mesmo deslocamento semelhante ao acontecido nos países desenvolvidos durante a década de 1970, onde a produção de unidades habitacionais para população de baixa renda passou a ser realizada e administrada pelo mercado, é importante pautar a diferença entre necessidades habitacionais e demanda.

Sem que haja maiores regulações ao mercado imobiliário, os problemas relacionados à especulação imobiliária irão afetar a política crédito para provisão/aquisição de HIS. Neste sentido, a ação do Estado, seja produzindo imóveis, regulando o padrão das construções, estabelecendo tetos de crédito, criando zoneamentos especiais, ou ainda, mantendo um estoque público de HIS, poderão se estabelecer como estratégias que possam influenciar nos preços de HIS praticados pelo mercado.

A hipótese do artigo aqui proposto é que, no Brasil, a pouca regulação do mercado imobiliário perpetua falhas de mercado que geram um contingente populacional com necessidades habitacionais, mas que não conseguem se inserir no mercado formal de moradias. Os resultados da pesquisa mostram que a oferta de imóveis no Rio de Janeiro, tanto para venda quanto para aluguel, está descolado dos níveis salariais da população. Neste sentido, é necessária uma reflexão mais profunda sobre que tipo de regulação deve ser adotada para minimizar os efeitos especulativos que geram déficits habitacionais.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Desde 2009, a principal política de provisão de habitação de interesse social se dá através do Programa Minha Casa Minha Vida. A redução de todas a formas de provisão de HIS à uma política de crédito induz

uma maior reflexão sobre as estruturas do mercado imobiliário de forma a problematizar os reais efeitos mitigadores do déficit habitacional.

O resultado da pesquisa aponta para a necessidade de um maior entendimento sobre o mercado de trabalho e a importância da ampliação da regulamentação do mercado imobiliário, assim como a criação de instrumentos e mecanismos para disciplinar o mercado. Para além das questões que envolvem a regulação do mercado imobiliário, a principal conclusão do artigo diz respeito à imprescindibilidade do protagonismo do Estado na condução da políticas de provisão de habitação de interesse social.

Título:
O direito à cidade em Porto Alegre: as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) como instrumento de reforma urbana

Autor:
Mario Leal Lahorgue e Sabrina da Silva Endres. Doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRGS

Código:
DCH078

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Investigar a constituição, demarcação e utilização das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em Porto Alegre (RS) como instrumento para garantir o acesso ao solo urbano e o direito à cidade.

Como objetivos específicos, foram necessários:

a) Investigar e mapear todas as AEIS demarcadas pelo poder público, seja por decretos do executivo ou do legislativo

b) Analisar a localização das áreas demarcadas em relação à área consolidada da cidade

c) Analisar qual proporção de AEIS demarcadas foram regularizadas

Metodologia:

Além da tradicional revisão bibliográfica sobre questão urbana no Brasil, para contextualizar a aplicação das AEIS foram consultadas a Constituição Federal de 1988, Lei Federal 10257/01 – Estatuto da Cidade e Lei Federal 11977/09 – que regulamenta o Programa Federal Minha Casa Minha Vida e a Regularização Fundiária de assentamentos na área urbana. Já para compreender como as AEIS são conceituadas no nível municipal, as legislações utilizadas como base foram a Lei Complementar Municipal 43/79 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano; a Lei Complementar Municipal 338/95, que define pela primeira vez o conceito e utilização das AEIS no município; a Lei Complementar 434 de 1999 e alterações posteriores, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.

Para levantamento e coleta de dados pesquisou-se todos decretos e leis que instituíram AEIS entre o ano de 1995 e dezembro de 2016. Para esta busca foi utilizado o Sistema Integrado de Referência Legislativa (SIREL). Também foram consultadas unidades e departamentos que utilizam este instrumento: Unidade de Análise e Regularização Fundiária (UARF) e a Unidade de Geoprocessamento e Informações

Urbanísticas (UGIU) da antiga Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB); Coordenação de Urbanização (CUR) e Comissão de Titulação e Regularização do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); Procuradoria de Assistência e Regularização Fundiária (PARF) da Procuradoria-Geral do Município (PGM); Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária (CAADHAP) e Comissão Técnica de Análise de Regularização Fundiária (CTARF) do Escritório-Geral de Licenciamento e Regularização Fundiária (EGLRF). Foram reunidos arquivos georreferenciados sobre vilas, loteamento clandestinos e irregulares existentes no território municipal; relatórios sobre processos de regularização fundiária em andamento e encerrados; projetos aprovados e em andamento, pertencentes ao MCMV.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O problema principal da pesquisa foi identificar se o instrumento AEIS vem sendo utilizado pelo poder público municipal para o direito à habitação de interesse social da população de baixa renda através da regularização fundiária e produção de habitação social em áreas acessíveis e bem localizadas.

Uma das hipóteses é que, ao longo dos anos e com a mudança na coalizão governante, houve alteração na demarcação de AEIS em Porto Alegre.

Como resultado, foram encontradas e mapeadas 357 AEIS na cidade.

Constatou-se que as demarcações ocorreram de forma inconstante nos primeiros anos de uso do instrumento, variando entre uma demarcação anual a mais de 10 instituições, no ano seguinte. No de 1998 ocorreu o mais numeroso gravame de AEIS do município, quando foram demarcadas 147 áreas, sendo 143 delas de uma única vez, pela Lei Municipal 8150/98. Segundo o relato dos servidores do DEMHAB, esta lei foi promulgada para consolidar o ano de 1998 como o ano da regularização fundiária em Porto Alegre, designação do governo municipal da época.

Outros anos relevantes para o gravame de AEIS no município foram os anos 2009, no qual a LC 624/09 tornou AEIS II 30 loteamentos clandestinos e irregulares; e o ano de 2016, quando foram regravadas as AEIS III referentes ao Programa MCMV pela LC 799/16.

Quanto à relação entre AEIS e regularização fundiária, constatou-se que as comunidades em AEIS II são as áreas que mais possuem casos de regularização fundiária, chegando a quase 40% das áreas de marcadas. Mais de 60% das comunidades em AEIS I estão em processo de regularização. Apesar desses avanços menos de 30% das comunidades demarcadas para fins regularização possuem atualmente o título de posse ou de propriedade. Até o fim de 2016, nas áreas demarcadas como AEIS III a maioria dos projetos não foram contratados ou desenvolvidos. Das 56 áreas demarcadas como AEIS III, 42 permanecem vazias.

O mapeamento também permitiu ver que nem todas as favelas ou áreas de habitação irregular da cidade estão demarcadas como AEIS; também não há coincidência total entre as áreas contabilizadas como aglomerados subnormais pelo IBGE no Censo de 2010 e as AEIS demarcadas. Também se descobriu que existem parcelas do território que estão passando por processo de regularização fundiária mas não possuem gravame de AEIS.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Pela primeira vez foram mapeadas as AEIS na cidade de Porto Alegre. Quando esta pesquisa começou, a Prefeitura não tinha nenhum arquivo compilando todas as AEIS da cidade; nem mesmo um único

Departamento ou Secretaria detinha esta informação centralizada. Hoje, o arquivo da Prefeitura é derivado da pesquisa e da participação da pesquisadora iniciante como estagiária na Prefeitura.

Verificou-se que é possível correlacionar a coalização no governo municipal com o tipo de AEIS demarcada. Durante a década de 90, quando a coligação liderada pelo PT estava no governo, demarcou-se a maioria das AEIS I e II da cidade, aquelas destinadas à regularização de assentamentos autoproduzidos e de loteamentos clandestinos. Já nos últimos anos, houve grande demarcação de AEIS III, terrenos vazios destinados à produção de habitação de Interesse Social. Também se verificou que a demarcação dos últimos anos de AEIS III, se deu em lugares distantes e longe das centralidades existentes.

Título:

O direito à cidade na aglomeração urbana Paiçandu - Maringá - Sarandi (PR): realidade ou utopia?

Autor:

Pollyana Larissa Machiavelli; Dra Ana Lúcia Rodrigues. Mestrado, Pesquisadora assistente da rede Observatório das Metrópoles - Núcleo Região de Maringá

Código:

DCH083

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Tratamos aqui sobre as políticas habitacionais de interesse social, implementadas na aglomeração urbana Paiçandu – Maringá – Sarandi, levando em consideração, questões de planejamento urbano, como a existência de equipamentos urbanos comunitários no entorno imediato aos conjuntos habitacionais implantados sobre a malha urbana em questão. Com o objetivo de verificar se o direito à cidade defendido por Henry Lefebvre (2001) tem sido cumprido, e se a população das três cidades, independente de seus locais de moradia, contam com os mesmos direitos de participação ativa na cidade. Analisamos os empreendimentos na escala regional e urbana, levando em consideração a existência ou não dessa rede de equipamentos, a localização da maior centralidade e as distâncias percorrida pelos moradores até ela. Afim de, perceber se o direito à cidade debatido na obra lefebriana e na Constituição Federal de 1988 é garantido para todos ou meramente utópico.

Metodologia:

Para execução do artigo, adotamos a seguinte metodologia: em um primeiro momento, a Revisão Bibliográfica, seguida da coleta de dados primários e secundários, sendo a pesquisa primária realizada em campo nas secretarias de habitação, urbanismo, planejamento, educação e saùde de cada município.. Um banco de dados foi elaborado, com base nos levantamentos feitos em fontes primárias e secundárias, constando dados como; a quantidade de empreendimentos, o ano de implantação, número de unidades habitacionais produzidas (U.H), área das U.H e a localização. Esse mesmo banco de dados, foi composto também pela localização de todos os equipamentos urbanos e sociais de saúde (Unidades Básicas de Saúde e hospitais), educação (escolas estaduais) e lazer (praças). Os dados foram organizados em tabelas segundo o ano de implantação no município, no recorte temporal de 2010 a 2016.

Além disso, levamos em consideração a delimitação da zona central de Maringá, para que fosse possível verificar as distancias percorridas pelos moradores dos conjuntos habitacionais populares até chegar a

mesma. A partir da organização do banco de dados no formato de tabelas iniciamos o processo de mapeamento, geoprocessamento e georeferenciamento, fazendo o uso dos softwares Excel 2013 (para construção das tabelas), do sig AutoCad 2016 Student Version (para o mapeamento), por fim o georeferenciamento foi feito com base no SIRGAS 2000. A construção dos mapas se deu a partir das bases cartográficas cedidas pelos municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi. Então, iniciou-se o processo de elaboração dos mapas, localizando cada um dos empreendimentos de acordo com o ano de fundação, juntamente com as escolas estaduais, equipamentos de saúde, praças públicas. Assim, foram produzidos dados e elementos visuais para compreensão e análise do tema do nosso estudo.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A análise das políticas habitacionais na aglomeração urbana, tornou-se pertinente, uma vez que estas são implantados em zonas periféricas das cidades, reafirmando a lógica de ocupação do solo hierarquizada ocorrida desde o momento da concepção dos projetos dos municípios, na qual o zoneamento da cidade continua a obedecer aos padrões econômicos e continua, portanto, reproduzindo a história segregação social e territorial dessa Região.

Questões como, se existe ou não uma dissociação entre política urbana e habitacional ao longo dos anos, e se essa interferiu na produção do espaço foi fundamental para análise. Assim como, se os diferentes agentes atuam nos processos decisórios com relação à definição das áreas onde serão implantados empreendimentos urbanos voltados para as classes baixas. Se são negativos os impactos da implantação dos conjuntos habitacionais, na melhoria da vida dos beneficiários. E principalmente, se os habitantes dos conjuntos populares possuem a mesma rede de apoio e infraestrutura urbana oferecida nas demais áreas residenciais da cidade.

A lógica de implantação dos conjuntos habitacionais estabelecida em Maringá, e resultante em Paiçandu e Sarandi, não se distingue da realidade de outras cidades médias brasileiras que receberam moradias do PMCMV e outros programas populares, em que a maior quantidade de unidades habitacionais produzidas pelo programa não é destinada ao público de baixa renda (0-3 salários mínimos). E a parte que cabe aos conjuntos populares encontram-se nos distritos, cidades vizinhas e com sorte nas franjas do município polo, e a legalização de áreas institucionais nos novos programas não garantem de fato a implantação dos equipamentos.

Percebe-se que o poder local por meio das políticas públicas de habitação, tem gerado a periferização de contingentes populacionais de baixa renda, e ao mesmo tempo, observa-se a precarização ou a falta de oferta de serviços públicos indispensáveis a vida, obrigando a população a percorrer largas distancias a procura desses serviços, negando a participação efetiva na vida urbana da cidade para maior parte da população.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Ao discorrer sobre a ocupação do território urbano da aglomeração em sua gênese e a localização dos conjuntos habitacionais populares, espera-se ter contribuído para ajudar no debate sobre o direito à cidade trazendo novos elementos e diferentes formas de abordagem do tema.

A precarização do acesso a serviços públicos aos grupos de menores rendas resulta na segregação do acesso a cidade, dificultando e impedindo que os habitantes alcancem sua autonomia econômica, financeira ou o acesso a outros equipamentos.

Pode-se afirmar que para uma pequena parcela de pessoas de baixa renda que necessitam de habitação em Maringá, o acesso à moradia, de alguma forma chegou, no entanto, afirmar que, de fato elas usufruem do mesmo direito à cidade que os habitantes com maior poder aquisitivo é um equívoco, uma vez que, seus direitos são violados em diversos aspectos, como a falta de acesso aos equipamentos públicos básicos.

Título:
Entre os planos e o que é produzido: os planos locais de habitação de interesse social e o papel da COHAB-PA na estruturação das metrópoles paraenses

Autor:
Raul da Silva Ventura Neto; Jessyca Patrycia da Cunha Carvalho. Doutorado, Universidade Federal do Pará

Código:
DCH094

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este artigo tem como tema a produção de PLHIS a partir da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA). Com a falência do modelo BNH/SFH, a partir dos anos de 1990 a COHAB-PA reduz sua participação como agente promotora de HIS no estado e se reorganiza como instituição de planejamento territorial, especialmente para planejamento urbano da RMB. Dos anos 2000 em diante, com o avanço da reforma urbana pelo Governo Federal, a COHAB-PA elabora o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) formatando metodologias para os municípios elaborassem seus respectivos PLHIS, mantendo a vocação definida nos anos de 1990. Hoje a COHAB-PA é, ao mesmo tempo, uma instituição de gerenciamento da produção habitacional do MCMV, com poder limitado sobre definições de localização ou de projeto dos empreendimentos habitacionais, que passaram para o controle da Caixa Econômica Federal, que permanece centralizando o ordenamento territorial de diversos municípios pela elaboração dos PLHIS

Metodologia:

A metodologia empregada consiste em análises qualitativas dos PLHIS elaborados para os municípios que compõem as RM's atualmente existentes no Pará – a saber: Belém, Santarém e Marabá – com vistas a extrair as diretrizes de ocupação e consolidação habitacional definidas em cada plano. Para tanto, analisam-se as linhas programáticas de cada PLHIS, para a produção de novas unidades habitacionais e para a melhoria habitacional, de modo a identificar e mapear as ações habitacionais previstas no planejamento local, prevendo como estas poderiam impactar na estruturação espacial da respectiva RM. Dessa forma, num primeiro momento o trabalho deve apresentar uma visão integrada da questão habitacional dessas RM's e quais soluções de planejamento urbano foram definidas pelo poder local com base nos planos. Num segundo momento, devem ser esboçadas, na forma de mapas, qual o cenário estruturação socioespacial previsto para aquelas RM's a partir do possível atendimento dos projetos apontados como prioritários nos PLHIS.

Na segunda parte, o artigo empreenderá análises quantitativas a respeito da produção habitacional realizada a partir do MCMV nas três faixas do programa para os municípios que compõem as respectivas RM's. Para tanto, deve-se relacionar o total das unidades habitacionais lançadas no município com o total

de gastos previstos para a realização dos empreendimentos para que, em sequência, seja possível fazer uma comparação com as previsões de gastos e de déficit habitacional previstos nos PLHIS municipais. Os métodos de pesquisa visam trazer elementos que combinados possam apresentar evidências sobre a relevância, ou não, das diretrizes definidas nos PLHIS sobre a decisão de localização e escala dos empreendimentos financiados no âmbito do MCMV. Acredita-se que os resultados dessa comparação serão importantes para a ampliação das pesquisas do Observatório das Metrópoles para outras RM's do estado do Pará.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É a partir de sua elaboração que municípios e estados consolidam, em nível local, a Política Nacional de Habitação, de forma participativa e compatível com outros instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores, quando existentes, e os Planos Plurianuais Locais. A despeito de uma discussão sobre a qualidade dos PLHIS elaborados para os municípios paraenses, a pretensão do artigo é tão somente localizar a função atual da COHAB-PA no quadro mais geral de políticas recentes de HIS das Regiões Metropolitanas do estado do Pará, observando a relevância das diretrizes definidas nos PLHIS para a estruturação socioespacial dessas metrópoles.

Com a retomada de investimentos maciços pelo Governo Federal para empreendimentos de HIS, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), a COHAB-PA possui um papel de destaque na gestão e execução de alguns empreendimentos importantes, mesmo mantendo a trajetória de instituição de planejamento urbano metropolitano constituída em anos anteriores. Assim, embora não houvesse a obrigatoriedade do PLHIS para a execução de empreendimentos do MCMV, a COHAB formata uma gerência interna para elaboração e assessoramento de municípios na elaboração de PLHIS, visando tornar adimplentes no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) aqueles com população acima de 20 mil habitantes. Em quase 8 anos de atuação, a “Ação PLHIS” foi responsável por habilitar um total de 57 municípios paraenses até o ano de 2017.

Levanta-se a hipótese de que a constituição da “Ação PLHIS”, articulada a diretrizes dos Planos Nacional e Estadual de Habitação, foram secundarizadas com o início do MCVM, limitando a eficácia da iniciativa como política pública de HIS para os empreendimentos construídos nas RM's do estado e inviabilizando seu emprego como instrumento de reforma urbana. Isso significa que, a despeito dos esforços realizados em âmbito federal e estadual para ordenamento do território dos municípios paraenses a partir da elaboração do Plano Estadual de Habitação, os empreendimentos realizados no âmbito do MCMV definem outros rumos para a estruturação socioespacial das metrópoles paraenses, porventura distintos daquele definidos no planejamento local.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

As principais conclusões devem contribuir para a continuidade do que vem sendo realizado no núcleo Belém do Observatório das Metrópoles, realçando os limites impostos ao planejamento metropolitano depois da consolidação do MCMV como forma hegemônica de resolução da questão habitacional. O artigo também apresentará avanços quanto a realidade de outras RM's do Pará e os elementos que a estruturam enquanto metrópole em uma região periférica do Brasil. É bem provável que as conclusões do artigo confirmem o submissão da utopia da reforma urbana brasileira à lógica desigual de estruturação espacial imposta pelo MCMV – de produção habitacional em massa mas desarticulada com do controle sobre a especulação fundiária. Porém, as análises sobre o papel da COHAB-PA podem indicar as alternativas que

restaram às instituições locais de planejamento urbano, como meros orientadores de diagnósticos e planos que se mostram incapazes de orientar a produção de um espaço urbano cada vez mais financeirizado.

Título:
Casa sem gente e gente sem casa: déficit habitacional, periferização e moradias ociosas em Curitiba

Autor:
Mariana Furlan Anastacio. Graduação, PPGEO - UFPR (mestranda)

Código:
DCH140

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O artigo visa explorar a contradição entre construir e morar, entre mercado e direito à moradia, debater a intervenção do Estado no problema, a possibilidade de ação dos movimentos sociais e o papel do Arquiteto Urbanista na assistência técnica e no enfrentamento político junto aos movimentos. Durante a pesquisa, o centro de Curitiba concretizou essa contradição, por apresentar ociosidade da estrutura edificada combinada à grande demanda e precariedade habitacional, num local com oferta de serviços urbanos e infra-estrutura, e se tornou foco do trabalho. Resumidamente, objetiva-se encontrar os edifícios vazios na área central de Curitiba, e, a partir disso, buscar as razões da discrepância entre imóveis construídos ociosos e déficit habitacional persistente; entender as razões por trás do discurso oficial da necessidade da construção massiva de novas moradias; e pensar as possibilidades de intervenção do arquiteto nesses discursos e práticas, em aliança com os movimentos sociais.

Metodologia:

Em virtude das inquietações causadas pelas observações iniciais e das incongruências da política habitacional proposta recentemente para o para o país, notadamente o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), optou-se por uma investigação teórico - empírica. Investigação que pudesse avançar da observação da aparência para uma explicação que chegasse à essência dos fenômenos e que articulasse sua expressão particular na metrópole de Curitiba com a totalidade da realidade social. O trabalho procurou construir um arcabouço de dados empíricos acerca da situação habitacional na metrópole de Curitiba, focado na contradição entre estoque ocioso de habitação e a persistência do déficit habitacional, combinado com uma revisão bibliográfica e uma análise teórica dos temas relevantes para o debate da questão da habitação. O aprofundamento nos fundamentos econômicos e políticos do tema foi importante, já que as observações iniciais mostraram uma grande contradição entre os discursos oficiais acerca do problema da moradia no Brasil e as soluções propostas para ele, e a realidade concreta observada em Curitiba e outras grandes metrópoles Brasileiras, buscou se na economia e na história as razões para tal discrepância. As fontes de dados empíricos incluem agências e órgãos do Estado: IBGE, IPPUC; empresas estatais: CAIXA, COHAB; Terceiro Setor: FJP, e Fundação Perseu Abramo; pesquisas acadêmicas, em especial as realizadas pelo Observatório das Metrópoles em Curitiba e a pesquisa direta na área central de Curitiba, realizada durante o mês de Setembro de 2017, que levantou os edifícios vazios e abandonados no centro de Curitiba. Para a revisão bibliográfica e contextualização teórica, buscou-se os clássicos acerca do tema da habitação e da cidade, Incluindo os trabalhos de Prudhon e Engels, além

do trabalho acadêmico de teóricos brasileiros, que pensaram nossa realidade e as particularidades de nossa formação social e urbanização.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Curitiba, ao contrário do que o rótulo de cidade modelo pode fazer crer, é uma metrópole marcada pela precariedade habitacional, um em cada oito curitibanos vive em ocupações irregulares. De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), no ano de 2015 o déficit habitacional na Região metropolitana de Curitiba (RMC) era de 79.949 unidades. Enquanto isso, a FJP calcula que existam 102.293 domicílios vagos em condições de serem ocupados na RMC. Na área central da cidade de Curitiba, local com acessibilidade, acesso ao emprego e serviços, e um mercado imobiliário ativo, construindo e comercializando, chama atenção a ociosidade dos imóveis urbanos, com um índice de vacância de apartamentos estimado em 5 por edifício residencial, ociosidade que convive com adensamento extremo nos cortiços. O MCMV construiu mais de 24 mil novas moradias na região de Curitiba até 2012, no entanto, o déficit habitacional para a RMC aumentou no período. O sul de Curitiba e os municípios de Colombo, São José dos Pinhais e Araucária receberam um número significativo de empreendimentos do MCMV, que se concentraram nas bordas da mancha urbana consolidada, reforçando a tendência à periferização na metrópole, A atuação da COHAB - CT no sul de Curitiba tem contribuído decisivamente para transformar a paisagem dessa região da cidade, que, pouco mais de 20 anos atrás, era zona rural. Existe mais “casa sem gente” do que “gente sem casa” em Curitiba e sua região metropolitana, porque, então, o problema persiste? A hipóteses adotadas foram, primeiro, a de que o fato de o poder público se ver incapaz de solucionar o problema da habitação vem desde a formulação do problema pelo Estado, que o reduz a uma questão numérica, de quantidade de habitações x população de baixa renda. Em segundo lugar, a de que a questão da habitação estaria no âmbito das relações sociais, e que, portanto, sua resolução permanente não é possível através de uma gestão pública, ou de uma política habitacional nos marcos do capitalismo. E, por fim, a de que o profissional arquiteto se posiciona politicamente, ativamente ou por omissão, na formulação de qualquer política habitacional, devendo marcar sua posição. Na pesquisa no centro de Curitiba foram encontrados 38 edifícios completamente vazios e 4 com apenas o térreo ocupado, totalizando 42 edifícios. Excluindo 4 em estado avançado de deterioração e ruína, ficam 38 que podem ser ocupados e/ ou reformados, que resultariam, estimadamente, em 460 U.H.s e 1400 pessoas beneficiadas. A constatação dessa possibilidade contrastou com a realidade da política habitacional implantada em Curitiba, o que resultou em uma análise teórica acerca do problema, que confirmou as hipóteses de pesquisa e trouxe a luz a importância dos movimentos por moradia na construção de uma política insurgente de habitação.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados obtidos podem ser considerados iniciais e limitados em alcance, no entanto, servem como ponto de partida para trabalhos posteriores, que visem compreender a realidade da habitacional de Curitiba ou que tratem da moradia popular no centro da cidade como forma de resistência. As lacunas encontradas nas informações empíricas também foram importantes. Não existe estudo oficial sobre cortiços em Curitiba, nem levantamento dos edifícios ociosos e sua situação jurídica e fiscal. Ambos constituiriam investigações acadêmicas relevantes. A conclusão principal foi que o nó na execução da política habitacional é a propriedade privada da terra e dos meios de produção imobiliária. As políticas públicas se propõe, no máximo, a contornar o problema, não fazendo enfrentamento político direto a suas causas, que implicaria um questionamento direto à propriedade privada, fundamento da sociedade capitalista. Por isso, é de suma importância se aliar e fortalecer movimentos de luta por moradia.

Título:

Utopias urbanas, direito à moradia e mercados imobiliários: como oxigenar velhos dilemas a partir da experiência do Pedregulho

Autor:

Yasmin Alves Monteiro. Mestrado, Doutoranda em Antropologia pelo PPGA-UFF

Código:

DCH142

Resumo:

Objetivos do trabalho:

A questão do déficit habitacional ocupa papel central na discussão sobre o futuro das cidades brasileiras. O problema motivou-me a investigar diferentes respostas dadas pelo Estado brasileiro e a focar em uma experiência singular: o conjunto do Pedregulho. Na contramão da produção de unidades habitacionais nas periferias distantes que realizavam o "sonho da casa própria", o Pedregulho consistiu em um sofisticado empreendimento na área central da cidade do Rio de Janeiro com o fim de atender à demanda por moradia próxima ao trabalho através do aluguel de baixo custo de unidades de propriedade estatal. O objetivo da presente pesquisa é analisar como, sendo uma iniciativa relativamente isolada, esta "utopia urbana" carioca foi gerida pelo poder público, gestão essa marcada pela tentativa de titulação de propriedade, conversão do conjunto em um condomínio privado e bem tombado pelo IPHAN, e como isto se reflete na configuração do mercado imobiliário local.

Metodologia:

A partir de levantamento bibliográfico e documental, apresento a história e as especificidades desse modelo de política habitacional utilizando os trabalhos de Bonduki, Choay, Britto e Augusto e material do Arquivo da Cidade e do acervo de Carmem Portinho disponível na FAU-UFRJ. Para identificar as principais tendências nas diferentes gestões pelas quais o conjunto passou, acessei os processos de tombamento no IPHAN e os processos de regularização fundiária, abertos em diferentes órgãos, a partir do material hoje reunido pelo ITERJ, bem como entrevistei nos anos de 2015 e 2018 técnicos e pesquisadores dos referidos órgão, além de funcionários da CEHAB e da associação de moradores local. Procuro identificar como os processos de tombamento, regularização fundiária e instituição de condomínio estão relacionados a partir das entrevistas realizadas e dos trabalhos de Rafael Gonçalves e Carlos Nelson Pereira dos Santos. A partir de pesquisa de caráter etnográfico e entrevistas com moradores do conjunto realizadas nos anos de 2014 a 2015 e de 2018, identifico as posições dos diferentes atores envolvidos e os limites de uma análise orientada para as expectativas de mudança que se colocavam no horizonte com a possibilidade de "condominalização" do conjunto, bem como descrevo a diversidade de discursos, sentimentos e representações dos moradores a respeito do local. Utilizando também dos dados etnográficos, construo genealogias e descrevo de que maneira o mercado imobiliário funciona majoritariamente através das redes de parentesco e afinidade presentes no local. Procuro fornecer caminhos alternativos para a pesquisa a partir da análise do mercado imobiliário local à luz dos trabalhos de Simões, Valladares, Mauss, Zelizer e Abramo e delinear relações entre o debate a nível institucional sobre titulação de propriedade, função social da moradia e conservação do patrimônio e as formas de gestão local e os circuitos atuais por onde os moradores transacionam os imóveis.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A proposta inicial da pesquisa teve como elementos centrais que tipo de mudanças se produzirão com a titulação de propriedade, a instituição da convenção de condomínio e o tombamento pelo IPHAN nos

usos e apropriações dos espaços comuns, na relação dos moradores com o conjunto, em suas formas de gestão coletiva do espaço e no mercado imobiliário, entendendo que a normatização dos usos das áreas comuns e a titulação de propriedade produziriam impactos, ou suscitariam discursos com muitos significados sociais.

Embora tenha sido possível traçar um panorama de como diferentes instituições envolvidas no processo se posicionam com relação ao tema, ficou evidente que o debate sobre a titulação de propriedade e a instituição da convenção de condomínio não mobiliza muitos moradores. O risco de remoção não é uma realidade no local, onde grupos familiares vivem há décadas. Além disso, esta não é a primeira vez que os moradores veem acontecer uma empreitada técnica e jurídica para privatizar o conjunto. As várias gestões públicas que se ocuparam do Pedregulho tiveram, na maioria das vezes, o condomínio privado como horizonte ideal de suas intervenções. Embora não sejam permitidas pela CEHAB, as práticas de "passar" e alugar apartamentos existem desde a saída do DHP da gestão do conjunto. Como os moradores não possuem o título de propriedade dos imóveis, mas um termo de cessão e posse, estas transações imobiliárias tendem a ser divulgadas e a acontecer somente entre conhecidos por dois motivos principais: o temor da perda do imóvel caso a CEHAB tome conhecimento da transação e a necessidade de segurança de que as partes cumpram o acordado, já que o máximo de respaldo legal que podem ter são "contratos de gaveta". Neste mercado, os laços familiares e de vizinhança desempenham papel central. No Pedregulho, a afirmação de Simões (2008, p. 254) de que "parente é capital" adquire seus contornos mais literais. Na maioria das vezes, os apartamentos disponíveis para serem passados ou alugados, de preços bastante inferiores ao mercado imobiliário do bairro, são divulgados somente para vizinhos mais próximos, que aproveitam a oportunidade para oferecerem estes a seus parentes e pessoas de sua intimidade.

O regime jurídico que qualifica como ilegal a venda dos apartamentos, embora não seja efetivo em coibir as transações, tem um papel fundamental na manutenção de preços baixos, o que acaba por tornar o Pedregulho uma oportunidade de moradia ímpar. Através da "condominalização", busca-se uma uniformização do padrão sócio-econômico do conjunto. Essa privatização trará, supõem seus defensores,os mais diferentes tipos de benefícios aos moradores, quanto à segurança, à sociabilidade, ao entretenimento, à cultura, ao lazer e à conservação do patrimônio. A maior disciplinarização do espaço resultante disso está relacionada a uma valorização do mesmo e, sob esta perspectiva, configura-o como "espaços-mercadoria".

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Faz-se necessária uma investigação mais aprofundada sobre as formas de negociação de preços, pagamentos e sanções que podem se dar nestas transações. Por ora, a questão principal é que há um mercado extremamente fechado e personalizado onde o anúncio de uma oportunidade de compra e mesmo de uma locação é feita somente para pessoas com quem se mantem uma relação que envolve trocas materiais, imateriais, intimidade e confiança. O anúncio é uma oportunidade ofertada a pessoas escolhidas, dentro de uma série de trocas já existente entre as partes(MAUSS, 2003). A análise do mercado imobiliário no Pedregulho evidencia a casa como um objeto capaz de sintetizar dimensões afetiva, econômica e de reprodução dos grupos familiares. É de fundamental importância para a formulação de políticas para o equacionamento do déficit habitacional conhecer a fundo os impactos gerados por diferentes modelos de habitação social que tenham sido bem sucedidos em conter a especulação imobiliária.

Título:

Articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário no município de São Paulo de 2002 a 2014: ações de HIS e saneamento ambiental

Autor:

Ygor de Goes Sena. Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)

Código:

DCH144

Resumo:

Objetivos do trabalho:

O presente trabalho busca analisar as relações entre o planejamento orçamentário e o planejamento urbano a partir de seus principais instrumentos: as leis do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei Orçamentária Anual) e o PDE (Plano Diretor Estratégico). O PPA, a LDO e a LOA são os principais instrumentos de planejamento orçamentário estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). O PDE é o principal instrumento de política urbana determinada pela CF/88 e pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001).

Em um primeiro momento, para viabilizar a análise, a pesquisa focou na articulação entre as ações de Habitação de Interesse Social (HIS) e saneamento ambiental previstas no Plano Diretor de 2002 junto aos PPAs do município de São Paulo e nas leis federais, estaduais e municipais.

Até a data de realização da pesquisa, o PPA2014-2017 ainda estava em execução e não foi incorporado como um dos objetos de estudo, bem como o PDE2014 e o PMH2016.

Metodologia:

Após adquirir embasamento teórico mediante a leitura de textos seminais sobre planejamento urbano e alguns outros sobre metodologia científica e orçamento, foram iniciadas as análises dos objetos de estudo e a metodologia foi sendo elaborada durante o processo.

O objeto de estudo da presente pesquisa são os instrumentos de planejamento urbano e orçamentário e sua articulação no âmbito do Município de São Paulo. Dado os diferentes contextos em que cada plano – Plano Diretor Estratégico e Plano Plurianual - foi elaborado e seus diferentes graus de hierarquia e relações com outros instrumentos, foram estabelecidos dois processos metodológicos dinâmicos entre si, a saber: a metodologia analítica e a metodologia comparativa.

Para cada objeto de estudo, era necessário sintetizar os princípios, diretrizes e ações relevantes ao tema da pesquisa a fim de serem facilmente consultados posteriormente. A metodologia analítica consiste, portanto, em criar duas palavras para cada ação estratégica: (i) uma sintetiza o verbo ou a ação de fazer; a outra, (ii) o assunto principal da ação ou o seu objeto de ação. Essas ações foram tabeladas conforme a divisão interna dada por cada objeto de estudo. Em seguida, a cada ação foram atribuídas cores segundo constatações recorrentes em cada objeto de estudo.

Os PPAs devem respeitar os planos setoriais que, por sua vez, devem seguir as orientações de um Plano Diretor Estratégico. Por este motivo, além da metodologia analítica, foi utilizada a metodologia

comparativa para verificar o seu grau de diálogo com outros planos. Em outras palavras, ao realizar-se a comparação entre as ações do PPA, fez-se sempre as seguintes perguntas:

- a Ação Estratégica possibilita uma intervenção concreta no território?
- caso a Ação Estratégica não esteja clara, suas metas e indicadores a completam?
- a Ação Estratégica observa as ações elaboradas em planos anteriores?"

Problemas, hipóteses e principais resultados:

A ausência de estudos cujo objeto de estudo seja a articulação entre o planejamento urbano e o planejamento orçamentário deve ser preenchida e esta pesquisa analisa até que ponto há uma correspondência entre os planejamentos. Os resultados, entretanto, nos indicam o contrário.

O PDE2002 possui ações estratégicas que ora deveriam integrar um Plano Plurianual, ora deveriam ser diretrizes. Respectivamente, ora indicam especificamente o lugar onde a ação deveria ser executada, ora ações tão gerais que não possibilitam um encaminhamento concreto para detalhamento posterior no Plano Plurianual. Em outras palavras, são ações tão genéricas que qualquer ação elaborada em seguida pelo Plano Plurianual subsequente estaria contida no PDE2002.

O PDE2002 observa o PPA2002-2005 nas ações relativas a drenagem, resíduos sólidos e produção de habitação popular apenas. Os temas do verde não foram abordados, ainda que no PPA2002-2005 constasse somente duas ações sobre o assunto. Somado ao problema de redação das ações, o PDE2002 prioriza alguns tópicos em detrimento de outros que deixaram de serem abordados. Por exemplo, há diversas ações sobre legislação e encaminhamento de planos e, reiterando, nenhuma sobre o verde.

Essa inconsistência reaparece no PPA2006-2009 e PPA2010-2013. No geral, muitas das ações estratégicas dos PPAs mencionados não estão contidas no PDE2002, pois este não discorreu sobre o tema.

Houve uma significativa melhoria na utilização técnica do PPA como instrumento de planejamento. No decorrer do tempo, a agregação das demandas e metas (sugerida pela LOM) foram adquirindo maior consistência entre si. Por outro lado, permeia em todos os PPAs analisados, uns mais outros menos, uma generalização e banalização da descrição das ações e suas metas físicas. Isso leva ao impedimento da compressão e acompanhamento dos resultados que as ações estratégicas pretendem alcançar.

Há também inconsistências entre o PMH2009 e o PMSB2010 em relação ao PDE2002, pois ambos os planos trazem ações que, em sua maioria, não estão presentes no PDE2002. Essa constatação nega a expectativa de que as ações do PMH2009, PMSB2010 e PDE2002 seriam idênticas, embora, idealmente, deveriam ser.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Como síntese dos resultados, constatou-se que os planos predominantemente não se relacionam entre si.
Do ponto de vista do orçamento, enfatiza-se como esta pesquisa é extremamente relevante e reforça a importância do estudo conjunto do planejamento urbano e do planejamento orçamentário, uma vez que a maneira como as ações são redigidas e encaminhadas impactam diretamente na previsão segura do orçamento dessas medidas.

É importante observar que o município de SP, desde 2008, conta também com o Plano de Metas, cujo objetivo é ser um instrumento de planejamento e gestão que ajuda o Poder Público Municipal na definição das prioridades e ações estratégicas do governo vigente pelos próximos quatro anos.

Se por um lado o Plano de Metas permite um acompanhamento melhor e mais transparente das ações por ser um processo participativo. Por outro lado, enfraquece o PPA e LDO como instrumentos de planejamento, uma vez que ambos exercem a mesma função de definição das prioridades e ações do governo.

Título:

Contradições e limites da produção de habitação de interesse social com recursos da Outorga Onerosa do Direito de Construir: o caso de SP

Autor:

Helterson Ribeiro da Silva Leite. Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP)

Código:

DCH145

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Este trabalho objetiva investigar como os recursos auferidos com a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir no município de São Paulo estão sendo destinados para a produção de habitação de interesse social. Considera-se que o instrumento faz parte das chamadas políticas de inclusionary housing, as quais visam ofertar habitação social a partir de recursos obtidos no desenvolvimento imobiliário, perfazendo uma política mais ampla de recuperação de mais-valias fundiárias para a coletividade. Neste sentido, objetiva-se, também, averiguar a relação dialética, portanto contraditória, que se estabelece entre a recuperação de mais-valias fundiária e a produção, partindo da hipótese de que a Outorga Onerosa do Direito de Construir é um instrumento concebido a partir da ideologia neoliberal, que adquire um recorte mais aprofundado quando uma política pública – a provisão habitacional – passa a ser cada vez mais dependente de recursos provenientes da dinâmica de reprodução do capital.

Metodologia:

Para tanto, e visando partir da dimensão empírica, portanto fenomênica, da realidade, procedeu-se a um estudo de caso sobre a metrópole de São Paulo. Por um lado, esta metrópole adquire especial significado por ter, desde 2002, em seu plexo de leis e normas que conforma a legislação urbanística, o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir mobilizando recursos para a produção habitacional, resultando em um intervalo de tempo significativo para avaliação. Por outro lado, esta mesma metrópole tem um mercado imobiliário dinâmico, que nos últimos anos passou por um período de grande expansão, inclusive pelo avanço do processo de financeirização do imobiliário com o crescimento do capital portador de juros mediando as relações econômicas e sociais. Neste sentido, procedeu-se a uma análise que partiu da sistematização dos dados sobre a execução orçamentária do município para o setor da habitação com o propósito de identificar a participação dos recursos advindos da Outorga Onerosa do Direito de Construir, isto é, os recursos que tiveram sua origem na dinâmica de valorização e capitalização do capital incorporador, para o orçamento da política habitacional do município, em comparação com os recursos

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES

advindos do Tesouro Municipal. Em sequência, encetou-se a uma análise qualitativa, na qual se identificou em quais políticas habitacionais os recursos foram empregados, sendo elas: (i) urbanização de favelas; (ii) regularização fundiária; (iii) provisão habitacional; (iv) programa mananciais. Ainda no escopo de uma análise qualitativa, avançou-se na identificação da dimensão territorial da aplicação dos recursos, buscando compreender quais as estratégias e lógicas da aplicação destes recursos e como eles se relacionam com os demais processos de produção do espaço que, em sua totalidade, produzem historicamente, devido ao caráter de classe da sociedade capitalista, um espaço diferencial e desigual, caracterizado pela segregação social e fragmentação territorial.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

O escrutínio proposto neste trabalho versa sobre o seguinte problema: em que medida os recursos advindos da aplicação do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir podem ser considerados fontes estáveis de financiamento da política habitacional, quando tais recursos dependem diretamente da dinâmica de valorização e capitalização do capital investido no imobiliário, portando, dependem da dinâmica do mercado. A hipótese construída é de que na metrópole de São Paulo há cada vez mais recursos advindos da dinâmica do mercado na composição da política orçamentária municipal para habitação e, simultaneamente, cada vez menos recursos advindos do Tesouro Direito, o que implica na construção de um quadro orçamentário frágil para a política habitacional, uma vez que tais recursos dependem de uma conjuntura de fatores socioeconômicos, que se articulam em processos escalonados e que imprimem um quadro de incerteza, sobretudo em contextos políticos e econômicos voláteis. Há, assim, um aprofundamento do ideário neoliberal, na medida em que há uma retirada, do ponto de vista orçamentário, do município da provisão direta de habitação, e um incentivo ao avanço do capital incorporador, na medida em que os recursos advindos da valorização deste capital são movidos para a construção do quadro orçamentário da política habitacional municipal. Os resultados da pesquisa indicam que de fato há uma retirada dos recursos diretos do Tesouro Municipal do orçamento para habitação, enquanto que os recursos advindos da Outorga Onerosa do Direito de Construir passaram, sobretudo a partir de 2013, a representar parcelas significativas dos montantes investidos. Entre 2013 e 2017, pouco mais de 426 milhões de reais advindos da Outorga Onerosa foram destinados para a política habitacional do município. Em 2015, estes recursos corresponderam a 9,13% do orçamento; em 2014, 10,03%; em 2015, 16,26%; em 2016, 14,5%; e, em 2017, 12,63%. Esta participação ganha maior significado, quando se desconta do montante advindo diretamente do Tesouro Municipal os gastos com o programa Auxílio Aluguel, que paga uma quantia em dinheiro para a população que não tenho acesso à moradia. Os recursos deste programa são considerados despesas de custeio e não de capital, portanto, não atuam diretamente na provisão de habitação e na destinação de recursos para investimentos em obras de urbanização e infraestrutura. Quando analisados a destinação dos recursos conforme a política habitacional, os recursos advindos da Outorga Onerosa se destacam, sobretudo, na provisão habitacional, sendo que no ano de 2015 estes recursos corresponderam a 47,01% do total liquidado nesta política habitacional. Por fim, é importante salientar que nos últimos anos houve uma sensível diminuição dos recursos liquidados advindos da Outorga Onerosa, sendo que, em valores corrigidos, em 2013 se liquidou pouco mais de 103 milhões de reais, enquanto que em 2017 o montante liquidado foi de pouco mais de 71 milhões.

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Os resultados demonstram que os recursos da Outorga Onerosa do Direito de Construir se converteram em importantes fontes de financiamento da política habitacional, contudo, não são estáveis no tempo, uma vez que dependem da dinâmica imobiliária para serem obtidos, indicando limites e contradições

intrínsecos ao próprio instrumento. Uma retração da atividade imobiliária significa uma retração da capacidade orçamentária do município, na medida em que este cada vez mais é dependente destes recursos. A reprodução do capital imobiliário está conectada com uma série de fatores, sobretudo os aspectos macroeconômicos. Isto importa, pois o município não tem capacidade de regulação sobre estes aspectos macroeconômicos, bem como os movimentos internacionais de capitais especulativos, que interferem diretamente na produção imobiliária e, portanto, na menor ou maior capacidade da Outorga Onerosa do Direito de Construir mobilizar recursos para a política habitacional.

Título:
Articulado novos caminhos pelo direito à cidade, em tempos de urbanismo neoliberal

Autor:
Angela Maria Gordilho Souza. Doutorado, Professora da Universidade Federal da Bahia

Código:
DCH156

Resumo:

Objetivos do trabalho:

Propõe-se apresentar os avanços e limites da experiência de implantação de um Programa de Residência Profissional na área de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e áreas afins, implantado pioneiramente na Universidade Federal da Bahia. Ao capacitar profissionais e cidadãos na elaboração de projetos participativos de melhoria da moradia e inclusão urbana, atuando em projetos de interesse coletivo, viabiliza a vivência e aprofundamento de processos de conquista pelo direito à cidade e instrumentos de potencialização de investimentos públicos para melhoria das áreas de atuação.

Metodologia:

O projeto foi implantado na Universidade Federal da Bahia em 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, em parceria com a Escola Politécnica. À semelhança das residências em Saúde, a proposta nesta Área de atuação é pioneira no Brasil, tendo como base a Lei Federal No. 11.888/2008, de assistência técnica pública e gratuita para habitação. Atualmente na sua 3ª. edição 2017/18, vem viabilizar a implantação de um programa permanente de Residência Profissional nesta Área, por meio do curso de especialização voltado para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, conjugando atividades de ensino-pesquisa-extensão e a relação intrínseca entre teoria e prática. Visa a formação de recursos humanos com a capacitação profissional pluridisciplinar para atuar nas periferias e comunidades desassistidas, utilizando-se de aulas, seminários, oficinas, trocas de saberes e tecnologias apropriadas, para prestação de serviços técnicos, gratuitos, na elaboração participativa de projetos de interesse social em comunidades, em prol de melhores ambientes de viver e ampliação da cidadania.

Problemas, hipóteses e principais resultados:

Com o avanço do capitalismo financeiro global, políticas urbanas neoliberais vêm sendo implementadas, ampliando a gestão privada das cidades, em parcerias público-privadas voltadas para grandes projetos. Configuram o urbanismo neoliberal em construção, num contexto de esvaziamento de políticas públicas sociais. Esse padrão de gestão coorporativa das cidades imprime no espaço seletividade e exclusividade

de uso pelo consumo de mercado, com notáveis mudanças na acessibilidade público-privado do espaço urbano, tensionado o direito à cidade. No Brasil, os avanços do Estatuto da Cidade conquistados nas últimas décadas, figuram nos planos diretores urbanos, mas, no curso da privatização urbana ampliada, não se realizam efetivamente na prática por cidades melhores e mais inclusivas. A resistência a esses processos se manifesta de forma plural, abrangendo ações institucionais de interesse público, manifestações de grupos organizados pelo direito à moradia e mobilidade, coletivos em defesa de espaços públicos e territórios preexistentes, movimentos pela preservação da natureza e do patrimônio cultural, intensificada pelas ações sociais afirmativas na sua diversidade e conteúdos espaciais. Também se revelam na produção alternativa autogestionária do espaço urbano, que antagonizam a produção hegemônica da cidade mercadoria. Para tanto, contribuem práticas coletivas inovadoras e conquistas sociais dispersas no território e pouco visíveis no seu reconhecimento. Como potencializar ações propositivas pelo direito à cidade? Qual o papel da universidade na proposição de novos caminhos para avanços no interesse coletivo nas cidades?

Relevância dos resultados e principais conclusões:

Nessa inovadora implementação de pós-graduação lato sensu, com duração de 14 a 16 meses, sendo metade para atuação em campo, são utilizadas diferentes escalas de abrangência, numa perspectiva crítica, inventiva e propositiva. Valorizando o processo de trabalho bem como os produtos obtidos, com centenas de oficinas realizadas e 73 projetos realizados até então, em diversas comunidades, este projeto vem implementando também uma Rede de Assistência Técnica, com universidades nucleadas para viabilização de um acervo de referências propositivas a ser disponibilizado de forma interativa e abrangente para interessados nessa área de atuação. Fortalece assim a inserção social da universidade pública nas suas atividades de extensão, ampliando as possibilidades de integração de processos educativos mais amplos, entendendo o projeto participativo como instrumento propositivo de transformações por cidades melhores e mais justas, a prática coletiva como forma incorporação do direito à cidade.

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq FAPERJ CAPES